

perspectiva filosófica

vol. 48, n. 1, 2021

dossiê temático

**Filosofia Analítica
Sul-Americana**

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Pernambuco**

ISSN 2357-9986

EDITORIAL

Desde março de 2020, a Revista Perspectiva Filosófica vem sendo revitalizada e reestruturada para se alinhar à vocação do PPGFIL da UFPE de articulação, fomento e defesa da pesquisa acadêmica brasileira.

O número 2021.1 se adequa a este fim também. Neste número, ficamos felizes em apresentar para a comunidade um dossiê especial organizado pela editora convidada Eduarda Calado. Seu dossiê oferece uma amostra rica de interesses e pesquisas desenvolvidas na área de Filosofia Analítica na América Latina. O dossiê apresenta a vanguarda da filosofia analítica em um panorama rico de temas e áreas, como filosofia da ciência, metodologia científica, epistemologia, filosofia da mente, cognição, linguagem, lógica e filosofia da lógica e da história da filosofia analítica. Aspiramos que os trabalhos apresentados por Calado possam incrementar e estreitar relações entre pesquisadores e encorajar a livre circulação de ideias e argumentos filosóficos em nossa região.

Este dossiê se coaduna bem com o nosso compromisso com a integração da comunidade filosófica no Brasil a partir também da divulgação de trabalhos especializados de filósofas e filósofos atuantes em diferentes países da América do Sul.

No número 2021.1, ainda oferecemos para a comunidade três artigos na seção varia. Primeiramente, o “Análise das considerações Intempestivas a partir das cartas de Nietzsche”, de Enock Silva Peixoto, investiga o epistolar de Nietzsche para compreender aspectos da vida e produção do filósofo nos anos de publicação das “Intempestivas”. Em seguida, Adenilton Moisés da Silva, em sua contribuição, trata da crítica feita por Kierkegaard a respeito da noção de Deus a partir do cristianismo luterano de sua época. Já em “Fake News e colonialidade de mentes: considerações via paradigma da complexidade”, Juliana Moroni apresenta um tratamento filosófico a uma dificuldade contemporânea muito relevante apresentando a lógica presente na produção de fake news ao examinar seus efeitos epistêmicos.

Desejamos para todo mundo uma excelente leitura!

Marcos Silva
Loraine Oliveira
Editores-chefe

APRESENTAÇÃO

A filosofia analítica produzida na América do Sul é, em muitos aspectos, tão diversa quanto a região. Nesse sentido, reflete as continuidades e descon continuidades histórico-institucionais que caracterizam os países integrantes dessa parte da América. Em face das diferenças de idiomas falados e de modelos de produção do conhecimento filosófico sul-americanos – apesar do elo comum da colonização ibérica – a ideia deste número é contribuir para reforçar as continuidades e criar novas pontes entre as descon continuidades das “filosofias analíticas” de países como Brasil e Argentina.

Mas, o que exatamente é a filosofia analítica sul-americana? Basicamente, ao usar essa terminologia, temos em mente o vínculo fundante existente entre algumas linhagens filosóficas regionais e a tradição estabelecida a partir dos escritos de Gottlob Frege e Bertrand Russell, cujo traço metodológico mais marcante é o papel da análise lógica e linguística. Essencialmente, essas linhagens possuem origens e temáticas aproximadas que permitem a referência a tal vínculo fundante. Por exemplo, no caso da Argentina, a partir de meados do século XX, o interesse de alguns filósofos pelos fundamentos das ciências naturais e matemáticas levou ao país ideias do positivismo lógico e do Círculo de Viena, criando comunidades de vocação analítica, como a Sociedad Argentina de Análisis Filosófico (SADAF). Já no Brasil, temos um cenário mais disperso, com inúmeros programas de pós-graduação, sociedades e grupos de pesquisa, estudo, escrita e formação, unidos por uma coesão temática em torno principalmente da lógica (e a filosofia da lógica), da filosofia da mente e da linguagem e da filosofia da ciência, que são os eixos orientadores da organização do presente número.

Aclaradas essas delimitações iniciais, podemos falar, então, sobre a motivação central que nos levou à proposta de organizar este número, a saber, um compromisso com a integração da comunidade analítica e com a circulação de ideias produzidas por filósofos formados e/ou atuantes na América do Sul. Nosso intuito foi desenvolver um material que permitisse aos interessados acessar obras inovativas nos dois principais idiomas sul-americanos, o espanhol e o português. No entanto, não excetuamos a pre-

sença da língua franca da filosofia analítica, o inglês. Coube ao texto “*Chisholm’s Modal Paradox: Two Approaches examined*”, de Fernando Furtado (atualmente na Universidade de Lisboa), cumprir a função de representar essa raiz linguística. O texto discute estratégias de invalidação do famoso paradoxo de Chisholm e acompanha outros dois artigos sobre lógica e filosofia da lógica, “Lógica Formal versus Lógica Transcendental: sobre um capítulo da polêmica entre a filosofia analítica e o movimento neokantiano em torno ao logicismo”, de Lucas Amaral (PUC-SP), e “*La negación paraconsistente a la luz del realismo lógico*”, de Isis Urgell (IIF/SADAF/CONICET). O primeiro enfoca na discussão entre Russell e Cassirer acerca da noção de lógica transcendental e o segundo trata da compatibilidade entre a metafísica realista e as lógicas não clássicas.

O número começa, no entanto, com textos voltados para a filosofia da ciência e a metodologia científica. Deles, os artigos “*Inducción pesimista: compromisos metafísicos y metodológicos*”, de Sasha D’Onofrio e Bruno Borge, e “*Representación científica y perspectivismo realista. Hacia una articulación naturalista*”, de Cecilia Pierola – todos da Universidade de Buenos Aires (UBA) – tratam do embate entre realismo e antirrealismo científico. No primeiro, é apresentada uma crítica de cunho pragmático à indução pessimista enquanto argumento em favor do antirrealismo científico. O segundo discute como o naturalismo pode auxiliar o perspectivismo realista na ciência.

Os dois textos sobre metodologia científica, por sua vez, são de autores argentinos, atuantes fora da capital do país. Guadalupe Mettini, da Universidad Nacional del Litoral (UNL), brinda-nos com uma análise de experimentos mentais, a partir de uma visão cética acerca do papel argumentativo das intuições por eles desencadeadas. Já o artigo “*Conceptos epistemológicos clásicos: su utilidad en la construcción de tesis y disertaciones en las ciencias sociales y humanas*”, de Jorge Santos (UNaHur), trata da relevância metodológica de conceitos clássicos, como hipótese, prova etc., para a composição de projetos de investigação nas ciências humanas e sociais.

O eixo voltado para a filosofia da linguagem conta a valiosa contribuição da coordenadora do Grupo BA- LingPHil, com sede na SADAF, Ele-

onora Orlando (UBA, CONICET). Em seu artigo, “*Nombres de ficción, archivos mentales y actos de habla declarativos*”, ela sustenta que nomes próprios da ficção se referem a conceitos individuais; ideia a partir da qual propõe uma reinterpretação da clássica distinção entre usos metafictionais, parafictionais e fictionais de nomes próprios. Também contribuiu para o número outro membro do mesmo grupo, Sofia Checchi, com o artigo “*La situación de los slurs*”, que aborda um tema de grande popularidade no momento, os *slurs* de grupo.

Filósofos da mente, atuantes em outros grupos de pesquisa da SADF, também participaram do número, como Angelo Briones, com o artigo “*Teoría no-posesiva del Yo y el problema del dualismo*” e Jonathan Erenfryd, com “*¿Es circular el pragmatismo de conceptos?*”. Assim como o brasileiro Maylson Candeira, da UFMG, com um texto sobre intencionalidade e animais não-humanos. O número termina com dois artigos em português contendo revisões históricas do cânone analítico: “A penumbra do direito e a questão normativa das regras”, de Angelo Fernandes Baratella e Léo Peruzzo Júnior (ambos da PUCPR), e “O elemento de intenção nas Observações Filosóficas de Wittgenstein: fundamentos teóricos”, de Márcio Mello (UNIFESP).

É, enfim, com expectativas muito positivas que colocamos esses trabalhos em circulação, visando a impulsionar a integração entre alguns dos principais centros, linhas e grupos de pesquisa em filosofia analítica na América do Sul. Agradecemos, em especial, a todos os autores e revisores convidados e a todos os que participaram dessa iniciativa de superação de descontinuidades.

Eduarda Calado
Editora Convidada

SUMÁRIO

**INDUCCIÓN PESIMISTA: COMPROMISOS METAFÍSICOS Y
METODOLÓGICOS.....1**

Sasha D’Onofrio e Bruno Borge

**EL ROL DE LAS INTUICIONES EN LOS EXPERIMENTOS
MENTALES FILOSÓFICOS.....21**

Guadalupe Mettini

**REPRESENTACIÓN CIENTÍFICA Y PERSPECTIVISMO
REALISTA. HACIA UNA ARTICULACIÓN NATURALISTA.....42**

Cecília Pierola

**CONCEPTOS EPISTEMOLÓGICOS CLÁSICOS: SU UTILIDAD EN
LA CONSTRUCCIÓN DE TESIS Y DISERTACIONES EN LAS
CIENCIAS SOCIALES Y HUMANAS.....63**

Jorge Santos

**TEORÍA NO-POSESIVA DEL YO Y EL PROBLEMA DEL
DUALISMO.....86**

Angelo Briones

RAZÃO PRIMÁRIA, INTENÇÃO E ANIMAIS NÃO-HUMANOS..105

Maylson Candeira

LA SITUACIÓN DE LOS *SLURS*.....133

Sofia Checchi

**CONCEPTOS: SOBRE EL REPRESENTACIONALISMO Y EL
CARÁCTER PRESUNTAMENTE CIRCULAR DEL
PRAGMATISMO.....147**

Jonathan Erenfryd

**NOMBRES DE FICCIÓN, ARCHIVOS MENTALES Y ACTOS DE
HABLA DECLARATIVOS.....165**

Eleonora Orlando

**LÓGICA FORMAL VERSUS LÓGICA TRANSCENDENTAL:
SOBRE UM CAPÍTULO DA POLÊMICA ENTRE A FILOSOFIA
ANALÍTICA E O MOVIMENTO NEOKANTIANO EM TORNO AO
LOGICISMO.....187**

Lucas Alessandro Duarte Amaral

**CHISHOLM’S MODAL PARADOX: TWO APPROACHES
EXAMINED.....213**

Fernando Fabrício Rodrigues Furtado

**LA NEGACIÓN PARACONSISTENTE A LA LUZ DEL REALISMO
LÓGICO.....237**

Isis Urgell

**A PENUMBRA DO DIREITO E A QUESTÃO NORMATIVA DAS
REGRAS.....265**

Angelo Fernandes Baratella e Léo Peruzzo Júnior

**O ELEMENTO DE INTENÇÃO NAS OBSERVAÇÕES
FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN: FUNDAMENTOS TEÓRICOS
.....290**

Márcio Rodrigo Mello

**ANÁLISE DAS *CONSIDERAÇÕES INTEMPESTIVAS* A PARTIR
DAS CARTAS DE NIETZSCHE: INDICATIVO DE UMA
PERSPECTIVA ESTÉTICA E EDUCATIVA.....313**

Enock Silva Peixoto

**UMA CRÍTICA FILOSÓFICA À CRISTANDADE, SEGUNDO
KIERKEGAARD.....332**

Adenilton Moisés da Silva

**FAKE NEWS E COLONIALIDADE DE MENTES:
CONSIDERAÇÕES VIA PARADIGMA DA COMPLEXIDADE.....348**

Juliana Moroni

INDUCCIÓN PESIMISTA: COMPROMISOS METAFÍSICOS Y METODOLÓGICOS

Pessimistic induction: metaphysical and methodological commitments

Sasha D'Onofrio¹

Bruno Borge²

RESUMEN

En este trabajo, exploramos un aspecto problemático del principal argumento a favor del antirrealismo científico, conocido como la Inducción Pesimista (IP). Nuestro análisis se centra en la observación de que quien pretenda utilizar la IP como un argumento efectivo debería tener, en primer lugar, buenas razones para confiar en la inducción como forma de razonamiento ampliativo. Ello supone tomar posición respecto del llamado *problema de la inducción* y de las posibles estrategias para solucionarlo. Sostenemos que las posibles estrategias del defensor de la IP frente al problema de la inducción conducen a compromisos más fuertes que aquellos que pretende evitar con su argumento. Si bien esto no constituye una refutación de la IP ni de las posibles formas de antirrealismo que sustenta, afirmamos que pone al antirrealista en una aparente inconsistencia pragmática respecto de la adopción de compromisos metafísicos y metodológicos que dificultan la defensa general de su posición.

Palabras clave: Realismo científico. Inducción pesimista. Problema de la inducción. Empirismo constructivo.

ABSTRACT

In this paper, we explore a problematic aspect of the main argument in favor of scientific antirealism, the Pessimistic Induction (PI). Our analysis focuses on the observation that whoever wants to use PI as an effective argument should have good reasons to trust induction as a form of ampliative reasoning in the first place. This involves taking a position regarding the so-called *induction problem* and the possible strategies to solve it. We maintain that the possible strategies of the PI defender in the face of the problem of induction lead to stronger commitments than those he tries to avoid with his argument. Although this does not constitute a refutation of the PI nor of the possible forms of antirealism that it supports, we affirm that it puts the antireal-

¹ Universidad de Buenos Aires.

E-mail: sashadonofrio@gmail.com. ORCID: [0000-0002-7263-5975](https://orcid.org/0000-0002-7263-5975).

² Universidad de Buenos Aires.

E-mail: brunojborge@gmail.com. ORCID: [0000-0002-1755-9690](https://orcid.org/0000-0002-1755-9690).

ist in a pragmatic inconsistency regarding the adoption of metaphysical commitments that hinders the general defense of her position.

Keywords: Scientific realism. Pessimistic induction. Induction problem. Constructive empiricism.

1. Introducción

La Inducción Pesimista (IP) es el más célebre argumento contra el realismo científico. Sus bases conceptuales pueden encontrarse en Poincaré (1905), pero su formulación explícita se debe a Laudan (1981). El foco de su argumento consiste en desarticular la conexión entre el éxito predictivo de las teorías científicas y su verdad aproximada mediante la presentación de un catálogo de teorías falsas pero exitosas que pueblan la historia de la ciencia. A pesar de su nombre, algunos han cuestionado que su articulación más eficaz sea la de un razonamiento inductivo y sostienen, en cambio, que debe ser visto como una *reductio*, es decir, como un argumento deductivo que busca impugnar la suposición de que el éxito predictivo es una buena guía para dar con teorías aproximadamente verdaderas (e.g. PSILLOS 1996, LANGE 2002, SAATSI 2005). En el presente trabajo, no obstante, nos atenderemos a su formulación original y más corriente en el debate contemporáneo, a saber, la de una generalización inductiva que concluye la falsedad de las (exitosas) teorías actuales a partir de la base que brinda la historia de la ciencia (e.g. MAGNUS & CALLENDER 2004, WRAY 2013, HELD 2011).

Esta estrategia ha sido objeto de numerosas críticas por parte de los realistas. Una batería de objeciones se orientó a la formulación del argumento. Park (2011) y Mizrahi (2013) señalan que la IP es un argumento falaz construido a partir de datos estadísticos sesgados. En una línea semejante, Nola (2008) sugiere que una reconstrucción adecuada de la historia de la ciencia como base inductiva daría lugar más bien a una inducción optimista acerca la aproximación a la verdad de nuestras teorías. Otra línea que han adoptado los críticos consiste en señalar que la IP no es sensible a identificar el elemento o aspecto crucial de las teorías que resulta responsable del éxito predictivo. Si bien es cierto que muchas teorías exitosas fueron refutadas y

consecuentemente abandonadas, ese elemento crucial ha perdurado en las teorías subsiguientes dando lugar a un conocimiento creciente y acumulativo acerca de la naturaleza del mundo inobservable. Esta estrategia, bautizada por Psillos (1999) *divide et impera*, está detrás de la articulación de las posiciones realistas más influyentes en la actualidad, entre ellas, el realismo estructural epistémico de Worrall (1989), el realismo de entidades de Hacking (1983) y el semirrealismo de Chakravartty (2007).

En el presente trabajo, exploramos un aspecto problemático de la IP que resulta en algún sentido previo a estas consideraciones. Quien pretenda utilizar la IP como un argumento efectivo contra el realismo científico debería tener, en primer lugar, buenas razones para confiar en la inducción como forma de razonamiento ampliativo. Ello supone tomar posición respecto del llamado *problema de la inducción* y de las posibles estrategias para solucionarlo. Este problema es usualmente planteado como un dilema que abre dos vías de solución. Centrándonos en una de esas vías, sostenemos que a fin de adoptar una posición respecto de dicho problema que resulte coherente con sus objetivos, el antirrealista debe asumir compromisos metafísicos y metodológicos tanto o más fuertes que los que supone un realismo científico estándar. En definitiva, las posibles estrategias del defensor de la IP frente al problema de la inducción conducen a compromisos más fuertes que aquellos que pretende evitar con su argumento. Si bien este punto no constituye en sí mismo una refutación de la IP ni de las posibles formas de antirrealismo que sustenta, afirmamos que pone al antirrealista en una aparente inconsistencia pragmática respecto de la adopción de compromisos metafísicos que dificulta la defensa general de su posición.

En la sección 2, presentamos el problema de la inducción y las estrategias tradicionales para su solución. En la sección 3, relacionamos dichas estrategias con la articulación de la IP, mostrando por qué ellas son, o bien inconvenientes para el argumento antirrealista, o bien implican la adopción de compromisos metafísicos más fuertes que los que supone el realismo científico estándar. La sección 4 incluye las conclusiones y comentarios finales a este trabajo.

2. Inducción e inducción pesimista

2.1 *El problema*

El realista científico sostiene que hay una conexión entre el éxito predictivo y la verdad aproximada de las teorías científicas, pero la IP se propone mostrar que ese no es necesariamente el caso. Su estrategia consiste en presentar una lista de teorías que han resultado exitosas pero que actualmente fueron refutadas. Este argumento es importante dentro de la controversia entre realistas y antirealistas ya que sostiene que, al ser tales teorías refutadas, queda demostrado que sus términos teóricos no refieren a entidades inobservables tal como se creía en ese entonces. La conclusión es que incluso aquellas que son consideradas nuestras mejores teorías actuales no se aproximan a la verdad pese a su éxito predictivo, es decir, que su éxito no torna necesaria la existencia de las entidades inobservables postuladas por tales teorías.

Entre los problemas que podemos encontrar respecto del argumento, nos centraremos en aquellos que le incumben en tanto inferencia inductiva; en particular, nos centraremos en lo que se conoce como el *problema de Hume*. Se han desarrollado numerosos intentos por resolverlo o esquivarlo, ya que no solo tiene importancia en el contexto de la IP sino que la inducción es una importante herramienta -entre otras- a la hora de construir teorías (incluso aquellas teorías de las cuales la IP sostiene que no necesariamente son aproximadamente verdaderas).

En lo que sigue de la presente sección, situaremos la inducción dentro del contexto tratado por Hume, luego reconstruiremos los problemas tal como los reconoce el autor. En la siguiente sección, mostraremos las principales maneras de abordarlo para centrar nuestro posicionándonos desde la perspectiva de una de estas alternativas.

Hume sostiene que todo componente de nuestro pensamiento deriva de las percepciones. A partir de ellas se forman las ideas simples y, mediante distintos tipos de relaciones entre las ideas, se forman ideas de mayor grado de complejidad, ya más distantes respecto a la experiencia, pero siempre enraizadas en ella. Sin embargo, hay un tipo de relación entre ideas que nos

permite ir más allá de la evidencia de los sentidos y la memoria: dado cualquier par de objetos que se presenten contiguamente a la experiencia de manera constante, se establece una relación causal. La pregunta a este punto es cómo se logra este pasaje, este “ir más allá”. A la conjunción constante (CC) de dicho par de objetos en nuestra experiencia se adhiere la creencia natural que posee la mente de que así como ha sido en el pasado será en el futuro: el principio de uniformidad de la naturaleza (PU). De esta manera, la mente se ve habituada a realizar tales inferencias inductivas por relación y asociación de percepciones y de ideas en la vida cotidiana.

Es menester preguntarse en este punto si tal explicación, basada no solo en CC sino tomando su fuerza de PU, justifica con legitimidad la inferencia inductiva. Mostraremos en lo que resta de esta sección cuáles son los principales problemas que el mismo Hume reconoce.

En primer lugar, distinguimos entre dos tipos de argumentos posibles: éstos pueden ser, o bien demostrativos, o bien probables. La cuestión entonces radica -tal como la presenta Hume- en saber en qué tipo de justificación se basa la inferencia inductiva sostenida gracias a PU. Tomemos el primer cuerno del dilema y supongamos que se trata de un argumento demostrativo. Siguiendo esta línea, se propone como premisa que un argumento demostrativo es tal que la negación de su conclusión es contradictoria. Ahora bien, la negación de PU no es contradictoria. De ambas premisas se concluye PU no puede justificarse por medio de un argumento demostrativo. La otra vía es suponer que se trata de un argumento probable. En este caso, el problema es que todo argumento probable presupone PU, de modo que esto tornaría circular al argumento. De ello concluye que no existe argumento probable para PU. Tomando ambas conclusiones, tras haber recorrido ambas posibilidades, podemos sostener que no existe argumento para PU. Si esto es así, no hay una cadena inferencial que lo suponga y, por lo tanto, la inferencia inductiva no está justificada.

Puede decirse que el argumento puede ser formulado sin recurrir a PU, lo cual es cierto. Sin embargo, esto no representa una salida del dilema. En este caso, la segunda premisa del primer cuerno sostiene que la negación de una inferencia inductiva no es contradictoria. En el segundo cuerno la circularidad es todavía más clara, dado que un argumento probable es él

mismo una inducción. Las conclusiones extraídas son las mismas y el problema persiste.

Otra cuestión a destacar es que se han propuesto diversas interpretaciones sobre el significado de “demostrativo” y de “probable”. Tal vez la más intuitiva es identificarlos con “deductivo” e “inductivo” respectivamente, sin embargo esto podría suponer problemas con sostener que la negación de un argumento demostrativo es contradictoria. Otra alternativa, y solucionando lo anterior dicho, es interpretar un argumento demostrativo como aquel que es deductivamente válido con premisas *a priori* y un argumento probable como aquel que tiene al menos una premisa empírica pero, dado que comprendemos que pueden tratarse tanto de premisas como de razonamientos *a priori* y *a posteriori* respectivamente, adherimos en este trabajo a la posición que sostiene que dichos términos deben entenderse como “tener razonamiento *a priori*” y “tener razonamiento *a posteriori*” en cada caso.

2.2 Soluciones

Los dos cuernos del dilema de Hume conducen a dos vías de solución al problema de la inducción. El primer cuerno del dilema señala que no es posible establecer mediante un argumento deductivo la fiabilidad necesaria para los razonamientos inductivos. No obstante, ello deja abierta, como una primera vía de solución, la posibilidad de establecer *a priori* que las conclusiones de razonamientos inductivos (que satisfagan ciertos criterios) sean *probablemente verdaderas*³. Finalmente, ello implica argumentar en favor de algún tipo regularidad o uniformidad de la experiencia y/o la naturaleza. En pocas palabras, lo que se requiere es alguna *garantía* de que si un razonamiento inductivo brinda en sus premisas razones tan fuertes como es necesario para pensar que ha identificado una regularidad natural, podamos extender dicha regularidad a casos desconocidos (e.g. futuros). Este requisito se ha articulado en diferentes formulaciones del principio de uniformidad. El segundo cuerno, en cambio, habilita una solución *a posteriori* del proble-

³ Una manera diferente de abordar el problema fue presentado por Kant (1781) al cuestionar que los argumentos demostrativos son aquellos cuya conclusión es contradictoria basándose en la existencia de juicios sintéticos *a priori*. El atractivo y controversia respecto a esta postura han sido desarrollados ampliamente, motivo por el cual no profundizaremos en ella.

ma de la inducción. Esto implica poner en jaque de algún modo el presupuesto de no circularidad. Es decir, se trata de una justificación inductiva del principio de uniformidad. Como hemos visto, esto queda bloqueado por el rechazo de una justificación circular, y en este trabajo dejaremos de lado esa vía. Nuestra motivación para ello tiene dos aristas principales. La primera es de orden teórico: creemos que la justificación circular de la metodología inductiva conduce a quien tome esta vía a un callejón sin salida. No obstante, razones de espacio y foco nos llevan, en segundo término, a no exponer aquí nuestras consideraciones al respecto; posiblemente se trate de un tema a considerar en futuros trabajos. Por lo tanto, el presente trabajo debe ser tomado como una exploración de los resultados que el antirrealista encuentra al justificar mediante las opciones habilitadas por el primer cuerno del dilema de Hume el método de razonamiento que instancia el principal argumento a favor de su posición.

Eso nos deja, entonces, con la vía *a priori* de solución del problema de la inducción. Dentro de esta vía hay dos opciones principales. La primera implica echar mano del razonamiento probabilístico para dar cuenta de que, bajo ciertas circunstancias, las conclusiones de los razonamientos inductivos son probablemente verdaderas. La segunda opción consiste en argumentar en favor de algún fundamento explicativo de la regularidad natural. Dado que las versiones más populares de esta perspectiva han identificado a la leyes de la naturaleza con ese fundamento, este enfoque ha sido llamado *nomológico-explicativo* (Cf. HENDERSON 2020).

La apelación a razonamientos probabilísticos a fin como vía de solución al primer cuerno del dilema (de aquí en más, *enfoque probabilístico*), reúne en realidad varias estrategias próximas para dar cuenta del llamado *problema inverso*, a saber, el problema de cómo determinar las causas detrás de un conjunto de observaciones. Más precisamente, cómo estimar probabilidades para las hipótesis que dan cuenta de dichas causas a partir de cierto cuerpo de evidencia. Nos centraremos aquí en dos de las más populares. La primera apela a los resultados alcanzados por Bayes (1763). En pocas palabras, el enfoque bayesiano asigna una distribución de probabilidad a las hipótesis partiendo de una probabilidad *a priori* $p(H)$. A partir de un cuerpo de evidencia E, la probabilidad *a priori* se ajusta a según la regla de condicio-

nalización $p(H|E)$. El resultado es la llamada probabilidad *a posteriori*, que se calcula a partir de la regla de Bayes:

$$p(H|E) = \frac{p(E \vee H)p(H)}{p(E)}$$

El valor de la condicionalización $p(H|E)$ así calculado debe leerse como la probabilidad de H a la luz de E .

La segunda estrategia, desarrollada mayormente por Stove (1986), apela a silogismos estadísticos de la siguiente forma:

- 1 De todas las entidades que son M , m/n son P .
- 2 a es M .

Por lo tanto, a es P , con una probabilidad m/n .

La apuesta aquí es que en la medida en que este silogismo se acompañe con la observación de muestras suficientemente grandes de individuos, a partir de los cálculos de la distribución de muestreo se puede demostrar que a medida que aumenta el tamaño de la muestra, también aumenta la probabilidad de que la frecuencia de la muestra se encuentre en un rango que se aproxima mucho a la frecuencia de la población.

El enfoque nomológico-explicativo, por su parte, propone una actitud conciliadora entre la historia de la ciencia y su éxito a la vez que se propone como solución *a priori* del problema de la inducción mediante una concepción metafísica de la regularidad objetiva centrada en las leyes naturales. En la estrategia presentada por Armstrong (1983) y denominada por Psillos (1999) como *divide et impera* se expresa que si bien es cierto que aquellas que fueron consideradas como las mejores teorías del pasado fueron refutadas, tal como IP sostiene, éstas han sido exitosas: se debe a que incluyen componentes teóricos constitutivos de verdad que cumplen una función esencial en la generación de teorías, responsables también del éxito de nuestras mejores teorías actuales. Son estos componentes los que hacen que el éxito relativo a la aplicación empírica de la ciencia no sea un milagro y mediante los cuales se explica la regularidad que justifica la inducción. La idea es que se trata de aquellos componentes que describen leyes de la natu-

raleza, es decir, conexiones necesarias entre las propiedades naturales relacionadas, de manera tal que no puede no haber tal regularidad. Ellis (2001) describe esto como el comportamiento particular de una clase natural en cualquier mundo posible. Ambos autores ven en la necesidad una solución al problema de la inducción. Como sostiene Beebe (2011), lo mejor es entender el argumento presentado por Armstrong como una inferencia en dos pasos: en primer lugar, la premisa que sostiene la existencia de una conjunción constante en la observación es acompañada por la premisa que expresa la Inferencia a la Mejor Explicación (IME), dando como conclusión que tal conjunción se da por ley de la naturaleza; en segundo lugar, el paso deductivo consiste en sostener que tal ley implica que todos los casos no observados de dicha conjunción caen bajo la misma generalización.

3. Antirrealismo e inducción

En la sección precedente expusimos las bases conceptuales del problema de la inducción y presentamos brevemente las estrategias más comunes de solución en el marco del primer cuerno del dilema de Hume, el único que tendremos en cuenta en este trabajo. En los apartados siguientes procuraremos mostrar que los dos de los enfoques que se abren a partir de esta vía de solución (probabilístico y nomológico-explicativo) resultan inadecuados para el antirrealista. Como hemos adelantado, sostenemos, en primer lugar, que el enfoque probabilístico, incluso si fuera exitoso, requiere de condiciones que no se dan *de hecho* en la IP tal como ha sido formulada. En segundo término, afirmamos que el nomológico-explicativo conduce a compromisos metafísicos y metodológicos que son, respectivamente, pragmáticamente inconvenientes o inconsistentes con algunos presupuestos antirrealistas.

3.1 Inducción Pesimista y probabilidad

El enfoque probabilístico reúne dos estrategias próximas para resolver el problema de la inducción, la que apela a la regla de Bayes y la que hace uso de silogismos estadísticos. En tanto posibles soluciones, ambas enfrentan serios problemas. Algunas de las críticas tradicionalmente dirigidas al enfoque bayesiano, por ejemplo, ponen en duda su carácter de solución a

priori del problema de Hume. Las más comunes apuntan al origen de la elección de una distribución de probabilidad *a priori*. Laplace justificaba la asignación de una distribución uniforme por medio del Principio de Indiferencia, es decir, mediante la idea de que de no mediar razones para suponer que la probabilidad de alguna hipótesis es superior al resto se debe asignar a todas igual probabilidad. Tempranamente se mostró que sin restricciones este principio conduce a asignaciones inconsistentes de probabilidad (BERTRAND 1888). La tarea de justificar *a priori* dicho principio y las restricciones apropiadas no es para nada sencilla (Cf. WILLIAMSON 2007). Por otra parte, las interpretaciones subjetivistas (en las que la asignación de distribuciones puede modelarse en base al conocimiento de fondo o incluso opiniones personales) echan por tierra la posibilidad de argumentar *a priori* en favor de la asignación de probabilidades previas.

El uso de silogismos estadísticos tampoco está exento de problemas. El más comúnmente señalado está asociado al paso inferencial que pretende justificar la probabilidad de que la frecuencia observada en la muestra coincida con la frecuencia de la población total, es decir, el paso final del silogismo. Hacking (1975: 156–59) atribuye lo que considera un error a una mala interpretación de la ley de Bernouilli: lo que el teorema muestra es que es probable que la frecuencia de una muestra coincida con la frecuencia de la población en el sentido de que eso es “lo que usualmente ocurre”. No obstante, eso no implica que pueda considerarse probable en el sentido de ser “creíble en cada ocasión de uso”, es decir, que dada una población y una muestra cualquiera, debemos asignar alta probabilidad al hecho de que la frecuencia de la muestra coincida con la de la población. Es esto último lo que requiere la estrategia de Stove, y ello no puede obtenerse del teorema. El modo de lograr establecer la probabilidad de la coincidencia, entonces, es el usual: la aplicación del método de Bayes. Pero eso implicaría que la solución por vía de silogismos estadísticos colapsara con la bayesiana, heredando los problemas que acabamos de señalar.

No obstante, no nos adentraremos aquí en esas ni otras dificultades del enfoque probabilístico. Una primera razón para no hacerlo radica en que, en tanto soluciones al problema inverso, es decir, en tanto intentos de estimar probabilidades para las hipótesis que dan cuenta de las causas detrás de

un conjunto de observaciones, estas estrategias parecen estar en tensión con el espíritu empirista que caracteriza el antirrealismo científico. No obstante, la principal razón por la que no resulta necesario adentrarse en los pormenores del enfoque probabilístico es que, incluso si fuera correcto, resulta inadecuado para el argumento antirrealista en función del tipo de inducción que está en juego en su principal argumento.

Como hemos visto, la IP toma la forma de una generalización inductiva. Según Godfrey-Smith (2011: 34), “el concepto filosófico familiar de “inducción” ha combinado dos tipos de inferencia, cada uno de los cuales es explotado con éxito por la ciencia”. La primera es la *generalización a partir de muestras aleatorias*: “esta forma de inferencia tiene las siguientes características: el tamaño de la muestra importa, la aleatoriedad importa, la ‘legaliformidad’ [‘law-likeness’] o el ‘carácter natural’ no importan” (GODFREY-SMITH 2011: 42). La segunda inferencia o generalización es la *basada en clases o estructuras causales*, donde el tamaño y la aleatoriedad de la muestra no resultan relevantes, lo importante es que los casos seleccionados como base inferencial sean representativos de propiedades que son compartidas de manera uniforme por todos los miembros de la población. Por esa razón llama a estas inferencias “visto uno, vistos todos” (*seen one, seen all*) (2011: 42).

Según Mizrahi (2013: 3217), la IP no puede pertenecer al tipo *visto uno, vistos todos*, dado que la IP debe incluir entre sus premisas que las teorías pasadas “deben diferir de las teorías actuales en formas significativas”. Ello se fundamenta en la reconstrucción de la IP que Mizrahi toma de Lewis (2001). Como argumento esto resulta claramente insuficiente, dado que dos cosas pueden *diferir de formas significativas* y así y todo compartir suficientes propiedades como para constituir una clase y/o motivar inferencias (cualesquiera dos seres humanos parecen ser un buen ejemplo de este punto). Mizrahi, no obstante, nos da una pista más precisa de lo que está detrás de esta idea al apoyar esa conclusión en el siguiente argumento de Bird.

La falsedad de las teorías anteriores es la razón misma para desarrollar las nuevas, con miras a evitar esa falsedad. Sería tonto argumentar que, dado que ningún hombre ha corrido 100m. en menos de 9,5 segundos, ningún hombre lo hará. Por el contrario, las mejoras en los tiempos estimulan a otros competidores, fomentan mejo-

ras en las técnicas de entrenamiento y demás, lo que hace que la probabilidad de una marca inferior a 9,5 segundos en los 100m. sea bastante alta en el futuro cercano. La analogía es imperfecta, pero lo suficientemente cercana como para arrojar dudas sobre la inferencia pesimista de Laudan. (Bird 2007: 80)

La analogía puede o no ser lo suficientemente buena para arrojar sospechas sobre el argumento de Laudan, pero sin dudas resulta insuficiente para establecer que las teorías pasadas y las actuales difieren en formas significativas de modo tal que inferencias acerca de su verdad quedan bloqueadas. Por el contrario, la mejora en las técnicas empleadas y los estímulos que la competencia misma impone parecen sugerir que, al igual que los récords vigentes, las teorías actuales también serán superadas. Eso parece llevar agua para el molino del antirrealista. A menos que se pruebe que la continuidad respecto de ciertos métodos o motivaciones implica necesariamente una aproximación continua a la verdad a lo largo del cambio teórico, la analogía acaba mostrando más bien lo contrario de lo que intenta probar: que con independencia de sus valores de verdad, las sucesivas teorías de la ciencia madura no parecen diferir en aspectos significativos.

Consideramos, por tanto, que no es de modo alguno obvio que la IP no pueda corresponder al tipo de inferencia *visto uno, vistos todos*. De todos modos, no nos abocaremos a fundamentar ese punto, en tanto el enfoque probabilístico está dirigido a justificar el primer tipo de inferencia, es decir, el de *generalización a partir de muestras aleatorias*. Y, al respecto, nuestra observación es muy sencilla: la IP simplemente *no es* una generalización a partir de una muestra aleatoria. El punto puede mostrarse intuitivamente si se atiende al listado de teorías elaborado por Laudan. Como observa Park (2011: 83):

La inducción pesimista es una falacia estadística sesgada. Quién realiza la inducción tomó muestras de la ciencia antes del siglo XX. [...] El requisito mínimo para muestras justas es que se seleccionen aleatoriamente de las ciencias de antes y después del año 1900. Las muestras de Laudan no cumplen con este requisito.

De hecho, Mizrahi (2013: 3222) fue más allá de sugerir como plausible este punto. A partir de diccionarios de ciencias especiales formó un lote de 124 teorías reconocidas por la comunidad científica (que incluía las mencionadas por Laudan). Con el uso de un software, generó una muestra

puramente aleatoria de 40 teorías, que se dividió de la siguiente manera: 29 teorías aceptadas (72%), 6 teorías abandonadas (15%), y 5 teorías en debate (13%). El resultado, lejos de motivar una conclusión pesimista, parece sugerir la posibilidad de construir una inducción optimista, como la propuesta por Nola (2008).

Si la IP no es una inducción basada en una muestra aleatoria, el enfoque probabilístico no resulta útil para brindar una solución al problema de la inducción alineada con los intereses específicos del antirrealista. Veamos qué ocurre con el enfoque nomológico-explicativo.

3.2 La Inducción pesimista bajo el enfoque nomológico-explicativo

En 1998, André Kukla realizó la tarea de sistematizar y estratificar en familias de variedades algunas intuiciones y posiciones metafísicas generales correspondientes a diversas posturas respecto del estatus ontológico de distintos tipos de entidades. Tales variedades en posiciones son el resultado moderno de debates antiguos y la base de debates actuales. Sin bien la estratificación puede resultar en lo fino problemática, es a grandes rasgos asumida como adecuada. La división principal es entre *variedades horizontales*, las cuales representan posiciones respecto a qué entidades existen, y *variedades verticales*, tesis que especifican posturas en relación a dichos compromisos. El primer grupo consta de la siguiente lista de hipótesis, las cuales corresponden, en principio, cada una a una postura respecto a la ontología del mundo (KUKLA 1998: 3-4):

- 1 Los datos-sensibles, como “cosa de apariencia verdosa”, existen.
- 2 Los objetos perceptibles del sentido común –palos y piedras– existen.
- 3 Las entidades inobservables postuladas por las teorías científicas, como los electrones y procesos mentales inconscientes, existen.
- 4 Entidades abstractas atemporales como los números, conjuntos y proposiciones, existen.

Al respecto, hay dos aclaraciones pertinentes que el autor destaca a este punto: en primer lugar, la existencia que se menciona en estas hipótesis no debe ser tomada como concepto definido, ya que será especificado en las correspondientes tesis verticales. En segundo lugar, aunque no menos importante, si bien las hipótesis son entre sí lógicamente independientes, es regular que los defensores de una tesis acepten sin problema las tesis que conllevan menos compromiso ontológico: así por ejemplo, quienes aceptan la existencia de entidades inobservables no suelen tener problemas con objetos perceptibles del sentido común. Esto es así con excepción del platonismo puro, postura que sostiene la existencia únicamente de entidades abstractas, es decir del tipo 4 pero no de los anteriores. Por el contrario, la hipótesis 1 suele ser la más aceptada y fuera de debates, por lo que la daremos por sentado en lo siguiente. Lo más relevante está en que no se da el caso contrario: por ejemplo, sostener que el tipo último de entidades está compuesto por objetos perceptibles del sentido común conlleva el compromiso de negar entidades inobservables postuladas por las teorías científicas y, más aún, entidades abstractas atemporales. En esta línea, el realismo científico es la conjunción de la hipótesis 3 con la hipótesis 2 -algunas variantes aceptan también la hipótesis 4-, mientras que el antirealismo científico sostiene 2 en conjunción con la negación de 3 y, claro está -o al menos eso se espera dada la *implicación pragmática* que se suele sostener-, la negación de 4.

Como ya fue señalado, IP es considerado el principal argumento antirealista. Por su parte, los realistas también tienen un arma de peso semejante: el *argumento de no milagro* (ANM). Éste sostiene, en definitiva, que la mejor explicación para el éxito de la ciencia es que sus mejores teorías sean aproximadamente verdaderas; caso contrario se trataría de un milagro (PUTNAM 1975). En este marco, el enfoque nomológico-explicativo (ARMSTRONG 1983; ELLIS 2001; FOSTER 2004) se erige como postura conciliadora entre la historia de la ciencia y su éxito. La manera en que lo hace es sosteniendo que en las teorías se encuentran ciertos componentes teóricos constitutivos de verdad, correspondientes a leyes naturales que dan cuenta de las regularidades estructurales mediante conexiones necesarias entre los universos de los ítems relacionados. Tales componentes son los res-

ponsables del éxito de las teorías pasadas y se mantienen en las mejores teorías actuales, pese a que en ninguna de ellas los ítems teóricos designan entidades inobservables existentes. Acordando con Beebe (2011), lo mejor es entender este argumento en dos partes: la parte inductiva sostiene que la mejor explicación para todos los casos de regularidades observadas es que tales casos pertenecen a un conjunto mayor donde los universos de dichos particulares se relacionan mediante un universal de segundo orden: conexión necesaria; la segunda parte del argumento, la parte deductiva, consta de sostener que aquellos casos no observados donde se presentan tales particulares forman parte del mismo universo y que, por lo tanto, la conexión necesaria entre ambos ítems también se dará de manera regular, así como fue dada en casos observados. Los componentes teóricos presentes en teorías exitosas tanto pasadas y presentes dan cuenta de tal regularidad universal y estructural de la naturaleza.

Se puede señalar que se trata de la mejor explicación por defecto, es decir porque es la única explicación. Según esta postura, si bien se podría explicar por qué se da una regularidad en particular *a lo hume*, diferente es explicar por qué existe la regularidad en el universo. En el primer caso, la mayoría de las explicaciones consisten en adaptar la regularidad a una más general, no requiriéndose la apelación a la necesidad. Sin embargo, en el caso de las generalizaciones universales parece ser que no hay escapatoria: la única y por lo tanto mejor explicación es que haya entre los universales conexiones necesarias. Pese a que de este hecho pareciera tal vez recoger el argumento mayor solidez, las críticas principales han tomado dos carriles: el carril del escepticismo respecto a IME en general o respecto a su uso en algunos contextos particulares, tales como en la justificación de la inducción (VAN FRAASSEN 1980, 1989); o negar la inteligibilidad del concepto humeano de conexión necesaria, sosteniendo que es inútil a la hora de responder al problema de la inducción (BEEBEE 2006). Propuestas alternativas buscan ser ajenas al planteamiento de leyes metafísica sólidas e incluso se preguntan por la necesidad de que las leyes generales se extiendan sobre casos no observados.

Sin embargo, aquí no nos interesa si se trata de una propuesta viable o cuáles son sus problemas centrales sino qué compromisos metafísicos y

metodológicos subyacen a su adopción. En primer lugar, uno debería ser capaz de destacar aquellos componentes teóricos fundamentales en las teorías teniendo en cuenta tanto el carácter de teórico como de fundamental. Si bien se han planteado muchos y variados criterios para distinguir entre lo teórico y lo no-teórico de las teorías, ninguno de ellos es satisfactorio respecto a las intuiciones que se busca sean reflejadas en los resultados (Achinstein 1989). Se puede responder que basta con recorrer las teorías exitosas del pasado y del presente para rastrear aquellas regularidades, sin embargo para que tal tarea sea posible tal vez habría que ya tener en mente cuáles son las regularidades que se pretenden encontrar, volviendo el proceso forzado y el resultado inocuo (en caso de que fuese posible recorrer todas las teorías consideradas exitosas o que pudiese plantearse un criterio certero para determinar un límite en la cantidad y variedad de teorías examinadas).

Sea como fuere, el carácter fundamental de tales componentes se debe a que reflejan conexiones habidas necesariamente entre los universos de los ítems a los que la teoría refiere, por lo tanto aceptar tal enfoque conlleva la aceptación de universales de primer y segundo orden. En otras palabras, sostener que la regularidad observada es parte de la regularidad necesaria de la naturaleza, la cual es fundamento de la inducción y explica el éxito de nuestras mejores teorías actuales como de aquellas que han sido refutadas, conlleva comprometerse con “entidades abstractas atemporales” (KUKLA 1998): el resultado parece ser la adopción de compromisos que incluso muchos realistas se rehusan en aceptar.

Vale repetir a este punto que aceptar la existencia de entidades abstractas atemporales conlleva la aceptación de los anteriores niveles de compromiso: en particular de las entidades abstractas de las teorías científicas; al menos que se esté en desacuerdo con la escala de compromiso ontológico trabajada por Kukla y se presenten aclaraciones y explicaciones pertinentes al respecto. Dígase claramente: al menos que se presenten las justificaciones requeridas, no se comprende la apelación legítima de la estrategia nomológico-explicativa por parte de aquellas corrientes que pretenden no sostener compromisos realistas de los más fuertes -del tipo 4- y tampoco caer en inconsistencias pragmáticas que vayan en contra de intuiciones fuertemente arraigadas, defendidas y utilizadas en los esquemas dentro de los cuales se

sostienen aquellos estandartes que tales posturas defienden; cómo es que alguien que defiende el antirrealismo científico puede hacer propia esta estrategia sin considerar que resulta preciso explicar por qué se siente cómodo defendiendo la existencia de universales pero no a la hora de aceptar la existencia de, por ejemplo, electrones: uno esperaría que tras aceptar relaciones de causalidad necesaria entre universales se pudiese estar de acuerdo con que los números son entidades objetivas, mucho más fácil debería resultar entonces aceptar que lo son las entidades inobservables planteadas por aquellas teorías que hoy en día resultan exitosas -al menos que desde antirrealismo se haga una conversión al platonismo-. De hecho, dentro del enfoque presentado y conservando consistencia pragmática, bien podrían los componentes teóricos fundamentales de una teoría denotar universales que se instancian en inobservables. En resumen, el enfoque nomológico-explicativo no resulta suficiente como estrategia conciliadora, no al menos si se pretende que la conciliación sea aceptada por los corazones menos realistas sin necesidad de aclaraciones *ad-hoc*.

4. Conclusión

En las secciones precedentes hemos procurado mostrar que las vías habilitadas al antirrealista por el primer cuerno del dilema de Hume para justificar el método de razonamiento que instancia la IP (es decir, el principal argumento a favor de su posición), o bien resultan simplemente inadecuadas para el argumento, o bien conducen a compromisos metafísicos y metodológicos inconvenientes dados sus compromisos previos. Las estrategias propias del enfoque probabilístico no resultan adecuadas dado que, incluso suponiendo su efectividad, requerirían que la IP tenga una forma que, de hecho, no tiene, a saber, la de una inducción basada en una muestra aleatoria. Hemos sugerido, siguiendo a Mizrahi, que cuando la IP es formulada a partir de una muestra genuinamente aleatoria sus resultados contradicen los de la conclusión de Laudan. En cuanto al enfoque nomológico-explicativo, sostenemos que los compromisos metodológicos y metafísicos requeridos superan por mucho los límites antirealistas. En primer lugar, se debe contar con un criterio de distinción entre lo que hay de teórico y no-teórico en las

teorías y, en segundo lugar, se requiere la aceptación de la existencia de entidades abstractas atemporales. De ser así, bien puede adoptarse una posición platonista o bien puede incluirse la aceptación que nuestras mejores teorías son aproximadamente verdaderas, esto es que sus términos teóricos refieren a entidades inobservables; de otra manera la inconsistencia pragmática habida entre el antirealismo y dicho enfoque solo puede ser salvada con aclaraciones *ad hoc* referentes a la escala presentada por Kukla.

Referencias

ACHINSTEIN, Peter. “Términos teóricos”. En OLIVÉ, León y PÉREZ RANSANZ, Ana Rosa (comps.). *Filosofía de la ciencia: teoría y observación*. México: Siglo XXI, 1989, 355-381.

ARMSTRONG, David Malet. *What is a Law of Nature?* Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BEEBEE, Helen. *Hume on causation*. London: Routledge, 2006.

BEEBEE, Helen. “Necessary connections and the problem of induction”. *Noûs*, v. 45, N. 3, 2011, pág. 504-527.

BAYES, Thomas. “An Essay Towards Solving a Problem in the Doctrine of Chances”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, v. 53, 1763, pág. 370–418.

BERTRAND, Joseph. *Calcul des probabilités*. París: Gauthier-Villars, 1888.

BIRD, Alexander. “What is scientific progress?” *Noûs*, v. 41, 2007, pág. 64–89.

CHAKRAVARTTY, Anjan. *A metaphysics for scientific realism: Knowing the unobservable*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ELLIS, Brian. *Scientific Essentialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FOSTER, John. *The Divine Lawmaker*. Oxford: Oxford University, 2004.

GODFREY-SMITH, Peter. “Induction, samples, and kinds”. In CAMPBELL; Joseph Keim, O’ROURKE, Michael; & SLATER, Matthew (Eds.). *Carving nature at its joints: Topics in contemporary philosophy*. Cambridge: Bradford Books, 2011, p. 33–52).

HACKING, Ian. *The Emergence of Probability: a Philosophical Study of Early Ideas About Probability, Induction and Statistical Inference*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

HACKING, Ian. *Representing and intervening: Introductory topics in the philosophy of natural science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HELD, Carsten. "Truth does not explain predictive success". *Analysis*, v. 71, N.1, 2011, pág 232-234.

HENDERSON, Leha. "The problem of induction". In ZALTA, Edward (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, 2020.

KUKLA, Andre. *Studies in scientific realism*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

LANGE, Mark. "Baseball, pessimistic inductions and the turnover fallacy". *Analysis*, v. 62, N. 4, 2002, pág. 281–285.

LAUDAN, Larry. "A confutation of convergent realism". *Philosophy of Science*, v. 48, N. 1, 1981, pág. 19–49.

LEWIS, David. "Why the pessimistic induction is a fallacy". *Synthese*, v. 129, N. 3, 2001, pág. 371–380.

MAGNUS, Paul D. & CALLENDER, Craig. "Realist ennui and the base rate fallacy". *Philosophy of Science*, v. 71, N. 3, 2004, pág. 320–338.

MIZRAHI, Moti. "The pessimistic induction: a bad argument gone too far". *Synthese*, v. 190, N. 15, 2013, pág. 3209-3226.

NOLA, Robert. (2008). "The optimistic meta-induction and ontological continuity: The case of the electron". In SOLER Lena, SAKEY Howard, & HOYNINGEN-HUENE Paul (Eds.), *Rethinking scientific change and theory comparison: Stabilities, ruptures, incommensurabilities?* Dordrecht: Springer, 2008, p. 159–202.

PARK, Seungbae. "A confutation of the pessimistic induction". *Journal for General Philosophy of Science*, v. 42, N. 1, 2011, pág. 75–84.

POINCARÉ, Henri. *Science and hypothesis*. New York: Dover, 1905.

PUTNAM, Hilary. *Mathematics, matter and method, Vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

PSILLOS, Stathis. "Scientific realism and the pessimistic induction". *Philosophy of Science*, v. 63, N. 5, 1996, pág. 306–314.

PSILLOS, Stathis. *Scientific realism: How science tracks truth*. London: Routledge, 1999.

SAATSI, Juha T. "On the pessimistic induction and two fallacies". *Philosophy of Science*, v. 72, N. 5, 2005, pág. 1088–1098.

STOVE, David Charles. *The Rationality of Induction*. Oxford: Clarendon Press, 1986.

VAN FRAASSEN, Bas. *The Scientific Image*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

VAN FRAASSEN, Bas. *Laws and Symmetry*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

WILLIAMSON, Jon. "Motivating Objective Bayesianism: From Empirical Constraints to Objective Probabilities". In HARPER, William and WHEELER, Gregory (ed.). *Probability and Inference: Essays in Honor of Henry E. Kyburg Jr.* London: College Publications, 2007, p. 155-183.

WORRALL, John. "Structural realism: the best of both worlds?" *Dialéctica*, v. 43, N. 1-2, 1989, pág. 99-124.

WRAY, K. Brad. "Success and truth in the realism/anti-realism debate". *Synthese*, v. 190, 2013, pág. 1719–1729. doi:10.1007/s11229-011-9931-7.123

EL ROL DE LAS INTUICIONES EN LOS EXPERIMENTOS MENTALES FILOSÓFICOS

On the role of the intuitions in philosophical mental experiments

Guadalupe Mettini¹

RESUMEN

Las situaciones hipotéticas y los contrafácticos han aparecido, al menos desde 1970, en sustanciales contribuciones en Filosofía Analítica. El empleo de este tipo de suposiciones se ha identificado con la práctica argumentativa denominada *experimentación mental*. Existen varias interpretaciones sobre la epistemología de este tipo de experimentos. Los análisis de estas prácticas coinciden en atribuir un papel relevante a las intuiciones en su funcionamiento. En principio, la descripción de una situación hipotética invoca ciertas intuiciones del lector. La pregunta: “¿qué sucedería?” es respondida de manera casi instantánea debido a que tiene lugar algún tipo de razonamiento no consciente. Desde algunas perspectivas, las intuiciones funcionan como evidencia de la aplicabilidad de un concepto o de la plausibilidad de una explicación. El escepticismo respecto de la legitimidad de los experimentos mentales pone en duda la confiabilidad de las intuiciones para justificar tesis filosóficas. El objetivo de este trabajo es presentar un panorama general de la discusión sobre la contribución al conocimiento filosófico que los experimentos mentales pueden realizar y precisar el rol que las intuiciones desempeñan en estos dispositivos.

Palabras clave: Experimentos mentales. Intuiciones. Filosofía analítica. Justificación.

ABSTRACT

Hypothetical and counterfactual situations appeared, at least since 1970, in substantial contributions in Analytical Philosophy. The use of this type of suppositions has been identified with the argumentative practice known as thought experimentation. There is a variety of interpretations of the epistemology of this type of experiment. The analyzes of these practices coincide in attributing a relevant role to the intuitions in their operation. A description of a hypothetical situation invokes certain intuitions of the reader. The question: "What would happen?" it is answered almost instantaneously because some kind of unconscious reasoning takes place. For some perspectives, intuitions serve as evidence of the applicability of a concept or the

¹ Universidad Nacional del Litoral.

E-mail: guadalupemettini@gmail.com. ORCID: [0000-0002-9081-5881](https://orcid.org/0000-0002-9081-5881).

plausibility of an explanation. Skepticism about the legitimacy of thought experiments calls into question the reliability of intuitions to justify philosophical theses. The purpose of this work is to present an overview of the discussion on the contribution to philosophical knowledge that thought experiments can make and to specify the role that intuitions have on these devices.

Keywords: Thought experiments. Intuitions. Analytical philosophy. Justification.

Introducción

Las situaciones hipotéticas y los contrafácticos han aparecido, al menos desde 1970, en sustanciales contribuciones en Filosofía de la Mente, Filosofía del Lenguaje y Epistemología. En general, el empleo de este tipo de suposiciones ha sido identificado con la práctica argumentativa denominada *experimentación mental*. La proliferación del uso de estos dispositivos es tan amplia que algunos epistemólogos han afirmado que los experimentos mentales han suplantado al análisis conceptual como método distintivo de la filosofía analítica (Horowitz y Massey, 1991, p.1).

En el contexto de las ciencias fácticas la elaboración y discusión de experimentos mentales con el fin de ilustrar hipótesis y argumentos constituyó una práctica frecuente en los trabajos de Aristóteles y en los diálogos de Galileo. Durante el desarrollo de las ciencias naturales en los siglos XVI y XVII, la intervención activa en el mundo material y la posibilidad de reproducción de los procedimientos experimentales, se convirtieron en características esenciales de la experimentación. Estas circunstancias desplazaron hasta finales del siglo XIX y principios del siglo XX, a los modelos de experimentación basados en idealizaciones. En la práctica científica actual, los experimentos mentales forman parte del razonamiento científico especialmente en áreas en las cuales la experimentación real es muy difícil o imposible, como la cosmología, pero sus funciones han sido en gran parte por las simulaciones computacionales.

Los experimentos mentales filosóficos consisten en la descripción de una situación hipotética cuya contemplación evoca ciertas intuiciones del lector. El propósito de este ejercicio es examinar un supuesto filosófico poniendo a prueba su capacidad para explicar una situación, dar respuesta a un

dilema o evaluar una hipótesis. Los experimentos mentales se han empleado también para ilustrar una posición abstracta, detectar la vaguedad en el uso de un concepto, identificar casos límite de un concepto o para dar apoyo a una teoría filosófica. Además de la diversidad de propósitos para los cuales se han usado, existe una gran controversia acerca de la legitimidad de esta estrategia metodológica dentro de la argumentación filosófica. El objetivo de este trabajo es presentar un panorama general de la discusión sobre la contribución al conocimiento filosófico que los experimentos mentales pueden realizar y precisar el rol que las intuiciones desempeñan en estos dispositivos.

Las intuiciones pueden ser caracterizadas como tendencias a aceptar ciertas proposiciones como verdaderas. La discusión filosófica sobre su naturaleza y su rol epistemológico es vasta. Circunscrita a la cuestión de cómo es posible obtener nuevo conocimiento filosófico y qué herramientas metodológicas son útiles y legítimas para este fin, las intuiciones se han vinculado al análisis de situaciones hipotéticas como puntos de partida de esta clase de exploración, como elementos fundacionales o como puntos de llegada de este tipo de examen. Interesa aquí indagar su papel evidencial, es decir, evaluar si pueden desempeñar un rol en la justificación de hipótesis en el método de análisis de casos que aquí se restringe a los experimentos mentales.

La pregunta en torno a la cual se estructura esta indagación es: ¿qué papel desempeñan las intuiciones en los juicios formados a partir de la ejecución de un experimento mental? En general se asume que las hipótesis filosóficas son testeadas contra un trasfondo de intuiciones y que su acuerdo con éstas constituye evidencia a favor de la hipótesis en cuestión mientras que el desacuerdo con tales intuiciones constituye evidencia en contra de tal hipótesis. Lejos de explicar suficientemente el rol de las intuiciones en los razonamientos que tienen lugar en los experimentos mentales, esta idea introduce otras preguntas acerca de la naturaleza de las intuiciones: ¿cuál es la procedencia de las intuiciones a las que apelan los experimentos mentales? ¿Qué particularidades tienen las intuiciones filosóficas? ¿De qué manera son relevantes en un razonamiento hipotético? ¿Existen criterios de corrección para las intuiciones? ¿Pueden los experimentos mentales evocar intuiciones

incorrectas? Aunque este trabajo no es capaz de zanjar todas estas cuestiones, postula una respuesta general a estos interrogantes.

En la primera sección del artículo se presentan tres experimentos mentales a partir de los cuales se delinean los rasgos comunes a estos dispositivos y se identifican las funciones que en ellos desempeñan las intuiciones. En la segunda sección se examinan sucintamente las posiciones optimistas y escépticas respecto de los poderes epistémicos de los experimentos mentales filosóficos. En la tercera sección se elabora, recurriendo a una serie de teorizaciones relevantes, una caracterización de las intuiciones en filosofía. En la cuarta sección se extraen algunas conclusiones sobre el rol que las intuiciones evocadas en los experimentos mentales pueden desempeñar en la justificación de hipótesis filosóficas.

1. Los experimentos mentales en filosofía

Los tres experimentos mentales presentados a continuación han dado lugar a largas controversias. Los casos exhiben rasgos característicos de estos dispositivos.

1. El Sr. Smith

Supongamos que Smith y Jones han solicitado un determinado trabajo. Y supongamos que Smith tiene una fuerte evidencia de la siguiente proposición conjuntiva:

(d) Jones es el hombre que conseguirá el trabajo, y Jones tiene diez monedas en su bolsillo.

La evidencia de Smith para (d) podría ser que el presidente de la compañía le aseguró que al final Jones sería seleccionado, y que él, Smith, había contado las monedas en el bolsillo de Jones diez minutos antes.

La proposición (d) implica:

(e) El hombre que obtendrá el trabajo tiene diez monedas en su bolsillo. Supongamos que Smith ve la vinculación de (d) a (e), y acepta (e) sobre la base de (d), para lo cual tiene pruebas contundentes. En este caso, Smith está claramente justificado al creer que (e) es cierto.

Pero imagina, además, que aunque Smith no lo sabe, él mismo, no Jones, conseguirá el trabajo. Y, también, aunque esto es desconocido para Smith, él mismo tiene diez monedas en su bolsillo. La proposición (e) es entonces verdadera, aunque la proposición (d), de la cual Smith dedujo (e), es falsa. En nuestro ejemplo, entonces, todos los enunciados siguientes son verdaderos: (i) (e) es cierto, (ii) Smith cree que (e) es verdadero, y (iii) Smith está justificado en creer

que (e) es verdadero. Pero es igualmente claro que Smith no sabe que (e) es verdadero; porque (e) es verdadero en virtud del número de monedas en el bolsillo de Smith, mientras que Smith no sabe cuántas monedas hay en el bolsillo de Smith, y basa su creencia en (e) en un recuento de las monedas del bolsillo de Jones. (Gettier, 1961, p. 122)

El caso de Smith está destinado a problematizar la noción tradicional de conocimiento. Gettier sugiere que la definición: “creencia verdadera justificada” no enuncia las condiciones suficientes para atribuir conocimiento. El experimento mental es un contraejemplo de esta noción porque las intuiciones preteóricas de un lector promedio socavan la noción de conocimiento que es el objetivo del caso. En otras palabras, para Gettier es claro que en un caso como el propuesto el sujeto en cuestión tiene una creencia verdadera justificada que no es conocimiento. El experimento proporciona evidencia a favor de la hipótesis de Gettier, esto es que la noción de creencia verdadera justificada no enuncia las condiciones suficientes para obtener conocimiento, porque un lector aleatorio del experimento se inclinaría a coincidir con Gettier.

II. El Violinista

Pero ahora déjame pedirte que te imagines esto. Te levantas por la mañana y te encuentras de espaldas en la cama con un violinista inconsciente. Un famoso violinista inconsciente. Se descubrió que tenía una enfermedad renal grave, y la Sociedad de Amantes de la Música ha examinado todos los registros médicos disponibles y descubrió que solo tú tienes el tipo de sangre adecuado para ayudarlo. Por lo tanto, te han secuestrado, y durante la noche el sistema circulatorio del violinista fue conectado al tuyo para que tus riñones puedan usarse para extraer venenos de su sangre (...). El director del hospital te dice:

"Mira, lamentamos que la Sociedad de Amantes de la Música te haya hecho esto; nunca lo hubiéramos permitido si lo hubiéramos sabido. Pero aún así, lo hicieron, y el violinista ahora está conectado a ti. Si te desconectaras lo matarías. Pero no importa, es solo por nueve meses. Para entonces ya se habrá recuperado de su dolencia, y puede ser desconectado de manera segura".(Thomson, 1971, pp. 48-49)

Thomson se propone discutir la permisibilidad moral del aborto proponiendo un caso análogo. El experimento estipula un escenario en el cual es posible separar, al menos teóricamente, la obligación moral de salvar una vida, del deber de disponer aquello necesario para sustentarla. El caso tiene

la virtud de poner al lector en la posición de protagonista. El planteo sugiere que al encontrarse en una situación como la descrita el lector podría optar por desconectarse del violinista sin avasallar con eso los derechos de este último. Aquello que intuitivamente parece justo hacer en el caso debería valer (bajo el supuesto de que el excepcionalismo de primera persona esta moralmente prohibido) para otros casos.

III. La habitación China

Imagina un hablante nativo de inglés que no sabe chino encerrado en una habitación llena de cajas de símbolos chinos (una base de datos) junto con un libro de instrucciones para manipular los símbolos (el programa). Imagina que las personas fuera de la sala envían otros símbolos chinos que, desconocidos para la persona en la sala, son preguntas en chino (*input*). E imagina que, siguiendo las instrucciones del programa, el hombre de la sala puede devolver los símbolos chinos que son respuestas correctas a las preguntas (*output*). El programa permite que la persona en la sala pase el test de Turing para entender chino, aunque no entienda una palabra de chino. (Searle², 1999, p. 115)

El punto del argumento es para Searle que si el hombre en la habitación no entiende Chino sobre la base de implementar el programa apropiado para entender Chino, entonces tampoco lo hace ninguna computadora digital. El experimento está dirigido principalmente a refutar la tesis de acuerdo con la cual una máquina que puede generar, ejecutando un algoritmo, una serie de *outputs* indistinguibles de las respuestas humanas es capaz de pensar. Esta idea está asociada a la *Tesis de la Inteligencia Artificial Fuerte* de acuerdo con el cual la inteligencia artificial cognitiva comprende tanto a las personas como a las computadoras, pues ambos sistemas son manifestaciones de un mismo fenómeno subyacente (Ver Skidelsky, 2016, p. 340). Los defensores de esta tesis sostuvieron que una máquina capaz de realizar exitosamente estas operaciones, puede decirse que literalmente entiende una historia y que tanto la máquina como el programa explican la capacidad humana de comprender y dar respuesta a preguntas (Ver Searle, 1980, pp. 353-355). La perspectiva de Searle es fundamentalmente que las satisfacción de las condiciones anteriores, básicamente pasar el test de Turing, no son sufi-

² La versión original del experimento aparece en y es de 1980, la que presento aquí es una versión que Searle proporcionó en 1999 y que es posterior a muchas de las críticas y discusiones suscitadas por el experimento original.

cientes ni para dar lugar a ni para explicar el fenómeno de la intencionalidad. La intuición subyacente al experimento es que es obvio para el lector que el sujeto en la situación descrita no entiende ni una palabra de Chino (Searle, 1980, p. 356). Para Searle los seres humanos tienen una noción intuitiva de intencionalidad y es evidente que al contrastar la tesis de la inteligencia artificial con esta intuición, la hipótesis resulta falsa.

Los casos propuestos constituyen ejemplos clásicos de una forma de exploración “de sillón” que es común a la filosofía y a las ciencias empíricas. Esta metodología consiste fundamentalmente en la descripción de un escenario hipotético o contrafáctico que emula una situación experimental y que se propone para evaluar una hipótesis. Este ejercicio imaginativo posibilitaría, en principio, una ampliación o corrección de conocimiento filosófico relativo al asunto en cuestión. El primer y el tercer ejemplar se proponen examinar el alcance de una definición y de una tesis respectivamente, apelando a intuiciones. El segundo caso plantea un dilema y se propone propiciar una interpretación posible apelando a una analogía que dispara intuiciones favorables a la interpretación apoyada por la autora. Todos los casos proponen aplicar hipótesis filosóficas de fondo a un escenario en el que se abstraen ciertas variables y se adicionan detalles. Asimismo, suponen que el experimentador o el lector del experimento tiene acceso privilegiado a las intuiciones que el escenario dispara, es decir, asume que en ellos el lector se constituye directa o indirectamente como actor o protagonista de la situación descrita.

2. Optimismo y escepticismo

Las posiciones optimistas respecto de la capacidad de los experimentos mentales de ampliar nuestro conocimiento filosófico asumen que estos dispositivos pueden ser empleados como herramientas metodológicas útiles en el examen de hipótesis filosóficas siempre y cuando satisfagan algunas condiciones de confiabilidad. Las posiciones escépticas han cuestionado la legitimidad de este método. Dado que la evaluación de una hipótesis a partir de un caso se realiza enteramente en la imaginación, algunos autores han señalado que es posible que los experimentos mentales sean circulares y

que funcionen sugestionando a los lectores para que asuman como conclusiones analíticas los supuestos iniciales del experimento. Aunque la discusión acerca de la legitimidad de estos dispositivos no se ha clausurado, las perspectivas optimistas han ofrecido algunas respuestas satisfactorias al reto escéptico.

Wilkes (1988) afirma que los experimentos mentales se caracterizan por postular una situación o un estado de cosas imaginario y preguntarse: “¿qué sucedería?” dadas ciertas condiciones impuestas por un marco teórico establecido. De la presentación de un escenario ficticio se sigue un argumento que propone una interpretación de la situación imaginada. Wilkes arguye que para que un experimento mental filosófico sea epistemológicamente significativo todas las suposiciones relevantes en la descripción del escenario imaginario deben ser *posibles* en un sentido *fuerte*. La que denomina *posibilidad teórica fuerte* (Wilkes, 1988, p. 18) se define en función de lo que podría o no suceder dado el estado actual del conocimiento científico.

Otra interpretación del funcionamiento de los experimentos mentales en filosofía afirma que estos dispositivos contribuyen a mejorar indirectamente nuestro marco conceptual, posibilitando la identificación o explicitación de teorías *folk* sobre las cuales descansa nuestra comprensión del mundo. Esta perspectiva es defendida principalmente por Gendler (2000 y 2007). La idea general es que la contemplación de un escenario imaginario tiene efectos cognitivos y contemplativos que difieren de los que una descripción abstracta o un argumento pueden generar (Gendler, 2007, p. 68). Los experimentos mentales hacen surgir esquemas representacionales que en algunos casos entran en contradicción con aquellos evocados por presentaciones con el mismo contenido relevante. La tesis de Gendler es que los poderes y los límites de esta metodología pueden ser establecidos en relación al hecho de que cuando la contemplación de un escenario imaginario nos da nuevo conocimiento lo hace forzándonos a dar sentido a casos excepcionales.

Brendel (2004) por su parte sostiene un experimento mental es un proceso de razonamiento llevado a cabo en el contexto de un escenario bien articulado para responder a una pregunta específica acerca de una situación

no imaginaria. La familiaridad con la experiencia representada en el escenario descrito en el experimento mental garantiza que es posible proyectar las conclusiones alcanzadas a casos desconocidos. En este sentido sostiene Brendel que los experimentos mentales apelan a una suerte de *intuición empírica* en base a la cual se evalúa la plausibilidad de una explicación teórica. La efectividad de los experimentos mentales como de los reales dependen de mostrar una situación planeada y controlada y muestran cómo algunas variables son funcionalmente dependientes unas de otras en base a algunas teorías o hipótesis de fondo (Brendel, 2004: 97).

Dentro del espectro de posiciones escépticas respecto de los poderes epistémicos de los experimentos mentales, se encuentran aquellas que les niegan cualquier valor más allá del heurístico debido a la ausencia de criterios claros de confiabilidad en estos procedimientos y aquellas que los asimilan a las inferencias y con ello niegan la especificidad de estos procedimientos.

Wittgenstein se manifestó escéptico respecto del uso de esta estrategia metodológica en apoyo de una tesis: “Consultar una tabla en la imaginación es tan poco consultar una tabla, como la imagen del resultado de un experimento imaginado es el resultado de un experimento.” (Wittgenstein, 1951, p. 293). Aunque él mismo se valió de experimentos mentales en la argumentación de algunas de sus tesis más célebres (considérese por ejemplo el uso que el autor hace en la misma obra citada del experimento del escarabajo para argumentar sobre la imposibilidad de concebir un lenguaje privado) no consideró en que esta metodología pudiera resultar esclarecedora en el abordaje de problemas filosóficos. El escepticismo de Wittgenstein se funda en el hecho de que cuando las suposiciones contrafácticas involucradas en la descripción del experimento nos llevan a mundos demasiado extraños, no es posible evaluar la plausibilidad de las hipótesis que resultan explicativas de fenómenos con los que no estamos familiarizados.

La interpretación argumental de los experimentos mentales, sostenida entre otros por Rescher (1991) y Norton (1996), no niega su capacidad de ampliar nuestro conocimiento filosófico pero subsume su funcionamiento al de las formas de inferencias conocidas. A pesar de que en apariencia las narrativas describen experimentos, esta forma encubre un entimema o una inferencia ordinaria. La reconstrucción del experimento como un argumento

permite identificar las premisas, el mecanismo de inferencia y la conclusión que se esconde bajo la apariencia de un relato experimental.

Otra conocida ofensiva contra la legitimidad de los experimentos mentales en la argumentación filosófica es la que emprendieron Dennett y Hofstadter (1981) en el marco de la crítica a la noción de comprensión defendida por Searle (1980) en su experimento de la Habitación China. Para Dennett y Hofstadter, lo que Searle hace es introducir a los lectores en una ilusión que hace implausible la hipótesis de la inteligencia artificial fuerte y que al mismo tiempo los induce a creer que la intencionalidad es un rasgo fundamental de lo mental que no puede existir en máquinas programadas porque éstos carecen de los poderes causales que tiene el cerebro. El experimento de la Habitación China es capaz de provocar estos efectos por ser una *bomba de intuiciones*. La peculiaridad de los experimentos de este tipo es que son capaces de hacer proliferar representaciones que no son relevantes para contrastar tesis filosóficas.

La crítica de Dennett, fue recuperada recientemente por Rowbottom (2014). De acuerdo a esta lectura, algunos experimentos mentales aparentemente efectivos dependen la introducción subrepticia de suposiciones de cuya aceptación depende la interpretación de la situación paradójica. La descripción del contrafáctico sugiere una interpretación teórica o la vuelve más factible porque “gatilla” ciertas intuiciones e “inhibe” otras.

Las posiciones optimistas respecto de los poderes epistémicos de los experimentos mentales son capaces de responder parcialmente al reto que plantean las perspectivas escépticas asumiendo que, si bien es posible que estos dispositivos propicien respuestas inadecuadas, pueden ser herramientas metodológicas útiles si se ciñen a criterios de fiabilidad que restrinjan la proliferación de representaciones sugestivas o irrelevantes para evaluar una hipótesis. Aunque no existe un consenso generalizado respecto de estos criterios, se pueden identificar dos en relación a las objeciones formuladas por las posiciones escépticas. En general, el uso legítimo de los experimentos imaginarios en el marco de una controversia o disputa filosófica debería estar sujeto a la condición de que su empleo solo es legítimo en los casos en los que el punto de vista del oponente es establecido con claridad y cualquier idealización del argumento defendido sea concedido o aceptado por el oponente.

nente (esta idea es sugerida por Popper, 1959). Esto garantiza que el experimento no caricature ni simplifique excesivamente las posiciones en discusión. En segundo lugar el escenario imaginario empleado en el experimento no debe estar subdeterminado. Esto implica que la manipulación (abstracción, eliminación) de variables debe estar bajo control, es decir, debe ser claro cómo se vinculan con las suposiciones involucradas y como se relacionan (apoyan) con la conclusión. (Brendel, 2005). Aunque estos criterios son un tanto laxos, proporcionan una base de calibración para identificar usos espurios de los experimentos mentales.

Estas consideraciones ponen en tela de juicio en qué medida es posible distinguir intuiciones legítimas de intuiciones espurias y con ello conducen a indagar sobre la naturaleza de las intuiciones evocadas por los experimentos mentales.

3. Las intuiciones filosóficas

Las caracterizaciones revisadas sobre el funcionamiento de los experimentos mentales, coinciden en que en general estos dispositivos presentan situaciones hipotéticas a las cuales se debe aplicar una tesis filosófica. En ellos las hipótesis son testeadas contra un trasfondo de intuiciones. Existe una variedad de exégesis sobre la naturaleza de estos estados mentales. En general las posiciones coinciden en que se trata de estados conscientes, no doxásticos, acompañados de un sentimiento de certeza, aunque en algunos casos son interpretadas como creencias propiamente dichas. Algunas posiciones diferencian a las intuiciones de las inclinaciones, de las creencias y del conocimiento por su fenomenología y otras por su etiología. Aunque no es posible extraer una definición unívoca de las numerosas contribuciones sobre esta cuestión, las posiciones revisadas aquí concuerdan en que las intuiciones pueden desempeñar un rol epistémico relevante como base de justificación de creencias.

La recientemente desarrollada *filosofía experimental*³ ha puesto en duda en base a experimentos fácticos la legitimidad de las intuiciones para

³ La filosofía experimental designa aquí a la perspectiva filosófica representada por filósofos como Weinberg y Alexander que emplea métodos empíricos para sustanciar o revisar teorías filosóficas. Entre las estrategias empleadas se encuentran las encuestas y los relevamientos de diferentes respuestas a experimentos mentales.

justificar teorías filosóficas. Lo que estas exploraciones han mostrado es que existen variaciones significativas entre las intuiciones dependiendo de la procedencia social, económica, cultural y de género de los sujetos. De acuerdo con esta perspectiva, las intuiciones evocadas por el método de casos, en tanto no son universales, no pueden ser indicadores confiables de la verdad de una teoría filosófica. Desde este punto de vista los lectores de las narrativas que se describen en los experimentos mentales se ven compelidos a formular un veredicto o aseverar un juicio de manera casi instantánea. Dado que el mecanismo a través del cual tiene lugar el juzgar no es transparente, es razonable dudar de la legitimidad de esta metodología para validar hipótesis filosóficas.

Los filósofos que avalan la confiabilidad de las intuiciones han sugerido diversas maneras de responder a las objeciones de la filosofía experimental. Sosa (2007) por ejemplo rechaza el modelo de la percepción bajo el que tradicionalmente fueron interpretadas las intuiciones y las caracteriza como estados conscientes con contenido, anteriores a las creencias y al conocimiento. Son asimismo estados no factivos, diferenciables de otras actividades como adivinar o tener una corazonada (Sosa, 2007, p.52). En general, para Sosa las intuiciones pueden dar lugar a creencias y conocimientos intuitivos, no derivan de la percepción, introspección, testimonio o razonamiento inferencial, aunque pueden proporcionar una base de justificación para estados doxásticos. Para Sosa las variaciones en las intuiciones de sujetos pertenecientes a distintos grupos sociales o culturales advertidas por los experimentalistas pueden atribuirse a las diferentes maneras en las que el escenario es presentado y a la diversidad de las motivaciones de los lectores. La evidencia recabada por los experimentalistas no es información suficiente para negar que exista un trasfondo común de intuiciones que pueda funcionar como base de la argumentación filosófica en general y de la experimentación mental en particular.

Otras perspectivas que asumen que las intuiciones son anteriores a los juicios y a las creencias, las asimilan a un *parecer intelectual*. Desde este punto de vista: “un sujeto tiene la intuición que A si le parece que A”, por lo que las intuiciones son estados mentales *sui generis* no reducibles a otra especie de estado mental. Cuando un sujeto tiene una intuición, la proposición

parece ser verdadera para él y por este motivo se siente inclinado a juzgarla de ese modo. Aunque la intuición es la base del juicio intuitivo es diferenciable de éste (Boghossian 2014, p. 368). La estrategia que esta perspectiva adopta para responder a las objeciones de los filósofos experimentales es diferenciar a las intuiciones de los juicios intuitivos y sugerir que la divergencia en los juicios que distintos sujetos formulan en base a las narrativas hipotéticas no es evidencia de la inexistencia de una base compartida de intuiciones epistémicas o morales.

Bengson (2015), por su parte, asume que la analogía perceptual es un marco favorable para explicar la naturaleza de las intuiciones ya que estas son presentaciones. Desde esta perspectiva la intuición es el estado mental consciente: “Tener la intuición que p”. La intuición y la experiencia son estados conscientes no factivos, con un contenido que tienen en común con la percepción y con la propiocepción el hecho de presentar al mundo como siendo de cierta manera. Como otros estados presentacionales se caracterizan además por no haberse formado en base a otros estados mentales, ser graduales (es decir que su calidad puede variar en diferentes circunstancias), ser fundamentalmente no voluntarias, ser convincentes o compulsivas (en tanto fuerza a los sujetos o los dispone con cierta fuerza a asentir sus contenidos) y racionalizar tal asentimiento. (Ver Bengson, 2015, pp. 720-725).

Otras posiciones que adoptan el modelo de la percepción asimilan las intuiciones filosóficas a las intuiciones racionales. Dentro de esta perspectiva, el punto de vista sustanciado por Gödel (1964) interpreta a las intuiciones como la base de justificación de los teoremas matemáticos. La intuición es una forma de percepción de objetos abstractos. Brown (2011) entiende que estas constituyen una forma de conocimiento *a priori*, un mecanismo no inferencial diferente de la experiencia perceptiva, en virtud de la cuál en ocasiones es posible acceder intelectualmente a leyes de la naturaleza (como objetos de la intuición intelectual).

Estas caracterizaciones de las intuiciones están asociadas a una serie de problemas diferentes de los señalados por la perspectiva experimental. La analogía con la percepción ha sido objetada en base a las importantes diferencias que subsisten entre percepción e intuición. La principal diferencia entre ambas es la imposibilidad de establecer un vínculo causal con los ob-

jetos que son el contenido de las intuiciones. En el caso de la percepción, los objetos físicos se postulan como base de las experiencias sensitivas. Por otra parte la existencia de teorías científicas bien establecidas de las que se derivan pautas de corrección para detectar ilusiones perceptuales y la dificultad para elaborar criterios análogos para las intuiciones son razones de peso para descartar que sean lo suficientemente semejantes. En esta misma línea, la intersubjetividad como fundamento para establecer criterios de corrección parece estar ausente en el caso de las intuiciones. Autores como Brown (2011) han matizado sus posiciones asumiendo que como la percepción sensible, la percepción de objetos abstractos es falible. Asimismo sostiene que la percepción de objetos físicos es un proceso solo parcialmente explicado (Brown, 2011, p. 108). De éste se comprende cómo los fotones emitidos por un objeto interactúan con los conos y bastones que se encuentran en la retina y una señal se transfiere a través del nervio óptico hasta la corteza visual, pero no se explica cómo este proceso causa la creencia en los objetos físicos. La misma carencia es admisible en la postulación de conocimiento intuitivo de verdades intuitivas.

Para otros pensadores, de raigambre empirista, las intuiciones, especialmente las que son relevantes para el conocimiento del mundo natural, constituyen una forma de conocimiento tácito impreso de forma inarticulada e inanalizada pero disponible a la inspección interna. Mach (1897) defendió esta interpretación y sostuvo que los experimentos mentales activan esta forma de conocimiento. En los experimentos mentales el conocimiento tácito del mundo físico opera negativamente permitiendo deducir aquellas consecuencias que entrarían en flagrante contradicción con la masa de experiencias acumuladas.

Brendel (2004), recupera la perspectiva machiana e intenta dar respuesta a algunas de las objeciones planteadas por los filósofos experimentales. De acuerdo con su lectura, las intuiciones son actitudes proposicionales acompañadas de un fuerte sentimiento de certidumbre o certeza (Brendel 2004, p. 96). En los experimentos mentales, las intuiciones forman parte del conocimiento de fondo y contribuyen a determinar la interpretación de la situación planteada. Algunas intuiciones son relativamente comunes, estables y compartidas aunque no son intrasubjetiva o interculturalmente invariables

porque dependen de la experiencia y el conocimiento de los sujetos. Este fondo de intuiciones compartido por una comunidad permite a los sujetos tomar decisiones relativamente rápidas en la evaluación de un experimento mental. Para Brendel algunas intuiciones se constituyen en conocimiento y están disponibles en el acervo de creencias de los sujetos operando de manera casi instantánea en la formulación de juicios. La reconstrucción argumental de los experimentos mentales permite explicitar las intuiciones de fondo como enunciados. Este ejercicio de reconstrucción crítica puede mostrar que algunas de estas creencias son falsas.

La interpretación de las intuiciones como actitudes proposicionales proporciona un marco favorable para dar cuenta de su papel en los experimentos mentales. La perspectiva empirista (y falibilista) permite esbozar una explicación de la eficacia heurística de las intuiciones sin asumir un compromiso metafísico ni epistémico severo porque hace posible separar la explicación de su funcionamiento de la de su validez. Dado que las intuiciones tienen su origen en la experiencia y son modeladas por la experiencia, las variaciones culturales y sociales generan variaciones en las intuiciones. Los mismos escenarios hipotéticos evocan intuiciones diferentes y con ello, la base para evaluación a las tesis filosóficas se modifica significativamente. Este punto de vista posibilita mantenerse en una posición prudente y suponer con Lewis⁴ que las intuiciones son “opiniones” de diferente procedencia y distintos grados de robustez. Aunque no sea factible por el momento elucidar exhaustivamente su naturaleza y delimitar criterios de fiabilidad, es posible explicar su funcionamiento y aplicar algunas pautas para garantizar un uso provechoso de los experimentos mentales.

⁴ “Nuestras “intuiciones” son simplemente opiniones; nuestras teorías filosóficas son lo mismo. Algunas son de sentido común, algunas son sofisticadas; algunas son particulares, otras generales; algunas son sostenidas de modo más firme, otras de modo menos firme. Pero todas son opiniones, y un objetivo razonable para un filósofo es conducir las a todas a un equilibrio. Nuestra tarea común es encontrar qué equilibrios hay que pueden sobrevivir a un examen, pero depende de cada uno de nosotros aceptar uno u otro de estos. Si perdemos nuestro anclaje en el sentido común cotidiano, nuestra falta no es que ignoramos parte de nuestra evidencia. Más bien, el problema es que nos conformamos con un equilibrio muy inadecuado. Si nuestras teorías oficiales están en desacuerdo con lo que no podemos dejar de pensar fuera del aula de filosofía, entonces no hemos alcanzado ningún equilibrio real.” Lewis, D. *Philosophical Papers*, Vol I, Oxford:OUP, 1983,X

4. El rol de las intuiciones en los experimentos mentales filosóficos

Para elaborar una perspectiva deflacionaria sobre las características de las intuiciones y establecer con mayor precisión de qué manera desempeñan un rol en la evaluación de hipótesis filosóficas, se requiere ampliar la réplica a las objeciones introducidas por la perspectiva experimental y especificar los mecanismos a través de los cuales las intuiciones apoyan posiciones en los experimentos mentales.

La crítica de la filosofía experimental puede sintetizarse del siguiente modo: las intuiciones no pueden ser indicadoras de la verdad de ciertas hipótesis filosóficas. Las diferencias en el bagaje cultural, procedencia socioeconómica y nivel de experticia producen variaciones que hacen imposible que las intuiciones se constituyan en fundamento del conocimiento filosófico (Ver Stich & Tobia, 2018, pp. 428-431). Aunque la evidencia provista por este punto de vista fuerza a abandonar la idea de que existe un acervo universal de intuiciones, no compele a rechazar la posibilidad de que exista una base estable para la evaluación de hipótesis filosóficas.

Por una parte es posible argüir que no todos los lectores potenciales de un experimento mental están en condiciones de evaluar una tesis filosófica. Si la efectividad del experimento depende de la competencia del experimentador, las intuiciones respecto de las cuales se pone a prueba la hipótesis serán las de los lectores apropiados. En los experimentos mentales filosóficos, los filósofos entrenados son los sujetos cuyas intuiciones son relevantes para la evaluación. Algunas de las razones para restringir la prueba de las hipótesis a un grupo especializado es considerar que estos lectores son menos susceptibles a los efectos producidos por el fraseo, la variación en los detalles del relato y la perspectiva del lector entre otros factores y esto garantiza en algún grado la uniformidad en las intuiciones que sirven de base para dicha evaluación.

Por otra parte, se puede descalificar parcialmente la evidencia presentada por la filosofía experimental señalando que, como sugiere Sosa, las intuiciones de los sujetos encuestados son sensibles a la fraseología empleada, al orden en que son presentados los ejemplos y sosteniendo que existe al mismo tiempo evidencia empírica (ver Nagel, 2012) de que algunas intuici-

ones son ampliamente compartidas como creencias del sentido común. La diversidad en las reacciones intuitivas a los experimentos mentales reseñadas por los filósofos experimentales puede atribuirse a desacuerdos verbales y a que los experimentos son planteados en ciertos contextos socioculturales y trasladados a otros. Esta transpolación puede explicar también las dificultades para detenerse en los detalles que son relevantes y las variaciones en nivel de involucramiento y motivación para leer la narrativa.

Aunque estas consideraciones pueden evadir algunas de las objeciones de inestabilidad de las intuiciones como trasfondo de la evaluación de hipótesis, subsiste la cuestión de si es fructífero emplearlas con este propósito. Incluso ajustando las condiciones para el uso de estos dispositivos a los experimentadores adecuados y considerando que su utilidad se restringe a contextos específicos en los que se comparten valores y creencias, permanece la cuestión de si, dentro de estas tramas, los sesgos, los prejuicios, la parcialidad de los intereses no operan introduciendo una circularidad. Si las tesis se valoran solo a partir de ciertos consensos, entonces las mismas pueden resultar aceptables o no en virtud de las disposiciones previas a aceptarlas o rechazarlas.

Si bien no es posible dar una respuesta definitiva a esta dificultad, es factible establecer algunos criterios de corrección para los experimentos mentales y con ello fijar condiciones para la evaluación de una hipótesis. Entre estas restricciones se deben incluir los propósitos del experimento mental en cuestión, la especificación del punto de vista respecto del cual se elabora un ejemplo, el detalle de las variables que se manipulan en el escenario y su efecto en la conclusión.

La interpretación que a partir de estas observaciones nos proponemos propiciar, asume que las intuiciones solo tienen un valor evidencial relativo al contexto en el cual se formula un experimento mental con el fin de evaluar una hipótesis. De la contemplación del escenario hipotético los experimentadores derivan una interpretación o formulan un juicio. Las intuiciones que es posible suponer que son comunes a una comunidad filosófica para la cual el tema es relevante, pueden desempeñar varios papeles específicos en la formulación de la interpretación o un juicio en cuestión. Entre ellos:

- a Las intuiciones pueden hacer plausibles algunas de las premisas de la interpretación que el autor se propone sugerir. En este sentido la interpretación apoyada por el autor se filtra desde las intuiciones.
- b Las intuiciones pueden contribuir a exhibir contradicciones: el escenario descrito en la narrativa del experimento propicia ciertas intuiciones que entran en contradicción con la hipótesis.
- c Las intuiciones pueden facilitar la presentación de entimemas: en la narrativa de un experimento mental puede esconderse un argumento en el cual se omiten premisas altamente plausibles.
- d Las intuiciones permiten exhibir teorías implícitas: la presentación narrativa de un caso ilustrativo de una teoría puede activar esquemas conceptuales que permanecen ocultos.⁵
- e Los razonamientos analógicos propiciados por los experimentos mentales permiten desnaturalizar hechos obvios. Lo extraño de algunos escenarios hipotéticos permite tomar distancia de posicionamientos e interpretaciones automatizadas por los lectores.

Los ejemplos descritos en la segunda sección ilustran algunos de estos mecanismos. El caso de Gettier exhibe un ejemplo que no satisface las condiciones que establece la noción de conocimiento como creencia verdadera justificada. La intuición de fondo que sustancia este razonamiento de acuerdo con el cual el concepto no aplica, es que saber por suerte o por casualidad no es conocimiento. El caso de Thomson ejemplifica el de un razonamiento analógico, el experimento favorece la interpretación de acuerdo con la cual no sería inmoral desconectarse del violinista. La intuición de fondo apoya esta interpretación de acuerdo con la cual si los casos son suficiente análogos, el aborto es moralmente permisible. La tesis de Searle se funda en la intuición del lector. El problema con este caso es que la conclusión o interpretación del experimento parece coincidir con la intuición a la que apela y podría decirse que se trata de un razonamiento circular. De acuerdo con Searle, instanciar un programa no es condición suficiente para atribuir intencionalidad. El experimento favorece esta interpretación suponiendo que es una idea directamente accesible a los sujetos por intros-

⁵ Esta función se sigue parcialmente de los desarrollos de Gendler (2007)

pección que incluso sujetos humanos, a los que normalmente atribuimos estados intencionales, pueden instanciar un programa sin comprender.

5. Conclusiones

Como se ha mostrado a partir de una breve revisión, las intuiciones desempeñan un papel importante en los experimentos mentales filosóficos. La pregunta: “¿qué sucedería?” es respondida de manera casi instantánea debido a que tiene lugar algún proceso que permite arribar súbitamente a una evaluación de una tesis. Dentro de la tradición analítica se ha atribuido esta competencia a las intuiciones. Aunque subsisten dificultades sobre los constreñimientos que deberían dirigir a los experimentos mentales para que constituyan herramientas útiles para poner a prueba teorías filosóficas, las intuiciones son depositarias de sus características heurísticas: la celeridad del proceso, la fuerza persuasiva de los mismos, la capacidad para activar marcos conceptuales que permanecían inaccesibles hasta el momento. Una manera de avanzar sobre la explicitación de los mecanismos que explican el funcionamiento de los experimentos mentales, sin tomar un compromiso definitivo con una explicación sustantiva de la naturaleza metafísica ni epistémica de las intuiciones, es asumir que son actitudes epistémicas hacia ciertas proposiciones que varían dependiendo del acervo conceptual de los sujetos pero que facilitan el razonamiento, posibilitan inferir conclusiones, hacen accesibles problemas filosóficos, permiten a los lectores hacerse una representación sucinta de una posición teórica. Desde este punto de vista, es fructífero separar la cuestión de la confiabilidad de las intuiciones de la cuestión acerca de su fuerza persuasiva. El papel evidencial que las intuiciones puedan desempeñar depende del propósito del experimento, de la competencia de los experimentadores y de las características generales de la narrativa. Las intuiciones facilitan la aceptación de una interpretación teórica o tensionan al rechazo de una perspectiva a partir de la empatía que los lectores general con el protagonista del relato, la pregnancia de la representación visual que es capaz de provocar y el nivel de extrañeza o familiaridad del lector con los escenarios contrafácticos.

Referencias

- Alexander, Joshua & Weinberg, Jonathan M. "Analytic epistemology and experimental philosophy." *Philosophy Compass*, (2007). 2(1), 56–80.
- Bengson, John. "The Intellectual Given" *Mind*, (2015). Vol. 124 . 495 pp. 707-760
- Brendel, Elke. "Intuition Pumps and the Proper Use of Thought Experiments", *Dialectica* (2004). 58:1, pp. 89-108.
- Boghossian, Paul. "Philosophy without Intuitions? a Reply to Cappelen. *Analytic Philosophy* (2014) No. 4 Vol. 55, pp. 368–381
- Brown, James. *The Laboratory of the Mind: Thought Experiments in the Natural Sciences*. Second Edition. London: Routledge. (2011)
- Cappelen, Herman. *Philosophy without intuitions*. Oxford, Oxford University Press (2012)
- Clatterbuck, Heidi "The epistemology of thought experiments: A non-eliminativist, non-platonist account. *European Journal of Philosophy of Science* (2013) 3, pp. 309–329.
- Cohen, Martin *Wittgenstein's Beetle and Other Classic Thought Experiments*. Oxford: Blackwell. (2005)
- Hofstadter, Douglas 'Reflections on Searle', en Hofstadter, Douglas & Dennett, Daniel (eds.), *The Mind's I*, New York: Basic Books, (1981), pp. 373–382.
- Gendler Tamar *Thought Experiments. On the Powers and Limits of Imaginary Cases*. Garland Publishing, New York. (2000)
- Gendler, Tamar "Thought Experiments Rethought and Reperceived". *Philosophy of Science* (2004) 71, pp. 1152-1164.
- Gettier, Edmund. "Is Justified True Belief Knowledge?" Oxford University Press on behalf of The Analysis Committee
- Horowitz, Tamara & Massey, Gerald (eds.) *Thought Experiments in Science and Philosophy*. Savage: Rowman and Littlefield. (1991)
- Kuhn, Thomas "A Function for Thought Experiments" (1964) *The Essential Tension*, Chicago: The University of Chicago Press, 1977, pp. 240-265.
- Mach, Ernst "On Thought Experiments", en: *Knowledge and Error*. Dordrecht: Reidel, 1976, (1897) pp. 134-147.

Nagel, Jennifer. "Intuitions and Experiments: A Defense of the Case Method in Epistemology Philosophy and Phenomenological Research Vol. LXXXV No. 3, 2012

Norton, John "Are Thought Experiments Just What You Thought?", *Canadian Journal of Philosophy* ,26, (1996), pp. 333-366.

Popper, Karl (1959) "On the Use and Misuse of Imaginary Experiments, Especially in Quantum Theory", en: *The Logic of Scientific Discovery*, New York: Routledge, (2002), pp. 464-480.

Rescher, Nicholas. "Thought Experimentation in Presocratic Philosophy". Horowitz, Tamara & Massey, Gerald (eds.) (1991) *Thought Experiments in Science and Philosophy*. Savage: Rowman and Littlefield. pp. 31-41

Rowbottom, Darrel. "Intuitions in Science: Thought Experiments as Argument Pumps". En Booth, Antony & Rowbottom, Darrel. *Intuitions* Oxford University Press. (2014) pp. 119-134.

Searle, John. "Minds, Brains and Programs" in Hofstadter and Dennett (1981)(eds.), *The Mind's I*, New York: Basic Books, pp. 353–373.

Searle, John 'The Chinese Room', in Wilson, Robert & Keil, Frank (eds.), *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press. (1999)

Skidelsky, Lisa. *Representaciones Mentales*. Eudeba. Buenos Aires(2016)

Sosa, Ernest, , "Intuitions: Their Nature and Epistemic Efficacy," in Grazer Philosophische Studien (64) Special issue: Philosophical Knowledge—Its Possibility and Scope Christian Beyer and Alex Burri (eds.) 2007 51-67

Stich, Stepen & Tobia, Kevin Intuitions and its Critics Brown, James R., Stuart, Michael T. & Fehige, Yitfach (eds.) *The Routledge Companion to Thought Experiments*. London: Routledge. (2018)

Thomson, Judith . "A Defense of Abortion" *Philosophy and Public Affairs*, (1971), Vol. 1, No. 1 pp. 47-66

Turing, Alan. "Computing Machinery And Intelligence" *Mind* VOL. LIX. NO. 236, (1950) pp. 433-460

Wilkes, Kathleen. *Real People: Philosophy of Mind Without Thought*. Oxford: Clarendon Press. (1988)

Wittgenstein, Ludwig *Philosophical Investigations*, translated by G. E. M. Anscombe, P. M. S. Hacker and Joachim Schulte, Oxford: Blackwell, Revised 4th edition by P. M. S. Hacker and Joachim Schulte(2009), [1951]

REPRESENTACIÓN CIENTÍFICA Y PERSPECTIVISMO REALISTA. HACIA UNA ARTICULACIÓN NATURALISTA

Scientific representation and realist perspectivism. Towards a
naturalist articulation

Cecília Pierola¹

RESUMEN

Este artículo argumenta a favor del proyecto de una teoría perspectivista de la representación científica, y de la idea de que el perspectivismo realista puede beneficiarse con los aportes del campo de la representación científica y de la aceptación de una actitud naturalista. Se repasa la clasificación de las teorías de la representación en sustantivas y deflacionarias y se muestra que la adopción de la representación científica como unidad de análisis no implica un compromiso realista. Se presentan los principales rasgos del perspectivismo realista actual en filosofía de la ciencia, y se destacan los mayores desafíos que enfrenta. Asimismo, se muestra que la representación científica como unidad de análisis permite una mejor articulación de las tesis perspectivistas. Finalmente, se propone la adopción de criterios de aceptabilidad epistémica neutrales a toda perspectiva y de una actitud naturalista para sortear las dificultades del perspectivismo realista.

Palabras clave: Representación. Perspectivismo. Realismo. Naturalismo.

ABSTRACT

This paper argues for the project of a perspectivist theory of scientific representation, and for the idea that realist perspectivism can benefit from the contributions of the field of scientific representation and from the acceptance of a naturalistic attitude. The classification of theories of representation into substantive and deflationary is reviewed and it is shown that the adoption of scientific representation as the unit of analysis does not imply a realist commitment. The main features of the current realist perspectivism in philosophy of science are presented, and the major challenges it faces are highlighted. It is also shown that scientific representation as a unit of analysis allows a better articulation of the perspectivist thesis. Finally, the adoption of perspective-neutral criteria of epistemic acceptability and a naturalistic attitude are proposed to overcome the difficulties of realist perspectivism.

Keywords: Representation. Perspectivism. Realism. Naturalism.

¹ Universidad de Buenos Aires.

E-mail: ceciliapierola@gmail.com. ORCID: [0000-0002-1383-4608](https://orcid.org/0000-0002-1383-4608).

Introducción

Este artículo argumenta a favor del proyecto de una teoría perspectiva de la representación, y de la idea de que el perspectivismo realista puede beneficiarse con los aportes del campo de la representación científica y de la adopción de una actitud naturalista. En primer lugar se mostrará que adoptar la representación como unidad de análisis epistemológico es una decisión neutral respecto de la disputa entre realismo y antirrealismo científicos. En segundo lugar se presentarán los rasgos principales del perspectivismo actual, así como los desafíos más importantes que enfrenta. Por último, se propone que una actitud naturalista puede ofrecer una clave para la superación de esos desafíos. Vaya esta propuesta como homenaje a Ronald Giere, en el año de su fallecimiento.

Teorías de la representación científica

Durante las últimas décadas ha estado en el primer plano de los debates en filosofía de la ciencia de tradición analítica el problema de la representación científica, surgiendo así numerosas teorías que buscan dar cuenta de ella. Si tomamos como fecha de aparición de la filosofía de la ciencia en tanto disciplina autónoma el período de entreguerras (DIEZ CALZADA, 1997), pueden establecerse tres grandes concepciones epistemológicas: la llamada “concepción heredada”, la historicista y la concepción semántica. En cada una de ellas prevaleció el estudio de diferentes unidades de análisis entendidas como entidades con ciertas características.

La concepción heredada tomó como unidad de análisis las teorías científicas entendidas como sistemas axiomáticos empíricamente interpretados. Es decir, los sistemas hipotético-deductivos que caracterizan la ciencia según esta tradición son sistemas axiomáticos que ameritan un análisis sintáctico, bajo el supuesto de que la estructura de la formulación lingüística de una teoría es la estructura de la teoría misma. Por ello, esta concepción hizo énfasis en las reglas de formación de expresiones y en las de inferencia de unas a partir de otras, así como en las reglas de correspondencia entre términos teóricos y otros observacionales, preteóricos (DIEZ CALZADA, 1997, p. 46). De este modo, la diferencia entre los conjuntos de axiomas de una y

otra teoría implicaría una diferencia entre las teorías, resultado indeseado incluso por los teóricos de esta concepción. Así vista, la capacidad informativa de una teoría científica, es decir, lo que dice de la realidad, queda en un lugar secundario respecto de cómo informa, esto es, cómo dice lo que dice, porque el análisis no está centrado en la relación entre la teoría (o las teorías) y alguna porción del mundo (aun cuando el contenido empírico fuera un requisito demarcatorio), sino en las relaciones lógicas entre los enunciados y términos de una teoría, o las relaciones lógicas entre los conjuntos de enunciados de más de una teoría.

La vertiente historicista generó como unidades de análisis entidades que se caracterizaban de manera esencial por ser diacrónicas, es decir, por mutar en el tiempo histórico. Ejemplo de ello son los paradigmas y los programas de investigación científica (DIEZ CALZADA, 1989). Esta escuela ubicó la actividad de los agentes y sus contextos (epistémicos, cognitivos, sociales, según las distintas teorías desarrolladas por sus representantes) como un elemento esencial en el análisis de la ciencia. Se trata, así, de una visión influenciada por los estudios históricos sobre la actividad, y por tanto más emparentada con la práctica científica como tal. Esto introdujo el problema crucial de la carga teórica en el acceso al conocimiento. De este modo, las construcciones teóricas ya no son concebidas solo como el producto final del trabajo científico, sino como entidades que operan en la actividad científica. Se ejerce así un desplazamiento a segundo plano de la cuestión de la verdad.

La concepción semántica, por su parte, tomó como unidad de análisis las teorías entendidas como colecciones de modelos. Señala Suárez (2015) que si bien la teoría continuó siendo la unidad de análisis en estos epistemólogos, por la definición misma dada a esa entidad, la atención se desplazó a los modelos, su naturaleza y su papel en el conocimiento científico. Si bien hay quienes definen los modelos de una manera restringida a entidades matemáticas, durante las últimas dos décadas ha ganado adhesión una comprensión más amplia de la noción, que llega a incluir hasta entidades físicas.

En palabras de Brandon Boesch ([s.d.]) “La representación científica es la importante y útil relación que se mantiene entre fuentes científicas (por

ejemplo modelos, teorías y modelos de datos) y sus *targets*² (por ejemplo, sistemas del mundo real y objetos teóricos)”

De este modo, la representación queda en el centro de las preocupaciones epistemológicas de las últimas dos décadas, como candidata a ser la relación a elucidar si se quiere comprender el vínculo entre los productos de la ciencia y aquello que se pretende conocer. El análisis de la representación permite ubicar en primer plano lo que las teorías dicen acerca de sus *targets*, y en un plano secundario las cuestiones enunciativas, que no desaparecen de la escena, y por tanto no hacer depender a las fuentes científicas de una sintaxis en particular. A su vez, cuando se considera a la representación como una actividad, este análisis posibilita tomar en consideración aspectos contextuales, sin deshacerse de la cuestión de la verdad, que según la teoría adoptada podrá predicarse de los enunciados de una teoría (que serán verdaderos o no respecto de modelos), o de las hipótesis teóricas sobre el ajuste entre los modelos y sus *targets*.

Asimismo, hay quienes discuten la fertilidad del análisis de la representación para comprender la relación entre los modelos y sus *targets*. Este rechazo se fundamenta en que la representación supondría una posición realista, pero la elección del foco de análisis debería ser al menos neutral respecto del debate realismo-antirrealismo, porque, según estos autores, buena parte del trabajo científico no se comprende desde posiciones realistas sino que sus producciones parecen funcionar como instrumentos. Es la postura de Healey (2010) y de Lombardi y otros (2016).

En el próximo apartado argumentaremos que, contra estas posiciones, la representación como unidad de análisis es neutral respecto del debate realismo-antirrealismo.

² Conservamos este término en su idioma original. En español podría ser traducido con los sustantivos “objetivo” o “blanco”, pero ninguno consigue atrapar el significado específico del término en el contexto académico relevante. “Objetivo” es una palabra que, aun en su forma sustantiva, tiene en español resonancias filosóficas con las que el término original no se compromete. “Blanco” es un vocablo demasiado metafórico para traducir un término estrictamente técnico. El target es aquello pretendidamente representado por un vehículo representativo, común y confusamente nombrado también como “representación”.

Teorías sustantivas y deflacionarias

Sobre la base de las caracterizaciones que las teorías de la representación ofrecen acerca de la relación representacional, se ha extendido en la literatura una clasificación amplia entre teorías sustantivas y teorías deflacionarias.

Las teorías sustantivas son aquellas que (a) ofrecen condiciones necesarias y suficientes para definir una relación de representación, y (b) entre esas condiciones se cuenta la generalización de la relación más allá del caso particular, con lo cual no tiene relevancia alguna el contexto o los usuarios. Lo esencial de la representación en estas teorías se juega en la relación entre vehículo (o fuente) y *target* (BOESCH, [s.d.]; SUÁREZ, 2015a). Otra caracterización de estas teorías señala que ellas enfatizan el carácter informacional de la representación, sobre la base de una relación objetiva entre vehículo y *target* (CHAKRAVARTTY, 2010).

Mientras tanto, las teorías deflacionarias (a) se limitan a ofrecer condiciones suficientes, que permiten la representación, (b) entendida como el empleo de la misma por parte de usuarios, (c) en un contexto particular, indexado. Así, la relación diádica entre vehículo y *target* no es esencial en la representación, sino que esta depende de la práctica, y por tanto es una relación al menos triádica en su esencia misma (BOESCH, [s.d.]; SUÁREZ, 2015a). En las teorías deflacionarias, entonces, se enfatiza el carácter funcional de la representación para la actividad científica (CHAKRAVARTTY, 2010).

Quienes sostienen que tomar la representación como unidad de análisis epistemológico supone una posición realista, lo hacen por medio de la identificación de *representar* con *describir* y la contraposición de ello con fines pragmáticos de las producciones científicas.

En la estrategia de Healey (2010), sobre la base del caso de la física cuántica y en diálogo con el empirismo constructivo de van Fraassen, se sostiene que

(...) los estados cuánticos no generan probabilidades que describan o representen nada: más bien, generan instrucciones sobre cómo uno debería formar sus creencias. Estas creencias no se refieren a probabilidades, ni tampoco a ninguna propiedad del sistema cuántico cuyo estado las genera. (HEALEY, 2010, p. 545)

Es decir, se contrapone *representar* con *generar instrucciones* para la creación de creencias y se reivindica al pragmatismo como un mejor marco de comprensión de los estados cuánticos que el que proporcionaría una visión representacionalista sin lugar para la intencionalidad.

Por otra parte, Lombardi *et. al.* (2016) suponen que representar implica describir un sistema que se equipara con una realidad objetiva e independiente, lo cual se contrapone de manera excluyente con las funciones instrumentales que pueda tener un modelo. El argumento de los autores ape- la a los modelos incompatibles, que no podrían describir una misma realidad (no contradictoria) y por tanto no podrían representar. Estas maneras de re- ferirse a la representación parecen tener como referencia las teorías sustanti- vas únicamente. Quizás por ello, finalmente, estos autores señalan que en las tesis deflacionarias nada queda de la representación justamente porque se ha debilitado el compromiso realista que supondría esa unidad de análisis.

Sin embargo, no hay razones suficientes para sostener que toda teo- ría de la representación científica, por su naturaleza misma, es realista. Al- gunos argumentos pueden ser ofrecidos para ello.

En primer lugar, es un hecho reconocido que existen destacados filó- sofos que se refieren a la representación científica y no pueden ser caracteri- zados como realistas científicos en el sentido tradicional. Resalta en este universo el caso de van Fraassen (2008):

Para entender la ciencia, debemos abordarla desde muchas direcci- ones. Me centraré en un aspecto que considero fundamental para la empresa científica: la representación de los fenómenos empíricos, por medio de artefactos, tanto físicos como matemáticos. La posi- ción de que el éxito a este respecto es el objetivo definitorio de las ciencias empíricas es un tema empirista del que no me apartaré. De hecho, este foco en la representación se ajusta muy bien al tema empirista. (VAN FRAASSEN, 2008, p. 1)

Es decir, para van Fraassen el tópico de la representación científica es consistente con las posiciones empiristas. Pero no solo eso; van Fraassen afirma sostener una visión de la ciencia en la

(...) que el criterio básico de éxito es la adecuación empírica en lugar de la verdad general, y [en la] que la aceptación de una teoría científica tiene una dimensión pragmática (guiar la acción y la investigación), pero no necesita suponer más creencia que la de que la teoría es empíricamente adecuada. (VAN FRAASSEN, 2008, p. 3).

De manera que van Fraassen, al tiempo que destaca la centralidad de la representación para la empresa científica, se aleja del típico motivo realista de la verdad (presente en cualquier noción de descripción), poniendo en su lugar la adecuación empírica, y compatibiliza estas posiciones con un pragmatismo epistémico: “no hay representación excepto en el sentido de que algunas cosas son usadas, hechas o interpretadas para representar otras cosas de tal o cual manera” (VAN FRAASSEN, 2008, p. 23)

Por supuesto, podría argumentarse que la propuesta teórica de van Fraassen es objetable, crucialmente en lo que refiere a qué significa que un modelo teórico represente (por ejemplo, en Borge, 2015). Pero aún en estos casos no está probada la inconsistencia entre la noción de representación y una posición antirrealista (en el caso de van Fraassen, respecto de las entidades inobservables), excepto por la petición de principio que supone identificar cualquier referencia a la representación científica con una posición realista.

También podría señalarse que van Fraassen sí es un realista (“de sentido común”) en lo que refiere a los fenómenos, de modo que la adecuación empírica como relación primordial entre vehículo y *target* es una relación con entidades objetivas independientes de las teorías. Pero van Fraassen extiende la práctica de representar más allá de los fenómenos, y la compatibilidad con el antirrealismo queda al descubierto en la consideración de la tergiversación, de la posibilidad de representación de entidades inexistentes, y de la representación como uso, que ya fue señalada. Como otra evidencia de esa compatibilidad, puede agregarse el fundamento de que exista la llamada “objeción de la pérdida de realidad”.

Con respecto a la tergiversación, van Fraassen señala que la distorsión en una representación podría ser necesaria para su éxito, otorgando a algunas tergiversaciones la categoría de representación, después de todo (VAN FRAASSEN, 2008, p. 13). Para justificar esta idea, el autor distingue

entre “representación de” (que apunta a un referente) y “representación como” (“así o así”, a modo de predicación sobre el referente), indicando que mientras la similitud puede ser útil para ubicar al referente, no es necesaria para el éxito de los propósitos por los cuales se representa a ese referente “así y así”. Es decir, una representación distorsiva de una entidad puede ser exitosa en un cierto contexto interpretativo. De este modo, van Fraassen se aleja del compromiso de literalidad y de creencia en la verdad al menos aproximada de los productos de la ciencia, compromisos típicos de cualquier realismo científico, y destaca el papel de los contextos interpretativos.

Más aún, para van Fraassen es posible representar entidades inexistentes o no experimentadas. Tras tomar como ejemplo el enunciado “este gráfico representa el crecimiento de una colonia de bacterias”, el autor afirma que “el segundo *relatum* puede no ser real”, y aun así el enunciado que establece la representación, ser verdadero:

La representación es *intencional* en el sentido de relacionarse con la intención epistémica, en el sentido de ser *sobre* algo, tal como lo son la referencia (por alguien) y la predicación (por alguien). Pero así como el pensamiento puede dirigirse en este sentido a lo que no está presente, no experimentado, no conocido o incluso inexistente, así también puede cualquier uso de algo para representar algo. Al usarlo así, el usuario otorga un rol, el rol de representar tal o cual cosa, así o así. (VAN FRAASSEN, 2008, p. 27)

Queda claro, entonces, que la clave de la representación está en el uso, desplazando del centro cualquier compromiso con la existencia de entidades independientes de nuestra mente, y por tanto alejándose más aun de cualquier realismo.

Como una evidencia final de la compatibilidad de la adopción de la representación como unidad de análisis y el antirealismo, instanciada en van Fraassen, puede tomarse la objeción de la pérdida de realidad, que justamente denuncia ese antirrealismo. Según van Fraassen, cuando se intenta verificar una afirmación de adecuación de un modelo teórico, se lo compara con un modelo de datos. Es decir, se confronta una representación con otra. Por ello los críticos sostienen que no está presente la realidad en esta relación. Van Fraassen responde con la conocida fórmula de la tautología pragmática, que establece que las afirmaciones “la teoría es adecuada a los fenómenos” y “la teoría es adecuada a los fenómenos tal como son representados por no-

sotros” son la misma afirmación *para nosotros* (VAN FRAASSEN, 2008, p. 259). De modo que en esta respuesta, la relación entre vehículo y *target* de la representación sigue siendo una relación entre representaciones, y no con una realidad independiente.

En segundo lugar, las teorías deflacionarias introducen los factores pragmáticos como parte de la naturaleza misma de la representación. Así, la intencionalidad sostiene la representación y resuelve objeciones lógicas que pudiera enfrentar una teoría que implique caracterizar la representación como una relación reflexiva, simétrica y transitiva, como sucede con algunas teorías sustantivas. Es decir, la idea de que la representación científica juega un papel crucial en la empresa científica no necesariamente excluye la centralidad de los factores pragmáticos.

Por último, incluso en las teorías sustantivas de la representación científica no es necesario identificar el *target* con un mundo real objetivo, independiente o único. El *target* de una representación científica podría ser un modelo de datos, observaciones, fenómenos u otras entidades que no comprometan a quien toma como unidad de análisis la representación (ni a quien la usa) con ningún mundo existente independientemente. Incluso si subyaciera una noción de verdad por correspondencia, esto no implica necesariamente un compromiso realista. Una interpretación correspondentista de la relación de representación, o una noción de verdad por correspondencia requiere el compromiso con un estado de cosas, pero no que ese estado de cosas sea independiente de la mente (KIRKHAM, 1995, p. 133). La caracterización completa de lo que vuelve sustantiva una teoría de la representación es compatible con la opción de un *target* no real en el sentido usual para el realismo.

Las teorías de la representación no se pronuncian sobre el problema del realismo. A pesar de esto, es posible detectar implicancias realistas o antirrealistas en cada propuesta (LUCERO, 2020) así como evaluar en qué marco se ajusta mejor una teoría de la representación fructífera. En lo que sigue se presentará la posición contemporánea conocida como perspectivismo en el ámbito de la filosofía de la ciencia analítica, que aparece como corolario del debate realismo-antirrealismo en las últimas décadas.

Perspectivismo como realismo científico

La disputa entre realismo y antirrealismo científicos de las últimas décadas parece haber llegado a un cierto “punto muerto”, tal como señala Anjan Chakravartty (2017, cap. 7). En el contexto de ese ocaso gana relevancia una posición epistémica que intenta construirse entre los polos de aquella disputa. El perspectivismo, si bien no es una completa novedad de los últimos tiempos, se ha desarrollado ampliamente desde hace unos quince años, buscando componer un sentido realista de nuevo tipo.

En principio, el perspectivismo no pretende pronunciarse sobre aspectos metafísicos (aunque los supone) sino solo epistémicos, destacando la condición situada de nuestro conocimiento. El rango de posiciones perspectivistas que se pretenden realistas es amplio, desde algunas que podrían dejarnos más cerca del relativismo, como quizás sea el caso de las de Giere (2006), hasta otras que parecen llevarnos a reduccionismos teóricos indeseados, como tal vez sea el caso de Massimi (2017). No nos ocuparemos aquí de las diferencias en el interior de esta corriente, sino del planteo general común que ofrece para comprender el conocimiento científico. Para ello, describiremos los rasgos básicos del perspectivismo realista y sus más notorios desafíos.

En primer término, estos autores adoptan como punto de partida la práctica científica misma. Dado que se trata de una actividad humana, sostienen que las posibilidades de acceso al conocimiento por medio de ella están restringidas por las limitadas capacidades humanas. Esta actitud es llamada “humildad epistémica” por Massimi (2017; MASSIMI; MCCOY, 2020). De esta consideración por la práctica científica se deriva la atención puesta en los elementos de contexto como determinantes en la calificación del conocimiento, respecto de los cuales la producción científica es relativa y en virtud de los cuales está restringida.

Mientras que las anteriores apreciaciones son compartidas también por el pragmatismo y numerosas posiciones antirrealistas, el perspectivismo al que referimos aquí se reclama realista. De ahí que en segundo término debe comprometerse con afirmaciones básicas a todo realismo, de un modo suficiente para ser considerado tal cosa o al menos ser compatible con él.

Esas afirmaciones básicas son las que enumera Psillos (1999, p. xvii y ss.) y a las que refieren tanto Massimi (2017, p. 170–1) como Teller (2020, p. 51 y ss.). Naturalmente, el compromiso con estas afirmaciones tendrá una declinación apropiada para hacerlo compatible con la consideración de la práctica científica y lo que de ella se deriva.

(R1) La primera tesis realista es la metafísica, que afirma la existencia de un mundo independiente de nuestras mentes, mundo que es el objeto del conocimiento científico. Para algunos perspectivistas esto involucra también el compromiso con clases naturales (MASSIMI, 2017).

(R2) La segunda es la tesis semántica, que sostiene que las afirmaciones de las teorías científicas deben ser tomadas literalmente, y por tanto que tienen valores veritativos condicionados por sus dominios pretendidos.

(R3) La tercera es la tesis epistémica, que declara que aceptar una teoría, tal como lo hacemos con las de la ciencia madura y predictivamente exitosa, implica la creencia de que ella es verdadera o aproximadamente verdadera. Es decir, que ellas constituyen conocimiento sobre el mundo.

El contenido de estas tres tesis es sostenido por el perspectivismo, que a su vez ofrece algunos señalamientos.

En primer lugar, Massimi (2017) propone (P1) distinguir entre objetividad y verdad. Mientras que no existe un punto de vista epistémicamente privilegiado por ser único y objetivo, y por tanto la investigación científica es de hecho pluralista, esto no hace que haya que concluir que son esas investigaciones o las perspectivas las que dan forma a los hechos ni, por tanto, que ellas hacen la verdad de las teorías. Aceptar un pluralismo epistémico contra el objetivismo no supone deflacionar la verdad de este modo.

En segundo lugar, Teller (2020) advierte que (P2) las tesis realistas no deberían ni necesitan involucrar realismo referencial alguno, dados los problemas que ello acarrea. Mientras que en la enunciación de esas tesis por parte de Psillos se remite explícitamente a la referencialidad de los términos, Teller sostiene que un compromiso demasiado rígido con ella inevitablemente falla. La razón ofrecida por Teller es que el mundo es demasiado complejo y nuestras limitaciones demasiado grandes como para que sea posible que nuestros términos, especialmente los teóricos, logren unirse a alguna característica que determine la extensión del mismo. La alternativa es el

uso idealizado de los términos referenciales y la admisión de que enunciados de existencia sean “aproximadamente verdaderos” en el sentido de comprender que la referencia es una idealización exitosa para una amplia gama de aplicaciones. Probablemente sea lo que supone Psillos cuando afirma, en el marco de la tesis realista epistémica, que “las entidades postuladas por [las teorías científicas maduras y predictivamente exitosas], o, *en cualquier caso, entidades muy similares a las postuladas*, habitan el mundo” (PSILLOS, 1999, p. xvii. Subrayado nuestro).

En tercer lugar, Teller advierte que se requiere un examen crítico de la noción de “verdad aproximada”. (P3) La verdad aproximada depende del contexto y del interés. Una afirmación falsa es “aproximadamente verdadera” en un contexto dado, con ciertos propósitos, en ciertos aspectos y grados, y no en otros. Y dado que una parte de las condiciones de verdad son, entonces, contextuales, la referencialidad entendida del modo anterior también lo es. Esto no elimina el papel jugado por los estados de cosas independientes de toda perspectiva, “que en última instancia hacen que nuestras afirmaciones científicas sea verdaderas o falsas. (...) Sin embargo, nuestra capacidad para conocer esos estados de cosas (y, por lo tanto, para atribuir un valor de verdad a las afirmaciones relevantes) depende inevitablemente de las perspectivas o el contexto de uso.” (MASSIMI, 2017, p. 171).

Ahora bien, Teller declara: “‘Las cosas son lo que son y del modo en que son, y no son de otra manera’ es una verdad [*truism*, en el original] a la que suscribo completamente” (2020, p. 62). Si descartamos que se trate de una afirmación tautológica, puede suponerse que lo que se quiere decir es que lo que las cosas sean y el modo en que sean es independiente de las perspectivas, y que virtualmente puede postularse acerca de ellas un punto de vista exacto, aunque inaccesible para nosotros. En seguida la pregunta evidente es ¿cómo lo sabe? ¿es una cuestión de fe? ¿hay razones metafísicas? ¿se trata de una necesidad metodológica para la actividad científica? Complementariamente, Massimi afirma que “para que sepamos que (X), por ejemplo, es cierto, tiene que ser el caso, no solo de que (X) coincida con algún estado de cosas del mundo, sino también que satisfaga los estándares perspectivísticos relevantes de adecuación funcional en su contexto de uso.” (2017, p. 172). Es decir, la verdad supone dos condiciones, ninguna sufi-

ciente por sí misma, ambas necesarias: en última instancia, la correspondencia con el mundo independiente, pero también la satisfacción de los estándares relevantes en un contexto dado. Se corre aquí el riesgo de que destacar esa última condición equivalga a, como reza el dicho, “hacer de la necesidad, virtud”. De la primera condición es simplemente imposible saber si se cumple o no, fuera de toda perspectiva, por el punto de partida mismo del perspectivismo que declara la humildad epistémica y el contextualismo. ¿En qué consiste, entonces, realmente esa condición? ¿Cómo podemos asegurar que se satisface aun de manera aproximada? Si esa garantía está dada por las perspectivas, de las que depende nuestra capacidad para conocer, ¿no colapsa esa condición en la segunda?, y además, ¿cómo puede evitarse que toda perspectiva sea considerada tan buena como cualquier otra?

Estas preguntas se dirigen al mayor desafío del realismo perspectivista. Se trata de un reto bicéfalo, consistente en articular una propuesta basada en la ciencia como actividad humana, que esquivé tanto el escepticismo como el relativismo. En definitiva, el desafío es cómo sostener los compromisos realistas en este marco perspectivista, para lo cual se requiere eludir la clásica objeción de la pérdida de la realidad (GHINS, 2012; IRANZO, 2014; KAISER; ROSENHAGEN; SUHM, 2006; NGUYEN, 2016) o aquellas basadas en la existencia de modelos incompatibles (LOMBARDI; ACCORINTI; MARTÍNEZ, 2016; MORRISON, 2011).

Una articulación naturalista para una teoría perspectivista de la representación científica

A pesar de la amplia difusión de la taxonomía de las concepciones sobre la representación científica desarrollada en el primer apartado de este artículo, que las divide en sustantivas y deflacionarias, también se ha argumentado en favor de combinaciones entre esos dos grandes grupos (FRIGG; NGUYEN, 2020), su compatibilidad y hasta su necesidad mutua (CHAKRAVARTTY, 2010). El movimiento correlativo ha sido una hegemonía de las concepciones intencionales en este campo, cuya no contradicción y complementariedad entre sí también han sido destacada (BOESCH, 2019). Ya hemos señalado que las teorías de la representación no necesitan comprome-

terse en principio con una posición respecto de la disputa entre realismo y antirrealismo, aunque es posible rastrear en ellas implicancias en ese sentido. Entre las concepciones dentro de ese campo que destacan el papel de la intencionalidad se encuentra un amplio espectro que va desde algunas decididamente antirrealistas, como la deriva reciente de la teoría inferencial (SUÁREZ, 2015b), hasta otras con aspectos más aparentemente comprometidos con las tesis realistas, como la teoría funcional basada en la informatividad (BOLINSKA, 2013). Un examen detallado de esta gama puede encontrarse en Lucero (2020).

Quizás Giere (2004, 2006, 2010) sea el mejor representante de la introducción del perspectivismo en el campo de las teorías de la representación científica. Desde su punto de vista, debemos entender las teorías y leyes científicas como perspectivas que permiten construir modelos representativos, donde el foco está puesto en la actividad de hacerlo, es decir, en la representación como acto.

Nos interesa aquí señalar que, a su vez, la introducción del modo de analizar la práctica científica que toma como unidad de análisis la representación puede robustecer al perspectivismo como posición epistémica. Números aspectos pueden ser indicados en este sentido. En esta oportunidad haremos énfasis en uno de ellos, que está especialmente relacionado con el principal desafío del perspectivismo, ya mencionado, y permite comprender el valor de una actitud epistémica naturalista.

La noción de representación científica que toma como vehículos objetos tales como modelos, pero también gráficos, esquemas, mapas y hasta maquetas, permite introducir relaciones entre vehículo y *target* que no requieren de la noción de verdad. Entre las respuesta posibles a la pregunta acerca de en virtud de qué un vehículo representa un *target* se destacan las elaboradas por las teorías sustantivas, como las que remiten a la coincidencia entre estructuras de uno y otro, o a la similitud entre ellos. Esta última relación es la que puso de relevancia Giere, incorporándola en una comprensión de la representación basada en agentes, es decir, no estrictamente sustantiva.

Luego de una extensa argumentación plasmada de modo exhaustivo en Giere (1999), el autor concluye que los objetos que mejor se ajustan a la

concepción de la representación como actividad y a la práctica científica misma no son las teorías y las leyes, sino los modelos (GIERE, 2004, p. 744). Estos pueden ser contruidos a partir de principios, a veces explícitamente formulados y que suelen ser llamados “leyes” de “teorías”, en alguno de los múltiples sentidos en que se usan esos términos. De modo que a esos principios no corresponde tomarlos como afirmaciones acerca del mundo, que por tanto podrían ser verdaderas o falsas, sino como reglas o patrones para la construcción de modelos. Estos últimos sí pueden evaluarse en términos de su ajuste al mundo (estrictamente, a los modelos de datos) y por lo tanto generarse hipótesis acerca de ese ajuste que sí pueden ser verdaderas o falsas; los modelos no pueden serlo porque no son entidades lingüísticas. A aquellos principios Giere también se refiere como “perspectivas” acerca del mundo (1999, p. 94). De este modo, para Giere representar no es sinónimo de describir, ni esto se opone a aspectos pragmáticos sino que, antes bien, los principios efectivamente funcionan generando instrucciones para la construcción de modelos. De esta manera, los supuestos que sostenían el rechazo por parte de Healey de la representación científica como relación para comprender la ciencia quedan puestos es duda.

Los modelos también pueden ser contruidos a partir de principios contradictorios entre sí (GIERE, 2010, p. 281), o a partir de ningún principio, sino de una combinación de otros modelos empíricos, modelos de datos y técnicas matemáticas, como por ejemplo los modelos de simulación. Más aún, los científicos pueden utilizar modelos incompatibles entre sí (GIERE, 2004, p. 749–50) para distintos propósitos, como lo ejemplifica la representación del agua como una colección de moléculas o como un fluido continuo, en diferentes usos, es decir, con diferentes fines.

Esa relación de “modelado representacional” queda mejor explicada, según Giere, como una relación de similitud. Si bien la similitud es una relación aparentemente diádica y reflexiva, mientras que el modelado es una actividad poliádica y asimétrica, no se presenta aquí un problema. Desde el punto de vista de Giere es justamente la intencionalidad del agente la que determina la similitud representacional entre dos objetos. Esto se cumple porque es el agente quien define cuáles son los aspectos relevantes en que son similares esos objetos, en qué grados (o qué grados de semejanza serían

suficientes para que asignemos relación de similitud), y, crucialmente, cuál es el vehículo y cuál el *target* de la representación (es decir, la direccionalidad). Advirtamos que la posición de Giere es un tipo de pragmatismo que busca sostener algo del sustantivismo en teorías de la representación científica, es decir, mostrar que no por estar la representación mediada por el agente, cualquier cosa puede ser vehículo representativo de cualquier otra. Habría algo en el vehículo mismo que, sin ser relativo al o a los agentes, permite u obtura la relación representacional con un determinado *target*.

De esta manera, las características de la relación de similitud, que posibilitan (y requieren) especificar aspectos y grados, parecen permitir resolver de un modo más claro el problema de la verdad aproximada de las afirmaciones de existencia que discute Teller (2020). Los vehículos (por ejemplo, las entidades postuladas por la ciencia) que se usan para representar una entidad o colección de entidades de las que habitan el mundo (para seguir en la formulación a Psillos) se ajustan a ellas en ciertos aspectos y grados. Estos son epistémicamente suficientes cuando cumplen con los estándares de la perspectiva en que se inscriben los agentes y su uso de esas representaciones.

Enfrentar el problema de si toda perspectiva es igualmente válida requiere la postulación de algún criterio de evaluación externo y neutral respecto de todas ellas. Dado que estamos tratando con perspectivas científicas, esos criterios podrían ser el respeto por la evidencia y el compromiso con la búsqueda de conocimiento (CHAKRAVARTTY, 2017), que reconocen la intencionalidad epistémica (LUCERO, 2020) en la actividad científica. El respeto por la evidencia supone que los modelos construidos en el seno de una perspectiva estén informados o sean sensibles a la evidencia científica brindada por la experiencia y la observación. Sea la similitud o sea otra la relación adoptada para elucidar el vínculo entre un vehículo y su *target*, ella debe ser establecida por un proceso que tenga a la evidencia como fuente, tal que ella pueda autorizar o desautorizar un vehículo como representativo de un *target* (es decir, la vulnerabilidad empírica debería ser un valor compartido por toda perspectiva con pretensión epistémica). Para que el respeto por la evidencia sea efectivo como criterio externo y neutral a toda perspectiva es necesario que se compartan estándares mínimos sobre lo que cuenta como

evidencia. Pero puede conservarse la pluralidad en el compromiso acerca de cuánto o qué es lo que esa evidencia permite inferir. La interpretación de la evidencia es una tarea informada por la perspectiva en que se esté trabajando. Complementariamente, el compromiso con la búsqueda de conocimiento implica la intencionalidad de ir más allá de lo ya conocido, y por tanto una cierta audacia epistémica característica de la práctica científica. Ello comporta la adopción de consideraciones no empíricas para inferir conocimiento a partir de la evidencia. La efectividad de este segundo criterio en tanto neutral y externo a toda perspectiva requiere que se compartan entre ellas ciertos estándares de métodos aceptables de análisis de la evidencia. Aquí también hay lugar para una pluralidad de perspectivas, por ejemplo según cuáles sean (además de la racionalidad lógica) las consideraciones no empíricas a tener en cuenta, qué valor de le otorgue al poder explicativo, y otras cuestiones de ese tipo.

No cualquier perspectiva se ajusta a la evidencia aceptada ni es funcional al objetivo de conocer, que orienta toda actividad científica, al menos parcialmente. Dado que de lo que se trata es de conservar los compromisos realistas, aquello que se busca conocer debe ser entendido como una entidad independiente de toda perspectiva, pero para cuyo acceso estamos limitados por las capacidades humanas y mediatizados por las perspectivas.

Ahora bien, la interfaz entre lo real y el conocimiento que podemos tener de ello no es misteriosa si aceptamos los desarrollos más avanzados de las ciencias cognitivas contemporáneas. Ellas caracterizan las determinaciones de las capacidades cognoscitivas humanas y muestran que la observación, por ejemplo, no es completamente dependiente del mundo lingüístico o cultural de quien percibe, sino que hay patrones de reconocimiento que se repiten ampliamente. Giere (1999, p. 100 y ss.) ofrece algunos valiosos ejemplos de esto, que podrían mostrar que cierto rango en la graduación de la similitud es compartida por sujetos que participan de diferentes contextos lingüísticos (1999, p. 104).

Si esto es así, es posible justificar la idea de algunos representantes del realismo perspectivista que afirma que podemos comprometernos con la existencia independiente de entidades y clases (MASSIMI, 2017, p. 174) sin apelar a actos de fe. Asimismo, es posible construir una vía de escape para el

riesgo del escepticismo, dado que se puede apelar a evidencia parcialmente legitimada de manera neutral a toda perspectiva. Tenemos así un fundamento para creer que el mundo real efectivamente constriñe las representaciones aceptables dentro de cada perspectiva, tal que es posible conocer, parcialmente, si ellas se ajustan al mundo que “en última instancia” las confirma. Ahora cobra pleno sentido la distinción entre las dos condiciones de aceptabilidad de un realismo perspectivista: la similitud de la representación con algún estado de cosas del mundo, y la satisfacción por parte de esa representación de los estándares perspectivísticos relevantes de adecuación funcional en su contexto de uso.

Conclusiones

Tras haber repasado las características que las teorías sustantivas y las deflacionarias asignan a la representación científica, hemos argumentado que la adopción de ésta como unidad de análisis epistemológico no compromete con una posición realista, sino que es neutral respecto a la disputa realismo-antirrealismo. Volviendo la atención sobre esta disputa, presentamos la posición conocida como realismo perspectivista, que se propone construir un realismo no objetivista, en un momento de ocaso del debate. Destacamos el perspectivismo de Giere para abordar el problema de la representación científica como una actividad, y mostramos que la representación científica como unidad de análisis epistemológico permite una mejor articulación de las tesis perspectivistas. Por último, indicamos un camino posible para sortear las principales objeciones al realismo perspectivista en el campo de la representación científica. Este camino incluye la adopción, por un lado, de criterios de aceptación neutrales a toda perspectiva (el respeto por la evidencia y la búsqueda de conocimiento), y por otro lado, de una actitud naturalista que aborde el acceso humano al conocimiento del mundo beneficiándose de los desarrollos más recientes de las ciencias cognitivas.

Referencias

BOESCH, B. Resolving and Understanding Differences Between Agent-Based Accounts of Scientific Representation. **Journal for General Philosophy of Science**, v. 50, n. 2, p. 195–213, jun. 2019.

BOESCH, B. Scientific Representation. **Internet Encyclopedia of Philosophy**, [s.d.].

BOLINSKA, A. Epistemic representation, informativeness and the aim of faithful representation. **Synthese**, v. 190, n. 2, p. 219–234, jan. 2013.

BORGE, B. Modelos y representación en el Estructuralismo Empirista de Bas van Fraassen. **Praxis Filosófica**, Nueva Serie. v. 41, p. 27–42, dez. 2015.

CHAKRAVARTTY, A. Informational versus Functional Theories of Scientific Representation. **Synthese**, v. 172, n. 2, p. 197–213, 2010.

CHAKRAVARTTY, A. **Scientific ontology: integrating naturalized metaphysics and voluntarist epistemology**. Oxford, UK : New York, NY: Oxford University Press, 2017.

DIEZ CALZADA, J. A. La revuelta historicista en filosofía de la ciencia. **Arbor**, n. 526, p. 69–96, 1989.

DIEZ CALZADA, J. A. La concepción semántica de las teorías científicas. **Éudoxa: Series Filosóficas**, v. 8, p. 41–91, 1997.

FRIGG, R.; NGUYEN, J. Scientific Representation. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Spring 2020.

GHINS, M. Representation and the loss of reality objection. **Epistemologia**, v. 35, p. 47–58, 1 jan. 2012.

GIERE, R. N. **Science without laws**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

GIERE, R. N. How Models Are Used to Represent Reality. **Philosophy of Science**, v. 71, n. 5, p. 742–752, dez. 2004.

GIERE, R. N. **Scientific Perspectivism**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

GIERE, R. N. An agent-based conception of models and scientific representation. **Synthese**, v. 172, n. 2, p. 269–281, jan. 2010.

HEALEY, R. Science without Representation. **Analysis**, v. 70, p. 536–547, 1 jul. 2010.

IRANZO, V. Models and Phenomena: Bas van Fraassen's Empiricist Structuralism. In: GONZALEZ, W. J. (Ed.). . **Bas van Fraassen's Approach to Representation and Models in Science**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014. p. 63–76.

KAISER, M. I.; ROSENHAGEN, R.; SUHM, C. Experience Becoming Fully Literate. Van Fraassen on the Verge of Constructivism. In: BERGHILDEBRANDT, A.; SUHM, C. (Eds.). . **The Philosophy of Bas C. van Fraassen**. [s.l.] ontos, 2006. p. 69–79.

KIRKHAM, R. L. **Theories of truth: a critical introduction**. Cambridge: MIT Press, 1995.

LOMBARDI, O.; ACCORINTI, H.; MARTÍNEZ, J. C. Modelos científicos: el problema de la representación. **Scientiae Studia**, v. 14, n. 1, p. 151–174, 2016.

LUCERO, S. El papel de la intencionalidad epistémica en las representaciones científicas. Compromisos realistas y anti-realistas. In: BORGE, B.; GENTILE, N. (Eds.). . **La ciencia y el mundo inobservable: discusiones contemporáneas en torno al realismo científico**. [s.l.] Eudeba, 2020.

MASSIMI, M. Perspectivism. In: SAATSI, J. (Ed.). . **The Routledge Handbook of Scientific Realism**. Routledge Handbooks in Philosophy. [s.l.] Routledge, 2017. p. 164–175.

MASSIMI, M.; MCCOY, C. (EDS.). **Understanding Perspectivism. Scientific Challenges and Methodological Prospects**. e-book ed. New York: Routledge, 2020.

MORRISON, M. One phenomenon, many models: Inconsistency and complementarity. **Studies In History and Philosophy of Science Part A**, v. 42, p. 342–351, 1 jun. 2011.

NGUYEN, J. On the Pragmatic Equivalence between Representing Data and Phenomena. **Philosophy of Science**, v. 83, n. 2, p. 171–191, 1 abr. 2016.

PSILLOS, S. **Scientific Realism: How Science Tracks Truth**. [s.l.: s.n.].

SUÁREZ, M. Representation in Science. In: HUMPHREYS, P. (Ed.). . **The Oxford Handbook of Philosophy of Science**. Oxford handbooks. On line ed. New York: Oxford University Press, 2015a. p. 440–459.

SUÁREZ, M. Deflationary Representation, Inference, and Practice. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 49, p. 36–47, 2015b.

TELLER, P. What Is Perspectivism, and Does It Count as Realism? In: MASSIMI, M.; MCCOY, C. (Eds.). . **Understanding Perspectivism. Scientific Challenges and Methodological Prospects**. New York: Routledge, 2020. p. 49–64.

VAN FRAASSEN, B. **Scientific Representation: Paradoxes of Perspective**. New York: Oxford University Press, 2008.

CONCEPTOS EPISTEMOLÓGICOS CLÁSICOS: SU UTILIDAD EN LA CONSTRUCCIÓN DE TESIS Y DISERTACIONES EN LAS CIENCIAS SOCIALES Y HUMANAS

Classical epistemological concepts: their application in the construction of theses and dissertations in social and human sciences.

Jorge Santos¹

RESUMEN

Este artículo aborda algunos conceptos principales de grandes las discusiones epistemológicas que acontecieron durante el siglo XX. En el círculo de Viena, en la doctrina falsacionista de Popper, y en la Nueva Filosofía de la Ciencia se desarrollan sucesivamente interesantes discusiones y polémicas en torno a la naturaleza del conocimiento científico, su método para probar hipótesis, los criterios para distinguir el conocimiento científico del que no lo es, las diferencias o similitudes entre ciencias naturales y sociales, etc. En estas discusiones se proponen diversas perspectivas y conceptos epistemológicos para intentar responder las preguntas planteadas en torno al conocimiento científico. Estas polémicas tienen un alto nivel teórico y suelen ser abordadas en cursos de epistemología, metodología o filosofía de las ciencias. En este trabajo pretendemos abordar algunos de estos conceptos desde una perspectiva novedosa, atendiendo no solamente a su valor teórico o explicativo, sino especialmente a su utilidad pragmática al momento de construir una disertación de maestría o una tesis de doctorado en el área de las ciencias sociales y humanas. A este fin el artículo selecciona algunos de los conceptos clásicos esgrimidos en las discusiones señaladas y los aborda a partir de la perspectiva propuesta, es decir atendiendo y señalando la utilidad práctica de estos conceptos al momento de la construcción de una tesis o disertación. Particularmente los conceptos seleccionados son los de: razonamiento, problema, hipótesis, prueba y división de escuelas en el ámbito de las ciencias humanas y sociales.

Palabras clave: Epistemología. Ciencias sociales. Ciencias humanas. Razonamiento. Hipótesis.

ABSTRACT

This article addresses some of the main concepts of the epistemological discussions that occurred during the 20th century. In the Vienna circle, in Popper's falsificationist doctrine, and in the New Philosophy of Science, interesting discussions and controversies develop successively about the nature of

¹ CONICET/Universidad Nacional de Hurlingham.

E-mail: jorgesantosuba@gmail.com. ORCID: [0000-0002-9081-5881](https://orcid.org/0000-0002-9081-5881).

scientific knowledge, its method to test hypotheses, the criteria to distinguish scientific knowledge of which it is not, the differences or similarities between natural and social sciences, etc. In these discussions, various perspectives and epistemological concepts are proposed to try to answer the questions asked about scientific knowledge. These controversies have a high theoretical level and are usually addressed in epistemology, methodology or philosophy of science courses. In this work we intend to approach some of these concepts from a novel perspective, attending not only to their theoretical or explanatory value, but especially to their pragmatic usefulness when constructing a master's thesis or a doctoral thesis in the area of social sciences and human. With this aim in mind, the article selects some of the classic concepts used in the indicated discussions and approaches them from the proposed perspective, that is, attending to and pointing out the practical utility of these concepts at the time of the construction of a thesis. Particularly the selected concepts are those of: reasoning, problem, hypothesis, test, and division of schools in the field of human and social sciences.

Keywords: Epistemology. Social sciences. Human sciences. Reasoning. Hypotheses.

Introducción

Este artículo aborda algunos conceptos más relevantes propuestos en las importantes discusiones epistemológicas que acontecieron durante el siglo XX. Durante el siglo pasado en el círculo de Viena, en la doctrina falsacionista de Popper, y en la Nueva Filosofía de la Ciencia se desarrollan sucesivamente interesantes discusiones y polémicas en torno a la naturaleza del conocimiento científico, su método para probar hipótesis, los criterios para distinguir el conocimiento científico del que no lo es, las diferencias o similitudes entre ciencias naturales y sociales, etc. En estas discusiones se proponen diversas perspectivas y conceptos epistemológicos para intentar responder las preguntas planteadas en torno al conocimiento científico. En este trabajo pretendemos abordar algunos de estos conceptos desde una perspectiva novedosa, atendiendo no solamente a su valor teórico o explicativo, sino especialmente a su utilidad pragmática al momento de construir una disertación de maestría o una tesis de doctorado en el área de las ciencias sociales y humanas. Es común en los distintos niveles de educación superior tener materias ligadas al conocimiento científico, epistemología o metodología de las ciencias. Sin embargo, la tarea de investigación concreta suele aprenderse en la práctica científica con la guía de un orientador y no

siempre se conecta con los conceptos teóricos aprendidos en las clases citadas. Suele existir una desconexión entre las reflexiones y discusiones teóricas en el terreno de la epistemología y la práctica científica concreta que suele iniciarse en los niveles de maestría y doctorado.

Este artículo entonces más que ocuparse de discusiones epistemológicas referidas a la naturaleza de la ciencia, o lo adecuado de este o aquel criterio para diferenciar el conocimiento científico de otras formas de conocimiento, o de la corrección o incorrección de las diferentes metodologías, tendrá una finalidad pragmática: presentar algunos conceptos epistemológicos clásicos, abstrayéndose de las polémicas teóricas respecto a ellos, en función de su aplicación práctica. Es decir, se ocupará no solo del valor teórico y explicativo de los conceptos epistemológicos, sino de la utilidad de esos conceptos respecto a la comprensión y a la construcción de una tesis o disertación en el área de las ciencias humanas y sociales.

Al momento de presentar un proyecto de tesis a niveles de maestría y doctorado, e incluso, al momento de solicitar becas u otro tipo de financiación para el proyecto, el mismo debe cumplir ciertos requisitos básicos: plantear el problema que se pretende investigar, encuadrarlo en alguna de las áreas de conocimiento, plantear una hipótesis dentro de un marco teórico adecuado y una metodología para investigarla a fin de confirmarla o no. Estos requisitos muestran implícitamente una concepción del conocimiento científico estructurada a partir de conceptos estudiados en el área de la epistemología. Por lo tanto, estos conceptos además de su valor teórico tienen un valor práctico o pragmático pues son útiles para la construcción de un buen proyecto de investigación que, en tanto permite acceder al reconocimiento de las agencias de investigación, resulta ser una actividad fundamental para el investigador científico. Este valor pragmático es menos estudiado que su valor teórico, esto se puede percibir fácilmente cuando se abordan las principales discusiones del área de la epistemología. El objetivo de este artículo entonces es explorar el valor pragmático de algunos conceptos epistemológicos en tanto sirven para comprender la tarea de investigación de un científico social, así como soporte para la construcción de sus tesis y disertaciones.

Atendiendo a esta finalidad el artículo comienza con la explicitación del marco teórico y metodológico, luego expondrá en diferentes apartados los conceptos seleccionados a fin de explicitar su utilidad práctica en la construcción de tesis y disertaciones en el área de las ciencias sociales y humanas.

1. Marco teórico y metodológico

El método que se propone para abordar esta temática en el analítico en el sentido en que se propondrán algunos conceptos epistemológicos clásicos, se los definirá y se analizará la definición en sus partes o sentidos y términos más pequeños o específicos que lo componen (BLASCO, 1996). Sin embargo, el método analítico tendrá una variación, porque el análisis de estos estará en función de su utilidad práctica para la construcción de una tesis o disertación especialmente en el ámbito de las ciencias sociales y humanas. Por lo tanto, podemos hablar de un método analítico-pragmático en el sentido de que el análisis de los conceptos no se limitará a sus aspectos puramente teóricos-semánticos, sino que se extenderá a su utilidad práctica para el científico social.

Con respecto al marco teórico, es decir los autores dentro del campo de la epistemología que enuncian los conceptos seleccionados serán algunos de los clásicos del área: a partir de Copi (2013) abordaremos el concepto lógico de razonamiento, con Hempel (1983) y Popper (1980) la noción fundamental de problema científico e hipótesis, de Tomas Kuhn (2004) tomaremos la idea de fragmentación en escuelas de las ciencias sociales, concepto que permite comprender la necesidad de construcciones de marcos teóricos y metodológicos específicos. Además, recurriremos a autores que abordan el pensamiento de los autores citados como Klimovsky (2005), Galleta y Gentile (2007)

Una cuestión importante en este apartado de acuerdo con la metodología postulada es aclarar el sentido del concepto de “ciencias humanas y sociales” que estamos utilizando. Veremos que esta necesidad constante de aclarar nuestros conceptos, definirnlos de acuerdo de acuerdo con el sentido específico con que lo queremos utilizar y en referencia a nuestro marco te-

órico, es una de las características de la investigación social y humana que la diferencia de otras áreas de conocimiento. La definición de “ciencias humanas y sociales” no es sencilla pues se trata de un concepto problemático y en disputa entre diferentes posiciones teóricas al respecto. En un sentido muy amplio y casi trivial podemos decir que “humanas” son las ciencias que estudian al ser humano y su relación con la sociedad (BUENO, 1978). También podemos afirmar con Luque (2010) de manera más específica que a mediados del siglo diecinueve surge el interés práctico por resolver problemas económicos, sociales y políticos propios del orden capitalista. Entonces la pregunta científica se orienta hacia el hombre, así la necesidad de dominar y controlar los fenómenos sociales transforma al hombre en el objeto de estudio de este nuevo dominio de saber. Estas disciplinas recortan desde distintas perspectivas, sus objetos de estudio en relación con la actividad del hombre.

Pero estos sentidos son todavía muy generales e incluso el carácter científico de las disciplinas agrupadas bajo el nombre de “humanas y sociales” no siempre es reconocido por todos los epistemólogos. Incluso algunas disciplinas incluidas en el área de “humanidades” no reclaman el adjetivo “científico” para sí mismas, como ocurre con varias corrientes filosóficas. La alternativa que tomamos entonces para especificar este sentido general será un recurso a la práctica, al uso pragmático de ese término por las agencias científicas. En términos técnicos vamos a recurrir a una definición más extensional o ‘por extensión’ es decir “enumerar los miembros de un conjunto” (Russell, 1956, p. 88), que a una estrategia intencional o ‘por comprensión’ es decir aquella “que pone de manifiesto una propiedad definidora” (Russell, 1956, p. 88). El conjunto de las disciplinas que nombramos como “ciencias humanas y sociales” se corresponde de manera bastante precisa con las incluidas en las grandes áreas de conocimiento de las agencias de investigación científica bajo ciertos títulos. En el caso de CONICET en Argentina la referencia se corresponde con las disciplinas incluidas bajo el título “Ciencias Sociales y Humanidades”². En el caso de CAPES en Brasil esta referencia se agrupan bajo dos títulos “Ciencias Humanas” y

² <https://www.conicet.gov.ar/definiciones-tecnicas/>.

“Ciencias Sociales Aplicadas”³. Si bien estos conjuntos no se corresponden exactamente, las diferencias son pequeñas y, atendiendo al carácter extensivo con el que optamos por definir nuestra referencia, podemos afirmar que el sentido se corresponde con la unión de estos conjuntos de disciplinas. Es una manera pragmática y relativamente simple de resolver un problema teóricamente complejo y pone en evidencia el objetivo de este artículo y la estrategia metodológica seleccionada.

En los apartados siguientes entonces abordaremos conceptos importantes de la epistemología ligados a los trabajos de los autores citados para referirnos a su utilidad en el trabajo de construcción de una tesis o disertación. Comenzaremos con la idea de razonamiento, seguiremos con el concepto de problema científico e hipótesis y finalmente abordaremos la construcción de marco teórico en relación con la fragmentación de escuelas en las ciencias sociales postulada por Kuhn. En el apartado final sacaremos conclusiones.

2. Construir una disertación como un razonamiento o argumento complejo

Uno de los conceptos importantes para la filosofía clásica de las ciencias es el de razonamiento. Las discusiones epistemológicas iniciadas durante principios el siglo veinte en el Círculo de Viena dan un papel muy relevante a la función de la lógica y de los distintos tipos de razonamientos al momento de analizar el procedimiento de la ciencia para obtener y probar el conocimiento. Se discute sobre el papel de los razonamientos deductivos e inductivos y de las diferentes metodologías propuestas en torno a ellos, esta polémica toma especial intensidad a partir del planteo falsacionista de Popper.

Sin embargo, el objetivo de este análisis no es abordar esas discusiones en sus detalles, sino definir, de acuerdo con lo establecido en el marco metodológico, el concepto en su acepción más general y aceptada a fin de analizar su utilidad en la construcción de una tesis en el área de las ciencias humanas y sociales.

³ <https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>.

Gianella (2002) nos dice que un razonamiento es un conjunto de proposiciones⁴ o enunciados en el que una de ellas, llamada conclusión, se pretende fundada en, o se infiere de, otras que se llaman premisas.

Razonamiento” suele entenderse como sinónimo de “argumento”, así Copi señala que:

un argumento es un grupo de proposiciones del cual se dice que una de ellas se sigue de las otras, consideradas como base o fundamento de la verdad de esta (...) Para que pueda decirse que existe un argumento, tiene que haber una estructura en ese conjunto de proposiciones, una estructura que capture o muestre alguna inferencia. Esta estructura se describe usando las palabras *premisas* y *conclusión*. La conclusión de un argumento es una proposición es que se afirma con base en otras proposiciones del argumento. Estas otras proposiciones, las cuales se afirma (o asume) que son soportes de la conclusión, son las premisas del argumento. (Copi et al, 2013, p.7)

¿Cuál es la utilidad de este concepto para la construcción de una tesis o disertación? Lo que esta idea puede aportar es significativo si entendemos que **la construcción de una tesis o disertación consiste en construir un razonamiento o argumento complejo**. Toda tesis o disertación incluye una conclusión o varias conclusiones, en general de manera explícita pues el último capítulo suele ser justamente el de las conclusiones o consideraciones finales. Los capítulos de la tesis en general son premisas en el sentido de que, en una tesis bien estructurada, su función es fundamentar, sostener o probar la conclusión que, en general, aparece en el capítulo final. Al momento de evaluar una tesis, el análisis de la coherencia interna es crucial, la primera lectura tiene que ver con si hay coherencia lógica entre lo propuesto en la introducción y el resultado expuesto en la conclusión, así como la consistencia del resultado final con lo desarrollado en los capítulos previos.

Claro que la envergadura y extensión de una tesis de posgrado hacen se trate de un razonamiento sumamente complejo en general compuesto por varios razonamientos intermedios. En general cada capítulo de una tesis implica un razonamiento en sí mismo con una conclusión parcial que servirá luego como argumento para fundamentar la conclusión final o resultado de la investigación. Esto no es problemático, al contrario, es correcto afirmar que ninguna afirmación es en sí misma premisa o conclusión, por lo que la

⁴ Proposición entendida como una oración con sentido informativo a la que se puede atribuir valor de verdad (verdadera o falsa).

conclusión de un razonamiento puede perfectamente ser premisa de otro, esta concatenación da coherencia interna a un trabajo.

Además, en el ámbito de las ciencias humanas y sociales hay que sumar otra complejidad: los razonamientos suelen sustentarse en metodologías diversas que precisan se explicitadas en la propia tesis por ejemplo metodología analítica, hermenéutica, dialéctica, fenomenológica, análisis de discurso, etc. Esto suma complejidad en cuanto a la “lógica” propia de cada metodología que no se corresponde necesaria y estrictamente con la corrección de la llamada “lógica formal” o al análisis estrictamente deductivo de los razonamientos. Esto no invalida la afirmación de que con esas metodologías se construyen argumentos o razonamientos complejos para probar lo que será la conclusión de la tesis. Una cuestión diferente es el estándar con el que evaluamos estos argumentos, si lo hacemos a partir de una lógica formal estricta o a partir de un criterio más amplio y menos estricto como el de las conocidas lógicas paraconsistentes que admiten ciertas tensiones internas en desarrollos teóricos especialmente en el campo jurídico, que desde una perspectiva estricta no serían aceptables. (MIRÓ QUESADA, 1988). En este sentido la idea de razonamiento que utilizamos es definida en sentido amplio, en el sentido de tiene que haber una relación clara de justificación, es decir de fundamentación, entre lo desarrollado en la tesis y las conclusiones a las que se arriban.

Este requisito de orden y coherencia interna puede resultar algo peculiar para los que han transitado el proceso de investigación y construcción de una tesis y sobre todo para los que están transitando actualmente este proceso. Sucede que en la práctica una investigación no suele presentarse tan ordenada como suponemos, muchas veces intuimos la conclusión primero y luego buscamos las pruebas, o al contrario primero aparecen algunas premisas y luego una conclusión, o primero el problema y luego otros aspectos relevantes, o a la inversa. En pocas palabras el proceso de investigación y de construcción de la tesis no parece ser tan lineal y ordenado, no parece suceder de acuerdo con la coherencia que, postulamos, debe tener un argumento bien construido.

Es cierto, el proceso real de una investigación suele ser bastante más caótico y menos lineal y organizado que su producto final: un argumento

bien construido y expresado que constituye una disertación de maestría o una tesis de doctorado. Pero eso es algo común para todo argumento, Copi señala:

Cuando los psicólogos examinan el proceso de razonamiento lo encuentran sumamente complejo, emocional en alto grado y consistente en desmañados procedimientos de ensayo y error iluminados por repentinos chispazos de comprensión a veces inconexos en apariencia. Ellos son de la mayor importancia para la psicología. Pero estos oscuros caminos por los cuales la mente llega a sus conclusiones durante los procesos reales de razonamiento, no son en absoluto de incumbencia del lógico. Solo le interesa la corrección del proceso una vez terminado. Su problema es siempre el siguiente: la conclusión a la que ha llegado, ¿deriva de las premisas usadas o afirmadas? (COPI, 1992, p.5)

Del mismo modo, parafraseando la cita, el proceso de investigación real y el trabajo del maestrando o doctorando puede ser sumamente complejo, emocional en alto grado, con procedimientos de ensayo y error y chispazos de comprensión a veces inconexos en apariencia. Sin embargo, al momento de escribir la tesis la investigación tendrá que tomar la forma de un argumento comprensible y bien estructurado que fundamente la conclusión a la que se arriba. Es el momento de darle un orden a ese proceso que fue tal vez más asistemático y en apariencia inconexo respecto de su resultado final. Esto no quiere decir que el proceso real de investigación está ausente en el resultado final. Estará presente conectado y articulado lógicamente de tal forma que la conclusión a la que se arriba esté fundamentada en un argumento que pueda ser entendido por quien lo lea. E incluso, en un resultado ideal, que pueda llegar a convencerlo.

Conocer esta lógica del proceso de investigación y construcción del conocimiento en las ciencias sociales es útil para quien se inicia en una investigación. Pues durante este proceso nos sentimos a veces desorientados, no percibimos exactamente el sentido de las lecturas o estudios que realizamos, en otros momentos en cambio tenemos intuiciones de comprensión y entendimiento. No hay que desesperar, son circunstancias que suelen suceder durante toda investigación. Con esa materia se construye el argumento que será el producto final de nuestra investigación: nuestra tesis o disertación. En definitiva, la ciencia se materializa y socializa a través del lenguaje y de las afirmaciones que expresan su objeto de estudio (GAETA, *et al*, 1990).

Las afirmaciones que expresan y constituyen el conocimiento científico, es decir sus teorías e hipótesis, se fundan en argumentos y estos argumentos son productos de investigaciones. El argumento como resultado de una investigación necesita tener coherencia y consistencia a fin de ser comprensibles para todos los versados en el área y en particular, comprensible y convincente para los especialistas que serán jurados de nuestras tesis.

3. Definiendo el problema y la hipótesis de una investigación

Carl Hempel, una de las figuras importantes del Círculo de Viena, realiza un ya clásico análisis sobre el rol de las hipótesis en las investigaciones científicas. El autor además de epistemólogo era físico por lo que presta especial atención a las ciencias naturales. Sin embargo, varios de sus planteos incluyen y son interesantes, para el trabajo científico en el área de las humanidades. Este interés radica por un lado en el valor intrínseco del procedimiento postulado por Hempel que puede ser útil como esquema para plantear una investigación social. Pero también tiene un interés pragmático pues la concepción de ciencia implícita que evidencian las agencias científicas estatales se corresponde en varios aspectos con los conceptos clásicos que, como los del autor, están inspiradas en las ciencias naturales. Para postularse como tesista de maestría o doctorado y más aún, para conseguir becas u otro tipo de financiamiento, se solicita al postulante que explicita el problema a abordar, la hipótesis principal que guiará la investigación y la metodología con la que realizará la investigación y evaluará los resultados de la misma.

La idea de que la ciencia se ejerce a partir de hipótesis entendidas como respuestas a problemas científicos y de su evaluación, en general, a partir de métodos empíricos es la concepción más común y generalizada de entender el procedimiento que utilizan los investigadores científicos (Klimovsky, 2005). Consecuentemente, se corresponde con los requisitos solicitados por las agencias estatales que financian y regulan estas actividades al momento de presentar un proyecto de investigación.

Y esto es válido tanto para el aspirante en el área de ciencias naturales como en el de humanas y sociales. Este es el motivo por el que, más allá

del valor teórico propio que tienen los conceptos expuestos, es pragmáticamente importante conocerlos y comprenderlos al momento de iniciarse en el trabajo de investigación.

De acuerdo con el método postulado presentaremos los conceptos definidos por Hempel y analizaremos su utilidad para la investigación en el área de humanas y sociales.

Pero cabe la posibilidad de que lo que se nos exija en esa primera fase de la investigación científica sea reunir todos los hechos relevantes. Pero ¿relevantes con respecto a qué? (...) supongamos que la investigación se refiere a un problema específico. ¿Es que no empezaríamos, en ese caso, haciendo acopio de todos los hechos...o, mejor, de todos los datos disponibles que sean relevantes para ese problema? (...) el tipo concreto de datos que haya que reunir no está determinado por el problema que se está estudiando, sino por el intento de respuesta que el investigador trata de darle en forma de conjetura o hipótesis (...) las hipótesis, en cuanto intentos de respuesta, son necesarias para servir de guía a la investigación científica. Esas hipótesis determinan, entre otras cosas, cuál es el tipo de datos que se han de reunir en un momento dado de una investigación científica. (HEMPEL, 1983, pp. 28-29)

En el párrafo señalado se postula la idea de que la investigación científica parte de un problema bien planteado y de un intento de respuesta de este que llamamos hipótesis. Esta hipótesis guía la investigación, pues permite seleccionar los datos relevantes a fin de evaluar si se trata de una respuesta adecuada al problema.

La construcción y definición del problema es, por lo tanto, un paso fundamental para cualquier investigación en cualquier área, incluidas las de nuestro interés. Sin embargo, la presencia de hipótesis como posible respuesta al problema y su función de guía de la investigación no siempre es tan clara o evidente en nuestro ámbito. Muchas veces al principio de una investigación solo tenemos un problema, y este parece ser el que guía la investigación, esto es bastante frecuente en ciencias sociales. Tenemos un problema planteado a partir de ciertos datos o conceptos, pero no necesariamente hipótesis. Si bien esta situación es posiblemente más frecuente, no es una exclusiva de las ciencias sociales. Como el propio Hempel señala siempre que se trata la solución a un problema, tiene que haber implícitamente alguna hipótesis general que establezca los parámetros de la solución.

Por ejemplo, el objetivo de este artículo puede enunciarse como el siguiente problema: ¿Hay conceptos de la epistemología clásica que sean pragmáticamente útiles para las investigaciones en ciencias humanas y sociales? En caso de respuesta positiva ¿Cuáles? En nuestra respuesta se evidencia la hipótesis de que sí existen conceptos pragmáticamente útiles y enunciamos algunos de los que consideramos más interesantes. Es decir, trabajamos bajo la hipótesis general de que existen al menos tres conceptos interesantes (a esta altura del artículo): razonamiento, problema e hipótesis. Nuestro argumento se construye enunciando el problema u objetivo del artículo, dando una respuesta positiva al mismo a través de esa hipótesis implícita y enunciando e intentando demostrar la utilidad de estos conceptos. Tener un problema bien formulado, hacer buenas preguntas sobre el tema de interés e intentar responderla supone siempre hipótesis implícitas, aunque no sean total y claramente formuladas al inicio de la investigación. Este procedimiento de enunciar problemas, generar hipótesis e intentar justificarlas, sirve para guiar la investigación y estructurar el razonamiento complejo que constituye una tesis de maestría o doctorado.

Hay otras dos cuestiones ligadas a estos conceptos que el autor vienes trabaja, son el surgimiento de las hipótesis y la justificación o prueba de estas. En primer lugar, señala que la respuesta al problema, es decir, el surgimiento de la hipótesis no es un proceso mecánico, al contrario, es producto de la creatividad y la imaginación del científico (HEMPEL, 1983). Creemos que es interesante resaltar esta idea: creatividad, imaginación, surgimiento de nuevas hipótesis, de nuevas perspectivas ante interrogantes que aún no encontraron soluciones satisfactorias.

Claro que apenas con creatividad no alcanza, a esto se suma la necesidad de conocer muy bien el campo en el que se trabaja es difícil que un lego realice algún aporte importante sin conocer exhaustivamente la problemática abordada. Es importante que los tesisistas e investigadores que se inician, además de conocer autores y corrientes que trabajan el tema investigado, puedan ejercer su capacidad creativa, que sean estimulados a plantear nuevas perspectivas y respuesta originales distintas a las encontradas hasta ese momento. Repetir el pensamiento de otros autores es un terreno seguro, sobre todo si se trata de autoridades reconocidas en la materia,

pero la originalidad y el aporte creativo si bien un tanto más riesgoso, es un componente necesario de la investigación y de la producción de conocimiento científico original.

El otro punto relevante, relacionado con la justificación de hipótesis tiene que ver también, con la objetividad del conocimiento científico. Pues si bien las hipótesis precisan de creatividad e imaginación, el mero hecho de tener una idea creativa no quiere decir que se ha producido conocimiento científico. Aquí Hempel pone acento en la justificación de las conjeturas, el autor propone un esquema de prueba de tipo empírico-inductiva. Es cierto que, atendiendo a las ciencias naturales, como bien afirma Klimovsky (2005), el método inductivo-estadístico es ampliamente utilizado y aceptado. Pero ¿qué validez y utilidad tiene esto para las humanas y sociales?

Con las palabras de ciencias humanas y sociales abarcamos una variedad de disciplinas muy grande, hay algunas en que la verificación experimental de las hipótesis o conjeturas es usual y sumamente importante. En economía y sociología el uso de métodos inductivo-estadístico es generalizado y relevante. Asimismo, la recopilación de datos a través de entrevistas y/o grupos focales o métodos, así como el análisis cualitativo de los mismo es igualmente importante en áreas como educación y psicología. Sin embargo, hay disciplinas pertenecientes al área de humanidades, como la filosofía en sus diversas ramas, en que el recurso a los datos empíricos para justificar sus tesis o conjeturas es inusual. O las disciplinas ligadas a las ciencias jurídicas que por definición trabajan con lo que “debe ser”, más que con lo que efectivamente “es”. En general se trata de disciplinas que utilizan metodologías conceptuales y argumentativas de carácter teórico, proponen conceptos y estrategias argumentativas a fin de probar, justificar y convencer de la corrección de sus posiciones. Este artículo y, posiblemente, la mayoría de los que son publicados en revistas de filosofía define un método de justificación para sus afirmaciones que se basa en un análisis conceptual de ciertas ideas y su posible utilidad pragmática en la construcción de una tesis. No hay una prueba experimental a partir de alguna recopilación de datos empíricos sobre investigadores del área que utilicen estos conceptos. Si tomáramos la estrategia de prueba empírica la finalidad del artículo sería otra y

posiblemente sería más adecuado para una publicación especializada en temas de educación, por ejemplo, que en filosofía.

En contraposición, si bien el recurso a la metodología empírica es poco frecuente en las disciplinas filosóficas, las discusiones filosóficas y epistemológicas son sumamente frecuentes en el área de las ciencias sociales que utilizan métodos empíricos e incluso modelos matemáticos en sus desarrollos como, por ejemplo, la economía (OLIVERA, 2010).

Y esto nos lleva a una cuestión pragmática fundamental en la elaboración de una tesis o disertación en el ámbito de las ciencias humanas y sociales: la construcción del marco teórico y metodológico. En nuestras disciplinas dedicamos una enorme cantidad de energía y horas de trabajo a la construcción de este marco, en general mucho más que las ciencias naturales. La construcción de este marco está íntimamente ligado a la delimitación del problema, la enunciación de la hipótesis y la metodología propuesta. No es que las ciencias naturales no tengan marco teórico y metodológico, sino que hay mucho menos discusión en torno de él, consecuentemente no tienen que dedicar mucho tiempo y energía en construirlo, sino que se encuentra establecido y consensuado en sus líneas fundamentales. Esta es una cuestión importante a comprender para el investigador social que se inicia. Un autor que hace un interesante aporte a fin de comprender esta problemática es Thomas Kuhn y que, si bien es una figura de la llamada Nueva Filosofía de la Ciencias inaugurada a finales de los años 1960, a esta altura podemos considerarlo un clásico del área.

4. La construcción del marco teórico y metodológico en las tesis y disertaciones en ciencias humanas y sociales

En el año 1958 Kuhn es invitado a participar del *Center for Advanced Studies in the Behavioral Science*, en Stanford. Allí compartió su estancia con científicos sociales lo que le permitió observar un contraste notable entre el comportamiento de la comunidad de científicos sociales y las de científicos naturales donde se había formado (GAETA, *et al*, 2007). En especial respecto al tipo y tema de discusiones y desacuerdos:

Principalmente me asombré ante en número y el alcance de los desacuerdos patentes entre los científicos sociales, sobre la naturaleza de problemas y métodos científicos aceptados (...) la práctica de la astronomía, de la física, de la química o de la biología, no evoca, normalmente, las controversias sobre fundamentos que, en la actualidad, parecen a menudo endémicas, por ejemplo, entre los psicólogos o los sociólogos. (KUHN, 2004, p.13).

El autor sostiene que en las comunidades de científicos naturales se debate sobre temas muy específicos de sus disciplinas y que es infrecuente la discusión sobre las bases de las ciencias. Es decir, no hay desacuerdos sobre los fundamentos de la disciplina, o lo que es lo mismo, hay un consenso amplio sobre el marco teórico y metodológico: sobre la manera de plantear un problema, las teorías que permiten conceptualizarlo y las metodologías disponibles para resolverlo. Esta diferencia es crucial para entender una de las mayores diferencias entre el trabajo del científico social y el científico natural. El primero deberá dedicar una parte muy importante de su tiempo a establecer o incluso construir un marco teórico en que el su problema de investigación tenga sentido, así como una metodología acorde que permita responder el interrogante planteado. El segundo no tendrá que hacerlo pues en su comunidad científica existe un consenso generalizado sobre el mismo.

Es conocido el hecho de que en el intento de explicar esta divergencia entre las ciencias sociales y las naturales está uno de los gérmenes de la idea de *paradigma* que hará famoso al autor estadounidense. Básicamente sostiene que las ciencias naturales alcanzaron un período de madurez al establecer un paradigma, concepto polémico que no discutiremos, pero que implica una visión unificada de la comunidad científica acerca de los fundamentos de su ciencia: definición de objeto de estudio, marco teórico y metodológico.

La situación de las ciencias sociales es diferente, según el autor aún no alcanzaron su “madurez” y por eso es frecuente la fragmentación entre escuelas que tienen concepciones a veces radicalmente distintas del propio objeto de su ciencia, de las teorías adecuadas para abordarlo y de los métodos para hacerlo. Esta situación es notoria en las disciplinas sociales y aún más en las investigaciones filosóficas donde esta diversidad incluso es vista como algo positivo.

Más allá del juicio de valor que implica señalar la madurez o no de un conjunto de disciplinas, lo cierto es que arduas discusiones teóricas y metodológicas deberán ser abordadas en casi todas las investigaciones sociales o de ciencias humanas. Deberá seleccionarse uno de los marcos teóricos en disputa o construir uno propio en general como variante o combinación de algunos anteriores, deberá definirse claramente el objeto de estudio, pues no todos entienden del mismo modo el objeto de su disciplina. Por ejemplo, es claro que la escuela conductista diverge radicalmente respecto a lo que debe ser estudiado por la ciencia psicológica respecto a la escuela psicoanalítica y no solo respecto a los objetos sino también a los métodos. Y no son las únicas escuelas o teorías en disputa en esa área. Podemos encontrar divergencias similares en todas las ciencias sociales y humanas. Por lo tanto, el científico social tarde o temprano tendrá que abordar las discusiones que observó con cierta sorpresa Kuhn durante el período en el que estuvo en la comunidad de científicos sociales de Stanford.

Centrándonos ahora en el objetivo específico de este trabajo que es abordar la utilidad de algunos conceptos epistemológicos en la construcción de tesis y disertaciones tenemos que preguntarnos ¿cuál es la utilidad de esta idea de Kuhn en relación de este tema? Así como el autor estadounidense percibió con algo de sorpresa el tipo de discusiones que se daban en las ciencias sociales, el investigador que está iniciándose con su tesis o disertación no siempre es consciente del grado de divergencia y polémica que existe en torno a la disciplina que aborda. Tendrá que dedicar una buena cantidad de tiempo y energía a abordar esas discusiones a fin de orientarse y posicionarse respecto a ellas, es decir: deberá construir su marco teórico y metodológico. Este es una cuestión sumamente espinosa que el investigador en ciencias naturales no necesita enfrentar, no deberá posicionarse en torno a los fundamentos mismos de su disciplina, discutir y aclarar sus conceptos fundamentales y el sentido específico que dará a los mismos. No es necesario que un físico aclare en que sentido entiende el concepto de “masa” o “velocidad”, en general el biólogo no necesita aclarar que entiende por “evolución” o cuál es la definición más adecuada de “célula”. Pero es sumamente frecuente que en una tesis en el área de educación se defina qué se entiende por “educación” en determinado marco teórico y se diferencie de

otros sentidos o acepciones posibles, o que en el marco de los estudios culturales se defina cual será el sentido dado a la palabra “cultura”. Y es espacio dedicado a estas definiciones no es menor, incluso hay tesis completas que se plantean solo discutir estos conceptos.

La construcción del marco teórico y metodológico es un problema sumamente complejo que el investigador social deberá enfrentar y representa un enorme esfuerzo para quién se inicia, pues deberá abordar, aunque sea parcialmente, alguno de las cuestiones más complejas y fundamentales de su disciplina. Tener consciencia de este desafío y de la complejidad de esta tarea, de la necesidad de recorrer estas discusiones y de orientarse es ellas a fin de tomar una posición propia es un paso fundamental de la investigación social. Comprender la situación de división en escuelas, de que muchas veces los conceptos principales de un área tienen sentidos radicalmente diferentes en un abordaje respecto de otro, es sumamente importante para la tarea de investigación. Es usual que el pesquisador novel sienta cierta desorientación ante la dificultad y la envergadura de la tarea que enfrenta, los problemas parecen al principio inabarcables. Tener conciencia de ello, saber en lo que la tarea consiste y la necesidad de realizarla, disminuye el sentimiento de desorientación, focaliza la tarea y el esfuerzo y permite comprender que, aún la posición mejor fundamentada y argumentada, siempre será plausible de objeciones y críticas.

La definición del marco teórico y metodológico, así como la especificación y definición del sentido de los términos principales que utiliza el investigador, está estrechamente relacionado al punto anterior: la definición del problema a investigar y la propuesta de hipótesis para resolverlo. Esta relación consiste en que muchas veces plantear un problema dentro de un marco teórico, tiene sentido en ese marco, pero no en otro de la misma disciplina. Por ejemplo, plantear algún problema de investigación que envuelva el concepto de “inconsciente” tendrá sentido dentro de un abordaje psicoanalítico de la psicología, pero no lo tendrá dentro del marco teórico y metodológico de la escuela conductista, e incluso dentro de la escuela psicoanalítica la idea de “inconsciente colectivo” será aceptable para alguna escuela, pero no para otros enfoques. Del mismo modo el concepto de “plusvalía” o de “alienación” serán relevantes en los problemas planteados

desde un análisis económico dentro del marco teórico marxista, pero no serán admisibles dentro de un abordaje económico enmarcado en las teorías neoclásicas o neoliberales.

Es decir, el planteo correcto de un problema e incluso el sentido de este dependerá del marco teórico seleccionado o construido, pudiendo incluso no ser considerado un problema relevante dentro de otro marco. Lo mismo ocurrirá con las posibles respuestas a estos problemas, es decir las hipótesis, en el sentido de que muchas serán consideradas respuestas válidas y adecuadas dentro de un enfoque teórico, pero no en otro.

Pero ¿acaso sucede lo mismo con las ciencias naturales? En ellas también los problemas relevantes y las hipótesis aceptables parecen determinadas por el marco teórico. Es cierto, todos los científicos trabajan bajo un marco teórico y metodológico que proporciona el fundamento para poder plantear problemas e intentar encontrar soluciones. La diferencia es que en estas disciplinas el marco teórico se encuentra unificado, como bien señala Kuhn hay pocos debates relevantes sobre las bases teóricas de las disciplinas y sus conceptos fundamentales. Se presentan bien definidos y son aceptados por las comunidades científicas con poca discusión. Esto hace que el científico natural dedique poco o ningún tiempo y energía a debates sobre marcos teóricos, metodológicos y definiciones de conceptos fundamentales. Se dedican a problemas también complejos, pero enunciados dentro de un marco común a toda la disciplina.

Esta es una diferencia relevante en la práctica científica entre las ciencias humanas y sociales y las ciencias naturales. Es importante ser conscientes de esta circunstancia al momento de elaborar un proyecto de investigación en nuestra gran área.

Para finalizar señalaremos una situación curiosa respecto a la recepción del pensamiento de Kuhn dentro de las ciencias sociales. La recepción en el área fue paradójicamente positiva (GAETA, *et al*, 2007) aun cuando el autor afirma la inmadurez de esta al no poder consolidar una visión unificada de sus propias disciplinas. Gaeta y Gentile señalan que esto se debe a que, más allá de esa visión crítica sobre las ciencias sociales, el autor también propone una visión desmitificadora respecto de ciencias duras como física o astronomía en las que se a formado, pues plantea serias dudas sobre la

exactitud, perfección y objetividad de sus métodos. Esto indirectamente contrarresta la visión de superioridad de estas ciencias naturales sobre las ciencias sociales, fundamentalmente en la visión clásica de Popper o el círculo de Viena que niegan el estatus científico de muchas disciplinas y teorías sociales.

Concuerdo con esas razones, pero creo que existe otra razón más poderosa que justifica la recepción positiva de la epistemología kuhniana en nuestra área. El propio Kuhn en sus tesis utiliza conceptos provenientes de las ciencias sociales, construye un marco teórico diferente del utilizado por las escuelas epistemológicas anteriores y genera una gran polémica discutiendo los fundamentos mismos de la epistemológica clásica: la centralidad del análisis lógico y empírico o la distinción entre contexto de descubrimiento y contexto de justificación. El autor propone un marco teórico/conceptual novedoso y se convierte en uno de los representantes de la llamada Nueva Filosofía de la Ciencia:

Durante aquellos años, tomó además conocimiento de trabajos sobre psicología de la percepción -especialmente los textos de los teóricos de la *Gestalt*- y de las investigaciones de Jean Piaget sobre el desarrollo de la inteligencia del niño. Se interesó, asimismo, en el estudio de los escritos de Whorf acerca del lenguaje sobre la percepción del mundo y en las especulaciones de Quine referidas a los problemas relativos a la distinción analítico-sintética. La consideración de todos estos aspectos, junto con sus investigaciones en la historia de la ciencia, le llevaron a adoptar un particular punto de vista acerca de la actividad científica y de la evolución de la ciencia, diametralmente diferente de la concepción tradicional. (GAE-TA, *et al*, 2007, p.129)

Lo que describen los autores en el párrafo citado es justamente el derrotero que recorrió el autor a fin de construir su propio marco teórico original y novedosos que incluiría nuevos conceptos y definiciones a fin de analizar el objeto clásico de la epistemología: el conocimiento científico que definirá, por supuesto, de manera nueva y diferente. La concepción de ciencia expresada por Kuhn en sus escritos más famosos es radicalmente distinta a la de los autores tradicionales, es decir hay una discordancia en los propios conceptos fundamentales de la disciplina, una discusión que recuerda a las apuntadas por Kuhn como típica de las ciencias sociales.

En pocas palabras Kuhn un físico formado en la comunidad científica de ciencias duras, cuando intenta comprender y conceptualizar su propia

actividad recurre a la estrategia discursiva y al método propio de las ciencias sociales: construye su propio marco teórico con aportes de varios autores que considera relevantes, discute con las concepciones anteriores y presenta un punto de vista nuevo, distinto y original. La propia práctica del autor legitima a las ciencias sociales. Si bien teóricamente parece criticarlas, su práctica las legitima mostrando que tienen valor en tanto contribuyen a la comprensión rigurosa de su objeto de conocimiento. No es extraño entonces que sus trabajos tengan una buena recepción en el ámbito de la ciencias sociales y humanas, pues su propia práctica las muestra como una forma legítima de producir conocimiento.

5. Conclusiones

La primera conclusión que podemos extraer de la serie de argumentaciones presentadas en este artículo, es que hemos alcanzado el objetivo propuesto: seleccionado alguno de los principales conceptos discutidos por la epistemología durante el siglo veinte, es decir autores ya considerados clásicos, y los hemos analizado en función de la utilidad que pueden tener en la tarea práctica de la construcción de una tesis o disertación en el área de las ciencias sociales y humanas. En este apartado entonces recopilaremos las conclusiones parciales de cada capítulo a fin de fundamentar nuestra conclusión final.

El primer concepto que postulamos como útil es la idea de construir una tesis atendiendo a que se trata un razonamiento o argumento complejo. Más allá de que el proceso de investigación real no sea siempre tan lineal u ordenado, al momento de construir su producto final, de expresar el resultado de la investigación, debemos hacerlo en la forma de un argumento. En el sentido de presentar una serie de argumentos lógicamente conectados que, a partir de una sucesión de datos e inferencias, justifiquen y fundamenten la tesis que sostenemos. En general cada capítulo de una tesis es parte de la fundamentación de la idea principal que será explicitada y justificada finalmente en las conclusiones.

Luego tomamos las ideas de Hempel que sostienen que una investigación comienza con un problema científico bien planteado, una o varias hi-

pótesis que dan respuesta al problema y que deben ser evaluadas y ajustadas durante el proceso de investigación. Estos conceptos son importantes por su valor intrínseco en tanto sirven para guiar el proceso, a veces un tanto azaroso, de una investigación. Pero también tienen una utilidad pragmática pues están implícitos en los requerimientos de las agencias científicas al momento de postular un proyecto de investigación: enunciar el objetivo del proyecto, el problema que se tratará, la hipótesis con la que se pretende abordar el problema, y la metodología para probarla. Aquí comenzamos a percibir que el marco teórico y metodológico que permite plantear un problema y ofrecer respuestas en forma de hipótesis, funciona de manera diferente en las ciencias sociales y humanas que en las naturales. Esto nos lleva al próximo concepto epistemológicamente interesante.

La tercera idea evaluada es la que Kuhn llama fragmentación de escuelas: en las comunidades de científicos sociales existen discusiones sobre temas fundantes de las disciplinas casi completamente ausentes en las comunidades de científicos naturales. Las diferentes escuelas discuten sobre la propia definición de la disciplina, sobre el objeto de estudio a abordar y la legitimidad de los métodos para hacerlo. Estas polémicas están prácticamente ausentes en las comunidades de científicos naturales donde existe, en cambio, un consenso amplio sobre esas cuestiones lo que implica la existencia de un marco teórico y metodológico unificado.

Esta situación hace que el investigador social tenga que dedicar una parte importante de su tiempo y energía a estas discusiones: desde el inicio deberá enfrentar la tarea de elegir el marco adecuado entre los varios en disputa o construir el suyo propio. Esta tarea es de suma complejidad y significa un enorme esfuerzo para quien se inicia pues implica enfrentar desde estas primeras etapas algunos de los problemas más complejos de su disciplina. Ser consciente del desafío que plantean las ciencias sociales y de la complejidad de las cuestiones que el investigador novel debe enfrentar, es útil para dimensionar el proyecto de investigación a realizar, para no desalentarse ante estos desafíos y para poder culminar investigaciones con éxito. Y es importante también para comprender los límites de nuestras disciplinas: aún la tesis mejor fundamentada es susceptible de objeciones y cuestionamientos especialmente desde marcos teóricos alternativos al elegido.

El concepto crítico enunciado por Kuhn como un rasgo de inmadurez de las ciencias sociales, parece sin embargo no deslegitimar el conocimiento producido por las mismas. Pues el propio autor, físico devenido epistemólogo, a fin de comprender su propia actividad científica, construye su propio marco teórico de manera original a fin de cuestionar y polemizar con escuelas epistemológicas anteriores. Esto le permite brindar una nueva perspectiva sobre su nueva área de conocimiento. Kuhn procede como un científico social para explicar qué son las ciencias naturales. Esto implica reconocer en la práctica el valor de las ciencias sociales y humanas para comprender e interpretar sus complejos objetos de estudio: los seres humanos y su comportamiento en sociedad. Comportamiento que incluye, por supuesto, la producción de conocimiento científico.

Referencias

BLASCO, J. Método analítico y transcendentalidad. *Revista filosófica*, vol. IX, n. 16, p. 41-56, 1996.

BUENO, G. En torno al concepto de ciencias humanas. *El Basilisco*, año 1, vol 2, p. 12-47, 1978. Disponible en: <http://fgbueno.es/bas/bas10202.htm>. Acceso en: 27 de junio 2020.

COPI, I. *Introducción a la lógica*. Buenos Aires: Eudeba, 1992.

COPI, I.; COHEN, C. *Introducción a la lógica*. México: Limusa, 2013.

DE LUQUE, S. La problemática valorativa-metodológica en las ciencias sociales. En: Díaz, E. (comp) *Metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, 2010.

HEMPEL, C. *Filosofía de la ciencia natural*. Madrid: Alianza, 1983.

GAETA, R.; ROBLES, N. *Nociones de epistemología*. Buenos Aires: Eudeba, 1990.

GAETA, R.; GENTILE, N. *Thomas Kuhn: de los paradigmas a la teoría evolucionista*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

GIANELLA, A. *Lógica Simbólica Y Elementos De Metodología De La Ciencia*. Buenos Aires: Ed. Cooperativa, 2002.

KLIMOVSKY, G. *Las desventuras del conocimiento científico*. Buenos Aires: A-Z Editora, 2005.

KUHN, T. *La estructura de las revoluciones científicas*. México: FCE, 2004.

MIRÓ QUESADA, F. La lógica paraconsistente y el problema de la racionalidad de la lógica. En MIRÓ QUESADA F.; CARRION, R.; (eds). *Antología de la lógica en América Latina*. Madrid: Fundación Banco Exterior, p. 593-622, 1988.

OLIVERA, J. *La ciencia económica como una hermenéutica social. Conferencia de apertura de la XLV Reunión Anual de la Asociación Argentina de Economía Política, Buenos Aires, 17 de noviembre de 2010*. Disponible en: <https://aaep.org.ar/anales/download/2010/OliveraANCE2010.pdf>. Acceso en: 27 de junio 2020.

POPPER, K. *La lógica de la investigación científica*. Madrid: Tecnos, 1980.

RUSSELL, B. *Introducción a la filosofía matemática filosófica*. Madrid: Aguilar, 1956.

TEORÍA NO-POSESIVA DEL YO Y EL PROBLEMA DEL DUALISMO

On the no-ownership theory of the Self and the problem of dualism

Angelo Briones¹

RESUMEN

En el presente trabajo se presenta una defensa de la teoría no-posesiva del Yo respecto a una de las críticas que Peter Strawson realiza a dicha teoría en su obra *Individuals*. La crítica en cuestión señala que la teoría no-posesiva del Yo incurre en un planteamiento dualista, dado que la adscripción de estados mentales no se realiza a la misma entidad de la cual se da cuenta de características físicas. La defensa de la teoría no-posesiva del Yo se realiza asumiendo ciertas nociones de la filosofía de Wittgenstein que tratan sobre oraciones de tercera persona con contenido psicológico. De manera adicional, se ofrece una propuesta para resolver oraciones de tercera persona con contenido psicológico desde el contexto de la teoría no-posesiva.

Palabras claves: Teoría no-posesiva del Yo. Strawson. Wittgenstein. Oraciones de tercera persona.

ABSTRACT

This paper presents a defense of the no-ownership theory of the Self in respect to one of the criticism that Peter Strawson makes of this theory in his work *Individuals*. The criticism in question indicates that the no-ownership theory of the Self incurs in a dualistic approach, since the adscription of mental states is not made to the same entity of which it accounts for physical characteristics. The defence of the no-ownership theory of the Self is made by assuming certain notions of Wittgenstein's philosophy that concern third-person sentences with psychological content. In addition, a proposal is offered to resolve third-person sentences with psychological content from the context of the no-ownership theory.

Keywords: No-ownership theory of the self. Strawson. Wittgenstein. Third-person sentences.

¹ IIF/SADAF/CONICET.

E-mail: anbrionesb@gmail.com. ORCID: [0000-0002-8000-5594](https://orcid.org/0000-0002-8000-5594).

1. Introducción

La discusión que se presenta a continuación tiene como objetivo principal realizar una defensa de un modelo teórico sobre lo mental. Dicho modelo, que recibe el nombre de teoría no-posesiva, aun cuando asume que estados mentales o experiencias dependen para su existencia de algo, niega que haya un sujeto de los estados mentales o sujeto de experiencias. En general, en discusiones acerca de la naturaleza de lo mental, se considera que hay algo que no solo posee, sino que también *experimenta*, un estado mental o experiencia, sea esto un alma, una persona o una entidad psicológica, entre otros. Notemos, por ejemplo, que al suponer que los estados mentales tienen un aspecto cualitativo se asume que el estado mental tiene un aspecto subjetivo irreducible el cual se presenta al sujeto del estado mental (Nagel, 1974). Respecto a esto, el modelo que se pretende defender en el presente trabajo es de tipo *eliminativista* respecto a los sujetos de los estados mental, en el sentido que no presume la existencia de este tipo de entidad, aun cuando contempla que en efecto hay estados mentales.

Los temas abordados en el presente trabajo son relativos a la psicología filosófica, como a la filosofía de la mente, y la manera en que se abordan tales temas es el análisis de oraciones con contenido psicológico. A un nivel más específico, el desarrollo de la defensa de la teoría no-posesiva, traerá consigo proponer una cierta manera de entender oraciones de tercera persona con contenido psicológico. Tal propuesta, trata de tener en consideración las actitudes de los hablantes al emitir este tipo de oraciones bajo el contexto de la teoría no-posesiva.

2. Modelo no posesivo y la crítica de Strawson

Strawson, en su obra *Individuals*, esboza -con la intención de criticar- una teoría de lo mental a la cual designa como teoría no-posesiva (*no-ownership theory*), de ahora en adelante MNP (modelo no-posesivo). A un nivel general, MNP afirma que, en oraciones de primera persona con contenido psicológico, tal como “Yo tengo un dolor” o “Yo veo rojo”, el término “Yo” no refiere. Adicional a esto, MNP supone que la existencia de un cuer-

po sirve para explicar, en alguna medida, la posesión de los estados psicológicos o estados mentales por parte de alguna cosa particular (Strawson, 1990).²

De acuerdo con Snowdon (2009), MNP tiene dos interpretaciones, las cuales son, *la interpretación de la no-referencia* y *la interpretación del no-sujeto*. Respecto a la primera interpretación, dice Snowdon: [C]uando hacemos juicios expresables en términos tales como ‘Yo tengo un dolor’ (...) no estamos atribuyéndonos un estado de conciencia porque el término ‘yo’ no es un elemento para referirse a uno mismo, o al menos, no lo es en frases con este tipo de contenido” (2009: 459). Tal interpretación descansa en el análisis wittgenstenianos del uso de “Yo” como objeto y el uso de “Yo” como sujeto (Wittgenstein, 2013). Brevemente, utilizamos el término “Yo” como objeto en oraciones tales como “Yo peso 55 kilogramos” o “Yo tengo una pierna quemada”. En tales casos, el término “Yo” es sustituible por “este cuerpo”, dado que en tales oraciones se reconoce o se identifica un cuerpo como el poseedor de estados físicos. Un aspecto de las oraciones en que se usa el término “Yo” como objeto es que ellas son susceptible de un error de identificación por parte del hablante, en el sentido de que puede ocurrir que el cuerpo identificado en la oración no sea realmente *mi* cuerpo: “es posible que, por ejemplo, en un accidente, yo sienta dolor en mi brazo, vea un brazo roto a mi lado y piense que es el mío, cuando en realidad es el de mi vecino” (Wittgenstein, 2013: 104). A diferencia del uso de “Yo” como objeto, en el uso de “Yo” como sujeto sucede que no se reconoce o identifica ninguna entidad a la cual realizar la adscripción. Se usa el término “Yo” como sujeto en oraciones con contenido psicológico (que expresan sensaciones, impresiones, etc). Respecto a esto, dice Briones (2015): “El que no haya reconocimiento de alguna persona concreta en oraciones con contenido psicológico de primera persona se debe a que, en último caso, en una experiencia de dolor no se reconoce (no se es consciente de) ninguna persona que tenga dolor” (76). En virtud de que no hay identificación de una entidad a la cual se realice la adscripción, sucede que el término “Yo” no refiere.³

² Para la presente discusión, término tales como “estados de conciencia”, “experiencias”, “características psicológicas” y “estados mentales” serán usado indistintamente.

³ Para Wittgenstein oraciones de primera persona con contenida psicológico son *expresivos*, no así informativos, como oraciones de primera persona en el “Yo” se usa como obje-

Sobre la segunda interpretación de MNP, a saber, la interpretación del no-sujeto, la idea general es la siguiente: “[L]a tesis no posesiva [MNP] dice que *no hay un sujeto de los estados mentales*. Tales estados no son poseídos por nada” (Snowdon, 2009: 460). Para entender esto, consideremos el caso en que sí se asume la existencia de un sujeto de los estados mentales. Una teoría que asume la existencia de un sujeto de los estados mentales describe lo que Galen Strawson denomina la *tesis de Frege*, la cual dice que “No hay experiencias sin un sujeto de experiencias” (Strawson, 2010: 129). La tesis de Frege supone que si hay un estado mental *x*, entonces hay un sujeto *y*.⁴ Adicional a lo anterior, la tesis de Frege considera que el sujeto de los estados mentales ha de ser el *experienciador* del estado mental. Por ejemplo, en todo estado mental, tal como una sensación, hay *algo* que es el

to. Uno de los pasajes esenciales de la obra de Wittgenstein en la que se da cuenta acerca de oraciones de primera persona con contenido psicológico es el siguiente: “¿Cómo se refieren las palabras a las sensaciones? –En eso no parece haber problema alguno; ¿Pues no hablamos cotidianamente de sensaciones y las nombramos? ¿Pero cómo se establece la conexión del nombre con lo nombrado? La pregunta es la misma que ésta: ¿cómo aprende un hombre el significado de los nombres de las sensaciones? Por ejemplo, de la palabra ‘dolor’. Aquí hay una posibilidad: las palabras se conectan con la expresión primitiva, natural, de la sensación y se ponen en su lugar. Un niño se ha lastimado y grita; luego los adultos le hablan y le enseñan exclamaciones y más tarde oraciones. Ellos le enseñan al niño una nueva conducta de dolor. ‘¿Dices, pues, que la palabra ‘dolor’ significa realmente el gritar?’ –Al contrario; la expresión verbal del dolor reemplaza al gritar y no lo describe” (Wittgenstein, 2012: § 244). En la cita se establece la conexión entre los términos que dan cuenta de sensaciones y las sensaciones. En primera instancia, Wittgenstein advierte que, cuando un individuo, tal como un niño, tiene un dolor, el sentir dolor se puede *expresar* mediante conductas primitivas u originarias, tal como el llanto o un grito. Luego, sucede que tales conductas primitivas u originarias son *reemplazadas* por objetos lingüísticos, tal como la oración “Yo tengo un dolor”. Hay aquí un proceso de substitución de conductas primitivas por expresiones lingüísticas. Considerando esto, se podría asumir que las declaraciones de primera persona con contenido psicológico son *nuevas* conductas para dar cuenta de un dolor, aunque más sofisticadas, en cuanto que son expresiones verbales (Kripke, 2006: 144).

Un aspecto importante que se desprende de lo anterior es que en oraciones tal como “Yo tengo un dolor”, al ser expresivas/tener una función expresiva, no se está dando cuenta que el dolor le corresponda a un sujeto previamente identificado. Pues, si se considera que, para Wittgenstein, de acuerdo con el §404 de *Investigaciones filosóficas*, decir “Yo tengo dolor” no es muy distinto de un grito, al igual que en un grito no se identifica algo, tampoco se identifica algo al decir “Yo tengo dolor”. Wittgenstein subrayaba esto último ya en el *Cuaderno azul*: “La persona que grita de dolor o que dice que tiene dolor no elige la boca que lo dice” (Wittgenstein, 2013: 105). O sea, al expresar un dolor no se está identificando desde dónde se dice que se tiene dolor, esto es, quién es el sujeto que tiene dolor; la boca que dice que tiene dolor, podríamos decir, no sería un signo proposicional (*propositional sign*) de la oración (Pears, 2006), a diferencia de oraciones en tercera persona, ya que en estos casos la boca que dice que tiene dolor sí habría de tener el rol de un signo proposicional (Pears, 2006).

⁴ La tesis de Frege se puede leer en clave fenoménica, como en clave ontológica. Respecto a lo fenoménico, si se considera la idea de Nagel, que dice que “un organismo tiene estados de conciencia mental si y sólo si hay algo que ha de *ser* un organismo-que es *para* el orga-

que experimenta tal sensación.⁵ Como dice Zahavi, el cual denomina este tipo de teoría como teoría egológica: “Una típica teoría egológica determinaría que es conceptual y experiencialmente verdadero que en cualquier episodio de experiencias necesariamente se incluye un sujeto de experiencias” (Zahavi, 2005: 99). En virtud de lo dicho, MNP en su interpretación del no-sujeto se podría entender como una *tesis impersonal*. Explicaré brevemente en qué consiste esto de tesis impersonal. Derek Parfit, en *Reason and Persons*, considera lo siguiente acerca de los hechos sobre los sujetos de los estados mentales, hechos tales como estados mentales o experiencias:

[E]stos hechos pueden describirse sin presuponer la identidad de esta persona, ni afirmar explícitamente que las experiencias en la vida de esta persona son tenidas por esta persona, o incluso afirmar explícitamente que esta persona existe. Estos hechos pueden ser descritos de una manera impersonal (Parfit, 1987: 128).

Para el interés del presente trabajo, sugiero lo siguiente: Parfit cuando habla de persona, está hablando de un sujeto de los estados mentales,⁶ razón por la cual, en lo citado, se está considerando la posibilidad de dar cuenta de estados mentales o experiencias sin necesidad de suponer la existencia de un sujeto de los estados mentales, y al suponer que es posible dar cuenta de estados mentales o experiencias sin suponer la existencia de un sujeto, estamos frente a una tesis impersonal. Esto supondrá que las experiencias dependen de alguna entidad distinta a la de un sujeto de experiencias, lo cual es en todo sentido consistente con lo que supone la MNP.⁷ En efecto, no es difícil advertir, a partir de lo expuesto, que MNP en su interpretación

nismo” (Nagel, 1974: 436), se supone que hay algo, que sería el sujeto, que experimenta la experiencia. Ahora, al considerar que la tesis de Frege se puede leer en clase ontológica, es porque en el supuesto fregeano se da cuenta de una relación de dependencia ontológica, del tipo: x depende de $y =_{df}$ si existe x , entonces, existe y . Esto supone que, si una experiencia o estado mental depende de un sujeto, no podría existir la experiencia o estado mental a menos que exista el sujeto del estado mental.

⁵ Frege dice: “La pradera y las ranas que hay en ella, el Sol que las ilumina, están ahí, lo mismo si los mira que si no; pero la impresión sensorial de verde que tengo existe sólo a través de mí, yo soy su portador” (Frege, 1956: 299).

⁶ En la cita Parfit se refiere al concepto de persona de Strawson: para Strawson una persona es una entidad tal que se le pueden adscribir tanto estados de conciencia como características físicas (Strawson, 1990).

⁷ Parfit sugerirá que en realidad las experiencias pueden depender de un cerebro: “[L]as experiencias podrían deber su identidad no a la persona que las tiene, sino a algo más pequeño: el cerebro, o un grupo de células cerebrales en las que se realizan” (Parfit, 2004: 169). Siempre y cuando se considere que la dependencia de identidad supone dependencia existencial, lo cual llevaría a que la propuesta de Parfit pueda ser considerada en términos puramente impersonales (Briones, 2019).

del no-sujeto es una teoría impersonal, ya que si no hay sujeto de los estados mentales o sujeto de experiencias, ciertamente al dar cuenta de un estado mental de una entidad no supondrá dar cuenta de un sujeto de los estados mentales.

Revisada ambas interpretaciones, sugiero que la interpretación del no-sujeto supone la interpretación de la no-referencia.⁸ Si no hay algo que tenga el estado mental o experiencia, el término “Yo” en su uso subjetivo carecerá de referente. En efecto, *si* una teoría que adscriba la tesis de Frege asume que el término “Yo” como sujeto refiere al sujeto del estado mental, una posición contraria a esta, tal como MNP en su interpretación del no-sujeto, deberá suponer que el término “Yo” como sujeto no refiere, dado que no hay referente.

Ahora bien, según Strawson, MNP no es un modelo viable para dar cuenta de lo mental, dado que MNP es objeto de dos críticas que el autor realiza. La primera crítica consiste en señalar que MNP no puede dar cuenta de la posesión necesaria de los estados mentales. De esta crítica no me ocuparé.⁹ La segunda crítica que Strawson realiza a MNP, que es de la cual me ocuparé, se puede formular en los siguientes términos (de ahora en adelante CR):

(CR) MNP incurre en un tipo de dualismo basado en los usos de “Yo” como sujeto y como objeto.

Para Strawson, MNP incurre en un dualismo “de un sujeto [el cuerpo] y un no-sujeto” (Strawson, 1990: 98). Para explicar esto, me valdré del siguiente caso: sea X quien expresa las siguientes dos oraciones (i) “Yo si-

⁸ Aunque la conversa no es el caso, a saber, la interpretación de la no referencia no supone la interpretación del no-sujeto. Respecto a esto Snowdon dice: “Sin embargo, esta interpretación no se ajusta particularmente bien al nombre. La tesis de que en ciertos contextos el ‘yo’ no se refiere a un sujeto no implica que no haya sujeto, ni tampoco implica que los estados de conciencia no pertenezcan a ese sujeto. De hecho, tal vez en frases que no son en primera persona nos referimos a tales sujetos y les asignamos, posiblemente con la verdad, estados de conciencia” (Snowdon, 2009: 460). Esto es consistente, con lo que Vidal designa como una *concepción sin-sujeto* (que no es lo mismo que la interpretación del no-sujeto revisada en la sección principal): “Una concepción sin-sujeto es aquella que es formada sin que tenga lugar el reconocimiento o identificación de la persona particular que siente, piensa o actúa” (Vidal, 2012: 142). Cabe señalar que una *concepción sin-sujeto*, no necesariamente exige que se niegue la existencia de un sujeto de los estados mentales como siendo el poseedor de los estados mentales, a diferencia de que lo que se sostiene con la interpretación del no-sujeto de MNP (que es la que se suscribe en el presente trabajo).

⁹ Briones ofrece una respuesta a esta crítica en términos de una tesis impersonal, basado en que experiencias son entidades dependientes de un cerebro particular (Briones, en prensa).

ento un dolor” y (ii) “Yo mido 1 metro y 50 centímetros”. Desde una gramática cartesiana sucede que el sujeto de la oración (i) sería una mente o alma, mientras que en (ii) el sujeto de la oración ha de ser un cuerpo (Strawson, 2008). Según esto, aquello a lo cual se adscribe propiedades de tipo físico no es lo mismo que aquello de lo cual se da cuenta de propiedades psicológicas, aun cuando X sea el emisor de ambas oraciones.¹⁰ Strawson supone que este aspecto recién mencionado es propio de una teoría dualista y trae consigo la dificultad para determinar que estados mentales o experiencias pertenezcan a algo:

[S]i tratamos de concebir aquello a lo que se adscriben nuestros estados de conciencia como algo enteramente distinto de aquello a lo que se adscriben ciertas características corpóreas, entonces ciertamente se vuelve difícil ver por qué los estados de conciencia hayan de adscribirse, hayan de concebirse pertenecientes, realmente, a alguna cosa (Strawson, 1990: 98).

Ahora bien, MNP, de igual manera que el cartesianismo, incurre en lo mismo, a saber, que a la cosa a la cual se le adscribe características corpóreas no es lo mismo a lo cual se adscribe estados de conciencia, aunque no porque haya alguna cosa distinta a la cual se le adscriba estados de conciencia, sino porque, en definitiva, no hay nada a lo cual se realice la adscripción de estados de conciencia.¹¹ En efecto, desde MNP sucede que en la oración (i) el término “Yo” no refiere, mientras que en (ii) el sujeto de la oración es el cuerpo de X. De esta manera, MNP acaba por ser un dualismo de un sujeto (que correspondería al cuerpo) y un no-sujeto.

3. Respuesta a CR

La respuesta a CR consiste en demostrar que en realidad el dualismo que adjudica Strawson a MNP no es tal. Para esto, inicialmente, se expondrá

¹⁰ Strawson describe el cartesianismo de la siguiente manera: “(...) la historia de un ser humano no es la historia de una cosa con dos flancos; es la historia de dos cosas con único flanco. Una de ellas es un objeto material, un cuerpo; la otra es un objeto inmaterial, un alma, mente, espíritu o conciencia individual. Estas cosas son de clase completamente diferente, con propiedades y estados completamente diferentes. Ninguno de los predicados que pueda aplicarse con propiedad a los cuerpos (como tener un cierto peso, tamaño o color) se aplica con propiedad a las mentes; y ninguno de los predicados que puede aplicarse con propiedad a la conciencia (como tener un cierto pensamiento o experimentar una determinada sensación) se aplica propiamente a los cuerpos” (Strawson, 2008: 187)

¹¹ Strawson dice lo siguiente: “Nosotros podemos conjeturar que el segundo dualismo [MNP] (...) surge del primer dualismo [este sería el cartesiano]” (Strawson, 1964: 385).

que en oraciones de tercera persona con contenido psicológico se realiza la adscripción de estados de conciencia a la misma entidad a la cual se le adscribe características corpóreas. Todo esto basado en cierta idea de Wittgenstein que dice que oraciones de tercera persona con contenido psicológico son informativas. Es pertinente tener presente que, si una teoría incurre en el error que advierte Strawson, y que es propio de teorías dualistas, tal teoría incurrirá en este error ya sea si se analizan oraciones de primera persona con contenido psicológico, como también si se analizan oraciones de tercera persona con contenido psicológico.

Al analizar oraciones de tercera persona con contenido psicológico, en virtud de la propuesta de Wittgenstein, pretendo mostrar que desde MNP es posible dar cuenta de que características psicológicas son adscritas a la misma entidad que se le adscriben características físicas, razón por la cual no hay razones para pensar que MNP es una teoría dualista, desestimando así CR. Posterior a esto, se ofrecerá una manera de resolver los enunciados psicológicos de tercera persona que sea compatible con la propuesta de MNP. Explicaré brevemente esto último. Dar cuenta de que MNP no incurre en CR, demanda explicar de qué manera se resuelven oraciones de tercera persona con contenido psicológico, sobre todo si se adscribe la interpretación del no-sujeto, que es la interpretación que se adscribe en el presente trabajo. Ciertamente, si se asume que no hay algo así como un sujeto de los estados mentales ¿qué entidad propiamente es el sujeto de oraciones de tercera persona con contenido psicológico? En otros términos, ¿Cuándo decimos que “Ese individuo tiene un dolor de muelas” a qué refiere “Ese individuo”? Tal cuestión urge ser debidamente tratada, razón por la cual se ofrecerá una determinada propuesta sobre cómo se resuelve esto en los casos de oraciones de tercera persona.

Para comenzar, de acuerdo con lo planteado recientemente, es crucial la siguiente idea que Wittgenstein plantea en *Zettel*:

Para el tratamiento de los conceptos psicológicos. / Los verbos psicológicos caracterizados por el hecho de que la tercera persona del presente tiene que verificarse mediante observación, en tanto que la primera no. / Frase en la tercera persona del presente: información (Wittgenstein, 1997: § 472).

Sugiero considerar que los elementos centrales de lo citado son: (i) enunciados psicológicos de tercera persona tienen que verificarse y (ii) su función es informativa.

Respecto a (i), sucede que oraciones de tercera persona con contenido psicológico, al momento en que se deben verificar, supone que pueden ser falsas, ya sea porque hay un error de identificación de la entidad de la cual se predica determinada propiedad o porque se predica erróneamente la propiedad a una entidad identificada de manera exitosa. Consideremos lo siguiente, si un hablante dice “Juan está irritado”, el hablante puede estar equivocado acerca de *quién* está irritado o acerca de qué es lo que Juan siente. Ciertamente, puede ser el caso que no sea Juan el que está irritado, sino que su hermano gemelo; también puede ser el caso que en realidad Juan no esté irritado, sino que en realidad siente un fuerte dolor.¹² La manera en que se verifican oraciones de este tipo, tal como señala Wittgenstein, es mediante la observación. De forma que se resolverá si oraciones psicológicas de tercera persona son verdaderas o falsas, basándose en criterios públicamente observables, tal como la conducta o el contexto físico del cuerpo. Por ejemplo, una oración como “Juan tiene dolor de estómago” se puede verificar basándose en la conducta de Juan, supongamos que Juan grita diciendo que tiene un dolor al momento en que ubica sus manos en su zona estomacal. En un contexto como este, la oración “Juan tiene dolor de estómago” sería verdadera.

Explicado lo anterior, procedo a explicar en qué consiste (ii): oraciones de tercera persona con contenido psicológico son informativas ya que, en el caso de que sean verdaderas, mediante estas oraciones se constata que hay una cierta entidad la cual tiene determinada sensación o experiencia. Ci-

¹² Esto tiene relación con lo del uso de “Yo” como objeto (ver sección 2). En su momento se mencionó que para Wittgenstein el “Yo” como objeto es equivalente con la frase “Este cuerpo”. En este sentido el término “Yo” al ser usado como objeto está al mismo nivel que el término “Él”. Wittgenstein dice: “Si al decir ‘yo’ señalo mi propio cuerpo [uso objetivo de “yo”], modelo el uso de la palabra ‘yo’ sobre el del demostrativo ‘esta persona’ o ‘él’” (Wittgenstein, 2013: 105). En efecto, en los casos de oraciones en que se usa el término “Yo” como objeto sucede lo mismo que hemos indicado recientemente sobre oraciones de tercera persona con contenido psicológico: se puede fallar tanto al predicar determinada propiedad, como al identificar la entidad de la cual se predica determinada propiedad. Sucede, entonces, que oraciones con el uso objetivo de “Yo” y oraciones de tercera persona son gramaticalmente simétricos. La razón esencial de esto es que en ambos tipos de oraciones se presupone el reconocimiento de una entidad determinada de la cual se predica determinada propiedad.

ertamente, esta entidad se supone públicamente identificable, en caso contrario sería imposible verificar oraciones que den cuenta de la entidad y, por tanto, sería imposible informar un hecho que involucre a la entidad. Veamos, a continuación, una situación en la cual se constate lo recientemente expuesto: Juan siente un fuerte dolor de muelas, hasta el punto de que Juan no puede hablar. Pedro, su amigo, lo acompaña a la urgencia de un hospital para que traten a Juan. Dado que Juan no puede hablar, a raíz de su fuerte dolor, es Pedro quien presenta la situación de Juan al recepcionista, diciendo “Juan tiene un dolor de muelas”. Ante esto, el recepcionista pregunta “¿Quién es Juan?”, a lo que Pedro contesta “Juan es la persona más alta de la sala y tiene el pelo verde”. Al escuchar esto, el recepcionista identifica exitosamente a Juan y direcciona a Juan a un especialista médico que pueda tratar efectivamente el dolor de muelas. Notemos que, en este caso, se realizan adscripciones de aspectos psicológicos como de características físicas de la misma entidad, a saber, de Juan. Es importante reconocer que MNP, al adscribir estas ideas de Wittgenstein, no niega que Juan sea un ser humano, sino que niega que haya un sujeto de experiencias, razón por la cual esta entidad de la cual se informan aspectos psicológicos y características corpóreas es un ser humano: “Sólo de lo que se comporta como un ser humano se puede decir que *tiene* dolor” (Wittgenstein, 2012: §283). Para el caso, será suficiente pensar a un ser humano como un organismo biológico, miembro de una cierta especie animal.

Considerando lo expuesto, es posible desestimar CR como una crítica a MNP. Notemos que a partir de lo que se ha comentado sobre las ideas de Wittgenstein, se da cuenta consistentemente de que, en el caso de la tercera persona, se realizan adscripciones de características mentales o psicológicas de la misma entidad de la cual se da cuenta de características físicas. Es más, si no fuera así, oraciones de tercera persona en ningún caso podrían ser verificables y, en ningún caso, informativas. Si esto es correcto, MNP, al adscribir estos supuestos, no resultaría ser una teoría que incurra en algún supuesto dualista, ya que, insisto, mediante este análisis se muestra que distintas adscripciones se realizan de una y la misma entidad, lo cual era justamente lo que Strawson negaba de MNP con CR.

Antes de continuar quisiera realizar la siguiente aclaración. Si bien se construido una defensa de MNP mediante el análisis de la asignación de estados mentales a la tercera persona, podría parecer que no se ha dado una respuesta concluyente dado que la crítica de CR a MNP se dirige a la primera persona. En este punto es importante recordar que aun cuando la asimetría respecto de la primera y tercera persona es un aspecto importante para la cuestión de la asignación de estados mentales o experiencias, si es posible dar cuenta desde cualquier dimensión del análisis que para alguna entidad la asignación de estados mentales se realiza de la misma entidad de la cual se da cuenta de características físicas, es suficiente para afirmar que en efecto lo que tiene experiencias es lo mismo que aquello que tiene un peso, una altura, etc. Es más, afirmar algo contrario a esto, sería afirmar que todo aquello que sea analizado desde la tercera persona debe ser *ontológicamente* diferente de aquello que se analiza desde la misma persona: algo así como afirmar que aquello que es analizado desde primera persona es un alma cartesiana, mientras que aquello que es analizado en tercera persona no es nada más que un cuerpo.

Realizado lo anterior, y asumiendo que se ha dado una respuesta concluyente a CR, procedo ahora a explicar cómo se deben abordar los enunciados psicológicos de tercera persona bajo el contexto de MNP. Para introducir la problemática que se revisará a continuación, consideraré lo siguiente: desde una teoría dualista cartesiana, se asume que el sujeto de los estados mentales es un alma. Tal entidad está en una determinada relación con una entidad física, tal como un cuerpo particular. Basado en esto, sucedería que, en una oración de tercera persona, tal como “Juan tiene un dolor”, el *real* referente de la oración es el alma, no así el cuerpo particular que está relacionado con dicha entidad. Entonces, para este tipo de teoría el *genuino* referente de oraciones de tercera persona con contenido psicológico es un alma.

Ahora bien, ¿qué sucede en el caso de MNP, al momento en que esta teoría niega que hay algo así como un sujeto de los estados mentales? Para responder a esto, asumiré los siguientes principios:¹³

I Los estados mentales dependen causalmente de un cuerpo particular

¹³ Briones propone MNP basado en estos principios (Briones, en prensa).

II Los estados mentales dependen ontológicamente de un cerebro particular

Brevemente, para explicar qué se está afirmando con (I) y (II) es útil lo siguiente:

Para entender mejor la diferencia entre dependencia ontológica y dependencia causal (...) considérese, por ejemplo, el caso del movimiento de una bola de billar. Supóngase que se tiene una bola de billar B en movimiento E. Es evidente que el movimiento E depende ontológicamente de la bola de billar B (...), pues no podría existir el movimiento E sin que exista la bola de billar B (aunque parece que, por el contrario, podría existir la bola de billar B sin el movimiento E). Pero sucede que, si el movimiento E es el resultado del choque entre dos bolas de billar, el movimiento E de la bola de billar B depende causalmente del estado de otra bola de billar, digamos, la bola de billar C; esto se puede explicar en términos de transferencias de magnitudes entre un objeto y otro. Lo relevante es que, si bien el movimiento E de la bola de billar B depende causalmente de la bola de billar C y, sin embargo, la dependencia ontológica es respecto a la bola de billar B, no a la bola de billar C, se tiene, entonces, que existe el movimiento E solo en cuanto existe la bola de billar B. Pues, parece que el movimiento E, dado en un tiempo t, podría haber sido el mismo movimiento E de la bola de billar B, aunque la bola que es causalmente responsable de ese movimiento hubiese sido cualquier otra bola de billar de una serie dada C1, o C2, o C3... Cn., cuyo choque con la bola de billar B, en t, transfiriese las mismas magnitudes físicas. Al mismo tiempo, parece que el movimiento en t de una bola de billar distinta de B no habría sido el mismo movimiento E, a pesar de haber sido causado en t por el estado de la bola de billar C (Briones, en prensa).

De acuerdo con lo citado, un estado mental, al igual que el movimiento E, depende ontológicamente de una entidad. Tal como E depende para su existencia de la bola de billar B, un estado mental dependería para su existencia de un cerebro particular, según (II). Adicional a esto, la dependencia causal de un estado mental respecto a un cuerpo particular, de acuerdo con (I), debe ser pensada análogamente al movimiento E de la bola de billar B, que depende causalmente de la bola de billar C. O sea, *la causa* del acontecer de un estado mental responde a un cuerpo particular. Notemos que, basado en esto, aun cuando un estado mental dependa causalmente de un cuerpo, el estado mental particular no podría existir a menos que exista un cerebro particular. En este sentido, un cerebro particular es el poseedor o soporte ontológico de los estados mentales, lo cual no supone que el cerebro

sea un sujeto de experiencias,¹⁴ de manera que aun cuando los estados mentales sean poseídos por el cerebro eso no supone que el cerebro es algo así como el *experienciador* de los estados mentales.¹⁵

Aclarado lo anterior, expondré una manera de resolver las oraciones de tercera persona con contenido psicológico desde MNP. Se propondrá que el *genuino* referente en este tipo de oraciones es el cerebro particular de un cuerpo particular.¹⁶

En primer lugar, a manera introductoria, realicemos una breve reflexión sobre la situación en la que un hablante realiza oraciones de tercera persona. Pensemos que un individuo X dice “Juan tiene dolor”. A este individuo X se le podría preguntar, “¿Usted qué tipo de cosa cree que él- Juanes? Supongamos que el individuo X, que tiene una informada opinión filosófica sobre estos temas, contesta “Juan es un alma en un cuerpo”. Entonces, tendríamos que el real referente de la oración, para X, sería el alma de Juan, y no así el cuerpo de Juan, a pesar de que es el cuerpo de Juan el que es identificado. Ahora bien, imaginemos que a X le explicamos que en realidad Juan no es un alma en un cuerpo, sino que en realidad es un autómatas. Si X cree esto y dado que X está fuertemente convencido que solo lo que es un alma en un cuerpo puede sentir dolor, sucederá que para X Juan realmente no puede tener/sentir un dolor.

¹⁴ Suponer algo así incurriría en una *falacia mereológica*: “Llamaremos *falacia mereológica* en neurociencia al error de los neurocientíficos de atribuir a las *partes* constituyentes de un animal atributos lógicamente aplicables solo al animal como un *todo*. Llamaremos *principio mereológico* en neurociencia al principio de que los predicados psicológicos aplicables únicamente a un ser humano (u otro animal) en su totalidad no se pueden aplicar de modo inteligible a sus partes, por ejemplo, al cerebro. Se puede decir que los seres humanos, pero no su cerebro, son reflexivos o irreflexivos; se puede decir de los animales, pero no de su cerebro, y mucho menos de los hemisferios de este, que ven, oyen, huelen y saborean cosas” (Bennett, Dennett, Hacker, Searle, 2007: 22). Es importante notar que MNP no incurre en la falacia mereológica, ya que MNP no asume que un cerebro sea un sujeto, sino que es simplemente el soporte de los estados mentales.

¹⁵ Si bien todo sujeto de los estados mentales o sujeto de experiencias es un poseedor o soporte de los estados mentales, no sucede que algo que se designe como un poseedor o soporte ontológico de los estados mentales sea un sujeto de los estados mentales. La idea de soporte ontológico es una idea que no supone algún aspecto de tipo psicológico, por ejemplo, una cámara fotográfica es, en algún sentido, el soporte ontológico de una fotografía (la fotografía existe siempre y cuando exista una cámara fotográfica) y no por eso tendríamos que decir que una cámara fotográfica es un sujeto de experiencias (de hecho, una idea así sería, por lo menos, absurda).

¹⁶ Es importante notar, que un cuerpo particular aparece como elemento públicamente identificable y del cual los estados mentales dependen causalmente, por lo que es posible *informar* de características psicológicas de una entidad determinada.

Basado en la reflexión realizada, quisiera resaltar lo siguiente: parece que una condición para la realización de oraciones de tercera persona con contenido psicológico es que el hablante debe asumir que aquello que ha de ser el *genuino* referente de este tipo de oraciones es una entidad tal que, al menos, puede soportar la adscripción de un estado mental. En el caso ideado, sucedería que solamente lo que es un alma en un cuerpo es *capaz* de soportar un estado mental, tal como un dolor.¹⁷

Siguiendo con el individuo X, es pertinente tratar de entender cómo es que el alma de Juan sería el referente de una oración de tercera persona con contenido psicológico. El individuo X podría sugerir lo siguiente: “Me refiero al alma de Juan, digamos, de manera *diferida*, tal como, por ejemplo, cuando usted se refiere a Juan al ver una fotografía de Juan. Note que si usted dice ‘Juan aquí está con hambre’, en ningún caso quiere decir que es la fotografía la que está con hambre; lo que usted realmente quiere decir es que el individuo que aparece en la fotografía es quien tiene hambre”. Respecto a lo expuesto, es posible extraer, al menos, las siguientes ideas: (i) Mediante una oración de tercera persona con contenido psicológico un hablante intenta referirse al soporte ontológico del estado mental (en el caso revisado, el soporte ontológico correspondería a un alma). La referencia que se realiza al soporte ontológico es de orden *diferida*. (ii) Una *referencia diferida* se puede caracterizar como un acto de referencia que depende de otro acto de referencia. En el caso ideado, se realiza un acto de referencia *directa* al cuerpo de Juan para referirse *diferidamente* al alma de Juan, del mismo modo que se realiza un acto de referencia *directa* a la fotografía de Juan para referirse *diferidamente* a Juan.

Si se considera lo expuesto hasta acá, bajo el contexto de MNP, sucedería que con oraciones del tipo “Él tiene un dolor”, se está realizando una referencia diferida al cerebro ubicado en un cuerpo particular, dado que el cerebro es el soporte ontológico de los estados mentales, tal como se indicó en (II). Expliquemos con mayor detalle esto. Para comenzar, me valdré de las nociones de *referencia demostrativa directa* y *referencia demostrativa*

¹⁷ De igual manera, si pensamos que solamente entidades naturales pueden sentir dolor y no así una inteligencia artificial, sucedería que aun cuando una inteligencia artificial pueda presentar conductas similares a las de una entidad natural cuando siente dolor, no por eso se le podría asignar satisfactoriamente estados mentales.

indirecta.¹⁸ En *Subject of experience* (1996), Lowe considera que una referencia demostrativa directa, tal como la que se realiza mediante la expresión “Esta experiencia es mía”, es una referencia *no indirecta*:

Por referencia demostrativa directa (...) me refiero a la referencia demostrativa que no es directa [indirecta], y por referencia demostrativa indirecta me refiero a la referencia demostrativa que depende para su éxito de la realización (tal vez sólo implícita) de uno o más actos de referencia independientes (Lowe, 1996: 186).

Veamos cómo Lowe caracteriza esto (Lowe, 1996): Supongamos que dos individuos, A y B, se van de una fiesta a raíz de un insulto que recibió B por parte de un individuo C. Ante esta situación, A dice sobre C “Ese individuo fue muy grosero”. Notemos que con la frase “Ese individuo” se está haciendo referencia a C. Para Lowe, la referencia de la frase “Ese individuo” está *fijada* implícitamente, tanto para el hablante (que es A), como también para el oyente (que es B), mediante la descripción definida “El individuo que le ha ofendido a usted recientemente”.¹⁹ En efecto, si B le preguntara a A “¿Usted a quién se refiere con ‘ese individuo’?”, A podría responder diciendo “El individuo que le ha ofendido a usted recientemente”. Según Lowe, la descripción “El individuo que le ha ofendido a usted recientemente” sirve para fijar la referencia de la frase “Ese individuo”, en la cual se realiza una referencia indirecta, en virtud de que está determinada a través de otros actos de referencia (Lowe, 1996). Estos otros actos de referencia corresponden al acto de referencia que se realiza con el término “usted” (que refiere a B) y al acto de referencia que se realiza a un tiempo determinado, mediante el término “recientemente”. Entonces, A puede referirse a C mediante “Ese individuo” dado que A es capaz de realizar distintos actos de referencia independientes.

Ahora, si aplicamos todo esto a MNP, se tendría que en oraciones del tipo “Él tiene un dolor” o “Ese individuo tiene un dolor” el hablante realiza una referencia indirecta al poseedor del estado, que de acuerdo con (II)

¹⁸ Agradezco esta idea al profesor Francisco Javier Vidal López.

¹⁹ Lo de fijar la referencia se debe entender en un sentido kripkeano, tal como lo aclara Lowe (Lowe, 1996: 186). Esto quiere decir que para el caso de la frase “esa persona” la referencia se fija mediante la descripción “la persona que le ha insultado a usted ahora”. Tal como Kripke lo señala, la descripción sirve “únicamente para escoger al hombre al que intentamos referirnos” (Kripke, 1980: 57). En ningún caso la descripción “la persona que le ha insultado a usted ahora” es *sinónimo* de la frase “esa persona”.

habría de ser un cerebro particular. La referencia indirecta que se hace a un cerebro particular, mediante el término “Él” o “Ese individuo”, se puede fijar, por ejemplo, mediante la descripción “el poseedor del estado que es causalmente dependiente del cuerpo que está frente a mí”.²⁰ Aquí, la referencia indirecta al poseedor o soporte del estado mental estaría basada en la referencia a un cuerpo particular, el cual es denotado por la frase “el cuerpo que está frente a mí”, referencia, que a su vez, descansa en una referencia directa al hablante mediante el demostrativo “mí”. Es decir, primeramente, se realizarían dos actos de referencia indirecta, uno al poseedor del estado dolor, que es un cerebro particular, y este acto dependería de otro acto de referencia indirecta, que sería al cuerpo del poseedor del estado. Finalmente, este último acto de referencia dependería de un tercer acto de referencia, de tipo directa, que sería la referencia al hablante.

Desde lo revisado, se da cuenta de cómo resolver oraciones de tercera persona con contenido psicológico desde MNP. Básicamente, con las nociones de *referencia directa* y *referencia indirecta* es posible dar cuenta de manera formal que en oraciones tal como “Ese individuo tiene un dolor” el *genuino* poseedor de los estados mentales es un cerebro particular aun cuando en el discurso cotidiano no se dé cuenta explícitamente de este hecho. Todo esto, basado en distintos actos de referencia: al poseedor del estado, que sería un cerebro particular, lo cual dependería de una referencia al cuerpo del poseedor del estado, y este último acto de referencia depende de la referencia al hablante.

Finalmente, quisiera realizar una observación de tipo general sobre lo que se ha expuesto.

La descripción “El poseedor del estado que es causalmente dependiente del cuerpo que está frente a mí” que es lo que fija la referencia indirecta al poseedor del estado, se puede concebir como una descripción que fija la referencia para *todos* los hablantes. Al decir todos los hablantes, tengo en consideración a cualquier hablante independientemente de las concepciones particulares que un hablante pudiese tener respecto a la naturaleza del poseedor de los estados mentales. Esto arroja una consecuencia importante: es

²⁰ Es importante resaltar que la descripción mencionada no excluye que pueda haber más descripciones que permitan fijar la referencia al poseedor de la experiencia. O sea, es perfectamente posible hablar de un cúmulo de descripciones.

perfectamente posible que haya un cúmulo de descripciones que fijen la referencia al poseedor de los estados mentales; de igual manera, es perfectamente posible que el cúmulo de descripciones pueda ir variando, dependiendo del hablante. No obstante, sucede que la descripción “El poseedor de los estados mentales que son causalmente dependientes del cuerpo que está frente al hablante” ha de ser una descripción *básica*, en el sentido que esta descripción debería formar parte de todos los cúmulos de descripciones posibles. Descripción que, según MNP, debería servir para referir al cerebro particular que es el poseedor de los estados mentales. Considero que esta idea no carece de interés, ya que independiente de las diversas concepciones que los hablantes pueden tener sobre lo que es el *genuino* poseedor de los estados mentales, siempre será posible emitir oraciones de tercera persona que refieran efectivamente al poseedor de los estados mentales, incluso si esas concepciones son erróneas. Por ejemplo, si MNP es verdadero, entonces un hablante que crea erróneamente que el poseedor de las experiencias es un Ego cartesiano, al decir “Ese individuo tiene un dolor”, estaría refiriéndose, mediante la descripción definida que fija la referencia de “Ese individuo”, a un cerebro particular.

4. Conclusión

A manera de resumen, las ideas más importantes que se han expuesto en el presente trabajo son las siguientes:

- MNP afirma que aun cuando un estado mental depende para su existencia de un cerebro particular y causalmente de un cuerpo particular, no hay algo así como el sujeto del estado mental o el *experienciador* del estado mental.
- Strawson considera que MNP incurre en un supuesto dualista, ya que, según el autor, desde MNP los estados mentales no son adscritos a la misma entidad de la cual se dan cuenta características físicas. A esto se le designó como CR
- Mediante el tratamiento wittgensteniano de oraciones de tercera persona con contenido psicológico se ofreció una respuesta a CR. Básicamente, se expuso que, a partir de un análisis de oraciones de

tercera persona con contenido psicológico, estados mentales son adscritos a la misma entidad de la cual se dan cuentas características físicas.

- Finalmente, se ofreció una manera de resolver oraciones de tercera persona con contenido psicológico considerando, de acuerdo con MNP, que el *genuino* portador de estados mentales es el cerebro particular del cuerpo particular que se identifica en este tipo de oraciones. Lo anterior, basado en las nociones de *referencia directa* y *referencia indirecta*.

Referencias

Bennett, M; Dennett, D; Hacker, P; Searle, J. *Neuroscience and Philosophy*. New York: Columbia University Press, 2007

Briones, A. “Una revisión crítica sobre la tesis de la dependencia de las experiencias de Derek Parfit”. *Eidos*, N°30, 2019 pp. 238 -267

Briones, A. “Sujetos, experiencias y posesión: un esbozo de la postura strawsoniana sobre las personas y sus experiencias”. *Metafísica y Persona*, N° 13, 2017, pp. 67- 85

Briones, A. “Cerebros y experiencias. Una defensa del modelo no posesivo del Yo”. *Ideas y Valores*, en prensa.

Frege, G. “The Thought: A Logical Inquiry”, en *Mind*, Vol. 65, No. 259, 1956, pp. 289-311.

Kripke, S. *A propósito de reglas y lenguaje privado*. Madrid: Tecnos, 2006.

Kripke, S. *Naming and Necessity*. E.E.U.U.: Cambridge: Harvard University Press, 1985.

Lowe, E. J. *Subject of experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Nagel, T. “What is it like to be a Bat”, en *The Philosophical Review*, Vol. 83, N° 4, 1974, pp. 435 – 450.

Parfit, D. *Personas, racionalidad y tiempo*. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

Parfit, D. *Reasons and Persons*. Oxford: Clarendon Press, 1987

Pears, D. *Paradox and platitude in Wittgenstein's philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Snowdon, P. “‘Persons’ and Persons”, en *Organon F: Medzinárodný Časopis Pre Analytickú Filozofiu*, Vol. 16, N° 4, 2009, pp. 449 - 476

Strawson, G. *Mental Reality*. E.E.U.U.: The MIT Press, 2010.

Strawson, P. *Freedom and Resentment and Other Essays*. New York: Routledge, 2008

Strawson, P. *Individuals*. New York: Routledge, 1990.

Strawson, P. “Persons”, en *Essay in Philosophical Psychology*, Donal Gustafson (ed.), New York: Anchor Books, 1964, pp. 377-403.

Vidal, J. “Anscombe, la expresión de autoconciencia y la regla de autorreferencia” En *Revista de Filosofía* (Universidad de Chile), Vol. LXVIII, 2012, pp. 133-154.

Wittgenstein, L. *Los cuadernos azul y marrón*. Madrid: Tecnos, 2013.

Wittgenstein, L. *Investigaciones Filosóficas*. México: Crítica, 2012

Wittgenstein, L. *Zettel*. México: UNAM, 1997

Zahavi, D. *Subjectivity and Selfhood*. E.E.U.U.: The MIT Press, 2005.

RAZÃO PRIMÁRIA, INTENÇÃO E ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Primary reason, intention and non-human animals

Maylson Candeira¹

RESUMO

Este artigo tem dois objetivos. O primeiro é realizar uma análise crítica da teoria da ação Davidson (2001), segundo a qual um mero movimento corporal se torna uma ação intencional quando é justificado, racionalizado e causado pela razão primária que é constituída por uma atitude conativa – desejo – e por uma atitude cognitiva – crença. Davidson, no entanto, não toma a intenção como um estado mental distinto e a reduz à razão primária. Será feita uma análise crítica da teoria da ação de Davidson a partir da teoria de planejamento da intenção desenvolvida por Bratman (1987). A teoria de Bratman será tratada como uma extensão da teoria davidsoniana. Bratman afirma que os animais não-humanos não são agentes planejadores. O meu segundo objetivo é fazer uma crítica à distinção de Bratman e estender o campo da ação intencional para os animais não-humanos.

Palavras-chave: Ação intencional. Razão primária. Teoria do planejamento da intenção.

ABSTRACT

In this paper my claim is twofold. First, I will make a critical analysis of Davidson's theory of action, according to it a mere bodily movement becomes an intentional action when it is justified, rationalized and caused by primary reason, which is constituted by a conative attitude – desire – and a cognitive one – belief. Davidson, however, does not take an intention as a distinctive mental attitude and ends up reducing it to the primary reason. I will take Bratman's planning theory of intention in order to make a critical analysis of Davidson's theory. Bratman's theory will be treated as an extension of Davidson's theory. Bratman claims that non-human animals are not planner agents, thus they cannot engage in intentional planned actions. Secondly, I will make a critique over Bratman's stipulative demarcation in order to extend intentional planned actions towards non-human animals.

Keywords: Intentional action. Primary reason. Planning theory of intention.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: maylsoncandeira@hotmail.com. ORCID: [0000-0002-8505-4408](https://orcid.org/0000-0002-8505-4408).

1. Introdução

Um indivíduo abre as janelas do quarto com o intuito de tornar o ambiente mais claro. Ao abrir a janela, sem que ele se dê conta, um mosquito entra no quarto. Aqui estamos diante de um problema filosófico: o indivíduo que intencionalmente abriu as janelas do quarto também intencionalmente deixou o mosquito entrar no quarto? Uma ação intencional é um fenômeno que pode ser explicado apenas quando recorremos aos eventos mentais tais como desejos, crenças e intenções. A teoria da ação é uma tentativa de compreender e explicar a natureza da ação intencional realizada por um agente (abrir a janela do quarto) em contraposição a meros acontecimentos que ocorrem a um agente, e.g., o agente ter seu braço levantado por meio de um dispositivo que está instalado em seu cérebro que manipula os seus movimentos corporais. Dretske (1988) argumenta que quando as causas da ação residem *no* agente, isso significa que o agente está realizando uma ação por causa dos seus desejos, crenças e intenções. Se a causa não é constituída pelos estados mentais do agente (no caso do dispositivo que manipula o comportamento de um sujeito), então é um mero evento que acontece a um agente (DRETSKE, 1988, p.1). O exemplo do mosquito, por um lado, não é algo que ocorre ao agente, mas uma consequência não intencional do seu ato, pois esse evento não é uma descrição intencional da sua ação *abrir* a janela. Desse modo, temos aqui um contraste entre duas coisas: ações *versus* o que ocorre a um agente; ações intencionais (como abrir a janela) *versus* consequências intencionais de ações intencionais.

Na segunda seção apresentarei e discutirei a teoria causal da ação de Davidson segundo a qual uma ação é um evento causado, explicado e justificado pela *razão primária* – o par de eventos mentais constituído por uma pró-atitude (desejo) e uma crença (DAVIDSON, 2001, p.4). Sempre que um agente realiza uma ação, ao agente é atribuída uma pró-atitude para uma certa ação e uma crença de que a ação é de um certo tipo. Eu tenho o desejo (fim) de ler a *Iliada* e a crença de que minha ação (meio) de ir à biblioteca é uma maneira de obter o livro sobre o qual tenho um certo desejo (fim). Uma vez que minha ação é realizada por esta razão, meu desejo e minha crença causam minha ação de ir à biblioteca. Desse modo, no quadro davidsoniano,

a razão para minha ação é a causa da minha ação intencional. Uma razão causa uma ação quando o agente age sob à luz de sua razão. A relação entre uma razão e uma ação é a racionalização quando a razão explica e causa a ação.

Davidson, todavia, não apresenta uma teoria robusta sobre a intenção. Como ele argumenta, conhecer uma razão primária pela qual um agente agiu é conhecer a intenção com a qual a ação foi realizada. De fato, concernente à intenção Davidson tem uma análise reducionista, pois, segundo ele, a intenção pode ser reduzida, em última instância, a um par de desejo e crença. Uma intenção, nesse caso, não constitui um estado mental distinto de desejos e crenças. Davidson considera o desejo como a principal pró-atitude e sua relação com crença na explicação de uma ação intencional.

Na terceira seção será feita uma análise crítica da teoria da ação de Davidson a partir da teoria de planejamento da intenção proposta por Bratman² (1987). A teoria de Bratman será tratada como uma extensão da teoria de Davidson. Essa teoria da ação, batizada por Bratman de *teoria de planejamento da intenção*, considera uma intenção como um estado mental constituinte de planos e irreduzível a desejos e crenças ordinários. A ideia geral é que a *intenção* está estritamente relacionada com nossa capacidade de planejar e executar planos. Uma intenção está submetida a compromissos e normas às quais desejos e crenças, como apresentados no modelo davidsoniano, não estão. A intenção é o estado mental fundamental na nossa compreensão e explicação da ação intencional. O modelo desejo-crença é insuficiente para explicar uma ação intencional continuada que é causada e racionalizada não apenas *porque* os desejos e crenças fornecem apenas uma parte da explicação, mas também *porque*, segundo o modelo desejo-crença, a intenção é reduzida à razão primária.

Nós somos seres que possuem a capacidade de agir não apenas movidos por desejos e crenças, mas também somos movidos por intenções e planos. Nós formamos planos e intenções futuras que organizam e moldam nossa conduta ao longo do tempo. Uma teoria que abarca e explica, de for-

² BRATMAN, Michael, 1987, *Intention, Plans, and Practical Reason*, Cambridge, MA: Harvard University Press; 1999, *Faces of Intention: Selected Essays on Intention and Agency*, Cambridge: Cambridge University Press; 2006, *Structures of Agency*, Oxford: Oxford University Press.

ma satisfatória, uma ação intencional precisa elucidar em que as capacidades de reflexão e planejamento e a concepção de ação temporalmente estendida consistem que são fundamentais da ação intencional humana (BRATMAN, 2007, p.21).

Um plano, na teoria de Bratman, é uma pró-atitude (junto com intenção) fundamental à qual recorreremos na explicação de uma ação intencional. Um plano é uma atitude mental que exerce um papel motivacional sobre agentes de modo a movê-los. Um plano está relacionado com uma crença na causação de uma ação intencional. Assim como a intenção, o plano não se resume apenas a uma atitude mental influenciadora de nosso comportamento ao longo do tempo, mas também exerce uma função de controle dado o compromisso da intenção (intenção aqui pensada como constituinte de um plano). Um plano exerce tal função de controle devido às normas sob as quais está submetido. As normas que distinguem planos de meros desejos ordinários são as normas de consistência e coerência.

Um corolário da tese geral de Bratman consiste em que nós, seres humanos, somos agentes que temos (dados os processos cognitivos de reflexão, planejamento, e concepção de ação continuada e temporalmente estendida) a capacidade peculiar de criar e estabelecer planos parciais de ação direcionados ao futuro, e que esses planos exercem papéis funcionais na organização e na coordenação de nossas atividades na passagem do tempo, uma vez que uma característica central da ação humana consiste em planejamento e ação temporalmente estendida. Os animais não-humanos, segundo Bratman, não possuem recursos cognitivos necessários para compreender suas ações como temporalmente estendidas, uma vez que tal fenômeno exige capacidades cognitivas tais como raciocínio prático, deliberação, reflexão sobre os planos e meios mais específicos da ação e os compromissos da intenção e das demandas de consistência e coerência de planos (BRATMAN, 2007, p.29). Se uma ação intencional é realizada conforme as intenções e os planos que estão submetidos a compromissos e normas, respectivamente, então os animais não-humanos, seguindo o argumento, não podem se engajar em ação intencional continuada.

Aqui parece que Bratman está errado e será feita uma análise crítica da sua teoria sobre esse ponto. Essa será a tarefa na qual irei me engajar na

quarta seção. A separação demarcada por Bratman entre agentes que agem apenas por propósitos e agentes planejadores é uma distinção estipulativa. Irei apresentar alguns argumentos que podem, em um certo sentido, minar essa separação que Bratman adota por intelectualizar a mente humana de forma demasiada.

2. Razão Primária para Ação Intencional

Uma ação intencional consiste em um evento físico que é causado por desejos e crenças, i.e., eventos físicos que caem sob descrições que utilizam um vocabulário mentalista. Causas são sempre citadas na explicação de eventos; ações são eventos racionalizados, justificados e *causados* pelas razões do agente. Por exemplo, eu tenho o desejo de tomar café e a crença de que há café na garrafa. O par desejo-crença causa e racionaliza a minha ação de ir até à cozinha pegar café.

Davidson inicia seu artigo seminal *Actions, Reasons, and Causes* com o objetivo de elucidar qual tipo de relação existe entre uma razão e uma ação quando a razão *explica* a ação de um agente. Tais explicações, segundo ele, são *racionalizações* (DAVIDSON, 2001, p.3). Quando tentamos explicar por que um agente realizou uma certa ação, e.g. ir à cozinha tomar uma xícara de café, as razões do agente são apresentadas como razões que explicam e causam a ação.

Quando um agente realiza uma ação, nós explicamos a sua ação apresentando a pró-atitude e a crença por meio das quais ele agiu. Como dito acima, esse par de eventos mentais é chamado por Davidson de razão primária. De modo a compreender como a racionalização é um tipo de explicação causal, Davidson apresenta duas teses sobre razões primárias.

- 1) de modo a entender como uma razão de qualquer tipo racionaliza uma ação, é necessário e suficiente que nós compreendamos, de um esboço básico, como se constrói uma razão primária.
- 2) A razão primária para uma ação é a sua causa³ (DAVIDSON, 2001, p.4).

³ (1) In order to understand how a reason of any kind rationalizes an action it is necessary and sufficient that we see, at least in essential outline, how to construct a primary reason. (2) The primary reason for an action is its cause.

O exemplo que Davidson confere para analisar os dois pontos acima é o seguinte. Eu (i) aciono o interruptor, que (ii) acende a luz que, por sua vez, (iii) ilumina o quarto. Eu tenho certo conhecimento de todos esses eventos. No entanto, sem que eu me dê conta, todos aqueles eventos também (iv) alertam um suposto ladrão que está nas redondezas da minha casa. Para Davidson, nessa situação, o agente realizou apenas uma ação sobre a qual quatro descrições foram apresentadas⁴. Ao acionar o interruptor para iluminar o quarto, o agente teve um par de estados mentais constituído de crenças e desejos (razão primária) que racionalizou a sua ação, tendo a descrição “iluminar o quarto” como intencional, i.e., o agente realizou tal ação *porque* ele quis iluminar seu quarto. O agente teve o *desejo* de iluminar o quarto e a *crença* de que ao acionar o interruptor o quarto seria iluminado; assim, a razão primária de iluminar o quarto racionaliza e explica o acionamento do interruptor. Sob a descrição de “acender a luz”, tal ação é intencional, uma vez que a razão primária explica causalmente a ação em questão.

Como Davidson argumenta, uma ação pode ter várias descrições; pode ser intencional sob uma descrição a qual consiste em razões primárias, e não intencional sob outras descrições. As descrições intencionais precisam referir-se diretamente em racionalização. No exemplo em questão, embora a razão primária do agente seja apresentada na racionalização da sua ação de acionar o interruptor, ela não racionaliza o fato de alertar o ladrão; todavia, alertar o eventual ladrão ainda é uma ação do agente, pois a ação de acionar o interruptor tem a descrição intencional “iluminar o quarto” que, por sua vez, alerta o ladrão. Vamos pensar o exemplo de abrir a janela do quarto para elucidar um pouco mais a tese de que uma ação é intencional sob uma descrição. Imagine que ao abrir a janela do quarto, o ambiente interno se torna mais ameno e agradável. Todavia, sem que eu me dê conta, um mosquito entra no quarto quando a janela foi aberta. Permitir que o mosquito en-

⁴ Anscombe afirma que “the intentional character of the action cannot be asserted without giving the description under which it is intentional, since the same action can be intentional under one description and unintentional under another” ANSCOMBE, Elizabeth, 2000, *Intention* (reprint), Cambridge, MA: Harvard University Press, p.28. Para um exemplo mais detalhado sobre esse ponto, ver § 23 de *Intention*. Apesar do fato de haver uma divergência entre Anscombe e Davidson quanto à relação entre razões e ações (como veremos mais abaixo, Anscombe nega que a relação entre razão e ação é causal, ao passo que Davidson defende tal tese) o ponto em comum entre ambos é que uma ação pode ter diferentes descrições, e que uma ação intencional é aquela para a qual é dada uma descrição intencional.

trasse no quarto não foi uma ação intencional, uma vez que essa descrição não apresenta a razão primária que causou a minha ação.

Davidson apresenta a seguinte condição necessária para uma razão primária:

C1. *R* é uma razão primária pela qual um agente realizou a ação *A* sob a descrição *d* apenas se *R* é constituída por uma pró-atitude do agente para uma ação com uma certa propriedade, e uma crença do agente que *A*, sob a descrição *d*, tem aquela propriedade⁵ (DAVIDSON, 2001, p.5).

Uma razão primária pode racionalizar uma ação quando tal ação é descrita de forma intencional, pois uma descrição intencional ela mesma apresenta a razão pela qual a ação foi realizada. Quando o agente aciona o interruptor para acender a luz, ele teve uma razão pela qual realizou a ação em questão se e somente se ele acionou o interruptor por causa da razão primária. Uma razão, portanto, pode racionalizar uma ação quando tal ação recebe uma descrição que apresenta a razão em termos da intencionalidade dos eventos mentais.

Em relação à intenção Davidson tem uma análise reducionista⁶. Como ele argumenta, conhecer uma razão primária pela qual um agente agiu é conhecer a intenção com a qual a ação foi realizada. Desejos e crenças, os constituintes da razão primária para uma ação, correspondem a premissas de um silogismo prático a partir do qual a ação é racional e desejável (DAVIDSON, 2001, p.9).

Na próxima seção será feita uma análise crítica de tal teoria a partir da teoria de planejamento da intenção, segundo a qual uma intenção é um estado mental distinto de crenças e desejos. Davidson valoriza o desejo como a pró-atitude fundamental em uma ação intencional em detrimento da intenção. Eu argumento que no modelo desejo-crença há uma certa insufi-

⁵ C1. *R* is a primary reason why an agent performed the action *A* under the description *d* only if *R* consists of a pro attitude of the agent towards actions with a certain property, and a belief of the agent that *A*, under the description *d*, has that property.

⁶ Em um artigo posterior (*Intending* 1978) Davidson re-examina sua abordagem reducionista à intenção e reformula a tese de que intenção não é um estado genuíno. Na introdução do livro *Essays on Actions and Events* (2001) Davidson reconhece e altera sua posição em relação à intenção. Ele diz mais ou menos o seguinte: no artigo *Actions, Reasons and Causes*, eu considerei que agir intencionalmente era agir com uma intenção, e este constituía o caso básico de ação intencional. Isso implicou que o estado de *intentar* era uma noção que poderia ser compreendida em termos da razão primária.

ciência na explicação da ação intencional humana por negligenciar as funções e os papéis que as intenções prévias e os planos parciais exercem em raciocínio e em deliberação práticos para a execução de ações intencionais de agentes planejadores. A teoria davidsoniana faz sentido em um nível básico da explicação intencional da ação, ou seja, tem apenas dois pontos, a saber, o desejo e a crença. Entretanto, as explicações intencionais em termos de desejos e crenças são insuficientes para ações intencionais que são temporalmente estendidas e que exigem outros eventos mentais além de desejos e crenças, a saber, intenções prévias e planos parciais. Chamarei esse de o *problema da insuficiência explicativa* do modelo desejo-crença. Ou seja, no modelo davidsoniano os *explanans* são insuficientes para explicar o *explanandum*. A aposta conceitual aqui é que a teoria de Bratman é uma extensão da teoria de Davidson.

3. Teoria de Planejamento da Intenção e da Ação

Como vimos no capítulo anterior, o modelo desejo-crença da explicação da ação humana explica uma ação intencional reduzindo a intenção ao par desejo-crença. Uma ação é intencional quando é causada pela razão primária de um agente. A intencionalidade da ação é reduzida e explicada em termos da sua ancestralidade causal em relação aos desejos e crenças do agente. Uma intenção, como veremos mais adiante, é um estado mental distintivo na configuração e elaboração de planos de ações que se estendem temporalmente. Uma intenção não exerce apenas uma função motivacional no desenrolar de uma ação, mas também tem a função de controlar a nossa conduta ao longo do tempo, uma vez que a maioria das nossas ações é temporalmente estendida. Ações temporalmente estendidas são, a grosso modo, planos de ação que são, por sua vez, constituídos por intenções.

3.1. Intenção

Intenções e planos constituem as pró-attitudes essenciais na teoria de planejamento de ação intencional e estão submetidas a compromissos e a normas de consistência e coerência, respectivamente. Uma intenção é tratada por Bratman como um constituinte de planos. Uma ação intencional con-

tinuada sempre envolve uma intenção prévia para agir. A atitude⁷ mental intenção é fundamental na nossa compreensão de ação intencional.

As funções e normas associadas caracterizam os compromissos especiais que tornam a intenção distinta e irreduzível a meros desejos e crenças. Uma intenção prévia para uma ação, por exemplo ir ao bar, entra no raciocínio prático do agente como um input a partir do qual intenções derivadas são configuradas no desenrolar da ação. As funções de uma intenção prévia são, sobretudo, coordenar a atividade da ação continuada na passagem do tempo e configurar outras intenções derivadas que são processadas como meios mais específicos para planos parciais de uma ação intencional futura. Bratman pretende, ao adotar a abordagem funcionalista, especificar o papel da intenção futura no raciocínio prático e no planejamento.

O tipo de raciocínio prático característico do modelo desejo-crença não fornece nenhuma função específica para a intenção futura de um agente planejador. O raciocínio prático, nesse caso, resume-se apenas em fornecer razões baseadas nos desejos e crenças do agente (BRATMAN, 1992, p.26). O tipo de raciocínio prático de agentes planejadores processa as funções da intenção futura como inputs em tal raciocínio. O raciocínio de uma intenção prévia (ou primária) a intenções derivadas, de fins a meios mais específicos de ação, o que caracteriza as propriedades de parcialidade e hierarquia de planos (voltarei a este ponto na próxima seção), é típico de agentes planejadores.

Uma intenção não apenas é distinta de crenças e desejos, ela também fornece uma razão prática distinta das razões de desejos e crenças. Bratman, portanto, propõe tratar uma intenção como uma atitude mental distinta e as suas três funções características: (i) uma intenção não é meramente uma pró-atitude influenciadora potencial (*potential influencers of action*) de ação, como o são desejos; além disso, ela é uma pró-atitude controladora de conduta (*conduct-controlling*); (ii) diferentemente de desejos, intenção está submetida a compromissos; (iii) e, por último, uma intenção exerce funções características como inputs em raciocínio prático na configuração de intenções mais específicas (BRATMAN, 1987, p.31).

⁷ Aqui usarei *atitude mental* como um termo genérico que abarca estados, eventos e processos mentais. Não irei discutir a distinção entre eventos, estados e processos mentais. De fato, usarei atitude e estado como termos intercambiáveis.

Para compreendermos o estado de intentar realizar uma ação, é necessário, adverte Bratman, compreender a noção de intenção futura. Esta é um constituinte de planos que leva à formação de outras intenções derivadas que são consistentes e coerentes com a intenção futura.

Nós formamos intenções-futuras como partes de planos, planos que exercem papéis característicos na coordenação e no nosso raciocínio prático; planos que nos permitem estender a influência da deliberação presente ao futuro. As intenções são, por assim dizer, os constituintes de tais planos; e planos são intenções estendidas ⁸. (BRATMAN, 1987, p.17-8)

Imagine o seguinte exemplo. Eu abro a porta com a intenção de regar as plantas do jardim. Nesse caso a minha ação de abrir a porta é parte de um plano mais abrangente, a saber, um plano que inclui a minha ação posterior de regar as plantas. A minha intenção futura para a ação futura de regar as plantas coordena minhas atividades que ocorrem desde a formação da intenção futura até a execução da ação de regar as plantas. Podemos chamar, segundo Bratman, este caso de agir para uma outra intenção. Uma ação intencional não se resume apenas à intenção em ação⁹, mas se caracteriza pelo estado de intentar agir. A minha intenção futura ou o estado de intentar caracteriza a minha ação intencional. Imagine o mesmo exemplo ligeiramente modificado. Eu abro a porta com a intenção de tornar o ambiente interno mais fresco. Nesse caso, a minha ação não é parte de um plano de ação mais

⁸ We form future-directed intentions as parts of larger plans, plans which play characteristic roles in coordination and ongoing practical reasoning; plans which allow us to extend the influence of present deliberation to the future. Intentions are, so to speak, the building blocks of such plans; and plans are intentions writ large.

⁹ Sellars apresentou uma distinção semelhantes entre o que ele chamou de *intenção primária* ou *originária* e *volição*. Volição é, por assim dizer, o amadurecimento da intenção primária quando o tempo de ação se aproxima. Volição é intenção em ação, ao passo que intenção primária é o estado de intentar fazer algo. Para mais detalhes, ver Sellars "Thought and Action", in Keith Lehrer, ed., *Freedom and Determinism*, (Random House; New York, NY: 1966), pp. 105-39. Searle também considera essa distinção. No entanto, na explicação de ação intencional, conforme Searle, se faz necessária apenas intenção em ação. Pode haver ação intencional sem o estado de intentar ou intenção primária. Se eu levanto minha mão agora, sem ter havido um estado anterior de intentar realizar essa ação, tal ação ainda é intencional. Para mais detalhes, ver Searle, *Intentionality* Cambridge:Cambridge University Press, 1983, pp. 84-85. A novidade trazida por Bratman à essa distinção consiste em considerar intenção primária (ou no seu vocabulário *intenção-futura*) como elementos de planos. Ao dar primazia ao estado de intentar, Bratman se afasta de uma longa tradição em filosofia da ação, que se iniciou com a seminal monografia *Intention* (1960) de Anscombe que trata intenção em ação, ao invés de intentar agir, como o caso básico para compreensão de intenção e ação intencional. Mais abaixo apresentarei as quatro teses que, segundo Bratman, caracterizam essa tradição. Negá-las é adotar a teoria de planejamento de intenção e inverter a ordem de prioridade de ação intencional.

abrangente, pois não parece inteligível dizer que tenho uma ação posterior de tornar o ambiente mais fresco. Nesse caso podemos afirmar que o modelo-desejo crença é suficiente para explicar a ação, porém, em ação continuada, no primeiro caso do exemplo, desejos e crenças são insuficientes, pois a intenção futura irá se desenrolar na sequência de atividades que constituem a ação continuada.

Deliberação é relevante na teoria de Bratman pois, como ele mesmo afirma, tal processo cognitivo requer tempo e energia. Se considerarmos apenas a intenção em ação, quando o tempo de ação se faz presente, nós não somos cognitivamente equipados para deliberar sobre qual curso de ação é mais eficaz e adequado adotar. Uma intenção futura e a atividade deliberativa estão estritamente relacionadas quando um agente delibera sobre quais meios específicos ele pode adotar de modo a executar seu plano e, por fim, agir intencionalmente. Sendo assim, a relação entre a intenção futura (intentar agir) e a intenção em ação (agir intencionalmente) é explicada pelos recursos da teoria de planejamento da intenção e da ação intencional.

O ceticismo sobre intenção futura está presente na tradição de filosofia da mente e da ação. Bratman elenca quatro teses que não tratam a intenção prévia como um *explanans* básico na explicação de uma ação intencional. (BRATMAN, 1987, p.15). O primeiro passo é adotar uma estratégia metodológica. A ordem de prioridade na explicação de uma ação intencional consiste, basicamente, em considerar a intenção *em* ação, ao invés de adotar, como movimento explanatório primário, a intenção prévia para a intenção em ação. A ação intencional consiste em agir intencionalmente e agir com uma certa intenção. Isso caracteriza a primeira tese da tradição, que Bratman chama de (1) *prioridade metodológica da intenção em ação*. Essa estratégia metodológica foi iniciada por Anscombe em sua monografia seminal *Intention*¹⁰. Anscombe argumenta, no início da sua monografia, que pode haver ação intencional sem nenhuma consideração sobre o futuro, i.e., um agente pode agir intencionalmente sem antes ter havido um estado de intentar. Agir intencionalmente é o caso básico para a teoria da ação tradicio-

¹⁰ Anscombe, Elizabeth, 2000, *Intention* (reprint), Cambridge, MA: Harvard University Press.

nal. Outros proponentes da tese (1), segundo Bratman, são Davidson¹¹ e Goldman¹². Uma intenção em ação é a forma mais básica para explicar uma ação intencional. Uma ação se torna intencional quando explicada por meio da intenção em ação. Essa primeira tese segundo a qual o que torna uma ação intencional é o fato de que ela foi realizada com uma intenção *em* ação nos leva à segunda tese, a saber, a relação da ação entre o que o agente *deseja* o que o agente *acredita*.

A segunda tese consiste no modelo desejo-crença da intenção em ação: (2) o modelo desejo-crença da intenção em ação explica uma ação intencional, ou uma ação realizada com uma intenção, em termos dos desejos e crenças do agente, e a relação entre aqueles estados mentais e a ação intencional. A segunda tese caracteriza a teoria de Davidson apresentada na segunda seção. A minha ação de ir pegar uma xícara de café para continuar escrevendo pode ser entendida e explicada tendo como referência o desejo que tenho de tomar café para permanecer acordado de modo a finalizar esta seção e a minha crença de que há café na garrafa e que a minha ação é um meio para alcançar o fim desejado. Nesse caso, a minha intenção é reduzida à razão primária que é constituída pelo par de eventos mentais *desejo* e *crença*. Bratman considera Anscombe, Davidson e Goldman como proponentes da tese (2). Anscombe, nesse caso, nega radicalmente que a relação entre uma razão e uma ação é um tipo de relação causal. Davidson e Goldman, por outro lado, afirmam que a relação entre uma razão e uma ação é causal. No entanto, esse não é um problema para a teoria de Bratman. O ponto é que eles, de alguma forma, aceitam a tese (2).

Uma vez que as teses (1) e (2) são tomadas como suficientes para explicar uma ação intencional, como podemos explicar uma intenção futura? A postura mais natural e imediata a ser adotada seria uma extensão ou derivação da intenção futura a partir da intenção em ação. Se podemos compreender e explicar de forma satisfatória agir intencionalmente e agir com uma intenção, a intenção futura pode ser explicada e abordada com os recursos conceituais já disponíveis nas teses (1) e (2). As duas teses em questão,

¹¹ Davidson, Donald, 2001, *Essays on Actions and Events*, Oxford: Oxford University Press.

¹² Goldman, Alvin, 1970, *A Theory of Human Action*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall

desse modo, nos levam à terceira tese, que Bratman chama de estratégia de extensão: (3) uma intenção futura é derivada de uma intenção em ação. Por exemplo, se tenho uma intenção futura para ir ao supermercado, essa intenção é apenas uma extensão temporal do meu desejo e da minha crença para a execução da minha ação intencional. Ao combinar as teses (2) e (3), i.e., que a intenção de um agente é reduzida aos seus desejos e às suas crenças e que a sua intenção futura é apenas uma extensão temporal daqueles estados mentais, somos levados à quarta tese: (4) a redução da intenção futura a desejos e crenças (BRATMAN, 1987, p.16-17). As teses (2) e (4) caracterizam o modelo desejo-crença, um modelo dominante na filosofia da ação cujo o principal proponente é Davidson.

Todavia, para Bratman, as teses (1) a (4) não são suficientes para explicar o fato que além de agentes que agem segundo seus desejos e crenças, nós planejamos ações continuadas e deliberamos sobre sub-intenções e meios específicos de ação em nosso raciocínio prático, ou seja, somos agentes planejadores que se engajam em ações temporalmente estendidas que são explicadas e entendidas por meio da noção de intenção futura e planos. A teoria da ação de Davidson tem apenas dois pontos explicativos que são insuficientes para explicar uma ação continuada que exige reajuste comportamentais em estados possíveis do mundo. O problema de insuficiência explicativa no modelo desejo-crença é solucionado ao considerar intenções futuras e planos parciais de ação como as atitudes proposicionais que não são reduzidas a desejos e crenças.

O ponto central da *suficiência explicativa* consiste em rejeitar as quatro teses acima apresentadas e inverter a ordem ao adotar a estratégia de *prioridade metodológica da intenção futura e planos* (BRATMAN, 1983, p.285-6). Ou seja, uma intenção futura, dado a passagem temporal, torna-se em intenção em ação, porém a ordem explicativa se inicia da intenção futura para a intenção em ação, não ao contrário. A partir dessa estratégia podemos entender e explicar uma ação intencional continuada a partir do estado de intentar realizar uma ação; tal estado se caracteriza a partir da intenção futura que, por sua vez, são elementos de planos. Bratman rejeita a prioridade metodológica dada às teses (1) e (3) para focar em planos sobre ações futuras. Ele também rejeita as conclusões que se seguem das teses (2) e (4) que, se-

gundo ele, caracterizam o modelo desejo-crença. Rejeitar todas aquelas teses caracteriza a teoria de planejamento da intenção.

3.2 *Intenções e Compromissos*

Uma noção importante que não é abordada pelas quatro teses e, sobretudo, pelo modelo desejo-crença, é a noção de compromisso, que possui uma relevância *explicativa* na teoria do planejamento da ação. No modelo desejo-crença, o aspecto racional de uma ação intencional consiste na razão primária para a ação, como na teoria de Davidson. Por exemplo, o meu desejo de malhar na academia e a minha crença de que ir à academia é uma forma de satisfazer a minha pró-atitude me fornecem uma razão que me move a agir de forma intencional. Ao mesmo tempo, o meu desejo de ficar em casa comendo chocolate junto com a minha crença de que posso satisfazer tal pró-atitude por ficar em casa me fornecem uma razão para não ir à academia. Um agente pode ter desejos incompatíveis, uma vez que tal pró-atitude não está submetida a compromissos, ao passo que um agente racional não pode ter intenções incompatíveis devido aos compromissos sob os quais elas estão submetidas. Na teoria davidsoniana da ação, o desejo é a pró-atitude fundamental para explicar por que um agente realizou uma certa ação. Nas quatro teses acima, a noção de compromisso não desempenha papel algum, ao passo que uma intenção futura implica um compromisso. O desejo fornece apenas parte da explicação e a noção de *compromisso* soluciona o problema de desejos incompatíveis.

Uma explicação clara sobre compromissos é, como Bratman sugere, uma das principais tarefas de uma teoria da intenção. O primeiro passo que ele adota é distinguir duas dimensões de compromissos. A primeira dimensão consiste na relação entre a intenção e a ação, denominada por Bratman de *dimensão volicional* do compromisso (BRATMAN, 1987, p.25). A pró-atitude destacada é a intenção. Uma pró-atitude é uma atitude mental para um certo fim que pode mover o agente, i.e., uma pró-atitude exerce uma influência motivacional junto com uma crença no desenrolar de uma ação. O exemplo de ir à academia acima apresentado ilustra a dimensão volicional do compromisso. O desejo de ir à academia está em conflito com o desejo

de ficar em casa comendo chocolate, e o agente não é culpado de irracionalidade. O desejo de ir à academia e o desejo de ficar em casa ambos podem influenciar a ação do agente. Em contraste, agora suponha que nesta manhã eu formei a intenção de ir à academia. O tempo de ação se aproxima e, mesmo que eu tenha o desejo de ficar em casa e todas as demais condições são normais (não começar a chover, eu não ser acometido por uma doença que me impossibilite de ir à academia), eu procedo de modo a executar a minha intenção de ir à academia em uma ação continuada. Este exemplo ilustra a diferença, no curso normal de eventos, do funcionamento da intenção como pró-atitude básica para uma ação intencional continuada e o funcionamento de desejos.

As intenções são, enquanto desejos não, pró-attitudes que controlam a conduta de um agente. Em contraste, desejos apenas influenciam a ação do agente. A dimensão volicional do compromisso envolvida em intenções futuras deriva do fato que as intenções controlam a conduta do agente. Se as minhas intenções futuras permanecem até o tempo da ação, e eu noto que o tempo da realização da ação está presente e nada interfere, a minha intenção irá controlar a minha ação. Como uma pró-atitude que controla a minha ação, a minha intenção envolve um compromisso especial com a realização da ação, ao passo que desejos não envolvem tal compromisso¹³. (BRATMAN, 1987, p.25-6)

A segunda dimensão de compromisso da intenção futura está relacionada também às funções da intenção futura e o intervalo temporal entre a formação inicial de tal intenção e a sua posterior realização na ação intencional. As funções da intenção futura constituem o que Bratman chama de *dimensão do raciocínio* do compromisso (BRATMAN, 1987, p.26). Dois pontos estão diretamente relacionados aqui. O primeiro ponto consiste no fato de que, uma vez que é formada, a intenção, dado o curso normal de eventos, estabelece um certo curso geral de ação. Se eu intento ir à academia, eu não continuarei a deliberar se irei ou não, pois a questão se irei já está estabelecida pela minha intenção de ir. Novamente, dado o curso normal de eventos, a minha intenção não é reconsiderada dado a sua caracte-

¹³ Intentions are, whereas ordinary desires are not, conduct-controlling pro-attitudes. Ordinary desires, in contrast, are merely *potential influencers* of action. The volitional dimension of the commitment involved in future-directed intention derives from the fact that intentions are conduct controllers. If my future-directed intention manages to survive until the time of action, and I see that the time has arrived and nothing interferes, it will control my action then. As a conduct-controlling pro-attitude my intention involves a special commitment to action that ordinary desires do not.

rística de *estabilidade*, como Bratman sugere. Isso não implica que a intenção seja irrevocável, mas dado que minha racionalidade prática está em seu pleno funcionamento, não tenho razões para alterar a minha intenção, e, quando o tempo da ação se aproxima, executarei a ação conforme as funções que a minha intenção exerceu no desenrolar da ação.

Voltemos à tese (4) acima, segundo a qual uma intenção futura é reduzida a desejos e crenças. A redução pode ocorrer devido à noção de extensão de desejos e crenças. Eu formei a intenção de ir à academia e, no passar do tempo, surgiu um desejo predominante para ficar em casa comendo chocolate. Neste ponto a minha intenção é incompatível com meu desejo. A minha intenção não pode ser reduzida ao desejo predominante, pois o desejo não está submetido a um compromisso e não possui as duas dimensões de compromissos, a saber, a dimensão volicional e a dimensão de raciocínio. Posso ter desejos incompatíveis. No entanto, quando adotamos a intenção como a pró-atitude fundamental, um agente não pode ter intenções incompatíveis. Uma intenção como uma pró-atitude que controla a minha conduta garante que, quando um desejo surge, ela irá definir restrições que irão controlar a minha conduta diante do desejo predominante assegurando, assim, a sua efetivação na execução da ação planejada e continuada. Em contraste, não parece claro que podemos pensar que desejos possam garantir e assegurar a ação diante de novos desejos predominantes. Portanto, a intenção futura não pode ser reduzida a desejos.

Uma intenção futura restringe as sub-intenções que devem ser consistentes e coerentes. Intenções são consistentes em um sentido *fraco* quando podem ser enquadradas em um plano geral que é internamente consistente. As intenções são consistentes em um sentido *forte* quando são consistentes com as *crenças* do agente e quando elas são enquadradas juntas em um plano geral que é consistente com as crenças do agente. As intenções estão submetidas a compromissos cujas duas dimensões nos ajudam a compreender a relação entre a intenção futura e a ação continuada e as suas funções de coordenar a sequência de atividades no desenrolar da ação.

3.3 Planos

Um plano também é uma pró-atitude que move o agente para uma certa ação. Um agente forma e cria planos para uma ação futura, e tais planos moldam, guiam e coordenam a sequência de condutas do agente para a realização da ação.

Uma ação intencional continuada é composta por um conjunto de sub-intenções e sub-planos que causam cursos de ações específicos que são os meios que um agente adota para o alcance da meta de um plano geral. Ao planejar uma ação, um agente se engaja em uma atividade deliberativa sobre os sub-planos a partir do raciocínio prático. Raciocinar sobre uma ação exige o reconhecimento de uma variedade de sub-planos e sub-intenções que são apropriadas ao plano geral. Ou seja, haverá um repertório de sub-planos e sub-intenções como meios específicos para o alcance do plano geral. Nesse caso, uma ação intencional continuada não consiste apenas em um evento, mas sim em um conjunto de eventos que são ajustados conforme a intenção e o plano gerais.

Segundo Bratman, seres humanos são agentes planejadores que possuem a capacidade de criar planos que coordenam e guiam a nossa conduta de modo a realizar uma ação futura. Dentre as características distintivas da ação humana (as demais são reflexão e ação temporalmente estendida, que foram discutidas na seção anterior) está a capacidade de planejar. Nesse sentido Bratman argumenta que

Enquanto agentes planejadores, nós possuímos duas capacidades centrais. Nós temos a capacidade para agir em busca dos nossos propósitos e fins; e também possuímos a capacidade para formar e executar planos. Esta última capacidade requer a primeira, mas podemos supor que a primeira poderia existir sem haver a última. De fato, é natural tratar muito animais não humanos como agentes que possuem apenas a primeira capacidade, e tratarmos os agentes humanos como agentes que possuem ambas as capacidades¹⁴. (BRATMAN, 1987, p.12)

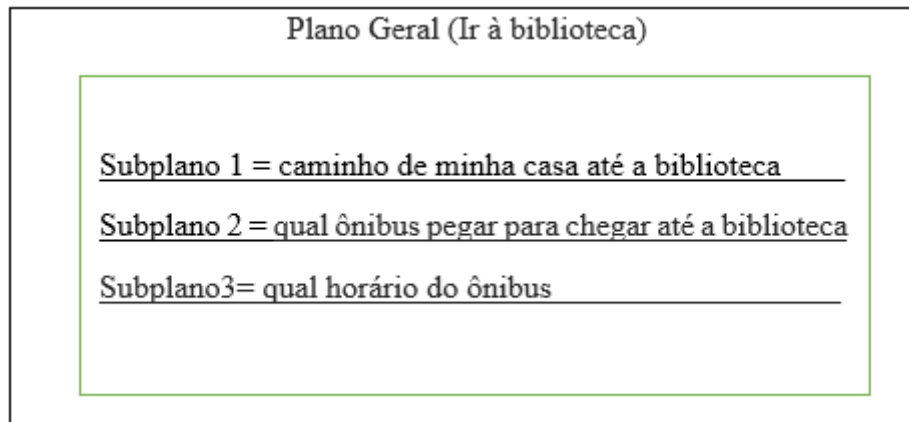
¹⁴ As planning agents, we have two central capacities. We have the capacity to act purposefully; and we have the capacity to form and execute plans. The latter capacity clearly requires the former; but it is possible to suppose that the former could exist without the latter. Indeed, it is natural to see many nonhuman animals as having only the former capacity, and to see our possession of both capacities as a central feature of the sort of beings we are.

A capacidade de planejamento exige recursos cognitivos tais como deliberação e reflexão que, segundo Bratman, não estão presentes nos demais animais. Mas o que está envolvido nessa capacidade de planejamento? O que significa ter um plano? Em seu primeiro artigo sobre a tese de planos¹⁵, Bratman definiu um plano como um estado da mente. Hoje formei um plano para ir à biblioteca ler a *Odisseia*. Eu formei e estabeleci esse plano como uma maneira de coordenar as diversas atividades, e.g, qual horário sair de casa, qual ônibus pegar de minha casa até a biblioteca, e assim por diante. Planos são, portanto, pró-attitudes que juntos com as crenças podem mover um agente. Diferentemente de desejos, um plano resiste reconsideração diante do curso normal de ação, pois assim pode exercer a sua função de organização e coordenação para a efetivação da ação.

Em primeiro lugar, planos são parciais (BRATMAN, 1987, p38). Um plano não especifica todos os cursos de ação em todas as situações possíveis, e.g., meu plano para ir à biblioteca não especifica quais cursos de ação específicos devo tomar em caso de uma eventual tempestade. Isto é, um plano não se mantém diante de qualquer situação *possível* devido à sua parcialidade. No entanto, o plano geral é mais estável que os sub-planos devido ao fato de que o plano geral se mantém em vários estados possíveis do mundo. A robustez modal do plano geral é mais estável que a robustez modal dos sub-planos. Um plano possui estabilidade no curso normal de eventos. Meu plano para ir à biblioteca, *ceteris paribus*, especifica e restringe as sub-intenções e os sub-planos que precisam ser realizadas antes do tempo da ação. Por exemplo, se o caminho de minha casa até a biblioteca é a rua A, porém a rua A está interditada devido a um acidente, o meu plano geral ainda se mantém e reajusta os meus novos sub-planos e sub-intenções para a continuação da ação continuada. Nesse caso, os sub-planos precisam ser reajustados conforme o plano geral em novas situações possíveis, i.e., os novos sub-planos e as novas sub-intenções possuem uma robustez modal que está submetida à robustez modal mais estável de um plano geral. Podemos afirmar que um plano geral consiste em um espaço de possibilidades que cobre

¹⁵ Bratman, Michael, 1983, "Taking Plans Seriously", *Social Theory and Practice*, Vol. 9, Nos. 2-3: 271-287

um conjunto de situações possíveis e sub-planos. O seguinte esquema ilustra como funciona a robustez modal de um plano geral.



Por exemplo, suponha que o ônibus que me leva da minha casa até a biblioteca está com problemas no motor. Nesse caso, o plano geral ainda se mantém, mesmo que os sub-planos 2 e 3 precisam ser reajustados conforme o plano geral. Nesse caso, eu preciso ajustar os sub-planos ou até mesmo criar novos sub-planos, e.g., ir de táxi. A parcialidade de um plano está relacionada com a sua robustez modal.

Planos são parciais devido a duas razões. A primeira razão consiste em nossa limitação cognitiva, pois não parece razoável imaginar que possuímos capacidades cognitivas que processam todos os possíveis eventos que irão acontecer no futuro. A segunda razão está estritamente relacionada à primeira e consiste nas contingências mundanas. Como somos agentes que fazem parte e contemplam os eventos mundanos, o mundo é composto por vários eventos possíveis que podem se modificar de formas que não podemos prever. Devido a isso, Bratman adverte que planos plenos, i.e., planos altamente especificados, além de exigir alto dispêndio cognitivo, são de pouca importância. Nenhum agente sequer se engajaria em planejar, de forma plena, tudo o que ele irá fazer no futuro. As contingências mundanas exigem ajustes e reajustes comportamentais de modo que o plano inicial seja efetuado. O ponto importante, nas condições normais do curso normal de eventos, é que um agente tenha um plano inicial e parcial que é necessário e que será preenchido à medida que o tempo passa e que possui uma certa robustez modal em vários estados possíveis. Essa característica de planos, além de estar relacionada à dimensão de raciocínio, ajuda a reafirmar o pa-

pel que a deliberação exerce e a sua relação temporal com a ação (BRATMAN, 1987, p.39).

Em segundo lugar, planos possuem uma estrutura hierárquica. O plano inicial e geral envolve sub-planos. Um plano que possui um fim envolve sub-planos sobre meios e passos preliminares, assim como uma intenção futura envolve intenções mais específicas (BRATMAN, 1987, p.38). A estrutura hierárquica de um plano nos permite manter a estabilidade do plano inicial enquanto deliberando sobre sub-planos e meios. Aqui, novamente, podemos notar a robustez modal de um plano geral em vários estados possíveis do mundo. Minha intenção e meu plano gerais envolvem sub-intenções e sub-planos. O processo de deliberação é aplicado apenas às subestruturas do plano geral. Por exemplo, ao definir um plano, o agente já toma certos fins como estabelecidos e fixos, e irá deliberar apenas sobre os cursos e meios mais específicos de ação, e.g, tenho um plano para viajar para o litoral do nordeste, e delibero sobre qual companhia aérea irei pegar, qual dia do voo, qual horário, etc. A parcialidade de planos é essencial para a nossa capacidade deliberativa e o controle que a intenção exerce nas dimensões volicional e de raciocínio do compromisso. Nosso raciocínio prático tem como principal função deliberar da intenção prévia e primária a intenções mais específicas que envolvem cursos mais específicos de ação.

Além das características de parcialidade e hierarquia, Bratman propõe a tese de que planos estão submetidos a tipos de restrições que os distinguem como pró-attitudes especiais e que são irreduzíveis a meros desejos e que fornecem respaldo de modo que planos exerçam suas funções de coordenação de atividades e deliberação no desenrolar da ação (BRATMAN, 1987, p.39). Em primeiro lugar há restrições de consistência. Para coordenar as atividades na passagem do tempo, um plano deve ser, Bratman afirma, *internamente consistente*, i.e., um plano geral precisa ser consistente com seus constituintes, a saber, intenções e sub-planos. Um plano que coordena as minhas atividades, além de ser internamente consistente, precisa ser consistente com as minhas crenças. Este último tipo de restrição é o que Bratman chama de forte consistência segundo a qual os meus planos são fortemente consistentes com as minhas crenças. Por exemplo, quando planejo sair de casa para ir ao cinema e acredito que a rua A é o caminho para

chegar ao cinema, e não a rua B (assumindo que esta de fato é o caminho certo). Este plano não é consistente nem com seus sub-planos nem com minhas crenças, o que prejudicaria a sua função de coordenação e, portanto, seria um plano inviável.

Em segundo lugar, há uma restrição de coerência meios-fins. Como vimos acima, planos são parciais e são preenchidos à medida do tempo por sub-planos e sub-intenções. De modo que meu plano inicial de ir ao cinema seja efetivado, há um conjunto de sub-planos e sub-intenções sobre como chegar lá, e.g., como chegar lá (bicicleta, ônibus, carro); caso escolha ir de ônibus, preciso deliberar sobre qual horário do ônibus, qual ônibus me leva de minha casa até lá etc. Se eu formar um sub-plano de pegar um ônibus que me leva para outro local (para um bar), esse sub-plano não é coerente com meu plano inicial. Dado à parcialidade de planos, essa restrição não exige que o meu plano e sub-planos especifiquem todos os cursos de ação em todos os detalhes. No entanto, é necessário que haja uma abstração do plano geral que seja coerente com os meios utilizados para alcançar um determinado fim (BRATMAN, 1987, p.40).

Dadas as discussões acima, Bratman propõe uma separação estipulativa entre humanos como agentes planejadores e os demais animais não-humanos como agentes não planejadores, embora agentes num sentido rudimentar do termo, segundo o qual agem apenas de modo a satisfazer seus desejos e crenças sobre o mundo. Sobre esse ponto Bratman está errado.

4. Os Animais Não-Humanos São Agentes Planejadores?

Como apresentado na seção anterior, Bratman propõe três aspectos característicos da ação humana, a saber, reflexão e deliberação sobre intenções, capacidade de planejamento, e ação temporalmente estendida. Além disso, o raciocínio prático de agente planejadores parece ser típico à espécie humana, segundo Bratman, pois tal processo cognitivo recebe intenções futuras como inputs para configurar outras intenções derivadas de modo a causar uma ação continuada e planejada. Essas intenções estão submetidas a compromissos, como vimos acima. Os planos, que são constituídos por intenções, também possuem um caráter normativo e estão submetidos a restri-

ções de consistência e coerência. Tais restrições são fundamentais para entender o caráter holístico de planos, pois um plano deve ser consistente com outros sub-planos e com as crenças do agente, assim como devem ser coerentes entre os sub-planos que são os meios e passos preliminares para o preenchimento de um plano geral e sua subsequente efetivação. Assim, Bratman conclui que, enquanto agentes planejadores, nós possuímos duas capacidades fundamentais. Nós temos a capacidade de agir para metas, e temos a capacidade de formar e executar planos. Essa última capacidade exige a primeira, no entanto, como Bratman sugere, é razoável supor que a primeira possa existir sem a última. Sendo assim, Bratman conclui que os animais não-humanos possuem apenas a primeira capacidade, ao passo que a nossa posse de ambas as capacidades, sobretudo a segunda, é uma característica central de agentes planejadores e que nos torna peculiar no mundo.

Bratman afirma que a ação humana se caracteriza, sobretudo, por nossa capacidade de formar e executar planos de ação e que os animais não-humanos agem apenas para alcançar certos fins, a saber, alcançar a satisfação de desejos por meio do alcance de metas. As razões de uma ação planejada, como Bratman parece sugerir, são distintas das razões de uma ação realizada por animais não humanos. Animais não-humanos podem agir por razões práticas em uma ação continuada? A resposta é positiva. Ou seja, animais podem se engajar em uma atividade de planejamento de uma ação continuada? Novamente, a resposta é positiva. A atividade cognitiva de planejamento parece existir em algum *grau* nas ações de outros animais, e não parece ser única à espécie humana. Animais não-humanos podem ocupar ilhas de racionalidade prática nas quais um agente realiza uma ação intencional por razões práticas que a justificam e a tornam racional e intencional (HURLEY, 2006, p.108).

Animais não-humanos agem por razões práticas. É uma controvérsia se a capacidade de planejar ações é uma adaptação humana única. Em um estudo envolvendo primatas não-humanos, Mulcahy & Call (2006) investigaram por meio de experimentos a possibilidade de haver a capacidade de planejamento em algum grau nesse grupo de animais. O experimento consistia em avaliar a capacidade de planejamento do uso futuro de ferramentas para a obtenção de comida. Os agentes não-humanos do experimento manti-

veram uma ferramenta apropriada como um meio para obter a comida em um intervalo temporal, i.e., eles consideraram a ferramenta como um meio para alcançar uma meta posterior em uma ação continuada. A ferramenta possuía uma utilidade apenas como um meio em relação a comida. O experimento é o seguinte. Alguns primatas não humanos aprenderam a usar algumas ferramentas como meios para obter comida em uma sala onde ocorria o experimento. Após alguns minutos, os primatas foram retirados da sala de experimento e levados para uma sala de espera onde não tinham acesso às ferramentas. Uma hora depois, os primatas voltaram à sala de experimento e tiveram acesso às ferramentas por meio das quais eles poderiam obter a recompensa. Os sujeitos tiveram de selecionar a ferramenta apropriada da sala de experimento, mantê-la durante uma hora na sala de espera e voltar à sala de experimento com a ferramenta apropriada para obter a recompensa (MULCAHY & CALL, 2006, p.138).

Os agentes não-humanos nesse experimento planejaram uma ação continuada em termos de uma intenção prévia e um plano geral, a saber, obter a comida, e ajustar as sub-intenções e os sub-planos, por exemplo, qual ferramenta é mais apropriada a ser utilizada na ação posterior na sala de teste. A demanda de consistência de planos, a saber, que um plano geral seja consistente com as crenças do agente, e.g., a crença que a comida pode ser obtida na sala de espera por meio de uma ferramenta, pode ser notada nesse caso. A demanda de coerência meios-fins de planos segundo a qual um plano geral para uma ação continuada seja coerente entre os sub-planos também está presente nesse caso, e.g., quando um dos agentes pega uma ferramenta apropriada e a retém por um intervalo temporal para a efetivação da ação posterior. O uso futuro de ferramentas por primatas não-humanos, considerando a teoria de ilhas de racionalidade prática de Hurley (2006), permite-nos rejeitar a separação proposta Bratman entre humanos enquanto agentes planejadores e animais não-humanos como agentes não planejadores.

Hurley argumenta que agir por razões não exige habilidades conceituais quando consideramos apenas as razões práticas e as intenções ao invés de crenças e razões teóricas. Ela argumenta que as razões práticas para uma ação estão situadas no espaço das razões, e o espaço das razões é o espaço

da ação e não o espaço da teorização e de inferências conceitualizadas (HURLEY, 2006, p.108). O espaço das razões, agora visto como o espaço da ação, precisa ser estendido a animais não-humanos para compreendermos e explicarmos as suas ações como realizadas intencionalmente, i.e., como ações realizadas por razões práticas. Hurley sugere que há ilhas de racionalidade prática nas quais as razões para uma ação são contextuais e isentas de habilidades conceituais e que essas razões não se estendem para outras dimensões, pois não há um espaço contínuo das razões mas sim ilhas de racionalidade prática. Os animais não-humanos operam e agem nessas ilhas de racionalidade prática e não em um espaço contínuo de razões (HURLEY, 2006, P.133).

Seguindo Hurley, argumentamos que animais não-humanos, como no experimento acima demonstrado, podem ser agentes planejadores que agem em ilhas de racionalidade prática. A tese principal de Hurley, uma nova leitura do espaço das razões como um espaço da ação e que funciona em ilhas contextuais a partir da perspectiva de um agente, permite-nos rejeitar a separação proposta por Bratman entre agentes planejadores (humanos) e agentes não planejadores (animais não humanos).

Agir por razões aqui pode ser entendido sob duas perspectivas. A primeira consiste em agir por razões dentro do modelo desejo-crença. Davidson argumenta que um animal não pode agir intencionalmente, pois para tanto, um animal precisa ter um conceito de crença¹⁶. Por outro lado, um agente pode agir por razões que são fornecidas pelas intenções do agente, de acordo com a teoria de planejamento da intenção.

Como proposto na seção anterior, tratamos a teoria de Bratman como uma extensão da teoria de Davidson. A teoria davidsoniana oferece apenas parte da história na explicação intencional da ação, ou seja, tem apenas dois pontos que não são suficientes para explicar uma ação continuada. A teoria da intenção de Bratman é uma extensão do modelo davidsoniano que nos permite explicar uma ação continuada e planejada, uma vez que uma intenção é tratada como um estado mental distinto que tem funções no raciocínio prático para a configuração de novas sub-intenções que são im-

¹⁶ DAVIDSON, D, 1975, 'Thought and Talk', in S. Guttenplan (ed.), *Mind and Language*, Oxford: Oxford University Press, reprinted in Davidson 2001b; (1982a), 'Rational Animals', *Dialectica*, 36: 318–27; reprinted in Davidson 2001c.

portantes no desenrolar da ação continuada. As razões de uma ação planejada, como Bratman parece sugerir, não estão disponíveis a animais não-humanos. Nesse ponto Bratman está errado, pois agir por razões não é uma capacidade única à nossa espécie. Um agente não-humano pode agir por razões em ilhas contextuais de racionalidade práticas. Além disso, um agente não-humano pode se engajar em uma atividade de planejamento de uma ação continuada, como demonstrado no experimento acima. Considerando a ação intencional como um gênero e o uso de ferramentas como uma espécie daquele gênero, os primatas não-humanos do experimento acima se engajaram em uma ação intencional continuada ao guardar as ferramentas para o uso futuro. Isso sugere que animais não-humanos possuem, em algum grau, a capacidade de planejamento de ação intencional.

Não apenas primatas não-humanos, mas também outros animais podem se engajar em planejamento de ação continuada e agir por razões. Godfrey-Smith (2016), estudando o comportamento de polvos, notou que os polvos são excelentes navegadores. Eles se engajam em atividades que exigem certas complexidades comportamentais, por exemplo procurar comida. Ao procurar comida, os polvos tomam caminhos distantes e longos e, eventualmente após encontrar a fonte de comida, voltam às suas tocas. O engajamento nesse tipo de atividade em caminhos distantes do seu ambiente exige um certo tipo de planejamento de qual rota adotar para obter comida, e, além disso, a fuga de eventuais predadores nos sugerem que polvos também agem por razões em uma ação continuada (GODFREY-SMITH, 2016, p.74-75). Podemos afirmar que esse é um caso *básico* de uma ação continuada planejada. No caso de uma ação humana, é claro que essa habilidade se torna mais explícita e sofisticada, no entanto, o fato de ela ser mais explícita e sofisticada não nos autoriza a afirmar que animais não-humanos não são agentes planejadores. Por exemplo, tenho a intenção e o plano para ir ao supermercado comprar cerveja. Nesse caso, as minhas sub-intenções e sub-planos precisam ser ajustados à intenção futura e ao plano geral, i.e., qual rota é mais segura e mais rápida de minha casa ao supermercado, e assim por diante. O ponto é que a passagem da intenção futura para a intenção em ação, que caracteriza a proposta de prioridade metodológica da intenção prévia de Bratman, não é típica de nossa espécie.

A ideia geral portanto é expandir a teoria de Bratman para outros animais em seus ambientes específicos de ação. Nós podemos explicar as ações de outros animais por meio da atribuição de razões no espaço da ação, pois o nível animal, como Hurley nos sugere, emerge como um arquipélago do oceano de causas (HURLEY, 2006, p.113). Isso sugere dois pontos. Primeiro, Bratman está certo ao adotar a teoria de planejamento para explicar ações que se estendem temporalmente. Em segundo lugar, Bratman está errado ao afirmar que apenas humanos possuem a capacidade de criar e executar planos, pois, como argumentado acima, a capacidade de planejamento existe em algum grau em outras espécies de animais.

5. Considerações Finais

Na primeira seção foi apresentada, de forma geral, a teoria da ação causal de Davidson, segundo a qual um agente realiza uma ação por meio da razão primária, que é constituída por um desejo e uma crença. Davidson trata o desejo como a pró-atitude fundamental em uma ação e reduz uma intenção à razão primária. Como argumentado na terceira seção, a teoria de Davidson sofre de insuficiência explicativa no sentido de que desejo fornece apenas parte da explicação de uma ação intencional continuada.

Tentamos solucionar esse problema através da teoria de planejamento de intenção proposta por Bratman. Segundo Bratman, uma intenção é um estado mental distinto e irreduzível a desejos e crenças. Na teoria de Bratman, uma intenção é a pró-atitude fundamental que move um agente a realizar uma certa ação. Uma intenção está submetida a compromissos que a tornam distinta de desejos. Uma intenção é um constituinte de um plano de ação. Um plano, além de também estar submetido a compromissos, possui os traços de parcialidade e hierarquia. Esses traços estão relacionados com a dimensão volicional e a dimensão de raciocínio dos compromissos. A ideia geral, então, é tratar a teoria de Bratman como uma extensão da teoria de Davidson.

A tese central da teoria da ação individual de Bratman consiste na construção de intenções e planos de ações intencionais. Ações intencionais continuadas demandam uma teoria que reconheça as funções e os papéis que

as intenções e os planos desempenham no desenrolar de ações intencionais, tanto individuais quanto coletivas.

Referências

ANSCOMBE, Elizabeth, 2000, *Intention* (reprint), Cambridge, MA: Harvard University Press.

BRATMAN, Michael, 1983, "Taking Plans Seriously", *Social Theory and Practice*, Vol. 9, Nos. 2-3: 271-287

—1984, "Two Faces of Intention", *Philosophical Review*, 93: 375–405; reprinted in Mele 19

—, 1987, *Intention, Plans, and Practical Reason*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

—, 1999, *Faces of Intention: Selected Essays on Intention and Agency*, Cambridge: Cambridge University Press.

—, 2006, *Structures of Agency*, Oxford: Oxford University Press.

DAVIDSON, Donald, 2001, *Essays on Actions and Events*, Oxford: Oxford University Press.

—, 2004, *Problems of Rationality*, with introduction by Marcia Cavell and interview with Ernest Lepore, Oxford: Clarendon Press.

DRETSKE, F., 1988, *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*, Cambridge, MA: MIT/Bradford.

EVNINE, Simon, 1991, *Donald Davidson*, Cambridge: Polity Press.

GODFREY-SMITH, Peter. *Other Minds: The Octopus, the Sea, and the Deep Origins of Consciousness*, William Collins, 2016.

GOLDMAN, Alvin, 1970, *A Theory of Human Action*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

HURLEY, S.L (2003a), "Animal Action in the Space of Reasons", *Mind and Language*, 18:231-256

———, (2006). *Making sense of animals*. In S. Hurley & M. Nudds (Eds.), *Rational animals?* (pp. 139-171). New York, NY, US: Oxford University Press.

MULCAHY, N, J. & CALL, J. (2006). *Apes Save Tools for Future Use*. *Science* (New York, N.Y.). 312. 1038-40. 10.1126/science.1125456.

LEPORE, Ernest and Brian McLaughlin (eds.), 1985, *Actions and Events: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*, Oxford: Basil Blackwell.

PERINI-SANTOS, Ernesto: A Second Naturalization for a Second Nature. In: Sanguinetti, F ; Abath, A.. (Org.). *Studies in German Idealism*. 1ed.: Springer International Publishing, 2018, v. , p. 177-192.

——, Conteúdo não conceitual, holismo e normatividade. *Kriterion* (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 110, p. 238-263, 2004.

LA SITUACIÓN DE LOS *SLURS*

On the situation of slurs

Sofia Checchi¹

RESUMEN

La bibliografía reciente sobre *slurs* se enfrentó a un problema de clasificación. Díaz Legaspe (2018) ofreció una nueva taxonomía: “marginales” (*out-group*) y normalizantes. El primer subgrupo engloba los *slurs* que no dependen fuertemente del contexto y uso, correferentes con contrapartes neutras. Esto posibilita que no haya diferencias en términos de condiciones de verdad entre enunciados que contengan un *slur* y aquellos que incluyan su contraparte neutra. Los normalizantes se distinguen por su restricción referencial: su referencia es inferior cuantitativamente a la de su contraparte neutra, y esto impacta en sus condiciones de verdad. El presente trabajo dará una explicación de la restricción referencial desde la semántica situacional de Barwise y Perry. Esta teoría da cuenta de la sensibilidad contextual de los *slurs* normalizantes, en tanto la situación de referencia contiene las normas sociales vigentes. Los rasgos de la situación de emisión serán decisivos para determinar la situación focal, *i. e.*, la referencia.

Palabras clave: *Slurs*. Referencia. Contexto. Semántica situacional.

ABSTRACT

Recent bibliography on group pejoratives has faced a classification problem. Díaz Legaspe (2018) offered a new taxonomy: out-group and normalizing slurs. The first subgroup includes slurs that do not depend strongly on context or use and co-refer with neutral. This guarantees that there are no differences concerning the truth conditions among statements that contain a slur and those which include its neutral counterpart. Normalizing slurs are distinguished by their referential restriction –the reference of these terms is quantitatively inferior to the one of their neutral counterparts, and this affects the truth conditions of these slurs. The present article provides an explanation to referential restriction from Barwise & Perry’s situational semantics. It is a proper model to account for the contextual sensitivity that normalizing slurs show, given that the reference situation contains the prevailing social norms. The features of the utterance situation will be decisive in order to determine the focal situation, *i. e.*, the reference.

Keywords: Slurs. Reference. Context. Situation semantics.

¹ Universidad de Buenos Aires.

E-mail: sofia.checchi@hotmail.com. ORCID: [0000-0003-4262-9192](https://orcid.org/0000-0003-4262-9192).

1. Introducción

En los últimos años, los términos peyorativos de grupo o *slurs*² han revestido un creciente interés dentro del campo de estudio de la filosofía del lenguaje. Cepollaro y Thommen (2019) describen el fenómeno de la siguiente manera:

Natural languages have certain pejorative predicates that target groups or individuals on the basis of properties such as their ethnicity, gender, sexual orientation, and the like. Utterances of such expressions typically evoke strong emotional reactions in bystanders and targets, whereas standard predicates usually do not. (CEPOLLARO; THOMMEN, 2019)³

Los análisis se han multiplicado y sofisticado en diferentes direcciones, atendiendo a aspectos semánticos, pragmáticos, sociales, y culturales. Frutos de estas investigaciones han sido dos consideraciones centrales en pos de aproximar el funcionamiento y carácter del objeto, a saber: i) el grado de impacto que supone el uso de un *slur* en las condiciones de verdad del enunciado que lo contiene, y ii) la identificación de tendencias en función de las particularidades del grupo al que está dirigido (o grupo *target*), la fuerza derogatoria, la ofensa, y demás factores que co-ocurren en el uso de un *slur*.

La primera de estas consideraciones ha dividido las aguas para quienes abordan este fenómeno desde una perspectiva semántica. Por un lado, una de las propuestas sostiene que la contribución que el uso de un *slur* hace a las condiciones de verdad de un enunciado es nula, ya que distingue, en el análisis, dos tipos de contenido asociados a ese término: uno puramente expresivo y una contraparte neutra, no peyorativa, que correponde con el *slur*. Por otro lado, existen líneas de análisis que no abogan por esta separación de contenido, y mantienen que o bien hay razones por las cuales en determinados casos es difícil o imposible encontrar contrapartes neutras para los *slurs*, o bien analizan el fenómeno bajo una luz más vinculada al vértice so-

² Es menester advertir que a lo largo de este artículo se hará mención de términos peyorativos en ejemplificaciones y estipulaciones teóricas, pero que la autora no respalda, aprueba, ni comparte las actitudes y creencias en las que se cimenta su uso y la representación de los grupos en cuestión.

³ “Los lenguajes naturales tienen ciertos predicados peyorativos que se dirigen a grupos o individuos en función de propiedades tales como su etnia, género, orientación sexual, y similares. Emisiones de tales expresiones típicamente evocan reacciones emocionales fuertes entre las personas presentes y sus objetivos, mientras que los predicados estándares no lo hacen” (las traducciones son mías).

cial y cultural en donde la posible separación no tiene lugar (Hom y May, 2018): en concreto, sus análisis coinciden en que el impacto del uso de un *slur* en las condiciones de verdad de un enunciado es pleno, y acarrea consecuencias directas en el análisis y la evaluación.

Estas dos son las posturas principales, pero a partir de ellas han surgido versiones matizadas. Una de particular relevancia y atractivo es la de Díaz Legaspe (2018), que disecciona las tesis principales de los argumentos centrales de ambas posturas para explicar así una taxonomía basada en el alcance y tipo de referencia de los *slurs*. Captura así la segunda consideración expuesta previamente, en tanto presenta un modelo operativo de clasificación de dos tendencias.

En el presente trabajo se expondrá el sistema de Díaz Legaspe, basado en la restricción referencial, para dar cuenta de que esta propuesta es compatible con el marco de análisis de la semántica situacional. Las consideraciones teóricas esbozadas por Barwise y Perry en su libro fundacional, *Situation and Attitudes* (1983), contemplan mecanismos que actúan de manera propicia para complementar la propuesta de Díaz Legaspe, ya que mantienen los criterios de aplicación de cada uno de los tipos.

2. Tesis de la contraparte neutra

Desde Kaplan (1999), la posibilidad de que una parcialidad del significado de determinados términos formara parte de una nueva dimensión semántica cobró fuerza en los estudios sobre expresividad. Fue particularmente influyente en las teorías neogriceanas que se focalizaron en sofisticar la noción de implicatura convencional, a saber: Potts (2005, 2007), McCready (2010), Gutzmann (2015), entre otros.

El tratamiento que han recibido los términos peyorativos dentro de esta corriente ha sido consistente. Lo que se sostiene desde Grice (1975) es que en el caso de las implicaturas convencionales existe un significado que no es eminentemente pragmático ni veritativo-funcional, pero que está asociado al significado convencional del término. Esta doble contribución se tradujo en un modelo de análisis de dos dimensiones: una correspondiente al significado veritativo-funcional, y la otra al expresivo o convencionalmente

implicaturado. La primera de ellas es la ya aludida contraparte neutra, cuya función e importancia ocupa un lugar central en las propuestas de análisis de *slurs*.

Díaz Legaspe propugna dos tesis para sintetizar el peso de la contraparte neutra en las dos corrientes principales:

[*Application Neutral Counterpart Thesis*]: For every slurring expression e there is an (actual or potential) neutral counterpart NC_e such that NC_e 's correct application criteria are identical to e 's correct application criteria.

[*Referential Neutral Counterpart Thesis*]: For every slurring expression e there is an (actual or potential) neutral counterpart NC_e such that the class of individuals referred to by NC_e 's (call it $\{NC_e\}$) is identical to the class of individuals referred to by e . (DÍAZ LEGASPE, 2018, p.2)⁴

La primera de ellas (en adelante, ANCT) le otorga una importancia moderada: lo que comparte el *slur* con una contraparte potencial o real son únicamente sus condiciones de aplicación. La segunda (en adelante, RNCT), en cambio, sostiene que el solapamiento se extiende incluso a la referencia. En concreto, el *slur* y su contraparte neutra son veritativo-funcionalmente intercambiables: lo único que aporta el uso de un *slur* es un matiz expresivo, una variación en la fuerza peyorativa. Esta fuerza peyorativa es la carga semántica inherente al *slur* según RNCT, que se condice con el comportamiento en la descripción general de *slur* de Cepollaro y Thommen expuesta previamente.

ANCT es universalmente aceptada. Según Díaz Legaspe, captura la intuición básica de que usar un *slur* dirigido hacia una o varias personas que no pertenezcan a la clase referencial comprendida por la contraparte neutra cuenta como una falla de competencia lingüística o epistémica. RNCT, por su parte, ha presentado una serie de problemas, de los cuales se detallarán dos a continuación.

En primer lugar, existen casos en los que la sustitución de un *slur* por su contraparte neutra resulta contraintuitiva o problemática. Un ejemplo

⁴ “Tesis de la Aplicación de la Contraparte Neutra: Para toda expresión slur e hay una contraparte neutra (real o potencial) NC_e tal que los criterios de aplicación correcta de NC_e son idénticos a los criterios de aplicación correcta de e .

Tesis de la Referencia de la Contraparte Neutra: Para toda expresión slur e hay una contraparte neutra (real o potencial) NC_e tal que la clase de individuos a los que se refiere con NC_e (llámese $\{NC_e\}$) es idéntica a la clase de individuos a la que se refiere con e .”

clásico que valida esta visión es una sentencia extraída de un monólogo del comediante Chris Rock:

(1) I love black people, but I hate niggers.

Amo a la gente negra, pero odio a los negros.

Si aquí reemplazáramos el *slur* por su contraparte neutra, el resultado sería un enunciado contradictorio. Las condiciones de verdad de este enunciado reformulado definitivamente no serían equivalentes a las del enunciado original. Llevado hasta las últimas consecuencias, incluso ANCT fallaría: los criterios de aplicación de las dos expresiones parecen diferir. Lo que apunta Díaz Legaspe —que resulta más evidente aún cuando se considera el monólogo completo— es que el grupo *target* del *slur* no es concomitante con la clase referencial a la que se asocia normalmente, sino que se trata de una porción menor a su interior. Es decir, si consideramos esa clase referencial como un conjunto, en el ejemplo de Chris Rock el *slur* estaría dirigido a un subconjunto dentro de esa clase. A su vez, dadas las condiciones de esta emisión, se puede observar que el uso de *the N-word* es más cercano a un uso figurativo que a un uso literal, lo que de hecho refuerza la intención de seleccionar un sub-grupo del grupo *target*, estrechamente ligado al efecto cómico al que pueda dar lugar.

En segundo lugar, Ashwell (2016) ha presentado algunos casos de *slurs* en los cuales es difícil o imposible hallar una contraparte neutra. En especial, este escollo resulta saliente en los *slurs* vinculados a la discriminación por género. *Bitch*, *sissy* y *shut* son los ejemplos que ella analiza con más detenimiento: parafrasear cada uno de ellos por términos derogatoria y normativamente neutrales y equivalentes es una tarea condenada al fracaso. ANCT, estima Díaz Legaspe, puede aplicarse en su articulación negativa (solo las mujeres podrían ser llamadas *puta* —y, en el ejemplo de Chris Rock, solo los afroamericanos podrían ser llamados *the N-word*—), pero no a la inversa, en su articulación positiva (no es verdadero que *todas* las mujeres podrían ser correctamente llamadas *puta*, ni —como expresa el mismo ejemplo— tampoco es verdadero que se pueda llamar correctamente a todos los afroamericanos por *the N-word*).

Tras demostrar que, según su visión, la propuesta de la contraparte nuestra resulta insuficiente para explicar estos casos, Ashwell postula una

nueva manera de contemplar el fenómeno de los *slurs* en su conjunto: lo que se encuentra a la base del criterio de aplicación no es una paráfrasis menos expresiva, sino una o varias normas o estándares sociales impuestos sobre el grupo *target*. La fuerza derogatoria, entonces, surge del incumplimiento o la desviación por parte de ese grupo con respecto a esa(s) norma(s) que el hablante usuario del *slur* le aplica al *target*. El *slur* evidencia una sanción social o la marginalización de un grupo cuyo comportamiento no coincide con lo que se espera de él.

Del señalamiento de la aplicación positiva y negativa de ANCT se desprende que la consideración de Díaz Legaspe de este segundo problema es similar a la del primero: más allá del elemento que defina al grupo *target* —la co-rreferencia total o el comportamiento “inadecuado”—, subsiste el hecho de que la aplicación del *slur* se realiza correctamente sobre un subgrupo cuantitativamente menor a la clase referencial general a la que podría hacer referencia. Según ella, lo que distingue a estos *slurs* de aquellos en los que resulta más sencillo encontrar una contraparte neutra (por ejemplo, los de tipo demográfico, como *bolita* o *sudaca*) es, primordialmente, una restricción referencial: el hecho de que el *slur* refiera a un subconjunto de la clase referencial.

3. La taxonomía de Díaz Legaspe

En la sección anterior se repusieron las dos tesis sobre las que descansan las principales corrientes de análisis de los *slurs*, conjuntamente a dos posibles problemas que emergen en su aplicación a casos específicos. Hacia el final se mencionó que, más allá de estos casos, la generalidad de los *slurs* que suelen ser objeto de análisis de los defensores de RNCT no presentan las mismas complicaciones: cuando el grupo *target* está delimitado, por ejemplo, por su localización demográfica, lo habitual es que las contrapartes neutras exhiban los mismos criterios de aplicación que los *slurs*. *Bolita* se aplicará correctamente en los casos en que el hablante que lo emita sienta desprecio por una persona nacida en Bolivia, es decir, por un/a boliviano/a.

Frente a esta multiplicidad de casos y sus particularidades, se impone una toma de decisión metodológica. Como se describió en la introducción, incluso las caracterizaciones mismas de qué es un *slur* y qué no lo es difieren entre teorías y autores, por lo que una de las posibles estrategias podría consistir en priorizar un tipo y explicar el otro en términos de otro fenómeno. Sin embargo, perviven a través de todos los ejemplos las condiciones básicas puestas en palabras de Cepollaro y Thommen: expresan una fuerza peyorativa hacia grupos con propiedades específicas, y suscitan reacciones emocionales fuertes entre quienes no los usan. Lo más adecuado parece, entonces, asumir, más que una distinción ontológica, una clasificación de distintos tipos de *slurs* al interior de la clase.

Esta es la tarea que emprende Díaz Legaspe. A grandes rasgos, postula dos tipos básicos: por un lado, los *slurs* normalizantes (*normalizing*) y, por el otro, los *slurs* “marginales” (*out-group*). La diferencia central entre ellos es la opcionalidad o no de la restricción referencial: en los normalizantes (*puta*, *maricón*, etc.) esta restricción es necesaria, mientras que en los “marginales” (*bolita*, *villero*, etc.) es meramente opcional. La intención de base es la de dar cuenta de los casos de Ashwell poniendo de manifiesto las particularidades que ella misma halló⁵, aunque Díaz Legaspe conserve los criterios más extendidos para la identificación y el análisis de los *slurs*.

Que para los *slurs* normalizantes la restricción referencial no sea opcional quiere decir que en todos los casos en que se usen referirán obligatoriamente a un subgrupo dentro de una clase más extendida. Los “marginales”, en cambio, pueden referir a un conjunto entero asociado a determinada clase (como es el caso de *bolita* = boliviano, discutido más arri-

⁵ Un paso relevante en esta dirección es un aspecto sobre el que todavía no se ha hecho hincapié pero que está comprendido en las mismas definiciones de RNCT y ANCT. Díaz Legaspe introduce una sutileza en cuanto a la contraparte neutra que aliviana el peso por el que Ashwell descarta ese análisis: “real o *potencial*”, “even if it is not available yet, or the wrong choice of neutral candidate has been made, were the potential or correct candidate to be found, the slur would be co-referential with it” (2018:4) [“incluso si todavía no estuviera disponible, o se ha elegido incorrectamente un candidato neutro, si el candidato potencial o correcto todavía estuviera por hallarse, el *slur* sería correferencial con respecto a él”]. Incluso explicita que es un tanto contraintuitivo considerar algún caso de *slur* en el que no haya al menos un candidato potencial a ser su contraparte. Esto es particularmente relevante porque es esa misma contraparte neutra una herramienta fundamental para determinar cuál será la referencia en cada caso, y aún más cuando se trate de casos en los que haya restricción referencial.

ba), pero también pueden seleccionar un subconjunto al interior de esa clase como grupo *target*: este es el caso del ejemplo de Chris Rock.

Para que su marco de análisis resulte más operativo a la hora de explicar esta última variación entre *slurs* marginales, Díaz Legaspe hace una distinción en la implementación de la restricción referencial: hay tanto *significados con restricción referencial* como *usos con restricción referencial*. Los primeros se identifican con los *slurs* normalizantes, y los segundos serían los casos en los que un *slur* marginal se *usa* para referir a un subgrupo. Sin embargo, lo cierto es que palabras que no se asocian regularmente con *slurs* pueden también tener usos referencialmente restringidos que apunten a expresar peyoración o desprecio por un subgrupo particular. Considérese el caso de los primeros versos de la canción “Loca” del cantante de trap argentino Khea, hecha en colaboración con Duki y Cazzu:

(2) *Es una loca, yeah*

Me manda videos al Snap mientras se toca, yeah

Me dice que si hoy le llego, que no puede esperar, yeah

Que se muere por mí, que quiere to' conmigo

Que la vaya a buscar, yeah, que la vaya a buscar

La expresión *loca*, en el primer verso, no está queriendo significar que la mujer de la que se habla es necesariamente una persona que sufre de locura o que no actúa en su sano juicio, que es el significado más usual que suele tener el término. Por el contrario, aquí parece ser más cercano a lo que podría ser una contraparte neutra potencial para términos como *puta*, parafraseable en mayor o menor medida por “mujer promiscua” (cuanto menos, “mujer que no se comporta de acuerdo a las expectativas sexoafectivas que recaen sobre ella”). Este nuevo significado es mucho más transparente teniendo en cuenta los versos siguientes: el cantante pone de relieve una serie de comportamientos por las cuales le atribuye a esta mujer semejante calificativo. Por lo tanto, *loca*, en este contexto, está constituyendo un uso restringido referencialmente. El hablante tiene la intención de categorizar peyorativamente a un conjunto de mujeres que exhiben un tipo determinado

de comportamiento que se desvía de una norma social y/o cultural preestablecida⁶.

La taxonomía de Díaz Legaspe queda, entonces, definida de la siguiente manera: hay dos tipos de *slurs*, normalizantes y marginales; en el primero de ellos la restricción referencial es obligatoria, y en el segundo no. De esta distinción nace una segunda, del orden de la estrategia discursiva, que contempla la restricción referencial en dos modalidades diferentes: significados (donde es constitutiva e inherente al término la selección de un subgrupo dentro de una clase) y usos (donde la referencia parcial es producto de una intención comunicativa encriptada en un término que suele tener una referencia más amplia).

4. La semántica situacional

Al introducir la noción de restricción referencial, Díaz Legaspe realiza una salvedad. Hay dos maneras posibles de explicar este fenómeno: en primer lugar, apelar a la sensibilidad contextual de los *slurs* y clasificarlos como una suerte de indécicos, variando en cada contexto la contribución veritativo-funcional; en segundo lugar, que la correferencialidad dependa enteramente de usos particulares y sus contrapartes, permitiendo que no sea el slur *per se* el que correñera siempre con su contraparte neutra, sino que la correferencialidad se dé únicamente en el uso. Al respecto, Díaz Legaspe enuncia lo siguiente:

Both options are good alternatives; they are even compatible with the solution offered in this paper to the problem of restrictive reference in particular uses of a certain type of slurs (demographic, out-group slurs), in which a term of this type is used to refer to a subset of a larger class. However, these alternatives fail to explain two points: first, an explanation is owed for the fact that even in these cases, the standard, typical use of this type of slurs is strongly

⁶ Todos ejemplos aquí brindados de *slurs* normalizantes (tanto en el plano del significado como en el plano del uso, como es este caso) son términos peyorativos en razón del desprecio por las disidencias de género, lo cual no resulta llamativo si se tiene en cuenta que una de las características principales de este tipo de *slurs* es una desviación con respecto a una o varias normas sociales y/o culturales que muchas veces se condicen con los valores y principios de sociedades y culturas heteronormadas y patriarcales. Ahora bien, esta selección no pretende establecer que todos los *slurs* normalizantes son *slurs* de género: considérense otros términos peyorativos que nacen de la desviación de normas sociales —como *cheto* o *cabeza* (corrientes en el español rioplatense)— y el análisis y clasificación valdrá también para ellos.

linked to particular neutral counterparts, which makes referentially restrictive uses a deviation. Second, when it comes to gendered (normalizing) slurs, there is no context nor use in which the slur is co-referential with the associated neutral counterpart; the pervasiveness of this referential restriction should be also explained (DÍAZ LEGASPE, 2018, p.4)⁷.

El propósito de este apartado es señalar que una de las vías compatibles semánticamente con su propuesta es la de la semántica de situaciones y, al mismo tiempo, dar cuenta de que las dos fallas que Díaz Legaspe apunta a propósito de una solución contextualista —a saber, la falta de explicación de los casos en los que la restricción referencial es opcional, y la no co-referencialidad con una contraparte neutra en los *slurs* normalizantes— pueden encontrar reparo bajo este marco de análisis.

La semántica situacional nació en la década de 1980, de la mano de un matemático, Jon Barwise, y un filósofo, John Perry. La motivación central fue brindar una alternativa al modelo de mundos posibles, con un afán de sofisticación, en tanto las bases para la evaluación de los enunciados no fueran mundos completos sino parcialidades de mundos. Eso son las situaciones: básicamente, la tesis principal que defiende esta teoría es que la gente usa el lenguaje en partes limitadas del mundo para hablar de partes limitadas del mundo. Hay un claro énfasis en la parcialidad que distingue a la semántica situacional de su predecesora, la semántica de mundos posibles: “[s]ituations are *parts* of the world and the information an agent has about a given situation at any moment will be just a *part* of all the information that is theoretically available”⁸ (DEVLIN, 2006, p.2). A fin de cuentas, la semántica situacional es una teoría relacional del significado: “meaning in general, and

⁷ “Ambas opciones son buenas alternativas; incluso son compatibles con la solución ofrecida en este artículo al problema de referencia restrictiva en usos particulares de un tipo particular de *slurs* (demográficos, *slurs* marginales), en los que un término de este tipo se usa para referir a un subconjunto de una clase más amplia. Sin embargo, estas alternativas fallan a la hora de explicar dos puntos: primero, se necesita una explicación para el hecho de que incluso en estos casos, el uso estándar, típico de este tipo de *slurs* está fuertemente ligado a contrapartes neutras particulares, lo que convierte a los usos referencialmente restrictivos en una desviación. Segundo, cuando se considera el caso de los *slurs* ligados al género (normalizantes), no hay ningún contexto ni uso en el que el slur sea co-referencial con respecto a su contraparte neutra; la omnipresencia de esta restricción referencial también debería ser explicada”.

⁸ “Las situaciones son *partes* del mundo y la información que un agente tiene acerca de una situación dada en cualquier momento será solamente una *parte* de toda la información que está teóricamente disponible”.

linguistic meaning in particular, is a relation between situations”⁹ (BARWISE; PERRY, 1983, p.6).

El objeto de estudio por excelencia de la semántica situacional son las emisiones. En cada emisión, pueden identificarse tres situaciones básicas: i) la *situación de emisión* (el contexto inmediato, en el que la emisión se produce y se recibe), ii) la *situación de referencia* (tanto la percepción del hablante como la manera en la que es el mundo, el conocimiento común acerca de él, y el discurso previo) y iii) la *situación focal* (la situación descrita en el material lingüístico, la parte del mundo sobre la que es la emisión). Podríamos traducir este esquema tríptico en uno de círculos concéntricos, en el que el centro fuera la situación focal, la segunda capa la situación de referencia, y la tercera la situación de emisión.

De lo dicho previamente se desprende que, si la semántica situacional es una teoría relacional del significado, estas tres situaciones básicas necesariamente interactúan entre sí, y el significado, en cada emisión, dependerá de su interrelación. Con este esquema básico en mente, podemos pasar a examinar cómo este modelo puede dar cuenta de los tipos de *slurs* propuestos por Díaz Legaspe.

En lo que concierne a los *slurs* normalizantes —la segunda objeción—, una de las primeras ventajas a tener en cuenta es que, al tomar para la evaluación solamente una parcialidad de mundo, la semántica situacional da respaldo a dos aspectos centrales de la sensibilidad contextual: por un lado, no es incongruente que, dado que en determinada parcialidad de mundo estén vigentes ciertas normas sociales y/o culturales que en otra parcialidad pueden no estarlo, haya distintas parcialidades del mundo (real) en las que un *slur* sea de hecho un *slur* y en otras parcialidades no lo sea¹⁰. Por otro lado —y esta consideración es extensible a todos los *slurs* en su conjunto—, incluso es propicio el énfasis en la parcialidad para explicar la variación dia-

⁹ “el significado en general, y el significado lingüístico en particular, es una relación entre situaciones”.

¹⁰ Considérese el caso de *the N-word* previamente discutida: en Argentina, actualmente, la palabra *negro* para referirse a una persona no necesariamente codifica un significado peyorativo. Puede, incluso, ser muestra de afecto y cercanía por parte del hablante con respecto a su interlocutor.

crónica del peso derogatorio de los *slurs*: existen términos que han sido *slurs* y dejaron de serlo, así como también ocurre a la inversa¹¹.

Lo central es que la situación de referencia, en todos los casos de emisiones de *slurs*, actúa directamente en la determinación de la situación focal, ya que preserva las normas sociales y/o culturales vigentes en cuya violación se funda su significado. Es la situación de referencia —en última instancia— la que brinda, para tender el paralelismo entre las dos propuestas, las condiciones de aplicación correcta del *slur*, y la que interviene en la selección de la situación focal.

En cuanto a la correferencialidad directa con una contraparte neutra, en su explicación de RNCT y ANCT Díaz Legaspe expone las razones por las cuales no es necesario en su modelo que la contraparte sea real, sino que puede tratarse de un candidato *potencial*: es difícil —como sucedió en el análisis de “Loca”— no considerar al menos un candidato potencial que opere como contraparte. A su vez, la vigencia de las normas en el contexto dado puede facilitar aún más la emergencia de un candidato potencial para el *slur*¹².

La primera de las objeciones apunta al caso contrario: qué sucede con los *slurs* marginales, que son más estables en su aplicación y selección referencial. La respuesta, estructuralmente, es la misma: es la situación referencial la que va a determinar, más consistentemente, la recurrencia de la situación focal. Una posible explicación corre por cuenta de la flexibilidad de esta segunda capa: si los *slurs* demográficos son menos restringidos referencialmente, en un marco situacional esto podría traducirse en una especificación menor en el nivel de la situación de referencia. Es decir: las condiciones de aplicación de los *slurs* normalizantes están más especificadas (lo cual hace sistema con la violación de normas vigentes en una parcialidad de mundo determinada) que las de los *slurs* marginales; el peso en la

¹¹ Un caso de aminoración en la fuerza peyorativa es *negro* (que, dadas las condiciones sociopolíticas a lo largo de la historia argentina, es más próximo a un *slur* normalizante —en tanto el desprecio no era debido al color de la piel, sino a la desviación con respecto a una norma social—), pero también lo es *tano*, que solía ser un *slur* demográfico dirigido a los inmigrantes italianos, y hoy es meramente una expresión coloquial con la misma referencia sin carga derogatoria.

¹² Incluso, desde un análisis similar al que hace Potts (2007) de las implicaturas convencionales, cabría la posibilidad de estipular que las contrapartes neutras no son necesariamente lingüísticas, en cuyo caso podría tratarse de una serie de rasgos que, dando por hecho su dinamicidad, se saturarían contextualmente.

determinación de las condiciones de aplicación no está tan acentuado por la vinculación con las normas vigentes, pero sí con las representaciones vigentes (temporal y espacialmente) en el contexto de emisión.

Por último, cabe mencionar que la semántica situacional no solo armoniza con la taxonomía general de Díaz Legaspe, sino que también contempla la distinción entre uso y significado, ambos pasibles de ser restrictivos referencialmente. Para todo término, existe, en este marco, un *significado abstracto* que no es sensible al contexto, y que responde, en esencia, a la pregunta “¿qué significa esta construcción *en general*?”. Empero, a un tiempo, hay un segundo significado, el *significado en-uso*, que vincula una emisión particular con el hecho en el mundo que es de la manera que se expresa en la emisión: responde a la pregunta “¿qué significa esta construcción *como está usada en esta instancia*?” Así, las restricciones referenciales mantienen la posibilidad de implementarse en un nivel general como en uno particular, tal como estipula Díaz Legaspe.

5. Conclusiones

Los argumentos expuestos hasta aquí permiten afirmar que el modelo clasificatorio de Díaz Legaspe encuentra fundamento semántico en el modelo de la semántica situacional. La piedra de toque de su programa —la restricción referencial— no pierde fuerza ni validez en el análisis situacional; por el contrario: la estructura de situaciones contribuye en la determinación de la referencia, sosteniendo una versión de RNCT con dependendencia fuerte de ANCT. Queda para futuros trabajos especificar analíticamente la manera en que esta interacción entre los distintos niveles de situaciones ocurre.

Referencias

- ASHWELL, Lauren. Gendered Slurs. *Social Theory and Practice* 42 (2): 228–239, 2016.
- BARWISE, Jon; PERRY, John. *Situations and Attitudes*. Cambridge/Mass.: The MIT Press, 1983.

CEPOLLARO, Bianca; THOMMEN, Tristan. What's wrong with truth-conditional account of slurs. **Linguistics and Philosophy**, Vol. 42, 333-347, 2019.

DEVLIN, Keith. Situation theory and situation semantics. *In*: GABBAY, D.; WOODS, John (eds.) **Handbook of the History of Logic**, Vol. 7, 601-664, 2006.

DÍAZ LEGASPE, Justina. Normalizing Slurs and Out-group Slurs: The Case of Referential Slurs. **Analytic Philosophy**, Vol. 59 No. 2, pp. 1-22, 2018.

GRICE, Herbert Paul. Logic and conversation. *In*: COLE, P.; MORGAN, J. (eds.), **Syntax and semantics III: Speech acts**, pp. 41–58. Nueva York: Academic Press, 1975.

GUTZMANN, Daniel. Use Conditional Meaning. *Studies in Multidimensional Semantics*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

HOM, Cristopher; MAY, Robert. Pejoratives as Fiction. *In*: SOSA, D. (ed.). **Bad Words**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KAPLAN, David. The meaning of ouch and oops: Explorations in the theory of meaning as use. MS, University of California, Los Angeles, 1999.

MCCREADY, Elin. Varieties of conventional implicature. **Semantics & Pragmatics**, Vol. 3, 1–57, 2010.

POTTS, Christopher. The logic of conventional implicature. Oxford: Oxford University Press, 2005.

———. Into the Conventional-Implicature Dimension. **Philosophy Compass**, 2: 665-679. doi: 10.1111/j.1747-9991.2007.00089.x, 2007.

PRAGMATISMO DE CONCEPTOS Y CIRCULARIDAD

Pragmatism of concepts and circularity

Jonathan Erenfryd¹

RESUMEN

El pragmatismo presentó múltiples implicancias en las más diversas áreas de la filosofía. Fodor ha intentado mostrar algunos de los problemas que conlleva adoptar tal postura en el estudio de la cognición. Particularmente, en el estudio de los conceptos. Tal como lo presenta, el pragmatismo de conceptos enfoca su abordaje en términos epistémicos, tal como se observa en las condiciones de posesión que sostiene: (i) poder hacer ciertas inferencias que involucran al concepto y (ii) poder clasificar adecuadamente aquellas entidades en su extensión. Según Fodor, la primacía de las cláusulas epistémicas revela una confusión en el orden explicativo adecuado, lo que conduce a problemas de circularidad. En este artículo presentaré una defensa que los pragmatistas podrían sostener. Luego de introducir las posiciones en cuestión, evaluaré los argumentos de Fodor y presentaré una propuesta que, respetando las condiciones mencionadas, no implica ningún problema entre los señalados.

Palabras clave: Conceptos. Circularidad. Pragmatismo. Inferencialismo.

ABSTRACT

Pragmatism presented multiple implications in the most diverse areas of philosophy. Fodor has tried to show some of the problems that taking such a stance entails in the study of cognition. Particularly in the study of concepts. As he presents it, Conceptual Pragmatism focuses its approach to concepts in epistemic terms, as observed in the possession conditions it maintains: (i) being able to make certain inferences involving the concept and (ii) being able to properly sort those entities in its extension. According to Fodor, the primacy of epistemic clauses reveals a confusion in the proper explanatory order, leading to problems of circularity. In this paper I will argue for a defense Pragmatists could hold in response. After introducing the positions in question, I will evaluate Fodor's arguments and present a proposal that, while respecting the mentioned conditions, does not imply any problem among those indicated.

Keywords: Concepts. Circularity. Pragmatism. Inferentialism.

¹ Universidad de Buenos Aires.

E-mail: erenfrydjonathan@gmail.com. ORCID: [0000-0002-3514-7032](https://orcid.org/0000-0002-3514-7032).

§1 Introducción

En “Having Concepts: a Brief Refutation of the Twentieth Century” Fodor evalúa lo que considera la posición predominante en el estudio de los conceptos: el pragmatismo. Más precisamente, su blanco es “la forma canónica de la doctrina”: la “*bare bones version of Conceptual Pragmatism*” (BCP). Su elemento característico, según Fodor, reside en el establecimiento de condiciones epistémicas para la posesión de conceptos. La estrategia de su artículo será objetar tal enfoque, indicando una serie de problemas que su representacionalismo podría evitar.

Mi objetivo en el presente trabajo es contestar a los argumentos que pretenden establecer la circularidad del pragmatismo.² Los argumentos en cuestión se desarrollan a lo largo de dos ejes, correspondientes a las condiciones epistémicas que articulan BCP: (i) la condición de inferencia y (ii) la condición de clasificación. Cumpliendo con las condiciones mencionadas, articularé una propuesta que el pragmatista podría sostener en su defensa.

Procedo en 4 partes. En primer lugar, (§1) presento las posiciones tal como son introducidas por Fodor: su cartesianismo y el (núcleo del) pragmatismo. En segunda instancia, (§2) presento las objeciones de circularidad en sus distintas versiones. Propongo una reconstrucción de los argumentos, explicitando sus supuestos y realizando algunas observaciones. A continuación, (§3) objeto determinados aspectos problemáticos de los argumentos, y esbozo una serie de distinciones y observaciones que permiten articular una salida a cada uno de ellos. Por último (§4), presento una conclusión.

a. El “cartesianismo”: los conceptos en el marco de la teoría representacional de la mente de Fodor

Fodor defiende una posición en la cual los conceptos son entendidos como representaciones mentales, una posición que denomina “cartesiana”. Ofreceré, a modo de referencia, una caracterización mínima de su postura general, limitándome a los aspectos relevantes para el tratamiento ulterior (Cf. FODOR, 1975, 1998, 2004, 2008).

² Por motivos de extensión me limitaré a tratar el problema de la circularidad. De esta manera, quedan fuera del alcance del trabajo los argumentos presentados concernientes a la analiticidad y la composicionalidad.

Según la teoría representacional de la mente, el pensamiento, en tanto proceso mental, consiste en procesos computacionales sobre un dominio de representaciones. Fodor entiende a las representaciones en cuestión como símbolos en un “lenguaje del pensamiento”. El carácter lingüístico no concierne a una identificación con el lenguaje natural. Apunta al hecho de que tales representaciones poseen estructura sintáctica y una semántica composicional, donde las representaciones complejas son una función de los elementos que las componen. Los elementos básicos, las unidades atómicas, son los conceptos. Según defiende, los conceptos no están estructurados internamente, y su contenido es explicado por una semántica informacional de orden externista a partir de relaciones legaliformes, que mantienen relaciones de dependencia asimétrica, con propiedades en el mundo.

Como una nota particularmente distintiva en su abordaje de los conceptos cuenta la ausencia de “cláusulas epistémicas”: “*no hay cláusulas epistémicas en el análisis de la posesión de conceptos*” (FODOR, 2004, p. 32).³ Según Fodor: “No es lo que sabés (-cómo o qué) lo que determina cuáles conceptos poseés; *es aquello en lo que podés pensar*” (p. 31).

La idea del proyecto “cartesiano”, en este sentido concreto, consiste en especificar las condiciones para dar una caracterización de las representaciones que hacen al fenómeno del pensamiento. Lo importante es que, si bien las cláusulas epistémicas pueden desempeñar un papel en una explicación acabada en lo que atañe a los conceptos (sustentando las conexiones entre los símbolos y las propiedades), se trata de un papel causal y no constitutivo, sin implicancias directas para la metafísica o la posesión de los conceptos. Los conceptos no necesitan cumplir ningún papel específico en la cognición. Lo único que determina la posesión es que un sujeto cuente con un símbolo interno que está en las relaciones adecuadas con determinadas propiedades. La posición cartesiana se coloca, de esta forma, en las antípodas del pragmatismo.

³ Las traducciones son mías.

b. Pragmatismo: conceptos y habilidades

La caracterización de “la forma canónica” del pragmatismo (BCP) está centrada en dos tesis, las cuales establecen que la posesión de conceptos se explica por ciertas capacidades epistémicas. Las condiciones son:

- i La condición de habilidad inferencial: un concepto C incluye, entre sus condiciones de posesión, la habilidad de practicar o reconocer determinadas inferencias que involucran al concepto en cuestión.
- ii La condición de habilidad clasificatoria: un concepto C incluye, entre sus condiciones de posesión, la habilidad de discriminar C's, esto es, aquellas entidades en la extensión de C.

La posesión de un concepto no se limita, entonces, a la posesión de una representación. Según la caracterización ofrecida, se solicita que el agente desarrolle ciertas capacidades, que posea determinados conocimientos. Es precisamente esta idea la que el cartesiano encuentra problemática, en la medida en que confunde el orden explicativo adecuado.

§2 Objeciones de circularidad al Pragmatismo de conceptos

Fodor considera que “BCP es el corazón de lo que los cartesianos están per se comprometidos a rechazar” (p. 32). Una estrategia para motivar el rechazo de BCP es a partir de argumentar que conlleva a problemas de circularidad. En términos generales, el núcleo de los argumentos consiste en que *poseer el concepto C depende de ser capaz de clasificar Cs y/o realizar ciertas inferencias involucrando C, y que ser capaz de clasificar Cs y realizar CIs depende de poseer C*.⁴

Concretamente, la objeción de circularidad contra (i), la condición de habilidad inferencial, se presenta en dos instancias:

- a BCP es circular al explicar la *adquisición* de un término o concepto.

⁴ Fodor (2004, p. 7) habilita en la discusión la transición entre palabras y conceptos, de modo que serán tratados con cierta laxitud. La discusión puede centrarse, en este sentido, en los conceptos léxicos, expresables en las palabras del lenguaje natural. No me pronunciaré sobre los conceptos inefables. Siguiendo la convención bibliográfica, las palabras en mayúsculas corresponden a los conceptos.

- b BCP es circular al explicar la *comprensión* de una oración o proposición.

Comenzaré por introducir (a), la objeción ante la adquisición.

Según Fodor, la concepción que lleva a establecer la inferencia como condición para la posesión sigue el modelo de las definiciones implícitas. La definición implícita que ofrece como ejemplo se da en los términos de una regla como la siguiente:

R: la inferencia a 'p y q' es válida si y solo si p y q son ambos verdaderos.

Las definiciones implícitas señalan la manera en la que el contenido de un concepto podría estar determinado (i.e., por las reglas que rigen su uso). Según la posición bajo evaluación, se pretende que el seguimiento o la conformidad con las reglas sea constitutivo de la posesión; que la aprehensión de la regla sea una aprehensión del concepto. Según señala Fodor, se trata de saber o estar dispuesto a seguir, o “lo que sea” (*sic*), las reglas de introducción y eliminación de un término. El argumento contra la explicación de la adquisición o del aprendizaje es el siguiente:

P1. Adquirir un concepto C es aprehender una regla R

P2. R implica los conceptos que especifican el significado del concepto.

P3. Aprehender R requiere hacer un uso de los conceptos involucrados.

P4. Para usar un concepto es necesario poseerlo.

P5. R implica C.

C1. Aprehender R requiere usar C.

C2. Adquirir C requiere poseer C.

Considérese la regla antes mencionada, según la cual “*la inferencia a 'p y q' es válida si y solo si p y q son ambos verdaderos*”. La regla para introducir un conectivo hace uso de “y” en la formulación. El caso no es pro-

blemático cuando tal uso es metalingüístico, es decir, en el caso en que la regla indica cómo introducir la conjunción en un lenguaje *al utilizar otro lenguaje en el cual el término que expresa la conjunción se encuentra ya disponible*. Contrariamente, en el caso del aprendizaje no hay tal recurso disponible. Entonces el uso en cuestión presupone la posesión, esto es, lo que se busca explicar.

Establecido el punto, es preciso realizar una serie de observaciones sobre la argumentación a partir de la reconstrucción ofrecida.

Para comenzar, Fodor establece que para adquirir un concepto se considera necesario *conocer, estar dispuesto a seguir, o lo que sea*, la regla en cuestión. Es preciso tener en cuenta que el listado que ofrece reúne elementos diversos entre sí, que pueden construirse a su vez de diferentes maneras.

La tercera premisa puede, también considerarse de distintas maneras. Puede leerse como indicando que la “aprehensión” de C a partir de R involucra *algún tipo de formulación de R*. La idea en cuestión es que el aprendizaje supone un *conocimiento* de tipo particular, de aprehender o representar una regla. Si la comprensión se da al confrontarse con una regla, como al considerar la representación de una formulación, y la consideración de la formulación implica representar ciertos términos, habrá circularidad. A su vez, aun cuando no hubiese una formulación como la mencionada, la “aprehensión” a la que se alude en la premisa puede apuntar a que adherir al patrón R requiere “ensayar” la inferencia. La aprehensión consistiría en llevar a cabo la inferencia de un modo que hiciese necesario “ubicarse” en sus partes, tener, por caso, una actitud dirigida hacia cada componente, haciendo uso de un concepto atómico que la inferencia como un todo estaría presuponiendo, y que el agente debería poseer.

En términos generales, el problema al que se apunta consiste en la idea de que al adquirir un concepto debe considerarse o efectuarse una inferencia que lo presupone. Si la noción de inferencia presupone la de premisas y conclusión, y cada término involucrado supone un significado o contenido independiente, atómico, la circularidad parece inevitable. Para funcionar, la objeción de Fodor necesita no solo que las inferencias estén entre las condi-

ciones de posesión. El proceso de adquisición mismo debería incluir al sujeto interactuando con una inferencia y sus componentes.

En una línea similar, Fodor sostiene (b), argumentando contra la identificación de la *comprensión* de una oración con la *aprehensión* de su rol inferencial:

Los roles inferenciales son, después de todo, roles en inferencias. Para *aprehender* una inferencia, uno debe entender cómo la verdad de sus premisas concierne a la verdad de su conclusión. Pero para entender *eso*, uno debe entender primero las premisas y la conclusión. Por lo tanto, aunque las definiciones implícitas pueden fijar el significado de las oraciones al especificar sus roles inferenciales, *comprender S* es previo, en el orden del análisis, al *aprehender* su rol en una inferencia. (Fodor, 2004, p. 43, énfasis en el original).

El punto puede reconstruirse del siguiente modo:

P1. Comprender una oración O es *aprehender* su rol inferencial RI.

P2. Para comprender O se requiere *aprehender* previamente su rol en inferencias.

P3. *Aprehender* una inferencia requiere comprender la relación entre premisas y conclusión.

P4. Entender el modo en que premisas atañen a una conclusión implica comprender las premisas y la conclusión independientemente, y O será una de ellas.

C. Se debe comprender O para *aprehender* el RI de O.

Fodor sugiere un modo particular de decir que comprender un contenido es comprender un rol inferencial. *Aprehender* el contenido de un concepto en términos inferenciales requiere comprender la relación entre los términos involucrados. Pero el argumento necesita que la comprensión de los términos se dé con independencia absoluta, siendo cada elemento significativo con anterioridad a una inferencia que componen. Es necesario contar, primero, con pasos diferenciados y aislados, lo que conlleva que hay elementos significativos aislados cuya posesión los sujetos requieren para comprender, de forma derivada, el rol inferencial. Una lectura tal de lo que propone el pragmatismo es central y será discutida en el siguiente apartado.

Como señalé, Fodor adscribe dos condiciones a BCP. Hasta acá consideré la argumentación contra la condición de habilidad inferencial. A continuación, presento una reconstrucción de la crítica a (ii), la condición de la habilidad clasificatoria.

El argumento, desarrollado adelante, es el siguiente:

P1. La posesión de un concepto C depende de habilidades clasificatorias correspondientes.

P2. La clasificación explica la posesión de C si permite identificar el concepto.

P3. La individuación se establece según el criterio que rige la clasificación, que se realiza o bien según criterios extensionales o por equivalencia conceptual.

P4. El criterio extensional no permite una individuación satisfactoria de C.

P5. La única clasificación que manifiesta C es la que se hace según un concepto equivalente a C, de misma extensión en virtud de necesidad conceptual.

P6. Conceptos conceptualmente equivalentes son idénticos.

C. La condición de clasificación para la posesión de C presupone poseer C.

Según Fodor, el criterio que podría explicar la posesión no puede estar dado por lo que revela una clasificación puramente extensional. Considérese alguien que poseyera LADRADOR, pero no el concepto PERRO. Según sostiene, el agente *podría* clasificar perros, distinguiéndolos de los no-perros (si solo los perros ladraran). No habría, entonces, una identificación del concepto poseído como la que se requiere. Una sugerencia sería la de contemplar el comportamiento en situaciones contrafácticas. Pero en tal caso la extensión de la clasificación tampoco determina el concepto que manifiesta. Fodor considera equivalencias necesarias como TRIÁNGULO y TRILÁTERO (CERRADO) (o AGUA y H₂O). La coextensión *necesaria* no implica manifestación de un único concepto. Solo hay un tipo de clasificaciones que puede dar una respuesta:

Clasificaciones de acuerdo con conceptos *conceptualmente equivalentes*; i.e., clasificaciones que tienen las mismas extensiones en carácter de necesidad *conceptual*. Si asumes (erróneamente en mi opinión, pero déjalo pasar) que conceptos conceptualmente equivalentes son *ipso facto* idénticos, entonces el único clasificar que manifiesta el concepto C es un clasificar de acuerdo con el concepto C. (p. 40, énfasis en el original).

La condición de clasificación de BCP establecía que un concepto incluye entre sus condiciones de posesión la habilidad de reconocer entidades en su extensión: poseer un concepto no es independiente de las habilidades clasificatorias.

Debe notarse que el argumento lleva a cabo una lectura discutible de la condición de clasificación. Establecer que la clasificación debe ser suficiente para la individuación es la clave para pasar de la ausencia de detalle en la clasificación extensional a la idea de que se requiere equivalencia conceptual. Parece necesaria la posesión de un particular en virtud del cual la clasificación cobra sentido como siendo bajo un concepto y no otro. Y ese concepto es idéntico al que se busca explicar. La lectura del criterio como suficiente y la necesidad de un concepto previo serán atendidas en el siguiente apartado.

Hasta acá llega la presentación y evaluación de los argumentos formuladas por Fodor para establecer el carácter circular del pragmatismo de conceptos. En el apartado siguiente consideraré la situación para el pragmático.

§3 Respuestas

A continuación, buscaré desarrollar respuestas que, desde el pragmatismo, podrían darse ante los argumentos que pretenden establecer el carácter circular de sus explicaciones –respuestas que, conservando las condiciones de BCP, no generan los problemas señalados.⁵

Una forma de enfocar la disputa es tratarla como una discusión nominal, sobre qué será llamado concepto. La pregunta que debe ser tenida en

⁵ La defensa presentada no pretende ser una defensa de la posición particular de Peacocke (1992), a quien Fodor toma como blanco al aplicar sus críticas. Las condiciones de BCP pretenden capturar una gama mayor de posiciones “pragmatistas”. Mi objetivo es *motivar una forma de pragmatismo que, satisfaciendo las condiciones de BCP, no sea circular*. En todo caso, la posición a presentar se encuentra en la vecindad de posiciones como la de Sellars (1950, 1953, 1954) y Brandom (1994).

consideración a efectos de que la discusión sea productiva es si las explicaciones pragmatistas de los conceptos requieren de un elemento que corresponda a lo que Fodor, en sus argumentos, denomina conceptos. Consecuentemente, procederé a responder en este sentido.

Para comenzar, considérese una posible articulación del pragmatismo de conceptos. En él, los conceptos son entendidos funcionalmente, en virtud de las relaciones que guardan con sus condiciones de aplicación y sus consecuencias, pudiendo ser las mismas tanto lingüísticas como no lingüísticas. Entre las transiciones lingüísticas, las funciones que articulan los conceptos incluyen inferencias. En tales casos, la noción misma de “concepto” no puede desligarse de ellas –y un concepto particular, de las inferencias relevantes para la determinación de su contenido.

Correspondientemente, nadie podría poseer un concepto si no fuese hábil en el manejo de los usos que articulan al concepto. Por caso, si no estuviese dispuesto a trazar o reconocer ciertas inferencias en las condiciones adecuadas, en conformidad con las normas inferenciales que lo articulan al vincularlo con otros conceptos. Las ideas en consideración son las siguientes:

Tesis de constitución: un concepto C se articula funcionalmente o por normas de uso, en términos de condiciones adecuadas, correctas, de aplicación y con consecuencias a su vez apropiadas, que pueden ser lingüísticas o no lingüísticas.

Tesis de posesión: un sujeto S no poseería un concepto C si no se ajustara a las normas que rigen los conceptos, que hacen a la articulación de C al establecer que ciertos conceptos, o elementos por fuera del lenguaje, preceden y siguen su uso.

Al considerar el primer argumento de Fodor, es pertinente destacar que la condición de inferencia adscripta al BCP puede recibir distintas lecturas. Una posibilidad consiste en que representar las reglas, o realizar explícitamente las inferencias en tanto tales, sea necesario para poseer un concepto.

En tal caso, la circularidad es inevitable. Es preciso revisar la condición de inferencia para visualizar la situación de otra manera.

A partir de las tesis establecidas no parece necesario, contra la lectura de Fodor, que el pragmatista deba suponer un concepto previo, en el proceso de adquisición, para llegar, a partir de él, a las inferencias pertinentes. En este punto es relevante pensar en la situación de adquisición.

Considérese el siguiente ejemplo. Supóngase que un sujeto S carece de conceptos o de cualquier habilidad lingüística. En una situación dada, emite una serie de sonidos. En apariencia, los mismos son indistinguibles de la emisión de una oración que forma parte de un lenguaje en uso, a la que corresponde una serie de conceptos. Las oraciones, en boca de los hablantes, son significativas. Pero si S se limitará a la emisión de una serie de sonidos sería implausible atribuirle comprensión. Y lo mismo ocurriría si las condiciones en las que produce el sonido o las consecuencias difirieran sistemáticamente del uso correcto.

Supóngase que S atraviesa un proceso de aprendizaje o entrenamiento en el que emite sonidos ante diversas situaciones, llevando a cabo transiciones entre distintos sonidos, mientras es corregido por otros. A veces, las transiciones se asemejan al uso que los hablantes hacen de sus expresiones, pero la ausencia de habilidad impide una atribución genuina de cualquier concepto. Llegado a un punto en el entrenamiento, sin embargo, S acaba por establecer las relaciones pertinentes para la articulación de conceptos dados.

S muestra no solo una disposición a expresar un sonido, algo que podría ser un mero reflejo sin contenido. El sujeto emite distintos sonidos en las situaciones adecuadas y se comporta en consecuencia tal como lo hacen los hablantes.

Desde entonces, el agente puede ser visto como alguien capaz de comprender el *significado pragmático* de cada una de las expresiones que emite, y la comprensión se manifiesta en su habilidad de utilizar las expresiones aprendidas: el sujeto es capaz de actuar en consonancia con el hecho de que la emisión de una expresión requiere de ciertas condiciones apropiadas, que pueden ser otras expresiones habilitantes. En tal caso, no emitirá una expresión sin considerar tales condiciones, y procederá a presentar las expresiones habilitantes ante un pedido de justificación, como ofreciendo ra-

zones para su comportamiento. Igualmente, de su expresión comprende que podría sostener algunas nuevas, para las cuales la anterior hace de razón, pero no otras, que quedan excluidas, y comprende que habrá expresiones que no podría negar. Al haber desarrollado sus habilidades, el sujeto es capaz de interactuar satisfactoriamente con sus pares.

Si las relaciones que el sujeto establece de manera apropiada se corresponden adecuadamente con aquellas que *articulan el concepto C*, el pragmatismo se compromete con la atribución del concepto al agente. Al aprehender el significado pragmático, manifestándolo en su comportamiento, el agente posee lo que necesita para tener una comprensión de las expresiones como significativas.

Para volver a la objeción, si el reconocimiento o realización al nivel de la adquisición implicara una inferencia con la consideración previa de los conceptos particulares, la circularidad se plantea. El primer argumento presentado requiere una lectura de este tipo para plantear el problema. Pero si un agente puede quedar sujeto a las reglas sin necesidad de representarlas o realizar una inferencia *previa*, no habrá circularidad. Y eso es lo que logra cuando, en su proceso de aprendizaje, vincula sonidos en función de las correcciones normativas de sus pares: desarrollando su comportamiento entre emisiones y transiciones, bajo un aprendizaje en la dirección de las relaciones que constituyen los conceptos, el agente puede adquirirlos al quedar sujeto a la regla.

Si el estado previo a la sujeción no involucra conceptos es porque, a partir del desarrollo de sus habilidades, el sujeto arriba por primera vez al significado práctico de lo que hace, adquiriendo los conceptos y la capacidad de realizar o reconocer inferencias (y no meramente una transición entre estados) de manera *simultánea*.

Al comprender una expresión, el sujeto la comprende en su relación con aquellas que está vinculada. La comprensión de las expresiones se da simultáneamente con la comprensión de sus relaciones, entre ellas las inferenciales, de forma tal que el agente es capaz de realizar y reconocer las inferencias pertinentes.

De acuerdo con la primera de las condiciones de BCP, si el sujeto no pudiese reconocer las inferencias, entonces no poseería los conceptos. Pero

no es necesario contar con un concepto *previo* para arribar a las inferencias por primera vez. Según el modelo presentado, es posible explicar la adquisición de las reglas inferenciales, a partir de la comprensión pragmática, sin incurrir en una forma de circularidad.

De esta manera queda respondido un punto, señalado por Fodor, según el cual sería un error asumir la identificación entre lo que un concepto *es* (algo que una regla implícita permite *caracterizar*) de lo que implica poseer o comprenderlo. A continuación, me detendré a considerar el punto, lo que permitirá articular lo recién indicado y conectar con el siguiente argumento, de carácter semejante.

La idea es que las definiciones implícitas, codificando las reglas pertinentes para un término, constriñen las inferencias que son aceptables. Una regla puede ofrecer una caracterización posible de un concepto. Pero, según Fodor, lo que se busca es una teoría de aquello que *constriñe las razones para aceptar las reglas de inferencia*.

Según la idea en consideración, si alguien tiene el concepto C no es una cuestión de qué inferencias acepta. De lo que se trata es de cuáles son sus *razones* para aceptarlas. Lo último supone una comprensión de las premisas y conclusiones *en tanto* tales: aceptar Y si y solo si uno acepta X testifica una aprehensión del concepto solo si la *razón* para aceptar Y es que uno *crea que X*. Pero tener *eso* como razón es posible solo para quien posee ya el concepto X. Los hablantes reconocen que determinada inferencia es “convince de manera primitiva” puesto que saben ya lo que sus partes expresan.

Pero no hay nada por lo cual el pragmatista deba negar que la comprensión de la inferencia en términos de *razones* solo es posible para quien dispone de los conceptos pertinentes. Sin embargo, eso no implica que se requiera, para dar cuenta de la posesión, de la captación de un concepto aislado como algo previo a la comprensión de una inferencia como un todo. Los conceptos implicados y sus relaciones inferenciales se adquieren y se comprenden simultáneamente. Antes, no hay razones. Pero las inferencias se mantienen en virtud de que los conceptos adquiridos pueden ser vistos como razones.

Dado que la adquisición es la adquisición de un *todo* al que se arriba como tal, no es necesario *aceptar* una inferencia a partir de la *aceptación* previa de sus premisas aisladas. Un requisito de aceptación previa de las partes, como *razones*, es demasiado alto para quien, por hipótesis, adquiere un lenguaje o concepto. Sin embargo, adquirida la relación, se posee lo necesario para dar cuenta de la *aceptación convencida* en un caso de inferencia.

La *razón* para pasar de la aceptación de X a la de Y está dada por la comprensión del contenido de los conceptos en cuestión. En particular, en que comprender X es comprender la inferencia que va de las condiciones de aplicación a consecuencias: un agente posee el concepto X en la medida en que aprendió que, bajo ciertas circunstancias, si se afirma X es adecuado introducir Y. Una vez que logró la captación de la articulación inferencial, la *razón* por la que acepta inferencias, por la que acepta premisas particulares, está en el conocimiento de los conceptos involucrados (inferencialmente articulados).

El problema con el punto señalado es suponer que, en tanto constriñe las razones para aceptar una inferencia, una regla no podría cumplir otro papel. Concretamente, en la posesión.

Si la *adquisición* implicara una consideración de las reglas de inferencia, concebidas en tanto tales por parte del sujeto, aceptar sus componentes como *razones* supondría tener conceptos. Pero la adquisición, el proceso de aprendizaje, no involucra considerar una inferencia. Por tanto, el aprendizaje no debería expresarse en términos de que quien está aprendiendo un concepto requiera *aceptar razones*.

Es por el conocimiento de las reglas de inferencia que el sujeto es capaz de ver aquellos casos en los que una razón funciona como tal. De modo que la regla no solo constriñe las inferencias aceptables. Es aquello mediante lo cual una expresión es aceptada, por un sujeto, como *razón*, permitiéndole aceptar inferencias. Y dado que en su ausencia los sujetos no tendrían conceptos en primer lugar, el conocimiento o habilidad inferencial de la regla es una condición de posesión.

Hasta aquí la consideración del punto señalado por Fodor. Un espíritu semejante se presenta en el argumento contra la identificación de la comprensión de una oración con la aprehensión de su rol inferencial.

Comprender la inferencia, según el argumento, presupone una comprensión previa de sus partes componentes, las premisas y conclusiones y, por tanto, de los conceptos que se buscaba explicar *a partir de* la inferencia. A continuación, responderé al argumento.

Según lo indicado, el pragmatista no necesita negar que un agente en posesión de las habilidades pertinentes puede atender a una razón y, por tanto, a la comprensión de expresiones que hacen de premisa o conclusión, para realizar un movimiento inferencial. Pero no hay motivos para pasar de la posibilidad de considerar explícitamente un elemento tal en una inferencia a que la comprensión de un rol inferencial sea derivada.

Identificar el significado o contenido con el conocimiento pasible de ser explícitamente considerado de forma aislada puede conducir a pensar que el contenido es atómico o aislado. Pero el conocimiento del concepto implica también conocer implícitamente sus consecuencias. Si el contenido funciona como razón, es porque se lo comprende, y la comprensión depende de aprehender el rol inferencial como totalidad.

Cuando las inferencias que articulan el contenido se entienden como parte del conocimiento implícito de un estado explícitamente considerado, pierde fuerza la idea de que un rol inferencial depende de comprender algo significativo de manera aislada, como serían las premisas como razones, por un lado, y las conclusiones por otro. Las premisas, las razones, se comprenden como tales al entender la conclusión, al aprehender el rol inferencial. De esta manera, el pragmatista puede responder a la segunda objeción presentada contra la condición de inferencia.

Hasta aquí la consideración de las primeras objeciones. Consideraré, entonces, la objeción a la segunda condición de BCP, la que concierne a la clasificación.

En la introducción se establecía que un concepto incluye, entre sus condiciones de posesión, la habilidad de reconocer entidades en su extensión: poseer un concepto no es independiente de las habilidades clasificatori-

as. El modo en que un sujeto clasifica su entorno es constitutivo de los conceptos que posee.

La objeción de Fodor gira en torno a qué revela una clasificación sobre los conceptos que posee un agente, entendiendo que, si la clasificación es explicativa, debe ofrecer una individuación suficiente del concepto poseído. Pero la cuestión a dirimir con respecto a la condición del pragmatismo es si la clasificación del entorno es *pertinente* para la posesión de conceptos.

Fodor puede estar en lo cierto al mostrar que la clasificación en términos puramente extensionales no permite una distinción, pero no debe suponerse un concepto independiente en virtud del cual la clasificación cobre sentido como siendo *clasificación bajo un concepto y no otro*. La concepción antes presentada otorga las herramientas para una respuesta.

No hay circularidad puesto que la aplicación puede considerarse una condición *necesaria* para explicar la posesión, pero no suficiente. Si un concepto está articulado por sus relaciones, se puede conocer, en las transiciones conectadas con la aplicación, los elementos que determinan al concepto pertinente.

En la medida en que poseer un concepto es comprender las relaciones que lo articulan, para conceptos empíricos las circunstancias de aplicación que determinan la extensión pueden ser *un* factor entre otros a tener en cuenta. Puede que dos conceptos no se distingan extensionalmente, pero si los conceptos se individúan por lo que implican, la posesión requiere considerar aquello que sigue a la aplicación. De modo que no hay ninguna circularidad: la posesión no se agota en una aplicación cuya distintividad tuviera que ser salvada apelando a la previa posesión de un concepto independiente.

A partir de lo señalado cabe afirmar que hay una respuesta disponible ante la objeción contra la segunda de las condiciones de posesión. De esta forma, el pragmatista dispone de una respuesta para cada uno de los argumentos en su contra.

§4 Consideraciones finales

He desarrollado la crítica de Fodor al pragmatismo de conceptos. Según busqué sostener, hay una forma de presentar tal posición, cumpliendo con las condiciones (i) y (ii), que evita los problemas señalados.

Según la presentación ofrecida, los conceptos están articulados por reglas que establecen sus condiciones de aplicación y sus consecuencias. La adquisición se produce cuando, como resultado de un entrenamiento, un sujeto se ajusta a las reglas, poseyendo, entonces, de manera simultánea, los conceptos y la capacidad de usarlos. La idea aplica para la adquisición de reglas inferenciales. El conocimiento de las reglas de inferencia puede adquirirse sin presuponer un concepto previo, siendo el conocimiento mismo una condición de posesión. Las reglas son, además, aquello que permite la comprensión de expresiones particulares y determinar, en una clasificación, que la misma corresponde a una categoría particular. En ningún caso es necesario presuponer la posesión de un concepto independiente. La posesión se explica por el conocimiento que un agente manifiesta. En conclusión, el pragmatismo cuenta con una propuesta no circular.⁶

Referencias

BRANDON, Robert. *Making It Explicit: Reasoning, Representing, & Discursive Commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

FODOR, Jerry. *Language of Thought*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1975.

----- *Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

----- *A Theory of Content and Other Essays*, Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

----- *Concepts: Where Cognitive Science Went Wrong*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

⁶ Agradezco a los miembros del grupo de Pragmatismo de SADAF (Claudio Cormick, Anahí Grenikoff, Pedro Martínez Romagosa, Bruno Muntaabski, Daniel Pared, Federico Penelas, Alejandro Petrone y Mauro Santelli) por sus aportes ante la presentación de una versión previa de este trabajo. Agradezco también a Mariela Destefano y a Nicolás Serrano por sus valiosos comentarios.

----- “Having Concepts: a Brief Refutation of the Twentieth Century”. *Mind & Language*, v. 19, n. 1, 2004, pp. 29-47.

----- LOT 2: The Language of Thought Revisited. Oxford: Oxford University Press, 2008.

PEACOCKE, Christopher. *A Study of Concepts*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

SELLARS, Wilfrid. “Language, Rules and Behavior”. En HOOK, Sidney (ed.). *John Dewey: Philosopher of Science and Freedom*. New York: The Dial Press, 1949, pp. 289-315.

----- “Some Reflections on Language Games”. *Philosophy of Science*, vol .21, n. 3, 1954, pp. 204-228.

NOMBRES DE FICCIÓN, ARCHIVOS MENTALES Y ACTOS DE HABLA DECLARATIVOS

Fictional names, mental files and declarative speech acts

Eleonora Orlando¹

RESUMEN

En este trabajo me propongo defender la tesis de que los nombres de ficción refieren a conceptos individuales, entendidos como archivos mentales. Tales conceptos componen el conjunto de los pensamientos constitutivos, junto con las oraciones correspondientes, de lo que llamo ‘el mundo conceptual de un relato de ficción’. En mi defensa de esta tesis, reinterpreto la distinción entre los usos fictivos, parafictivos y meta fictivos de las oraciones que contienen nombres de ficción. Los usos fictivos son analizados como actos de habla declarativos de distintos tipos: comprenden tanto los usos originales, mediante los cuales un autor introduce un nombre durante el proceso de creación de un relato, como los usos reproductores, que dependen de la inserción en una cadena de comunicación que desemboca en ese relato. Los usos parafictivos, concebidos como actos de habla mixtos, asertivo-declarativos, son aquellos en los que se reformula el relato de ficción mediante la creación de otro mundo conceptual que constituye una extensión interpretativa del relato. Finalmente, los usos meta fictivos son entendidos como usos asertivos, determinantes de otra extensión del relato, la cual, a diferencia de la anterior, provee una interpretación crítica o informada por las categorías de la crítica literaria.

Palabras-clave: Concepto individual. Pensamiento singular. Relato de ficción. Usos fictivos, parafictivos y meta fictivos.

ABSTRACT

In this paper I defend the claim that fictional names refer to individual concepts, understood as mental files. Those concepts constitute the set of thoughts that are in turn constitutive, together with the corresponding sentences, of what I call ‘the conceptual world of a fictional narrative’. In defending this thesis, I offer a novel interpretation of the distinction between fictive, parafictive and meta fictive uses of the sentences containing fictional names. Fictive uses are analysed as declarative speech acts of different kinds: they encompass both the original uses, by means of which an author introduces a name in the context of the creation of a fictional narrative, and the replicating uses depending on the insertion in a communication chain le-

¹ Universidad de Buenos Aires e IIF/SADAF/CONICET.

E-mail: eleo.orlando@gmail.com. ORCID: [0000-0002-0153-6558](https://orcid.org/0000-0002-0153-6558).

adding to that narrative. Parafictive uses, conceived of as mixed acts, partly assertive and partly declarative, are those speech acts in which the narrative is reformulated: the output is the creation of an interpretative extension of the original conceptual world. Finally, metafictional uses are understood as assertive speech acts, constitutive of another extension of the conceptual world of the narrative, whose purpose is to interpret it critically.

Keywords: Individual concept. Singular thought. Fictional narrative. Fictive, parafictive and metafictional uses.

1. Introducción

La tesis principal que quiero defender en este artículo es que un nombre de ficción como ‘Ana’ en la oración con la que comienza el cuento “Amor”, de Clarice Lispector,

(1) “Un poco cansada, con las compras deformando la nueva bolsa de malla, Ana subió al tranvía”,²

refiere a un *concepto individual*, entendido como un archivo mental que almacena información, bajo la forma de distintos conceptos descriptivos, acerca de un supuesto individuo. Dado que no hay ningún particular material al que el nombre ficticio podría estar refiriendo, es plausible interpretarlo como haciendo referencia al *concepto de un particular*, con el cual se asocian distintos conceptos descriptivos, en el contexto de un relato de ficción. Este último será caracterizado como un conjunto de oraciones semánticamente correlacionado con un conjunto de pensamientos, a lo que llamaré ‘el mundo conceptual de la ficción’. Es importante destacar que el análisis se restringe entonces a los relatos de ficción *puramente lingüísticos*, entre los cuales los más prominentes e interesantes son las obras literarias.

De manera poco controvertida, puede decirse que una obra literaria es una entidad abstracta de algún tipo; en términos de la clasificación de Goodman (1968) de las obras de arte en alográficas y autográficas, la literatura pertenece al primer grupo, lo cual significa que existen múltiples instancias, o ejemplares, de un determinado relato de ficción. Por lo tanto, es posible pensar que un autor crea un relato de ficción mediante la creación de un

² Oración extraída del cuento “Amor” de Clarice Lispector, incluido en el libro *Lazos de familia*, traducido del portugués por Cristina Peri Rossi (Lispector 1960, 50).

ejemplar particular de ese relato³: propongo entender este proceso en términos del establecimiento de una correlación semántica, en un momento y lugar determinados, entre un cierto conjunto de oraciones-tipo y un conjunto de pensamientos-tipo. El ejemplar inicial es el primer conjunto de oraciones-caso de esos tipos que es semánticamente correlacionado con los pensamientos-tipo del autor; de este modo, un ejemplar literario puede ser concebido como un vehículo semántico de pensamientos-tipo. En lo que concierne a mi tema central, los nombres de ficción, al crearse la obra correspondiente, un nombre-tipo resulta semánticamente correlacionado con cierto concepto individual o archivo mental-tipo, que de esa manera se convierte en su referente. En lo que sigue, trataré de justificar esta tesis central.

La estructura del trabajo es la siguiente. En la sección 2 presentaré el marco teórico de la teoría de archivos mentales de la que haré uso en esta propuesta. En la sección 3 me propongo mostrar cómo puede usarse para dar cuenta de los usos fictivos. Luego, en la sección 4 sugeriré cómo desarrollar una explicación de los usos para-fictivos y meta-fictivos en la misma línea general. La última sección es una conclusión, en la que destaco la posición defendida en el trabajo.

2. Sobre los archivos mentales

Los pensamientos, más específicamente, las actitudes proposicionales, pueden clasificarse en singulares y generales. Esta clasificación está relacionado con sus contenidos, dado que los pensamientos singulares son pensamientos acerca de particulares, mientras que los pensamientos generales son cuantificacionales y, por tanto, acerca de cualesquiera individuos que posean ciertas propiedades. Del mismo modo, los conceptos que los componen también pueden clasificarse en dos grupos principales: conceptos particulares, tales como los conceptos individuales e indíexicos⁴, y conceptos generales, entre los cuales se encuentran los conceptos descriptivos. Los

³ La intermediación de los ejemplares facilita entonces el tratamiento de conocidos problemas, tales como la creación, la desaparición y nuestra relación epistémica con objetos abstractos, que están más allá del alcance de este trabajo.

⁴ Algunos filósofos consideran que hay también conceptos particulares correspondientes al uso referencial de las descripciones definidas. Véase, por ejemplo, Recanati (2009).

pensamientos singulares son aquellos compuestos por al menos un concepto particular, mientras que los pensamientos generales están compuestos únicamente por conceptos generales. En términos de un ejemplo, el pensamiento singular CLARICE LISPECTOR ES UNA ESCRITORA BRASILEÑA está compuesto, por un lado, por el concepto individual de Clarice Lispector, que puede caracterizarse como el archivo mental CLARICE LISPECTOR, y, por otro, por el concepto descriptivo ESCRITORA BRASILEÑA, que puede pensarse que está almacenado en ese archivo, junto con otros conceptos descriptivos.⁵ La capacidad de tener pensamientos singulares involucra el despliegue de conceptos particulares o archivos mentales. Tal capacidad está entonces naturalmente asociada con la habilidad lingüística de usar oraciones para hablar de individuos particulares, mediante expresiones referenciales como los nombres propios y los indéxicos. Los archivos mentales son considerados las contrapartes mentales de los términos singulares del lenguaje natural. En una palabra, los archivos mentales han sido postulados en defensa del *Singularismo* y en contra del *Descriptivismo*, esto es, en defensa de la posición general según la cual tanto el pensamiento como el lenguaje poseen instrumentos de referencia singular.⁶

Más específicamente, un archivo mental es una representación mental (desde el punto de vista metafísico, un particular mental) que almacena información y desinformación acerca de un individuo particular, la cual puede actualizarse en ocasión de cada nuevo encuentro (Crimmins & Perry 1989, Crimmins 1992, Perry 2001, Jeshion 2009 and 2010, Korta & Perry 2011, Friend 2011, Recanati 2012). Los archivos mentales se individualizan de manera *relacional*: mientras que un concepto descriptivo selecciona a un individuo en virtud del hecho de que este satisface una cierta descripción (satisfaccionalmente), un archivo mental lo hace en virtud del hecho de que está directamente relacionado con él (relacionalmente). Los tipos de relaciones entre un archivo mental y el individuo correspondiente incluyen la per-

⁵ Como es habitual, utilizo mayúsculas para designar conceptos y pensamientos.

⁶ Más aun, se ha pensado que los archivos mentales desempeñan un papel central en la explicación de la diferencia en valor informativo entre oraciones que contienen términos singulares co-referenciales, lo cual no involucra necesariamente considerar que cumplen una función semántica, es decir, que son una dimensión del significado de los términos singulares. He defendido esta última posición, una versión de una semántica dualista, en Orlando (2017).

cepción, la memoria, el testimonio y las cadenas de comunicación que subyacen al uso de los nombres propios: si bien se trata de distintos tipos de relaciones, en general se las engloba bajo el término '*acquaintance*' (traducido habitualmente como 'familiaridad'). De este modo, los dos rasgos principales de un archivo mental son: (i) su aptitud para agrupar información y desinformación, y (ii) la adscripción de esa información y desinformación a un individuo particular.

Como mencioné anteriormente, la *acquaintance* comprende distintos tipos de relaciones, entre las cuales las cadenas de comunicación desempeñan un papel importante. La razón de ello es que revelan la cercanía existente entre nombres y conceptos individuales: muchos conceptos individuales se originan cuando los nombres propios correspondientes son introducidos en el lenguaje público, y pueden ser luego transmitidos, junto con ellos, a través de distintos tiempos y comunidades. Ahora bien, como es sabido, las cadenas de comunicación no requieren, para surgir, de una relación epistémica directa con un individuo particular como lo es la percepción. De acuerdo con el trabajo seminal de Kripke (1980), el mecanismo de fijación de la referencia de un nombre puede ser: (i) *puramente causal*, (ii) mixto, es decir, *descriptivo-causal*, o (iii) *puramente descriptivo*. En el primer caso, hay una relación causal con un particular que subyace a un acto de percepción, en virtud de la cual el nombre queda anclado o fundado en el individuo en cuestión, dando lugar a la práctica nominativa correspondiente. El segundo caso es ejemplificado por Kripke con los diferentes bautismos de Venus: en uno de ellos el nombre 'Hesperus' es conferido al planeta por medio de una relación causal subyacente a un acto de percepción y el uso simultáneo de la descripción 'la estrella vespertina' (estrictamente, una traducción en el idioma de la época), la cual se pensó que lo seleccionaba a pesar de que no lo hacía, dado que Venus no es una estrella; de todos modos, la idea crucial de Kripke es que las descripciones utilizadas para fijar la referencia de un nombre no tienen que ser verdaderas del individuo que seleccionan como el referente de ese nombre. El tercer tipo de caso es ejemplificado por Kripke mediante el bautismo de Neptuno: lo que ancla 'Neptuno' en Neptuno es, exclusivamente, una descripción del tipo 'el planeta que causa perturbaciones en la órbita de Urano', propuesta por Le Verrier.

Aún más próximos al tema que nos concierne en este artículo están los casos en los que no sólo no hay vínculo perceptivo con un individuo particular sino tampoco objeto alguno que pueda ser percibido. —o, dicho de otro modo, la razón por la que no existe el primero es que no existe el segundo. Kripke contempla la posibilidad de que una cadena de comunicación se origine aun cuando no haya nada nombrado, al incluir los casos en los que los creadores de ficción introducen nombres para sus personajes. Señala que estos fingen o hacen de cuenta que nombran a individuos reales, mientras que en realidad no hay nada con lo cual esos nombres estén de hecho relacionados. Aun cuando, en un estadio posterior, los personajes de ficción comienzan a desempeñar el papel de referentes abstractos, en un estadio temprano, el fingimiento o la simulación da lugar a una práctica nominativa vacía. Del mismo modo, Donnellan (1974) toma en cuenta casos de cadenas de comunicación que desembocan en lo que llama un ‘bloqueo’; es decir, ciertos eventos que impiden la identificación de un referente, tales como alucinaciones, errores o situaciones en las que hay múltiples objetos involucrados (y por ello no se cumple la unicidad). En la misma línea, Sainsbury (2005) sostiene que un bautismo puede ser exitoso en originar una práctica nominativa aun cuando fracase en introducir un objeto particular: esos son los casos en los que hay referencia (una expresión con función referencial está involucrada) sin referente. Devitt & Sterelny (1987) y Devitt (1996) parecen respaldar una afirmación parecida: en su abordaje, el contenido singular característicos de esos usos está constituido por las redes causales mismas, a las cuales se adscribe el papel de sentidos externos. De este modo, la tesis de que el uso competente de los nombres propios en el lenguaje natural es una de las fuentes principales para la apertura de archivos mentales conduce al reconocimiento de la existencia de archivos que no están fundados en objeto alguno.

Estas consideraciones justifican un cambio en la caracterización inicial de la noción de archivo mental: un archivo mental es una representación mental que, *en casos paradigmáticos*, almacena información y desinformación acerca de un individuo particular. Los rasgos principales mencionados al comienzo de este artículo siguen en pie, *modulo* esta importante modificación: un archivo mental (i) agrupa información y desinformación (ii) cer-

ca de un *supuesto* individuo particular. De acuerdo con esto, un pensamiento singular es un pensamiento que se posee como consecuencia de tomar cierto flujo información como procedente de un objeto, aun cuando el objeto en cuestión no exista. En resumen, pensar singularmente involucra una actividad mental *dirigida a un objeto pero no necesariamente acerca de un objeto*.

3. Los usos fictivos

3.1 Usos originales (o el mecanismo de fijación de la referencia)

3.1.1 El contenido

De acuerdo con las consideraciones de la sección anterior, es plausible pensar que cuando un autor introduce un nombre de ficción, abrirá un archivo mental para un personaje —aun cuando no haya ningún objeto material con el que esté relacionado. Nótese que, en la medida en que el archivo mental de ficción va a ser ejemplificado varias veces a lo largo del proceso de creación del relato, las diferentes instancias o *tokens* darán lugar a un tipo de archivo o archivo-tipo. Ahora bien, mientras que al introducir nombres científicos como ‘Vulcano’, e incluso nombres mitológicos como ‘Zeus’, el hablante bien puede poseer una intención referencial dirigida a un presunto objeto material, este no es el caso de los nombres de ficción: el autor que introduce un nombre de ficción *sabe* que no hay, y en general no podría haber (excepto por una coincidencia cósmica), un objeto material correspondiente.⁷ De este modo, es plausible pensar que *su intención refe-*

⁷ ¿Qué ocurre con la inclusión en un relato de ficción de nombres asociados con individuos reales, como en el típico ejemplo del uso de ‘Napoleón’ en *Guerra y paz*, de Tolstoi? Hay dos posiciones principales acerca de esta cuestión: el no-excepcionalismo y el excepcionalismo. Según la primera posición, paradigmáticamente representada por Kripke (2013) y Friend (2000, 2011), esos nombres son nombres comunes que son importados en el relato de ficción. La segunda posición, defendida por García-Carpintero (2015, 2020), sostiene que esos nombres no son nombres comunes importados sino que son tan ficticios como ‘Pierre Besujov’: no refieren a individuos reales sino a personajes que son similares, en algunos aspectos, a individuos reales. Si bien en este trabajo no me ocupo de esta cuestión en particular, de mi propuesta se sigue el excepcionalismo, dado que considero que los nombres que aparecen en relatos de ficción refieren no a individuos sino a conceptos individuales, los cuales, como resultará claro más adelante, son parte o bien del mundo conceptual de la ficción o bien de una extensión interpretativa o crítica de ese mundo que es también conceptual.

rencial está dirigida hacia su propia creación, el archivo abierto en asociación con el nombre del personaje, que funciona como un depósito de información y desinformación acerca de él a lo largo del proceso creativo.

Esta propuesta puede entenderse como un caso nuevo de aplicación de la conocida tesis fregeana del cambio de referencia de las palabras en función del tipo de contexto oracional en el que se encuentran. Como es sabido, según Frege, si una palabra aparece entre comillas, no refiere a su referente habitual sino a *sí misma*:

Cuando se usan palabras de la manera habitual, aquello de lo que se quiere hablar es su referencia. Pero puede ocurrir también que se quiera hablar de las palabras mismas o de su sentido. Lo primero sucede, por ejemplo, cuando se citan las palabras de otro en estilo directo. Las palabras propias se refieren entonces en primer lugar a las palabras del otro, y tan sólo estas últimas tienen la referencia corriente. Tenemos entonces signos de signos. En el lenguaje escrito se encierran los caracteres, en este caso, entre comillas. Por lo tanto, un carácter que se halla entre comillas no debe ser tomado en su referencia usual. (Frege 1892, 175)

Del mismo modo, si una palabra aparece dentro del alcance de un verbo psicológico, en un contexto de discurso indirecto, tampoco refiere a su referente habitual sino al *sentido* que habitualmente expresa. Las comillas y los verbos psicológicos indican la presencia de un cambio referencial; las palabras y los sentidos son los tipos de entidades hacia las cuales la referencia puede virar. Como resulta claro en la explicación fregeana, se trata de dos tipos de entidades cuya existencia está justificada de manera independiente: la existencia de las palabras está dada por sentada, y la existencia de los sentidos se fundamenta en la explicación del problema de la diferencia en valor informativo entre pares de oraciones que contienen términos co-referenciales —el llamado ‘Enigma de Frege’ (Salmon 1986).

Como especifiqué en la sección anterior, la existencia de archivos mentales también está justificada por razones independientes: el compromiso ontológico con archivos mentales es implicado por una estrategia de defensa del *Singularismo*. De este modo, es plausible considerar que cuando no hay posibilidad de atribuir al hablante una intención referencial dirigida hacia el mundo externo, también hay un cambio de referencia: el mundo

material es reemplazado por el reino del pensamiento. Más específicamente, dado que al crear un relato de ficción el autor no está involucrado con el mundo material (o, por lo menos, no lo está directamente), puede pensarse que los nombres de ficción que introduce no refieren como es habitual a objetos materiales sino, de manera inusual, a los archivos mentales que aquél abre para sus personajes, es decir, a conceptos individuales de ficción. Usar un nombre de ficción involucra desplegar un archivo de ficción, esto es, rastrear no un objeto material sino un concepto. Al carecer de todo indicador sintáctico como las comillas y los verbos psicológicos, el elemento central a tomar en cuenta para postular un cambio de referencia es la intención referencial del autor.⁸

Hay dos rasgos que quisiera enfatizar. En primer lugar, la introducción de un nombre de ficción por parte de un autor es diferente de la introducción de un nombre estándar por parte de un hablante común, dado que forma parte del proceso complejo que constituye la creación de un relato de ficción. De este modo, introducir un nombre de ficción involucra establecer una correlación entre un nombre y un archivo que formará parte de un sistema fijo de correlaciones entre oraciones que contienen ese nombre y pensamientos que contienen el archivo correspondiente. En términos del ejemplo, cuando Clarice Lispector introduce el nombre ‘Ana’ para su personaje, no está introduciendo un nombre para un individuo aislado, como cuando una persona real es bautizada ‘Ana’, sino que bautiza una pieza central de cierta estructura narrativa, que juega un papel específico en el todo al cual pertenece.

En segundo lugar, y estrechamente relacionado con lo anterior, ese archivo incorporará gradualmente, a lo largo del proceso creativo, todos y solo los rasgos y hechos atribuidos al personaje por el autor. Nuevamente, en términos del ejemplo, al escribir “Amor”, Clarice tiene, entre otros, los siguientes pensamientos singulares acerca de Ana, su personaje principal: ANA PRESTABA A TODO SU MANO PEQUEÑA Y FUERTE, ANA SIEMPRE HABIA TENIDO LA NECESIDAD DE SENTIR LA RAIZ FUERTE DE LAS COSAS. De acuerdo con esto, puede considerarse que su

⁸ Como señala Simpson (1964, 113-4), Frege no ofrece un criterio general para reconocer los tipos de contextos oracionales que pueden motivar un cambio referencial.

archivo ANA incorporará la siguiente información, expresada en términos de conceptos descriptivos: PRESTAR A TODO SU MANO PEQUEÑA Y FUERTE, TENER LA NECESIDAD DE SENTIR LA RAIZ FUERTE DE LAS COSAS. Los archivos de ficción, en la medida en que desempeñan papeles específicos en el contexto de cierta estructura narrativa, contienen inicialmente la información y desinformación que el autor decide almacenar en ellos durante el proceso de creación del relato.^{9 10}

Una aclaración de tipo meta-semántico puede ser relevante en este punto. Como expliqué en la sección anterior, los archivos mentales se individualizan de manera relacional, es decir, en función del individuo particular con el cual están relacionados. En el caso de los archivos de ficción, la individualización estará entonces basada en el *origen* del archivo, que es lo que permite distinguirlo de todo otro. La pertenencia del archivo a una cierta estructura narrativa, creada por un determinado autor en un momento y un lugar determinados, es esencial para su individualización. En términos del ejemplo, lo que individualiza al archivo ANA es no la información descriptiva que contiene sino el hecho de que fue originalmente abierto por Clarice como parte del proceso de creación de “Amor”. De esta manera, la propuesta no colapsa con una explicación descriptivista del significado de los nombres de ficción.

Antes de concluir este apartado es necesario tomar en cuenta que el cambio de referencia afecta no solo al nombre de ficción sino también a la *parte predicativa* de la oración correspondiente: así como el nombre no refiere a un objeto sino a un concepto, el predicado no expresa una propiedad sino la *representación de una propiedad*, es decir, un concepto general. El cambio de referencia es entonces *global*. De este modo, el contenido semántico de toda la oración será, bajo su interpretación fictiva, de tipo conceptual, es decir, un pensamiento. Volviendo una vez más al ejemplo, cuando

⁹ Esto incluye la desinformación provista a través de un *narrador no confiable*, es decir, un punto de vista acerca de los hechos constitutivos de la historia en el que el lector no debería confiar por distintas razones: o bien porque el narrador los ignora, o bien porque está confundido o equivocado acerca de ellos, o bien porque es engañoso, o un mentiroso sistemático, etc.

¹⁰ Téngase en cuenta que el narrador puede no ser parte de la historia que es narrada, como es el caso de los relatos heterodiegéticos, o puede ser uno de los personajes, como ocurre en los relatos homodiegéticos. Para un examen exhaustivo de las relaciones entre el autor, el narrador y los personajes, así como de los diferentes niveles narrativos de un relato, véase Predelli (2020).

Clarice emite (1) usa el nombre para referirse al archivo mental que acaba de abrir para la protagonista de su cuento; pero, además, almacena en ese archivo una representación de la propiedad de subir al tranvía; en otras palabras, instancia el pensamiento singular, compuesto por ambos conceptos, ANA SUBIO AL TRANVIA. Nótese que esto provee una explicación fundada de la distinción entre codificar y ejemplificar una propiedad (Zalta 1983, Castañeda 1989, Kripke 2013), según la cual los usos fictivos deben ser interpretados como aquellos en los que la predicación equivale a *codificación*: cuando se dice fictivamente que un personaje de ficción posee una determinada propiedad debe entenderse no que la ejemplifica sino que la codifica o representa. Desde el momento en que en los usos fictivos los predicados expresan representaciones de propiedades, queda claro por qué son aquellos en los que la predicación equivale a codificación.

3.1.2 La fuerza ilocucionaria

Un elemento en favor del cambio de referencia propuesto proviene del hecho intuitivo de que al emitir una oración como (1) el autor de ficción no tiene una *intención asertiva*, esto es, la intención de presentar un contenido como un candidato para la verdad. Esto también ha sido destacado por Frege (1892, 1918), en párrafos como el siguiente:

Al escuchar un poema épico, por ejemplo, nos cautivan, además de la eufonía del lenguaje, el sentido de los enunciados y las representaciones y sentimientos despertados por ellos. Si nos preguntásemos por su verdad, abandonaríamos el goce estético y nos dedicaríamos a un examen científico. (Frege 1892, 179)

La función de los usos fictivos no es manifestar un aspecto de la Verdad sino producir un efecto estético —lo cual puede ser apreciado más claramente si se tiene en cuenta, como se enfatizó antes, que la introducción de los nombres de ficción debe ser vista como parte del proceso de creación de un relato de ficción. En esta misma línea, los filósofos ficcionalistas, paradigmáticamente representados por Walton (1990), han sugerido que los usos fictivos pueden ser solo *ficticiamente* verdaderos, es decir, puede ser verdaderos solo en el marco de una simulación o ‘juego de *make-believe*’.

Del mismo modo, han sostenido que no involucran intención referencial alguna —por lo que deben ser analizados o parafraseados en términos de oraciones generales o cuantificacionales. La alternativa que trato de sugerir es que *hay todavía una intención referencial en juego pero su objetivo ha cambiado: se dirige no, como es usual, a un objeto material sino al concepto individual originado durante el proceso de crear el relato de ficción*. Es una intención referencial *sui generis*. Por otro lado, el hecho de que el autor esté involucrado en una simulación o juego de *make-believe* puede ser considerado también indicativo de que su intención referencial no es la que parece ser, a saber, una intención dirigida a un objeto material. Esto sería sólo lo que el autor *simula* estar haciendo, mientras que lo que de hecho está haciendo es algo completamente diferente: tiene la intención de referir al personaje —según esta propuesta, el concepto individual- que ha inventado, junto con la historia.¹¹

Ahora bien, ficcionalistas como Currie (1990) y García-Carpintero (2007, 2013, 2019) se han basado en la falta de intención asertiva para atribuir a los usos fictivos una fuerza ilocucionaria especial: aquella característica de la invención de historias (*fiction-making*). En términos más precisos, el autor de ficción inventa su relato con la intención de prescribir al lector que se imagine a sí mismo imaginando sus contenidos proposicionales por medio del reconocimiento de esa misma intención prescriptiva. De este modo, la fuerza ilocucionaria característica sería un sub-tipo de la fuerza directiva. En mi opinión, en cambio, podría pensarse que se trata de un sub-tipo de la fuerza *declarativa*, es decir, la fuerza característica de esos actos cuyo propósito ilocucionario es *crear algo*, “casos en los que uno crea un estado de cosas mediante la declaración de que existen” (Searle 1969, 358). De acuerdo con esto, si el autor lleva a cabo con éxito el acto de crear un relato de ficción, en el cual ciertos personajes protagonizan cierta historia ficticia, entonces el relato existe. Un uso fictivo original es un acto de habla declarativo que desempeña un *papel constitutivo en la creación de un relato de ficción* (esto es, lo que antes llamé un ‘mundo conceptual’). Es posible

¹¹ Como enfatiza Walton (1990), la simulación en cuestión es completamente explícita, y el lector participa de ella, tanto como el espectador de una obra de teatro. De este modo, es plausible pensar que tanto el autor como el lector son capaces de identificar la genuina intención referencial del autor que subyace a la simulación.

pensar que este acto declarativo está legitimado por una institución extralingüística, en la que el autor y su audiencia ocupan un lugar especial, a saber, la institución (en un sentido laxo de la palabra) determinada por las prácticas sociales de producir y consumir literatura.

Más específicamente, considero que es posible asimilar el uso fictivo al acto de *promulgación de una ley por parte de un legislador*. Según Searle, “la promulgación de una ley tiene tanto un estatuto declarativo (el contenido proposicional se transforma en ley) como un estatuto directivo (la ley tiene una intención directiva)” (Searle 1969, 368-369). De manera análoga, un uso fictivo original también parece tener un doble estatuto: por un lado, un estatuto *declarativo*, en tanto el contenido proposicional se transforma en parte de una obra de arte; por otro, un estatuto *directivo*, en tanto ese contenido tiene una función normativa en relación con los usos futuros. Como se verá en el apartado siguiente, los usos ulteriores de (1) pueden considerarse *usos reproductores* del uso original, realizado por el autor en el contexto de la creación del relato.

En síntesis, a diferencia de las posiciones ficcionalistas mencionadas en este apartado, considero que los usos fictivos originales involucran una intención referencial *sui generis*, referida al concepto individual asociado con el nombre de ficción, y un acto de habla general de tipo mixto, declarativo-directivo.

3.2 Los usos reproductores (o la transmisión de la referencia)

Según Kripke la referencia de un nombre se transmite a través de una cadena histórico-causal, denominada ‘cadena de comunicación’, que desemboca en los usos originales del nombre por parte de quienes lo introducen en el lenguaje. Para insertarse adecuadamente en una cadena de comunicación es suficiente con usar el nombre con la misma intención referencial que la persona de quien se lo tomó prestado —es decir, no es necesario tener conocimiento perceptivo o descriptivo del objeto referido. En el caso de los nombres de ficción, considero que al leer, recitar, memorizar o, en general, *reproducir de alguna manera* un relato de ficción, uno se inserta en múltiples cadenas de comunicación que desembocan en la creación del

mundo conceptual correspondiente —más específicamente, el momento en el que un conjunto de oraciones es semánticamente correlacionado con un conjunto de pensamientos, en virtud del mencionado cambio referencial. Hay tres rasgos principales que quisiera enfatizar, entonces, en relación con la transmisión de la referencia de los nombres de ficción.

En primer lugar, la inserción en la cadena de comunicación asociada con un nombre de ficción involucra, en los casos típicos, la *interacción causal del reproductor con un ejemplar particular* del relato de ficción correspondiente, constituido por *tokens* de las oraciones(-tipo) con las cuales los pensamientos(-tipo) del autor quedaron semánticamente correlacionados en el momento de la creación de la obra. El ejemplar desempeña de este modo una función mediadora. Un uso particular de un nombre de ficción conecta al reproductor con el referente del nombre, el archivo correspondiente, por medio de su interacción con una instancia particular de esa correlación, provista por un ejemplar de la obra.

En segundo lugar, esto pone de manifiesto que la cadena de comunicación asociada con un nombre de ficción está constituida no por usos aislados sino por *usos que tienen lugar en el contexto de la interacción de un reproductor con el relato al que pertenece el nombre*. En otras palabras, un nombre de ficción no se usa de manera aislada sino que se lo usa en el marco de una estructura narrativa en la cual desempeña un determinado papel, fuera del cual su significado podría variar —como ocurre con las palabras ‘peón’, ‘torre’, ‘alfil’, usadas en el marco de un juego de ajedrez.

En tercer lugar, al interactuar con un ejemplar del relato, el reproductor abre su propio archivo mental para el personaje de ficción, en el cual toda la información (y desinformación) correspondiente será gradualmente almacenada. El concepto ejemplificado en su mente es del mismo tipo que el concepto originalmente correlacionado con el nombre y que las distintas instancias constitutivas de la cadena de comunicación correspondiente. De este modo, puede decirse que, en algún sentido, el concepto es *externo* a su mente —si bien es parte no del mundo material que lo rodea sino del mundo conceptual del relato de ficción. Los mundos conceptuales constitutivos de la ficción no son privados sino públicos, dado que son introducidos a través de las prácticas sociales (más o menos institucionalizadas) de producir y

consumir obras literarias, y son compartidos por todas aquellas personas que se insertan exitosamente en cadenas de comunicación que desembocan en esas obras.

Ahora bien, como se mencionó anteriormente, los contenidos de los relatos de ficción, asignados por sus autores en los usos originales, cumplen una *función normativa* en relación con los usos reproductores. De este modo, el tipo de acto de habla involucrado por estos usos es también un acto *declarativo*, pero distinto del característico de los usos originales. Mientras que estos pueden ser comparados con la promulgación de una ley por parte de un legislador, la reproducción es semejante a *la aplicación de la ley por parte de un juez. El reproductor impone un relato preexistente, de la misma manera en que un juez impone una ley preexistente, a la cual debe atenerse y ser fiel*. En ambos casos se trata de actos declarativos que no son libres sino que están gobernados por una norma preexistente, la ley y el relato, respectivamente. De ahí que los usos fictivos reproductores sean intuitivamente evaluados como (no verdaderos o falsos sino) *fieles o infieles a un relato* (véase, por ejemplo, Sainsbury 2010). En términos del ejemplo, un uso reproductor de (1) es fiel al cuento de Clarice dado que el concepto descriptivo SUBIR AL TRANVIA está incluido en el archivo ANA en el mundo conceptual de “Amor”; o, en otras palabras, ese mundo conceptual comprende el pensamiento singular ANA SUBIO AL TRANVIA.¹²

4. Los usos parafictivos y meta fictivos

Los usos de oraciones como (1) han sido llamados ‘fictivos’, es decir, aquellos usos de las oraciones constitutivas del mundo conceptual de “Amor”, tanto en el acto original, realizado por Clarice Lispector al crear el cuento, como en los actos subsiguientes, realizados por ella y por muchas otras personas, de leer, recitar, memorizar o reproducirlo de alguna manera. Pero, como es sabido, hay otros tipos de usos de oraciones que contienen nombres de ficción.

¹² Nótese que el reproductor también podría incluir desinformación en el archivo, debido a distracciones o incomprensiones —esto es normal, dado que toda norma puede en parte no cumplirse.

Por un lado, los *usos parafictivos* transmiten los hechos de una historia ficticia desde una perspectiva externa al relato, como lo ejemplifica la emisión de (2)

(2) Después de bajar del tranvía, en su paseo por el Jardín Botánico, Ana vio el mundo de una manera distinta,

durante una clase de literatura brasileña. Pueden considerarse informes acerca del contenido de un relato de ficción por medio de palabras distintas de las presentes en el relato. Estos usos no involucran actos ni de crear ni de reproducir una obra ya creada sino *actos de reformularla*.

La intención referencial del emisor de (2) no está dirigida hacia ningún objeto material, de manera que es plausible considerar que ‘Ana’ refiere al archivo ANA. El predicado oracional, por su parte, expresa una representación de una acción que es representada por diferentes predicados en el marco del mundo conceptual del cuento, esto es, puede considerarse semánticamente equivalente a un subconjunto de ellos. Véase, por ejemplo, el siguiente fragmento:

Inquieta, miró en torno. Las ramas se balanceaban, las sombras vacilaban sobre el suelo. Un gorrión escarbaba en la tierra. Y de pronto, con malestar, le pareció haber caído en una emboscada. En el Jardín se hacía un trabajo secreto que ella empezaba a advertir. En los árboles las frutas eran negras, dulces como la miel. En el suelo había carozos llenos de orificios, como pequeños cerebros podridos. El banco estaba manchado de jugos violetas. En el tronco del árbol se pegaban las lujosas patas de una araña. La crudeza del mundo era tranquila. El asesinato era profundo. Y la muerte no era aquello que pensábamos. (Lispector 1960, 55).

El contenido semántico de (2) es, por tanto, un pensamiento: un contenido puramente conceptual constituido por un archivo mental, ANA, y un concepto descriptivo, VER EL MUNDO DE UNA MANERA DISTINTA. Como vimos, se trata de un pensamiento que está comprendido en el mundo conceptual del cuento, pero puede considerarse equivalente a un conjunto de pensamientos que sí lo están. De este modo, los usos parafictivos también involucran un cambio de referencia *global*: el reformulador está hablando no del mundo material sino de un mundo conceptual que podría ser considerado como una *extensión interpretativa* del relato de ficción.

Ahora bien, el acto de reformular un fragmento de un relato de ficción también puede ser considerado *un acto declarativo análogo a la aplicación de una ley preexistente por parte de un juez*, más específicamente, a aquellos casos en los que la ley no se aplica directamente sino que su aplicación *involucra un proceso previo de interpretación*. Podría decirse que constituye otro ejemplo de fuerza ilocucionaria mixta o doble, distinta de la atribuida a los usos fictivos originales, característica de lo que Searle llamó ‘declaraciones representativas’:

Tanto el juez como el árbitro realizan emisiones fácticas: “Usted está afuera”, “Usted es culpable”. Claramente, las oraciones emitidas pueden ser evaluadas en la dimensión del ajuste de las palabras al mundo. ¿Estaba realmente el jugador fuera de la base? ¿Cometió el acusado realmente el crimen? Las oraciones pueden ser evaluadas en la dimensión de ajuste palabra-mundo. Pero al mismo tiempo ambas tienen la fuerza de las declaraciones. Si el árbitro decide que estás afuera (y la decisión es aceptada), entonces para los propósitos del juego de baseball estás afuera, independientemente de cómo hayan ocurrido los hechos, y si el juez te declara culpable (y la decisión es refrendada en una instancia de apelación), entonces para los propósitos legales eres culpable. (Searle 1969, 360; la traducción es mía)

Los usos parafictivos presentan los mismos dos aspectos identificados por Searle. Por un lado, pueden ser evaluados en función de su relación de ajuste con algo externo, es decir, pueden ser considerados verdaderos o falsos según se ajusten/adecuen o no a los hechos narrados en el relato preexistente (fuerza asertiva); por otro, involucran la creación de una *extensión interpretativa de un relato de ficción* (fuerza declarativa). En general, la interpretación parafictiva de una oración con un nombre de ficción expresa un pensamiento que, si bien no pertenece al mundo conceptual del correspondiente relato de ficción, determina una extensión interpretativa del relato. Ese pensamiento puede ser considerado verdadero en la medida en que se ajusta/adecua a los pensamientos que sí son parte de ese mundo conceptual.¹³

¹³ En la medida en que las oraciones traducidas tampoco constituyen el mundo conceptual del relato, la traducción debería ser considerada una forma de reformulación. Las traducciones deberían analizarse de manera semejante a los usos parafictivos, punto que no desarrollaré en este trabajo.

Además de los usos fictivos y parafictivos, están los denominados '*parafictivos*', tal como el uso de (3)

(3) "Sin darse cuenta, Ana llega al Jardín Botánico, aquí una metáfora del perdido Jardín donde florece el Bien y en silencio trabaja la raíz del Mal",¹⁴

en el contexto de un ensayo literario. También estos usos involucran oraciones que no son parte del mundo conceptual del relato. Como puede verse en el ejemplo, se trata de usos en los que se adscribe a un personaje rasgos y acciones que no están almacenados en su archivo en el marco del mundo conceptual correspondiente.¹⁵

Analicemos el ejemplo con más detalle. En un uso metafictivo de (3), la intención referencial del hablante no está dirigida hacia ningún objeto material, por lo que es plausible considerar que el nombre 'Ana' refiere al archivo ANA. Pero el predicado oracional ni expresa un concepto descriptivo utilizado originalmente por Clarice para caracterizar al personaje ni expresa un concepto que sea equivalente a un conjunto de conceptos que ella utiliza sino que *expresa una propiedad que alude al relato de ficción al cual pertenece el personaje*, más específicamente, la de contener la metáfora según la cual el Jardín Botánico de la ciudad en la que se desarrolla la trama del cuento representa el paraíso. Se trata, por tanto, de una *propiedad literaria*, esto es, el tipo de propiedades que sirven para caracterizar los rasgos y las acciones de los personajes de ficción sobre la base de la reflexión crítica que es característica de la crítica literaria. El contenido semántico del uso metafictivo de (3) no es entonces puramente conceptual sino híbrido o mixto: involucra, por un lado, un archivo mental, el archivo ANA, y, por otro, algo que no es conceptual, para simplificar, la propiedad metafórica de llegar al paraíso. El cambio de referencia no es global sino *parcial*, dado que solo afecta al nombre de ficción pero no al predicado oracional.

Como era de esperar, el análisis crítico de personajes conduce a afirmaciones genuinas. El uso metafictivo de (3) es entonces un uso asertivo. De este modo, puede decirse que (3) resultará verdadera en su interpretación

¹⁴ Oración extraída de "De Clarice", por Miguel Cossío Woodward (Lispector 2008, p. 22).

¹⁵ Bonomi (2008) presenta una distinción similar entre usos *textuales*, *paratextuales* y *metatextuales*. Véase también García-Carpintero (2015, 2020).

metafictiva si y sólo si la propiedad metafórica de llegar al paraíso puede adscribirse al personaje de Ana en el marco de un análisis crítico literariamente informado del cuento de Clarice — por lo tanto, al margen de lo que se diga literalmente en el marco conceptual del relato o en alguna extensión interpretativa (pero no crítica) de este último.

Sobre la base de las consideraciones anteriores puede decirse entonces que, como consecuencia de los diferentes tipos de usos de las oraciones que contienen nombres de ficción, el archivo mental asociado semánticamente con un nombre de ficción puede almacenar tres tipos distintos de conceptos generales:

- i conceptos generales que pertenecen al mundo conceptual del relato de ficción, utilizados en los usos característicamente fictivos;
- ii conceptos generales que pertenecen a una extensión interpretativa de ese mundo, propios de los usos parafictivos;
- iii conceptos generales literarios asociados con las propiedades literarias predicadas característicamente en los usos metafictivos.¹⁶

De este modo, cuando un lector de “Amor” emite (1) está realizando un acto de habla *declarativo* que consiste en la *reproducción* de la adscripción de un concepto general al concepto individual ANA realizada originalmente por Clarice en el contexto de la creación del relato; cuando emite (2) está realizando un acto mixto, *asertivo-declarativo* que consiste en la *reformulación* de una adscripción original, que debe ajustarse/adecuarse a un subconjunto de los pensamientos originalmente expresados, y la consecuente creación de una extensión interpretativa del relato; cuando emite (3) está realizando un acto *asertivo*, según el cual que el concepto individual ANA posee cierta propiedad literaria, en el marco de un análisis crítico del relato.¹⁷

¹⁶ Los conceptos literarios pueden ser considerados conceptos de segundo orden, dado que son conceptos teóricos (de la crítica literaria) acerca de conceptos de ficción (de la literatura).

¹⁷ El hecho de que un archivo de ficción pueda almacenar distintos tipos de conceptos generales ha inspirado la idea de que hay dos tipos distintos de archivos que pueden ser asociados con un nombre de ficción, característica de los denominados ‘*Twofileness Accounts*’. Véase, por ejemplo, Terrone (2018).

5. Conclusión

En este trabajo he defendido la tesis de que es plausible considerar que los nombres de ficción refieren a conceptos individuales, o archivos mentales, que componen el conjunto de pensamientos constitutivos del mundo conceptual de una ficción narrativa. Ese mundo conceptual, inicialmente ejemplificado por el ejemplar creado por el autor, es luego transmitido a comunidades futuras de lectores a través de su inserción en una cadena de comunicación, constituida por la interacción con sucesivos ejemplares de la obra. Los lectores son fundamentalmente *reproductores*: sus usos fictivos de las oraciones que contienen nombres de ficción están asociados con pensamientos singulares que son del mismo tipo que los pensamientos singulares originalmente poseídos por el autor de la ficción. Pero también pueden ser *reformuladores y críticos*, es decir, pueden tener pensamientos singulares que involucran *interpretaciones* de los pensamientos originales, los cuales están asociados, respectivamente, con los usos parafictivos y meta-fictivos de esas oraciones. Estos usos determinan nuevos mundos conceptuales, extensiones interpretativas y análisis críticos de los originales, que son compartidos solo por aquellos miembros de la comunidad lingüística que tienen intereses literarios.

Referencias

- Bonomi, Andrea. 2008. "Fictional contexts". En *Perspectives on Contexts*, editado por P. Bouquet, L. Serafini & R. H. Thomason, 215–250. Stanford: CSLI Publications.
- Castañeda, Hector-Neri. 1989. *Thinking, Language, and Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Crimmins, Mark. 1992. *Talk about Beliefs*. Cambridge: The MIT Press.
- Crimmins, Mark, and Perry, John. 1989. "The Prince and the Phone Booth: Reporting Puzzling Beliefs". *The Journal of Philosophy* 86: 685–711.
- Currie, Gregory. 1990. *The Nature of Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Devitt, Michael. 1996. *Coming to Our Senses. A Naturalistic Program for Semantic Localism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Devitt, Michael, & Sterelny, Kim. 1987. *Language and Reality*. Cambridge: The MIT Press.

Donnellan, Keith. 1974. "Speaking of Nothing". *The Philosophical Review* 83: 3-31.

Frege, Gottlob. 1892. "Sobre sentido y referencia". En *Escritos filosóficos*, editado por Jesús Mosterín, 172–197. Barcelona: Crítica - Grijalbo Mondadori.

Frege, G. 1918. "The Thought: A Logical Inquiry". *Mind* 65: 289–311.

Friend, Stacie. 2000. "Real People in Unreal Contexts". En *Empty Names, Fiction and the Puzzles of Non-Existence*, editado por Antony Everett & Thomas Hofweber, 183-203. Stanford: CSLI Publications.

Friend, S. 2011. "The Great Beetle Debate: A Study in Imagining with Names". *Philosophical Studies* 153(2): 183–211.

García-Carpintero, Manuel. 2007. "Fiction-Making as An Illocutionary Act". *Journal of Aesthetics and Art Criticism* 65: 203-216.

García-Carpintero, M. 2013. "Norms of Fiction-Making". *British Journal of Aesthetics* 53: 339-357. DOI: 10.1093/aesthj/ayt021

García-Carpintero, M. 2015. "Is Fictional Reference Rigid?". *Organon F* 22 (Supplementary Issue): 145-168.

García-Carpintero, M. 2019. "Normative Fiction-Making and the World of the Fiction". *Journal of Aesthetics and Art Criticism* 77 (3): 267-279, DOI: 10.1111/jaac.12660

García-Carpintero, M. 2020. "Referential Indeterminacy in Fiction". *Journal of Applied Logics* 7 (2)

Goodman, Nelson. 1968. *Languages of Art. An Approach to a Theory of Symbols*. New York: The Bobbs-Merrill Company Inc.

Jeshion, Robin. 2009. "The Significance of Names". *Mind & Language* 24(4): 370–403.

Jeshion, R. 2010. "Singular Thought: Acquaintance, Semantic Instrumentalism and Cognitivism". En *New Essays on Singular Thought*, 105–40. Oxford: Clarendon Press.

Korta, Korta and Perry, John. 2011. *Critical Pragmatics. An Inquiry into Reference and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kripke, Saul. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press.

Kripke, S. 2013. *Reference and Existence: the John Locke Lectures*. Oxford: Oxford University Press. (Basado en las John Locke lectures dictadas en 1973)

Lispector, Clarice. 1960. “Amor”. En *Cuentos reunidos (Lazos de familia)*. Madrid: Ediciones Siruela, 2008.

Orlando, Eleonora. 2017. “Files for Fiction”. *Acta Analytica* 32: 55-71.

Perry, John. 2001. *Reference and Reflexivity*. Stanford: CSLI Publications.

Predelli, S. 2020. *Fictional Discourse*. Oxford: Oxford University Press.

Recanati, Francois. 2009. “(Anti-)Descriptivism, Mental Files, and the Communication of Singular Thoughts”. *Manuscrito* 32(1): 7-32.

Recanati, F. 2012. *Mental Files*. Oxford: Oxford University Press.

Sainsbury, Mark. 2005. *Reference without Referents*. Oxford: Clarendon Press.

Sainsbury, M. 2010. *Fiction and Fictionalism*. London: Routledge.

Salmon, Nathan. 1986. *Frege’s Puzzle*. Cambridge: The MIT Press.

Searle, John. 1969. “A Taxonomy of Illocutionary Acts”. En *Language, Mind and Knowledge*, editado por K. Gunderson, 344-369. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Simpson, Thomas M. 1964. *Formas lógicas, realidad y significado*. Buenos Aires: Eudeba.

Terrone, Enrico. 2018. “Twofileness. A Functionalist Approach to Fictional Characters and Mental Files”. *Erkenntnis* DOI 10.1007 /s10670-018-0097-2.

Walton, Kendall. 1990. *Mimesis as Make-Believe: On the Foundations of the Representational Arts*. Cambridge: Harvard University Press.

Zalta, Edward. 1983. *Abstract Objects*. Dordrecht: Reidel.

**LÓGICA FORMAL VERSUS LÓGICA TRANSCENDENTAL:
SOBRE UM CAPÍTULO DA POLÊMICA ENTRE A FILOSOFIA
ANALÍTICA E O MOVIMENTO NEOKANTIANO EM TORNO AO
LOGICISMO**

**Formal logic versus transcendental logic: on a chapter in the
controversy between analytical philosophy and neokantian movement
concerning logicism**

Lucas Alessandro Duarte Amaral¹

*Símbolos. Tudo símbolos
Se calhar, tudo é símbolos...
Serás tu também um símbolo?*
(Álvaro de Campos, *Psiquetipia*)

RESUMO

O objetivo deste artigo é dar foco a um capítulo específico dentro do amplo contexto de debate entre o movimento neokantiano com a filosofia analítica. Trata-se da discussão entre Ernst Cassirer e Bertrand Russell, que toma lugar na história da filosofia nas décadas finais do século dezenove e iniciais do vinte. Em específico, veremos as posições de cada um dos autores em questão no que se refere a natureza da lógica e ao programa logicista. Para tanto, num primeiro momento, reconstruiremos essa discussão partindo de Russell. Daí, apresentaremos a posição dos neokantianos (com maior ênfase em Cassirer) nessa narrativa. Feito isso, trataremos da crítica do filósofo inglês a noção de “lógica transcendental” e suas implicações na filosofia de Cassirer, bem como a de seus predecessores na escola de Marburgo. Depois trataremos ao debate a reposta do neokantiano ao filósofo inglês; para, por fim, tratarmos de alguns aspectos do logicismo defendido por Cassirer.

Palavras-chave: Filosofia analítica. Russell. Neokantismo. Cassirer. Logicismo.

ABSTRACT

The aim of this article is to focus on a specific chapter within the broad context of debate between the Neo-Kantian movement and analytical philosophy. It treats of the discussion between Ernst Cassirer and Bertrand Russell, which takes place in the history of philosophy in the late decades of the nineteenth centuries and the early ones of the twentieth. In particular, we'll

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
E-mail: lucasalessandro@hotmail.com. ORCID: [0000-0002-2897-1648](https://orcid.org/0000-0002-2897-1648).

look at the positions of each one of the authors regarding the nature of logic and the logicist program. In order to do that, at first, we'll reconstruct this discussion starting from Russell. Hence, we'll present the position of the Neo-Kantians (with greater emphasis on Cassirer) in this narrative. That done, we'll deal with the critique of the English philosopher the notion of "transcendental logic" and its implications in Cassirer's philosophy, as well as that one of his predecessors in the Marburg school. Then we'll bring to the debate the answer of the Neo-Kantian to the English philosopher; for, finally, deal with some aspects of the logicism advocated by Cassirer.

Keywords: Analytical Philosophy. Russell. Neo-Kantianism. Cassirer. Logicism

Introdução

Geralmente quando alguém discute sobre os temas e problemas da lógica, da matemática, ou da filosofia da lógica/matemática no momento de passagem do século dezenove ao vinte, a retomada aos nomes de Frege e Russell² é usual, pois, como se sabe, suas filosofias são simplesmente fundamentais dentro desse contexto e, portanto, incontornáveis aos interessados no assunto. Não por acaso, os ensinamentos de ambos nessa área foram objeto de estudo de numerosos trabalhos.³ Por outro lado, pouco se fala a respeito do papel desempenhado pelo movimento neokantiano dentro do rico conjunto de temas.

Isso, numa primeira vista, poderia até parecer natural, pois, no fim das contas, o que teriam a dizer esses autores extemporâneos sobre as inovações da lógica ou da matemática do século dezenove, uma vez que eles são kantianos em sua essência? Não teria a filosofia da matemática do filósofo de Königsberg sido superada – por assim dizer – depois⁴ da publicação de textos seminais nesse período?⁵

² E naturalmente muitos outros nomes, como por exemplo: Cantor, Fourier, Cauchy, Weierstrass, Kronecker, Dedekind – autor que traremos ao presente debate inclusive –, Wittgenstein.

³ Não estamos insinuando, em absoluto, que os temas de estudos sobre eles tenham se esgotado. Estamos unicamente contatando um dado quantitativo (em relação do que será dito imediatamente).

⁴ E também antes de Frege, dado que já nos anos iniciais do século dezenove – a partir de Bolzano, pelo menos – a filosofia da matemática kantiana, na qual desempenham papéis centrais os conceitos de intuição pura e construção, foi posta em cheque.

⁵ Como, por exemplo, *Os Fundamentos da Aritmética (GA)*, de Frege; ou *Os Princípios da Matemática (PoM)*, de Russell – para citar só dois neste momento.

Pois bem, se o quadro fosse esse mesmo, quer dizer, que os neokantianos não deram um passo além de Kant quanto a sua filosofia da matemática e sua compreensão de lógica, então poderíamos parar nossa reflexão agora. Mas, o caso não é tão simples assim e pode ser aprofundado em diferentes perspectivas.⁶

De maneira específica, o que faremos aqui é tratar de uma disputa travada entre o neokantiano da escola de Marburgo, Ernst Cassirer, com Bertrand Russell e algumas repercussões disso. Em particular, trataremos com a ideia de lógica e do “tipo” de logicismo defendido por cada um deles. O debate em questão faz parte de um amplo e interessante contexto de diálogo (crítico) e interfaces entre o neokantismo e a filosofia analítica.⁷

Convém mencionarmos ainda um último aspecto quanto aos objetivos específicos deste artigo: não temos, em absoluto, qualquer pretensão valorativa aqui, ou seja, não se trata de dizer quem tem mais razão – se os neokantianos ou os filósofos analíticos. Por mais elementar que isso possa parecer, tal explicitação está longe de ser uma mera trivialidade e é relevante, assim acreditamos, do ponto de vista do tratamento sistemático a ser levado a efeito aqui. O que pretendemos aqui é trazer ao debate um outro ponto de vista – interessante e talvez menos conhecido (o do neokantismo). Nesse sentido, traremos a cena noções pouco usuais aos filósofos analíticos, como a ideia de uma “lógica transcendental” e seu papel na epistemologia neokantiana.

1. Russell

Sabe-se que um dos objetivos do programa logicista de Russell em *PoM* é mostrar que a matemática lida exclusivamente com conceitos definíveis em termos de conceitos lógicos fundamentais e que todas as suas proposições são dedutíveis a partir de um pequeno número de princípios

⁶ Seja em se tratando do kantismo que tais autores preservam, seja em se tratando dos distanciamentos com Kant. Conforme pretendemos mostrar no decorrer deste artigo, nos ocuparemos com alguns aspectos de uma dessas perspectivas: a referente ao programa logicista.

⁷ Outras interfaces entre o movimento neokantiano e a filosofia analítica já foram – e vem sendo ainda – traçadas, em diferentes vertentes. Na bibliografia citaremos todos os trabalhos que tivemos contato, mas apenas para que se tenha uma parcela de autores que vêm trabalhando com isso, cf., por exemplo, os trabalhos de G. GABRIEL (2017); M. PORTA (2011), A. YAP (2014); J. HEIS (2010, 2015); J. PULKKINEN (2001).

lógicos fundamentais.⁸ Além disso, o filósofo havia definido a matemática pura como uma classe de proposições e contém as seguintes constantes lógicas: 1. a implicação; 2. a relação de um termo a uma classe da qual ele é membro; 3. a noção de “tal que”; 4. a noção de relação; 5. as noções envolvidas na implicação formal.⁹

De acordo com o aparato lógico desenvolvido e exposto em *PoM*, Russell defendeu, portanto, que “toda a teoria dos inteiros enquanto um ramo da lógica”.¹⁰ Ademais, ele chegaria em outros muitos resultados importantes a sua filosofia, tal como sua definição de número natural em termos de classes; definição que, diga-se, seria um dos pontos altos de sua discussão com Cassirer.

1.1 Um conceito importante a filosofia de Russell (e negligenciado por Cassirer): “função proposicional”

Em 1910 Cassirer publica um livro intitulado *Conceito de Substância Conceito de Função: investigações sobre as questões fundamentais da Crítica do Conhecimento*.¹¹ Nesse livro, é manifesto desde o princípio a preocupação do neokantiano com os temas mais recentes naqueles tempos nos campos das ciências empíricas (física/biologia) e formais (lógica/matemática). Contudo, esse texto aos olhos de um leitor contemporâneo pode gerar, em uma primeira leitura, uma impressão estranha. Embora o livro contenha de fato teses bastante atuais nos campos das ciências naturais e exatas de seu tempo, muitos de seus argumentos e conceitos centrais parecem indescritíveis. Uma explicação inicial causadora dessa impressão negativa diz respeito ao próprio estilo em que o texto é escrito: em um misto entre história da filosofia e filosofia sistemática, *SF* é um livro que investiga a ciência a partir de sua história.¹² E, segundo Cassirer, uma das maiores lições que a histó-

⁸ Cf. *PoM*, P. v.

⁹ Cf. *PoM*, P. 106.

¹⁰ *PoM*, P. 111.

¹¹ *Substanzbegriff und Funktionsbegriff: Untersuchungen über die Grundfragen der Erkenntniskritik*. Utilizaremos as iniciais *SF* para fazer referência ao texto de 1910 de Cassirer.

¹² Assim como boa parte dos textos de Cassirer, ou seja, filosofia e história da filosofia não são distintas, mas caminham lado a lado. Dito de outra forma, toda filosofia (por mais inovadora que possa parecer) pressupõe uma dada tradição. Esse foi um projeto levado a efeito por praticamente todos os membros do movimento neokantiano, delineado, inicial-

ria da ciência nos ensinou foi aquela referente à substituição do conceito de substância pelo conceito de função. Segundo ele, o conflito entre esses dois conceitos marcou decisivamente a história da ciência.

Outro dos fatores que pode dar ensejo ao estranhamento inicial do leitor de *SF* refere-se ao desejo de Cassirer em ressaltar a ancestralidade histórica em sua própria filosofia de um modo *sui generis*: o neokantiano frequentemente reutiliza a linguagem técnica dos filósofos ou cientistas à sua maneira. Embora sejam vários os exemplos em 1910, o caso que nos valermos de modo quase que exclusivo neste trabalho é o do conceito de Função. Apesar do uso frequente (e plural),¹³ Cassirer jamais empregou essa noção de maneira tal qual a Russell, a saber, enquanto “Função proposicional”.

1.2 Alguns aspectos da noção de “Função proposicional” em Russell

De modo independente de Frege, Russell também propôs um método para analisar as proposições em termos de função e argumento.¹⁴ Há, contudo, uma diferença metodológica entre os dois autores. Tal diferença reside na relação que a proposição mantém com a função e com o argumento (ou argumentos) oriundos do processo de análise nos dois casos. Se, por um lado, em Frege o valor da função aplicada a esse(s) argumento(s) é o valor de verdade da proposição analisada, para Russell, por outro, é a própria proposição.¹⁵ Por isso, Russell denomina tais funções enquanto proposicionais. E ele, como Frege, distingue a função proposicional de um valor indefinido da função, valendo-se da notação ϕx e ϕx para cada um deles.¹⁶

mente por W. Windelband e seu programa de uma *Problemgeschichte*. Cf. WINDELBAND (1894).

¹³ Cf., sobre a equivocidade do termo “função em Cassirer, HEIS (2014).

¹⁴ Cf., sobre a noção de “função proposicional” em Russell, HYLTON (2005).

¹⁵ Em *Principia Mathematica*, encontramos: “Por ‘função proposição’ queremos dizer algo que contém uma variável x , e expressa uma proposição assim que um valor é atribuído a x . Ou seja, difere de uma proposição apenas pelo fato de ser ambígua: contém uma variável da qual o valor não é atribuído. Concorde com as funções ordinárias da matemática no fato de conter uma variável não atribuída, onde a diferença está no fato de que os valores da função são proposições (ambiguamente), enquanto o valor indeterminado da função é aquilo que é ambigualmente denotado. Se o valor indeterminado for escrito “ ϕx ”, escreveremos a função em si “ ϕx ” (qualquer outra letra pode ser usada no lugar de x). Assim, devemos dizer “ ϕx é uma proposição”, mas “ ϕx é uma função proposicional”. (*PM*, V. 1. P. 40).

Toda função proposicional φx possui, em adição à classe dos objetos que a satisfazem, certo domínio de significação, quer dizer, uma classe constituída pelos seus possíveis argumentos (objetos que a tornam uma proposição, independentemente de ser verdadeira ou falsa). Quanto aos objetos do domínio de significação, ficam as possibilidades de que: 1. todos satisfaçam a função proposicional φx ; 2. que alguns satisfaçam ou 3. que nenhum satisfaça. Essas situações são indicadas por Russell por meio das expressões (x) , φx , $(\exists x)$, φx e $(x) \cdot \neg \varphi x$, respectivamente, que designam proposições. O símbolo (x) , corresponde ao nosso $(\forall x)$.

Segundo Peano, Russell denomina o x que ocorre nessas expressões como variável aparente, e o x que ocorre na expressão φx como variável real, o que corresponde, respectivamente, às expressões variável ligada e variável livre que usamos hoje.

Além disso, podem ocorrer casos em que Funções proposicionais cujos argumentos são outras funções proposicionais. Entretanto, uma função proposicional não pode estar no seu próprio domínio de significação. Isso acontece por conta de um postulado que Russell designou enquanto o “princípio do círculo vicioso”. É esse princípio que estabelece que nenhuma totalidade pode conter membros que pressuponham essa totalidade. Se, por um lado, uma característica essencial das funções proposicionais, segundo Russell, é que estas denotam ambigualmente os seus muitos valores e, por esse motivo, os pressupõem – “uma função [proposicional] não está bem definida a menos que todos os seus valores já o estejam”¹⁷ –, por outro, para apreender uma função proposicional é preciso reconhecer uma proposição como valor dessa função para um dado argumento.

Outro aspecto relevante aqui diz respeito ao fato de que entre as proposições também há um tipo de hierarquia. Ela começa com as proposições elementares e prossegue com as proposições de primeira ordem, de segunda ordem e assim por diante. Sendo assim,

Ademais, levemos em conta que a expressão φx atua como uma variável que Russell diz representar classes de proposições. E essa classe de proposição são os valores da função proposicional, dita φx . Levemos em consideração as proposições: “O atual presidente da república é inescrupuloso” e “quem defende o atual governo é inescrupuloso” são casos particulares da proposição “ x é inescrupuloso” e são valores da função proposicional “ x é inescrupuloso” aplicada aos argumentos “atual presidente da república” e “quem defende o atual governo”.

¹⁷ *PM*, v. 1. P. 41.

- 1 as proposições elementares são aquelas que não contêm funções proposicionais nem variáveis aparentes, por exemplo;
- 2 as proposições de primeira ordem não são elementares, não contêm funções proposicionais, e as únicas variáveis aparentes que possuem representam apenas indivíduos e
- 3 as proposições de segunda ordem são aquelas que possuem, ao menos, uma variável aparente que representa uma função de primeira ordem.

A impossibilidade de uma coleção que contenha todas as funções proposicionais de indivíduos inviabiliza importantes partes da matemática. Isso ocorre porque são muitas as proposições matemáticas que fazem referência a tal coleção. E uma delas é o princípio da indução finita.¹⁸

Segundo Russell, um objeto possuir uma determinada propriedade corresponde a esse objeto satisfazer uma determinada função proposicional. Por isso, o princípio acima pode ser reescrito nos seguintes termos: “qualquer que seja a função proposicional ϕx , se zero satisfaz ϕx e o sucessor de todo número que satisfaz ϕx também satisfaz ϕx , então todo número natural satisfaz ϕx ”.¹⁹

Uma proposição que diga respeito a todas essas funções não tem significado, mas uma que contenha todas as funções proposicionais de primeira ordem, todas as de segunda ordem, todas as de terceira ordem e assim por diante, sim. O problema, todavia, está na expressão “e assim por diante”, que carece, ela própria, de um significado mais preciso. Com o intuito de sanar essa dificuldade, Russell introduz o “axioma da redutibilidade”.

Esse axioma postula a existência, para qualquer função proposicional, de uma função predicativa coextensiva com ela. Com o axioma da redutibilidade, o princípio da indução pode ser traduzido para qualquer que seja a função predicativa $\phi!x$, se zero satisfaz $\phi!x$ e o sucessor de todo número que satisfaz $\phi!x$ também satisfaz $\phi!x$, então todo número natural satisfaz $\phi!x$. Agora, assumindo que o princípio é válido para toda

¹⁸ Que reza algo do tipo: “todas as propriedades que pertencem a zero e ao sucessor de todo número que possui essas propriedades pertencem a todo número natural”.

¹⁹ Contudo, esse enunciado não é válido no âmbito de uma teoria que tem o princípio do círculo vicioso entre os seus postulados, haja vista que a sua formulação pressupõe a totalidade de funções proposicionais de indivíduos.

função predicativa, o axioma garante, portanto, a sua validade para funções de qualquer ordem. De fato, se $\psi x \wedge$ é uma função proposicional satisfeita por zero e pelo sucessor de todo número que a satisfaz, então, pelo axioma da redutibilidade, existe uma função predicativa $\phi!x \wedge$ também satisfeita por zero e pelo sucessor de todo número que satisfaz $\phi!x \wedge$. Pelo princípio da indução, conclui-se que todo número natural satisfaz $\phi!x \wedge$. Como $\phi!x \wedge$ é coextensiva com $\psi x \wedge$, segue que todo número natural satisfaz a função proposicional $\psi x \wedge$.

2. O movimento neokantiano no contexto da “nova lógica”

Apesar da incontestável importância à época, a publicação dos *PoM* de Russell não recebeu muita atenção na comunidade filosófica germânica. Todavia, essa situação muda com a publicação em língua alemã do livro homônimo de Louis Couturat, no ano de 1908. Dessa maneira, não *The Principles of Mathematics*, mas *Die philosophischen Prinzipien der Mathematik* foi a obra que chegou aos neokantianos (ao menos a Natorp e Cassirer). Portanto, a recepção desses autores da nova lógica de Russell e do programa logicista em geral foi de segunda mão, por assim dizer.

Aos nossos fins, importa ressaltar aqui o fato de que para os neokantianos a nova lógica formal de Russell possui certos problemas, como apontou inicialmente Natorp²⁰ ao criticar o emprego do filósofo inglês de conceitos “indefinidos” e proposições “não comprováveis” como a base da lógica.²¹ Mas alguém poderia fazer uma questão legítima a Natorp (e aos neokantianos como um todo): do que trata a lógica afinal? A resposta a essa questão tem, pelo menos dois aspectos importantes: um formal e outro epistemológico. Para um neokantiano o mecanismo de trabalho da lógica de autores como Frege ou Russell de fato revolucionou a lógica aristotélica e isso foi de grande importância na área, porém essa mesma lógica possuía uma

E basicamente o livro de Couturat fornece uma versão simplificada dos ensinamentos de Russell. Ademais, lembremo-nos de que em 1907, em *Kant und die Moderne Mathematik*, Cassirer retoma quase sempre o texto do filósofo francês quando se refere aos ensinamentos russellianos.

²⁰ Em *Die Logischen Grundlagen der Exakten Wissenschaften* (LGEW – 1910).

²¹ Cf., *LGEW*, P. 4.

deficiência: ela não aumenta nossa compreensão. E Isso será de importância nuclear para Cassirer, de acordo com o que o que será explorado a seguir.

2.1 A ideia de filosofia (kantiana) e o “método transcendental” (neokantiano)

O que a *Crítica da Razão Pura* intencionava não era corrigir o conhecimento filosófico uma vez por todas, em um determinado sistema dogmático de conceitos, mas abrir o “caminho estável da ciência”, no qual pode haver pontos de detenção e repouso sempre relativos, nunca absolutos.²²

A passagem acima de Cassirer endossa algo que já mencionamos no início do artigo: não é pelo fato de que os neokantianos tiveram seu marco de referência estabelecido em um movimento de retorno a Kant que eles sejam kantianos, no simples sentido de dizer que eles defenderam aquelas mesmas teses do filósofo de Königsberg. Se o caso fosse esse, então os vários acontecimentos ocorridos no século dezenove (inclusive a nova lógica de Russell) haveriam de ser deixados de lado e, nesses termos, sim, os neokantianos soariam como meros repetidores de Kant²³ e não os pensadores originais que foram.

Algo que foi decisivo aos neokantianos, e isso eles realmente preservaram e são legatários de Kant, é o seu modo de fazer filosofia: filosofia é entendida enquanto uma atividade essencialmente reflexiva.

Outro aspecto fundamental aos neokantianos que não é de origem kantiana – embora seu nome possa sugerir-lo – diz respeito ao método, a saber, o “método transcendental”.²⁴ De acordo com Cohen, a filosofia transcendental parte do *Faktum* da ciência matemática da natureza.²⁵ E esse fato exige uma análise que descubra as condições de sua possibilidade, revelan-

Na verdade são dois os aspectos que importam: significado e compreensão. Cf. *LGEW*, P. 4-6.

²² *ERT*, P. 355.

²³ Lembremos de que a epistemologia kantiana teve como objeto de investigação a ciência da época de Kant – nomeadamente: a geometria euclidiana, por lado, e a mecânica newtoniana, por outro. Por seu turno, a epistemologia neokantiana teve como objeto de investigação a ciência de seu tempo – nomeadamente: (i) termodinâmica; (ii) as geometrias não-euclidianas; (iii) logicização da aritmética; (iv) eletromagnetismo; (v) a teoria da evolução das espécies. Portanto, dado que a situação da ciência é distinta em cada um, então não pode ser o caso de que eles falem simplesmente das mesmas coisas.

²⁴ Kant, inclusive, jamais se valeu dessa expressão. Cf. a respeito BAUM (1980).

²⁵ Cf. no livro de Cohen, de 1877, *Kants Begründung der Ethik*, especialmente as páginas 24-25, a passagem canônica do “*Faktum* da ciência”.

do assim os princípios e os fundamentos epistemológicos da ciência matemática. Trata-se, portanto, de uma reflexão de segunda ordem sobre as condições *a priori* do conhecimento científico, no sentido de considerar única e exclusivamente a ciência enquanto uma classe de proposições, ou de um sistema mesmo: aquele referente à “experiência científica”.²⁶

Cassirer leva essa concepção metodológica de Cohen aos novos “facta” fornecidos pelos avanços do século dezenove no campo das ciências físico-matemáticas.²⁷ Nesse sentido, ele entende que a partir de uma orientação matizada de kantismo, é possível avançar as investigações filosóficas para um estágio além daquele alcançado por Kant. Este avanço, insiste Cassirer, é apenas uma reafirmação do espírito da filosofia de seu antecessor, já que ela visa descobrir as pressuposições e fundamentos *a priori* do pensamento científico, começando com o “fato” historicamente determinado da ciência natural.

Assim, a reconstrução efetuada por Cassirer em suas obras, do ponto de vista histórico e sistemático, é o resultado de sua formação neokantiana e, ao mesmo tempo, a prova de sua abordagem original à reflexão epistemológica sobre o *Faktum* da ciência com o qual o método transcendental lida.

3. A crítica de Russell a noção neokantiana de lógica

No ano de 1903 é publicado um artigo de Russell na revista *Mind* intitulado *Recent work on the philosophy of Leibniz*. Nele, o filósofo inglês faz um apanhado em torno aos trabalhos recentes sobre Leibniz²⁸ publicados naquela época, como anunciado em seu título. Além do próprio Russell, em

“parte-se da ciência enquanto algo ‘dado’, e, por uma reflexão explicitadora, eleva-se ao estabelecimento de suas condições lógicas de possibilidade.” PORTA (2011). P. 48.

²⁶ Isso foi, na realidade, uma ampla tendência no século dezenove. Autores como Mach, Avenarius, Trendelenburg e, posteriormente, os positivistas vienenses iriam – cada um à sua maneira – seguir nesse trilho.

²⁷ Tal como mencionamos acima (1.1.) na referência feita a primeira obra sistemática de Cassirer (*SF*).

²⁸ É digno de nota o ressurgimento de Leibniz nesse momento da história, quando, justamente, esse empenho em fundar a matemática na lógica vai ganhando cada vez mais força.

1900,²⁹ Couturat, em 1901,³⁰ e Cassirer, em 1902,³¹ fizeram isso e foram os autores resenhados pelo inglês naquele ano.

De sua análise crítica, o que mais nos importa agora é retomar uma passagem em que ele expressa – de modo acertado – um fator decisivo que estava presente na filosofia de Cassirer e com respeito ao qual ele se mostrou totalmente contra: a compreensão dos neokantianos de lógica.

Inicialmente, Russell reconhece, por um lado, que Couturat estava bem informado quanto aos recentes avanços na lógica naquela época e, por outro, Cassirer se mostrava alguém com uma visão muito aquém e antiquada no que se refere aos recentes avanços da disciplina.³² A esse respeito leiamos:

Dr. Cassirer, como Sr. Couturat, considera a Lógica de Leibniz e suas investigações dos princípios da matemática como a fonte de seu sistema metafísico. No entanto, seu livro difere amplamente daquele do Sr. Couturat, tanto em sua teoria quanto sobre as posições de Leibniz; e também quanto à ordem lógica e histórica das várias partes de sua filosofia. Ao contrário do Sr. Couturat, o presente autor não ainda compreendeu a recente descoberta e a importância da Lógica Simbólica. Na filosofia da matemática, seu ponto de vista parece concordar de perto com aquele do Prof. Hermann Cohen, a quem o livro é dedicado, e para quem os agradecimentos são feitos no Prefácio. Encontramos, apesar de ocasionais referências a Dedekind e Cantor, pouco reconhecimento da aritmetização da matemática, e absolutamente nada da ainda mais recente “logificação”, se tal palavra for permissível. Matemática, para o Dr. Cassirer, não é sinônimo de lógica simbólica e lógica é sinônimo de teoria do conhecimento. Em ambos os casos o trabalho é kantiano e supõe que Leibniz também o seja. O mérito raro de não imputar nossa própria filosofia para o autor que está sendo discutido pertence ao trabalho do Sr. Couturat, mas não ao do Dr. Cassirer; e como a matemática recente refutou de modo conclusivo as doutrinas de Kant quanto aos seus princípios, o resultado é roubar de Leibniz seu resultado mais extraordinário – quero dizer, o reconhecimento da suprema importância da Lógica Simbólica.³³

Ainda que a baixa empatia de Russell pela interpretação de Cassirer seja evidente – e agora não é o momento de avaliar se o inglês fez justiça ao que foi realmente defendido pelo neokantiano em seu livro – o único ponto que interessa neste momento diz respeito às palavras ditas pelo filósofo in-

²⁹ *A critical exposition of the philosophy of Leibniz, with an appendix of leading passages.*

³⁰ *La logique de Leibniz, de après de documents inédits.*

³¹ *Leibniz' System in seinen Wissenschaftlichen Grundlagen.*

³² Inclusive de acordo com o que já tratamos acima (item 2).

³³ RUSSELL, 1903 B, p. 191.

glês sobre a posição de Cassirer quanto a sua ideia de lógica. E elas estão basicamente corretas: lógica é, para os neokantianos, sinônimo de teoria do conhecimento. Esse é outro aspecto decisivo que Cassirer (e os outros neokantianos de Marburgo) levou adiante dos ensinamentos de Kant: lógica é entendida enquanto lógica transcendental.

3.1 O neokantismo de Marburgo sobre *Lógica Formal e Lógica Transcendental, física, matemática e conhecimento a priori*

Cassirer, Cohen e Natorp têm uma compreensão bem peculiar de lógica, sobremaneira se os compararmos com seus contemporâneos e seus feitos nessa área. Mais ainda, sob o olhar de um estudioso de lógica, a disciplina defendida pelos neokantianos não seria nem sequer considerada lógica.

Como já mencionado outrora, a compreensão de lógica desses autores tem suas origens em Kant.³⁴ Quanto a isso, leiamos a pertinente passagem de Barone, quando o estudioso afirma que essa lógica se trata de:

uma lógica única e abrangente que deve lidar com a possibilidade da experiência: a lógica transcendental. Ela deve buscar aqueles conceitos e juízos que constituem as condições necessárias e suficientes de conhecimento; também dos objetos da experiência e deve legalizá-los em sua origem da razão.³⁵

Outro aspecto importante a ser levado em consideração nessa passagem de Barone refere-se ao tipo de objeto de análise dessa lógica dos neokantianos: os objetos da experiência. Uma vez mais, os neokantianos concordam com Kant e também acreditam que o único conhecimento *a priori* possível é aquele relativo ao mundo empírico. Não se trata, portanto, de

³⁴ Natorp em 1887 escreve um ensaio intitulado *Über objektive und subjektive Begründung der Erkenntnis* (doravante: NATORP, 1887) em que ele diz exatamente isso: “Estamos tomando uma posição basicamente não muito distante da de Kant; de fato, acentuamos a essência de sua visão se negamos que uma lógica exclusivamente “formal” possa servir como uma teoria adequada do conhecimento e não apenas como uma técnica. De acordo com Kant, não existem leis de verdade puramente formais que não tenham suas raízes nas leis da verdade objetiva. Não há, portanto, uma lógica formal que não esteja fundamentada na lógica “transcendental”. Se ambos estão relacionados da mesma maneira que a lei encontrada nas funções analíticas e sintéticas, e se toda análise pressupõe a síntese (porque o entendimento não pode analisar algo que não tenha sido sintetizado), tudo o que a lógica formal pode ensinar deve ser fundamentado transcendentemente” (NATORP, 1887, p. 557).

³⁵ BARONE, 1953. P.194.

conhecer *a priori* objetos abstratos (como, *e.g.*, números), tal como haviam defendido Russell ou Frege.

E aqui nos deparamos com mais uma diferença essencial entre os representantes do neokantismo e os filósofos analíticos, particularmente quanto ao platonismo defendido por eles. Isso porque,

O interesse do neokantismo pela matemática é como o de Kant, concentrado na sua função à “física”, e não se detém nas estruturas formais que constituem sua essência interior, independentemente de qualquer aplicação à objetivação de uma multiplicidade sensível.³⁶

Cassirer, em diversos momentos de sua carreira intelectual, ressalta a importância desse kantismo e defende essa espécie de unidade da ciência (*i.e.*, física e matemática),³⁷ bem como a atividade a ser realizada pelos filósofos: reflexão sobre a ciência.³⁸ E, apesar de todas particularidades existentes na física, matemática, e também na lógica, a marca característica do “*Faktum* da ciência” – para usar o jargão neokantiano – é a de que ciência pode ser reduzida a um sistema de relações.

Os neokantianos sempre trabalham a partir dessa perspectiva mais abrangente, também por isso o tratamento desses autores das matemáticas (aritmética/geometria) ou da lógica pareça um tanto heterodóxo numa primeira vista. Isso pois a metodologia (transcendental) dos neokantianos esteve em desacordo com aquele estilo articulado dos primeiros filósofos analíticos contemporâneos de Cassirer. Consideremos aqui um caso.

Apesar da afinidade intelectual de Hans Reichenbach com Cassirer – que foi seu professor em Berlim – suas filosofias se mostraram bem diferen-

³⁶ BARONE, 1953. P. 197.

³⁷ Cf., sobre essa ideia de “aplicação” da matemática na física, CANTÙ (2018).

³⁸ Para ilustrar com duas passagens textuais de Cassirer sobre esse ponto, levemos em conta estas:

- 1 Se alguém pudesse expressar a relação entre filosofia e ciência de forma contundente e paradoxal, pode-se dizer: o olho da filosofia não deve ser dirigido nem sobre a matemática nem sobre a física; deve ser dirigido unicamente na conexão dos dois reinos. (*KMM*, p. 44).
- 2 O mundo da lógica, o mundo da matemática, assim como o mundo dos objetos empíricos, todos eles possuem um fundamento comum, na medida em que todos eles estão enraizados em um mesmo estrato primordial das puras formas relacionais. Sem essas formas, sem as determinações categoriais como a unidade e a diversidade, bem como a identidade e a distinção, não seria possível conceber um conceito genérico de objetos matemáticos ou uma ordem de objetos empíricos. (*PSF*, vol. III, p. 653).

tes. Por exemplo, o primeiro rejeitou o estilo histórico empregado no trabalho do neokantiano, ao defender que uma das tarefas da filosofia era, *grosso modo*, a de fornecer uma análise lógica das ciências, quer dizer, uma análise que recorre à determinadas técnicas lógico-matemáticas para tratar da estrutura epistemológica de uma teoria científica. Tanto o emprego da argumentação matemática de Reichenbach quanto sua adoção do estilo das ciências matemáticas como um paradigma filosófico marcaram uma clara ruptura com Cassirer, e com o neokantismo em geral.

Não obstante Cassirer tenha trabalhado em seus escritos de juventude³⁹ com as recentes teorias matemáticas de seu tempo (sobretudo os trabalhos de Frege, Russell e Dedekind), ele praticamente não usa métodos matemáticos, como o próprio Reichenbach havia feito.⁴⁰ O neokantiano tampouco se ocupou em importar uma argumentação rigorosa. Mas apesar de tudo isso, o neokantiano, vale ressaltar outra vez, não esteve alheio aos temas da época. Como podemos ler no trecho a seguir:

Aparece, de fato, um novo e frutífero ponto de vista, introduzido por Russell em seu tratamento da lógica formal. Toda a lógica “clássica” se preocupou com nada além da subsunção de conteúdos, com a ordenação das esferas de dois conceitos. (...) A silogística aparece em geral como um momento particularmente reacionário e inibidor. A lógica permanece vinculada ao ponto de vista da substância e, portanto, à forma fundamental do julgamento da predicação, enquanto o pensamento científico vivo aponta mais claramente para o conceito de função [*Funktionsbegriff*] como seu próprio ponto central sistemático. Reconhece-se, a esse respeito, o valor e a necessidade do novo alicerce sobre o qual Russell está procurando colocar a lógica.⁴¹

Na filosofia de Cassirer, o contraste feito entre “substância” e “função” – seja no título da obra de 1910, ou na passagem acima do artigo de 1907 – tem por objetivo contrapor duas posições filosóficas características: uma metafísica e a outra epistemológica. E é a partir dessa distinção que o autor constrói todo seu sistema. Em uma leitura mais detalhada de *Substanzbegriff und Funktionsbegriff*, seu resultado final mostra que na realidade ele

³⁹ Em particular os textos: 1. *Kant und die Moderne Mathematik* e 2. *Substanzbegriff und Funktionsbegriff: Untersuchungen über die Grundfragen der Erkenntniskritik*.

⁴⁰ Cf. o texto escrito em 1924: *Axiomatik der relativistischen Raum-Zeit-Lehre*, Braunschweig: Fried. Vieweg & Sohn. Reprinted in Reichenbach (1977a), vol. 3: 3–171.

⁴¹ *KMM*, P. 7.

pretendia cobrir um domínio muito mais amplo de temas e problemas⁴² com essa distinção inicial. Embora exista de fato esse acordo inicial com a nova lógica de Russell e Frege, não são poucas as diferenças entre o neokantiano e os outros dois. Cassirer regularmente os critica em *SF* pelo tipo logicismo e pelo platonismo matemático por eles defendido.

Contra isso, o filósofo de Marburgo advoga pelo que hoje chamados de “estruturalismo” na filosofia da matemática. Para tanto, ele recorre a figura do matemático alemão Richard Dedekind, que defendia, *grosso modo*, que os objetos matemáticos são apenas posições em estruturas, ou seja, todas as propriedades essenciais de um número natural particular são propriedades relacionais irreduzíveis entre ele e os outros números naturais. Cassirer interpretou que a visão de Dedekind também se enquadra nos moldes “logicistas”, porém, como ele enfatiza,⁴³ de modo diferente daquele defendido por Russell e Frege.

Tal diferença é, em parte, um reflexo do próprio projeto epistemológico do neokantiano. Uma evidência disso é o próprio subtítulo da obra de 1910, em que se lê: “Investigações sobre as questões Fundamentais da Crítica do Conhecimento”. Esse subtítulo, assim nos parece, fornece os primeiros indícios daqueles elementos diferenciais encontrados em Cassirer diante das outras filosofias de autores de seu tempo; em particular os traços kantianos e neokantianos de seu trabalho: o projeto de uma “filosofia transcendental”, a proposta metodológica de base (o “Método transcendental”) e a lógica subjacente (“Lógica transcendental”).

3.2 Uma resposta de Cassirer

Cassirer não chegou a responder diretamente a Russell, que aliás não foi o único a criticá-lo em sua concepção de lógica. Mas isso não quer dizer que ele deixou de lado as críticas recebidas durante sua carreira, pelo contrário: ele se posicionou em diferentes momentos. A seguir, de acordo com al-

⁴² Isso, a nosso ver, tem alguns ganhos e outras perdas: ganhos na medida em que fica evidente o conhecimento de nosso autor nos mais diversos assuntos, já que ele se dispõe a discursar sobre os mesmos com certo domínio; e perdas na medida em que, por um lado, nem sempre esses temas são tão bem aprofundados por Cassirer e, por outro, o filósofo flexibiliza demasiadamente o pensamento de determinado autor.

⁴³ Cf. *SF*, P. 44-54.

gumas passagens textuais do neokantiano, veremos que um dos principais resultados da divergência de Cassirer com Russell – e os outros autores que o criticaram – diz respeito ao projeto (metodológico-epistemológico-transcendental) levado a efeito pelo filósofo de Marburgo.

Em 1928,⁴⁴ Cassirer publica um artigo na *Kant-Studien* que é uma resposta a crítica do filósofo holandês Gerard Heymans.⁴⁵ Ele havia colocado em cheque, entre outras coisas, a noção neokantiana de lógica (transcendental) e a posição crítica de Cassirer quanto a teoria de formação de conceitos por abstração de notas características.⁴⁶ A resposta de Cassirer a Heymans quanto ao primeiro tema é a seguinte:

O conceito não é um conceito lógico válido? Tem um sentido e só isso é decisivo para sua validade na lógica formal. A questão de saber se pode desempenhar algum papel para o conhecimento está inteiramente fora da esfera da lógica formal.⁴⁷

O ponto de Cassirer a tal objeção é, na verdade, bastante simples: ele simplesmente nega estava envolvido em uma discussão de lógica formal. E agora quanto ao segundo, o neokantiano afirma:

Eu não queria mostrar que a teoria da abstração é falsa, isto é, que é formalmente incorreto, mas sim que não é suficiente para a fundamentação objetiva particular do conceito, para a explicação de seu valor para o conhecimento.⁴⁸

Cassirer nega, portanto, que sua análise da estrutura e formação de conceitos seja válida apenas para conceitos matemáticos, mas a validade geral de sua concepção não significa que sua teoria seja uma teoria da lógica formal. Ainda no mesmo texto de 1928, encontramos:

⁴⁴ “Zur Theorie des Begriffs.” (*ZTB*) Reprinted in: *Erkenntnis, Begriff, Kultur*, edited by. R. Bast. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1993. O artigo foi publicado inicialmente no volume 34 da *Kant-Studien*.

⁴⁵ Que publica no volume anterior da *Kant-Studien* (33) daquele mesmo ano o artigo intitulado *Zur Cassirischen Reform der Begriffslehre*.

⁴⁶ Para isso ele inicia *Substanzbegriff und Funktionsbegriff* contra as teorias abstracionistas de formação de conceito e a noção de conceito genérico enquanto o resultado da abstração por notas características. Nela, desempenhava um papel essencial a relação básica – coisa-atributo – encontrada na lógica aristotélica. Por exemplo, podemos identificar um cachorro como tal, se, por intermédio da abstração, atribuímos a ele as notas características básicas de um, a saber, ser quadrúpede, latir, ter pelos, etc. Caso isso seja satisfeito, podemos dizer que aquilo é um cachorro. Cf. a respeito o primeiro capítulo de *SF*.

⁴⁷ SCHLICK (1918). P. 5. Esta passagem é citada por Cassirer em *ZTB* (Cf. P. 133).

⁴⁸ *ZTB*, P. 132.

para mim, não há como voltar desse reconhecimento à lógica formal “clássica”. Pois, se esse tipo de lógica, de acordo com a definição kantiana, consiste nisso, que “abstrai de todos os objetos de conhecimento e suas diferenças” – assim a teoria filosófica do conceito, que eu procurei construir, apresenta antes a tarefa diametralmente oposta. Ele não se abstém de considerar essa variedade de estruturas objetivas, mas quer torná-las visíveis em sua extensão completa. Não se esforça pelo não formal além das diferenças na estrutura objetiva, mas quer mostrar o próprio significado imanente, a articulação interna dessas diferenças. Somente deste ponto de vista universal e fundamental [da teoria filosófica do conceito] pode ser entendida toda posição individual concernente ao “conceito” e sua função lógica.⁴⁹

Entretanto, o que restaria dessa disciplina que “abstrai de todos os objetos de cognição e suas diferenças” e considera apenas “a mera forma de pensar”? E a resposta de Cassirer é esta:

O sentido do conhecimento puro dos conceitos – pode ser agora de um conceito de ciência natural – consiste, de fato, em que eles deveriam nos colocar em posição de apreender o particular empírico sob regras e determinar o particular por meio deles.⁵⁰

Para Cassirer, essa conclusão dificilmente poderia ter sido alcançada se se considerar unicamente a forma do pensar, como ele crê que fizeram seus críticos. Segundo ele:

Só pode ser alcançado através da consideração do sentido objetivo e dos vínculos objetivos do pensamento. Uma verdadeira lógica “geral” pode, portanto, apenas basear-se em uma lógica transcendental, isto é, basear-se numa lógica de pensar um objeto. É essencial estudar sua estrutura, seu caráter, sua relação multifacetada e sua conexão necessária. Em minha análise em *Substância e Função*, eu estava essencialmente objetivando essa e nenhuma outra tarefa. Heymans entendeu errado o que eu apresentei, se ele pensasse que sua intenção era substituir os tipos de atividade transmitidos na “lógica formal” por alguns outros novos: derrubar a velha forma dessa “lógica” a fim de colocar um novo em seu lugar. O que procurei contrariar não foi a formulação que a doutrina do conceito, como teoria única, inclui nessa lógica – foi antes o posicionamento do problema e da tarefa, foi o “princípio” constitutivo da lógica em si. “Investigações sobre as questões fundamentais da crítica do conhecimento”: assim foi o subtítulo que eu tinha dado ao meu livro. Assim, deve-se enfatizar desde o início que a discussão aqui não

⁴⁹ ZTB, P. 131.

⁵⁰ Cassirer, Ernst. “Inhalt und Umfang des Begriffs.” *Theoria* 2 (1936). Reprinted in *Erkenntnis, Begriff, Kultur*, edited by R. Bast. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1993. P. 215.

deveria, de maneira alguma, ser apenas a “forma” do conceito, mas sim seu valor para o conhecimento, seu “sentido objetivo” e sua “validade objetiva”.⁵¹

Novamente, Cassirer não argumentou tão só que a antiga lógica aristotélica é uma lógica formal deficitária, que deveria ser substituída pela nova lógica de Frege e Russell. O ponto chave é o de que a nova concepção da estrutura e formação de conceitos, que as filosofias de Russell e Frege forneceram uma expressão adequada, põe em questão o próprio “princípio constitutivo” da lógica formal.

Se a essência do conceito não pode ser definida de outra maneira senão pela função que desempenha na construção do conhecimento, então não pode haver estudo das regras do pensamento, isto é, do conhecimento através de conceito. Nesse sentido, Cassirer insiste que a lógica formal depende de uma lógica transcendental independente. Se este ponto for compreendido, o neokantiano concede possibilidade de uma lógica “formal”. Nos termos de Cassirer:

O momento que assegura essa legitimação [isto é, o que torna o conceito de valor para o conhecimento objetivo] – assim, tentei mostrar – pertence em cada caso a um plano de pensamento completamente diferente daquele que está em ação no mero processo de abstração. Se alguém reconhece essa diferença, então a parte essencial do meu argumento foi concedida – e pouco importa para mim se alguém próximo a ela quer garantir uma tarefa especial ou, em alguma medida, um lugar de honra e segurança no sistema de conhecimento filosófico para a lógica “formal”, no antigo sentido da palavra. Contra tal movimento, não tenho nada a objetar, desde que a relação de posição não seja novamente deslocada e desde que não se questione a primazia do “transcendental” antes do meramente formal.⁵²

Segundo ele ainda, quando se analisa o campo do conhecimento científico para encontrar os princípios e conceitos mais básicos, somos levados às condições necessárias e suficientes para a constituição do conceito de objeto. Todavia, esses conceitos e princípios não são “absolutos”, além das “formas lógicas de conhecimento”, mas o que Cassirer designa relações funcionais [*Funktionsbeziehung*], dentro do conhecimento que fornecem a sua unidade.

⁵¹ ZTB, P. 131.

⁵² ZTB, P. 132.

E essa ideia também é derivada de Kant. As formas de pensar um objeto, as categorias, são alcançadas, novamente de acordo com a leitura que Cassirer faz de Kant, analisando as condições necessárias para o conhecimento científico. Essas formas não são coisas em si ou objetos platônicos cuja relação com o conhecimento empírico não efetua. As categorias são apenas as formas de objetos, no sentido de que sem elas não poderia haver nenhum objeto de experiência. São, portanto, “imanescentes ao pensamento”, já que são necessariamente aplicáveis aos objetos da experiência – objetos que, considerados em abstração das categorias, são completamente vazios. Contudo, se reinterpretarmos esses “conceitos de forma” metafisicamente, por assim dizer, como um tipo separado de objeto, ou constituindo um domínio separado do reino dos objetos empíricos, nós não teremos os meios para estabelecer a relação necessária com os objetos empíricos.

Segundo Cassirer, o erro das “teorias metafísicas do conhecimento”, que ele atribui às filosofias de Frege e Russell, é que tais teorias se opõem a “uma forma meramente vazia” ou “uma mera generalidade sem qualquer particularização ou determinação” contra “um elemento meramente lógico” ou “um material absolutamente ‘estranho ao pensamento’”.⁵³ Portanto, se a lógica é a ciência da forma de pensar, então, melhor do que ser isolada, que ela, então, efetue a análise do nosso pensamento real e concreto nas ciências. Caso contrário, ficaríamos com uma lacuna intransponível entre a lógica e as outras ciências. A lógica precisa, nesse sentido, basear-se em uma análise prévia das ciências, que é precisamente a tarefa principal da lógica transcendental.

4. Conclusão

De modo diferente de Russell, o logicismo de Cassirer não tem ambições fundacionalistas. Para muitos lógicos, incluindo o próprio inglês, um dos apelos do logicismo é que a matemática, cuja certeza poderia estar em dúvida, herda o *status* epistemológico privilegiado que a lógica possui. Cassirer rejeita essa afirmação, pois ele não acredita que a lógica formal tenha um lugar de “honra e segurança”, não compartilhada pela matemática ou

⁵³ Cf. Cassirer, Ernst. “Erkenntnistheorie nebst den Grenzfragen der Logik.” (1913) In: *Erkenntnis, Begriff, Kultur*, edited by. R. Bast. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1993. P. 15.

pela ciência natural. Tratam-se de uma unidade, dessa maneira não há algo assim como uma ciência “puramente formal”.⁵⁴ O tipo mais fundamental de lógica é a lógica transcendental.

Contra o “platonismo matemático” de Frege e de Russell, Cassirer defende o estruturalismo de Dedekind. Esse aspecto, corrobora exatamente com o que Cassirer compreende por ciência, *i.e.*, um sistema de relações.⁵⁵ Portanto, a ideia básica do neokantiano, de que os números não são “objetos” ou “coisas”, tem sua origem no pensamento do matemático alemão, que havia defendido que os objetos matemáticos são posições em estruturas e que todas as propriedades essenciais de um número natural particular são propriedades relacionais entre ele (o número) e os outros números.⁵⁶

Como vimos também, outro aspecto também central e relativo ao kantismo de Cassirer aparece no modo através do qual ele rejeita os projetos filosóficos de Frege e Russell. Segundo o neokantiano, o logicismo desses autores (*grosso modo*, a tentativa de explicar o *status a priori* da matemática através de sua redução a seus novos sistemas lógicos) nem sequer levanta a

⁵⁴ Cf. HEIS (2010).

⁵⁵ Cf. a propósito o terceiro volume da obra maior de Cassirer, sua *Filosofia das Formas Simbólicas*, CASSIRER (1929). Nela, o autor explora de modo exaustivo esse caráter “relacional” da ciência, cujo início toma corpo em *SF* (1910).

⁵⁶ A esse respeito, leia-se duas passagens do neokantiano:

- 1 Em seu trabalho, *Was sind und was sollen die Zahlen*, Dedekind mostrou como a construção completa da aritmética e a exaustiva exposição do seu conteúdo científico são possíveis partindo desses princípios simples. Não traçaremos em detalhes o desenvolvimento matemático desse pensamento, nos contentaremos meramente em enfatizar sua tendência essencial, uma vez que não estamos interessados no conceito de número em si mesmo, mas como um exemplo da estrutura de um “conceito funcional” puro. (*SF*, p. 36)
- 2 O que aqui é dito [*i.e.*, os trabalhos de Dedekind] é exatamente o seguinte: que existe um sistema de objetos ideais cujo conteúdo integral é exaurido em suas relações mútuas. A “essência” dos números está completamente expressa em suas posições. E o conceito de posição deve, antes de tudo, ser entendido em sua maior universalidade e extensão lógica. A distinção exigida para os elementos apoia-se em condições puramente conceituais, não em condições sensório-intuitivas. A intuição do tempo puro sobre a qual Kant baseou o conceito de número é, de fato, desnecessária. Na verdade, pensamos os membros da série numérica como uma sequência ordenada, mas essa sequência nada contém do caráter concreto da sucessão temporal. O três não “segue” o dois como o relâmpago o trovão, pois nenhum deles possui qualquer tipo de realidade temporal, mas, simplesmente, uma constituição lógica ideal. O significado da sequência limita-se ao fato de que o dois entra como uma premissa na determinação do três, de modo que o significado de um conceito só pode ser explicado a partir do outro. O menor número é “pressuposto” pelo maior e fora disso não existe qualquer relação física ou psicológica de mais cedo ou mais tarde, mas uma relação pura de dependência conceitual sistemática. (*SF*, p. 39)

questão apropriada sobre o *status* epistemológico da matemática. Para ele, seu verdadeiro caráter é exibido na maneira em que a funcionabilidade da matemática é estendida às ciências matemáticas da natureza. Dito de outra forma: as relações que são dadas através de funções matemáticas, objetivam o mundo físico. Como vimos, para um neokantiano, a matemática sempre está em função da física. Essa concepção de matemática foi um aspecto central dentro do projeto estabelecido inicialmente com Kant e que, segundo argumenta Cassirer, Frege e Russell não consideraram.

Um último aspecto desse kantismo em Cassirer refere-se à rejeição da metafísica da transcendência, ou seja, a existência de coisas-em-si. Tanto Kant quanto Cassirer defenderam que o único conhecimento *a priori* possível é aquele relativo às condições de possibilidade da experiência e nunca aos objetos transcendentais.⁵⁷ É por tal razão que Cassirer chega às suas conclusões quanto à matemática, em particular aquela em que o objeto dessa disciplina é a relação e não a coisa, ou no caso dos “platônicos matemáticos”, os números enquanto objetos ideais.

Referências

BARONE, F. (1957). *Logica Formale e Logica Transcendentale*. Vol. I-II. Edizioni di filosofia. Torino.

BAUM, M. (1980). „Methode, tranzendente“. Em: Ritter, J., Gründer, K. (Eds.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*. Bd. 5, Basel/Stuttgart, Schwabe.

BEANEY, M. (2006). “Frege and the role of historical elucidation: methodology and the foundations of mathematics”. In.: FERREIRÓS, J. GRAY, J.J. (eds). *The architecture of modern mathematics: essays in history and philosophy*. Oxford University Press. pp. 47-66.

BEISER, F. (2014). *The Genesis of Neo-Kantianism. 1796-1880*. Oxford University Press.

BENACERRAF, P. and PUTNAM, H. (1983). *Philosophy of Mathematics*. Second Edition. Cambridge U. Press.

BIAGIOLI, F. (2015). “Cassirer’s view of the mathematical method as a paradigm of symbolic thinking”. In.: GIEL, J. (Hrsg.) *Ernst Cassirer:*

⁵⁷ Cf., *SF*, P. 276-277.

Zwischen Mythos und Wissenschaft. Lectiones & Acroases Philosophicae, VIII, 1. pp. 193-223.

BOURBAKI, N. (1974). *Elements of Mathematics – Part I (Algebra I)*. [1943]. Addison-Wesley Publishing Company.

BOWNE, G. D. (1966). *Philosophy of Logic (1880-1908)*. London.

CANTÙ, P. (2018). “The epistemological question of the applicability of mathematics”. In.: *Journal for the history of analytic philosophy*, vol. 6 n° 3. pp. 94-114.

CARNAP, R. (1931). „Die logizistische Grundlegung der Mathematik“. In: *Erkenntnis*, vol. 2.

CASSIRER, E. (1991). *Das Erkenntnisproblem in der Philosophie und Wissenschaft der neuen Zeit. B. II.* [1907] Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

_____. (1887). *Determinismus und Indeterminismus in der modernen Physik. In.: Zur modernen Physik.* [1937] Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

_____. (1993). *Erkenntnistheorie nebst den Grenzfragen der Logik. In: Erkenntnis, Begriff, Kultur.* [1913] Ed. Rainer A. Bast. Hamburg: Meiner. pp. 1-76.

_____. (2000). *Ensaio sobre o homem.* [1945] São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1975). *Esencia y efecto del concepto de símbolo.* México: Fondo de Cultura Económica.

_____. (2001). *Filosofia das formas simbólicas. Primeiro Tomo: A linguagem* [1923] São Paulo: Martins fontes.

_____. (2001). *Filosofia das formas simbólicas. Segundo Tomo: O pensamento mítico* [1925] São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2001). *Filosofia das Formas simbólicas. Terceiro Tomo: Fenomenologia do conhecimento* [1929] São Paulo: Martins fontes.

_____. (1907). *Kant und die moderne Mathematik – Mit Bezug auf Bertrand Russells und Louis Couturats Werke über die Prinzipien der Mathematik* [1907] In.: KANT-STUDIEN, Zwölfter band. Berlin, pp. 1-49.

_____. (1953). *Substance and Function* [1910]. In: *Substance and Function and Einstein's Theory of Relativity*. Chicago: Open Court.

_____. (1979). "Reflections on the concept of group and the theory of perception". In.: *Symbol, Myth and Culture: Essays and lectures of Ernst Cassirer 1935-1945*, ed. Donald P. Verene, Yale University Press. pp. 271-291

COFFA, A. (1991). *The semantic tradition from Kant to Carnap*. Cambridge University Press.

COHEN, H. (1871/1885). *Kants Theorie der Erfahrung*. Berlin. Ferd. Dümmlers Verlagsbuchhandlung.

COUTURAT, L. (1905). *Les Principes des Mathématiques. Avec un Appendice sur La Philosophie des Mathématique de Kant*. Paris: Félix Alcan.

DEDEKIND, R. (1888). *Was sind und was sollen die Zahlen*. Braunschweig: Vieweg.

EDDINGTON, A. (1939). *The philosophy of physical science*. Cambridge University Press.

EDGAR, S. (2015). "Intersubjectivity and physical laws in Post-Kantian theory of knowledge: Natorp and Cassirer". In.: In: FRIEDMAN, J. T. and LUFT, S. (eds.) *The Philosophy of Ernst Cassirer: a Novel Assessment*. Books by Marquette University Faculty. Book 225, pp. 141-162.

EWALD, W. (1996). *From Kant to Hilbert: A source book in the foundations of mathematics. Vol. I-II*. Oxford: Clarendon Press.

FERRARI, M. (2015). "Ernst Cassirer and the history of science". In.: In: FRIEDMAN, J. T. and LUFT, S. (eds.). *The Philosophy of Ernst Cassirer: a Novel Assessment*. Books by Marquette University Faculty. Book 225, pp. 11-29.

_____. (2010). "Is Cassirer a Neo-Kantian Methodolically speaking?" In.: LUFT, S. And MAKRELL, R. (eds.) *Neo-Kantianism in contemporary philosophy*. Indiana University Press. pp. 293-314.

FREGE, G. (1984). *Collected papers on Mathematics, Logic and Philosophy* – edited by Brian McGuinness. Basil Blackwell Publisher.

_____. (1884). *Die Grundlagen der Arithmetik*. BRESLAU. Verlag von Wilhelm Koebner.

FRIEDMAN, J. T. and LUFT, S. (eds.). (2015). *The Philosophy of Ernst Cassirer: a Novel Assessment*. Books by Marquette University Faculty. Book 225.

GABRIEL, G. (2013). "Frege and the German background to analytic philosophy". In.: BEANEY, M. *The Oxford handbook of the history of analytic philosophy*. Oxford University Press. pp. 280-297.

GABRIEL, G. und SCHLOTTER, S. (2017). *Frege und die Kontinentalen Ursprünge der analytischen Philosophie*. Münster: Mentis Verlag.

HEIS, J. (2015). "Arithmetic and number in the 'Philosophy of Symbolic Forms'". In: FRIEDMAN, J. T. and LUFT, S. (Eds.). *The Philosophy of Ernst Cassirer: a Novel Assessment*. Books by Marquette University Faculty. Book 225, pp. 123-140.

_____. (2010). "Critical philosophy begins at the very point where logic leaves off: Cassirer's Response to Frege and Russell". *Perspectives on Science*, vol. 18, no. 4, by The Massachusetts Institute of Technology. pp. 383-408.

HILTON, P. (2005). *Propositions, Functions and Analysis – Selected Essays on Russell's Philosophy*. Oxford University Press.

IHMIG, K-N. (1999). "Ernst Cassirer and the structural conception of objects in modern science: the importance of the 'Erlanger Programm'". In: *Science in Context*, 12, 4. pp. 513-529.

KANT, I. (1994). *Crítica da Razão Pura* [1ª Ed. 1781 – 2ª Ed. 1787] Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.

KAUARK-LEITE, P. & NEVES, R. P. (2016). "From scientific structuralism to Transcendental structuralism". In: *Kriterion*. Vol. 135. pp. 759-780.

KÖHNKE, K. (1991). *The Rise of neo-Kantianism: German academic philosophy between idealism and positivism*. [1986] New York, Cambridge University Press.

LINDGREN, J. R. (1968). "Cassirer's Theory of Concept Formation". In: *New Scholasticism*. Vol. 42, nº 1. pp. 91-102.

MATHERNE, S. (2018). "Cassirer's Psychology of Relations: From the Psychology of Mathematics and Natural Science to the Psychology of Culture". In: *Journal for the history of analytical philosophy*. Vol. 6, Nº 3. Special issue: Method, Science and Mathematics: Neo-Kantianism and analytical philosophy. Ed. Scott Edgar and Lydia Paton. University of Massachusetts. pp. 133-162.

MORMANN, T. (2008). "Idealization in Cassirer's Philosophy of Mathematics". In: *Philosophia Mathematica*. Vol. 3, nº 16. pp. 151-181.

NATORP, P. (1910). *Die logischen Grundlagen der exakten Wissenschaften*. Leipzig und Berlin Druck und Verlag von B. G. Teubner.

_____. (1982). „Über objektive und subjektive Begründung der Erkenntnis“, *Philosophische Monatshefte*, 23. pp. 257–286.

OLIVA, L. (2015). "Kant and the Neo-Kantians on Mathematics". In.: STAITI, A. and WARREN, N. (eds.) *New approaches on Neo-Kantianism*. Cambridge University Press. pp. 285-306.

PARSONS, C. (1990). "The structuralist view of mathematical objects". *Synthese*, 84. pp. 303-346.

PORTA, M. A. G. (2011). "A teoria do número em Natorp e Cassirer (1898-1910). Uma contribuição histórica ao estruturalismo matemático e às origens do 'semantic turn'". pp. 103-144. In. Idem. *ESTUDOS NEOKANTIANOS*. São Paulo: Loyola.

_____. (2011). "De Newton a Maxwell. Uma contribuição à compreensão do projeto cassireriano de uma 'Filosofia das Formas Simbólicas'". P. 71-102. In. Idem. *ESTUDOS NEOKANTIANOS*. São Paulo: Loyola.

PORTA, M. A. G. (2006). "Frege y Natorp: platonismos, antipsicologismos y teorías de la subjetividad". *O QUE NOS FAZ PENSAR?* (PUC-RJ), V. 20. pp. 163-184

_____. (2018). "NATUR UND GEIST: A escola de Baden como 'teoria complementar do positivismo'. A polêmica Bauch-Kroner e seu entorno. *PENSANDO: Revista de Filosofia UFPI*. pp. 174-190.

PULKKINEN, J. (2001). "Cassirer and Couturat's Critique of Kant's Philosophy of Mathematics". In.: Ralph Schumacher, Rolf-Peter Horstmann & Volker Gerhardt (eds.), *Kant Und Die Berliner Aufklärung: Akten des IX. Internationalen Kant-Kongresses. Bd. I: Hauptvorträge. Bd. II: Sektionen I-V. Bd. III: Sektionen VI-X: Bd. IV: Sektionen XI-XIV. Bd. V: Sektionen XV-XVIII*. De Gruyter. pp. 315-322.

RECK, E. (2011). "Dedekind's Contributions to the Foundations of Mathematics". In.: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (originally published in 2008, revised in 2011). pp. 1-32.

_____. (2003). "Dedekind's structuralism: An interpretation and partial defense". In.: *Synthese*, 137. pp. 369-419.

_____. (2009). "Dedekind, structural reasoning, and mathematical understanding", In.: VAN KERKHOVE, B. (ed.), *New Perspectives on Mathematical Practices*, Singapore: World Scientific. pp. 150-173.

RECK, E. and KELLER, P. "From Dedekind to Cassirer: Logicism and the Kantian heritage". (Forthcoming) In.: POSY, C. and RECHTER, O. *Kant's philosophy of Mathematics, Vol. II: Reception and development after Kant*. Cambridge University Press.

RICHARDSON, A. (2003). "Conceiving, Experiencing, and Conceiving Experiencing: Neo-Kantianism and the History of the Concept of Experience." In.: *TOPOI*. Vol. 22. pp. 55-67.

_____. (2017). "On Making Philosophy Functional: Ernst Cassirer's „Substanzbegriff und Funktionsbegriff"". In: SCHLIESSER, E. *Ten neglected classics of philosophy*. Oxford University Press. pp. 177-194.

_____. (2006). "'The Fact of Science' and 'Critique of Knowledge': Exact Science as Problem and Resource in Marburg Neo-Kantianism". In: FRIEDMAN AND NORDMANN: *The Kantian Legacy in Nineteenth-century Science*. Cambridge, MA: MIT Press. pp. 211-226.

RUSSELL, B. (2010). *Principles of Mathematics* [1903]. Routledge.

SCHIEMER, G. (2018). "Cassirer and the Structural Turn in Modern Geometry". In: *Journal for the history of analytical philosophy*. Vol. 6, N° 3. Special issue: Method, Science and Mathematics: Neo-Kantianism and analytical philosophy. Ed. Scott Edgar and Lydia Paton. University of Massachusetts. pp. 182-212.

SMART, H. R. (1943). "Cassirer versus Russell". In: *Philosophy of science*. Vol. 10, n° 3. pp. 167-175.

_____. (1924). "Review of "Substance and Function and Einstein's Theory of Relativity" by Ernst Cassirer". In: *The Philosophical Review*. Vol. 33, n° 4. pp. 398-406.

WINDELBAND, W. (1894). "Geschichte und Naturwissenschaft", reprinted in his *Präludien*, vol. 2, pp. 136–160. Translated as "History and Natural Science", by Guy Oakes, in NKR: 287–298

YAP, A. (2014). "Dedekind and Cassirer on Mathematical Concept Formation". In: *Philosophia Mathematica*, pp. 1-21.

CHISHOLM'S MODAL PARADOX: TWO APPROACHES EXAMINED

O paradoxo modal de Chisholm: examinando duas abordagens

Fernando Fabrício Rodrigues Furtado¹

ABSTRACT

This paper is organized in the following way: the first section puts forward the version of Chisholm's Modal Paradox that is going to be taken into consideration. The presentation of the paradox is followed by two sections where two *invalidating strategies* (as I call them) are presented; the second section presents Forbes' strategy for dealing with the paradox. As part of the second section, it is presented Forbes' many-valued semantics for modal logic. The third section is a presentation of Salmon's strategy to solve the paradox. The fourth and last section is reserved for critical comments concerning both approaches. Those comments are to be understood as motivations against each strategy not as definitive refutation of either of them. I finish the paper concluding that Salmon's strategy seems to be the most conservative invalidating strategy.

Keywords: Chisholm's paradox. Modality. Many-valued logic. Transworld identity.

RESUMO

Este artigo é organizado da seguinte maneira: a primeira seção é a apresentação da versão do Paradoxo de Chisholm que será discutida ao longo do artigo. A apresentação do paradoxo é seguida por duas partes onde são apresentadas duas versões do que chamo *estratégia de invalidação*; na segunda seção é apresentada a estratégia do Forbes, incluindo a lógica de multi-valores apresentada por ele. E na terceira seção é apresentada a estratégia do Salmon para solucionar o paradoxo. A quarta e última seção apresenta duas objeções a cada uma das soluções. Essas objeções não devem ser encaradas como argumentos definitivos, mas devem ser adicionadas ao cálculo para a escolha da estratégia de invalidação que parece oferecer a melhor solução ao paradoxo ao menor custo teórico. O artigo termina com uma conclusão sugerindo que a solução de Salmon parece ser a estratégia de invalidação mais conservadora.

Palavras-chave: Paradoxo de Chisholm. Modalidade. Lógica de multi-valores. Identidade transmundial.

¹ Universidade de Lisboa.

E-mail: fernandofurtado@campus.ul.pt. ORCID: [0000-0001-6390-5745](https://orcid.org/0000-0001-6390-5745).

Introduction

We intuit that a particular bicycle which, in fact, came into existence made up of parts $P_1, P_2, P_3, \dots, P_n$ could not have come into existence made up of totally different parts. On the other hand, this bicycle *could* have come into existence with *one* of its parts different from the one it actually had. Consider a possible world in which the bicycle now before us came into existence with a different spoke. Surely *that* bicycle could have come into existence with, say, a different handle-grip than one of the ones it did have at its origin, there, in that possible world. That is to say, we now see a second possible world in which the bicycle I indicated in the first possible world came into existence with a different handle-grip. Proceeding in this fashion, we seem to work our way towards a world in which our bicycle came into existence made entirely of parts other than $P_1, P_2, P_3 \dots P_n$.

‘Chisholm’s Paradox’ may be understood as denoting a family or a class of paradoxes regarding modality; possibility and necessity or, more precisely, paradoxes related to *de re* modality, i.e., *de re* possibility and *de re* necessity. Chisholm himself has presented some different versions of the paradoxes in different places (1967) (1973) and many other philosophers have advanced their own versions Chandler (1976), Forbes (1986) (1984), Salmon (1986) (1989), Fara (2012), Leslie (2011) and Williamson (1990) just to name a few. Similarly, many philosophers have offered their own solution to the paradox. So, as expected, there are a couple of different strategies out there to deal with the paradox. In this paper, we are going to look into two of these different strategies: on the one hand, the *counterpart relation strategy*, which is represented here by Forbes’ approach, which combines a sort of *many-valued semantics* for modal logic and a *counterpart relation* between objects in different possible worlds. On the other hand, the *transworld identity strategy*, which is represented here by Salmon’s solution, in which, basically, combines the standard transworld identity relation of the *Kripke semantics* for modal logic with a *non-transitive relation* between possible worlds. Both *the counterpart relation strategy* and *the transworld identity strategy* (as they are understood here) are just representatives of their kinds. There are, once again, many alternative implementations of each of them available in the literature. The same remark applies to the versions of the paradox: the paradox presented here is just one of many of its kind.

One interesting common feature of Forbes' and Salmon's strategies is their focus on the *formal logic of the paradox*, i.e., the logical principles that allow one to move from premises to conclusion of the paradoxical argument. Both accept the premises of the argument as true and then try to show that the underlying logic is *fallacious* or, at the very least, inadequate to express Chisholm's Paradox. Exploring these 'invalidating strategies' (as I call them) is the main aim of this paper. An invalidating strategy, instead of disputing some premise of an argument, argues against the formal system which supposedly *validates* it; Forbes' targets are *bivalence* and *transworld identity* and Salmon's target is *transitivity* of accessibility relation between possible worlds.

This paper is structured as follows: in the first section, I put forward the version of Chisholm's Paradox that is going to be taken into consideration. The formulation considered here is inspired by Chisholm (1967) (1973), although it is not Chisholm's own formulation. There are three reasons for doing that: i) neither Forbes nor Salmon are dealing with Chisholm's own formulation, each one offers his own version, ii) the formulation chosen here is stronger (meaning that providing a solution to the current version implies that a solution to Chisholm's original formulation does indeed exist) and iii) the formulation in hand is accepted by both Salmon and Forbes. The second section presents Forbes' strategy of dealing with the paradox. In order to present Forbes' strategy, I will first develop the set of formal tools used by Forbes to create his alternative semantics to modal logic (and first-order logic) that is supposed to solve a broader set of paradoxes (including the more familiar Sorites Paradox). The third section analyses Salmon's strategy to solve the paradox. As we will later see, Salmon's solution is indeed a lot simpler than Forbes', which does not necessarily mean that Salmon's approach is better, even though one might take simplicity as one important virtue. The fourth and last section of the paper puts forward some critical comments concerning both approaches and argues that Salmon's strategy is the most conservative.

The Paradox

In this section, I am going to present the formulation of the modal paradox that we are interested in. The main aim of this section is not to critically discuss possible solutions to the paradox, but I will try to provide the reader with the necessary background to be able to follow the solutions that will be advanced. As I have said, there are many different versions of the paradox. The version which will be presented here has deliberately been formulated to simplify the presentation of both Forbes' and Salmon's strategies. In spite of being inspired by Chisholm's work (1967) (1973), the version of the paradox considered here involves essentialist principles that were not employed by Chisholm himself. Those principles are accepted by both Forbes and Salmon and they will make the whole paper significantly simpler, focusing our attention on the differences between the alternative accounts. So, before moving on to the paradox itself, let us have a look at the underlying essentialist framework.

Something about the essentialist framework

The paradox that we are going to analyse is explicitly related to essentialism regarding the original material composition of an artefact. More generally, it is associated with an essentialist thesis about the origin of an artefact (a table, for instance), which has been commonly endorsed by many essentialist philosophers since its famous formulation by Kripke (1980, 114):

Could *this table* have been made from a completely *different* block of wood? [...] We can imagine making a table out of another block of wood, identical in appearance with this one, [...] it seems to me that this is *not* to imagine *this* table as made of [different] wood, but rather it is to imagine another table, *resembling* this one in all external details, made of another block of wood.

Many philosophers who accept the essentialist claim frequently acknowledge the relevance of the paradox, even though it is not clear whether Kripke himself is convinced of its relevance.

My main aim here is just try to throw some light on the conceptual framework connected to the modal paradox and modality itself.

The modal paradox arises from the following two essentialist intuitions:

[E₁] The original matter of an artefact is essential to it.

[T] Slight changes in the original matter of an artefact are tolerable.

Essentialist intuitions E₁ and T are supposed to be equivalent to the following two modal principles:

[E₂] A complete or substantive change in the original matter of an artefact is not possible.

[M_T] Slight changes in the original matter of an artefact are possible.

E₁ and E₂ seem to be equivalent. E₁ says that for any object *O* originally made of *m* and any possible world *w*, *O* exists in *w* only if *O* is made of *m* in *w*. Even though it may suggest that all matter is essential, it is not entailed by E₁ (in a weak reading). E₂ says something quite similar; there is no possible world where *O* was originally made of *n*, matter completely different of *m*. Adopting the weaker reading for E₁, it seems to be equivalent to E₂. So, you can feel free to choose which seems textually more plausible. M_T (modal tolerance) just says that it is possible for *O* to be originally made of a slightly different matter. So, there is a possible world where *O* was originally made of a slightly different matter. Although T (tolerance) does not make any explicit mention to modality, it may (in this context) be understood as saying that it is possible for *O* to be made of slightly different matter; exactly the same that is meant by M_T. Thus, the two pairs of principles will be interchangeably used throughout this paper, since *prima facie* they do not differ substantially in meaning. In what follows, E is going to be used to refer to both E₁ and E₂ and T analogously is going to be a label to T and M_T.

Deriving a paradox

In this section, I will provide a formal derivation of an explicit paradox from the modal principles above following explicit steps allowed by modal logic. Just by doing that, it will become clear how strong the (alethic) modal logic must be to give rise to the paradox.

There are several different ways to derive an explicit paradox from the modal principles E and T. In what follows, we will be faced with one of them. The paradox that I am going to present is composed of two stages that drive us from the set up (basically, the modal principles just mentioned) to a contradiction through allegedly uncontroversial steps. The first one, the tolerance stage, reflects the semantic idea of the relevant object slowly changing its material origin through a line of possible worlds in such a way that it is allowed by T. The second one, the S4 stage, is the stage where the object of one far away world is shown to be possible by the distinctive modal principle of **S4**, which says that if something is possibly possible, then it is possible and so on. That is exactly the English expression of the role performed in modal logic by the converse of the characteristic axiom schema of **S4** $\Diamond\Diamond\Phi \rightarrow \Diamond\Phi$, which states that any formula (including, obviously, formulae with prior modal operators) that is possibly possible is possible.

In the following derivation, ‘M’ is a dyadic predicate meaning ‘originally composed of’ and ‘M__’ is to be read as ‘__ is originally composed of __’. The constant *a* is used to refer to a specific object (a table, for instance) and *m*, similarly, is used as a name for a specific hunk of matter. Thus, ‘Mam’ should be read as ‘*a* is composed of *m*’. In what follows, underwriting is used to make available an infinitely large stock of letters to refer to specific hunks of matter and overwriting is indicating the iteration of modal operators. The underwriting is indicating a list of slight changes in the material composition of the objects. So, the matter m_n is to be understood as being as similar as possible of the matter m_{n-1} and so on. And, finally, the logical connectors are the usual ones of modal logic.

- 1) Mam₀
- 2) $\neg \Diamond \text{Mam}_n$ An instance of [E] Set up
- 3) $\Box (\text{Mam}_0 \rightarrow \Diamond \text{Mam}_1)$ An instance of [T]
- 4) $\Box\Box (\Diamond \text{Mam}_1 \rightarrow \Diamond\Diamond \text{Mam}_2)$
- 5) $\Box^3 (\Diamond^2 \text{Mam}_2 \rightarrow \Diamond^3 \text{Mam}_3)$
- 6) $\Box^4 (\Diamond^3 \text{Mam}_3 \rightarrow \Diamond^4 \text{Mam}_4)$ Tolerance stage
- n) $\Box^n (\Diamond^{n-1} \text{Mam}_{n-1} \rightarrow \Diamond^n \text{Mam}_n)$

$$\begin{aligned}
 & n+S4_1) \Box^{n-1} (\Diamond^n \text{Mam}_n \rightarrow \Diamond^{n-1} \text{Mam}_n) \\
 & n+S4_2) \Box^{n-2} (\Diamond^{n-1} \text{Mam}_n \rightarrow \Diamond^{n-2} \text{Mam}_n) \\
 & n+S4_3) \Box (\Diamond \text{Mam}_n \rightarrow \Diamond \text{Mam}_n) \quad \text{S4 stage} \\
 & n+S4_n) \Diamond \text{Mam}_n
 \end{aligned}$$

$$n+S4_{n+1}) \Diamond \text{Mam}_n \wedge \neg \Diamond \text{Mam}_n \quad \text{Contradiction}$$

As has been said, this derivation of the paradox is constructed in just two stages to lead us from the set up (which is basically a formal version of T and E) to the contradiction that says it is both possible and impossible for a specific object a to be made of a hunk of matter m_n (matter of the step n). In spite of not being T itself, step 3 is an instance of one more general modal principle, which presents the following logical form $\Box^n (\Diamond^{n-1} \text{Mam}_n \rightarrow \Diamond^n \text{Mam}_n)$ and we may call it ‘modal principle schema’ (MPS). In the first stage, tolerance stage, MPS is applied n times to reach in the step n the formula $\Box^n (\Diamond^{n-1} \text{Mam}_n \rightarrow \Diamond^n \text{Mam}_n)$. In other words, in the tolerance stage, the relevant object has its material composition slowly changed to reach a matter from which it could not have been made, i.e., it is an impossible way for the relevant object to be. The next stage, S4 stage, aims to show that the supposedly impossible fact reached in step n is not, however, impossible. And it follows quite straightforwardly from the application of S4 modal logic because, although it really is impossible for the object a to be made of m_n , it is possibly possible for a to be made of m_n . Why is possibly possible for a to be made of m_n ? Because there is an intermediate possible way for a to be (m_{n-1}) according to which, if it had been made in such a way, it would be possible for a to be made of m_n . Thus, if it is possibly possible for a to be made of m_n , then, applying the converse of S4 modal logic $\Diamond \Diamond \Phi \rightarrow \Diamond \Phi$ n times, it is possible for a to be made of m_n , which is exactly what is not allowed by the modal principle E. Therefore, we reach in step $n+S4_{n+1}$ an explicit contradiction, so the paradox is demonstrated.

Forbes’ Solution to Chisholm’s Paradox

What follows provides an accessible explanation to Graeme Forbes’ strategy to deal with a version of ‘Chisholm’s Paradox’. As I have men-

tioned, Forbes' strategy is a form of what I have been naming 'invalidating strategy'. As such, he focus on the logical form of the paradox, i.e., the logical principles that allow the move from premises to conclusion of the paradoxical argument. Forbes accepts the premises of the argument as true and then tries to show that the underlying logic is somehow *fallacious* or, at the very least, inadequate to represent Chisholm's Paradox. Forbes' strategy may be summarized in three distinct stages: first, he argues that Chisholm's Paradox is better understood as a special instance of the more familiar Sorites Paradox; a paradox related to the *vagueness phenomenon*. Second, Forbes looks more closely at the underlying logic behind the paradox and develops a solution based on a many-valued first-order logic. Third, Forbes applies exactly the same solution given to the Sorites Paradox for Chisholm's Paradox. In order to do that, the semantics built upon transworld identity – commonly used in standard semantics for first-order modal logic – is replaced by a semantics built upon counterparthood. We will soon return to this point.

Argument: the first stage – Chisholm's Paradox as a Sorites Paradox

In this section, I present some of Forbes' ideas about the logic underlying Chisholm's Paradox, which seems to be closer to the more familiar Sorites Paradox than usually recognized. Forbes' strategy makes explicit the underlying logical form of the ordinary Sorites Paradox and then argues that the standard way of presenting it has an S5-equivalent presentation that, despite running in a modal context, is formally almost the same as the ordinary Sorites Paradox. And finally, he argues that his alternative S5-equivalent formulation should be taken as the more accurate formulation of Chisholm's Paradox. Hence, any successful solution to the ordinary Sorites Paradox could be *mutatis mutandis* successfully applied to Chisholm's Paradox. One may argue that Forbes' alternative formulation is a misleading approach to Chisholm's Paradox, since it may lead us to misdiagnose the problem, associating it with vagueness phenomenon, which might not be the only source of problems. We will return to this point later. For now, let us look into the stages of the argument. As I said above, the first stage of Forbes' strategy

shows that Chisholm's Paradox is an instance of the Sorites Paradox. So, let us first analyse the logical form of the Sorites Paradox and then show that Chisholm's Paradox exhibits (in all relevant aspects) the same formal structure.

One typical Sorites Paradox arises from employment of some vague predicate such as 'tall' or 'bald' and so on. Such a predicate clearly admits of degrees, e.g., 'John is tall' might be true to a higher degree than 'Peter is tall' is also true. The vagueness makes room for the idea according to which 'Peter is tall' might be true while 'John is taller than Peter' might also be true. Supposing that 'John is tall' is true, we may want to say about Peter, one centimetre shorter than John, that 'Peter is tall' can be true. And, about someone else, one centimetre shorter than Peter, 'he is tall' is true. Generalizing the same idea, if we truly say about some x that 'he is tall' is true of x , then we say about some y , one centimetre shorter than x , 'y is tall'. Of course, we can say about some z , one centimetre shorter than y , that 'z is tall' is also true. Absolutely nothing special needs to be added to the reasoning to lead us to say about someone 1.2 meters tall that 'he is tall', but, of course, this cannot be true. Thus, something must be wrong with respect to this way of understanding vague predicates.

Let us look more closely at the logical form of the reasoning: 'T' stands for the predicate 'is tall'. The sequence of letters $a, b, c \dots$ are names of individuals organized in such way that one individual who shows up sooner in the list is always one centimetre taller than your next closest neighbour and so on. Then, the paradox presents the following form:

$$\begin{array}{l} Ta \\ Ta \rightarrow Tb \\ Tb \rightarrow Tc \\ \dots \\ \hline Tn \end{array}$$

The logical form of the standard Sorites Paradox is quite simple. Starting with an object a that is correctly recognized as tall and applying the idea that the predicate 'is tall' is vague, then for any object b , one centimetre shorter than a , b must be recognized as tall as well. Applying the same idea

through all further steps of the reasoning – applying the predicate ‘is tall’ to the object in the consequent of each conditional one centimetre shorter than the object that shows up at the antecedent of the same conditional – we will reach one clearly short object and we will apply to it the predicate ‘is tall’. So, ‘Tn’ should be false, but our reasoning does not rule it out. Therefore, the paradox has been achieved.

The next move of Forbes’ strategy is argue to show that there is an S5-equivalent formulation of Chisholm’s Paradox which is formally analogous to the Sorites Paradox considered above. In order to establish such an analogy, Forbes needs to come up with a version of the paradox in which the significant intermediate steps look formally like $Ta \rightarrow Tb$; a *conditional* expressing a vague predicate. However, neither Chisholm’s own formulation nor the formulation considered above looks like that. As I have shown, the modal paradox looks like this:

$$\begin{array}{l} \Diamond \text{Mam}_0 \\ \Box (\text{Mam}_0 \rightarrow \Diamond \text{Mam}_1) \\ \dots \\ \Box (\text{Mam}_{n-1} \rightarrow \Diamond \text{Mam}_n) \\ \hline \Diamond \text{Mam}_n \end{array}$$

As might be clear, the present formulation of the paradox is not formally equivalent to the ordinary Sorites Paradox, which has been presented with a conditional such as $A \rightarrow B$ in the more relevant steps, whereas the current formulation is a quite different formula such as $\Box (A \rightarrow \Diamond B)$. Modal operators that appear in Chisholm’s Paradox make room for a formal disanalogy with the ordinary Sorites Paradox. However, Forbes noticed that there is an S5-equivalent to $\Box (A \rightarrow \Diamond B)$ which is plausibly rather closer to the conditional of the Sorites Paradox. Forbes has shown (and the reader can easily check it out by himself) that the formula $\Diamond A \rightarrow \Diamond B$ is S5-equivalent to $\Box (A \rightarrow \Diamond B)$. So, we may replace all steps of the form $\Box (A \rightarrow \Diamond B)$ with $\Diamond A \rightarrow \Diamond B$, which will lead us to a formulation for the paradox arguably analogous to the Sorites Paradox. Such a formulation would look like this:

$$\begin{array}{l} \Diamond \text{Mam}_0 \\ \Diamond \text{Mam}_0 \rightarrow \Diamond \text{Mam}_1 \end{array}$$

$$\dots$$

$$\Diamond \text{Mam}_{n-1} \rightarrow \Diamond \text{Mam}_n$$

$$\Diamond \text{Mam}_n$$

The latter formulation of the paradox is also S5-valid, even though the latter is, more plausibly, an analogous modal version of the Sorites Paradox. If that is the case, and Forbes has successfully shown that Chisholm's Paradox is actually an instance of the more familiar Sorites Paradox, then any good solution to the Sorites Paradox will hopefully be a successful solution to Chisholm's Paradox as well. Moreover, we have to concede at least one point to Forbes: the latter formulation is formally much closer to the logical form of the Sorites Paradox than the former.

Argument: the second stage – dealing with the Sorites Paradox

If Forbes has persuaded us about his proposal, then his next step to provide a solution to Chisholm's Paradox will be to come up with a plausible treatment of the ordinary Sorites Paradox. This section is reserved to introduce Forbes' strategy to deal with the Sorites Paradox, and then, in the next section, that strategy will be applied to his proposal concerning Chisholm's Paradox.

Forbes' strategy to deal with the Sorites Paradox is rather easy to be implemented, even though it implies a significant alteration in the core of first-order logic semantics. Actually, the main point of Forbes' strategy is to provide an alternative semantics to first-order logic which will end up rejecting *modus ponens* in vagueness contexts. In order to do that, he elects a semantics based upon many-valued models, i.e., a semantics to which a value corresponding to a real number between 1 (to maximal satisfaction) and 0 (minimal satisfaction) is attributed to each semantic structure. A logic with such a semantic treatment is often called '*many-valued logic*' or, occasionally, just '*fuzzy logic*', due to borderline cases of vagueness. For this logic, the following functions of degrees of truth redefine usual operators of classical logic:

$$v(\neg\phi): 1 - v(\phi)$$

$v(\phi \vee \psi)$: If $v(\phi) \geq v(\psi)$, then $v(\phi \vee \psi) = v(\phi)$. If $v(\psi) \geq v(\phi)$, then $v(\phi \vee \psi) = v(\psi)$.

$v(\phi \wedge \psi)$: If $v(\phi) \geq v(\psi)$, then $v(\phi \wedge \psi) = v(\psi)$. If $v(\psi) \geq v(\phi)$, then $v(\phi \wedge \psi) = v(\phi)$.

$v(\phi \rightarrow \psi)$: $1 - [v(\phi) - v(\psi)]$, if $v(\phi) > v(\psi)$.
1, otherwise.

What is in fact relevant for us here is the conditional, yet it might be useful to think a little about the other functions as well. The first one is quite clear and defines negation. If a formula p gets a degree of 0.7 true, then its negation will get a degree of 0.3. A disjunction with atomic formulae p (0.6 true) and q (0.2 true) will get the degree 0.6 for the molecular formula $p \vee q$. Similarly, the molecular conjunctive formula composed of $p \wedge q$ with degrees of 0.6 to p and 0.5 to q will hold 0.5 as its degree. It is worth noting that for any case of maximal and minimal semantic values (1 and 0), Forbes' proposal will always lead to exactly the same outputs as classical logic, i.e., any formula acknowledged as true in classical logic will be (in that context) acknowledged as true by Forbes' many-valued logic as well. This feature may easily be verified by the reader.

Conditional formulae, as I have said above, are the relevant ones for us and might be bit trickier, but even if that is so, it is not a special attribute of Forbes' proposal; functions of truth for conditionals are usually a little bit more complicated.

The degree of truth for a conditional is a function which is intended to reflect - in the degree of truth for the whole conditional - how much truer the antecedent is (compared to the consequent). In this case, the closer the gap between antecedent and consequent is to 1, the falser the conditional is. For example, if the antecedent is 0.8 and the consequent is 0.1, then the conditional will be falser than when the antecedent is 0.8 and the consequent is 0.4. In the former, the conditional is 0.3 and, in the latter, the conditional is 0.6. Thus, the latter is twice truer than the former. Considering the extreme case, when the antecedent goes with 1 and consequent goes with 0, the conditional will be wholly false.

We have just seen how Forbes' many-valued logic works, but how can it handle the Sorites Paradox? In order to explain Forbes' solution, we

must introduce one more important notion: *validity*. If a rule (an argumentative form) is valid, then for any application its conclusion never takes a degree of truth lower than the degree of truth of the lowest premise. In that sense, validity for this many-valued logic is a case of *degree-of-truth-preserving* rather than a case of *truth-preserving* as usual. Holding such a notion of validity for many-valued logic, it is quite easy to show the invalidity of *modus ponens*. Consider an instance A of *modus ponens*, A's first premise ϕ takes 0.7 and the second one $\phi \rightarrow \psi$ takes 0.9. Then, A's conclusion ψ takes 0.6. Thus, this instance of *modus ponens* must be invalidated and, then, *modus ponens* itself is shown to be an invalid rule for this many-valued logic. Since *modus ponens* is not allowed, a straightforward solution to the Sorites Paradox is made available.

1. Ta
2. $Ta \rightarrow Tb$
3. $Tb \rightarrow Tc$

...

-
4. Tn

If Ta takes a degree of truth (0.8) and Tb takes a slightly lower degree (0.7), then the degree of $Ta \rightarrow Tb$ is going to be (0.9). The conclusion, in this case, is Tb (0.7), which is lower than the degree of truth of the first premise Ta (0.8) and the second premise $Ta \rightarrow Tb$ (0.9). If this is correct, then the move to the conclusion is not allowed. The very same reasoning may be applied to each step of the Sorites Paradox in such a way that there will not be a paradox anymore. As I said, once we reject *modus ponens*, a solution to the Sorites Paradox is made available. Does the same happen with respect to Chisholm's Paradox? Let us look into this right now.

Argument: the third stage – extending the strategy to Chisholm's Paradox

This section focuses on extending the strategy of handling the ordinary Sorites Paradox to Chisholm's Paradox. In order to proceed with that extension, Forbes tries to establish an analogy between the two sorts of paradoxes, such an analogy being provided in both the formal and the philo-

sophical sense. From the formal point of view, Forbes must show that the paradoxes share the same logical form. *Prima facie*, this first task has already been done. Both paradoxes are formed by n steps of conditional formulae, where a predicate is attributed to some object, in the ordinary case the predicate ‘is tall’ and in the modal case ‘ a is possibly constituted of x ’. The modal operator does not seem to be enough to establish a disanalogy here, at least from the formal point of view. Nevertheless, from the philosophical point of view, things might get a little bit more complicated, since Forbes must be able to show (at least) that the *same kind* of vagueness phenomenon appears in both cases. Concerning the ordinary Sorites Paradox, the vagueness is related to the idea that we are not in a position to say about two individuals next to each other at the line of application of the predicate that ‘is tall’ is determinately applied to one but not to another. So, in the ordinary case, ‘is tall’ is the vague predicate. Thus, analogously, Chisholm’s Paradox is supposed to present a vague predicate as well. The best candidate is ‘ a could originally have been constituted of x ’, which is translated by Forbes’ counterpart theoretical account into ‘some of a ’s counterpart in a world w is originally constituted of x ’. Even though both the direct modal predicate and its counterpart theoretical translation are not obviously vague as their ordinary Sorites analogous is, they may be interpreted as so. In this case, there will be cases of indeterminacy concerning *de re* possibility and its counterpart reading. If the modal predicates are found to be analogous to ordinary vague predicates, then they might be satisfied in different degrees. And that is exactly what Forbes needs to extend his solution for the ordinary Sorites cases to his version of Chisholm’s Paradox.

Forbes suggests the following translating method for one of the intermediate conditionals of Chisholm’s Paradox into counterpart theoretical language. We should read ‘ $Cxyw$ ’ as ‘ x is a counterpart of y at w ’ and similar to what we have stipulated before ‘ $Mxyw$ ’ ‘ x is originally composed of y at w .’

$$\exists u \exists x \exists y (Cxa_u \wedge Cym_u \wedge Mxy_u) \rightarrow \exists v \exists x \exists y (Cxa_v \wedge Cym_v \wedge Mxy_v)$$

By this translation and supposing that counterparthood allows for degrees, then the degree to which x is a counterpart of a at u might be slightly higher than y is a counterpart of a at v . For instance, if x at u was

made of more of the wood of which a was actually made than y in v , then the antecedent of the conditional might be slightly truer than the consequent. Putting it straight, since counterparthood allows for degrees, one of the counterparts of a might be made of more of the wood that a was actually made of, which is sufficient to create a conditional wherein the antecedent is truer than consequent. As we have seen, that was exactly the motivation for the rejection of *modus ponens* in order to provide a solution to the ordinary Sorites Paradox. Therefore, Forbes argues, if the same phenomenon is happening with Chisholm's Paradox, then the same solution will be expected. Once *modus ponens* is rejected, every step of the Chisholm's Paradox is blocked. Thus, there will no longer be a paradox.

Salmon's solution

In this section, I will be presenting Salmon's solution to Chisholm's Paradox. As I have said, Salmon's solution is impressively simple and so it will not take us so long to present it. Actually, it is just based on the rejection of the modal principle axiom schema distinctive of **S4** modal system, which holds unrestrictedly that what is *possibly possible* is *possible*; or its equivalent necessity axiom, that holds that what is *necessary* is *necessarily necessary*. Using Kripke semantics, Salmon's solution is based on the idea that the accessibility relation between possible worlds is *intransitive*, which means that, supposing that R stands for the accessibility relation between possible worlds, in his framework w_0Rw_1 and w_1Rw_2 will not entail w_0Rw_2 . From Salmon's point of view, the fact that a sentence '*possibly possible* ϕ ' is true with respect to the actual world, for instance, does not entail that the sentence '*possible* ϕ ' is also true with respect to the actual world. In other words, the fact that there are some possible worlds *accessible relatively* to some possible worlds *accessible* from the actual world where ϕ is true does not entail that those worlds where ϕ is true are themselves *accessible relatively* to the actual world. Analogously, the dual necessity reasoning works as follows: the fact that a sentence '*necessary* ϕ ' is true with respect to the actual world does not entail that the iterated sentence '*necessarily necessary* ϕ ' is also true with respect to the actual world. To put it in slightly different

words, from the fact that ϕ is true with respect to every possible world accessible relatively to the actual world does not follow that with respect to any possible world accessible to those worlds accessible to the actual world, ϕ will also be true with respect to them. However, how can the restriction on modal logic systems settle the paradox? The solution follows straightforwardly from the restriction on the accessibility relation between possible worlds or, equivalently, from the rejection of the modal principle asserted by the axiom schema of **S4**. Looking at the derivation of the paradox given above, Salmon's solution just blocks all the S4 stage of the proof. Since S4 stage is not allowed, then no contradiction can be reached.

Despite being quite simple, Salmon's solution *rejects transitivity* on accessibility relation between possible worlds, which means that neither **S4** nor **S5** modal logic systems are adequate for modelling possibility and necessity. Maybe **B**, an alternative system to **S4**, or even **T**, a system weaker than **B** and **S4**, should be taken as adequate. One may think this is too high a price to pay.

Examining the alternatives

Salmon's proposal

In this section, I will be examining Salmon's transworld identity strategy. I will present two general objections that Salmon may face: one of them is related to the rejection of S5 modal logic, the other one related to ungrounded differences.

Rejection of S5

One may claim, against Salmon, that no system weaker than **S5** can accurately represent *metaphysical modality*. In order to defend his claim, he may invite us to think about different kinds of modality; the claim mentioned *modality* but did not say what kind of modality. So, let us think about some different kinds of modality to formulate the objection. Consider the proposition 'it is impossible to travel from Lisbon to Rio in less than one hour', what kind of modality would have it true? It does not seem to be true

if the *logical possibility* is taken into consideration. It seems obvious that it is *logically possible* to make a trip like that. Thus, we can conclude that *logical modality* does not make the proposition in case true. The *Metaphysical modality* will also not help. It is not (we hope) *metaphysically impossible* to make such a trip in less than one hour. But it seems to be quite appealing to say that there is a sense in which the proposition mentioned above is true and, in order to make room for this idea, we may want to recognize another kind of modality; we can call it ‘technological modality’. It is pretty obvious that it is *technologically impossible* to make that trip. Since we have recognized that proposition as true (under the technological modality reading), we might ask ourselves whether the proposition itself is necessarily true or just contingently true. If we say that it is necessarily true, then we are stating that it is necessarily impossible to travel from Lisbon to Rio in less than one hour. If that is the case, then **S5** modal system will correctly model technological modality, since under **S5** what is *impossible* is *necessarily impossible* and what is *possible* is *necessarily possible*. Nevertheless, it seems to be clear that if things had been different (if we had more advanced technology), then it would be possible to make that trip. So, despite being impossible to travel from Lisbon to Rio in less than one hour, it is not necessarily impossible, indeed it is just contingently impossible. The idea of *contingent impossibility* requires a system weaker than **S5**. Therefore, technological modality cannot be modelled by **S5**.

Proceeding with analogous reasoning about the logical possibility, one can ask if there is any proposition logically impossible that could have been possible? Supposing that ‘ $2+2=5$ ’ is logically impossible, could it have been possible? If things had been different in some way, would ‘ $2+2=5$ ’ be possible? It is arguable that the most plausible answer would be: no, there is no way in which ‘ $2+2=5$ ’ could *possibly* be true. So, if that is the case, then logical modality is arguably best represented by **S5** whereas technological modality would require a system weaker than **S5**.

The last step of the objection is to ask if the metaphysical modality is more similar to a technological modality or logical modality. Since metaphysical modality is supposed to be the broadest kind of modality, one argues, then metaphysical modality is likely to behave analogously to logical

modality. Hence, metaphysical modality is likely best represented by the **S5** modal system.

Ungrounded differences

As I showed during the presentation of the paradox, $\Diamond \text{Mam}_n$ is false with respect to the actual world (due to modal principle E). What does that mean? It means that there is no world possible with respect to the actual world where Mam_n is true. There is another proposition which Salmon recognizes as true at the actual world, a proposition whose modal operators are iterated as $\Diamond \Diamond \text{Mam}_n$. What does that mean? There is a world, w_1 , possible relative to the actual world, from which Mam_n is possible. So, there is a possible world, w_2 , possible with respect to w_1 where Mam_n is true. It is worth keeping in mind that, from Salmon's point of view, $\Diamond \Diamond \text{Mam}_n$ does not imply $\Diamond \text{Mam}_n$. By doing that he is able to coherently hold that it is impossible for a to be made of m_n , while holding that it is possibly possible to it for be made so. Since his models are not transitive, the fact that w_2 is possible relatively to w_1 , does not entail that w_2 is possible relative to the actual world.

It is arguable that there is something else that is true with respect to the actual world: some table or other could be made of m_n . So, $\Diamond \text{Mbm}_n$ does not seem to be ruled out by anything that has been said so far. If $\Diamond \text{Mbm}_n$ is actually true, then there is a world, w_3 , possible with respect to the actual world, where a table other than a is made of m_n (matter from which a could not have been made of). The important question now is: what grounds the difference between w_3 and w_2 ? Supposing that anything else is kept unchanged, the only difference between w_3 and w_2 is that w_3 is possible with respect to the actual world and w_2 is not. But why is that? Salmon should not appeal to accessibility relation in order to explain the difference since he would be begging the question. Furthermore, if the difference relies only on accessibility relation, it is really hard to show that the difference is grounded in intrinsic properties, which may suggest that the difference is just an ungrounded difference.

Forbes' proposal

In this section, I will be examining Forbes' counterpart theoretical strategy of dealing with Chisholm's paradox. I will be presenting basically two objections: first and more specifically, I will try to show that Forbes' many-valued logic does not validate an important metatheorem that we may not be in a position to give up on. Second and more generally, I will argue that the accessibility relation strategy may deal better with the notion of degree of *de re* possibility than Forbes' many-valued logic.

First objection

Forbes' logic does not validate *the deduction theorem*. What is the deduction theorem? I will briefly explain what the deduction theorem is and then I will show why Forbes' logic does not validate it. One way of presenting the deduction theorem is the following:

$$\Gamma, \varphi \models \psi \text{ if, and only if, } \Gamma \models \varphi \rightarrow \psi$$

φ and ψ represent any formula of the language and Γ represents a set of formulae (possibly empty). So, what the theorem states is that if the inference to the formula ψ from a set of formulae Γ and the formula φ is valid, then the inference to the conditional formula

$\varphi \rightarrow \psi$ from Γ is also valid. If the inference to the conditional

$\varphi \rightarrow \psi$ from a set of sentences Γ is valid, then the inference from Γ and φ to ψ is also valid. The right-left and the left-right directions give us the so-called 'deduction theorem'. What is important to be noticed here is that the deduction theorem establishes clear *parallelism* between validity and the material conditional. Intuitively, it reflects the idea according to which a conditional is *false* only when its antecedent is true and its consequent is false. And an inference is *invalid* only when there is a case where all its premises are true and its conclusion is false. Although we cannot go through the details concerning the importance of the deduction theorem, it is worth mentioning one of its more relevant features. The deduction theorem allows us to use an extremely important strategy of proof; namely, the conditional proof. Using the conditional proof, if we can prove, under the hypothesis that φ and a set Γ are true, that ψ , then we can prove $\varphi \rightarrow \psi$ from Γ .

This type of proof, among other things, is immensely useful to make proofs simpler and shorter.

The task of showing that Forbes' logic does not validate the deduction theorem is simple. As we have seen, the deduction theorem establishes the parallelism between validity and conditional, so, if we show that Forbes' logic does not reflect this *parallelism*, then we will have shown that Forbes' logic does not validate deduction theorem. Let us recall Forbes' definitions for validity and the truth function for conditionals. The truth function for *conditional* is the following:

$$v(\phi \rightarrow \psi): 1 - [v(\phi) - v(\psi)], \text{ if } v(\phi) > v(\psi). \\ 1 \text{ otherwise.}$$

And *validity* has been defined as follows:

A rule (an argumentative form) is valid iff for any application its conclusion never takes a degree of truth lower than the degree of truth for the lowest premise.

Let us consider again a case used in the argument for the Sorites Paradox. The argument is a *modus ponens* that, as we have seen, is invalidated in Forbes' logic. Supposing the following *modus ponens* with arbitrary values: $Ta \rightarrow Tb$, $Ta \models Tb$. Under the hypothesis that Ta takes the degree of truth (0.8) and Tb takes a slightly lower degree, let us say (0.7), the degree of $Ta \rightarrow Tb$ is going to be (0.9). The conclusion, then, is going to be Tb (0.7), which is lower than both the first premise Ta (0.8) and the second premise $Ta \rightarrow Tb$ (0.9). Therefore, this instance of *modus ponens* is not valid, since its conclusion reaches a degree of truth lower than its premises. As we have seen, Forbes gives up on *modus ponens* in order to solve both the Sorites Paradox and Chisholm's Paradox.

However, the deduction theorem allows us to infer from the very same *modus ponens* the formula $((Ta \rightarrow Tb) \wedge Ta) \rightarrow Tb$. Keeping the arbitrary values attributed before, we will conclude that this formula takes a degree of truth of 0.9, this time following the truth function for conditionals. What this reasoning shows us is that, even though Forbes' logic does not recognize an instance of *modus ponens* as valid, it attributes a degree of truth of 0.9 to its correspondent formula. Hence, Forbes' logic does not present the *parallel* treatment for validity and conditional that is required in

order to validate deduction theorem. Even if Forbes had had the intention to break this *parallel* treatment, one could not be in a position to give up on deduction theorem, he could prefer to keep it rather than accept Forbes' logic to solve the paradoxes considered here.

Degree of de re possibility

Forbes has replaced transworld identity of the standard Kripke semantics by counterparthood in his many-valued logic. As far as I can understand, the reason for doing so is to avoid a weird notion of degree of identity and to limit his theory for degree of *de re* possibility. Since counterparthood relation admits of degrees, an analysis for *de re* possibility based upon counterparthood does not give rise to additional problems. The question now is how can we understand the notion of degree of *de re* possibility based upon the counterparthood relation and, at the same time, how to analyse this notion in terms of degree of truth in such a way that allows us to extend the solution for the Sorites Paradox to Chisholm's Paradox? Unfortunately, Forbes does not provide a simple answer to this question. So, let us think about a conditional from Forbes' reformulation to Chisholm's Paradox, such as $\Diamond \text{Mam}_0 \rightarrow \Diamond \text{Mam}_1$, and let us suppose a degree of truth of (0.9) for the conditional. What does that mean? Well, following Forbes semantics, we have to say that the antecedent (0.8) is slightly truer than the consequent (0.7). But, why is the antecedent slightly truer than the consequent? The answer here must appeal to some notion related to the degree of *de re* possibility, something like *it is more possible for a to be made of m_0 than m_1* . How can we understand that? There are at least two ways to understand it: we may either introduce a notion of distance between possible worlds or an inner world notion of degree of truth. The latter seems to follow more naturally from Forbes' theory, although it might be quite implausible. Under this interpretation, we should say that, in the possible world where Mam_0 is 0.8 true, *a is wholly made of m_0* but in degree of truth of 0.8. If this interpretation is not incoherent, it is at least quite implausible. Even though we accept that *possibly being made of* is (in some sense) a predicate of degree, *being made of* does not seem to fashion degree in exactly the same way as *being*

tall. Thus, this interpretation is arguably not the best option. The former will introduce degree of truth over an additional notion of distance between possible worlds. In this case, despite '*a is wholly made of m_0* ' being fully true in some world and '*a is wholly made of m_1* ' being fully true in some other possible world, the difference in degree of truth between the antecedent and the consequent is explained by appealing to the notion according to which the possible world where *a is made of m_0* is closer to the actual world than the world where *a is made of m_1* . So, we keep the inner world notion of degree of truth and we explain degree of *de re* possibility in terms of the distance between possible worlds. This interpretation is more plausible and makes Forbes' theory more uniform. But, one may argue, it is just going in circles and begging the question. It explains degree of *de re* possibility in terms of the distance between possible worlds and then explains the notion of distance between possible worlds in terms of degree of *de re* possibility.

Furthermore, whether Forbes embraces one explanation or another, he will always have at least one more possible competitor; the accessibility explanation of degree of *de re* possibility. Under non-transitive systems for modal logic, the modal operator might be iterated as many times as necessary, which can be used to explain degree of *de re* possibility, e.g., $\Diamond \text{Mam}_n$ might be falser than $\Diamond \Diamond \text{Mam}_n$ and so on. In this sense, one can argue that there is a weaker sense of *de re* possibility according to which it is true that it is possibly possible for *a* to be made of m_n .

Summing up

From what we have seen so far, one obvious conclusion that we may reach is that both strategies, Salmon's transworld identity and Forbes' counterparthood, face important problems and that neither of them has provided a final solution to the paradox. Both have their formal and philosophical challenges. I do not think that any of what has been argued here undermines either one of the projects, but, at the same time, I hope that some of the arguments have shown that the two alternatives of invalidating strategies face important problems that have to be solved.

I am particularly inclined to think that Salmon's *transworld identity strategy* is the most conservative project. On the one hand, it retains most of the standard Kripke's semantics and gives up only on more marginal features of modal logic and modal metaphysics, i.e., *transitivity* of accessibility relation across possible worlds. Additionally, its formal and philosophical challenges seem to be easier to deal with. On the other hand, Forbes' *counterparthood strategy* changes the core of Kripke's semantics replacing transworld identity relation by counterparthood relation and also changing the semantics for first-order logic on the top of which modal logic is built substituting *bivalence* for a many-valued semantics. And as we have seen, it is not a simple task to provide a unified semantics for first-order logic and its extension for modal logic. Once again, I am not arguing that these problems undermine either one of the projects, what they may do is invite us to continue to work in both counterparthood strategy and transworld identity strategy in order to provide a successful invalidating solution for Chisholm's Paradox, if any solution of this kind is available. Such a kind of solution to the paradox is highly desirable since it would allow us to keep the modal principles E and T and, simultaneously, would allow us to avoid the paradox.

References

- CHANDLER, H. Plantinga and the Contingently Possible. *Analysis*, 36, pp. 106-109, 1976.
- CHISHOLM, R. Identity Through Possible Worlds: Some Questions. *Noûs*, 1(1), pp. 01-08, 1967.
- CHISHOLM, R. Parts as Essential to Their Wholes. *The Review of Metaphysics*, 26(04), pp. 581-603, 1973.
- FARA, D. G. Possibility Relative to a Sortal. In K. Bennett, & D. W. Zimmerman (Eds.), *Oxford Studies in Metaphysics* (Vol. 07, pp. 3-40). Oxford, UK: Oxford University Press, 2012.
- FORBES, G. Two Solutions to Chisholm's Paradox. *Philosophical Studies*, 46, pp. 171-187, 1984.
- KRIPKE, S. Semantical Considerations on Modal Logic. *Acta Philosophica Fennica*, 13, pp. 83-94, 1963.

KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell, 1980.

LESLIE, S. Essence, Plenitude and Paradox. In J. Hawthorn (Ed.), *Philosophical Perspectives: Metaphysics* (Vol. 25, pp. 277-296). Wiley, 2011.

MACKIE, P., & JAGO, M. Transworld Identity. (E. N. Zalta, Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2013.

QUINE, W. V. Worlds Away. *The Journal of Philosophy*, 73, pp. 859-863, 1976.

ROBERTSON, T. Modal Paradox. In J. Berg (Ed.), *Naming, Necessity, and More* (pp. 54-80). New York: Palgrave Macmillan, 2015.

ROCA-ROYES, S. Rethinking Origin Essentialism (for artefacts). In M. Jago (Ed.), *Reality Making*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2016.

SALMON, N. How Not to Derive Essentialism from the Theory of Reference. *The Journal of Philosophy*, 76(12), pp. 703-725, 1979.

SALMON, N. *Reference and Essence* (2 ed.). Amherst: Prometheus Books, 1981.

SALMON, N. Modal Paradox: Parts and Counterparts, Points and Counterpoints. In P. French, T. Uehling, & H. Wettstein (Eds.), *Midwest Studies in Philosophy: Studies in Essentialism* (Vol. XI, pp. 75-120). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

SALMON N. The Logic of What Might Have Been. *Philosophical Review*, pp. 3-34, 1989.

WILLIAMSON, T. *Identity and Discrimination*. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1990.

LA NEGACIÓN PARACONSISTENTE A LA LUZ DEL REALISMO LÓGICO

Paraconsistent negation in the light of logical realism

Isis Urgell¹

RESUMEN

En este artículo se discute el funcionamiento de algunos de los operadores de negación paradigmáticos de la familia de lógicas paraconsistentes a la luz de las posiciones teóricas reunidas bajo la denominación de “realismo lógico”. Se toma el caso de los operadores del sistema LP articulado con la interpretación metafísica dialetheista y el sistema FDE siguiendo la interpretación propuesta por Jc Beall (2016) respectivamente y se contrastan con otros operadores de negación paraconsistente y sus niveles de compromiso metafísico. Mostramos como en el primer caso un compromiso metafísico robusto se acompaña de un protagonismo de una noción sustantiva de la negación lógica en el sistema mientras que, en el último caso, un panorama metafísicamente equilibrado redundaría en la desaparición de la negación lógica como noción sustantiva. Finalmente ofrecemos una alternativa intermedia, SF, un sistema no clásico cuatrivaluado, con una negación paraconsistente que en el marco de una concepción realista de la lógica permite mantener un equilibrio metafísico deseable siguiendo el argumento de Beall, pero restaura el papel de la negación como conectivo sustantivo.

Palabras clave: Negación. Paraconsistencia. Contradicción. Realismo lógico.

ABSTRACT

In this paper I analyze some of the negation operators from the family of paraconsistent logics from the perspective of logical realism. I start by taking as cases two cases of study: the LP negation operator along with its metaphysical interpretation stated as dialetheism and the FDE negation with the metaphysical interpretation proposed by Beall (2016). I use this operators to draw a comparison with the different level of metaphysical commitments in some other paraconsistent negations. I discuss how LP negation a robust metaphysical commitment such as dialetheism relies on a leading role of logical negation while in Beall's interpretation the search for a metaphysically balanced picture entails the disappearance of logical negation as a substantive notion. I the argue that it is possible to obtain an intermedia-

¹ IIF/SADAF/CONICET.

E-mail: isisurgell@gmail.com. ORCID: [0000-0003-1329-2412](https://orcid.org/0000-0003-1329-2412).

te alternative, with a four-valued paraconsistent logic SF, which is compatible with a metaphysically balanced picture as Beall's but it recovers a substantive notion of logical negation as a fundamental connective.

Keywords: Negation. Paraconsistency. Logical realism. Contradiction.

Introducción

A la luz de los desarrollos de las Lógicas no Clásicas hemos visto el surgimiento de nuevos sistemas y con ellos nuevas interpretaciones filosóficas tanto desde un punto de vista semántico como metafísico para sus conectivas. Las lógicas paraconsistentes son parte de estos desarrollos y en particular han habilitado un terreno de fértiles discusiones sobre el operador de negación, sus características esenciales y sus posibles lecturas. Usualmente estos desarrollos suelen tener disímiles interpretaciones filosóficas que varían en su grado de compromiso metafísico. En este trabajo realizamos un análisis de varios operadores de negación paraconsistentes que se destacan a la luz de las tesis del realismo lógico y proponemos una alternativa en esta misma línea.

En la sección 1 comenzamos con un breve acercamiento a las tesis del realismo lógico y ofrecemos un panorama general de la discusión actual sobre este tópico, abordando las principales posturas en su dimensión epistémica y metafísica y su relación con la discusión del pluralismo lógico en el área de filosofía de la lógica. En la sección 2 exploramos la relación entre el realismo lógico y la Lógica Clásica y como este vínculo se articula a partir de ciertas nociones de verdad, falsedad y el funcionamiento del operador de negación. En la sección 3 analizamos algunos integrantes de la familia de lógicas paraconsistentes evaluando sus niveles de compromiso metafísico poniendo el foco en el funcionamiento del operador de negación y su impacto para delimitar las lecturas filosóficas de la noción de contradicción que se establece en dichos sistemas.

Luego en la sección 4 y 5 analizamos dos instancias de sistemas paraconsistentes cuya interpretación filosófica involucra un compromiso metafísico sustantivo en la vía del realismo. La sección 4 analiza el caso de la negación de LP en la interpretación dialetheista de Priest y muestra cómo se articulan las propuestas lógico- semánticas del autor a partir de la definición

de verdad y del funcionamiento de la negación para sostener la interpretación metafísica con la que suplementa el sistema. En la sección 5 analizamos el caso de FDE en la interpretación propuesta por Beall (2016) de este sistema. El autor propone a FDE como la lógica que favorece el panorama metafísico más equilibrado, acomodando interpretaciones filosóficas como las de Priest, así como visiones antagónicas de teóricos paracompletos. Veremos que dicha posición arroja un resultado indeseable para el operador de negación lógica, así como ciertas dificultades en la lectura de la disyunción y la conjunción una vez que adherimos a una interpretación sustantiva de los valores no clásicos b y n .

Finalmente, en la sección 5 retomamos el sistema cuatrivaluado presentado en Urgell (2018) basado también en el conjunto FOUR y mostramos que, concedido el argumento de Beall (2016) según el cual en busca de una imagen metafísica equilibrada nos conviene adoptar un sistema lógico cuatrivaluado, entonces este sistema, SF, resulta más ventajoso que FDE. Argumentamos esta posición basándonos en que SF posee una negación paraconsistente, más fuerte que la negación de FDE y que además ofrece una lectura más intuitiva del funcionamiento de la conjunción y la disyunción para átomos no clásicos, especialmente si interpretamos filosóficamente a estos valores de verdad desde un enfoque realista de la lógica.

1. Un breve acercamiento al realismo lógico

El realismo lógico es una familia de posiciones sobre el estatus metafísico de la lógica que puede resumirse en el compromiso con dos tesis:

1) La existencia de hechos lógicos² (o estructura lógica) en el mundo
y

2) La independencia de estos hechos con respecto a la estructura cognitiva y a las prácticas lingüísticas humanas.

En este sentido para un realista lógico la verdad o falsedad de las afirmaciones de la lógica en tanto independientes de nuestra mente y nuestro lenguaje son objetivas, i.e dependen de los hechos, de cómo es el mundo

² La tesis de existencia es neutral con respecto a la naturaleza de estos hechos, es decir, es compatible con una visión nominalista o platonista de los mismos. Cf. TAHKO, 2019 y MADDY, 2007.

(LAPOINTE 2014). Como suele ocurrir hay muchas maneras de ser un realista lógico y así lo demuestran las disímiles posiciones de sus defensores³. Podemos pensar que hay hechos que garantizan las verdades lógicas, por ejemplo, siguiendo el ejemplo de Lapointe, podemos asumir que “la validez del Modus Ponens es un hecho”⁴ o análogamente que algo en el mundo garantiza su validez, esto es, garantiza la verdad de la afirmación lógica que lo contiene. Por supuesto, aparece entonces el problema de la conexión entre la lógica, nuestra mente y el mundo y de la noción de verdad que se configura a partir de ella.

En Tahko (2014) se ofrece una definición de verdad lógica denominada específicamente *metafísica* por el autor: “Una oración es lógicamente verdadera si y solo si es verdadera en cada configuración genuinamente posible del mundo”. Como se observa algún resto de la noción intuitiva de verdad por correspondencia está actuando en este caso. En algún punto dicha noción si bien puede debilitarse, no podrá desaparecer del todo en las posiciones realistas de la lógica, ya que justamente este vínculo ineludible entre la lógica y la realidad está en el centro del enfoque. Una opción posible es hacer lugar a otras nociones epistémicas, autores como Sher, conceden una visión más amplia y postulan que la conexión entre la lógica y el mundo puede darse bajo los estándares de la *veridicalidad* donde hay lugar para la idea tradicional de verdad, pero también para nociones más moderadas como evidencia o justificación fáctica (SHER 2011).

De manera general podemos decir que para los realistas lógicos hay una estructura lógica del mundo que puede ser captada y que de hecho es capturada por la lógica en tanto disciplina. La pregunta por qué tipo de estructura es, y cuál es la conexión exacta que hay entre ella y nuestras prácticas inferenciales da lugar a las diferentes posiciones entre los realistas. Siguiendo a Tahko (2019) podemos agrupar las posiciones de los realistas lógicos en dos enfoques fundamentales: realistas de las constantes lógicas y realistas de la estructura lógica. En el primer caso el enfoque presenta a las constantes lógicas con una referencia directa a entidades lógicas del mundo.

³ De hecho, las tesis 1 y 2 son compatibles con otras posiciones como el relativismo como indica Lapointe, es el caso de las tesis de folk-relativismo propuestas por Shapiro (2014).

⁴ LAPOINTE, 2014.

Es decir, las constantes lógicas no solo “cortan por las coyunturas” de lo real, sino que son capaces de representar hechos típicamente lógicos. Así, por ejemplo, la conjunción captura en el nivel lógico un hecho conjuntivo que se da en el mundo. Acá encontramos la posición de autores como Mcsweeney (2017) y Sider (2011)⁵. En cuanto a los realistas de estructura el enfoque establece que las constantes lógicas no capturan entidades o hechos lógicos individuales sino patrones, i.e la estructura formal de los objetos, sus propiedades y sus relaciones. En este grupo podemos ubicar a autoras como Sher (2011) y Maddy (2007).⁶ Volviendo a nuestro ejemplo de la conjunción, para el realista de estructura no es el caso que de hecho exista una conjunción presente en el mundo, sino que son los conyuntos los que de hecho existen independientemente de la mente y el lenguaje, y la conjunción lógica emerge en un nivel superior, el del lenguaje lógico.⁷ En este trabajo seguimos a Tahko (2019) en su opinión de que resulta más plausible un realismo lógico de estructura, incluso si es el caso de que colapsa con la tesis más general de realismo metafísico simpliciter ⁸.

En cuanto a los niveles de compromiso metafísico, podemos utilizar la tesis 2 que nos habla de la independencia de la estructura lógica del mundo para establecer un espectro y entablar un nexo con las concepciones epistémicas que acompañan al realismo lógico. En un extremo encontraremos posturas como la de Rush (2014) donde se postula una objetividad robusta en la naturaleza de la lógica, según la autora: “Aunque no hubiera humanos para experimentarla o ser conscientes de ella la lógica seguiría siendo tal como es”, de esto se sigue que nuestro uso y comprensión de la lógica no afecta en absoluto la existencia y propiedades de dicha estructura. Por otra parte, algunas posturas más moderadas, ubicadas hacia el centro del espectro, son las ponderadas por Sher (2011, 2016) y Maddy (2014). Para Maddy, desde su visión naturalista, hay un nexo causal entre las determinaciones específicas de nuestros mecanismos cognitivos y la estructura del mundo. La

⁵ La posición de Sider es mencionada en Tahko (2019) siguiendo la interpretación ofrecida de Sider ofrecida en Elklund (2017).

⁶ En esta misma línea se encuentra la posición de autores locales como Moretti (2016).

⁷ Esto tiene consecuencias para la relación de grounding que establecemos entre la lógica y su base de fundamentación que escapan al objetivo de este trabajo. Cf. Tahko 2019.

⁸ Sobre el colapso del realismo lógico de estructura en el realismo metafísico ver Tahko (2019).

lógica es verdadera con respecto al mundo porque capta su estructura formal subyacente. A la vez nuestros mecanismos cognitivos están configurados de forma que podamos captar dicha estructura, y creer las verdades lógicas, ya que la determinación de dichos mecanismos cognitivos es parte de la determinación física del mundo.

En el caso de Sher encontramos también una postura intermedia en el espectro. La lógica, en tanto parte de la red total del conocimiento, se funda como este en dos pilares: la mente y el mundo. En este sentido la lógica es biface, captura las leyes del pensamiento y las leyes formales de la configuración de los objetos en el mundo. Con respecto al primer frente la autora declara que tenemos libertad epistémica, esto es, la posibilidad de desarrollar una investigación teórica utilizando todas nuestras capacidades cognitivas y las herramientas conceptuales propias de nuestro intelecto en concordancia con nuestras normas lingüísticas, racionales y trascendentales. Con respecto al segundo frente tenemos fricción epistémica: el mundo constituye una restricción a lo que podemos establecer como conocimiento, y es en este lugar donde se ponen en juego las normas de veridicalidad: nuestro conocimiento, y la lógica como parte de él, debe ajustarse a las nociones de verdad, evidencia o justificación fáctica. Es el mundo el que restringe nuestra libertad y mecanismos epistémicos, de la misma manera que determina al objeto de conocimiento.⁹

Definido en términos del compromiso con las tesis anteriores 1 y 2, el realismo lógico puede permanecer neutral ante la discusión del pluralismo vs monismo lógico en filosofía de la lógica. Es decir, es posible compatibilizar ambas posturas con el compromiso con estos dos principios fundamentales. Podemos asumir la existencia de una estructura lógica en el mundo independiente de nuestra mente y lenguaje, y asumir que dicha estructura es capturada por una única lógica correcta, como en Mcsweeney (2019) o, por el contrario, podemos pensar que varias teorías lógicas pueden captar diversos fragmentos de esta estructura formal relevante del mundo como en el caso de Sher (2011). En este trabajo asumimos la posición de Sher (2011) en

⁹ Es posible observar una reminiscencia kantiana en la concepción epistémica de la autora. Cf. SHER, 2016.

tanto nos posibilita un enfoque neutral y metodológicamente más fructífero para el análisis que queremos conducir.

2. El operador de negación clásica a la luz del realismo lógico

El caso de la negación suele ser frecuentemente un punto de discusión para los realistas lógicos, ya que se encuentra íntimamente ligada a ciertas posiciones metafísicas robustas respecto de cómo es el mundo y cómo podemos captarlo por medio de nuestra práctica lógica¹⁰. Particularmente debido al rol de la negación en el Principio de No Contradicción (PNC) y su lugar central en las discusiones metafísicas, podemos decir que distintas visiones sobre el funcionamiento de este operador y sobre la validez de dicho principio articulan no solo las motivaciones para adoptar diversos sistemas lógicos sino concepciones metafísicas más generales acerca de cómo las cosas efectivamente son.¹¹ Típicamente la Lógica Clásica suele asumirse como la más adecuada para dar cuenta del mundo que habitamos, de ese ámbito de los objetos macroscópicos que de forma general asumimos que se comporta de manera consistente y que solemos describir en términos de verdad y falsedad. A su vez es la lógica que prevalece en la práctica científica y ha sido argüido que la posibilidad de un cambio de lógica es inviable ya sea por la imposibilidad de establecer un terreno semántico en común sobre el que formular el desacuerdo (QUINE 1960) o por la limitación impuesta por nuestras prácticas racionales mismas (KRIPKE-PADRÓ 2015). Dentro de los realistas lógicos Maddy (2014) establece que la Lógica Clásica resulta la más adecuada para representar, con ciertas idealizaciones de por medio, la lógica rudimentaria i.e la estructura formal que subyace en el mundo. Sin embargo, hay otras posturas que en el marco de la familia realista adhieren a una lógica no clásica, y por extensión a un operador de negación no clásico, más adelante nos ocuparemos de analizarlas.

¹⁰ Además de lo discutido en este apartado la negación también es un punto de discusión para debate entre realistas de entidades y realistas de estructura mencionado en el apartado 1.

¹¹ Ver Martínez-Ordaz, M y Estrada-González, L (2018) para un estudio detallado del estado actual del debate sobre el PNC en su dimensión semántica, lógica y metafísica.

De manera general podemos entender la negación como un fenómeno de oposición semántica¹². En tanto tal esperamos que los operadores de negación lógica recojan esta oposición en algún sentido. Típicamente la negación clásica suele entenderse como la representación lógica de la relación semántica de contradictoriedad. Es decir, el operador de negación clásica puede leerse como un formador de contradicciones. La noción de contradicción y contrariedad que exponemos a continuación han sido fundamentales en las discusiones al respecto de las características esenciales que debe cumplir un operador para ser denominado “negación lógica”.

Contradicción: Dos proposiciones son contradictorias si al ser una de ellas verdadera la otra resulta necesariamente falsa y viceversa.

Contrariedad: Dos proposiciones son contrarias si no pueden ser ambas simultáneamente verdaderas, pero sí simultáneamente falsas.

De este modo un formador de contradicciones clásico es un operador que aplicado a una fórmula A , arroja como resultado una fórmula $\neg A$ de forma que no es posible que A y $\neg A$ sean simultáneamente verdaderas y alguna de las dos será necesariamente falsa. Desde el punto de vista formal un operador para ser un formador de contradicciones debe validar las inferencias conocidas como PNC: $\models \neg(A \wedge \neg A)$ y LEM: $\models A \vee \neg A$. Esta lectura primariamente semántica puede extenderse a la metafísica cuando nos encontramos con nociones un poco más robustas de verdad y falsedad, entre las cuales la negación clásica opera como conmutador. Recordemos que las leyes que guían la negación clásica, i.e el Principio de no Contradicción (PNC) y la Ley de Tercero Excluido (LEM) fueron primeramente explicitados por Aristóteles en su Metafísica.

PNC: “(...)es imposible que lo mismo se dé y no se dé en lo mismo a la vez y en el mismo sentido.” (Metafísica IV)

LEM: “Por otra parte, tampoco puede darse un término intermedio entre los contradictorios, sino que necesariamente se ha de afirmar o negar uno de ellos, sea el que sea, de una misma cosa.” (Metafísica IV, 1011b 20-25)

La conexión entre ambos planos en Lógica Clásica resulta muy estrecha, por demás el sistema cumple el Principio de Bivalencia, que estable-

¹² HORN, L y WANSING, H, 2020.

ce que hay solo dos valores semánticos que puede tomar una proposición: verdad y falsedad. Por medio de la negación clásica capturamos entonces las relaciones entre la verdad y falsedad de las proposiciones y suplementado con una interpretación metafísica realista capturamos lógicamente las relaciones de lo que es y lo que no es en el mundo. En este marco el operador de negación clásica funciona como un conmutador de valores entre verdad y falsedad, y en articulación con la conjunción y disyunción clásicas obtenemos la concepción tradicional de contradicción¹³.

Desde un punto de vista lógico el PNC nos indica que no es posible que la conjunción de una oración y su negación sea verdadera (1) en ninguna valuación. Y en el caso de LEM que dada cualquier oración o bien ella es verdadera o bien su negación lo es. La idea de verdad clásica es una noción que se comporta de manera exhaustiva, es decir, alcanza a todas las proposiciones del lenguaje y exclusiva, solo puede asignarse un valor de verdad a cada oración. Resulta sencillo conectar estas condiciones semánticas al ámbito metafísico como veíamos con Aristóteles anteriormente: o bien algo se da o no se da y es imposible que algo se dé y no se dé en el mismo sentido y al mismo tiempo.

De esta manera algunas de las interpretaciones plausibles que podemos derivar de la Lógica Clásica, si la entendemos como “la lógica correcta”, es que el mundo es, de hecho, “clásico”, esto es, consistente¹⁴ y no contradictorio. En este sentido la negación clásica es un operador que trabaja sobre una estructura bivalente, conmutando entre verdad y falsedad y no tolera contradicciones. A saber, la negación clásica es lo que denominamos una negación explosiva, valida el Principio de Explosión o EFSQ: $A \wedge \neg A \models B$. La idea es que, si “de lo falso se sigue cualquier cosa”, entonces a partir de una contradicción podemos probar cualquier fórmula en el sistema volviéndolo trivial. Luego PNC, LEM, EFSQ y DN (Doble negación:

¹³ Nos referimos por concepción tradicional de contradicción a la explicitada en Slater (1995) que además de la conjunción de dos fórmulas $A \wedge \neg A$, y la validación de LEM y PNC por parte del operador $\neg$ supone una noción de verdad exhaustiva y exclusiva, i.e que las fórmulas sean “verdaderas y solo verdaderas”, y “falsas y solo falsas”.

¹⁴ Aquí entendemos consistencia como “consistencia simple”, i.e ausencia de contradicciones. Sin embargo, una noción de consistencia absoluta, aplicable a teorías, indica además no trivialidad. En Lógica Clásicas ambas nociones colapsan, las lógicas paraconsistentes pueden hacer lugar a la segunda sin requerir la primera, esto es toleran contradicciones sin convertirse en triviales.

$\neg A \models A$) suelen ser las normas inferenciales típicas que caracterizan a la negación clásica.¹⁵

Por otra parte, la teoría de la verdad de Tarski que se monta sobre la Lógica Clásica ha sido muchas veces identificada con posiciones realistas fuertes con respecto a la naturaleza de la verdad y su esencia correspondentista.¹⁶ De la misma manera la negación clásica, presupuesta en la teoría tarskiana, al ser intolerante a las contradicciones suele señalarse como el operador más adecuado para capturar cómo de hecho es el mundo, i.e no contradictorio o simplemente consistente, en lo que puede leerse como una clara reminiscencia de las tesis aristotélicas.

Sin embargo, algunos autores como Graham Priest han desafiado esta noción proponiendo un sistema no clásico motivado por la solución de paradojas semánticas tales como la Oración del Mentiroso, pero también con la idea metafísicamente sustantiva de que el mundo es, de hecho, contradictorio, y que dado este fenómeno necesitamos más de dos valores de verdad para representarlo y una negación que se adecue a este panorama. En particular dicha negación debe tolerar contradicciones y permitir al sistema lógico manejarlas sin peligro de trivialidad. A continuación, analizamos algunos desarrollos en esta línea de las lógicas paraconsistentes y contrastamos sus niveles de compromiso metafísico a la luz de las tesis realistas.

3. La negación paraconsistente y el realismo lógico.

En Sher (2011, 2016) la autora establece como característica fundamental de la lógica a la formalidad. Dicha característica es la que garantiza que pueda captar la estructura formal de los objetos, estableciéndose así una relación de interdependencia y retroalimentación entre el nivel de la realidad y el de la lógica mediado por el nivel de la verdad. De este modo la fundamentación de la lógica descansa sobre las leyes formales más generales que capturan las relaciones de entre objetos y propiedades, i.e ciertas leyes matemáticas muy básicas, por ejemplo, como las expresadas en los axiomas de

¹⁵ El debate sobre cuáles son las inferencias que determinan unívocamente un operador de negación y en particular una negación clásica ha sido ampliamente tratado. Ver Lenzen (1998) sobre lo primero y De y Omori (2015) sobre lo segundo.

¹⁶ Cf. GLAZBERG, 2018.

ZFC¹⁷. Sin embargo, la autora aclara que dicha conexión entre la lógica y la matemática no determina unívocamente una sola lógica posible. En el caso de la Lógica Clásica, la propiedad de formalidad es entendida en términos de bivalencia y las leyes matemáticas que la rigen son las del Algebra Booleana, en el caso de las Lógicas no Clásicas las leyes de la formalidad están dadas por teorías matemáticas no clásicas.¹⁸

Varios enfoques no clásicos pueden entonces suplementarse con una posición realista de la lógica. Si el punto fundamental del realismo es la conexión inevitable de la lógica con la realidad, mucho se ha debatido sobre dicha conexión en las motivaciones e interpretaciones filosóficas de los sistemas paraconsistentes. Podemos pensar entonces, siguiendo el argumento de Sher, que el lugar del álgebra booleana es ocupado, por ejemplo, por las álgebras de Kleene, utilizadas en el sistema lógico LP desarrollado por Graham Priest (1979), o por las álgebras De Morgan sobre las que se basa el sistema FDE, desarrollado por Anderson y Belnap (1975, 1977) y la idea de formalidad lógica abandona bivalencia para dar lugar a un espectro más amplio de valores, posibilitando sistemas multivaluados. Veamos cómo funciona esta postura aplicada al caso de las lógicas paraconsistentes.

La paraconsistencia es una propiedad formal de la relación de consecuencia lógica. Es decir, una lógica es paraconsistente si su relación de consecuencia no valida el Principio de Explosión, i.e. $A \wedge \neg A \nvdash B$.¹⁹ Esto es, una lógica $\mathcal{L}$ es paraconsistente si puede soportar teorías inconsistentes no-triviales (URBAS 1990). Hay varias maneras de entender esta definición e incluso de extenderla a niveles metainferenciales, sin embargo, para nuestros propósitos basta la noción de paraconsistencia simple, es decir, a nivel del lenguaje objeto,²⁰ la cual se define de forma negativa sobre la relación de consecuencia lógica. Luego cuando hablamos de negaciones paraconsistentes nos referiremos entonces, a operadores de negación que pertenecen a sis-

¹⁷ Vale remarcar que debido a que la posición de Sher es holista, la relación de fundamentación es bidireccional sin que podamos ubicar a la matemática, necesariamente, en un nivel de mayor fundamentalidad de la lógica.

¹⁸ SHER, 2011, pp. 364.

¹⁹ Seguimos en esta definición a Priest, Tanaka y Weber (2018), Ripley (2015) y Carnielli y Coniglio (2016)

²⁰ Sobre la noción de paraconsistencia y su definición extendida a nivel metainferencial ver Barrio y Da Re (2018).

temas paraconsistentes, i.e hablamos de negaciones no explosivas, o tolerantes a las contradicciones. Esto es, una negación paraconsistente $\neg$ es aquel operador que cumple alguna de estas dos reglas: $A \wedge \neg A \not\vdash B$ o $A, \neg A \not\vdash B$ denominadas por Ripley (2015) como paraconsistencia conjuntiva y colectiva respectivamente en tanto propiedades de $\vdash$. Entendemos entonces por operador de negación paraconsistente, simple y llanamente al operador unario empleado en alguna de estas versiones de la falla del Principio de Explosión dentro de un sistema lógico paraconsistente.

Para otros autores, como Da Costa y Lewin (1974), la paraconsistencia se define a partir del rechazo al PNC como teorema en el sistema, i.e una lógica es paraconsistente si y solo si $\not\vdash \neg(A \wedge \neg A)$. Más adelante en Da Costa y Lewin (1995) los autores vuelven sobre la definición indicando que el PNC puede entenderse de dos maneras, en su versión teorematizada $\neg(A \wedge \neg A)$, la cual puede ser validada por algunos sistemas paraconsistentes, pero insisten en que la siguiente formulación no puede ser válida: “Dadas dos proposiciones A y $\neg A$, una de las cuales es la negación de la otra, una de ellas es falsa.” Sostenemos igualmente en este caso la primera definición (PRIEST, TANAKA, WEBER, 2018) y en tanto tal entendemos la negación paraconsistente en términos de negaciones no explosivas. Tomamos esta postura ya que entendemos que la noción de Da Costa pone de entrada una carga sobre la noción de verdad que en principio puede separarse de las nociones puramente técnicas de las que partimos. Una manera de matizar la segunda tesis del PNC ofrecida por Da Costa, que podríamos llamar “PNC semántico”²¹ es como veremos más adelante, entender a la verdad de forma no exclusiva y admitir que A y $\neg A$ puedan ser simultáneamente verdaderas y falsas, donde entonces el problema se traduce en si las fórmulas en cuestión son únicamente verdaderas o únicamente falsas. Más adelante volveremos sobre este detalle.

Se impone remarcar que la paraconsistencia en tanto propiedad puramente formal no se encuentra en principio atada a ninguna interpretación filosófica en particular, como mostraron Barrio y da Re (2018) sino que por el contrario admiten varias lecturas en este sentido. Esto es, a priori, ninguna

²¹ En Martínez-Ordaz, M y Estrada-González, L (2018) se establece como versión semántica del PNC siguiendo a Aristóteles “Dada una proposición y su negación no pueden ser ambas verdaderas” (pp. 35)

interpretación al respecto de qué es la verdad o qué significa exactamente ser una contradicción es presupuesta en dicha noción. En esta ocasión se analizan operadores de negación suplementados con una interpretación filosófica particular, aquellas compatibles con las tesis del realismo lógico. Pero en ningún sentido se presupone que esta interpretación sea unívoca o excluyente de otras lecturas posibles, simplemente esta convergencia de posiciones es el punto de atención de este trabajo, en tanto podemos afirmar que no suele ser las tesis de aceptación más extendida. Es por eso que, por el momento, tratamos de sostener la definición de paraconsistencia en términos de falla de Explosión, en tanto se muestra como la más neutral ante las posibles interpretaciones filosóficas (semánticas o metafísicas). Es decir, no presupone a priori una noción de verdad sustantiva ni una posición definitiva sobre la validez y alcance del PNC lo cual nos permite conducir el análisis hacia dichas interpretaciones con menor carga teórica previa.

El nexo que queremos establecer entre los sistemas paraconsistentes que abordamos, sus operadores de negación y su respectiva interpretación metafísica muchas veces viene de la mano de la lectura sobre la naturaleza de las contradicciones que hacen de ella quienes adhieren a dichos sistemas. Podemos sostener que las contradicciones son un fenómeno que ocurre solo en el nivel semántico y/o epistémico o podemos pensar que es posible encontrarlas de hecho en el mundo. Estos tres niveles de interpretación de las contradicciones: semántico, epistémico y metafísico, habilitan diversas lecturas sobre el operador de negación y diversas interpretaciones de los sistemas lógicos que los contienen.

Típicamente posiciones que podríamos denominar como “metafísicamente deflacionarias” suelen ubicar a las contradicciones en el ámbito semántico como un problema resultante de las características del lenguaje y el uso que hacemos de él. También es posible circunscribirlas al ámbito epistémico, como un problema de nuestro acceso a la información o de la evidencia disponible sobre algún tema, o algún tipo de anomalía en nuestro razonamiento. Dichas posiciones deflacionarias son muy frecuentes en la familia de lógicas paraconsistentes. Entre los sistemas paraconsistentes que motivan el rechazo a EFSQ, esto es la tolerancia a contradicciones, como un fenómeno cuyas consecuencias se delimitan al ámbito semántico tenemos

las Lógicas Conexivas motivadas a partir de la idea de cierta conexión que debe existir entre premisas y conclusión de una inferencia válida, en particular de entender la relación de implicación $\vdash$ como una relación de inclusión de contenido lógico (WANSING, 2020). En este sentido la interpretación de la negación en tanto sustracción o cancelación de contenido, deriva en que las contradicciones no tengan ningún contenido semántico en absoluto. Si $\neg A$ “borra, neutraliza o cancela”²² A , entonces la conjunción de $\neg A \wedge A$ no tiene ningún contenido que pueda ser incluido en una conclusión. Esta particularidad es lo que motiva la falla de EFSQ, pero como se ve la noción de contradicción es absolutamente deflacionaria, se agota en el plano semántico sin ningún tipo de consecuencia en el plano metafísico. Las lógicas relevantes comparten esta motivación, es decir, parten de la idea de que se requiere cierta conexión relevante entre premisas y conclusión en inferencias válidas, y aquí podemos ubicar a la presentación original de FDE de Anderson y Belnap y la semántica posteriormente propuesta por Dunn. Posteriormente analizaremos el caso de FDE suplementada con una interpretación metafísica más robusta según propone Jc Beall (2016).

Por otro lado, las lecturas de las contradicciones como pertenecientes al ámbito epistémico también son frecuentes. Este es el caso de los teóricos que han desarrollado las LFI (Lógicas de la Inconsistencia Formal) donde coexisten dos operadores de negación, uno clásico con una lectura ontológica, y uno paraconsistente con una lectura fundamentalmente epistémica en términos de información/evidencia contradictoria.²³ Así las lógicas paraconsistentes desarrolladas en Campinas constituyen una instancia particularmente interesante en tanto se presupone que ontológicamente el mundo como tal no es contradictorio, i.e es un contexto consistente, y se añade un operador de negación no explosiva cuya interpretación se restringe únicamente al ámbito epistémico. En este sentido, hay un supuesto metafísico sustantivo que opera de fondo, pero en favor de la negación clásica, abonando al consenso del realismo asociado a la clasicidad que mencionábamos anteriormente. El mundo es no contradictorio, solo cuando emprendemos la tarea de conocerlo, reunir información o evidencia sobre él, surgen las con-

²² WANSING, 2020.

²³ Cf. CARNIELLI, W; CONIGLIO, M.; 2016.

tradiciones, pero únicamente en el marco de nuestra empresa epistemológica. Luego para describir cómo es el mundo usamos la negación clásica, y para describir problemas relativos a cómo lo conocemos usamos la negación paraconsistente.²⁴

En esta misma línea es la posición defendida por Berto (2015), donde el operador de negación modela la relación de incompatibilidad material entre objetos. Dicha relación tiene una naturaleza modal, y en tanto tal también lo tiene el operador que funciona como un cuantificador sobre mundos. En este trabajo nos centraremos en sistemas extensionales, luego no abundaremos en este caso particular. Sin embargo, comentamos esta instancia como otro caso donde se articula un supuesto ontológico clásico con un supuesto epistémico no clásico. Es decir, este enfoque de la negación cuya función es capturar la relación de incompatibilidad material se basa en la lectura metafísica del PNC en términos aristotélicos i.e es imposible que un objeto tenga propiedades (o atributos) incompatibles luego una vez más presupone un supuesto metafísico de no autoincompatibilidad de los mundos en el nivel ontológico. Sin embargo, dado que el autor es pluralista, deja abierta la posibilidad de especificar los mundos sobre los que el operador de negación ranguea como estados de información, conjuntos de creencias o teorías inconsistentes, donde sí puede fallar EFSQ. Es decir, el enfoque es compatible con algunas definiciones de negación paraconsistente pero nuevamente la paraconsistencia es un fenómeno limitado al nivel epistémico, mientras que en el nivel metafísico prevalece la visión clásica-aristotélica.

A continuación, nos enfocamos en dos operadores de negación paraconsistentes que han sido suplementados con una interpretación metafísica no clásica robusta y compatible con el realismo: la negación de LP en la interpretación dialetheista metafísica de Priest y la negación de FDE en términos de la interpretación de Beall (2016).

4. La negación dialetheista de LP

²⁴ Otras lógicas paraconsistentes que ubican a las contradicciones en el plano del razonamiento como una suerte de “anomalías” son las lógicas adaptativas. En este caso al menos en la motivación inicial las contradicciones pertenecen al ámbito teórico y no se extienden al ámbito metafísico. Cf. WANSING, op. cit.

El dialetheismo es la tesis que afirma la existencia de dialetheias. Una dialetheia es una contradicción verdadera, o como se formula comúnmente, una oración que es a la vez verdadera y falsa. Esto es, una proposición que afirma que *es el caso que p* y que *no es el caso que p* , simultáneamente. Siguiendo esta formulación el dialetheismo es la posición que afirma, contra la tradición, que las contradicciones no son falsedades lógicas sino por el contrario que pueden ser verdaderas. Así entonces, en ciertas situaciones, sería posible aceptar como verdadera tanto una tesis A como su opuesta $\neg A$. La posición dialetheista estrictamente, no requiere que todas las contradicciones sean verdaderas, basta afirmar que algunas lo son, es decir no se identifica con la tesis del trivialismo, según la cual todo es el caso.

Es posible suscribir a la tesis dialetheista por dos caminos, como tesis semántica o como tesis metafísica.²⁵ La primera es una tesis más débil en cuanto a alcance, ya que circunscribe la existencia de las dialetheias únicamente al ámbito semántico. Así las contradicciones verdaderas ocurren solamente cuando lidiamos con problemas como la autoreferencia, la relación de pertenencia o la predicación de verdad, todos tópicos del lenguaje natural o de lenguajes formales, mientras que el mundo empírico permanece “no contradictorio”. Es decir, pertenece a la categoría de enfoques “metafísicamente deflacionarios” que mencionábamos anteriormente.

Por otro lado, quienes suscriben al dialetheismo como tesis metafísica afirman que es posible encontrar dialetheias no solo en el terreno semántico sino también en lo fenoménico, en el mundo que efectivamente habitamos. Así, según la tesis más fuerte, podemos afirmar que problemas metafísicos como el tiempo, el movimiento, el cambio o la identidad de los objetos constituyen instancias donde se verifican contradicciones verdaderas porque el mundo, es, de hecho, contradictorio.²⁶

La negación propuesta por Priest en LP suele acompañarse de una interpretación dialetheista semántica y metafísica al mismo tiempo. Es decir, desde el punto de vista semántico, la negación de LP aparece como un operador pensado para modelar algunos fenómenos específicos como la Oraci-

²⁵ Cf. MARES, 2004.

²⁶ Sobre otras instancias de ocurrencia de dialetheias en el ámbito metafísico y la posibilidad de un realismo dialetheista con un sistema diferente a LP ver Estrada González (2014).

ón del Mentiroso y desde el punto de vista metafísico como una conectiva capaz de captar y representar los ámbitos del mundo donde las paradojas de hecho ocurren. El sistema entonces ofrece un marco trivaluado, donde conviven los valores clásicos, 1 y 0 aptos para modelar todos los contextos consistentes, i.e no contradictorios, del mundo y el lenguaje, con el tercer valor $\frac{1}{2}$, que podemos interpretar como b (both, true and false). Es decir, leemos a b como un glut o cúmulo de verdad, un lugar donde los dos valores clásicos se superponen. A continuación, se presentan las valuaciones de LP.

$\neg$		$\wedge$	1	$\frac{1}{2}$	0	$\vee$	1	$\frac{1}{2}$	0
1	0	1	1	0	0	1	1	1	1
$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$	0	$\frac{1}{2}$	1	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{2}$
0	1	0	0	0	0	0	1	$\frac{1}{2}$	0

Estas matrices lógicas están acompañadas de la relación de consecuencia lógica que establece como valores designados a preservar a 1 y $\frac{1}{2}$. Es decir, preservamos verdad como componente, hay verdad de manera unívoca en 1 y hay verdad también en $\frac{1}{2}$ (b), solo que en este caso convive simultáneamente con la falsedad. La idea que presenta Priest es la de la verdad como una noción exhaustiva, que alcanza a todas las proposiciones del lenguaje, pero no exclusiva, es decir que no necesariamente debe predicarse de forma aislada, sino que puede coexistir con la falsedad, tanto en el lenguaje como en los hechos.²⁷ Notemos que esta acepción de verdad dialetheica no presenta en principio ningún inconveniente con la idea de verdad como nivel intermedio de fundamentación entre la lógica y el mundo que discutíamos anteriormente en términos de la propuesta de Sher, ya que la idea de verdad no exclusiva de Priest es compatible con la noción de verdad correspondentista en tanto y en cuanto asumamos que captura patrones o fragmentos de la estructura de ciertos objetos que la verdad exclusiva no puede capturar.

Luego a nivel técnico podemos decir que el sistema LP toma las valuaciones que corresponden a las matrices trivaluadas de Kleene fuerte y proponen una interpretación particular para el tercer valor. La negación de LP funciona entonces como un conmutador para casos clásicos, i.e devuelve

²⁷ PRIEST; BERTO; WEBER, 2018.

un output 1 para input 0 y viceversa, y para el tercer valor retorna el mismo valor ingresado, i.e si $v(A) = \frac{1}{2}$ entonces $v(A) = v(\neg A)$.

Este funcionamiento resulta al menos problemático si pensamos en el operador de negación como esencialmente un conmutador de valor de valores (OMORI, DE, 2015) ya que para el valor dialetheico la negación de LP no conmuta. Muchos críticos señalaron que esta negación no podría de hecho formar contradicciones sino solo contrarios, siendo b un valor que habilita “intermedios” entre verdad y falsedad²⁸. La respuesta de Priest (1999) explicitó que el requisito de formador de contradicciones era satisfecho por su negación de LP en términos de validar dos inferencias fundamentales PNC y LEM, en tanto son las leyes lógicas que gobiernan la noción de contradicción clásica. Sin embargo, para autores como Slater la noción misma de contradicción no puede definirse sin presuponer la idea de verdad clásica, es decir una propiedad que se comporta exhaustiva y exclusivamente.²⁹ Contra esta crítica Priest afirma que incluso si asumimos que hay algo así como una verdad definicional “truth by definition”, no hay razón para no asumir a priori que esta verdad es no-paradójica.³⁰ Con respecto al PNC, Priest (1999) lo que se propone no es un absoluto rechazo, ya que valdría en algunos contextos (i.e contextos consistentes) y fallaría en otros (donde ocurren las dialetheias). Como se observa esto implica una especie de lectura dialetheica del PNC a nivel metateórico. Esto es, ocurre simultáneamente que para toda oración A , no es el caso que A y $\neg A$ son verdaderas y que para alguna oración A tanto A como $\neg A$ son verdaderas. Luego si somos dialetheistas y, como el autor, creemos que algunas contradicciones son verdaderas, podemos simplemente acomodar esta particularidad del alcance del PNC como otro caso de contradicción que aceptamos. Esto es la validez inferencial del PNC en LP no condiciona la interpretación dialetheista ni la restringe, ya que las dialetheias se capturan en términos de valor de verdad, b , y las contradicciones se acomodan sin trivialidad debido a la falla de Explosión.

²⁸ Ver Slater (1995) y Berto (2006)

²⁹ A este respecto ver el debate Priest-Slater en BEZIAU; CARNIELLI; GABBA, 2007.

³⁰ PRIEST, G, 1999, p.111, nota 23.

LP en su interpretación dialetheista fuerte cumple entonces con la desiderata realista de entender la lógica y sus conectivos, en este caso la negación, como un método de capturar fenómenos que los exceden, es decir que son extra lógicos, en particular que tienen que ver con cómo se comporta la realidad, independientemente de nosotros. Sin embargo, desde este mismo punto de vista puramente metafísico resulta al menos llamativo que la negación de una dialetheia sea a su vez otra dialetheia. Asumiendo la tesis más fuerte de dialetheismo metafísico esto implica que el opuesto de un fenómeno contradictorio solo puede ser otro fenómeno contradictorio. Esto si bien tiene sentido a nivel técnico, pues LP se basa en las álgebras de Kleene donde la negación tiene un punto fijo para el valor $\frac{1}{2}$, no es muy satisfactorio en términos de comprensión de la estructura lógica de los objetos y especialmente de la idea de negación en términos de un operador que captura una relación de oposición, ya sea esta semántica, metafísica o epistémica.

A partir de estos debates se ha caracterizado a operadores de negación a la Kleene como operadores de negación débil, ya que independientemente de cuál sea la interpretación que demos al tercer valor (b o n) si $v(A) = \frac{1}{2}$ entonces $v(A) = v(\neg A)$ y este comportamiento resulta altamente contraintuitivo si pensamos que la negación debe capturar algún tipo de relación entre opuestos. Y por otro lado si mantuviéramos la interpretación clásica de verdad exclusiva se habilita una lectura del operador en términos de formador de contrarios/subcontrarios, pero no de contradicciones stricto-sensu. Por otro lado, los sistemas paradigmáticos basados en dicha álgebra, K3 y LP, o bien fallan en validar LEM o bien fallan en validar EFSQ, o bien proponen algún tipo de debilitamiento del PNC en su lectura filosófica como es el caso de la interpretación dialetheista fuerte.

5. FDE: La desaparición de la negación en un enfoque metafísico balanceado

En Beall (2019) el autor propone que FDE sea considerada como la lógica correcta, o la lógica verdadera. En un texto anterior Beall (2016) anticipa esta posición abogando por adoptar una lógica subclásica una vez que determinamos que la Lógica Clásica no es satisfactoria para modelar fenó-

menos como las paradojas de diversos tipos o teorías inconsistentes que resultan a pesar de esto teóricamente interesantes. Luego dado que los candidatos trivaluados basados en Kleene fuerte: K_3 y LP son sistemas duales. Esto es, ambos invalidan inferencias duales: $\not\models_{K_3} A \vee \neg A$ y $A \wedge \neg A \not\models_{LP} B$, y enfrentan problemas duales para caracterizar nociones semánticas asociadas al rechazo de dichas inferencias. Luego, en tanto las ventajas de uno constituyen las desventajas del otro y viceversa³¹, no hay desempate teórico que favorezca a LP o K_3 de forma definitiva. Por lo tanto, elegir uno de estos sistemas puede leerse como una decisión arbitraria. En el mismo sentido FDE al ser cuatrivaluado puede acomodar fórmulas valuadas como b tanto como fórmulas valuadas como n. A continuación, mostramos las valuaciones del sistema del FDE

$\wedge$	1	0	b	n
1	1	0	b	n
0	0	0	0	0
b	b	0	b	0
n	n	0	0	n

$\vee$	1	0	b	n
1	1	1	1	1
0	1	0	b	n
b	1	b	b	1
n	1	n	1	n

$\neg$	
1	0
0	1
b	b
n	n

En adición esta arbitrariedad en la que redundan la elección entre K_3 y LP, el autor argumenta que al compararlos con FDE, el sistema de Belnap-Dunn resulta más ventajoso ya que elimina cierto desequilibrio en la imagen metafísica del mundo que propone. Si asumimos la interpretación de los valores no clásicos en sus sentidos paradigmáticos, y leemos a las oraciones con valor b como un glut de verdad, una dialetheia, o un punto de sobredeterminación (ya sea esta sobredeterminación informacional o metafísica)³² y por otro lado leemos a las oraciones con valor n como un gap, un vacío de verdad o un punto de indeterminación en el mundo, entonces tanto K_3 como LP presentan una visión sesgada de cómo es el mundo. Es decir, para LP hay cúmulos de verdad, pero no vacíos, y para K_3 viceversa. Nuestro panorama metafísico con uno y otro se encuentra “desequilibrado”.

Beall propone entonces superar esta imagen “metafísicamente desbalanceada” por una imagen de equilibrio metafísico³³ donde haya lugar tan-

³¹ Véase Beall (2016) para una discusión más detallada de esta dualidad en la dimensión semántica y pragmática.

³² Tomamos en este punto la interpretación más fuerte no en términos informacionales sino puramente metafísicos que se encuentra habilitada en el texto.

³³ BEALL, 2016, pp. 22.

to para fenómenos glutty como gappy, para la indeterminación y la sobre-determinación. Entonces, si estamos en busca de adoptar una lógica subclásica, que sea más débil que LP y K3, y que permita rescatar las ventajas de ambos sistemas, esta lógica sería FDE que acomoda tanto al teórico para-consistente como al teórico para-completo y a sus visiones del mundo. Sin embargo, como corolario obtenemos, según Beall, que la negación lógica desaparece como conectivo sustantivo. Una vez que las restricciones que imponía la Lógica Clásica sobre ella resultan inválidas, recordemos que en FDE no resulta válido ni LEM ni PNC ni Explosión, no hay nada entonces que la lógica en sí misma, tenga para decir sobre la negación.

Luego si bien hemos ganado teóricamente con un sistema capaz de acoger tanto al enfoque para-consistente como al enfoque para-completo, así como de haber restaurado el balance metafísico que se veía afectado al adherir o bien solamente a un tratamiento glutty o bien a un tratamiento gappy de aquellos fenómenos que nos hicieron abandonar la Lógica Clásica, hemos perdido la significatividad de uno de los operadores fundamentales de nuestra discusión, el operador de negación. Por otro lado, la negación de FDE al no cumplir ni LEM ni PNC, es decir, ni siquiera puede interpretarse en términos de un formador de contradicciones a nivel inferencial como defiende Priest. En adición falla en cumplir una característica esencial a los operadores de negación que es la función de conmutador; ya que como en el caso de K3 y LP para valores no clásicos $v(A)=v(\neg A)$.

Por otro lado, debido a cómo se definen los operadores de conjunción y disyunción en FDE³⁴, dadas dos fórmulas A y B, si $V(A)=b$ y $V(B)=n$ entonces $v(A \wedge B)=0$ y $v(A \vee B)=1$. Esto resulta altamente contraintuitivo, pensemos por ejemplo que A es la Oración del Mentiroso y B la oración que captura el problema de los futuros contingentes aristotélicos. Luego si inicialmente debido a las características inherentes de estas oraciones no pudimos asignarles valores clásicos, el Mentiroso es a la vez “verdadera y falsa” mientras que la oración que habla de un posible estado futuro de las cosas tiene aún un valor indeterminado, i.e no es “ni verdadera ni falsa”. Entonces no resulta plausible que la conjunción de dichos átomos sea simplemente

³⁴ La conjunción y disyunción en FDE se definen como ínfimo y supremo respectivamente sobre el lattice de diamante del orden TRUE.

verdadera y su disyunción sea simplemente falsa, es decir, que $A \wedge B$ y $A \vee B$ tomen valores clásicos.

Sin embargo, una vez asumido que el mundo no se comporta clásicamente, esto es que puede contener contradicciones, o de manera más débil, áreas de sobredeterminación y e indeterminación, entonces la noción de un panorama metafísico balanceado resulta lo más deseable. En este sentido proponemos una alternativa cuatrivaluada explorada en Urgell (2018) que analizamos a continuación donde los problemas señalados a FDE en términos de la debilidad de su negación y la lectura contraintuitiva de su conjunción y disyunción para átomos no clásicos se resuelve.

6. SF: recuperando la negación como noción lógica sustantiva en un panorama metafísicamente equilibrado

En Urgell (2018) se presenta un sistema cuatrivaluado basado en el conjunto FOUR utilizado por Belnap, Anderson y Dunn en el desarrollo de FDE. Este sistema se denomina SF (Strict Four) ya que su principal motivación técnica se origina en la búsqueda de una negación que pudiera denominarse fuerte o estricta sin necesariamente ser explosiva, es decir sin coincidir con la negación clásica. En esa oportunidad se señala la necesidad de adaptar la idea de negación fuerte a un contexto no clásico, de forma que permita resguardar cierto espíritu de la clasicidad sin resultar en una negación intolerante a las contradicciones, pues este era el objetivo al abandonar la Lógica Clásica en primer lugar.

Básicamente la definición de negación fuerte tomada descansa en la capacidad del operador de realizar la función de conmutador sobre pares opuestos de valores de verdad, y a la vez validar algunas de las inferencias típicas que articulan nuestras nociones intuitivas de negación como PNC, LEM o la Ley de Doble Negación en su versión inferencial. Además, en SF se pueden resolver los problemas de la conjunción y disyunción de FDE con respecto a las interacciones de las valuaciones no clásicas que resultaban altamente contraintuitivas y mencionábamos en el apartado anterior.³⁵

³⁵ Cf. URGELL, 2018, manuscrito y KAPSNER, 2019.

SF toma el conjunto FOUR y establece un orden distinto al orden de FDE también denominado orden TRUE: $\preceq_{SF} = \{0 < n < b < 1\}$. Dicho orden da como resultado un lattice de cadena e induce las siguientes valuaciones:

$\wedge$	1	0	b	n
1	1	0	b	n
0	0	0	0	0
b	b	0	b	n
n	n	0	n	n

$\vee$	1	0	b	n
1	1	1	1	1
0	1	0	b	n
b	1	b	b	b
n	1	n	b	n

$\neg$	
1	0
0	1
b	n
n	b

Estas valuaciones se acompañan con una definición de consecuencia lógica en términos de preservación de valor designado de premisas a conclusión, con el siguiente conjunto de valores designados: $\mathcal{D}_{SF} = \{1, b, n\}$.

Como se observa el operador de negación conmuta no solo entre los valores clásicos como ocurre en FDE, sino que además conmuta entre los valores no clásicos tomándolos como opuestos. Dadas las valuaciones de conjunción y disyunción que se mantienen en términos de las operaciones meet y join y la relación de consecuencia definidas anteriormente en SF resultan válidas algunas inferencias paradigmáticas de la negación: $\models_{SF} \neg(A \wedge \neg A)$, $\models_{SF} A \vee \neg A$, $\models_{SF} A \equiv \neg \neg A$ así como también las Leyes de De Morgan.

Luego desde un punto de vista formal y siguiendo la línea de Graham Priest (1999), podemos afirmar que el operador de negación de SF resulta un formador de contradicciones, en tanto cumple las dos leyes lógicas que gobiernan la relación semántica de contradictoriedad Tercero Excluido (LEM) y el Principio de No Contradicción (PNC). Y volviendo sobre el argumento de Beall, podemos decir que se restauran las suficientes leyes lógicas gobernando este conectivo como para que sea considerado lógicamente sustantivo dentro del contexto del sistema SF.

En cuanto a su interpretación filosófica el sistema SF trata de rescatar las ideas de Beall (2016) de un panorama metafísicamente equilibrado, donde haya lugar tanto para gluts como gaps de verdad. En este sentido la negación es un operador que puede funcionar como un switch no solo entre opuestos estándares como verdad y falsedad sino también entre casos límites de nuestro panorama semántico- metafísico. Al seleccionar a n y b como par de opuestos la negación de SF trata de operar como nexo entre puntos de indeterminación y sobredeterminación, entre dialetheias y vacíos de verdad. Es decir, se recupera la fortaleza de la negación, entendida esencialmente

como un conmutador entre opuestos, pero extendida a una imagen no clásica del mundo, tanto semánticamente como a nivel metafísico. Así el operador de negación de SF es la conectiva que nos permite alternar entre valores antagónicos no solo para contextos que asumimos como clásicos o consistentes sino para aquellos contextos donde no podemos asumir consistencia ni clasicidad, aquellos contextos que motivaron el abandono de la Lógica Clásica en primera instancia.

La selección del par b/n como opuestos responde no solo a la interpretación filosófica común a la literatura de las Lógicas no Clásicas que discutimos hasta acá sino también a una interpretación de dichos valores como conceptualmente incompatibles. Cuando hablamos de incompatibilidad conceptual queremos decir lo siguiente: si una proposición es verdadera y falsa esta idea es compatible tanto con la atribución de verdad a la proposición como con la atribución de falsedad, ya que ambos valores se encuentran incluidos o solapados en la asignación. Luego b es compatible tanto con 1 y como con 0.³⁶ Sin embargo, no es posible compatibilizar significativamente la idea de tener dos valores de verdad superpuestos y no tener ninguno simultáneamente. No asumimos que esta relación de incompatibilidad conceptual sustituya ni se identifique con la relación de incompatibilidad material referida por Berto(2015), sino simplemente la entendemos como una afirmación aún más general, de la cual la incompatibilidad material bien podría ser un caso, dado que no podemos tener sobredeterminación e indeterminación simultáneamente y esta imposibilidad, que es tanto lógica como metafísica, se recoge en la conmutación del operador de negación entre ambos valores.

Finalmente, a partir de esta definición de negación y de verdad no clásicas, podemos articular una nueva noción de contradicción también puramente no clásica a partir de las valuaciones de SF y la definición de su negación.³⁷ No solo a nivel inferencial, en cuyo caso como vimos anteriormente, $\neg_{SF}$ cumple los requisitos de ser un formador de contradicción-

³⁶ De hecho, algunas presentaciones de FDE definen al conjunto FOUR como resultado de la operación de potencia sobre el conjunto de valores clásicos $\{0,1\}$, de forma que el valor que denominamos b es equivalente al conjunto $\{\{0,1\}\}$.

³⁷ Cuando decimos contradicción no clásica nos referimos a que es una noción ajustada al funcionamiento de los valores no clásicos b y n en el sistema y su respectiva interpretación filosófica.

nes en el nivel semántico i.e. valida las inferencias LEM y PNC³⁸. También podemos retrotraernos al espíritu aristotélico de contradicción en el sentido de ser aquella relación cuyos relata no pueden ser predicados simultáneamente ni pueden darse simultáneamente de hecho en el mundo. El par b/n cumple ambos requisitos. No podremos en ningún caso asignar ambos valores a una misma oración, no solo porque el sistema mismo no lo permite sino porque como mostramos anteriormente ambos valores son incompatibles y en tanto tal mutuamente excluyentes³⁹. Por otro lado, resulta imposible que los fenómenos que intentamos capturar mediante b y n se den simultáneamente en el mundo respecto de lo mismo. Esto es, no es posible que algo sea simultáneamente un punto de sobredeterminación y a la vez de indeterminación, no es posible que un hecho sea una dialetheia y simultáneamente un vacío de verdad. Luego, en ningún caso podremos ni predicar A y $\neg A$ simultáneamente cuando uno de los integrantes del par de oraciones tenga valor b o n , ni podremos de hecho encontrar en el mundo algún fenómeno que coincida con lo que intentamos modelar con estos valores en simultáneo.

Así, podemos sostener en este sentido que el par b y n tomados en conjunción, da lugar a una noción conceptual de contradicción ajustada a la perspectiva no clásica. Esto es, cuando las oraciones tomen asignaciones semánticas de valores no clásicos, b o n , asumiendo algún tipo de correspondencia, incluso débil, entre dichos valores y los estados del mundo, por medio del supuesto realista lógico, entonces la conjunción de $A \wedge \neg A$ no se sostiene. No solo porque inferencialmente su valor es indeterminado, n , sino porque será imposible predicar de un mismo objeto, o estado de cosas que es simultáneamente un glut y un gap, o análogamente describir un estado del mundo en términos de sobredeterminación e indeterminación simultáneamente.

Luego, podemos decir hasta acá, que dadas ciertas motivaciones para abandonar Lógica Clásica y movernos a una lógica no clásica, teniendo

³⁸ En esta definición seguimos el argumento de Priest tratado anteriormente, donde ser un formador de contradicciones implica validar ambas inferencias, i.e que sean teoremas del sistema sin admitir supuestos previos acerca de la naturaleza de la noción de verdad.

³⁹ Usamos “exclusión” en sentido laxo no en el sentido técnico que usualmente se asocia a algunos tipos de operadores de negación.

en la mira una interpretación filosófica realista, entonces lo más conveniente es, en términos de Beall adoptar un sistema cuatrivaluado que permita brindar una imagen metafísica balanceada del mundo. En este sentido entonces si concedemos lo anterior, SF se muestra como una opción más ventajosa con respecto a FDE, restaurando una noción de negación lógica sustantiva, y un enfoque de la conjunción y la disyunción mucho más intuitiva y adecuada para las interacciones de átomos con valores de verdad no clásicos.

Conclusiones

En este artículo se han analizado las características esenciales y las interpretaciones filosóficas de algunas negaciones no clásicas, paraconsistentes, a la luz de la tesis del realismo lógico. Partiendo de la identificación general de la Lógica Clásica como la lógica adecuada para una visión metafísicamente realista del mundo, haciendo foco particularmente en el operador de negación clásica se mostró cómo se evidencia a través de este operador que se entiende al mundo como un contexto fundamentalmente consistente donde se articula un panorama metafísico en continuidad con las determinaciones de la semántica clásica. Luego se muestra que tanto desde el punto de vista de teóricos del realismo lógico como Sher y Tahko como desde el punto de vista de teóricos paraconsistentes como Priest y Beall, es posible articular el enfoque paraconsistente con las tesis realistas. Para este análisis se tomó el caso de la negación paraconsistente de LP, que se articula con una visión dialetheista del mundo propuesta por Priest y la imagen metafísica que resulta para Beall de adoptar un sistema lógico paraconsistente como FDE.

Finalmente se retoma el sistema no clásico paraconsistente, basado en el conjunto FOUR desarrollado anteriormente en Urgell (2018) para analizar su interpretación filosófica y se ha mostrado que es compatible con un enfoque afín al realismo lógico y en tanto tal mantiene la imagen metafísica equilibrada en favor de la cual argumenta Beall. También se muestra que dicho sistema logra resolver algunas dificultades propias de FDE y a su vez restaurar a la negación como un operador sustantivo dentro del sistema. Finalmente se ha defendido la posibilidad de definir una noción puramente no clásica de contradicción que alcance tanto los niveles semánticos (de predicación) como metafísicos (ocurrencia en el mundo) a partir de la interpretación filosófica de los valores b y n en tanto gluts y gaps como opuestos incompatibles y un operador de negación que capture dicha incompatibilidad satisfactoriamente.

Referencias

ANDERSON, Alan R. ; BELNAP, Nuel D. Entailment: *The Logic of Relevance and Necessity*. Vol. I. Princeton. Princeton University Press. 1975.

BARRIO, Eduardo; DA RE, Bruno. Paraconsistency and its Philosophical Interpretations. *The Australasian Journal of Logic*, v. 15, n. 2, pp. 151-170, 2018. doi:10.26686/ajl.v15i2.4860

BARRIO, Eduardo; PAILOS, Federico; SZMUC, Damian “What is a Paraconsistent Logic”. In: MALINOWSKI, Jacek; CARNIELLI, Walter, Between Consistency and Inconsistency, Trends in Logic: *Studia Logica* series. 2018.

BEALL, Jc. There is no Logical Negation: True, False, Both, and Neither. *The Australasian Journal of Logic*, [S.l.], v. 14, n. 1, ISSN 1448-5052. 2017. doi: <https://doi.org/10.26686/ajl.v14i1.4025>

BEALL J. FDE as the One True Logic. In: OMORI H., WANSING H. (Eds) *New Essays on Belnap-Dunn Logic*. Synthese Library (Studies in Epistemology, Logic, Methodology, and Philosophy of Science), vol 418. Springer, Cham. 2019.

BERTO, Francesco. A Modality Called ‘Negation’. *Mind*, 124 (495), pp. 761-793. 2015.

CARNIELLI, W.A. y CONIGLIO, M.E. *Paraconsistent Logic: Consistency, Contradiction and Negation* Dordrecht. Springer. 2016.

DE, Michael y OMORI, Hitoshi. Classical Negation and Expansions of Belnap–Dunn Logic. *Studia Logica*. 2015. doi:10.1007/s11225-014-9595-7

ESTRADA-GONZÁLES, Luis. On the Possibility of Realist Dialetheism. *SATS* 15 (2), pp. 197-217. 2014.

GLANZBERG, Michael, "Truth". In ZALTA, E. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* , ZALTA, E. (Ed.), Fall 2018 Edition. <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/truth/>>.

MARES, E. “Semantic Dialetheism”. In: PRIEST; BEALL ; ARMOUR-GARB (Eds.), pp. 264–75. 2004.

MARTÍNEZ-ORDAZ, María; Estrada-González, Luis. The Possibility and Fruitfulness of a Debate on the Principle of Non-contradiction. In MALINOWSKI, Jacek; CARNIELLI Walter (Eds.) *Contradictions, from Consistency to Inconsistency*. Springer Verlag. pp. 33-51. 2018.

MORETTI, Alberto. La lógica y la trama de las cosas. *Ideas y Valores*, 65.5.10. 2016. doi:15446/ideasyvalores.v65n161.43294.

PRIEST, Graham. "The Logic of Paradox", *Journal of Philosophical Logic*, 8(1), pp. 219–241. 1979. doi:10.1007/BF00258428

PRIEST, Graham What Not? A Defense of Dialetheic Theory of Negation. In: GABBAY, D y WANSING, H (Eds) *What is negation* , Dordrecht. Springer. 1999. pp.101-120.

PRIEST, Graham; BERTO, Francesco; WEBER, Zach "Dialetheism", ZALTA, E. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* .Fall 2018 Edition. <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/dialetheism/>>.

RÉ, Bruno. Paraconsistencia pura. *Revista de Humanidades de Valparaíso*, 2019. pp. 90-101. doi:10.22370/rhv2019iss13

SHER, G. Is logic in the mind or in the world? *Synthese* 181, pp. 353–365. 2011

TAHKO, T.E. A survey of logical realism. *Synthese*. 2019. doi: <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02369-5>

URGELL, Isis. Un operador de negación estricta para sistemas multivaluados. *Cuadernos de Filosofía*, (70), pp. 29-41. 2018. <https://doi.org/10.34096/cf.n70.6500>

WANSING, Heinrich, "Connexive Logic", ZALTA, E. (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Spring 2020 Edition. <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/logic-connexive/>>.

A PENUMBRA DO DIREITO E A QUESTÃO NORMATIVA DAS REGRAS

On the penumbra zone in law and the normative problem of rules

Angelo Fernandes Baratella¹

Léo Peruzzo Júnior²

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre a margem das investigações que Hart realiza a partir da hipótese de que a *textura aberta* deve ser caracterizada por uma zona de penumbra onde as regras primárias e secundárias estão situadas. Segundo o autor, o espaço do discurso não é preenchido exclusivamente pela legalidade advinda do próprio universo jurídico. O presente artigo tem por objetivo problematizar regras que são conduzidas para além daquilo que seria o interesse delas, aqui pensada como um elemento aberto cuja validade está empenhada, por um lado, com a estrutura estatal e, por outro, com o papel legislativo exercido pelos Tribunais. Os resultados retomam a importância de um esforço filosófico desenvolvido por Hart que consiste em mostrar os pontos obscuros da linguagem antecedentes da aplicação da própria regra. A semântica, neste caso, não representa apenas um momento dialógico entre o fato e o significado, mas a própria condição que subjaz ao exercício do trabalho jurídico e filosófico.

Palavras-chave: Textura aberta. Regras. Hart. Wittgenstein.

ABSTRACT

This article presents reflections on the margin of the investigations that Hart conducts based on the hypothesis that the open texture must be characterized by a penumbra zone where the primary and secondary rules are located. According to the author, the discourse space is not filled exclusively by the legality that comes from the legal universe itself. The present article aims to problematize rules that are conducted beyond what would be in the interest of the same, here considered as an open element whose validity is committed, on the one hand, with the state structure and, on the other hand, with the legislative role exercised by the Courts. The results return to the importance of a philosophical effort developed by Hart, which consists of showing the obscure points of language that preceded the application of the rule itself.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

E-mail: angelobaratella@yahoo.com.br. ORCID: [0000-0003-0478-5653](https://orcid.org/0000-0003-0478-5653).

² Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

E-mail: leo.junior@pucpr.br. ORCID: [0000-0003-3084-5170](https://orcid.org/0000-0003-3084-5170).

Semantics, in this case, does not represent just a dialogical moment between fact and meaning, but the very condition that underlies the exercise of legal and philosophical work.

Keywords: Open texture. Rules. Hart. Wittgenstein.

Introdução

Este artigo tem origem em uma pesquisa de dissertação em filosofia que investigou de que modo Hart, filósofo e teórico do Direito, situa o tratamento dispensado às regras bem como aos limites existentes entre a interpretação destas e a determinação jurídica que é daí derivada.

As interlocuções demonstram que o trabalho filosófico de Hart foi influenciado, de maneira significativa, pelos escritos tardios de Wittgenstein. É neste autor que Hart nucleia um dos conceitos preliminares de sua obra, a saber, o conceito de textura aberta, uma vez que o filósofo do Direito pretende associar-se àquilo que a linguagem ordinária representa ao espaço da interpretação das regras e, conseqüentemente, à natureza da justificação de tais regras.

Com base na hipótese anterior, sustentamos que a partir da compreensão de que, para Hart, as regras de reconhecimento não apenas constituem o elemento necessário para o funcionamento dos sistemas legais, mas também devem ser sustentadas a partir de um núcleo semântico como o próprio autor adverte ao afirmar que “as regras jurídicas podem ter um núcleo central de sentido indiscutível, e em alguns casos pode parecer difícil imaginar que surja uma discussão acerca do sentido de uma regra” (HART, 1994, p. 17). Deste modo, este trabalho pretende demonstrar a construção teórico-filosófica que constitui a base do pensamento de Hart, e mostrar de que forma o filósofo e teórico do Direito sustenta suas críticas ao relativismo jurídico, ao papel discricionário dos Tribunais e a imprecisão linguística das regras.

A importância do significado das palavras na seara jurídica

Hart aponta que a significação das palavras possui uma importante função na investigação sobre a natureza do Direito e na aplicação de suas re-

gras. O uso-padrão das palavras, como observa, é dependente das regras sociais, pois estas nada mais são do que convenções suscitadas no âmbito da forma de vida humana. A classificação de fatos, situações e características humanas dependem de um juízo e de um reconhecimento do significado do conceito aceito e aplicado no caso em questão. Por essa razão, pretende-se mostrar como o horizonte semântico, segundo Hart, é responsável por corrigir os locais onde a regra jurídica não alcança, uma vez que a própria competência da linguagem deve estar assentada em um conjunto de outras práticas.

Em primeiro lugar, é interessante observar que o alcance das regras jurídicas, na concepção do autor, não são apenas a descrição do comportamento social considerado mais significativo em algum momento de uma sociedade. O Direito comporta normas primárias que advêm de hábitos de obediência e refletem uma prática social fundada nos costumes e nas crenças comuns tornando, portanto, necessário a participação das pessoas na validade de tais fundamentos. Mas, por que a validade das regras jurídicas depende de um reconhecimento que não está alicerçado apenas na participação das pessoas? Segundo Hart, “dizer que uma dada regra é válida é reconhecê-la como tendo passado todos os testes facultados pela regra de reconhecimento e, portanto, como uma regra do sistema” (HART, 1994, p. 114). Deste modo, o processo de reconhecimento evidencia as “dúvidas acerca de quais são as regras ou acerca do preciso âmbito de certa regra dada” (HART, 1994, p. 102), assim, no processo judicial os juízes analisam os casos à adequação da norma jurídica ao caso concreto, isto é, lançando as redes do conteúdo normativo em áreas antes não alcançadas pela esfera jurídica de forma imperfeita precária, denominado pelo autor como *incerteza*.

A partir do problema anterior, o filósofo sustenta que “todas as regras têm uma penumbra de incerteza em que o juiz tem de escolher entre alternativas” (HART, 1994, p. 17). Assim, a análise do juiz deve se fundar em conceitos jurídicos aplicados caso a caso e, quando houver casos em que se verifica a *textura aberta* do Direito, ele deve não apenas se ater a questões de princípios não delimitados conceitualmente, mas também à termos que usualmente são utilizados para determinadas significações. Por outro lado, apesar da incerteza que as regras podem provocar, Hart descreve que todo

sistema jurídico possui semelhanças na estrutura, ao passo que entre os elementos constitutivos do Direito estariam:

(i) regras que proíbem ou impõem certos tipos de comportamento, sob cominação de pena; (ii) regras que exigem que as pessoas compensem aqueles que por si são ofendidos de certas maneiras; (iii) regras que especificam o que deve ser feito para outorgar testamentos, celebrar contratos ou outros instrumentos que confirmem direitos e criem obrigações; (iv) tribunais que determinem quais são as normas e quando foram violadas e que estabeleçam o castigo ou compensação a ser pagos; (v) um poder legislativo para fazer novas regras e abolir as antigas (HART, 1994, p. 7).

Essa variedade de regras regem a vida social de pessoas inseridas numa sociedade. E o Direito se estrutura a partir dessas regras aplicadas contextualmente no cenário que se apresenta. Logo, segundo Hart, o conjunto de regras acrescido das decisões dos tribunais revelam o “complexo fenômeno social que chamamos sistema jurídico” (HART, 1994, p. 127). O filósofo salienta que, embora conheçamos a estrutura do Direito, não o entendemos completamente, compara o funcionamento do ordenamento jurídico à “um homem [que] possa saber seu próprio caminho sobre uma cidade familiar de maneira rotineira, sem poder desenhar um mapa ou explicar a outras pessoas como ele encontra seu caminho pela cidade” (AJM, 1957, p. 964). Isso mostra a dificuldade de mapear os caminhos percorridos pelo Direito numa decisão judicial, apesar de que a “tentação da uniformidade na ciência do Direito é forte” (HART, 1994, p. 40). Hart parece sustentar, implicitamente, que os labirintos que as regras jurídicas percorrem são um fenômeno não-jurídico, ou seja, na medida em que transportam um conteúdo também cruzam as complexidades da vida social. O paradoxo está, como apontará o autor, no confronto entre a estrutura normativa do sistema jurídico e o fluxo como se movimenta a linguagem que descreve tais complexidades.

Quanto ao papel das regras, Hart nos diz que, embora a ideia de que a lei seja de alguma forma explicável em termos que possam parecer indubitáveis, sua noção é de fato a fonte de 'insatisfação, confusão e incerteza' derivada da grande perplexidade sobre a natureza do Direito. Segundo o filósofo, o enunciado dessas regras pode ser analisado sob o ponto de vista interno, ao que refere a regras de jogos, regras morais ou jurídicas, e a partir

do ponto de vista externo, a questão de regularidades comportamentais (CL, 1994, p. 100). Este ponto de vista diferente é denominado de regras primárias e regras secundárias (MACCORMICK, 2010, p. 35):

As regras primárias são aquelas que estabelecem obrigações e deveres e proíbem as formas de transgressões que chamamos crimes, contravenções, atos infracionais e delitos. As regras do outro tipo são “secundárias” no sentido de que, por si mesmas, não constituem standards vinculantes de conduta obrigatória. Em vez disso, essas outras regras se relacionam às primárias de diversos modos, e nesse tipo especial de relação está a qualidade sistemática do Direito.

Isto pode ser constatado ao notarmos o repetido uso de conceitos de regras na obra de Hart, sejam elas como regras como deveres, aquelas que conferem poderes, reconhecimento, alteração, julgamento, entre outras. Considerando estes diversos conceitos, observamos com clareza a pretensão do filósofo em clarificar os elementos constituintes do Direito, pautando-se nas práticas sociais aliadas às práticas jurídicas apresentar a abertura dos sentidos das palavras.

Os aspectos das situações humanas e da conduta mostram que nenhum esquema legislativo de regras e sanções poderia prever antecipadamente numa legislação. A partir dessa circunstância, Hart aponta a tese de que insuficiência das regras primárias na descrição de obrigações e revela a incerteza como um defeito na estrutura social (HART, 1994, p. 102). Como consequência, descreve o argumento de que as regras secundárias, principalmente a regra de reconhecimento, são aquelas “que contêm os critérios de validade do sistema” (HART, 1994, p. 126), cuja função seria remediar as zonas de penumbra do Direito.

A respeito das regras secundárias, Hart afirma que “a existência de um tribunal implica a existência de regras secundárias que conferem jurisdição a uma sucessão mutável de indivíduos e atribuem autoridade às suas decisões” (HART, 1994, p. 150). Recordar-se que, se as regras secundárias podem ser de reconhecimento, alteração e julgamento, e exigem que a noção de regra esteja de acordo com noções de decisão num âmbito coletivo, para evitar uma compreensão de que a decisão de um tribunal possua equiparada validade com uma decisão privada. Neste ponto, a competência atribuída

aos tribunais da validade normativa, com uma análise interpretativa para aplicação das regras mitigar a incerteza e precariedade das regras.

Apesar do exame contextual das regras, o argumento de Hart é de que as interpretações “não podem eliminar estas incertezas, embora possam diminuí-las; porque estes cânones são eles próprios regras gerais sobre o uso da linguagem e utilizam termos gerais que, eles próprios, exigem interpretação” (HART, 1994, p. 139).

É neste sentido que Hart compreenderá o argumento da insuficiência das regras gerais para um sistema jurídico, pois isso se revela na “dualidade de um núcleo de certeza e de uma penumbra de dúvida” (HART, 1994, p. 134). A análise das regras pode pressupor um *sentido* que caracteriza o núcleo de certeza que, por sua vez, não eliminam as “beiradas interpretativas” e as “sombra” na análise dos fatos. Para sanar tais problemas, a “regra de reconhecimento é uma teoria a respeito de uma regra sobre os *standards* que os juízes são obrigados a observar” (MACCORMICK, 2010, p. 57)³, ou seja, essa hipótese pretende ser um remédio para a imprecisão do Direito, sobretudo a respeito da insuficiência das regras primárias num complexo sistema jurídico. A satisfação de certos critérios de validade da regra de reconhecimento salienta a observância de hábitos e práticas sociais no estabelecimento de regras.

A fim de atenuar o rigor de um sistema jurídico pautado apenas nas regras primárias, Hart sustenta que a “chave da ciência do Direito” é aquela referente à união das regras primárias e aquelas secundárias. A partir daquilo que considera ser a filosofia analítica do Direito, o filósofo constata a insatisfação, confusão e incerteza de um ordenamento jurídico com apenas regras primárias, e desenvolve o método de interpretação jurídica pautado nas regras secundárias que ampliam o horizonte do sistema jurídico.

Hart destaca, então, que a incerteza linguística é essencialmente a indefinição dos termos, pois “devemos evitar, se pudermos, os áridos desper-

³ “Con su libro H. L. A. Hart, Neil MacCormick lleva a cabo una reconstrucción intelectual, pero también una sentida evocación de la vida y obra de quien fue fuente de inspiración filosófica, además de colega y compañero de reuniones y debates en el Balliol College de Oxford de 1967 a 1972” (BERMEJO, 2010, p. 12). Apesar da influência do pensamento de Hart em MacCormick, é importante destacar que os pensamentos jurídico-filosófico possuem nuances próprias de cada autor. Como sugestão para aprofundamento nos estudos do pensamento de MacCormick pode-se ler a obra *As Razões do Direito* de Manuel Atienza, publicado em 2000 pela editora Landy.

dícios de definições inadequadas, [...] em relação a um conceito tão multifacetado e vago como o sistema jurídico” (HART, 2010, p. 88). Apesar da constatação da penumbra e da incerteza das regras primárias, Hart afirma que seu interesse sobre as regras secundárias não visam a “exclusão de toda a incerteza, seja a que preço for, sobre outros valores não é um objectivo que eu tenha alguma vez encarado para a regra de reconhecimento” (HART, 1994, p. 313). Na sequência dos argumentos, Hart mostra que a margem de incerteza, na verdade, “deveria considerar-se a mesma bem-vinda” (HART, 1994, p. 313), pois ela permite a ação das regras secundárias em reconhecer a validade, alterar o significado e mesmo julgar de acordo com as novas motivações do caso.

A hipótese suscitada por Bix (2019, p. 236)⁴ é de que a regra de reconhecimento contém os “critérios pelos quais é possível determinar quais regras fazem parte do sistema jurídico e quais não. [...] A regra de reconhecimento desempenha o mesmo papel no sistema de Hart que aquele desempenhado pela norma fundamental (*Grundnorm*)” de Kelsen. Já segundo Sebok (1999, p. 86), as razões não legais como, por exemplo, as práticas sociais são meios para o preenchimento dos casos penumbrados. Elas funcionam como parte da ‘lei’, uma vez que a escolha dos juízes “parece, na melhor das hipóteses, semântica; a diferença entre uma razão legal e não legal desapareceria e o conjunto de regras legais se expandiria para incluir praticamente todas as normas sociais”⁵. A hipótese é que, a comparação entre a regra de reconhecimento de Hart com a norma fundamental de Kelsen coincide na perspectiva de um mecanismo de validação de regras subalternadas. Contudo, considerando a “moldura” de kelseniana restringe a significação dos termos e, ao contrário o pensamento hartiano revela uma ampliação na significação das palavras com a *textura aberta*.

⁴ Tradução nossa: “la regla de reconocimiento contiene los criterios con los cuales puede determinarse cuáles reglas son parte del sistema jurídico y cuáles no. Es el paso final en la cadena normativa de razonamiento del por qué uno debe (jurídicamente) hacer lo que una regla jurídica particular establece. Como tal, la regla de reconocimiento juega el mismo papel en el sistema de Hart como el que juega la norma fundante (*Grundnorm*)”.

⁵ Tradução nossa: “The significance of declaring all the non-legal reasons for filling in the penumbral cases part of “the law” seems at best semantic; the difference between a legal and non-legal reason would disappear and the set of legal rules would expand to include virtually all social norms”.

A partir da hipótese da *zona de penumbra*, Hart sustenta que a *textura aberta* do Direito não é preenchida exclusivamente pela legalidade advinda do próprio universo jurídico. O autor mostra que há espaços que são conduzidos para além daquilo que seria o interesse da própria regra, isto porque as regras secundárias traduzem um elemento aberto cuja validade está empenhada, por um lado, com a estrutura estatal e, por outro, com o papel legislativo exercido pelos Tribunais. O esforço filosófico desenvolvido por Hart, portanto, consiste em mostrar que os pontos obscuros da linguagem antecedem a aplicação da própria regra. A questão semântica, neste caso, não representa apenas um momento dialógico entre o fato e o significado, mas a própria condição que subjaz ao exercício do trabalho jurídico que é, em sua natureza, um exercício filosófico.

Assim, o autor afirmará que a competência do juiz, ao observar o núcleo do significado de uma regra, é dependente também do apoio de outras condições: de regras sociais, do motivo político ou moral e dos artefatos em geral que fazem parte da linguagem. Segundo Sebok (1999, p. 99), a abordagem de Hart, apoiado no pensamento de Wittgenstein, resolve problemas como, por exemplo, a explicação da distinção entre o núcleo e a penumbra da palavra e os limites do processo de significação. Entretanto, isso acaba levando a outras dificuldades: primeiro, porque as regras legais não parecem se comportar como a função das regras wittgensteinianas e, segundo, porque a teoria de Hart parece sugerir que toda interpretação na penumbra pode criar uma nova.

Se compreender que o Direito se expressa como fenômeno linguístico, o questionamento de Hart sobre o conceito de Direito revelará uma construção teórica inovadora. Ao observar os fenômenos jurídicos em sua complexidade, reconhecer que a função da sintaxe da linguagem antecede à construção das regras e de sua possível normatividade. Por essa razão, o filósofo afirma que “o juiz tem de escolher entre sentidos alternativos a dar às palavras de uma lei ou entre interpretações conflitantes do que um precedente ‘significa’” (HART, 1994, p. 17). Isso significa dizer que a reflexão sobre a “natureza das regras jurídicas” pauta-se em elementos que compõem o fenômeno social e, portanto, requerem o reconhecimento da posição wittgens-

teiniana de que o uso das expressões linguísticas depende do contexto de uso como critério de justificação (IF, 2011, § 43)⁶.

O tema da *textura aberta* do Direito, portanto, possibilita uma reinterpretação do fenômeno jurídico a partir do modo como este é indissociável aos processos linguísticos. Hart destaca que não é possível separar a natureza normativa do Direito de seu vocábulo conceitual. MacCormick (2010, p. 26) afirma, por exemplo, que “a tentativa de Hart [...] de esclarecer a natureza da ordem jurídica é forçosamente, pelo menos em parte, linguística em seu foco e preocupação”. Consequentemente, uma *práxis* da linguagem é, neste caso, determinante para a interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Entretanto, no processo de compreensão das regras “deixa-se em aberto um vasto e importante domínio para o exercício do poder discricionário pelos tribunais e por outros funcionários” (HART, 1994, p. 149). Quais seriam, então, as consequências deste argumento para os outros pilares da filosofia do Direito de Hart? Uma primeira alternativa é investigar os pontos nebulosos entre a linguagem jurídica e o contexto social para, posteriormente, analisar o papel exercido pelos Tribunais como guardiões e intérpretes das regras e a discricionariedade judicial.

As regras jurídicas no contexto social

Ao buscar dar uma resposta aos questionamentos apontados na obra *O Conceito de Direito*, Hart procura enfrentar a complexidade do sistema jurídico situando-o como um artefato dentro do contexto social. Para isso, preliminarmente, descreve que “podemos dizer que as leis são irremediavelmente incompletas e que devemos decidir os casos da zona obscura racionalmente, tendo por referência os objetivos sociais” (HART, 2010, p. 77). A partir de então, uma das hipóteses que se defende é que Hart compreende as circunstâncias jurídicas dentro dos objetivos sociais, isto é, as regras jurídicas estão circunscritas ao peso do contexto social. É este que permite sua validade, justificação e interpretação, embora não figurar como uma

⁶ “Para uma grande classe de casos – embora não para todos – do emprego da palavra «sentido» pode dar-se a seguinte explicação: o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem”.

mecanismo isolado porque dentro dele está o poder exercido pelos Tribunais. Peruzzo Júnior, (2019, p. 191), neste sentido, afirma que “uma regra jurídica não pode receber uma espécie de interpretação que seja indiferente ao uso regular destes mesmos conceitos que lhe são característicos e regular sua normatividade a partir do próprio caso”.

Com base nos alicerces conceituais e sociais, Hart afirma anteriormente da publicação da obra *O Conceito de Direito*, que “deve haver um núcleo de sentidos estabelecidos (*core of settled meaning*), mas haverá também uma *zona de penumbra* de casos discutíveis nos quais as palavras nem são obviamente aplicáveis, nem obviamente descartadas” (HART, 2010, p. 69). Postema (2011, p. 262) afirma que “ele [Hart] se comprometeu a esclarecer conceitos jurisprudenciais básicos e aprofundar a compreensão da estrutura das formas modernas de ordenamento jurídico”. Deste modo, verifica-se que as hipóteses anteriores sustentam a tese de que o Direito se constitui a partir dos significados das palavras que dependem do emprego, do contexto analisado e da função dos elementos que constituirão um sistema jurídico.

Nessa perspectiva Raz (1996, p. 237) afirma que “o conceito de direito faz parte de nossa cultura e de nossas tradições culturais. Ele desempenha um papel na maneira como as pessoas comuns e a profissão de advogado entendem suas próprias ações e as de outras pessoas”⁷. Esta afirmação de que a cultura e a tradição da qual o conceito faz parte não fornece contornos definidos nem um foco claramente identificável, em parte, explica a localização da *zona de penumbra* dentro do contexto social. Entretanto, o contexto social serve como parâmetro para o processo de justificação, uma vez que não há “zonas de penumbra” que possa estar localizadas fora de qualquer contexto. É neste sentido que Stolz (2007, p. 106) afirmará que “articular uma concepção do Direito como sistema é um requerimento teórico que possibilita estabelecer critérios para identificar e definir quais são as normas jurídicas que compõem um determinado conjunto normativo”.

Postema (2011, p. 285-286), ao discutir o tema em questão, aponta que uma solução alternativa proposta por Hart na afirmação de que a “regra

⁷ Tradução nossa: “The concept of law is part of our culture and of our cultural traditions. It plays a role in the way in which ordinary people as well as the legal profession understand their own and other people's actions”.

do reconhecimento não é em si uma regra de Direito nem um pressuposto transcendental; pelo contrário, é uma regra social aceita e praticada por juízes e outros funcionários legais”⁸. Agora, por outro lado, a concepção de Hart sobre a regra de reconhecimento é que esta “especificará algum aspecto ou aspectos cuja existência uma dada regra é tomada como uma indicação afirmativa e concludente de que é uma regra do grupo que deve ser apoiada pela pressão social que ele exerce” (HART, 1994, p. 104). Concorde-se com Sebok (1999, p. 86), ao dizer sobre a importância de declarar todos os argumentos não jurídicos para satisfazer a insuficiência dos “casos penumbrados da ‘lei’ parece, na melhor das hipóteses, semântica; a diferença entre uma razão legal e não legal desapareceria e o conjunto de regras legais se expandiria para incluir praticamente todas as normas sociais”⁹.

É fundamental perceber que o pensamento hartiano compreende que as normas jurídicas são concebidas, essencialmente, como espécies de regras sociais. Tem-se, como consequência, que as práticas sociais intervêm no sistema jurídico na medida em que influenciam na elaboração, no seguimento e na supressão de regras anteriores. Hart sustenta que “as regras são práticas sociais convencionais, se a conformidade geral de um grupo em relação a elas constituir parte das razões que os seus membros individuais têm para a respectiva aceitação” (HART, 1994, p. 317). Assim, concorda-se que a caracterização de “práticas sociais” se refere ao caso padrão relativo ao uso de uma expressão, o que difere de “hábitos gerais” (HART, 1994, p. 67). Neste sentido, Hart mostra a importância da análise sobre o uso de caso-padrão no significado das palavras (HART, 1994, p. 8-9):

Por vezes, o desvio do caso-padrão não é uma simples questão de grau, mas surge quando o caso-padrão é de facto um complexo de elementos normalmente concomitantes mas distintos, algum ou alguns dos quais podem faltar nos casos abertos a disputa. Um barco voador é um « navio »? Ainda se trata de xadrez, se o jogo é disputado sem rainhas? Tais perguntas podem ser instrutivas, porque nos obrigam a reflectir sobre a nossa concepção da composição do

⁸ Tradução nossa: “The rule of recognition is neither itself a rule of law nor a transcendental presupposition; rather, it is a social rule accepted and practiced by judges and other legal officials”.

⁹ Tradução nossa: “The significance of declaring all the non-legal reasons for filling in the penumbral cases part of “the law” seems at best semantic; the difference between a legal and non-legal reason would disappear and the set of legal rules would expand to include virtually all social norms”.

caso-padrão e a torná-la explícita; mas é claro que aquilo que se pode designar como o aspecto de fronteira das coisas é demasiado trivial para poder explicar o longo debate acerca do direito.

A afirmação que se acaba de ver revela a influência da filosofia analítica de Wittgenstein, em especial no recurso enxadrista. Um lance na partida de xadrez não é um movimento isolado, pois depende de outras regras e do movimento exercido pelo adversário. A metáfora serve para elucidar que tanto o movimento das regras como aquele realizado pelos jogadores só pode ser realizado dentro de determinadas coordenadas. Não é possível que uma regra de futebol possa valer para o xadrez, assim como uma regra de xadrez não valeria para o cricket. Neste ponto concordamos com o argumento de Postema (2011, p. 286), ou seja, que “com base em seu treinamento humanístico, ele [Hart] insistiu em um método alternativo: a interpretação”¹⁰. A interpretação, diferentemente de uma leitura relativista, não é um processo que possa ocorrer de forma arbitrária à certas regras.

Macedo Junior (2013, p. 48), por exemplo, afirma que o “método interpretativo” de Hart sugere que é “no jogo de linguagem da objetividade que se define o nosso uso significativo do conceito de objetividade” e que “o funcionamento da linguagem não pode ser caracterizado por um olhar de fora, ‘a partir de lugar nenhum’”. São hipóteses que se defende na perspectiva hartiana de que os significados das palavras não podem ser analisados isoladas e possuem um aspecto interno “ilustrado de forma simples a partir das regras de qualquer jogo palavras” (HART, 1994, p. 65). Nesse sentido, a interpretação que a autoridade faz do significado das palavras não pode ser arbitrária, pois requer um critério social apontado por Hart como sendo aquele das “regras sociais”.

Como pode-se notar, o argumento de Hart, isto é, de que as regras jurídicas são um fenômeno social, revela que a normatividade pretendida pela lei só pode ocorrer como processo interpretativo. Tal questão afasta-se, por exemplo, do positivismo radical de Kelsen, no qual o critério normativo e a moralidade das regras seriam totalmente distintas, e que “a validade de uma ordem jurídica positiva é independente da sua concordância ou discordância com qualquer sistema de Moral” (KELSEN, 1999, p. 47). Por outro

¹⁰ Tradução nossa: “but rather, drawing on his humanistic training, he insisted on an alternative method: interpretation”.

lado, a tese de Hart considera que a regra tem validade fundado na regra de reconhecimento, e esta mesma abarca a regra social, consequentemente recorre a interpretação com ou sem juízo de valor das regras realizada pelos aplicadores do Direito. Em outras palavras, devemos compreender simplesmente que as regras sociais são questões de fato social empiricamente observável, isto é, fatos sobre a prática dessas próprias regras.

Segundo Kozicki (1993, p. 56), o método interpretativo hartiano das regras aponta “uma análise pragmática da linguagem [que] importará sempre em uma verificação do contexto em que se realiza o processo de comunicação. É essa mediação sujeito/sujeito, realizada pela linguagem, que interessa ao conhecimento interpretativo”. Entretanto, a *análise pragmática* aponta pelo autor requer um cuidado especial, pois não se trata de um mecanismo de correção interno, mas de um movimento que acontece a partir da práxis de outros elementos que fazem parte do contexto social. A linguagem, assim como escreve Wittgenstein em *Investigações*, é um conjunto de atividades (IF, 2011 § 22), e não apenas um artefato verbal ou simbólico. Com isso, as interpretações se traduzem em um importante critério do sistema jurídico, para o qual deveria haver uma regra de reconhecimento que sustentasse sua validade.

O tratamento interpretativo enfatizado por Hart serve para mostrar que, especialmente nos casos difíceis (HART, 1994, p. 314), caberá ao juiz o exercício do poder discricionário de esclarecer o significado da regra. Mas, quais seriam os limites deste “poder discricionário”? Não está criando uma competência legislativa e, por conseguinte, alterando o papel originário dos próprios Tribunais? Ao descrever o exercício de discricionariedade como atributo da função dos juízes, Hart revela que a consideração dos julgadores ultrapassa a concepção de “boca da lei”¹¹. Em outras palavras, o pensamento hartiano parece apontar para a ideia de que a literalidade de uma regra jurídica é uma ficção, uma vez ela sempre esbarra nos problemas da *textura aberta* e da *zona de penumbra*. Assim, os juízes não serão apenas “boca da

¹¹ A expressão *bouche de la loi* ('boca da lei') foi originalmente utilizada na França após a Revolução Francesa (1789). Na obra *O Espírito das Leis* (1748), Montesquieu afirma “os juízes da nação são apenas, como já dissemos, a boca que pronuncia as palavras da lei” (2000, p. 175).

lei”, como alguns críticos de Hart têm apontado, mas criadores do Direito (HART, 1994, p. 336).

O exercício do poder discricionário e seus limites

Como já observado, Hart considera a *textura aberta e zona de penumbra* como questões indissociáveis do Direito. Isso ocorreria, fundamentalmente, por duas razões: a primeira, porque há áreas das regras sociais que independem do contexto jurídico; a segunda, porque para alcançá-las depende-se de uma análise da semântica dos termos. Deste modo, segundo Hart (HART, 1994, p. 148), “muitas coisas devem ser deixadas para serem desenvolvidas pelos tribunais ou pelos funcionários, os quais determinam o equilíbrio, à luz das circunstâncias, entre interesses conflitantes que variam em peso, de caso para caso”. A consideração do filósofo sobre o papel da discricionariedade atribuída aos juízes, como se pode notar, desencadeou diversas críticas de seus comentadores. Sebok (1999, p. 99), por exemplo, afirma que o conceito de discricionariedade proposto por Hart reflete dificuldades levantadas pelo uso de uma imagem wittgensteiniana de regras. Segundo Wittgenstein, as regras não são trilhos que determinam o significado de forma *a priori*, isto é, domina-se uma regra quando se sabe como jogar com ela.

Hart, neste caso, é enfático ao afirmar que quando investiga-se o significado de “alguma expressão importante, descobrimos que realmente não há discordância sobre o que a expressão significa - todos entendem claramente - e que a disputa é sobre a maneira pela qual o termo sustenta o uso” (HART, 2013, p. 654). Os entraves de uma comunicação, segundo o autor, pautam-se nos diversos jogos de linguagem, e o significado de uma expressão pode ser obtido em função do seu uso dentro de um determinado contexto. A este respeito, Hart descreve que (HART, 2013, p. 657-658):

Quando estamos considerando o uso de discricção na Lei, estamos considerando seu uso por funcionários que ocupam um cargo público responsável. Entende-se, portanto, que, se o que os funcionários devem fazer não é rigidamente determinado por regras específicas, mas lhes é dada uma escolha, eles escolherão responsabilmente considerando seu cargo e não cederão a fantasia ou mero capricho, embora possa, é claro, que o sistema falha em fornecer um

remédio se eles satisfizerem seus caprichos. Talvez a posição possa ser esclarecida pela distinção entre o seguinte par de expressões: (1) a expressão “uma discricção”, que significa a autoridade para escolher, dada no entendimento de que a pessoa assim autorizada exercerá discricção em sua escolha; e (2) a expressão “discricção”, que significa um certo tipo de sabedoria ou escolha orientadora de deliberação, cujas características tentarei destacar a seguir¹².

Os esforços interpretativos de Hart sobre aplicação de uma regra normativa apontam, como sustenta-se, para a ideia de que a discricionariiedade judicial implica, por vezes, na legitimação de uma arbitrariedade. Conforme sugere o próprio Hart, existe a possibilidade de que a discricionariiedade se torne um ato arbitrário. A primeira consequência que se tem, então, é que uma interpretação das regras “falha em fornecer um remédio se eles [juízes] satisfizerem seus caprichos” o que mostra, portanto, que a hipótese da *textura aberta* serviria apenas para corroborar uma leitura relativista. Segundo Peruzzo Júnior (2019, p. 183), por exemplo, a natureza da constituição das normas jurídicas “permanece(u) calcada sob os sulcos de problemas gramaticais. São nestes sulcos linguísticos [*ranuras, solcs, grooves, scanalature*] que a apropriação jurídica é, não raras vezes, prefiguração de uma discricionariiedade arbitrária, seja ela legislativa ou judiciária”. Mas como a discricionariiedade pode, então, cumprir seu papel sem tornar-se um exercício de poder arbitrário insuflado pela leitura relativista da linguagem?

Postema (2011, p. 270) afirma que a questão da *textura aberta* nas regras jurídicas permite aos juízes e operadores da lei considerar uma ampla variedade de circunstâncias no significado normativo. Entretanto, já a constatação da *zona de penumbra* nas regras possibilita que as escolhas dos juízes possam resolver as disputas e questionamentos fazendo uso do poder da discricionariiedade. Ela não seria arbitrária, segundo Hart, porque o fenômeno de criação de leis no contexto do judiciário estaria evidenciado por uma

¹² Tradução nossa: “When we are considering the use of discretion in the Law we are considering its use by officials who are holding a responsible public office. It is therefore understood that if what officials are to do is not rigidly determined by specific rules but a choice is left to them, they will choose responsibly having regard to their office and not indulge fancy or mere whim, though it may of course be that the system fails to provide a remedy if they do indulge their whim. The position may perhaps be clarified by distinguishing between the following pair of expressions: (1) the expression “a discretion,” which means the authority to choose given on the understanding that the person so authorized will exercise discretion in his choice; and (2) the expression “discretion,” which means a certain kind of wisdom or deliberation guiding choice, the characteristics of which I shall try to bring out in what follows”.

regra de reconhecimento. Postema (2011, p. 324) esclarece que a discricção judicial é limitada por fatores internos à prática jurídica, “uma busca por princípios legais mais profundos por trás das regras superficiais, um senso geral de justiça e igualdade sob a lei e uma demanda por tanta imparcialidade quanto um juiz pode reunir”¹³.

Se, por um lado, Postema indica que a discricção judicial está adstrita aos fatores da prática jurídica, por outro, Shapiro, (2007, p. 17), compreenderá que “a doutrina de Hart sobre discricção judicial não se baseia em um modelo de regras. Baseia-se, antes, em uma imagem da lei que privilegia atos sociais de orientação autorizada”. De qualquer modo, o poder discricionário é um problema que corre paralelamente à outras questões como, por exemplo, a não regulação de certos comportamentos ou a intencionalidade atribuída aos conceitos. Hart estaria sugerindo que o ativismo jurídico não é um problema político que estaria enredado com a identificação daqueles que possuem a competência de julgar. Ao contrário, o cenário de “desconfiança” na aplicação das regras seria ocasionado por estes conflitos internos das próprias regras e da linguagem.

Um dos críticos do positivismo jurídico, em especial ao tratamento dispensado à validade última do ordenamento jurídico, é Ronald Dworkin. Segundo ele, a representação do modelo de regras atribuída ao pensamento hartiano falha porque as regras de reconhecimento, em primeiro lugar, são uma espécie de teste fundamental que acabam esbarrando naquilo que é inédito. Logo, elas mesmas não conseguiriam se sustentar, exceto apelando para uma ideia de poder discricionário em sentido forte. Dworkin caracteriza o positivismo de Hart como fundamentado na tese da obrigação, ou seja, os juízes teriam a obrigação de aplicar uma regra sempre que dela se possa extrair de forma clara uma obrigação. Entretanto, em casos complexos que apresentem uma indeterminação, os juízes poderiam agir discricionariamente em sentido forte. Tentando desatar os problemas da crítica, Hart (1994, p. 335) se defende esclarecendo que

¹³ Tradução nossa: “So, even in the penumbra, judicial discretion is constrained and disciplined by factors internal to legal practice—among them analogical reasoning, a search for deeper legal principles behind surface rules, a general sense of justice and equality under the law, and a demand for as much impartiality as a judge can muster”.

O conflito directo mais agudo entre a teoria jurídica deste livro [*O Conceito de Direito*] e a teoria de Dworkin é suscitado pela minha afirmação de que, em qualquer sistema jurídico, haverá sempre certos casos juridicamente não regulados em que, relativamente a determinado ponto, nenhum a decisão em qualquer dos sentidos é ditada pelo direito e, nessa conformidade, o direito apresenta-se com o parcialmente indeterminado ou incompleto. Se, em tais casos, o juiz tiver de proferir uma decisão, em vez de, como Bentham chegou a advogar em tempos, se declarar privado de jurisdição, ou remeter os pontos não regulados pelo direito existente para a decisão do órgão legislativo, então deve exercer o seu *poder discricionário* de criar direito para o caso, em vez de aplicar meramente o direito estabelecido preexistente. Assim, em tais casos juridicamente não previstos ou não regulados, o juiz cria direito novo e aplica o direito estabelecido que não só confere, mas também restringe, os seus poderes de criação do direito.

Hart, como se pode notar, afirma que a acusação de que casos juridicamente não regulados confeririam mais poder discricionário ao juiz não exclui a necessidade de aplicação do direito pré-existente. O equívoco de Dworkin, segundo Hart, é de que o juiz é legitimado para criar o direito, não porque lhe seja facultado o exercício de órgão legislativo, mas porque os casos previstos e não regulamentados não poderiam ser analisados antes mesmo de sua existência. Por outro lado, Dworkin afasta-se desta leitura por considerar que os elementos que servem para fundamentar uma decisão jurídica não podem partir de um campo extrajurídico. Assim, se as justificativas não podem ser encontradas no conteúdo das regras, então, deveria haver princípios através dos quais os magistrados pesariam seus atos decisórios.

Na leitura de Sebok, por exemplo, o impasse pode ser encontrado porque Hart se utiliza de uma abordagem wittgensteiniana das regras para afirmar que há uma distinção entre um núcleo básico das regras e a *zona de penumbra*. É importante salientar, porém, que as regras não possuem um conteúdo, mas são a própria condição do jogo. Assim, Sebok (1999, p. 99) afirma que “primeiro, as regras legais não parecem se comportar como as regras wittgensteinianas e, segundo, a teoria de Hart parecia sugerir que toda interpretação na penumbra criou uma nova regra”¹⁴.

¹⁴ Tradução nossa: “By taking a Wittgensteinian approach to the theory of legal rules, Hart solved some problems (it explained the core/penumbra distinction) but raised some further difficulties (first, legal rules do not seem to behave like Wittgensteinian rules, and second, Hart's theory seemed to suggest that every interpretation in the penumbra created a new rule)”.

Na mesma direção de Sebok, Shapiro (2007, p. 4) salienta que o debate de Hart-Dworkin diz respeito “a questões díspares como a existência de discricção judicial, o papel da política na adjudicação, os fundamentos ontológicos de regras, a possibilidade de jurisprudência descritiva, a função do direito, a objetividade do valor, a imprecisão de conceitos e a natureza da inferência legal”¹⁵. Entretanto, o autor indica que a solução aponta por Dworkin seria mais satisfatória, uma vez que os princípios possuam uma dimensão que as regras não têm, isto é, quando eles se cruzam poder-se-ia resolver o conflito levando-se em conta a força relativa de cada um. A discricionariedade, portanto, não seria um puro ato arbitrário, pois a mensuração do julgamento, mesmo que ocorram choques entre os princípios, poderia fazer uso das decisões históricas como forma de solucionar mais significativamente a questão.

Quando Dworkin atacou a questão da discricionariedade judicial acolhida por Hart, segundo Macedo Júnior (2013, p. 286), indicou que “ela seria uma consequência necessária da construção teórica desse autor e que seria equivocada justamente pelo fato de o jurista inglês não admitir a existência das razões morais anteriormente indicadas”. Portanto, Dworkin consideraria que o positivismo metodológico hartiano, infelizmente, continua privilegiando a função de descrever o Direito independentemente de qualquer tipo de consideração valorativa ou moral. Este problema, por sua vez, faria com que o poder discricionário esbarrasse na contramão de uma atividade descritiva, avaliativa e crítica.

De qualquer modo, tanto Hart como Dworkin parecem concordar que o problema do poder discricionário está na suposição de que as decisões não poderiam privilegiar a justificativa daquele que possui a competência de julgar. Regras ou princípios, embora conceitualmente distintos, não eliminam o ranço semântico e a natureza interpretativa do conteúdo. A ilusão seria supor, como nos recorda Hart em uma de suas passagens, que os juízes devam decidir “de acordo com as suas próprias crenças e valores” (HART,

¹⁵ Tradução nossa: “Thus, the Hart-Dworkin debate concerns such disparate issues as the existence of judicial discretion, the role of policy in adjudication, the ontological foundations of rules, the possibility of descriptive jurisprudence, the function of law, the objectivity of value, the vagueness of concepts, and the nature of legal inference”.

1994, p. 336), desconsiderando o peso da moralidade como algo indissociável das interlocuções do sistema jurídico.

A imprecisão das regras normativas e os limites da validade jurídica

A obra *O Conceito de Direito* apresenta uma série de teses sobre a compreensão do que seja o Direito. Entre os apontamentos estão a consideração do Direito como uma prática social complexa formada de regras primárias e secundárias, destacando a regra de reconhecimento, que não precisa necessariamente incluir questões morais entre os critérios normativos. Hart defendeu que seu objetivo foi o de “fornecer uma teoria sobre o que é o direito, que seja, ao mesmo tempo, geral e descritiva” (HART, 1994, p. 300) que não dependa de argumentos normativos ou valorativos para a identificar e explicar a prática analisada, ou seja, na medida em que é moralmente neutro e não tem propósitos de justificação.

Hart esclarece que as suas considerações abordadas na obra *O Conceito de Direito* “não apresenta qualquer pretensão de identificar o cerne ou a finalidade do direito e das práticas jurídicas enquanto tais” (HART, 1994, p. 310). Neste sentido, o destaque da *textura aberta*, explica que toda regra legal é caracterizada por ‘indeterminação de objetivo’ e ‘indeterminação de fato’. E a visão wittgensteiniana de uma regra, conforme esclarece Sebok (1999, p. 96), esclarece que “nenhum objetivo único jamais poderia ser construído em todos os aspectos de suas aplicações. Para Hart, um precedente da lei comum e a linguagem geral em um estatuto eram ilustrações de como as instâncias-padrão marcavam os limites da imprecisão”. Hart (1994, p. 314) afirma que seu ponto de vista é o

de que as regras e os princípios jurídicos, identificados em termos gerais pelos critérios fornecidos pela regra de reconhecimento, têm, muitas vezes, o que designo, com frequência, por ‘*textura aberta*’, de forma que, quando a questão é de saber se uma dada regra se aplica a um caso concreto, o direito é incapaz de determinar uma resposta em qualquer dos sentidos e, assim, vem a provar-se que é parcialmente indeterminado. (grifos nossos)

A indeterminação linguística do Direito apontada reflete no interesse de ordem pública sobre uma decisão judicial, ou seja, uma interpretação

normativa realizada por uma autoridade legal, os funcionários¹⁶ (HART, 1994, p. 1). A partir deste ponto de vista, compreende-se que o exercício do poder discricionário pelos tribunais e por outros funcionários, ocorre na pretensão de “tornarem precisos padrões que eram inicialmente vagos, ao resolverem as incertezas das leis ou ao desenvolverem e qualificarem as regras comunicadas, apenas de forma imperfeita, pelos precedentes dotados de autoridade” (HART, 1994, p. 149). Deste modo, considera-se que o Direito possui dupla característica de indeterminação, seja ela linguística, e ou factual, uma vez que “os legisladores humanos não podem ter tal conhecimento de todas as possíveis combinações de circunstâncias que o futuro pode trazer. Esta incapacidade de antecipar acarreta consigo uma relativa indeterminação de finalidade (HART, 1994, p. 141).

Dworkin, por sua vez, aponta que o pensamento de Hart apresenta equívocos ao considerar o Direito como um sistema de regras onde o critério de validade social, a regra de reconhecimento, não teria nada a ver com seu conteúdo normativo. Segundo Postema (2011, p. 317) a regra do reconhecimento é o último padrão de validação no sistema jurídico¹⁷. Este padrão de validade normativa é criticado por Dworkin, ao passo que descreve a regra de reconhecimento como tese *pedigree*.

Nas palavras de Macedo Junior (2013, p. 160), a crítica denominada *pedigree* “se refere à tese das fontes sociais do direito (*source thesis*)”. Outra crítica à Hart, Dworkin discorda da afirmação que “a regra de reconhecimento apenas existe como uma prática complexa, mas normalmente concordante, dos tribunais, dos funcionários e dos particulares, ao identificarem o direito por referência a certos critérios. A sua existência é uma questão de fato” (HART, 1994, p. 121). Dworkin compreende que a regra de reconhecimento se refere à tese da convencionalidade. Hart, por sua vez, responde à crítica recebida afirmando que “esta versão interpretativa do positivismo como convencionalismo não pode ser apresentada como uma versão plausível, ou como uma reconstrução plausível da minha teoria do

¹⁶ No original Hart utilizou o vocábulo inglês “*officials*” que foi traduzido em algumas passagens como “funcionários” e noutras como “autoridades”. Aqui, principalmente importa a decisão dos aqueles que possuem poderes de discricionários para interpretar e aplicar as regras normativas.

¹⁷ Tradução nossa: “The rule of recognition is the ultimate validating standard in the legal system”.

direito” (HART, 1994, p. 310). Outra razão de Dworkin ao criticar o pensamento hartiano é descrita na obra *O Império do Direito* (1999, p. 40) que diz “os filósofos da linguagem desenvolveram teorias mais sofisticadas do significado, os filósofos do direito tornaram-se mais cuidadosos em suas definições, [...] porém, isso não foi muito além de uma troca de embalagem”.

A metodologia analítica utilizada por Hart para investigar os significados das regras através de seus usos semânticos e explicar a imprecisão de um sistema jurídico é nitidamente atacada por Dworkin. Segundo Macedo Junior (2013, p. 180) a contraposição ao pensamento hartiano quando Dworkin “procura descrever a genealogia do erro filosófico que está na raiz dessa teoria, notadamente a pressuposição semântica para a correta descrição do conceito de direito que ele denominará de “*agulhão semântico*” ou “*ferroada semântica*” (*semantic sting*)”.

Para Hart a crítica de Dworkin ignora o “reconhecimento explícito de que a regra de reconhecimento pode incorporar, como critérios de validade jurídica, a conformidade com princípios morais ou com valores substantivos” (HART, 1994, p. 312). Eis aqui, a principal novidade do pensamento hartiano, o positivismo moderado apresenta uma filosofia jurídica descritiva, fundamentada em regras sociais que atribui autoridade à regra de reconhecimento. Hart escreve que tem “dificuldade em seguir as razões precisas de Dworkin para rejeitar a teoria jurídica descritiva” (HART, 1994, p. 303).

Para o positivismo jurídico analítico de Hart, a regra de reconhecimento funciona como um remédio sobre a questão da *textura aberta* do Direito, resultado da imprecisão linguística na qual se fundamenta as regras jurídicas. Dessa forma, a tolerância com uma margem de incerteza linguística nas regras jurídicas possibilita um saldo positivo na consideração de Hart, “de forma que pudesse tomar-se uma decisão judicial inteligente quando a composição do caso não previsto fosse conhecida e as questões em jogo na sua decisão pudessem ser identificadas e, assim, resolvidas racionalmente” (HART, 1994, p. 313). Importante destacar que a imprecisão das regras descrita por Hart não implica num sistema normativo indeterminado ou sem validade.

Assim, para Hart, a função importante da regra de reconhecimento consiste em promover a certeza com que o direito deve ser declarado

(HART, 1994, p. 313). As incertezas ou indeterminações das regras “hão-de ser resolvidas, algo que apresenta a natureza de uma escolha entre alternativas abertas tem de ser feito por aquele que tem de as resolver” (HART, 1994, p. 140). Deste modo, mesmo que a linguagem geral de uma regra expressa guie de um modo incerto, cabe ao juiz o poder discricionário de remediar o Direito. “Quando a lei é clara, ela deve ser aplicada de acordo com seus termos e onde é incerta (na “penumbra” das regras), os funcionários devem exercer sua discricção objetiva e imparcialmente¹⁸ (POSTEMA, 2011, p. 334-335). Neste sentido, explica Peruzzo Júnior (2019, p. 187)

A imprecisão da linguagem jurídica não é, propriamente, apenas um problema linguístico, onde a solução possa ser derivada da escolha de um conjunto de enunciados dos quais se possam deduzir premissas normativas ausentes, [...] partindo do pressuposto wittgensteiniano, é constitutiva da compreensão figurativa da realidade, isto é, da não-suposição de que um modelo realista possa englobar a natureza dos fenômenos enquanto tal. Um jogo de linguagem descritivo/prescritivo, é na melhor das hipóteses, um empreendimento alicerçado por semelhanças com outros jogos descritivos/prescritivos. Normas, assim como conceitos, não funcionam aquém de um fundamento contextualista, homogeneizado pela interdependência que lhe é característica.

Em resumo, afirmar que em todo sistema jurídico existe uma regra de reconhecimento, não implica dar uma explicação sistemática e razoável dos limites de um sistema jurídico baseado em soluções, aceitas ou propostas, para toda a diversidade de problemas jurídicos como os mencionados. Revela critérios de validade baseados em práticas judiciais complexas que estão em constante mudança, necessariamente vagas e quase incompletas, envolve não apenas sensibilidade jurídica e conhecimento teórico, mas também julgamento sensato e razoável. O pensamento hartiano se valerá, portanto, das *ferramentas* conceituais wittgensteiniana para lidar com problemas críticos do relativismo jurídico e a imprecisão linguística.

Considerações finais

O retrato jurídico-filosófico da obra de Hart mostra que a compreensão das *regras* jurídicas delimita a estrutura metodológica e conceitual. As-

¹⁸ Tradução nossa: “When the law is clear, it should be applied according to its terms, and where it is uncertain (in the ‘penumbra’ of the rules), officials should exercise their discretion objectively and impartially”.

sim, ela configura um argumento basilar na investigação sobre a natureza do Direito e, conseqüentemente, nos esboços da ideia de *justiça*, especialmente por resgatar a filosofia da linguagem dos escritos tardios de Wittgenstein. A partir deles, a possibilidade desta inferência é essencialmente promovida quanto a semântica da linguagem é uma atividade intrínseca ao ordenamento jurídico. Deste modo, ao apresentar uma leitura da questão da *textura aberta* e do papel que os conceitos desempenham na interpretação e sentido das regras jurídicas, bem como outros aspectos do método interpretativo de Hart, busca-se sustentar que a influência wittgensteiniana exerce uma função significativa como ponto de dissolução do positivismo jurídico analítico.

A função das regras na filosofia tardia de Wittgenstein, por sua vez, parece não ser a mesma que pode ser encontrada no pensamento de Hart. Quando o filósofo austríaco diz que seguir uma regra só é possível quando se compreende uma habilidade (*habitus*), ou seja, o filósofo claramente estabelece um critério para afirmar em que momento nasce o significado e, conseqüentemente, a compreensão. Dessa maneira, não há a compreensão das regras ou casos-padrão antes da *prática* de uma regra, uma vez que o conteúdo conceitual é revelado nesta espécie de exercício. A *textura aberta*, assim, corresponderia a uma imagem calcada na imprecisão semântica que pretende abandonar o modelo ostensivo de linguagem e quaisquer bases metafísicas.

A influência de Wittgenstein no desenvolvimento da filosofia jurídica de Hart teve como resultado, particularmente, uma espécie de corroboração indireta na argumentação sobre a possibilidade de que os significados das palavras se orientem pelas regras sociais. É neste movimento que se dinamiza a aplicação jurídica e sem a qual haveria uma esterilidade no plano formalista da concepção de justiça. Por isso, neste trabalho mostra-se como as regras e o processo de significação, no pensamento wittgensteiniano, diferem da argumentação de Hart, posto que encontra-se entre as concepções hartianas que a definição de uma palavra fornece um mapa, isto é, serve como um guia para o nosso uso das palavras (HART, 1994, p. 45).

Por fim, as possíveis perspectivas entre o positivismo moderado de Hart e a filosofia da linguagem das *Investigações* de Wittgenstein, denotam que as referências ou evidências de uma ideia de Justiça se baseiam nos cri-

térios de *práxis semântica*. Deste modo, a percepção de um relativismo linguístico no Direito é derivada, essencialmente, de uma questão filosófica profunda que vê na terapia gramatical a nova metodologia para o crivo do conteúdo jurídico. Hart, portanto, não deve ser lido como um autor inserido no quadro das referências tradicionais do positivismo, uma vez que o uso das palavras, nas pegadas de Wittgenstein, permanece aberto e os seus significados são um movimento interligado ao conjunto de uma série de outras práticas que compõem a linguagem.

Referências

BIX, Brian. Waismann, Wittgenstein, Hart, and Beyond: The Developing Idea of ‘Open Texture’ of Language and Law. In: **Friedrich Waismann The Open Texture of Analytic Philosophy**. Editado por Dejan Makovec e Stewart Shapiro. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Levando os Direitos a Sério**. Tradução Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Justice in Robes**. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

HART, Herbert L. A. **Analytic Jurisprudence in Mid-Twentieth Century: a Reply to Professor Bodenheimer**. (1957) 105 University of Pennsylvania Law Review, 953-75.

_____. Positivism and the Separation of Law and Morals. In: **Harvard Law Review**, Vol. 71, No. 4, pp. 593-629, 1958.

_____. **The Concept of Law**. Oxford: Clarendon Press, 1961; 2a ed., com Post-script, editado por P.P. Buloch e J. Raz, 1994. Com tradução A. Ribeiro Mendes. 3ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. Discretion. In: **Harvard Law Review**, Vol. 127, No. 2, 2013.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KOZICKI, Katya. **H.L.A. HART: A Hermenêutica como Via de Acesso para uma Significação Interdisciplinar do Direito**. Florianópolis – SC: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1993. Dissertação disponível

vel em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106358>> Acesso 17 fev. 2020.

MACCORMICK, Neil. **H.L.A. Hart**. 2ª ed. (2008). Tradução Cláudia Santana Martins. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2010.

_____. **H.L.A. Hart**. Traducción y estudio preliminar de Juan Manuel Pérez Bermejo. Madrid: Marcial Pontes, 2010.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Do xadrez à cortesia - Dworkin e a teoria do direito contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PERUZZO JÚNIOR, Léo. Linguagem, Intencionalidade e Textura Aberta do Direito: Da Dogmática Penal à Crítica Filosófica. In: **Lenguaje y Dogmática Penal**. Valencia – Espanha: Tirant lo Blanch, 2019.

POSTEMA, Gerald J. **Legal Philosophy in the Twentieth Century: The Common Law World**. Volume 11. California, USA: Springer, 2011.

RAZ, Joseph. **La Autoridad del Derecho**. Traducción Roland Tamayo y Salmorán. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

_____. **Ethics In The Public Domain**. New York: Oxford University Press, 1996.

SEBOK, Anthony J. Finding Wittgenstein at the Core of the Rule of Recognition. In: **SMU Law Review**, volume 52, 1999. Disponível em: <<https://scholar.smu.edu/smulr/vol52/iss1/>> Acesso em 17 fev. 2020.

SHAPIRO, Stewart. The Hart-Dworkin Debate: A Short Guide for the Perplexed. In: **Law And Legal Theory Working Paper Series n. 77**, March 2007. Disponível em: < <https://ssrn.com/abstract=968657> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.968657> > Acesso em 17 fev. 2020.

STOLZ, S. Um modelo de positivismo jurídico: o pensamento de Herbert Hart. In: **Revista Direito FGV**, 3(1):101-120. Jan-Jun 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35200/34002>> Acesso em 17 fev. 2020.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado Lógico-Filosófico – Investigações Filosóficas**. Tradução e Prefácio de M.S. Lourenço. 5ª. Edição. Lisboa – Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

O ELEMENTO DE INTENÇÃO NAS OBSERVAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

On the intentional element in Wittgenstein's "Philosophical
Observations": theoretical foundations

Márcio Rodrigo Mello¹

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar o conceito de intencionalidade de Wittgenstein desenvolvido no texto das *Observações filosóficas*, esclarecer o contexto imediato do seu surgimento e localizar suas relações com a filosofia do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tal conceito aparece de modo explícito pela primeira vez no contexto do debate do autor com Russell, no qual Wittgenstein critica a visão desse autor presente na obra *The Analysis of Mind*, ao dizer que a concepção da relação entre pensamento e fato, segundo Russell, depende de uma relação externa, enquanto a sua própria concepção figurativa depende apenas de uma relação interna. As raízes dessa afirmação se encontram no *Tractatus*, no qual ele apresenta a sua concepção de "relações internas". É o objetivo deste trabalho analisar a necessidade deste "elemento de intenção" e seus fundamentos no *Tractatus*, para o contexto do debate com Russell e o desenvolvimento do pensamento de Wittgenstein no período intermediário de sua filosofia.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem. Filosofia da Mente. Intencionalidade. Verificacionismo. Wittgenstein Intermediário.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze Wittgenstein's concept of intentionality, developed in the text of the *Philosophical Remarks*, to clarify the immediate context of its emergence and to find its relations with the philosophy of the *Tractatus Logico-Philosophicus*. Such concept appears explicitly for its first time in the context of the author's debate with Russell, in which Wittgenstein criticizes the author's view present in the work *The Analysis of Mind*, when saying that the conception of the relation between thought and fact developed in this work depends on an external relation, while his own picture conception depends only on an internal relation. The roots of this statement are found in the *Tractatus*, in which he fully develops his concept of "internal relations". It is the aim of this paper to analyze the need for this "element of intention" and its foundations in the *Tractatus*, in the

¹ Universidade Federal de São Paulo.

E-mail: marciormello@hotmail.com. ORCID: [0000-0003-2488-0949](https://orcid.org/0000-0003-2488-0949).

context of the debate with Russell and the development of Wittgenstein's thought in the intermediate period of his philosophy.

Keywords: Philosophy of Language. Philosophy of Mind. Intentionality. Verificationism. Middle Wittgenstein.

Introdução

O filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) é famoso não só pela sua importância no desenvolvimento da Filosofia da Linguagem, mas também pela dinâmica do seu percurso filosófico. Após chegar à conclusão de que havia resolvido todos os problemas da Filosofia (considerando-os como problemas resultantes de uma má compreensão da lógica da linguagem, ou seja, pseudoproblemas), decidiu se tornar um professor primário em uma pequena cidade. Porém, algum tempo depois começou a desenvolver um trabalho com o matemático Frank Ramsey, com o propósito de retornar à universidade de Cambridge. Ramsey, por sua vez, faz críticas relevantes à sua obra, que parecia definitiva. No contexto da revisão do seu primeiro trabalho, Wittgenstein também encontra problemas importantes que o levarão a desenvolver um pensamento novo, ainda que continue sustentando algumas concepções anteriores. E é neste período (cerca de final de 1929 e início de 1930) que suas investigações o levaram à necessidade de um “elemento de intenção, sem o qual toda a função da linguagem desmorona”². Sustentamos que este elemento de intenção seja uma forma de intencionalidade presente na relação entre linguagem e mundo, que passa a se tornar indispensável para esse momento da filosofia de Wittgenstein. É possível encontrar o debate acerca desse elemento de intenção em um texto datilografado e enviado para Russell, com o objetivo de conseguir uma bolsa de estudos na Universidade de Cambridge: o TS 209, editado após a sua morte por Rush Rhees e chamado de *Philosophische Bemerkungen* (a partir daqui usaremos somente ‘PB’), que pode ser traduzido como ‘Observações Filosóficas’. Tal elemento nos leva imediatamente ao termo ‘intencionalidade’, que adquire o seu uso moderno mais conhecido a partir do pensamento de Franz Brentano. Porém, aqui não se trata simplesmente de uma adoção da concepção de consciência segundo a tradição de Brentano e Husserl:

² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Bemerkungen*. p. 63.

Wittgenstein, a partir desta época, passa a localizar a necessidade de um tipo de intencionalidade na relação entre pensamento e fato, ou seja, na sua nova concepção de figuração. Também procura evitar a todo custo qualquer forma de psicologismo, como veremos adiante. Portanto ele se limita a localizar e analisar tal elemento somente na estrutura da linguagem.

A elaboração das PB se insere no desmoronamento do edifício lógico do *Tractatus Logico-Philosophicus* ('TLP' a partir deste ponto), com o surgimento da necessidade da consideração das questões de ordem fenomenológica e da necessidade de se tratar das 'declarações de grau' que não foram plenamente abordadas nesta obra. Tais declarações se referem às proposições sobre cor, temperatura, altura e peso, por exemplo, e que colocam a necessidade de se levar em conta, na análise da linguagem, que duas cores, como o verde e o vermelho, não podem ocupar o mesmo ponto no espaço visual ao mesmo tempo. Apresentando as consequências desse problema de forma sintética, tal impossibilidade fere o método de análise das proposições elementares e o próprio princípio da independência lógica das mesmas, pois a afirmação de que um ponto é vermelho em um tempo (p) determina a falsidade da afirmação de que o mesmo ponto, ao mesmo tempo, seria verde (q), deixando claro que a conjunção $p \wedge q$ (p e q) não poderia ser falsa, mas sim um contrassenso (*nonsense*). Tal problema levou Wittgenstein à necessidade de se admitir uma linguagem fenomenológica, ou "primária"³, que pudesse preencher as lacunas da análise da linguagem do TLP, e o levou também a tentar estruturar uma "notação complementar baseada na estrutura da experiência"⁴. Tal linguagem primária, além de modificar a estrutura de algumas tabelas de verdade, também utilizaria um sistema de coordenadas para descrever com precisão o espaço visual, além de um 'octaedro de cores', que permitiria entender como algumas cores podem ser combinadas, enquanto outras não. No entanto, esse projeto durou pouco, e foi abandonado no início de 1930, quando o autor se deparou com problemas relacionados à inexatidão dos dados sensoriais, com a dificuldade de se apresentar os fenômenos por meio do sistema de coordenadas e com a ambiguidade do es-

³ Id. Ibid. p. 51.

⁴ ENGELMANN, M. *Wittgenstein's Philosophical Development: phenomenology, grammar, method and the anthropological view*. p. 23-25.

paço visual: alguém poderia dizer que aquilo que vê é um círculo, o que na verdade, sob o olhar do microscópio, se revelaria como uma figura de cem lados, por exemplo⁵. Portanto foi necessária a elaboração de um novo pensamento a respeito do funcionamento da linguagem, que não mais considerasse a prioridade de uma linguagem especificamente fenomenológica, mas que ainda assim admitisse um tipo de fenomenologia: pensamento este que foi desenvolvido principalmente nos quatro primeiros capítulos das PB. É importante notar que as PB tratam de muitos temas, que não serão abordados aqui. Elas são o resultado de uma tentativa de organização de textos anteriores, nos quais o autor ainda sustentava uma linguagem fenomenológica, e que foram modificados para apresentar um tipo de ‘relatório de produção’ para Russell, responsável pela avaliação do seu trabalho para a universidade. Portanto, para apresentar um texto que desse conta das mudanças pelas quais as suas ideias estavam passando, com pouco tempo, Wittgenstein alterou a ordem dos seus manuscritos, suprimindo algumas partes e acrescentando outros trechos. É o nosso propósito nos concentrarmos na análise dos quatro primeiros capítulos das PB, nos quais podemos encontrar as declarações mais importantes a respeito desse elemento de intenção.

Um dos propósitos deste trabalho é dar continuidade à pesquisa desenvolvida em nível mestrado⁶, e agora prosseguida no doutorado. Essa pesquisa recebeu influência direta do trabalho dos professores Marcelo Carvalho, J. Cuter, M. Engelmann e B. Prado Neto acerca do ‘período intermediário’ da filosofia de Wittgenstein.

Wittgenstein apresenta um novo pensamento nas PB, explicitando as características do seu pensamento em oposição às ideias de Russell, Ogden e Richards. As críticas à Russell se endereçam à teoria causal da expectativa e do significado presente na obra *The Analysis of Mind* (‘AM’ a partir daqui), de 1921, enquanto as críticas contra Ogden e Richards se dirigem à obra *The Meaning of ‘Meaning’* de 1923. No entanto, pela familiaridade das concepções presentes nessas obras, Wittgenstein se dirige, na maior parte do tempo, à Russell, ao qual ele contrapõe a sua própria concepção de figuração. Esta

⁵ Id. Ibid. p. 35-36.

⁶ MELLO, Marcio R. *Intencionalidade nas Observações Filosóficas de Wittgenstein*: o elemento de intenção, de 2015 sob orientação do prof^o Dr. Marcelo Carvalho pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

tem como pressuposto uma relação interna entre o pensamento e o fato, enquanto a de Russell necessita de uma relação externa, ou seja, de um terceiro elemento diferente do pensamento e do fato, exterior aos mesmos e que poderia ser um tipo de ‘sentimento de satisfação’. No contexto desse debate com Russell, Wittgenstein chama a atenção para a necessidade do já citado elemento de intenção no funcionamento da linguagem.

A estrutura deste trabalho consistirá em três tópicos, para melhor compreensão do mesmo: Começaremos com uma breve exposição da concepção causal de Russell, seguida pelas críticas de Wittgenstein; o segundo tópico tratará dos pressupostos teóricos da concepção de intencionalidade das PB, encontrados nas relações e propriedades internas entre figuração e fato explicitadas no TLP; e finalmente o último tópico será uma análise da concepção de intenção das PB, e também da relação entre intenção e métodos de verificação de expectativas. Terminados os tópicos haverá uma conclusão geral sobre o valor dessa forma de intencionalidade nesse momento do percurso teórico do autor.

I. A teoria causal de Russell e as críticas de Wittgenstein

Na seção §20 das PB, Wittgenstein cita pela primeira vez a necessidade de uma intencionalidade na linguagem, ao advertir que “uma concepção errônea a respeito da linguagem pode destruir toda a lógica da mesma, e não somente causar uma mera perturbação local”⁷. Tal advertência é uma referência direta à teoria causal de Russell. Russell sustenta a concepção de que desejos, expectativas e crenças obedecem a certas leis causais, defendendo também que o nosso conhecimento acerca dos mesmos depende de “relações muito externas”⁸ àquelas que costumamos perceber. Para entender melhor essas relações, precisamos partir daquilo que Russell pensou a respeito do desejo, caso que deixa bem claro quais são as premissas por trás de sua visão. Segundo ele, o comportamento humano a respeito dos desejos pode ser melhor conhecido observando-se o comportamento dos animais em relação aos seus próprios desejos, como a fome, por exemplo. Para ele, nada podemos aprender a partir de nossos próprios estados mentais, mas, pelo

⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Bemerkungen*. p.63.

⁸ RUSSELL. B. *The Analysis of Mind*. p. 141.

contrário, um observador neutro poderia saber muito mais sobre o comportamento de outra pessoa do que acerca do seu. Ao observarmos o comportamento dos animais, é possível perceber que eles, ao manifestarem a necessidade de comer, andam de um lugar para o outro, inquietos, até o momento em que comem e finalmente entram em um estado de aquietação. Para Russell, esse fenômeno é comum em todos animais, inclusive no próprio ser humano, denominado como um “ciclo de comportamento”⁹. Não somos diferentes dos outros animais, mas o hábito teria a função de antecipar certos eventos que podem servir como satisfação de nossas necessidades e nos daria a ilusão cômoda da consciência dos objetos dos nossos desejos.

Nessa concepção, seres humanos e outros animais não sabem o que é capaz de dar um fim a esse ciclo de comportamento e, por isso, só podem saber o que pode satisfazer o seu desejo no final do próprio ciclo, experimentando um tipo de ‘sentimento de satisfação’. Russell afirma que, por mais que pensemos ter certeza acerca do que desejamos, não é assim que se passa na realidade: todos os desejos são conhecidos pela experiência, ou seja, um animal só consegue saber qual alimento poderá satisfazer sua fome depois de comê-lo. Se sempre soubéssemos o que desejamos, então como poderíamos nos enganar tantas vezes com relação ao que realmente queremos?

É possível entender que a relação aqui estabelecida entre desejos e suas realizações depende de um terceiro acontecimento exterior à ambos: experimentar um tipo de sensação de satisfação, que teria o papel de confirmar que o evento em questão (comer determinado alimento) pôde ser a realização do desejo da fome, por exemplo. Esse tipo de relação externa entre um desejo e sua realização também se encontra na concepção de Russell a respeito das crenças e do significado na linguagem. As crenças são consideradas aqui pelo filósofo como sentimentos, e se dividem em três tipos: memórias, que se referem aos eventos do passado, expectativas, que se referem aos eventos do futuro, e o assentimento, que se refere ao presente. Crenças possuiriam um conteúdo, que pode ser formado por palavras, imagens e sensações, e também um objetivo, que são os fatos. Estes últimos seriam exteriores aos conteúdos das crenças, e também seriam, para Russell, as

⁹ Id. Ibid. p. 36-37.

referências das crenças verdadeiras¹⁰. Aqui o maior problema está na concepção de expectativa: como é possível saber que uma expectativa foi realizada? Segundo Russell, isso só é possível no momento da sua realização, ao se experimentar também uma sensação de satisfação. Se há algum tipo de comparação possível, seria apenas entre esse sentimento de satisfação com um certo “sentimento de expectativa” (AM p.163), experimentado na origem da mesma. O processo ocorreria da seguinte forma: a expectativa, como afirmado acima, é um tipo de crença. Fazem parte do conteúdo da crença também sentimentos associados. Ao se ter uma expectativa de que ‘vai chover hoje a tarde’, geralmente formamos na mente imagens da chuva caindo, nuvens escuras, sons característicos de chuva, bem como também sentimentos em relação à mesma (ela pode ser esperada com medo ou alegria, por exemplo). O problema está em se saber como a imagem que alguém formou da chuva, no momento da expectativa, pode ser comparada com o que se vê agora. Segundo Russell, para que um evento possa ser comprovado como a realização dessa expectativa, devemos comparar o sentimento que se experimentaria no momento de satisfação, concomitante ao próprio evento, com a lembrança do provável sentimento experimentado na origem da expectativa (AM p.163). Se o sentimento experimentado no momento da realização está relacionado à lembrança do sentimento original e se a pessoa agiu de forma condizente com o comportamento de quem vê realizado algo que espera, então, segundo ele, chegamos ao “máximo da verificação”¹¹. Sendo assim, essa forma de verificação, segundo o próprio autor, se fundamenta em uma relação externa, na qual uma sensação cumpre o papel de ser o ‘significado’ da expectativa.

Concluindo a exposição do pensamento de Russell, é importante notar o modo como esse autor entende a função da linguagem e o modo como as palavras adquirem significado. Segundo ele, “o uso de uma palavra vem primeiro, e o significado deve destilar-se dele, por meio da observação e da análise”¹², ou seja, o significado de uma palavra aqui também é conhecido

¹⁰ ENGELMANN, Mauro. *A Crítica a Russell*: os capítulos II, III e IV das PB in CARVALHO, M. et al. *Fenomenologia, Análise e Gramática*: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein. p. 66.

¹¹ RUSSELL, B. *The Analysis of Mind*. p. 163.

¹² Id. *Ibid.* p. 118.

por sua eficácia causal, segundo os efeitos que pode causar no ouvinte (AM p. 118). Russell distingue quatro formas de se entender as palavras: em primeiro lugar, pelo seu uso apropriado em cada situação (de forma a não causar estranhamento nos ouvintes), em segundo, na maneira como as palavras são capazes de causar certos comportamentos no ouvinte; em terceiro lugar, quando fazemos uma associação com palavras de outro idioma e, por último, quando ela é associada a algum objeto, principalmente nas situações em que se ensina um nome apontando-se para um objeto e falando a palavra com a qual o nomeamos (AM p.119). Portanto, as palavras são definidas pelo efeito que podem causar para se alcançar certos resultados. E isso pode acontecer mesmo que os objetos não estejam diante daquele que fala: outros dois usos das palavras podem ser, segundo Russell, de suscitar lembranças no ouvinte ou um uso narrativo, o qual tem o objetivo de causar a produção de imagens fantasiosas no ouvinte (AM p.120). Por isso, da mesma forma que nos casos anteriores, as palavras também estariam submetidas às leis causais que citamos anteriormente (AM p.118).

O nosso segundo passo neste primeiro tópico consiste em fazer uma exposição das críticas de Wittgenstein acerca da teoria causal de Russell, tomando como referência o capítulo III das PB. A teoria de Russell ataca exatamente as colunas de sustentação da linguagem, e é contra a teoria de Russell que Wittgenstein se posiciona. Nesse momento o autor trata de contrapor a sua teoria à de Russell: enquanto a concepção de Wittgenstein depende apenas de uma relação interna entre figuração e fato, na concepção de Russell faz-se necessário um terceiro elemento além desses, ou seja, um sentimento que dê sentido à própria expectativa. Wittgenstein afirma que este sentimento de satisfação é irrelevante e descartável. Dessa forma, somente duas coisas devem ser necessárias: o pensamento e o fato. Tal sentimento de satisfação não é simplesmente um acessório acrescentado nesta relação: o seu maior problema consiste na sua possibilidade de ser um critério de atribuição de sentido à própria expectativa.

De acordo com o pensamento de Wittgenstein em 1930, proposições são hipóteses que devem ser verificadas segundo determinados critérios, tais como a observação direta e o uso de instrumentos de medida, por exemplo. Portanto nas PB as proposições são pensadas como expectativas: se alguém

dá uma ordem, então espera que a mesma seja cumprida, ou se alguém deseja algo, também tem a expectativa de alcançar o objeto do seu desejo, e se alguém diz que há uma mancha vermelha no carpete, também espera que essa descrição corresponda a esse fato descrito, por exemplo. Então se alguém tem uma expectativa, a mesma deve ser definida. Não é possível pensar em uma expectativa na qual não se sabe o que se espera. Segundo as regras gramaticais da linguagem, ou seja, segundo a sua estrutura, o sentido de uma proposição (e de uma expectativa, por conseguinte) deve ser anterior à sua possibilidade de ser verdadeira ou falsa. Nos moldes de Russell, o sentido de uma expectativa, ou desejo, só pode ser conhecido depois da verificação da sua verdade ou falsidade. Russell afirma também que, em muitos momentos só sabemos que uma expectativa não foi realizada no momento de sua frustração (AM p.146), ou seja, esse tipo de visão a respeito do funcionamento da expectativa não causa apenas uma mera perturbação, mas ataca o próprio princípio da anterioridade do sentido da proposição e da sua bipolaridade, já expostas no TLP. O que Russell põe em risco aqui é a própria possibilidade de sentido da proposição. Ele inverte um dos princípios fundamentais do pensamento de Wittgenstein desde o TLP: pressupõe que a verdade de uma proposição, ou de uma expectativa, anteceda o seu sentido. Na teoria causal de Russell, alguém só poderá saber qual era a sua expectativa ou desejo depois de experimentar um sentimento de satisfação, ou seja, depois da ‘confirmação’ de sua verdade. Em alguns momentos das PB Wittgenstein deixa esse problema bem claro: Na seção §29 ele reforça a ideia de que o evento que realiza a expectativa é uma resposta suficiente a ela, não sendo necessário supor qualquer outro evento. Colocar isso em dúvida seria como colocar em dúvida o próprio sentido da expectativa. Segundo Wittgenstein, somente duas coisas são necessárias para a conexão entre expectativa e o evento: a própria expectativa e o evento esperado (PB §21). Uma relação interna deve estar estabelecida entre ambos para que se possa compreender o sentido da expectativa. É nesse sentido que o autor afirma, na seção §26, que deve existir uma conexão interna antes mesmo de uma externa. Segundo o que o autor afirma no TLP, uma relação externa é contingente, enquanto uma relação interna é logicamente necessária. Se tal relação interna pudesse ser considerada falsa, a própria proposição não teria sentido.

Aqui uma expectativa é pensada de modo que se encontra indissociavelmente ligada ao seu evento correspondente.

É possível fazer um mapeamento das principais críticas de Wittgenstein a Russell nesse momento. Para isso me apoio no trabalho realizado por Mauro Engelmann¹³ e também na leitura do capítulo III das PB. Nesse capítulo Wittgenstein reduz ao absurdo a teoria de Russell em dois momentos do parágrafo §22. De modo irônico ele afirma que, se alguém quisesse comer uma maçã e levasse, em vez disso, um soco no estômago que fizesse cessar a fome, então deveria ser isso o que a pessoa realmente queria (o soco). Ora, não se trata aqui apenas de uma interrupção acidental de um ciclo de comportamento, mas do próprio sentido do desejo específico de se comer uma maçã. Mais uma vez é importante lembrar que não se trata de se entender um processo psicológico, porém de se perguntar como é possível que a proposição ‘eu desejo uma maçã’ possa significar outra coisa além de se desejar uma maçã? Esse mesmo problema aparece de outra forma no mesmo parágrafo: se alguém der uma ordem para alguém e essa pessoa fizer algo que deixou a primeira feliz, então era exatamente isso, segundo o modo de pensar de Russell, que ela realmente queria (PB §22). No entanto, não é possível afirmar isso somente pelo sentimento causado na pessoa solicitante. Imaginemos um exemplo: um chefe de fábrica pede para o seu funcionário comprar algumas ferramentas com o dinheiro do caixa da empresa para o seu setor. O funcionário volta com as ferramentas, que ele comprou com dinheiro roubado, e deixa o seu chefe (que não sabe do ocorrido) feliz. Neste exemplo o sentimento de satisfação do patrão não é suficiente para se saber se a expectativa foi realizada. O sentimento de satisfação, dessa forma, não é capaz de ser um critério fiel para a verificação das nossas expectativas pois, se tal fosse o caso, este sentimento poderia nos dar a certeza de que a mesma foi cumprida, sem que a mesma o tivesse sido (como no exemplo da compra das ferramentas). Um exemplo semelhante poderia ser usado para mostrar um conflito de critérios, segundo a teoria causal: o

¹³ Especificamente em ENGELMANN, Mauro. *A Crítica a Russell: os capítulos II, III e IV das PB*. In CARVALHO, M. et al. *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein*. p. 69-79. ENGELMANN, M. *Wittgenstein's Philosophical Development: phenomenology, grammar, method and the anthropological view*. p. 69-76.

funcionário poderia realmente comprar as ferramentas com o dinheiro do caixa, mas por um preço muito mais caro do que o chefe esperava, fazendo-o experimentar uma grande decepção. Sendo assim, qual sentimento deveria ser levado em conta? A alegria pela compra das ferramentas ou a decepção por causa do preço? Aqui a ordem é dissolvida, de forma que ela foi cumprida e não o foi ao mesmo tempo, se o critério for apenas o sentimento. A teoria de Russell também implica em uma regressão ao infinito. Segundo Wittgenstein, para que alguém pudesse ter um sentimento de satisfação da expectativa, então também deveria ser necessário reconhecer que se experimentou aquela sensação (PB §22). Portanto, seria necessário outro critério de reconhecimento para o reconhecimento anterior, e assim até o infinito. Não seria possível saber se a expectativa foi realmente realizada ou não.

A falta de especificidade que leva à indeterminação das expectativas na teoria de Russell fere, como dissemos, o princípio da independência do sentido das proposições com relação à sua verdade ou falsidade (PB §23). É preciso que deva ser possível “antecipar”, por meio da expectativa, a ocorrência de algum fato e, portanto, de se fazer uma figuração, independente da mesma ser verdadeira ou falsa (PB §34). A comparação entre figuração e fato “não está presente na teoria de Russell” (PB §23), ou seja, não é relevante. Para Wittgenstein, a expectativa de que o evento ‘p’ aconteça é realizada pelo evento ‘p’ acontecer, e não pelo acontecimento de um evento completamente diferente de ‘p’ (PB §25).

A principal falha de Russell foi, portanto, sustentar uma dependência de uma relação externa entre pensamento e fato, enquanto somente se faz necessária uma relação interna. No entanto, é necessário notar que os termos ‘relação interna’, assim como ‘propriedade interna’, já desempenharam uma função importante no TLP. Portanto, se faz necessário um retorno a essa obra para localizar o modo como esses termos foram utilizados, e também para se entender como a distinção entre ‘interno’ e ‘externo’ nas PB sofreu influência da importância que possuía no TLP e quais características dessa distinção se conservaram. A partir dessa necessidade, analisaremos, a seguir, a importância das relações e propriedades internas presentes no TLP, para um melhor entendimento acerca das concepções de figuração, expectativa e intenção nas PB.

II. A concepção de relações internas e seus pressupostos no TLP

No início da exposição do pensamento de Russell e de sua crítica por Wittgenstein na seção §21 das PB é possível notar que o autor se fundamenta no que ele chamou de ‘relações internas’ entre pensamento e ação, ou seja, entre a figuração e o evento que é figurado. O autor afirma que não é necessário nada mais do que o pensamento e o fato, e que ambos estejam em relação interna, de forma a não haver dúvidas sobre a conexão entre eles, para que seja possível que proposições, enquanto hipóteses, tenham a sua confirmação no próprio fato. Sem apelar para um terceiro evento alheio, o filósofo busca sua certeza em um fundamento lógico-gramatical próximo daquele que podemos encontrar no TLP, porém sem recorrer à concepção de ‘forma lógica’. É deste fundamento que vamos tratar agora.

Wittgenstein define o que ele chamou de relações e propriedades internas a partir da sentença 4.123 do TLP, onde ele afirma que uma propriedade é interna se é indispensável para algo, de forma que não possa sequer ser pensada sem ela. De igual forma uma relação é interna se for impensável que seus componentes (dois objetos, por exemplo) não estejam nesta relação¹⁴. Diferente das relações internas, as relações externas entre objetos em estados de coisas podem ou não estar presentes, ou seja, podem ser verdadeiras ou falsas e, por isso, podem ser descritas pela linguagem, enquanto as relações internas não. São justamente estas últimas que tornam possível que se possa descrever a realidade por meio da linguagem, pois há, entre a estrutura da proposição e suas partes constituintes, relações internas que espelham as relações internas entre os fatos e suas partes. Portanto são as relações internas entre proposição e fato que permitem as relações externas. Se imaginarmos, por exemplo, duas pessoas: Pedro e João, um ao lado do outro, podemos perceber uma relação externa se João estiver à direita ou à esquerda de Pedro, pois tanto uma situação quanto a outra são contingentes. Porém, se Pedro tem 1,86 m e João 1,79 m, então aqui há uma relação interna entre ambos, pois não é pensável, e nem possível (TLP 3.02), que os dois possam estar em uma relação diferente, ou seja, não é possível que João esteja em uma relação na qual ele seja mais alto do que Pedro. Dessa forma,

¹⁴ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. p. 181.

relações internas, além de serem condições para qualquer figuração possível, também fazem parte da própria estrutura lógica da figuração. Tais relações são necessárias e tornam possível a figuração, por serem as mesmas relações presentes entre fatos e estados de coisas, entre estados de coisas e seus objetos e, finalmente, entre os objetos em suas relações uns com os outros em estados de coisas (TLP 2.0123, 2.01231 e 3.24). É possível notar, portanto, uma conexão entre relações internas e aquilo que o autor afirma sobre forma lógica. É possível para a linguagem, e também para qualquer forma de figuração lógica, representar os fatos da realidade (sejam eles verdadeiros ou falsos) desde que ambos possuam a mesma forma lógica. Um exemplo relevante aparece a partir de 4.0141: uma escrita musical em uma partitura pode ser convertida na execução sonora da própria música, que por sua vez pode ser convertida em sulcos de um disco (e atualmente também pode ser convertida em dados, em um arquivo de mp3). Isso é possível porque todas essas formas de expressão musical estão em relação interna, de forma que uma possa ser a figuração da outra. No entanto, a forma de afiguração destes não pode ser descrita e nem explicada, mas pode ser apenas exibida neles (TLP 2.172).

É a combinação dos elementos da proposição, ou seja, sua forma lógica de afiguração, que reflete como um espelho, a forma lógica dos fatos. Mais especificamente reflete o modo como os elementos dos fatos se combinam. No entanto, as relações internas que tornam isso possível não podem ser descritas, pois elas são condições da própria linguagem (TLP 5.131). Falar sobre as mesmas só seria possível com outra linguagem ‘acima’ da nossa, o que também se revelaria impossível, pois qualquer linguagem que pudesse descrever a forma lógica também deveria pressupor a estrutura que deve explicar. E mesmo que isso fosse possível, incorreríamos em uma regressão ao infinito, pois qualquer linguagem que pretendesse explicá-la precisaria também se estruturar em outra forma lógica que, por sua vez, também deveria ser explicada, e assim por diante. Portanto ressaltamos aqui que, tanto as relações e propriedades internas, por espelharem a forma lógica comum entre linguagem e mundo, quanto as propriedades internas, que permitem a multiplicidade das combinações possíveis dos nomes e objetos,

não podem ser explicadas, mas simplesmente estão presentes e não podem ser negadas.

Voltaremos agora para o texto das PB: O capítulo III se refere diretamente às relações internas, tal como foram explicitadas no TLP, porém, com uma concepção mais ampla de figuração. Neste momento o autor passa a considerar também proposições na forma de expectativas, desejos, comandos, e não somente descrições de estados de coisas. Uma diferença fundamental que começa a se tornar mais importante é a utilização de objetos de medida como parte da linguagem, ou como instrumentos para a verificação das nossas expectativas ou descrições, tais como modelos de cores (PB §38), réguas (PB §40) e fitas métricas (PB §33), por exemplo¹⁵. Apesar disso, o fundamento dessa nova concepção de figuração pressupõe muitos fundamentos teóricos do TLP, apesar da negação tanto da independência das proposições elementares¹⁶, quanto da necessidade de uma forma lógica comum entre figuração e fato; ainda assim é necessário que a proposição e o evento estejam em relação interna, de forma a não ser pensável que entre eles não exista tal relação. Um ponto importante a ser lembrado nesta relação explicitada por Wittgenstein é a já citada anterioridade do sentido de uma expectativa, de modo que é possível saber qual é o evento que realiza a expectativa antes mesmo de sua realização. Ao contrário do que Russell pensava, o sentido da expressão de expectativa não é algo que emerge depois de certa reação, mas já está presente na própria expectativa (ou seja, em sua descrição) o evento que a realiza. Se a teoria de Russell fosse verdadeira, então alguém poderia ter um estado, ou um pensamento, sobre o qual não fizesse a menor ideia, de maneira que não soubesse se é uma expectativa, ou um desejo, ou uma recordação, etc. Wittgenstein afirma que é possível saber que as expectativas, proposições descritivas, desejos e quaisquer figurações estão relacionadas à realidade porque podemos saber o que esperamos, o que desejamos, do que temos medo, por exemplo (PB §35).

¹⁵ ENGELMANN, Mauro. *A Crítica a Russell: os capítulos II, III e IV das PB* in CARVALHO, M. et al. *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein*. p.101-104.

¹⁶ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Remarks*. p. 317, “Yardsticks and System of Propositions” e p. 109-111, §82.

Porém, resta ainda a pergunta: como seria possível comparar um evento que aconteceu agora com uma expectativa anterior? Se alguém espera ver uma mancha azul, como poderia saber que aquele azul é o mesmo que esperava antes (PB §28)? Wittgenstein afirma que “a descrição de uma expectativa por meio daquilo que se espera é dar uma descrição interna dela” (PB §29). Isso significa que é possível saber se determinado evento é a realização de uma expectativa quando a descrição da mesma corresponder à descrição do evento que a realiza. Wittgenstein torna esse ponto explícito na seção §30, ao afirmar que a descrição da expectativa acontece com o mesmo símbolo utilizado para descrever a sua realização. Dessa forma, se alguém tem a expectativa de que o evento descrito pela proposição ‘p’ aconteça, a expressão de sua expectativa deve necessariamente utilizar o símbolo ‘p’. Isso mostra que expectativa e evento já estão em relação interna, pois ambos são descritos da mesma forma. Segundo Wittgenstein, essa simetria no uso dos signos já mostra que nada mais é necessário nessa relação, e que a descrição da expectativa já a define, já que essa descrição não poderia ser pensável sem a descrição do evento que a realiza. Dessa forma, não é necessário qualquer outro evento. Na seção §25 o autor deixa claro também esse critério: o estado de coisas que realiza a expectativa de ‘p’ é representado pela proposição ‘p’. Portanto, é possível concluir que a expectativa é definida pelo evento que a realiza, de modo que a expectativa é sempre direcionada a algo. Isso mostra que ambas estão em relação interna, tal como o autor afirmou na seção §21c. Conforme dissemos, essa relação interna se mostra especialmente significativa no fato de que a estrutura gramatical da proposição que descreve a expectativa está em relação interna com a estrutura da proposição que descreve o evento que a realiza. Dessa forma, se alguém tem a expectativa de ‘ver uma mancha azul no tapete’, também terá a certeza da realização dessa expectativa, se puder comparar a proposição ‘vejo uma mancha azul no tapete’ com a proposição que expressa a sua expectativa ‘espero ver uma mancha azul no tapete’. A relação interna entre expectativa e evento pode ser mostrada na linguagem, pois a mesma estrutura gramatical da proposição pode ser usada para descrever tanto a expectativa quanto o evento.

Até aqui foi possível perceber o quanto ainda se mostrou fundamental a concepção de ‘relações internas’, presente no TLP, na estruturação do pensamento desenvolvido nas PB. Wittgenstein a pressupõe na sua crítica à Russell, e a partir dela corrige muitos problemas que colocavam em risco o entendimento da estrutura da gramática e de seu funcionamento. Diferente de sua concepção anterior, que pressupunha a estrutura lógica da linguagem em consonância direta com a estrutura lógica do mundo, o autor agora expõe uma concepção mais aberta acerca da relação entre linguagem e mundo, fundamentando-se na importância dos critérios de verificação e no papel da intencionalidade, também indissociável de sua nova concepção figurativa. No próximo tópico analisaremos o elemento de intenção da linguagem e sua relação com a gramática e com a figuração.

III. Um elemento de intenção na linguagem

Este tópico pretende ser ao mesmo tempo uma apresentação das características do elemento de intenção presente nas PB e uma conclusão geral deste trabalho. Ainda na seção §21 o autor afirma que, o que é essencial à intenção é a figuração daquilo que se intenta, ou seja, daquilo que se “tem em vista” (PB §21). Apesar de estarem ligadas, a intenção não é a própria figuração em si, mas ela está implícita no modo *como* se compara a figuração e o fato. E este ‘como’ é muito importante, pois chama a nossa atenção para a importância que o método de verificação de nossas expectativas, desejos e instruções adquire neste momento. O ponto principal aqui é que, da mesma forma que nas relações internas, a intenção também já está impressa no modo como se compara figuração e realidade. A importância desse modo de comparação aparece muitas vezes no texto das PB associado a tudo aquilo que o autor considera como métodos de verificação. Um exemplo se encontra na seção §27, onde ele diz que o significado de uma pergunta é o método de se verificar a sua resposta, ou seja, significa saber como verificar a realização de uma expectativa. Assim sendo, é necessário saber o que se procura (PB §28) e “dirigir a atenção” (PB §35) para aquilo que pode realizá-la, de forma a se “preparar” (PB §33) para o evento que a realiza. Segundo Wittgenstein, a intenção está implícita na maneira como alguém, por

exemplo, procura por um livro na estante, quanto se tem a expectativa de que o livro ainda esteja lá, de que não foi perdido ou emprestado, etc. Dessa forma, alguém que espera encontrar o livro ‘Dom Casmurro’, de Machado de Assis, deve se dirigir à estante, no local onde costuma guardar os livros desse autor, passando os olhos pelos livros até encontrá-lo. Em outro exemplo, se alguém procura um livro perdido, pode olhar em gavetas ou até embaixo da cama; ou se procura um livro emprestado pode se sentar e tentar se lembrar de quem o tomou emprestado, ligar para a pessoa, etc. Portanto, diferentes ações podem ser admitidas como métodos de verificação e, por isso, a intenção não pode ser a própria figuração (PB §24), mas precisa estar implícita na maneira *como* alguém procura verificar sua expectativa. Existe aqui uma grande diferença entre dirigir o olhar à uma estante para procurar um livro, ou conversar com um amigo ao telefone, para perguntar por um livro emprestado, por exemplo.

Para se entender melhor o elemento de intenção apresentado nas PB é importante retornar ao capítulo I: nele o autor começa a destacar a necessidade da sua concepção de gramática e a explicitar a estrutura da linguagem a partir das suas regras implícitas. Tais regras são arbitrárias e não é possível explicar o sentido das mesmas, pois, caso isso fosse possível, precisaríamos de outras regras que fossem pressupostas nas proposições, que explicariam o sentido das primeiras regras, e assim em uma regressão infinita (PB §4 e §7). Nesse momento do pensamento de Wittgenstein não há mais uma forma lógica da linguagem refletida na forma lógica do mundo, mas apenas a gramática, ou seja, conjuntos de regras, a partir das quais se estruturam diferentes linguagens. A tarefa da análise da linguagem aqui é “separar aquilo que é essencial daquilo que não é” na linguagem e “mostrar as engrenagens que giram em falso” (PB §1b), descrevendo e comparando “diferentes classes de linguagem” (PB §1c) e excluindo aquilo que não é essencial para se descrever o mundo. Não se trata aqui de procurar uma linguagem ideal (PB §3) ou de se procurar por uma “linguagem fenomenológica” (PB §1) como no início de 1929, mas de analisar a gramática da própria linguagem ordinária, procurando entender a sua estrutura implícita e o modo como a mesma pode ser uma figuração da realidade. Nessa gramática é possível encontrar diferentes espaços que correspondem ao modo como usamos as palavras em

diferentes situações. Como já vimos anteriormente, podemos encontrar nela o ‘espaço das cores’, o ‘espaço do som’, o ‘espaço da sensação de dor’, o espaço do ‘leve ou pesado’, ou da ‘altura’, por exemplo¹⁷. Tais espaços poderiam ser considerados como “capítulos da nossa gramática” (PB §3). As palavras possuem possibilidades de combinação em diferentes contextos gramaticais e o significado das mesmas só existe no modo como são usadas nestes mesmos contextos. Nesse momento o autor resgata sua concepção contextualista acerca da linguagem, que aparece na sentença 3.3 do TLP, na qual afirma que um nome só tem significado no contexto da proposição. Essa concepção também aparece nos parágrafos §12 e §14 das PB: palavras são como peças de um jogo de xadrez (PB §18), ou como alavancas com diferentes funções: da mesma forma que as peças só têm o seu uso no contexto do jogo e as alavancas no contexto da estrutura da máquina, as palavras também só têm significado no seu contexto segundo as regras gramaticais, em seus espaços.

A conclusão a que podemos chegar é a de que há uma intenção no modo como os sinais, ou seja, as palavras são combinadas nos seus respectivos contextos ou espaços da gramática para se obter uma proposição com sentido. O modo como as palavras são usadas permite que possamos falar de objetos, mesmo que eles não existam (PB §36), cores e sons “mesmo quando eles não estejam presentes” (PB §32), pressupondo não os “elementos do complexo” (PB §28), mas sim o uso correto das palavras em seus diferentes espaços e das proposições como figurações de estados de coisas. Se alguém deseja representar um fato qualquer sem utilizar palavras, ainda assim precisa de uma intenção. Se alguém quer mostrar que ‘João chegou em casa’ poderá utilizar, por exemplo, uma caixinha de fósforos para representar a casa e um palito para representar João, colocando o palito dentro da caixa¹⁸. Este exemplo mostra de forma clara como a figuração acontece: uma forma de intencionalidade usa um fato (a relação entre o palito e a caixinha) como fi-

¹⁷ Podemos encontrar os diferentes “espaços” gramaticais na divisão do texto das PB feita por Rhees da seguinte forma: os parágrafos §3, §7, §8, §33, §36, §38 dos capítulos I a III tratam de maneira geral desses espaços, enquanto a discussão sobre o “espaço das cores” se encontra em grande parte dos capítulos IV, VIII, IX e XXI. O capítulo V trata do tempo, o VI da dor e o VII do espaço visual. Os capítulos XX a XIX tratam da filosofia da matemática enquanto os capítulos finais (XX-XXII) voltam a tratar do espaço visual.

¹⁸ ENGELMANN, M. *Wittgenstein's Philosophical Development: phenomenology, grammar, method and the anthropological view*. p. 79.

guração de outro (João e sua casa). No caso da figuração por meio da linguagem, uma proposição, como uma expressão de expectativa, que também é um fato, é utilizada como uma figuração de outro fato (no caso, aquele que realiza a expectativa) por uma forma de intencionalidade, fazendo uso das palavras dentro de contextos específicos. Terminada essa exposição, voltamos, portanto, para a relação entre intenção e métodos de verificação.

Na seção §31 o autor volta a falar da importância da intenção e a comparar a linguagem com uma sala de controle, com várias alavancas ou mecanismos. Esse ponto é importante, pois faz mais uma vez uma crítica à filosofia de Russell, ao dizer que tal mecanismo não pode ser conhecido “somente a partir dele mesmo” (PB §31b), ou seja, a partir de seus efeitos. Nessa metáfora não é possível conhecer o que é uma expectativa pelo efeito que um evento produziu em alguém, mas sim a partir do ‘propósito’ para o qual a mesma foi construída. Dessa forma, de maneira semelhante à expectativa, uma máquina já tem uma função definida, assim como a expectativa é definida pelo evento que a realiza, ou seja, ela é sempre direcionada, expectativa ‘de algo’. A máquina em questão foi construída para algo, ou seja, com uma função específica. E da mesma forma a expectativa é sempre ‘de algo’ específico, antes mesmo de sua realização. Nesse ponto encontramos o ponto de convergência entre a intenção e as relações internas explicitadas anteriormente: o que mostra que expectativa e evento estão em relação interna é justamente o seu direcionamento, o ‘ser expectativa de algo’, e assim ser definida pelo evento, sendo verificada pelo acontecimento do mesmo, e nada mais. Tal direcionamento é encontrado também na seção §35, aonde de lê sobre a necessidade de se ‘dirigir a atenção’, ou seja, de se ‘apontar na direção de algo’, de se pressupor um determinado direcionamento que vai da expectativa para um ponto específico da realidade. Uma expectativa pode ser descrita e verificada quando se é possível descrever o evento em questão, ou seja, na possibilidade de comparar a descrição do evento com a descrição da expectativa (PB §35). Descrever o evento significa dar uma descrição da expectativa, e isso só é possível ‘olhando para o mundo’ segundo um método. A verificação aqui constitui a possibilidade de se aplicar um padrão, uma escala (*Maßstab*), ou seja, um critério ao evento esperado. Se alguém espera que alguém tenha 1,80m de altura, utilizará uma

fita métrica para verificar essa expectativa, por exemplo, e não uma balança. Mais uma vez aqui notamos a importância de uma intenção no modo como nos dirigimos ao evento para verificá-lo: expectativa e evento devem estar no mesmo espaço de possibilidades gramaticais, a saber, no “espaço da altura” (PB §33). É importante ressaltar que aqui a fita métrica ou a régua fazem parte da linguagem¹⁹, assim como a balança ou uma tabela de cores, com a qual podemos comparar determinada mancha, ainda que seja um tipo de linguagem diferente da proposição. Não há mais uma linguagem ideal na filosofia das PB, mas diferentes linguagens, ou seja, “diferentes classes de linguagem” (PB §1) funcionando ao mesmo tempo, com possibilidades de combinação e de diferentes formas de figuração (PB §24).

A intenção aqui permanece no modo de se usar sinais sonoros ou escritos para se expressar expectativas e verificá-las por meio de um método, no qual também está implícito um elemento intencional. Conforme Wittgenstein afirma no §30, podemos ter desejos e expectativas por meio de signos, de forma que estes sinais também sejam usados de modo intencional. Portanto a intenção se manifesta nas PB, tanto no modo de se usar ‘sinais escritos’ em uma folha de papel (que podem ser entendidos como fatos) para se expressar expectativas ou descrever eventos (outros fatos), quanto na maneira como se usa um método de verificação específico para se comparar a expectativa com o evento.

O sentido de uma expressão de expectativa, de um desejo ou de uma proposição descritiva está intimamente relacionado ao modo como nos dirigimos ao mundo para verificá-las. Na seção §43 o autor, mais uma vez, diz que entender o sentido de uma proposição significa ‘como’ a sua verdade ou falsidade é decidida, ou seja, como ela pode ser verificada. Os espaços de cor, de ‘claro e escuro’, ‘pesado e leve’, ‘peso’ e ‘comprimento’, por exemplo, aqui citados, fazem parte do simbolismo (PB §45), ou seja, fazem parte da linguagem. É o modo como nos direcionamos à realidade que permite saber a verdade ou falsidade de uma expectativa, desejo, etc. O seu sentido é a possibilidade de a expectativa ser verificada de tal e tal maneira. É ao se comparar uma expectativa com um evento por um determinado “padrão”

¹⁹ ENGELMANN, Mauro. *Figuração, ‘espaços e Intencionalidade’*: adaptando o *Tractatus* (PB II, III, IV) in CARVALHO. M. et al. *Fenomenologia, Análise e Gramática*: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein. p. 80.

(PB §44) que aplicamos o método de verificação, medindo com uma fita métrica, pesando com uma balança, comparando duas coisas lado a lado, procurando aproximar o ouvido para diferenciar sons, etc. Isso é especialmente evidente quando procuramos algum ponto no espaço visual. Se alguém afirma que uma estante de um metro e meio está a dois metros de distância, todas as outras possibilidades descritivas são excluídas. Todos os estados de coisas que não correspondem a essa descrição são, portanto, falsos. Esse é justamente um dos pontos que levam o autor a mudar a sua visão a respeito das proposições elementares, quando tratam de um conteúdo fenomenológico (ainda que a discussão permaneça no terreno gramatical e o sentido não deva depender de qualquer observação). Se um ponto no espaço visual é verde, ele não poderá ser vermelho, de forma que uma proposição que descreve o ponto verde exclui necessariamente a possibilidade de o mesmo ponto ser vermelho. E como estas são cores que não se combinam e são adequadamente representadas em oposição no octaedro das cores (PB §1 e §221), não há possibilidade de passar de uma para a outra. Dessa forma, o padrão a ser aplicado deve levar isso em consideração. Tal padrão deve corresponder às características do espaço no qual a expectativa acontece. Pois também não seria possível verificar uma cor no campo visual por meio do sentido do tato (PB §43). Não seria possível procurar de modo errado, neste sentido, pois a intenção já está implícita no próprio ato de procurar, ou seja, no próprio sentido de se procurar por alguma coisa. Portanto o próprio sentido da procura já exprime algo que se quer encontrar (PB §33), ou em outras palavras, o sentido da procura da expectativa, já expressa o que se pretende encontrar, ou esperar, ou desejar: o sentido de um não é diferente do sentido do outro. Como o próprio autor afirma no §46, o nome da cidade ‘Londres’ só tem significado se for possível localizá-la de alguma forma, dentro dos seus contextos específicos. É a intencionalidade implícita no uso da linguagem que encontrará a melhor forma de se chegar à Londres.

A partir de toda a análise empreendida neste trabalho é possível concluir que um elemento de intencionalidade se encontra presente no que o autor chamou de ‘elemento de intenção’ nas PB. Com o objetivo de apresentar o real funcionamento da linguagem, Wittgenstein se opõe, nessa obra, à teoria causal de expectativa e de linguagem de Russell, denunciando a sua de-

pendência de uma relação externa por meio de um terceiro evento que nada teria a ver com a relação entre pensamento e fato. Contra essa visão, Wittgenstein apresenta a dependência da linguagem de um elemento de intenção, implícito no modo como se compara figuração e fato, por meio de um método de verificação. Tal método dialoga com a concepção de gramática desenvolvida nas PB, na qual um tipo de contextualismo está presente nos diferentes espaços gramaticais (cor, altura, peso, etc), aos quais os usos das palavras estão sujeitos, e segundo os quais a verificação de uma expectativa pode ser empreendida. Para isso, nessa concepção de figuração mais ampla, objetos como régua, balanças e tabelas de cores podem ser usados como partes da linguagem. Podemos perceber que, a partir da necessidade de uma forma de intencionalidade na relação entre linguagem e mundo, delineia-se um novo rumo para a filosofia de Wittgenstein. Por meio dela, o autor procura reparar problemas encontrados no TLP, ao mesmo tempo reparando os erros de Russell na sua descrição do funcionamento da linguagem. Nota-se ainda que Wittgenstein sustenta ideias anteriores, tais como de relações internas e expõe novas ideias com base em termos anteriores, tal como o método de projeção. As PB se constituem como um trabalho de transição, mas não se resumem a apenas isso, pois apresentam uma filosofia nova, sendo um trabalho rico, de novas ideias e novos caminhos, possuindo uma relevância fundamental para o percurso filosófico do autor e para o desenvolvimento da própria Filosofia da Linguagem enquanto corrente filosófica.

Referências

CARVALHO, Marcelo, CUTER, J. V. G., ENGELMANN, M. L., PRADO NETO, B. *Fenomenologia, Análise e Gramática: comentário às Observações Filosóficas de Wittgenstein*. Vol. 1. São Paulo: Mundaréu, 2017.

CUTER, J. V. G. *Por que o Tractatus Necessita de um Sujeito Transcendental?* in *Revista Dois Pontos: subjetividade e linguagem*. v. 3. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

ENGELMANN, Mauro Luiz. *Wittgenstein's Philosophical Development: phenomenology, grammar, method and the anthropological view*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. (History of Analytic Philosophy).

MÁCHA, Jakub. *Wittgenstein on Internal and External Relations: tracing all the connections*. London: Bloomsbury, 2016. (Bloomsbury Research in Analytic Philosophy).

MELLO, Marcio R., *Intencionalidade nas Observações Filosóficas de Wittgenstein: o elemento de intenção*. 2015. 1f (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2015. Orientação: Prof^o Dr. Marcelo Silva de Carvalho.

RUSSELL, Bertrand. *The Analysis of Mind*. New York: Dover, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações Filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Philosophical Remarks*. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

_____. *Philosophische Bemerkungen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag, 2012. Werkausgabe Band 2. (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 502).

_____. *Tractatus Logico-philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2017.

_____. *Tractatus Logico-philosophicus: Tractatus Logico-philosophicus, Tagebücher 1914-1916, Philosophische Untersuchungen*. Werkausgabe Band 1. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag, 2014. (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft 501).

ANÁLISE DAS *CONSIDERAÇÕES INTEMPESTIVAS* A PARTIR
DAS CARTAS DE NIETZSCHE: INDICATIVO DE UMA
PERSPECTIVA ESTÉTICA E EDUCATIVA

Analysis of *Untimely Meditations* from Nietzsche's letters: indicative of
an aesthetic and educational perspective

Enock Silva Peixoto¹

RESUMO

Dentre os anos de 1873 e 1876 Nietzsche escreveu quatro livros que denominou como *Considerações Intempestivas: David Strauss, confessor e escritor; Da utilidade e desvantagem da história para a vida; Schopenhauer como educador e Wagner em Bayreuth*. Neles, o filósofo estabelece uma crítica a favor de uma cultura elevada, cujos clássicos da Grécia e Roma Antigas e da própria Alemanha são os meios educativos apresentados como contraponto. A adversária é a concepção gregária de cultura, vigentes século XIX, que, conforme Nietzsche, tinha os interesses utilitários do Estado como forma principal de organização da vida. Esse [o Estado] sugava todas as forças criativas, como da educação juvenil, dos interesses científicos, reduzindo todos ao jugo dos negócios. Foi o período em que a Alemanha venceu a guerra franco-prussiana e buscava se estruturar politicamente, mas, Nietzsche percebe diversas armadilhas presentes neste processo, como o perigo da cultura se tornar serva da política. Essa preocupação aparece também nas suas correspondências, escritas dentre os anos de 1850 e 1888, nelas, também observamos o pensamento como “instrumentos de combate” contra a decadência social.

Palavras-chave: Arte. Intempestividade. Educação. Cultura.

ABSTRACT

Between the years 1873 and 1876 Nietzsche wrote four books which He called *Untimely Meditations: David Strauss, the confessor and the writer; On the Uses and Disadvantages of History for Life; Schopenhauer as educator and Wagner in Bayreuth*. In them, the philosopher reestablishes a criticism in favor of a high culture, whose classics from Ancient Greece and Rome and Germany itself are the educational means presented as a counter point. The adversary is the gregarious conception of culture, in force in the 19th century, which, according to Nietzsche, had the utilitarian interests of the State as the main form of organizing life. This [the State] sucked up all creative

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: enock-peixoto@hotmail.com. ORCID: [0000-0003-4687-2018](https://orcid.org/0000-0003-4687-2018).

forces, such as youth education, scientific interests, reducing everyone to the yoke of business. It was the period when Germany won the Franco-Prussian war and sought to structure itself politically, but, Nietzsche perceives several pitfalls present in this process, such as the danger of culture becoming a servant of politics. This concern also appears in their correspondence, written between the years 1850 and 1888, in them, we also see thought as "instruments of combat" against social decay.

Keywords: Art. Untimely. Education. Culture.

1. As Considerações Intempestivas: combate a favor da cultura

O nosso recorte de pesquisa, no momento, será apenas o período dentre os anos 1869 a 1874. Salientamos que fizemos traduções em português das citações das cartas, cuja principal fonte de pesquisa foi uma tradução para o espanhol das missivas nietzschianas.² Nos deteremos a estas missivas que tratam de forma mais direta as correspondências que o filósofo abordou de forma mais intensa sobre as *Considerações intempestivas*.³ Refletiremos como estas obras figuraram como instrumentos de luta a favor de uma cultura elevada, não dominada pelos interesses institucionais e como, a partir delas, podemos pensar em uma *formação intempestiva*, impulsionada

² O presente texto é parte da tese doutoral com o título: *As correspondências de Nietzsche e a educação em Assim falou Zaratustra: um processo de educação-estética* na qual analisamos, tendo as cartas como principal fonte de pesquisa, como Nietzsche associou constantemente “escrita-vida-pensamento” na sua perspectiva filosófica. Limitaremos-nos a analisar as correspondências a seguir: NIETZSCHE, Friedrich. *Correspondencia II: abril de 1869 – dezembro de 1874. Traducción y notas a las cartas de José Manuel Romero Cuevas y Marco Parmeggiani Introducción y apéndices de Marco Parmeggiani*. Editorial Trotta, Madrid, 2007. *Elas fazem parte de uma tradução espanhola em seis volumes das correspondências do pensador alemão, publicadas pela editora Trotta. É importante também destacar que seguiremos o modo como os tradutores numeram e datam as missivas nietzscheanas nessa tradução; para não sobrecarregar o texto, utilizaremos em alguns momentos apenas os números das cartas e em outros, a datação completa.*

³ Salientamos que existem autores que traduzem este conjunto de textos como Considerações extemporâneas. Sobre o sentido dado ao termo, recomendamos o artigo de: (DENAT, 2010, p. 85-96); para a autora, *extemporâneo* tem o sentido de tomar distância do próprio tempo e dos seus valores. A interpretação de Tereza Calomeni também contribui para compreender o sentido deste termo, como estar fora do tempo e até mesmo ser contrário a ele, mesmo que nele presente: “Intempestividade precoce, desde os primeiros escritos, Nietzsche não é compreendido por seus contemporâneos que, em sua franca opinião, não são criadores ou legisladores, dado o hábito de pensar através da ótica dos valores já consagrados pela moral da metafísica e da religião cristã, dado o apreço que ainda nutrem pela verdade. A voz de Nietzsche destoa na modernidade ainda presa à valorização da educação como erudição, à necessidade de constituição da ciência como explicação da realidade, ao “excesso de sentido histórico” ou a um tipo de historiografia que, apelando sempre à memória e às ideias de evolução, progresso e finalidade e não ao esquecimento, tão favorável à felicidade humana, em nada favorece o respeito à vida e ao que, no tempo, se perfaz” (CALOMENI, 2011, sem paginação).

para o futuro, confrontando os modos de vida dominantes; concepção que perpassa por uma educação intimamente associada à arte.

Na correspondência a Carl von Gersdorff de 5 de abril de 1873, (carta 301), há um relevante destaque: o anúncio sobre a *Primeira consideração intempestiva*. O propósito inicial de Nietzsche fora escrever treze textos deste tipo que, como veremos adiante, seriam como armas combativas contra a decadência da mesma:

No entanto, talvez um dia eu consiga fazê-lo, quando tiver realizado o que tenho agora em mãos, isto é, um escrito contra o famoso escritor David Strauss. Eu li agora sua *Velha e nova fê* e fiquei estupefato pela obtusidade e vulgaridade tanto do autor como do pensador.

Em agosto de 1873, foi publicada essa primeira obra com o título *David Strauss, o confessor e o escritor*; embora o filósofo tenha elaborado outras no mesmo período, *As Intempestivas* ganham destaque nas cartas e, por isso, abordaremos algumas das reflexões da fase em que estavam sendo gestadas, pois diversos temas revelados nelas fortalecem a nossa tese de que existe a constituição de uma educação pela arte na filosofia nietzschiana.

As reflexões presentes nas *Intempestivas* estiveram no contexto da luta pela cultura, em contestar uma sociedade que ele denominara como semibárbara, por não motivar modelos *sui generis* de vida. A cultura deveria motivar o impulso para provocar e manifestar a força mais expressiva em um povo, sem copiar outra cultura, como Nietzsche acusava ocorrer com a Alemanha em relação à França. Além disso, elevação cultural, de forma alguma, estava envolta em atrelar a formação dos jovens aos interesses utilitários do Estado, mas em constituir uma sociedade em que a cultura não figurasse como serva estatal. Para Safranski, comentando as três forças do existir que o historiador Jacob Burckhardt definiu como: o Estado, religião e cultura, acena que para Nietzsche a mais importante era a cultura: “Por ela tudo deve acontecer. Ela é o objetivo superior, e onde pensa ver uma subordinação da cultura aos objetivos do Estado ou da economia, ele fica indignado” (SAFRANSKI, 2001, p. 61). Burckhardt foi um dos personagens importantes para a construção da *Segunda Consideração Intempestiva*, a sua concepção de história está presente de forma clara na visão histórica de Ni-

etzsche e na sua luta a favor da cultura. A história deveria existir para criar indivíduos que se tornam exceções e este é:

aquele sem o qual o mundo nos pareceria incompleto, porque determinadas grandes ações só podiam ser concretizadas por ele, em sua própria época e ambiente, sendo inconcebível sem ele. O grande homem está fundamentalmente ligado ao grande fluxo central-das causas e efeitos. Há um provérbio que diz: “nenhum ser humano é indispensável”, mas justamente os poucos que os são, são grandes homens (BURCKHARDT, 1961, p. 214-215).

Uma força extraordinária, não transcendente, é o que deveria marcar os grandes personagens históricos, a ponto de estes serem como “obras de arte”, a saber, tão originais que não poderiam ser copiados, revividos, mas exatamente por isto, seriam um horizonte, um norte capazes de impulsionar novos criadores. O historiador classifica tais *grandes homens* como *filósofos* e eles são potencialmente os poetas, os artistas e os cientistas. São capazes de recriar o mundo, de inventar modos de vida, de desafiar a perenidade da história, mas essa potencialidade não se restringe a eles, pois eles devem: “ser incluídos na categoria de filósofos todos aqueles que veem a vida de maneira tão objetiva que parecem pairar acima dela, documentando essa sua *Weltanschauung* transcendente em observações formuladas sobre os mais diversos assuntos” (BURCKHARDT, 1961, p. 218).

Nietzsche contrasta o excesso de sentimento histórico presente em nossa cultura, com uma clara crítica à concepção hegeliana de história, para quem esta é a efetivação do *Espírito Absoluto* no mundo; tanto para Nietzsche, quanto para Burckhardt ela não tem sentido preciso, objetivo, não se trata de uma efetivação da *Razão* na história; a história não tem significado prévio. Neste caso, resta ao homem elaborar modos de existir, apesar da perenidade e inconstância dele. Conforme comenta Luiz Costa Lima, sobre a filosofia da história de Burckhardt: “Em vez de ser isso ou aquilo, a História é a residência de um animal contraditório, capaz de atrocidades, de promover e de suportar dores incríveis e de criação” (LIMA, 2003, p. 14). Atrelar educação a uma aglomeração desordenada e indistinta dos comportamentos sem uma “unidade no estilo”⁴ seria um dano cultural

⁴ Na primeira *Intempestiva*, Nietzsche define cultura como “a unidade de estilo artístico em todas as manifestações de um povo” (NIETZSCHE, 1932, p. 6).

pérfido. O filósofo questionava o predomínio de uma educação que anula o que é genuíno tanto em uma coletividade, como nos indivíduos, para ele quem promove a cultura de um povo “deve aspirar a promover esta unidade suprema e trabalhar conjuntamente na aniquilação deste modelo moderno de formação” (NIETZSCHE, 2003, p. 43). A formação de um estilo que o filósofo apregoava como tão fundamental na vida individual, era também uma exigência comum. A sociedade precisa ter identidade, feição própria, singularidade para ser forte; atingir esta meta, ao mesmo tempo particular e social era um dos esforços que o filósofo naquele período assumia como uma tarefa.

Junto com o seu trabalho intelectual, situações alegres e dolorosas o impulsionavam; a missiva 315 contém um comentário sobre o que Nietzsche denomina como “qualidade dos Nietzsche”. Ele escreve à sua mãe Francisca, por ocasião do falecimento da tia Friederike Daechsel; após uma análise sobre o sentimento constante de solidão que a morte causa, observa:

[...] Eu gosto muito de pensar na tia Riekchen, [...] que até uma idade avançada mantinha uma natureza única e encontrou apoio em si mesma para depender o mínimo possível do exterior e da benevolência incerta dos homens: gosto disso, porque nisto encontro a qualidade da raça daqueles que se chamam Nietzsche, qualidade que também tenho. É por isso que a querida tia foi sempre afetuosamente disposta comigo, porque estávamos relacionados em uma coisa essencial, isto é, na essência dos Nietzsche. E assim eu honro a memória dela, desejando com todo meu coração, se chegar envelhecer, que eu não me separe de mim mesmo, isto é, do espírito de meus pais [...].

A tia e outros parentes falecidos serviram de exemplo para o filósofo. Foram pessoas que se esforçaram durante a vida para manter a autonomia, *depende o menos possível do mundo externo e da benevolência humana*, avança isto. O filósofo sentia a postura propositiva da tia em relação a ele, possivelmente por perceber a sua vida austera, “que buscava apoio em si mesmo” algo que ela valorizava. Ele salienta a força dos Nietzsche. Notemos que a valorização de uma vida na qual a singularidade, a autonomia, a liberdade são enaltecidas, não fora um aprendizado apenas nas instituições escolares, com os filósofos, os artistas. Mas foi também, “dentro de casa”; ele teve exemplos consanguíneos de experiências próximas daquilo

que denominava como exemplo de educação, a saber, estabelecer um peculiar trajeto existencial.

A Carl Fuchs em 30 setembro de 1873 (carta 317), Nietzsche alude ao seu problema de visão, pois as cartas estavam sendo escritas por outra pessoa. Mas o conteúdo essencial delamesma é a demonstração do seu domínio sobre teoria musical. O filósofo discorda do interlocutor sobre a interpretação da música: “Noite de julho”.

[...] De fato, sobre “Noite de Julho” não estou totalmente de acordo, e minha perplexidade tem a ver exatamente com a sua parte central: o “adágio com sentimento”. Se o compositor quer nos dar a impressão de que o cantor de noite de julho está recordando alguma felicidade interior, ele não precisa necessariamente expressá-lo com uma melodia que soa como uma lembrança, mas apenas lembrando, precisamente, melodias íntimas e alegres. O mesmo vale, creio eu, para a melodia de resignação na última página. Inclusive, estou inclinado a acreditar que a composição em seu conjunto, em vez de ter sido “sentida” antes, como deve ser com qualquer boa peça, só foi sentida “depois”.

Salientemos a observação do final do fragmento de carta selecionado que é o aceno ao entendimento de que toda boa peça precisa ser antes sentida e só depois construída e executada. Essa visão suscita a interpretação de que uma composição harmoniosa nasce da vida, dos sentimentos e emoções bons ou ruins que a existência nos apresenta, ou seja, primeiro precisa ser vivida e depois pensada, o aspecto informal da composição se antepõe ao seu aspecto formal. Entendemos que somos autorizados a fazer esta observação considerando a relação de Nietzsche com as suas próprias composições. Ele sempre acena para algo vital que possibilitara o seu surgimento, além disso, nas obras publicadas, como em *O nascimento da tragédia* há clara alusão a esta valorização da vida sobre a formalidade da composição. Ao comentar em uma resenha à obra, Erwin Rohde, escrevendo como a tragédia nascera, para Nietzsche, no espírito da música, fortalece esta concepção:

Em uma luta aterradora, a música dá à luz o mito, uma imagem analógica das forças universais onipotentes. O conhecimento conceitual jamais possibilitará que se acompanhe a ação das forças por meio das quais a potência universal, que se encontra fora do tempo e do espaço, vem a se manifestar na obra do artista, tornando-se reconhecível primeiro na forma do tempo, e depois erigindo a partir

da música a imagem analógica que se move simultaneamente no tempo e no espaço. Quem fosse capaz de entender esse processo teria resolvido o enigma do mundo (ROHDE, 2005, p. 37-38).

Esta interpretação, elogiada por Nietzsche e recusada pela revista à qual foi enviada, aponta para a contiguidade entre vida e arte. Noção que a lógica seria incapaz de dar conta como do segredo inerente ao processo do real, que só pode ser manifesto, se tornando uma linguagem interpretável, pelo menos parcialmente, através da arte. Na continuidade da missiva em questão, além do aspecto técnico que ele aponta, demonstra claramente o seu descontentamento com a utilização mercadológica da arte, no caso específico, da música:

Mas neste trabalho precisamente, mais obrigatório que necessário, revela-se também um grande talento ilustrativo, e refiro-me sobretudo à primeira página. Muito mais autônoma e mais vívida, encontro a *Viagem noturna*, cuja introdução e parte central são realmente magistrais. A melodia principal que começa na página 4, no entanto, não me parece muito boa, embora eu acredite que descubra aqui, como em geral ao longo da composição, uma orquestração encantadora. - Agora, a questão número dois: “Dr. Fuchs, o sintomático”! Durante o verão, tive tempo de refletir sobre os músicos escritores, e justo com vistas a um semanário dedicado à música. Um semanário desse tipo é dirigido, como sabemos, quase exclusivamente para leitores músicos; e os interesses destes, que determinam a natureza da revista, não são, graças a Deus, literários quase em vão, e ainda mais, na medida em que pedem um semanário, são exclusivamente interesses comerciais. Um procura por uma posição, outro procura alguém para tocar sua música: este, por sorte, ainda é o sentido ingênuo de uma revista de música desse tipo.

Nietzsche estava ciente que a música poderia ser utilizada como mercadoria, mas ele acena a palavra *exclusivamente*, certamente atentando para o perigo de a arte perder a sua característica principal e se tornar um negócio como outro. Ela, conforme comenta Guervós, deveria existir como um meio de educar manifesto em sua capacidade de estar plenamente em si mesma: “aprender a pensar e a pensar e ouvir o silêncio musical deixando que as coisas sejam por si mesmas em seu silêncio” (GUERVÓS, 2004, p. 457). Ao invés de proporcionar a função de educar o ser humano para a singularidade viria a se tornar algo que massifica, iguala, nivela os comportamentos. Como é a tendência da maioria dos produtos que tem como objetivo principal a negociação, trata-se do perigo da música perder a sua “essência”. Algo que ocorreu posteriormente em grande escala. A carta 324 a Carl von

Gersdorff merece destaque porque Nietzsche revela nela a publicação da segunda edição de *O nascimento da tragédia* que seria lançada em janeiro daquele ano. Também anuncia que a *Primeira intempestiva* chegara ao público, acena também para a segunda edição desta e manifesta que a segunda já tinha o manuscrito pedido pelo editor Fritzsche. Além desses dados editoriais, a carta mostra que o incômodo com as obras do filósofo ganhara intensidade.

Os cadernos verdes do *Grenzboten* publicaram recentemente um *non plus ultra* com o título “Sr. Friedrich Nietzsche e a cultura alemã”. Apela a todos os poderes, polícia, tribunais, colegas, afirma-se expressamente que em todas as universidades alemãs a minha reputação é péssima, e é desejável que mais cedo ou mais tarde ocorra o mesmo em Basileia. É relatado que, graças à habilidade de Ritschl e à estupidez do povo de Basileia, como estudante eu teria me tornado um professor numerário, etc. Insultou Basileia, chamando-a de “universidade provincial”, eu próprio fui denunciado como inimigo do Estado alemão, associado à Internacional etc. Em suma, um documento altamente recomendado por sua comicidade. Que pena que eu não posso enviar para você. Fritzsche também é atacado: é considerado um escândalo que um editor alemão me tenha aceitado. Portanto, queridíssimo amigo, nossa primeira *Intempestiva* “encontrou o favor do público” [...].

O filósofo alemão alude à sua posição quando passava por muitas críticas, assim como comenta a situação do amigo, que não fora aceito como professor universitário com a justificativa de ser muito jovem. Diante de tantas barreiras, apresenta-se o desespero ou a esperança como alternativas, ele assume a última como escolha. A correspondência 342 a Carl Fuchs mostra que as circunstâncias encaminham Nietzsche ao distanciamento da função acadêmica. Além de demonstrar que queria uma vida mais livre, como destacamos, mesmo antes de começar a trabalhar na atividade formal docente, ele indicava os limites dessa função, entretanto, parece possível considerar que o filósofo fora precocemente empurrado para o ostracismo acadêmico:

[...] A verdadeira solidão reside em uma grande obra. O ensino ou vida acadêmica - eles não representam nada, ou pouco mais que o marco externo de nossa existência. Refugiar-se nela é algo que - Overbeck e eu - já não entendemos bem, já que muitas vezes temos pensado o contrário, na fuga até a completa liberdade de qualquer obrigação para continuar a viver com absoluta liberdade de pensamento em um rincão qualquer da terra, ainda que seja em condições modestíssimas. E por essa razão, dificilmente podemos

ser bons conselheiros para você. Para Basileia, para o resto, ninguém poderia garantir nada para você. Nós não temos nenhuma cátedra de música, e nós não poderemos obtê-la porque nesta cidade pouco musical você dificilmente poderia encontrar mais do que dois estudantes. As cátedras pagas da filosofia são completamente inacessíveis para um seguidor de Schopenhauer, como nos força a concluir alguma experiência muito significativa: em geral, há pouca inclinação em favorecer de alguma forma esta “tendência” [...].

Mais uma vez aparece a queixa por Basileia não ser um lugar musical e a dificuldade de seguidores de Schopenhauer conseguirem espaço de trabalho. A arte e a filosofia moviam os interesses de Nietzsche. Além disso, a possibilidade de viver com “absoluta liberdade de pensamento”, que, possivelmente, poderia ajudar a emergir uma grande obra advinda de uma verdadeira solidão. O filósofo não pretendia se refugiar na vida acadêmica e esta afirmação vem após acentuar o desejo de liberdade, ficando claro que não eram apenas as dificuldades externas que o distanciaram da função docente e nem uma preguiça ou desdém pelo trabalho; mas o anseio por um modelo de vida *sui generis*.

É importante lembrar que a saúde de Nietzsche era frágil, sendo os momentos de estabilidade a exceção; nas cartas deste período ele relatara dados sobre a sua debilidade em vários momentos, como a constante dor de cabeça; mas a carta 354, à sua mãe, mostra que naquele período, especificamente, estava bem. O seu sofrimento era outro, aquele oriundo das dificuldades que passava na convivência social; admite que sofria demasiadamente e acrescenta: “[...] e posso ser feliz se estiver fisicamente doente, porque então eu penso que poderia ser ajudado: algo que agora, sem ter a doença como um pretexto, eu considero impossível de qualquer maneira.” O itinerário imediato da carta revela o que Nietzsche considerava o seu caminho: “[...] cada um deve seguir o seu próprio caminho: eu desafogo jogando minhas imprecações no papel impresso, e agora eu quero retomar o trabalho para o número 3 de minhas *Intempestivas* [...].”

Pode-se considerar que o filósofo está utilizando o termo caminho de forma genérica, ou seja, todo ser humano deve seguir as suas perspectivas, sem elas terem ressonância necessária em sua forma de viver, mas ele tinha um decurso claro: desafogava com o trabalho da escrita e todas as atividades que a envolvem: leitura, pesquisa... Atuar na elaboração de seus li-

vros, este era o caminho, tinha um cunho particular, o senso de que escrever funcionava como uma tarefa, mas certamente, tinha também a intenção de repensar o modo de vida dominante na cultura ocidental.

2. A luta pela cultural

Diante de muitas informações ruins, Nietzsche recebera a boa notícia de que o professor Plüss pronunciara em Pforta uma conferência sobre *O nascimento da tragédia* e sobre a *Primeira intempestiva*, acontecimento que o entusiasmou foi narrado na carta 356 a Carl von Gersdorff de 1 de abril de 1874 e em outras seguintes. Na mesma, o filósofo contesta o modo como o amigo compreende a sua capacidade criativa:

[...] Eu realmente acredito que um dia eu vou te desapontar um pouco, e eu quero começar a fazê-lo imediatamente, confessando que, pelo que me conheço, eu não mereço em absoluto os seus elogios. Se você soubesse que opinião eu tenho no fundo de mim mesmo como ser criativo, com quanto abatimento e melancolia eu penso sobre tudo isso! Não procuro nada mais do que um pouco de liberdade, um pouco do ar autêntico da vida, e eu me oponho e me revolto contra todas as inumeráveis escravidões que me afogam. Mas não se pode falar em absoluto de uma autêntica criação, embora ainda seja tão escravizado, tão pouco livre do sofrimento e do sentimento opressivo de ser aprisionado em si mesmo. Eu vou conseguir? Dúvidas sobre dúvidas. O objetivo está demasiado longe, e quando finalmente o alcançamos, quase sempre esgotamos nossas forças na longa busca e luta: a pessoa chega à liberdade e se esgota, como uma mosca fugaz à noite. Isso me assusta muito. É uma infelicidade chegar tão cedo a tal consciência da luta em si!

Possivelmente, Gersdorff elogiara a sua capacidade de gozar de um “autêntico criar”, mas, sustenta Nietzsche, ele buscava apenas um pouco de liberdade, diante de todas as escravidões que a vida oferecia. É possível que aquele sofrer não estivesse associado somente às suas dificuldades, mas também à própria compreensão da vida como dor, assim como um schoepenhauereano interpretaria. O *buscar e lutar* frustra porque quando se adquire a liberdade, as forças já estão comprometidas. Alcançar a consciência dessa luta é uma desgraça. Embora Nietzsche conteste o seu ato criador e se considere frágil diante da avassaladora verdade de que a realidade é medonha, ele fora um criador e colocara exatamente no ato criativo a possibilidade de superação do sofrimento.

Nietzsche escreve a carta 360 a Carl Fuchs em 28 de abril de 1874 que é valiosa para a hipótese em análise; nela indica certos caminhos que trilhava para a constituição de si mesmo e não há como negar que o seu “instrumento de combate” era a luta pela cultura elevada do seu povo. Ao escrever a uma revista que Wagner tentara fundar sustenta: “[...] Mais tarde, depois, daqui a alguns anos, pensaremos em fundar uma arena pública para o nosso tipo de ‘luta cultural’ (realmente uma maldita expressão) - mais tarde, quando tivermos alguma assinatura a mais e não mais sejamos tão terrivelmente poucos quanto agora.” A luta cultural está associada ao conhecimento. A luta contra a mediocridade do momento presente e por uma convivência social que supera a postura gregária dos comportamentos dando ênfase à singularidade. Nietzsche apresenta as suas armas para o embate naquele momento:

Até lá, cada um de nós tem que lutar sozinho com todas as suas forças: com as minhas treze Intempestivas, que estou publicando uma após a outra, eu forjei uma boa arma, com a qual golpeio a cabeça das pessoas até que saia algo. Eu gostaria que você fizesse o mesmo e se liberasse por este meio de todo o negativo, controverso e carregado de ódio que está em sua natureza, para então encontrar a paz e não mais ter nada que possa “induzi-lo a se contradizer”. Conto com isso e me consolo pensando no tempo em que todo o combater, gemer e gritar será liquidado; mas, enquanto isso, devemos continuar “combatendo vigorosamente”, como dissera algum velho marquês de Brandenburgo na época da Reforma.

O filósofo pretendia escrever treze intempestivas que na realidade foram quatro. Eram investidas virulentas, não para atingir como lanças ou bombas os corpos alheios e eliminá-los ou torná-los amedrontados, e por isso, submissos, mas elas deveriam golpear as inteligências, as cabeças, até *que saísse algo*. Trata-se de uma arma que levaria à reflexão, ao questionamento, ao pensamento, à elevação do senso comum e crítica ao momento vigente e a uma experiência civilizatória decadente. A continuidade da carta acentua o tom combativo pelo qual ele, diferente de carta anterior na qual admite não ser livre, não ser criador, deseja encontrar um caminho, ou, pelo menos, sentir por intermédio de onde poderia exercer certo grau dessa liberdade:

Porque no fundo todos sofremos intensamente e só suportamos a dor precisamente no combate mais assíduo, espada na mão. E como não queremos nada para nós mesmos, podemos nos lançar na luta mais sangrenta com uma consciência calma e serena, gritando uns aos outros: “Só o soldado é um homem livre” [...] ele quer permanecer sendo ou se tornar um homem livre, não tem outra escolha: deve continuar “avançando e combatendo vigorosamente”. E assim, que continue bem e seja valente, como companheiro de armas, na guerra e na vitória [...].

Nietzsche utiliza a linguagem militar para expressar a busca por uma cultura elevada como instrumentode guerra, mas quem são os adversários? Trata-se da falsa cultura, da falta de autodeterminação, na inação e ausência de constituição de si mesmo, de construção do próprio caráter. A coragem de dizer não a um mundo que oprime, que regula e obriga a oferecer a própria força favorecendo algo que não somose nem é do nosso interesse. Neste processo de luta, ele continua o seu labor. Nietzsche escreveu a Carl von Gersdorff conforme atesta a missiva 361 de 8 de maio de 1874 que já concluíra a *Terceira intempestivae* o trabalho de publicação em breve começaria. O título provisório fora “Schopenhauer entre os alemães”, o definitivo trata de *Schopenhauer como educador*. Apresenta depois a elaboração de outro trabalho o “hino à amizade”, considera como a sua melhor obra musical até o momento. A correspondência 362, para Emma Guerrieri-Gonzaga de 10 de maio de 1874 está entre aquelas que tornam inequívoca a preocupação de Nietzsche com a educação. Essa é uma das mais sérias e relevantes tarefas da humanidade, por isso ele destaca:

Parece-me que você considera que uma transformação profunda da educação dos povos é a coisa mais importante do mundo - e, claro, você não estará esperando minha aprovação! Eu também não conheço um objetivo maior para mim mesmo do que tornar-me um dia “educador” em sentido grande: só que estou longe desse objetivo. Enquanto isso tenho que tirar tudo o que há de controvérsia, negação, ódio, tormento; e parece que todos nós temos que fazer isso para nos libertar: antes, temos que fazer toda a soma terrível de tudo o que evitamos, tememos e odiamos, mas, em seguida, uma vez que tenhamos concluído esta operação, não devemos dar nenhum olhar para trás, em direção à negatividade e esterilidade! Devemos nos limitar a plantar, construir e criar! É verdade que isso significaria “educar a si mesmo”! Mas quem o consegue bem e com continuidade! E, no entanto, é necessário, e não há outro modo de ajudar-se [...].

Nietzsche coloca lado a lado os verbos desejar e esperar. Mas isto sugere que tanto o desejo quanto a espera não estão isentos de ação e de responsabilidade. Na carta da amiga, ela salienta a transformação da educação como a tarefa mais elevada; o autor das *Intempestivas* orienta para a educação de si mesmo. Esta é, para o filósofo, o papel fundamental do ato de educar. A meta mais alta para Nietzsche era se tornar educador, mas salienta, *em sentido amplo*. Para entendermos este sentido amplo, basta que observemos as críticas de Nietzsche aos estabelecimentos de ensino de sua época e aqueles que ele considerava como mestres: os gregos arcaicos, Wagner, Schopenhauer, logo, o modelo de educador que ele visava ultrapassava o mestre escolar, embora este também pudesse exercer este papel. Ele se considera distante dessa meta e indica que sacar de si o ódio, a polêmica, a negação o tormento, seria o percurso necessário para ser livre, a meta deveria ser “plantar, construir e criar” o que significa “educar a si mesmo”, *o único modo de ajudar-se*. Vejamos: a carta começou com um louvor ao esperar e desejar, que associamos à ação, à busca e o educar a si mesmo que o filósofo elabora parece estar neste esforço de estabelecer um ambiente de positividade; é possível que as experiências vividas naquele momento tenham gerado essas reflexões.

Ele devia estar envolto em sentimentos bastante negativos contra amigos, desafetos, a sua nação, a universidade, as várias circunstâncias que atingiam negativamente a sua vida. Esaber ultrapassar isto, conseguir viver em harmonia consigo, apesar das situações externas totalmente adversas era um desafio. A tarefa de educar a si mesmo se tornara uma necessidade vital. Oárduo e indispensável valorem saber colocar tanto o negativo como o positivo na balança da existência e vivê-los com harmonia foi uma exigência incessante.

A carta 364 a Erwin Rohde de aproximadamente 14 de maio de 1874 começa enfatizando os antídotos para a melancolia que o interlocutor antes citado lhe propusera. Os amigos estavam preocupados com Nietzsche, por este demonstrar certa soturnidade em suas missivas; ele admite este sentimento:

algumas vezes me deixo levar por lamentos terríveis e estou sempre ciente de uma terrível melancolia para o meu destino e apesar de ser muito calmo; mas como não há nada que possa ser mudado, eu levo as coisas alegremente, procuro os elementos que universalizam minha miséria e recuso qualquer personalismo.

Mas o filósofo mantém de pé os seus projetos:

Para o resto, continuo fervorosamente fazendo projetos para me tornar completamente autônomo, e tendo abandonado todo relacionamento oficial com o Estado e a universidade, retirar-me para uma vida privada sem vergonha de ser individualista, miserável e simples, como queres, mas digna. Por enquanto, escolhi *Rothenburg Del Tauber* como uma fortaleza pessoal e solitária; no verão eu irei visitá-la. Ali pelo menos tudo segue a velha maneira alemã, odeio cidades feitas de elementos mistos, sem caráter, que não são mais algo inteiro. Além disso, a vida não deve ser cara. Espero que seja um lugar onde se possa ainda pensar a fundo as próprias ideias, fazer projetos por décadas e depois realizá-los [...].

O projeto de deixar a profissão docente e viver uma vida mais reclusa e livre ganhava corpo; indica *Rothenburg Del Tauber* como possível morada e acena para um aspecto importante, a falta de unidade no estilo das cidades alemãs, que segundo ele, não tinham “algo inteiro” devido aos seus aspectos demasiadamente híbridos. Um lugar, no qual se pudessem fazer projetos duradouros, era essencial. Para Nietzsche, o ambiente precisava ter *caráter*, que pode significar, a cidade precisaria ter uma dimensão estética que favorecesse a criação; o ambiente surge na reflexão de Nietzsche como aspecto fulcral na constituição de ideias e criações. Na carta 365 a Richard Wagner em 20 de maio de 1874, Nietzsche, já em um clima de tensão que se estabeleceu entre ambos, celebra a vida do mestre e faz uma associação direta entre ambiente-espaco-tempo e a criatividade, uma vez mais:

Muito venerado mestre: [...] faz cinco anos desde o sábado de pentecostes quando estive pela primeira vez diante de você em Tribstchen. É o que é chamado de um lustro. E assim, nesta ocasião, quero usar seu aniversário para inventar uma nova maneira de contar o tempo, em lustro; os romanos os associavam a grandes sacrifícios de purificação e os celebravam como um verdadeiro festival de primavera. E assim devo celebrar também, como uma verdadeira festa de purificação e da juventude; porque para mim desde aquele maio de cinco anos atrás é como se eu realmente tivesse me tornado mais jovem e mais livre. Para o resto, as pessoas dizem que quanto mais anos se passam, melhor eu fico, pareço mais saudável e mais sereno e, em geral, pareço mais jovem. É uma sorte incomparável para quem anda cambaleando e tropeçando através de trilhas escuras e desconhecidas, encontrar alguém para conduzir lentamente em direção à luz, como você fez comigo; e por essa razão só tenho que estimá-lo como a um pai.

O encontro com Wagner e o ambiente de Tribschen se tornou um novo nascimento; um nascimento para uma educação pela arte que trouxe luz para a sua vida. Foi um encontro que o rejuvenesceu fisicamente, e chega simbolicamente a remeter a uma contagem mais lenta do tempo. O filósofo lembra a celebração em quinquênio dos romanos, uma festa que comemorava a primavera, ou seja, tinha como pano de fundo a transformação da natureza relacionada às mutações do real. Mas o filósofo se sentia revitalizado, e externamente, era assim percebido. Ele que, cambaleava, possivelmente uma alusão à sua vida errante enquanto pensador, mas certamente, quanto às suas limitações físicas e visuais também. O encontro com a arte wagneriana figurou como um norte, uma luz. Eis que a “escola de arte” do músico, moldou, deu um ritmo e horizonte de vida, foi fonte de formação humana.

Malwida von Meysenbug em 25 de outubro de 1874 recebe uma missiva do filósofo (carta 398), onde testemunha que a vida de Nietzsche, embora não seja possível se falar em um *alter ego*, estava presente em seus textos, se referindo à *Terceira intempestiva* afirma: “O conteúdo deste último escrito lhe permitirá intuir várias coisas sobre as experiências que vivi durante este período. Apesar de que durante este ano minha situação foi às vezes muito pior e mais preocupante do que o que se pode ler neste livro.” O filósofo ao mesmo tempo em que admite que suas experiências mais singulares vividas naquele período ressoavam no livro, destaca certo distanciamento. A obra não era uma biografia, uma descrição dos seus próprios sentimentos, pois visava gerar informação, conhecimento, reflexão, algo próprio das obras filosóficas, entretanto, estava unida às vivências do seu autor, mesmo assim, ela não era capaz de mostrar a situação mais intensa que ele vivia. Como relatou em várias cartas nesse período, o filósofo indicava viver um momento sombrio:

Mas de qualquer modo as coisas seguem, seguem adiante, só há uma coisa que me falta muito, e é o aspecto solar da vida; se não fosse por isso eu teria que realmente dizer que não posso estar melhor do que estou. Pois é uma verdadeira sorte proceder no mesmo ritmo da própria tarefa - e agora terminei a três, das treze Considerações, e a quarta já está em minha mente [...]. Não pretendo muito sobre a vida, nem nada de extremo. Por outro lado, nos próximos anos, todos saberemos algo para que gerações passadas e futuras

possam nos invejar. Eu também tive o dom, completamente imerecido, de magníficos amigos. Agora, falando em confiança, também desejo uma boa esposa, após a qual considerarei os desejos da minha vida satisfeitos. - Todo o resto depende de mim [...].

Ele tratava como tarefa os seus escritos, sua produção de pensamento, o analisar a cultura e oferecer certa perspectiva para ela. Nietzsche, como ocorre em várias cartas, destaca a intenção de se casar como algo que complementaria os seus desejos. Foram vários projetos de matrimônio que nunca se realizaram. Observemos nesta situação, uma das buscas de um aspecto solar como determinante para tornar a sua existência mais vibrante. Ele tivera a sorte de conseguir, naquele momento, adequar vida e tarefa. Mas, ainda havia certa dualidade no pensamento de Nietzsche, no entanto, mais tarde se tornará afirmativo e sustentará que o solar é primordial, mas o sombrio também o é. Trata-se do Nietzsche que vive a “metafísica de artista”⁵, ao mesmo tempo vai passando por transmutações que o levarão à sustentação irrestrita de uma vida movida pela dimensão estética e educativa; ou seja, que mesmo na luz, como na sombra busca forças para criar a si mesmo.

Eram as treze intempestivas que o moviam e era anunciada na mesma missiva supracitada, o surgimento da quarta delas. Nietzsche trabalhou em torno deste quarto livro cujo título seria: “Nós filólogos”; mas o projeto não foi terminado, tendo se tornado a *Quarta intempestiva*, o livro *Richard Wagner em Bayreuth* de 1876. A correspondência a Carl von Gersdorff em 21 de julho de 1876 Nietzsche indica que Wagner legitimou o seu livro e se mostrou admirado como o amigo o conhecia tão profundamente. Considerou como um livro extraordinário. O teatro de Bayreuth era algo que tinha

⁵ Vários comentadores da filosofia de Nietzsche entendem que ela passa pela seguinte periodização: *Metafísica de artista: O nascimento da tragédia* e os textos preparatórios até as *Considerações intempestivas* e os *Fragmentos póstumos* do período, entre (1872-1877); trata-se do período de juventude, quando Nietzsche esteve influenciado além de outros pensadores, literatos e artistas, pela filosofia de Schopenhauer e pela música de Wagner. O período intermediário estaria entre *Humano, demasiado humano* e *A gaia ciência* (1878-1882), fase crítica de Nietzsche, à arte, a metafísica, ao conhecimento, aos artistas e finalmente, o período da *maturidade*, ocorrido a partir *Assim falou Zaratustra* até a última obra publicada *Ecce Homo* (1883-1888), neste momento, o filósofo teria elaborado os seus conceitos e concepções mais originais: como a de *morte de Deus*, *niilismo*, *amor fati*, *super-homem*, *vontade de potência*, *eterno retorno* e *transvaloração de todos os valores*. Sobre este tema da periodização da filosofia de Nietzsche, sugerimos a leitura do artigo do professor José Nicolau Julião: *O Assim falou Zaratustra* como obra capital de Nietzsche, em *Leituras de Zaratustra*. DIAS, R, VANDERLEI, S, BARROS, T. et.al. (Org.). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, além das perspectivas de autores que defendem a divisão acima reunida, o comentador destaca outras visões importantes como Nehamas e Heidegger que partem de outras perspectivas.

uma conotação não apenas artística, mas educativa e política também. Nietzsche acreditou que ele revolucionaria a arte, pois figurava como um modo de reviver a dimensão trágica da vida dos gregos arcaicos. O expectador, assim como na dramaturgia grega, era participante ativo da peça, se envolvia com ela e, desse modo, aquele teatro poderia ser um foco de transformação e produção de uma cultura elevada. Nietzsche considerou que se tratava não de uma nova arte, aquele ambiente de Bayreuth, mas, tratava-se da arte mesma (Cf. NIETZSCHE, 2009). Foi neste contexto que o embate através das *Intempestivas* mostrou como artilharia utilizada para enfrentar uma sociedade decadente visando o emergir de uma cultura vigorosa, criativa, inovadora.

Vimos que as cartas, no período da escrita e publicação das *Intempestivas* tratam de diversos eventos ocorridos na vida de Nietzsche: o seu contato com a arte, sobretudo a musical; o embate com função docente; a preocupação com o estilo na escrita; dentre outros aspectos. Elas revelam uma concepção estética e educativa, mas, não está atrelada, somente, aos parâmetros da formação institucionalizada, trata de algo que a extrapola, busca a constituição de um modo específico e singular de se colocar na existência. Um particular processo educativo de Nietzsche contribuiu para ele avaliar a formação coletiva e a imperiosidade de se pensar para além de um tempo desgastado e precário; por isso, a necessidade de uma postura intempestiva, voltada para o porvir, capaz de dar forma artística à existência, quando impulsiona à criação e a questionar o presente não apenas como contestação, mas provocando a invenção de novos mundos possíveis.

Referências

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a história*. Tradução de Leo Gilson Ribeiro, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____. *Cartas*. Seleção e edição de Alexandre Dru. Tradução de Renato Rezende, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

CALOMENI, Tereza Cristina Barreto. *Intempestividade e Trágico em Nietzsche*. Revista: O Percevejo. Programa de pós em Artes cênicas - UNIRIO. Volume 03 - Número 02—agosto-dezembro, 2011.

DENAT, Céline. A filosofia e o valor da história em Nietzsche. Uma apresentação das Considerações Extemporâneas. Cadernos Nietzsche, n. 26, p. 85- 96, 2010

GUERVÓS, L. E. de Santiago. *Arte y Poder. Aproximación a la estética de Nietzsche*. Madrid: Trotta, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

JANZ, Paul Curt. *Friedrich Nietzsche*. 4 vols. Trad. Jacobo Muñoz. Madrid: Alianza, 1987.

LIMA, Luiz Costa. *Alguém para ser conhecido: Jacob Burckhardt*. In: BURCKHARDT, Jacob. Cartas. Seleção e edição de Alexandre Dru. Tradução de Renato Rezende, Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a polêmica sobre O nascimento da tragédia* / textos de Rohde, Wagner e Wilamowitz-Mollendorff; Introdução e organização Roberto Machado; tradução do alemão e notas de Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. David Strauss: *El confesional y el escritor*. In: *Consideraciones Intempestivas*. Tradução E. Ovejero e F. González. Madrid: Aguilar, 1932.

_____. *Digitale Kritische Gesamtausgabe von Nietzsches Werken und Briefen*. Edição organizada por Paolo D'Iorio, baseada na edição crítica de G. Colli e M. Montinari e publicada pela Nietzsche Source. Edição eletrônica. Acesso em 01/04/2020.

_____. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. *Considerações extemporâneas*. In: Obras incompletas. Coleção: Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. *Sobre os nossos estabelecimentos de ensino. Escritos sobre educação*. Tradução, apresentação e notas de Noéli Correia Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo, Loyola, 2003.

_____. *Escritos sobre educação* (Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino: III Consideração intempestiva – *Schopenhauer como educador*). Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho, 2. ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *Correspondencia II: abril de 1869 – dezembro de 1874*. Traducción y notas a las cartas de José Manuel Romero Cuevas y Marco Parme-

ggiani *Introducción y apéndices de Marco Parmeggiani*. Editorial Trotta, Madrid, 2007.

_____. *Escritos Sobre política*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio, vol. 1, 2007.

_____. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Richard Wagner em Bayreuth. Quarta consideração extemporânea*. Tradução de Anna Hartmann Cavalcanti. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Assim falou Zaratustra, um livro para todos e para ninguém*. Tradução de Mario da Silva. 18ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAFRANSKI, Rüdiger. *Nietzsche: biografia de uma tragédia*. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

_____. *Nietzsche. Biographie seines Denkens*. Frankfurt am Main: Fischer TaschenbuchVerlag, 2005.

SALOMÉ, Lou Andrés. *Nietzsche e Lou: In: Correspondências e outros documentos - Introdução*, 1ª edição, Via Verita, Rio de Janeiro, 2019.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade e Representação*. Tradução: Jair Barbosa. Rio de Janeiro: editora Contraponto, 2001.

WAGNER, Richard. *Beethoven. Dichtungen und Schriften*, vol. IX. Ed. de Dieter Borchmeyer. Frankfurt am Main: Insel, 1983.

UMA CRÍTICA FILOSÓFICA À CRISTANDADE, SEGUNDO KIERKEGAARD

A philosophical critique of christianity, according to Kierkegaard

Adenilton Moisés da Silva¹

RESUMO

Este trabalho é uma abordagem que busca analisar em algumas obras de Kierkegaard sua crítica a respeito da noção de Deus, sobretudo, a partir do cristianismo luterano de sua época. Religião esta profundamente marcada por um discurso idealista, com conceitos abstratos, de influências vindas do pensamento hegeliano. Busca-se, com este artigo, apresentar a impossibilidade, segundo Kierkegaard, de conceituar Deus através categorias objetivas ou dos dogmatismos religiosos. Apresentar-se-á Deus como sendo o Desconhecido, o Absoluto, o Paradoxo. Definições usadas para não definir nada de fato, apenas com o intuito de mostrar os limites do racionalismo; postulando que Deus pode ser conhecido mediante um vislumbamento da fé. O conhecer Deus é um pressuposto da fé, afirmando as limitações de uma ciência objetivista, ao mesmo tempo, recusando os dogmas religiosos, as trincheiras institucionais, narrando a incapacidade de abarcar a realidade de Deus. Diante disso, abre-se a possibilidade de romper com o Deus elaborado pelos discursos das instituições religiosas, na perspectiva de construir uma relação mais subjetiva entre “Eu e Deus”.

Palavras-chave: Deus. Cristianismo. Desconhecido. Religião. Dogmas.

ABSTRACT

This work is an approach that seeks to analyze, in some works by Kierkegaard, his criticism of the notion of God, especially from the Lutheran Christianity of his time. Religion is deeply marked by an idealistic discourse, with abstract concepts, of influences from Hegelian thought. This article seeks to present the impossibility, according to Kierkegaard, of conceptualizing God through objective categories or religious dogmatisms. God will appear as the Unknown, the Absolute, the Paradox. Definitions used to define nothing at all, just to show the limits of rationalism; postulating that God can be known through a glimpse of faith. Knowing God is an assumption of faith, affirming the limitations of an objectivist science, at the same time, refusing religious dogmas, institutional trenches, narrating the inability to embrace the reality of God. In view of this, the possibility opens up to

¹ Universidade Católica de Pernambuco.

E-mail: adenilton.silva80@gmail.com. ORCID: [0000-0002-2783-2857](https://orcid.org/0000-0002-2783-2857).

break with the God elaborated by the speeches of the religious institutions, in the perspective of building a more subjective relationship between “I and God”.

Keywords: God. Christianity. Unknown. Religion. Dogmas.

Introdução

Este artigo se propõe a investigar a questão de Deus no pensamento kierkegaardiano. Por ser de raiz cristã luterana, questionando a perspectiva da época vigente, que fazia do cristianismo um discurso abstrato, contrariando a experiência religiosa como uma comunicação existencial, tornando-o um mero aglomerado de palavras abstratas, Kierkegaard, apresentará Deus como um Paradoxo, incompreensível aos desejos da razão. Desejos esses fundamentados num discurso científico da modernidade pretendido por muito pensadores pertencentes ao idealismo alemão. Todavia, Deus é uma relação dada na fé, na qual o sujeito, consciente da sua subjetividade descobre a sua comunicação com o Absoluto nos pressupostos da fé. Nesse contexto, a subjetividade da fé aparece como um caminho indispensável para se alcançar a verdade sobre Deus.

Como lidar com a consciência da sua subjetividade na formação de si enquanto indivíduo é outro problema inerente ao pensamento kierkegaardiano; a consciência da existência na subjetividade pelo indivíduo é o que possibilita a decisão na fé pela paixão paradoxal de conhecer quem é Deus. À medida que se avança no entendimento da análise sobre a formação da subjetividade humana, percebe-se o pressuposto da relação com Deus pelo dado da fé. Nesse momento, o homem como ser inserido no mudo, carece aprofundar o seu eu, decidir por si, assumir a responsabilidade dos seus atos, que examinando a si mesmo torne-se capaz de questionar as instituições que o amordaçam. Mais do que um questionamento à autoridade eclesial, é reconhecer que Deus está para além das normas institucionais.

Nota-se em Kierkegaard a ânsia de tirar do contexto teológico-filosófico racional o cristianismo. Ele constata que o cristianismo luterano não é o mesmo do Cristianismo do Novo Testamento. Essa religião, apontada por Kierkegaard, não pode ser vivida a partir dos postulados racionais dos seus intelectuais, muito menos, das normas estatais da Igreja Luterana. Para assu-

mir o caráter de decisão na fé, o autor utiliza-se do conceito “homem crístico”, com isso recusa a ideia de “homem intelectual”, abandonando os paradigmas da ciência e os conceitos da metafísica institucional como pressupostos para o conhecimento de Deus. Tirar o cristianismo dessa inserção contextual será a tarefa paradoxal apaixonada desse autor. O seu problema é demonstrar os erros dos que se dizem cristãos ao tratarem de Deus via um princípio teórico, logicamente demonstrado e comprovado, e de terem negado ao cristianismo a sua essência, “uma comunicação existencial” entre o indivíduo e Deus.

O Cristianismo

Religião e não sistema filosófico, o Cristianismo é mais comunicação do que uma doutrina teórica com dogmas a serem decorados, ou quiçá compreendidos. É para ser vivido, na obediência aos mandamentos e, em primeiro lugar, o do amor ao próximo. Não constitui uma filosofia, que se explica, mas continua a ser, depois de dois mil anos, escândalo para os judeus e loucura para os gregos (isto é, irracionalidade para os filósofos gregos). E o amor que ele ensina, como tudo o mais que é “especificamente cristão” (crístico), é e tem que ser paradoxal (KIERKEGAARD, 2005, p. 10).

O cristianismo enquanto religião do martírio, do encantamento por Deus e pela criação, tem perdido o caráter de mistério. A sua vivência vem se definindo nas modalidades das correntes espirituais egoísticas e individualistas² segundo as novas interpretações da modernidade, há um deslocamento do eixo religioso; com isso, torna-se um rito terapêutico a controlar a ansiedade, a perda de paciência, de modo que, os que o procuram são comumente conduzidos a acreditarem que tudo em suas vidas devem ser tratado de maneira muito intimista; uma relação puramente abstrata que faz da realidade humana uma negação, que tende a distanciar os sujeitos das coisas hodiernas, através de uma transcendência desprovida de significado real. É nesse percurso que a fé é posta como um pressuposto para conhecer Deus³.

² A noção de subjetividade em Kierkegaard não corresponde ao individualismo egoístico, ao isolamento, pelo contrário, trata-se da construção da personalidade humana de cada sujeito que se percebe na sua singularidade, enquanto ser no mundo, mas que se relaciona com o próximo.

³ “*A Fé como pressuposto para conhecer Deus em Kierkegaard*”, foi tema de dissertação de Mestrado, apresentada ao curso do programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

Esse deslocamento religioso no contexto da sociedade pós-moderna interpreta a religião pelos paramentos do individualismo e da autossuficiência. Corre o risco de romper a ideia da relação existencial entre os sujeitos. Por isso, no pensamento de Kierkegaard, não há a possibilidade de interpretar esse fato como uma relação saudável, porque subtrai o princípio ético da experiência religiosa. Deus como o Absolutamente-Diferente é o outro que situa o indivíduo pelo compromisso “Tu deves amar”. Se não é introduzido na atitude e não se toma consciência dessa necessidade, então, a relação é apenas uma ideia abstrata.

E assim um homem se compara com o outro, e aquele que compreendeu algo mais do que os outros já acredita ser alguma coisa. Quem dera que, caindo em si, pudesse compreender que diante de Deus ele não é nada. E dado que os homens querem tanto ser alguma coisa, não é de estranhar que eles, por mais que falem do amor de Deus, relutam tanto em se deixar realmente envolver por Ele, porque a exigência e seu critério os reduzem a nada (KIERKEGAARD, 2005, p. 126).

É um cristianismo que nega a realidade, auxiliando-se numa idealização futura, abstrata, mas que exige a realização no aqui e no agora, profundamente imediatista, fazendo do sujeito religioso um estético no modo mais crítico que Kierkegaard descreveu na obra *Temor e Tremor*. Esse homem cristão da contemporaneidade, marcado pelo pluralismo religioso, é conduzido à ânsia de uma teologia abstrata e da prosperidade, das curas e dos milagres; obrigado a fugir da condição de homem real, limitado e carente de coisas e afetos.

O cristianismo compreendido por Kierkegaard é visto não como uma doutrina, mas, uma comunicação existencial, isto é, um encantamento pelos ensinamentos de Cristo, que busca salvar o homem da sua negação social. Contudo, os cristãos de hoje – ou pelo menos boa parte deles, buscam apenas o bem-estar prometido pela teologia da prosperidade, não se recordam do cristianismo vivenciado no martírio, pelo amor ao próximo (*As Obras do Amor*, 2005), antes procuram a prosperidade e o elogio das suas oratórias pronunciadas nos púlpitos eclesiais, “pois Lutero dizia ser preciso pregar nas ruas, mas infelizmente o dizia num púlpito de igreja” (KIERKEGAARD, 2005, p. 10).

É contra essa religião do púlpito, dos altares das igrejas que se aliam ao Estado e partidos, que Kierkegaard descreve a sua crítica religiosa. Pois, na verdade, é um verniz religioso que não causa o desejo de mudança no crente, mas domesticando o fiel, o prende nas suas doutrinas e interesses pessoais, que é apenas de manter a subsistência institucional. Não se prega para libertar e salvar, mas para prender e fidelizar. Analisando os cristãos de cultura e/ou tradição, Kierkegaard procura fazer a sua crítica sobre a ideia de Deus, e de como Ele deve ser crido dentro da religião cristã.

Na concepção kierkegaardiana, o cristianismo não é, pois, relato histórico, mas uma possibilidade que se abre diante de cada indivíduo. O cerne passa a ser a paixão. Alguém pode ser apaixonado e não ser um cristão, tal como Feuerbach, e nem por isso sua paixão terá menos valor. Entretanto, no cristianismo, independentemente da paixão do indivíduo, a verdade do objeto é válida por ele mesmo, pelo Deus que lhe é exterior (PAULA, 2009, p. 28).

O cristianismo apontado por Kierkegaard não é entendido como um fato histórico. Desde que, o indivíduo se relacionar com o cristianismo por meio da fé, sem a necessidade da religião institucional, torna-se uma adesão pessoal, assumindo-a como uma possibilidade aberta a si mesmo, tendo o seu valor em si mesmo, não carecendo das explicações dogmáticas, nem da mediação eclesial. Tal aprendizagem na fé sobre o Cristianismo do Novo Testamento ensina que o Deus com o qual se relaciona é-lhe exterior e interior ao mesmo tempo. Essa dialética relacional indica que Deus é o Outro-Absolutamente-Diferente, por isso é-lhe exterior, como também é interior, pois esse Outro só pode ser alcançado pela interioridade da fé. Isso muda toda a perspectiva da relação e do entendimento humano consigo e com a religião cristã. Não é somente a paixão racional que está a mover a sua intencionalidade, mas a descoberta do Outro que lhe supera nas suas compreensões de si mesmo e do mundo, no descobrimento da paixão paradoxal da fé. Kierkegaard trabalha com palavras contraditórias para expressar a dificuldade da linguagem em dizer quem é Deus.

Quando na religião cristã, especificamente se tratando do luteranismo dinamarquês, entra a noção de absurdo, o desejo do autor de *Temor e Tremor* é mostrar a impossibilidade de falar de Deus como um conhecimento inteligível, objetivado como dado da razão, demonstrado em fatos palpá-

veis, pelo contrário, conhecer Deus é uma ação que acontecerá via a paixão movida pela fé na esfera da subjetividade, que o autor denomina como um salto qualitativo. Quando a inteligência não consegue meter o paradoxo na cabeça, não é ela quem o inventou, mas o paradoxo mesmo, que seria bastante paradoxal para não ter escrúpulos de dizer que a inteligência é tão estúpida, que diante de uma mesma coisa no máximo diz sim e não (KIERKEGAARD, 2008, p. 81).

No pensamento kierkegaardiano Deus está para além do discurso religioso. A linguagem não tem aprimorado a relação entre “eu e Deus”, apenas criado uma atmosfera de recusa ao mundo e uma existência relativa equivocada, semelhante à do movimento monástico⁴, e, ao mesmo tempo, uma certa nostalgia mental. Quando esse autor analisa a linguagem mística na obra *Ou – Ou: um fragmento de vida, segunda parte*, encontra o que identificamos como nostalgia mental, isto porque, trata-se de uma condição fundada no nível metafísico:

Na linguagem do místico, esta relação livre é muitas vezes expressa desta forma: ele é o tu absoluto. O místico escolheu-se a si mesmo em absoluto e, portanto, de acordo com a sua liberdade e, portanto, é *eo ipso* agente, mas a sua ação é uma ação interior. O místico escolhe-se a si mesmo no seu mais completo isolamento, o mundo inteiro está para ele morto e aniquilado, e a alma cansada, não tem de ser mal entendida nem usada erradamente para apoucamento do místico, como se fosse assunto escabroso a alma só escolher Deus quando ficasse cansada do mundo. É indubitável que através desta expressão o místico designa seu arrependimento pelo fato de não ter previamente escolhido Deus, e o seu cansaço não tem de ser considerado como idêntico a estar farto da vida (KIERKEGAARD, 2017, p. 246).

Deus para além da Religião

Na obra *Migalhas Filosóficas*, sobre o pseudônimo de João Climacus, Kierkegaard introduz a noção de Paradoxo e Absurdo para falar de Deus; tenta desconstruir toda a imagem fabricada pelos bispos da Igreja Luterana da Dinamarca a respeito do cristianismo e das falsas testemunhas que

⁴ O equívoco do movimento monástico (abstraindo-se do erro do presumido merecimento) estava em que a interioridade absoluta, provavelmente para demonstrar de forma bem enérgica que existia, adquiriu sua expressão óbvia numa exterioridade específica distinta, por meio da qual esta se torna, contudo, apenas relativamente diferente de todas as outras exterioridades, como quer que seja (KIERKEGAARD, 2016, p. 122).

se elegem como verdadeiros crentes. Essa ideia é encontrada na obra *O Instante*, onde é reelaborada uma severa crítica aos pastores e os seus discursos desencontrados sobre a verdade existente nos Evangelhos. Conhecer o Paradoxo, isto é, Deus, deixa a inteligência numa contradição de si. Para compreender de fato Deus, precisa-se do movimento efetuado pela paixão paradoxal da inteligência; contradição causada quando a paixão se depara com esse Desconhecido, que de fato existe, mas permanece desconhecido e inexistente. Esse Desconhecido, em Kierkegaard, é o Deus como mestre e salvador, o qual não é totalmente compreendido pela paixão da inteligência.

A inteligência não pode ir mais longe: mas o seu sentido de paradoxo leva-a a aproximar-se do obstáculo e a ocupar-se dele; porque, pretende exprimir a sua relação com ele negando a existência daquele desconhecido, não dá certo, visto que o enunciado desta negação envolve precisamente uma relação. Mas o que é então este desconhecido (pois dizer que ele é o deus significa simplesmente que ele é para nós desconhecido)? Enunciando-se sobre ele que é o desconhecido, dado que não se pode conhecê-lo, e que, se mesmo assim se pudesse conhecê-lo, não se poderia enunciar-lo, a paixão não se dará por satisfeita, embora ela tenha captado corretamente o desconhecido como limite: mas o limite é justamente o tormento da paixão, ainda que ao mesmo tempo seu incitamento. E, no entanto ela não consegue ir mais adiante, quer ela arrisque uma saída via negationis, quer via eminentiae (KIERKEGAARD, 2008, p. 71).

O que busca a inteligência racional é romper limites, embora use de malabarismos, na intenção de tornar o Desconhecido um objeto conhecido empiricamente, de modo que, ela seja a suprema compreensão da realidade. Todavia, essa paixão movedora, que a inteligência dispõe em si mesma, é portadora do elemento paradoxal, isto é, tem o seu limite de conhecimento, não dá conta de abarcar o todo da realidade que investiga. Significa dizer que, ao chegar ao limite do conhecimento almejado pela própria inteligência, ela percebe a presença do Paradoxo, do Desconhecido, ficando presa na incognoscibilidade. O Desconhecido tornar-se-á conhecido para logo em seguida voltar a ser novamente desconhecido quando se usa do salto qualitativo da fé.

Essa dialética, Kierkegaard a chame de “*paixão paradoxal da inteligência*”. Esse jogo dialético insere a compreensão do Desconhecido entre o ato cognoscível e a incognoscibilidade, isto é, o pensamento não consegue abarcar toda a contradição que existe, apenas aproximar-se quando o Para-

doxo dá a condição que é a fé, sobretudo, porque, “a própria fé é um milagre, e tudo o que vale para o paradoxo vale também para a fé” (KIERKEGAARD, 2008, p. 95), portanto, não é possível provar a existência de Deus historicamente.

O pensamento se esgota diante do inesgotável⁵, por isso, Kierkegaard propõe a noção de Deus dentro do paradigma do Paradoxo, ou seja, aquele impronunciável totalmente, permanecendo desconhecido no limite entre a verdade e a não-verdade do discípulo. Diante desse paradigma religioso se confrontam o pensador subjetivo e o pensador objetivo nos seus modos existenciais. No cristianismo, segundo Kierkegaard, o discípulo é sempre a condição da não-verdade; para que chegue à verdade em si, é preciso que Deus a possibilite pela condição, isto é, a fé no Paradoxo. Tendo feita a aquisição da fé, o discípulo é questionado a tornar-se cristão segundo o modelo do Cristianismo do Novo Testamento. Nesse estágio religioso são confrontadas as atitudes do indivíduo com aquelas que estão a ser ensinadas nos Textos Sagrados, sem a intervenção manipuladora da instituição, que tenta adoçar os ensinamentos do Cristianismo, interessa-se, agradar uma ala de líderes, que buscar ludibriar a sociedade com falsos testemunhos e com discursos abstratos.

Kierkegaard, por intermédio do seu pseudônimo Clímacus, sugere que se dê a esse desconhecido o nome de “o deus”. Deste modo, Clímacus confessa que Deus não é senão um nome e entende por esse “nome” uma denominação pura e simples para designar “a coisa desconhecida”, “o desconhecido” com o qual se depara o homem, radicalmente não simbolizável. Mas, se Deus é o limite da esfera do conhecido, o além do conhecido, toda a afirmação sobre Deus é nua de sentido. Há coisas que a linguagem não pode dizer e, se mesmo assim a linguagem fala sobre elas, estas se transformam em outra coisa, passando da “existência” à “abstração” do pensamento privado de referências, mas então a linguagem está desconectada do sentido, dado que este só pode ser existencial (FARAGO, 2006, p. 201).

Na perspectiva do *corpus kierkegaardiano*, “Deus não é um nome, mas um conceito” (KIERKEGAARD, 2008, p. 66), que pode ser dito infinitamente, mas isso não oferece nenhum conhecimento definitivo a cerca da verdade que Ele é, apenas especulações, visto que, não pode ser abarcado

⁵ O entendimento conta e reconta, calcula e calcula, mas jamais alcança a certeza que a fé possui; assim também a lei, ela determina e determina, mas nunca chega à soma global que é o amor (KIERKEGAARD, 2005, p. 129).

plenamente pela intelecção, existindo na impossibilidade cognitiva de expressar o ser em geral. Delimita-se a consciência a viver presa no mundo da parcialidade, dos conceitos postulados pela inteligência, “pois os conceitos, assim como os indivíduos, têm a sua história e, tal como eles, não conseguem resistir ao poder do tempo” (KIERKEGAARD, 2005, p. 23). Nesse contexto tem vivido os pregadores da Igreja Luterana da Dinamarca. Todos esses querem se apossar de Deus pelo intelecto⁶, deixando de lado o testemunho de uma vida pautada na ética e na caridade evangélica, apenas buscam falar de Deus em conceitos no intuito de mostrarem-se intelectuais, que tem como finalidade, adquirirem os melhores púlpitos eclesiais oferecidos pelo Estado dinamarquês.

Para Kierkegaard, “o deus”⁷ se desfigura de um conceito, assume a condição de existente encarnado, torna-se outro indivíduo a ser compreendido por outro sujeito na e pela relação no instante. Ele pretende ultrapassar a conceitualização do nome de Deus, levar o homem religioso, como também, a religião, à descoberta da verdade subjetiva para conhecer Deus, diferente do que a filosofia alemã postulava. Para “Hegel o pensamento não precisa ser interrogado desde fora; pois este pergunta e responde a si mesmo” (KIERKEGAARD, 2005, p. 41). O “objeto é uma divergência a ser ajustada entre aquele que pergunta e aquele que responde e o desenvolvimento do pensamento se consuma neste passo alternado (alternos pede), neste claudicar de ambos os lados” (KIERKEGAARD, 2005, p. 41).

Enquanto a religião cristã dinamarquesa estava presa nas categorias do pensamento, sempre perguntando e afirmando quem é Deus, as suas réplicas não respondiam à identidade do indivíduo, este continuava a sentir-se desamparado, as suas dores e angústias não encontravam entendimento nas construções metafísicas da teologia vigente. O cristianismo estava longe dos anseios de cada sujeito, preso na coletividade institucional gerenciada pelos

⁶ Deus é imutável. Na sua onipotência, ele criou este mundo visível – e se fez invisível. Ele vestiu-se no invisível mundo como que com uma roupa – ele mesmo imutável. Assim é no mundo das coisas sensíveis. No mundo dos eventos, ele está presente em toda a parte e em todo o momento; em um sentido mais verdadeiro do que podemos dizer da mais atenta justiça humana que está em todos os lugares (PAULA apud KIERKEGAARD, 2000, p.134).

⁷ Para não usar o nome “Cristo”, Kierkegaard usa a expressão “o deus”, ao mesmo tempo, refere-se à encarnação de Deus na história da humanidade (grifo nosso).

bispos, tornava-se uma metáfora, um sistema de sustentabilidade intencional que mantinha os interesses hierárquicos da classe dominante, essa mesma gerava uma dependência da grande massa dos fiéis, os quais não interrogavam a igreja estatal. Ao levantar a voz crítica, Kierkegaard vai minar as estruturas dessas instituições e o arcabouço intelectual predominante na academia dinamarquesa. “A felicidade da fé, ao contrário, está nisso, que Deus é amor. Daí não se segue que a fé compreenda de que modo o desígnio de Deus para com um ser humano é amor. Aqui está justamente o combate da fé: crer sem poder compreender” (KIERKEGAARD, 2018, p. 138).

Sendo do “*período pós-hegeliano*”, Kierkegaard ao utiliza-se das expressões Paradoxo ou Absurdo está se referindo ao “deus”, o escândalo para judeus e a loucura para os gregos. Está desse modo, criticando todo o discurso racional que adentrou a Igreja Luterana. Essa predominância entre os pastores, vistos como funcionários do Estado, tem causado uma letargia da fé. Está em cheque a fé no Cristianismo do Novo Testamento, para dá espaço à obediência àqueles que são as autoridades instituídas pelos ritos religiosos.

Se o que o Cristianismo do Novo Testamento queria era: honestidade e sinceridade, fora com a enganação – a mudança que foi produzida é esta: a enganação continua exatamente como o paganismo, “Cada um” (cristão!) “é ladrão em seu ofício”, mas a enganação assumiu o predicado “cristão”, passou a ser enganação “cristã” – e o “pastor” abençoa essa sociedade cristã, esse Estado cristão, onde a gente engana como no paganismo e, também, ao pagar o “pastor”, portanto, o maior dos enganadores, engana-se a si mesmos tomando isso por Cristianismo (KIERKEGAARD, 2019, p. 119).

O Deus do Cristianismo do Novo Testamento é escândalo, loucura revelando-se dentro de uma relação paradoxal, é atingido na compreensão cristã quando essa condição é vivenciada pelo homem crístico. A sociedade cristã, o Estado cristão tem burlado tal religião, introduzindo uma mudança de eixo, ao nível de um *status* social sem implicação que deveria gerar em cada sujeito o desejo de tornar-se cristão por adesão e vivência de um testemunho arraigado na relação ética e responsável pelo Outro-Absolutamente-Diferente, mas promovendo barganhas internas, os institucionalizadores trocam interesses em função de títulos e posições.

Na obra *Temor e Tremor*, o autor pseudonímico revisita o problema de Abraão e sua relação com o filho Isaac, Johannes de Silentio, discute uma questão de caráter teleológica, trata dos fins necessários, dos propósitos do ato de ser no mundo. Essa situação não é apenas o “estar aí”, mas tomando consciência de si, investe numa decisão absoluta. As barganhas perdem interesses, as posições não importam, mas na construção de uma identidade consciente de si, trabalha-se com os interesses edificantes da personalidade, que visa tornar-se um autêntico cristão. Tal movimento interior não é discursivo, mas um paradoxo existencial. Essa dupla categoria Paradoxo/Absurdo na relação da fé estabelece, ao mesmo tempo, o diálogo com Deus, que ultrapassa todo o racionalismo e as suas categorias da aquisição do conhecimento, como também, a edificação da existência, que é um problema em si mesma, vindo a ser investigada interiormente, pois tem o seu fim em si mesma, dada na condição da fé relevada no modo como Deus ama o ser humano.

Afirma Kierkegaard em *O Matrimônio*:

Quando declaro que Deus é incompreensível, minha alma se eleva ao Todo Poderoso, e o afirmo nos momentos de felicidade suprema, posto que é incompreensível, porque o é seu amor, e porque seu amor excede a todo o entendimento. Aplicada a Deus, esta palavra, incompreensível designa a perfeição suprema; ao contrário, se a aplicamos ao homem revela sempre um defeito, e, às vezes, um pecado (KIERKEGAARD, 1969, p. 16).

Deus, isto é, o Absoluto como Desconhecido, o Incompreensível nos remete ao paradoxo que afronta o intelecto no limite presente no pensamento. O cristianismo luterano almejou tirar esse paradoxo, e introduzir um dado fenomenológico historicamente comprovado via, interpretações sistemáticas dentro da sua teologia universitária. Assim, com a autoridade eclesástica provando Deus como fato, um sistema teológico, então, todo o poder fundamenta-se numa prova construída pela hierarquia, e essa não se preocupa com a verdade presente no Cristianismo do Novo Testamento, mas em manter-se detentora da sua pseudoverdade estabelecida em cânones jurídicos.

Dizer que Deus é o Desconhecido que toca o tempo, é afirmar que Ele toca num instante enquanto acontecimento único a realidade humana. A

sua encarnação vista como manifestação, implica para o sujeito uma primeira percepção imediata e um conhecimento imediato que o afeta num dado instante em que Ele se encarna como “o deus”. Dessa forma, Kierkegaard busca mostrar a impossibilidade de traduzir o cristianismo em relatos históricos ou de ser tratado como uma filosofia da religião, como também demonstra ser uma tentativa fracassada fazer de Deus uma ideia abstrata, uma dúvida hiperbólica, ou simplesmente querer dar provas da existência de Deus.

O intelecto pode pensar o infinito, mas não o “absurdo”, porque é absurdo para o pensamento, constitutivamente intranscendível, predispor-se ao encontro com aquilo que o transcende, mas que, ao mesmo tempo, o salva da indiferença por si mesmo. Enquanto o infinito do intelecto distrai o existente do seu próprio existir, o absurdo da fé tudo redime, consentindo que ele faça de sua mesma existência uma “nova criação”. “Pelo absurdo”, o cavaleiro da fé sabe se mover no mundo com a segurança de quem controla perfeitamente as próprias forças (REGINA, 2016, p.74).

A fé pode ser objeto do entendimento enquanto conceito, isto é, objeto da dúvida, mas enquanto verdade paradoxal só pode ser vivida e crida, pois sendo o oposto da dúvida, ela é a exigência última da determinação da formação da personalidade do crente.

A fé é o oposto da dúvida. Fé e dúvida não são duas espécies de conhecimento que se deixam determinar no prolongamento uma da outra; pois nenhuma das duas é um ato de conhecimento, e elas são paixões opostas. A fé é o sentido que capta o devir, e a dúvida, o protesto contra toda conclusão que quer ir além da percepção imediata e do conhecimento imediato. O duvidador não nega, por exemplo, sua própria existência, mas não conclui nada; pois não quer ser iludido (KIERKEGAARD, 2008, p. 123).

O Cristianismo quer apenas revelar, no contexto da fé, uma verdade que seja válida para a interioridade do ser humano, e que está seja-lhe a causa pela qual ele possa existir enquanto consciência de si e responsabilidade pelo outro. “A verdade – nas palavras de Kierkegaard – não era introduzida de fora no indivíduo, mas estava dentro dele” (GARDINER, 2001, p. 79). Ela é encontrada no momento da escolha, quando o ser humano elege a si mesmo numa responsabilidade ética, num compromisso religioso inerente ao seu ser no mundo, que o coloca numa situação perante o Outro-Absolutamente-Diferente. Essa compreensão também foi percebida na obra intitulada-

da, *Soren Kierkegaard: Subjetividade, Ironia e a Crise da Modernidade*. Ela afirma:

Kierkegaard queria evitar dar a impressão de que ele pretendia ensinar as pessoas, e de que elas só precisavam seguir suas instruções. Acreditava que o cristianismo só tinha sentido se o próprio crente tivesse uma experiência com ele. Portanto, uma crença vicária baseada somente na autoridade dos ensinamentos de outra pessoa era insuficiente e até mesmo enganadora. Em vez disso, Kierkegaard insistia que o cristianismo se refere totalmente a uma relação interior de cada indivíduo, e seu objetivo, então, era ajudar as pessoas a encontrar essa relação em si mesmas. Portanto, assim como Sócrates, Kierkegaard acreditava que ele poderia facilitar esse encontro, mas, em última instância, era a outra pessoa quem estaria tendo o trabalho de descobrir a verdade, ou a relação interior, por si mesma (STEWART, 2017, p. 38).

Deus é a verdade subjetiva no indivíduo, a qual se pressupõe ser adquirida na relação interior de cada sujeito, não vislumbrando interferências objetivas para alcançar essa finalidade, senão a fé revelada pelo Cristianismo do Novo Testamento. Essa verdade é dada na esfera do imediatismo, ou seja, quando “o deus” entra no tempo, este tocado num instante presente, isto é, transforma-se na plenitude dos tempos, visto que o Deus criador assume a condição humana, encarnando-se.

Um tal instante tem uma natureza própria. Sem dúvida é breve e temporal como o é todo instante, passando, como todos os outros, ao instante seguinte, e, no entanto é o decisivo, pleno de eternidade. Um tal instante deve ter com efeito um nome especial; vamos chamá-lo: plenitude dos tempos (KIERKEGAARD, 2008, p. 38).

Em Kierkegaard compreendemos que o Absurdo é a entrada de Deus na história, isto é, o tempo é tocado pela eternidade, “o Verbo se fez Carne”⁸. O Absurdo é manifestado quando a verdade eterna entra no tempo pela categoria do instante. Poderíamos chamar esse evento de epifania do Paradoxo. Que Este tenha aparecido, como também nascido e crescido, ou seja, feito carne do mesmo modo que o homem, podendo ser distinguido de outro sujeito, eis o Absurdo, o Paradoxo, em outras palavras, escândalo e loucura para a racionalidade.

Por não se adequar às categorias lógicas, é aceite como paradigma metafórico de uma linguagem mitológica. É contraditório sim, ter um Deus

⁸ Cf. João 1,1 – 18.

que se manifeste no tempo como homem, que tenha aparecido, nascido e crescido. Kierkegaard concebe Deus como sendo um indivíduo subjetivo, a condição existencial que eleva o sujeito à sua mais profunda transformação e edificação da sua identidade humana. Para ele, Deus é a verdade como manifestação de si mesmo. Ele atua no sujeito não por uma transferência metafísica, mas espontaneamente se move pelo amor eterno em si mesmo.

Mas o deus não precisa de nenhum discípulo para compreender-se a si mesmo; e assim nenhuma ocasião pode agir sobre ele de modo a equivalerem ocasião e decisão. Que é que pode, então, movê-lo a apresentar-se? Ele tem de mover-se a si mesmo e continuar sendo o que Aristóteles diz dele: “Sem mover-se move tudo”... Porém se ele se move, então não é uma necessidade que o faz mover-se, assim como se não pudesse suportar o silêncio, mas precisasse irromper na palavra. Mas se não é por necessidade que se move, o que é que o move, o que será, senão o amor? Pois o amor justamente não tem a satisfação do desejo fora dele, mas em si mesmo. Sua decisão, que não entretém uma relação recíproca direta com a ocasião, deve existir desde toda a eternidade, embora, realizando-se no tempo, ela se torne justamente o instante, pois aí onde a ocasião e o ocasionado se correspondem diretamente, exatamente como no deserto a resposta ao grito, aí o instante não aparece, porém a reminiscência o engole em sua eternidade. O instante vem à luz justamente pela relação da decisão eterna para com a ocasião que lhe é desigual. Se não for assim desta maneira, recairemos no socrático e então não alcançaremos o deus, nem a decisão eterna, nem o instante (KIERKEGAARD, 2008, p. 46).

Ao apresenta a ideia da imutabilidade de Deus, Kierkegaard dizendo da impossibilidade de conhecer Deus por conceitos científicos ou dogmas religiosos. Se houvesse a mutabilidade de Deus, deixaria de existir o paradoxo e o absurdo em que a fé acredita e postula como verdade interior. A verdade que está descrita no Cristianismo do Novo Testamento, e que continua oculto na religião institucional, é justamente a presença irrevogável do amor. Esse amor se torna justamente um instante porque se manifesta no tempo quando ama o outro, o seu desejo não subtrai outra realidade, mas vive em si mesmo a sua única realidade temporal que é expressar-se como amor em tempo integral. Seu objeto é o próprio amor, não o outro enquanto necessidade alheia, mas o outro enquanto condição de amar sem ser algo alheio, mas como tarefa única do amor. Por isso, o Cristianismo do Novo Testamento, na perspectiva de Kierkegaard, não é encontrado dentro da instituição, mas essa construiu as suas colunas templárias sufocando a verdade,

e implantando o comércio religioso-estatal. Deus se esconde entre as colunas do tempo e do templo. Não se consegue ver o altar ou a mesa da palavra sagrada, apenas se contempla o circo montado por meia dúzia de sofistas religiosos, fantasiando a fé e ludibriando para que não se tenha acesso à vida em plenitude.

Considerações finais

Em Kierkegaard, a noção de Deus é mais que um conceito ou dogmas religiosos, é uma experiência de fé vivida e crida na cotidianidade das coisas e das experiências humanas, que está além da religião institucional. É um encantamento com a própria vida. Há de se concordar com Kierkegaard, o cristianismo deve ser transmitido e vivido na perspectiva de uma experiência existencial; capaz de produzir no indivíduo uma relação concreta com Deus sem os intermédios eclesiásticos. O Cristianismo do Novo Testamento não é resumo das interpretações da hierarquia.

Os títulos eclesiásticos mais afastam do que aproximam os fiéis. Quando se invertem os valores e fé, cria-se a submissão aos dogmas, relegando a autoridade do Evangelho e transferindo-a a instituição. Troca-se a liberdade, passa-se a investir na obediência à autoridade, que muitas das vezes oprime a consciência individual, tornando-a um objeto de manipulação social. Kierkegaard é dos autores que consegue a sua liberdade de consciência, propõe um cristianismo baseado na prática do princípio ético e misericordioso, e não nos sermões apologéticos do luteranismo estatal.

Referências

FARAGO, France. *Compreender Kierkegaard*. Trad. Ephaim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

GARDINER, Patrick. *Kierkegaard*. Trad. Antônio Carlos Vilela. São Paulo: Loyola, 2001.

KIERKEGAARD, Soren. *As Obras do Amor*. Trad. Álvaro L. M. Valls. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2005.

KIERKEGAARD, Soren. *Discursos Edificantes em Diversos Espíritos – 1847*. Trad. Álvaro L. M. Valls e Else Hagelund. São Paulo: Editora Libe-rArs, 2018.

KIERKEGAARD, Soren. *Migalhas Filosóficas ou um Bocadinho de Filoso-fia de João Clímacus*. Trad. Ernani Reichmann e Álvaro L. M. Valls. 2ª edi-ção. Petrópolis: Vozes, 2008.

KIERKEGAARD, Soren. *O Conceito de Ironia Constantemente Referido a Sócrates*. Trad. Álvaro L. M. Valls. 2ª edição. Bragança Paulista: Ed. Uni-versitária São Francisco, 2005.

KIERKEGAARD, Soren. *O Instante*. Trad. Álvaro L. M. Valls e Márcio Gi-menes de Paula. São Paulo: Editora LierArs, 2019.

KIERKEGAARD, Soren. *O Matrimônio*. Trad. Rodolfo Konder. Rio de Ja-neiro: Laemmert S.A, 1969.

KIERKEGAARD, Soren. *Ou – Ou: um fragmento de vida (segunda parte)*. Trad. Elisabete M. de Sousa. Lisboa: Relógio D'Água, 2017.

KIERKEGAARD, Soren. *Pós-Escrito Conclusivo não Científico às Miga-lhas Filosóficas, Vol. I*. Trad. Álvaro L. M. Valls e Marília Murta de Almei-da. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2013.

KIERKEGAARD, Soren. *Pós-Escrito Conclusivo não Científico às Miga-lhas Filosóficas, Vol. II*. Trad. Álvaro L. M. Valls e Marília Murta de Almei-da. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2016.

KIERKEGAARD, Soren. *Temor e Tremor*. Trad. Maria José Marinho. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAULA, Márcio Gímenes de. *Indivíduo e Comunidade na Filosofia de Ki-erkegaard*. São Paulo: Paulus, 2009.

REGINA, Humberto (2016). *Kierkegaard*. Trad. Alessandra Siedschlag. São Paulo: Ideias e Letras.

SILVA, Adenilton Moises da. *A Fé como Pressuposto para conhecer Deus em Kierkegaard*. 151f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Programa de Ciências da Religião – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2019.

STEWART, Jon. *Soren Kierkegaard: subjetividade, ironia e a crise da mo-dernidade*. Trad. Humberto Araújo Quaglio de Souza. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

**FAKE NEWS E COLONIALIDADE DE MENTES:
CONSIDERAÇÕES VIA PARADIGMA DA COMPLEXIDADE**

**Fake News and coloniality of minds: considerations through the
paradigm of complexity**

Juliana Moroni¹

RESUMO

Neste artigo, nós buscamos compreender como a disseminação de *fake news*, através do uso de tecnologias digitais, tornou-se uma ferramenta poderosa na manipulação da opinião pública, contribuindo para o processo de colonialidade² de mentes. A colonialidade de mentes, contextualizada nos estudos de Dascal (2009), é um tipo de violência epistêmica, caracterizada como transmissão e modificação de hábitos através de sistemas sociais como família, linguagem, religião, ciência, educação, ideologia e mídia que disseminam as formas de imposição do pensamento e ação do colonializador. Nossa hipótese é a de que o paradigma da complexidade, fundamentado no pensamento de Morin (2003; 2005), oferece subsídios teóricos para pensarmos o problema da disseminação de *fake news*, bem como a sua influência na colonialidade de mentes na medida em que expressa uma visão de mundo não fragmentada e sistêmica, pautada por princípios como o hologramático e o dialógico. Com base nestes princípios, nosso principal foco será oferecer um caminho para pensarmos sobre a colonialidade de mentes através da ética da complexidade.

Palavras-chave: *Fake News*. Tecnologias Digitais. Colonialidade de Mentes. Solitude. Paradigma da Complexidade.

ABSTRACT

In this work, we try to understand how the spread of fake news, through the use of digital technologies, has become a powerful tool in the manipulation of public opinion, contributing to the coloniality of minds. The coloniality of minds, contextualized in the studies of Dascal (2009), is a type of epistemic violence which is characterized as transmission and modification

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Estadual Paulista.

E-mail: julianamoroni@yahoo.com.br. ORCID: [0000-0002-4878-4823](https://orcid.org/0000-0002-4878-4823).

² Não há um consenso acerca do uso dos termos colonização/descolonização e colonialidade/decolonização. Sendo assim, como veremos no decorrer deste texto, optamos por utilizar o termo colonialidade, decolonialização, decolonialidade, colonializador e colonializado ao invés do termo colonização e descolonização de mentes. Adaptamos a terminologia usada por Dascal (2009), *colonizing e decolonizing minds*, bem como por Walsh (2009), *decolonial*, à terminologia que optamos por utilizar, no contexto de nossa análise, sem alterar o significado que os autores propuseram.

of habits through social systems such as family, language, religion, science, education, ideology and media which disseminate imposing forms of the colonizer's thinking and acting. Our hypothesis is that the complexity paradigm, based on the thought of Morin (2003; 2005), offers theoretical support for thinking about the problem of the spread of fake news, as well as its influence on the coloniality of minds as it expresses a non-fragmented, systemic world view guided by principles such as holographic and dialogic. Based on these principles, our main focus will be to offer a way to think about the coloniality of minds through the ethics of complexity.

Keywords: Fake News. Digital Technologies. Coloniality of Minds. Solitude. Paradigm of Complexity.

1. Considerações iniciais

A “era do algoritmo” tem possibilitado a disseminação rápida e abrangente de *fake news*, informação espúria que, antes do desenvolvimento das tecnologias digitais, tinha o seu alcance mais restrito, não causando tantos danos às reputações e, principalmente, aos sistemas democráticos. Auxiliada pelas tecnologias digitais, *fake news* se tornaram uma ferramenta importante na colonialidade de mentes, gerando crenças nas quais a verdade fica em segundo plano ou se torna inexistente, criando e alterando hábitos de ação.

Neste artigo, propomos uma investigação epistemológica sobre a relação entre *fake news* e colonialidade de mentes no contexto do paradigma da complexidade. Na seção 2, caracterizamos o conceito de *fake news*, de acordo com os três tipos propostos por Wardle e Derakhshan (2017), quais sejam, *misinformation*, *disinformation* e *malinformation*, refletindo sobre os seus impactos em filtros-bolha e no atrofiamento do pensamento crítico.

Na seção 3, analisamos a relação entre *fake news* e colonialidade de mentes mostrando o desequilíbrio de poder entre colonizador e colonizados, no contexto do que Mariconda (2019) designou como *estado de exceção tecnológica*, oriundo da colonialismo digital realizado pelos oligopólios transnacionais, as *Big Techs* (KWET, 2021). Questionamos até que ponto o modelo de sistema misto, o qual inclui abordagens conflitantes de colonialidade de mentes, a fim de possibilitar o próprio pensamento, como sugere Dascal (2009), é prejudicado pelas bolhas virtuais por onde circulam informações homogêneas.

Na seção 4, argumentamos que, no contexto da teoria da complexidade proposta por Morin (1977; 1995; 2003; 2005), as possíveis medidas de combate às *fake news* não terão a eficácia desejada se não mudarmos a nossa percepção da realidade. Essa percepção é ampliada pelo pensamento complexo, a partir do qual somos partes do todo e, qualquer alteração nas partes, implica mudança no todo. A nossa percepção da realidade e de como somos colonializados através de *fake news* pode ser benéficamente alterada se adotarmos a visão de mundo pautada pela ética da complexidade.

Nas considerações finais, seção 5, expomos que a proposta de Dascal (2009) de sistema misto se aproxima do paradigma da complexidade através do princípio dialógico que, segundo Morin (1977; 1995; 2003; 2005), expressa a unidade complexa entre elementos que se completam e que se opõem, indicando a importância da permanência de antagonismos a fim de gerarem entidades ou fenômenos complexos. A permanência destes antagonismos torna a opinião pública heterogênea, sendo fundamentais para a manutenção de sistemas democráticos.

2. *Fake News*, algoritmos e tecnologias digitais: a ausência de *solitude* e do pensamento crítico

O termo *fake news* se tornou popularizado e usado desenfreadamente, sobretudo, a partir das eleições presidenciais norte-americanas, em 2016, cujo candidato eleito foi Donald Trump e com o Brexit, saída do Reino Unido da União Europeia. *Fake news* é um termo reciclado e utilizado na contemporaneidade para caracterizar informações que transmitem conteúdos que não se apoiam ou se apoiam de modo parcial na realidade. A verdade fica em segundo plano ou é algo inexistente. *Fake news* não são novidade nas relações humanas; a novidade é a sua ampla e rápida disseminação através da evolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs), impactando na opinião pública, nas relações entre indivíduos e grupos sociais, bem como politicamente em sistemas democráticos.

Neste trabalho, o termo *fake news* não será traduzido para a língua portuguesa. Isso porque ele é mais abrangente na língua inglesa do que a sua tradução para a língua portuguesa, como notícias falsas. Consideramos mais

abrangente o termo na língua inglesa dado que o adjetivo falso que, de acordo com o *Dicio* (dicionário *Online* de Português), é caracterizado como: “contrário à verdade; sem correspondência com a realidade. Que oculta o que realmente pensa. Que aparenta ser real, mas não é; cujo conteúdo foi adulterado, modificado; feito por imitação; desprovido de fundamento, de exatidão; [...]”. Nesse sentido, ao ser definido como sem correspondência com a realidade, o termo *fake news* se torna significativamente mais amplo, dado que engloba tanto notícias falsas, como também notícias não totalmente falsas, mas que tem alguma correspondência com a realidade, criadas e disseminadas com objetivo de causar prejuízos ou propagadas inintencionalmente (MORONI, 2018).

Segundo Recuero e Gruzd (2019, p. 32-33), há diversas caracterizações do termo *fake news*. Atualmente, ele é caracterizado como desinformação que abrange rumores e notícias falsas. Entretanto, há outras conceitualizações para o termo *fake news* que abrangem desde notícias falsas a boatos e sátiras. A fim de delimitar o conceito de *fake news*, Recuero e Gruzd (2019) afirmam que boatos não são considerados *fake news* na medida em que não expressam intenção de autenticidade. *Fake news* expressam a intenção de enganar, sendo caracterizadas como desinformação, com elementos de falsidade total ou parcial, com o intuito de atingir interesses de grupos ou indivíduos.

Discordamos da classificação de boatos fora do contexto conceitual de *fake news*. Isso porque boatos apresentam algum nível de intenção de atingir indivíduos ou grupos, bem como quando associados às TICs ganham abrangência capaz de desestabilizar sistemas democráticos e destruir reputações. Concordamos parcialmente com a caracterização de *fake news* dada por Recuero e Gruzd (2019) como desinformação, porém consideramos que este conceito de *fake news* ainda é incompleto e optamos, neste trabalho, por adotar a perspectiva conceitual de Wardle e Derakhshan (2017).

Apesar de observarmos e sofrermos com os efeitos perniciosos que a disseminação de *fake news* causam na sociedade, segundo pesquisadores como Wardle e Derakhshan (2017), ainda estamos na fase inicial da tentativa de entender os impactos que *fake news* podem causar através de ampla divulgação, via imediatismo, nas redes sociais virtuais. Para Wardle e De-

rakhshan (2017, p.4), *fake news* são parte de um panorama mais amplo caracterizado como *desordem informacional*, a qual está relacionada à “poluição da informação” por conteúdos criados e disseminados através de tecnologias contemporâneas que proporcionam a sua disseminação em larga escala. A disseminação da *desordem informacional* ocorre através de uma rede de comunicação virtual complexa, voltada para a criação de técnicas de difusão de diversos tipos de conteúdos, os quais são reproduzidos através de inúmeras plataformas que hospedam e reproduzem esses conteúdos informacionais adulterados ou fabricados com propósitos perniciosos.

De acordo com Wardle e Derakhshan (2017, p. 4-5), desde a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas, em 2016, e das eleições para o Brexit no Reino Unido, as discussões sobre como a *desordem informacional* influencia Estados democráticos foi intensificada. Além disso, há preocupação crescente sobre como a *desordem informacional*, em épocas de campanhas eleitorais, podem gerar confusão e desconfiança, elevando a tensão entre diferenças socioculturais ao insuflar nacionalismos, preconceitos étnicos, religiosos, raciais, de gênero etc. No relatório produzido por encomenda do Conselho da Europa em Estrasburgo, em 2017, a *desordem informacional* é um fenômeno de abrangência mundial que está relacionada à “poluição da informação”, tornando o termo *fake news* insuficiente para expressar a complexidade desse fenômeno. Nesse sentido, Wardle e Derakhshan preferem não utilizar o termo *fake news* no relatório, preferindo *desordem informacional*, por dois motivos: 1 - o termo *fake news* não é suficiente para a complexidade da “poluição da informação” e 2 - devido ao fato de que políticos se apropriaram do termo *fake news* para usarem a seu bel prazer, acusando organizações de notícias, contrárias aos seus interesses, de manipularem informações. Nesse sentido, diversos políticos pelo mundo afora utilizam o termo *fake news* para reprimir, limitar e destruir a imprensa livre. Wardle e Derakhshan (2017, p. 5-6) investigam o fenômeno da *desordem informacional* através da seguinte divisão: três elementos (agente, mensagem e interpretante), três fases (criação, produção e distribuição) e três tipos (*misinformation*, *disinformation* e *mal-information*).

Por ser um panorama amplo de análise, o fenômeno da *desordem informacional* está fora do escopo deste texto. Sendo assim, optamos por utili-

zar o termo *fake news*, caracterizando-o de acordo com Wardle e Derakhshan (2017), referente aos três tipos de *desordem informacional*, quais sejam:

- *Mis-information*: quando informações espúrias são criadas e compartilhadas sem a intenção de causar danos.
- *Dis-information*: quando informações espúrias são conscientemente e deliberadamente criadas e compartilhadas a fim de causar danos às pessoas, grupos sociais, organizações ou países.
- *Mal-information*: quando informações genuínas, isto é, baseadas em fatos, são compartilhadas estrategicamente com objetivos de causar danos, alterando a informação da esfera privada para a pública, prejudicando pessoas, organizações e países.

Como exemplo de *mis-information*, podemos citar *fake news* que circulam nas redes sociais, principalmente no *YouTube*, sobre a suposta propriedade benéfica da planta Aranto para o tratamento do câncer. Segundo Pinheiro (2020), a planta tem sido estudada por pesquisadores, mas ainda não há comprovações que atestam cientificamente o seu uso para o tratamento do câncer.

Para exemplificar a *dis-information*, podemos citar *fake news* sobre vacinas veiculadas nas redes sociais, baseadas em negacionismo científico, crenças religiosas e ideologias diversas, as quais são os sustentáculos de teorias da conspiração. *Dis-information* pode ser canalizada para interesses políticos e usada como ferramenta para confundir as pessoas e prejudicar sistemas democráticos.³ Algumas *fake news* afirmam que vacinas causam autismo, câncer, HIV e até mesmo mortes. Um caso típico de *dis-information* relacionada às vacinas ocorreu, segundo o *site* G1 (2019), nas Filipinas,

³ De acordo com uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA), da Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP) e a Conectas Direitos Humanos, o governo federal, comandado pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, executou uma estratégia institucional de propagação do coronavírus. A pesquisa colheu dados sobre 3049 normas federais e estaduais, em 2020, atestando discrepâncias entre governo federal e governos estaduais. Segundo Eliane Brum (2021), a pesquisa analisou portarias, medidas provisórias, instruções normativas, decretos, leis, decisões e afirmações feitas em público pelo presidente da república. A pesquisa indica que, contrariamente ao que muitos afirmam, não há incapacidade administrativa do governo federal no que concerne à gestão da pandemia, mas, sim, um desempenho eficaz e uma deliberação favorável à ampla disseminação do Covid-19 no Brasil, com a finalidade de favorecer a política econômica e estratégias de necropoder adotadas pelo governo. A pesquisa intitulada *Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil* pode ser acessada neste link: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf

onde uma mulher chamada Arlyn B. Calos perdeu os dois filhos que contraíram sarampo por acreditar em *fake news* disseminadas via *Facebook*, as quais afirmavam que vacinas causam mortes.

Podemos citar, também, *fake news* sobre as vacinas contra o Covid-19 disseminadas no Brasil, entre as quais observamos declarações de pastores e do próprio presidente da república, Jair Bolsonaro. De acordo com Jucá (2020), em uma celebração religiosa, um pastor teria afirmado que a vacina contra Covid-19 é uma substância que entra no corpo humano e altera o nosso DNA. Outra *fake news* sobre a vacina contra o Covid-19 foi disseminada pelo presidente Jair Bolsonaro ao afirmar que a vacina transformaria as pessoas em jacaré.

Outros exemplos de *dis-information*, com finalidade política, são *fake news* cunhadas para destruírem sistemas democráticos e aniquilar reputações individuais, como no caso das eleições brasileiras, em 2018, bem como nos ataques à ativista ambiental Greta Thunberg. Segundo Ribeiro (2019), Greta sofre ataques nas redes sociais, tendo seu nome associado aos mais variados tipos de informações espúrias. Há casos de *dis-information* em que a ativista Greta Thunberg, por ter seu cabelo penteado em tranças, é associada às crianças da propaganda nazista. Ou ainda, *fake news* sobre ela ser neta do bilionário George Soros.

No caso das eleições brasileiras ocorridas em 2018, segundo Avelar (2019), em matéria publicada no Jornal britânico *The Guardian*, 42% das mensagens favoráveis à direita eram *fake news* que favoreciam o então candidato Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) e 3% das mensagens favoráveis à esquerda eram *fake news*, as quais favoreciam o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad.

Por fim, como exemplo de *mal-information*, podemos citar o caso da divulgação do áudio referente à escuta telefônica entre a ex-presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobre o convite feito a ele, por Dilma, para ser ministro da Casa Civil, em 2016. O caso foi retratado pelos principais veículos midiáticos no Brasil como tentativa de evitar a prisão de Lula e travar as investigações da Lava Jato contra ele. Posteriormente o site *The Intercept*, junto com o jornal *Folha de São Paulo*, divulgou escutas telefônicas, vazadas

pelo hacker Walter Delgatti, que colocaram em xeque a operação Lava Jato e todas as acusações contra Lula.

Outro exemplo de *mal-information* foi o ataque machista sofrido pela cientista Katie Bouman, responsável por divulgar a primeira imagem de um buraco negro na história da ciência. De acordo com a Revista Galileu (2019) e com o *site* de notícias UOL (2019), Bouman foi alvo de críticas sexistas, as quais afirmavam que ela estava se sobressaindo demais em relação aos outros pesquisadores. Tais críticas originaram *fake news* sobre a pesquisa, as quais afirmavam que as centenas de milhares de linhas de código do algoritmo que deu origem a captura da imagem, ou seja, 90% do trabalho, teriam sido feitas pelo colega de Bouman, que desmentiu as *fake news*.

Fake news atingem amplamente usuários de redes sociais porque são conteúdos informacionais filtrados, pontencializados e direcionados por algoritmos. De acordo com Branco (2017, p. 51-52), nem tudo que os outros postam aparece no nosso *news feed*, no caso do *Facebook*. Segundo Pariser (2012, p. 29-30, capítulo 1), em seu livro *O filtro invisível*, a solução do *Facebook* para lidar com a grande quantidade de postagens em sua rede social, logo nos primórdios de sua criação, foi usar o algoritmo *EdgeRank* que atua por trás da página inicial da plataforma, filtrando conteúdos relevantes. Logo, outras redes sociais e jornais como o *The New York Times* começaram a usar algoritmos nas suas páginas iniciais. Baseado em três fatores de relevância, o algoritmo filtra as informações e as direciona para os usuários de acordo com a afinidade, o peso relativo da cada conteúdo e o tempo. Assim, temos que:

- Fator de afinidade: é medido pela proximidade que o usuário da rede social, por exemplo, do *Facebook*, tem com outro usuário através do tempo de interação entre ambos. Quanto mais proximidade eles tiverem, mais atualizações receberão um (a) do outro (a).
- Fator de conteúdo e sua importância para a rede social: é medido através de prioridades conteudísticas. Geralmente conteúdos que indicam informação sobre relacionamentos tem mais prioridade sobre outros.
- Fator tempo: a relevância é dada às postagens mais recentes, as quais têm mais importância do que postagens antigas.

Segundo Branco (2017, p.52), o *Facebook* interfere na disponibilização do conteúdo que é mostrado na sua plataforma através de filtros-bolha, que são caracterizados como a personificação do conteúdo da informação relacionada às pegadas digitais que os usuários (as) deixam ao acessarem a rede social. Essa personalização de conteúdo para direcionamento de informação a usuários e grupos de usuários específicos é feita por mecanismos algorítmicos. Nesse sentido, os filtros-bolha aproximam pessoas com ideias semelhantes e afastam aquelas com pensamentos divergentes. A bolha limita a diversidade e aglomera usuários com afinidades ideológicas. Isso vai diretamente contra os princípios básicos do sistema democrático que se fundamenta justamente na interação entre opiniões divergentes e na convivência livre e respeitosa entre pessoas com pontos de vista diferentes.

Através de filtros-bolha, *fake news*, principalmente aquelas de cunho político, são direcionadas para grupos específicos e amplamente disseminadas em plataformas sociais como *Facebook*. Em nota recente, datada de 9 de janeiro de 2020, o *Facebook* anunciou que não faria mudanças que pudessem alterar significativamente as suas regras de publicidade política. Nesse sentido, a disseminação de *fake news* tem a tendência de aumentar em anúncios que se circunscrevem no cenário político. Segundo Katie Harbath, chefe de política global de eleições do *Facebook*, a posição da empresa está condizente com a liberdade de expressão, no respeito aos processos democráticos e por acreditarem que em democracias maduras e com imprensa livre, o discurso político já se expressa de forma extremamente minuciosa. Com a decisão do *Facebook*, diferentemente de outras redes sociais, como *Twitter* e *Spotify*, as quais proibiram propagandas com conteúdo político nas suas plataformas, campanhas políticas que utilizam a rede social para disseminarem *fake news* continuarão a utilizarem a plataforma para direcionarem conteúdos espúrios, sem que a rede social virtual de Mark Zuckerberg tenha nenhuma responsabilidade em relação aos conteúdos divulgados. (RIBEIRO, 2020).

Os impactos das redes sociais para indivíduos, grupos, organizações e sistemas democráticos é amplamente discutido por especialistas. De acordo com matéria publicada no Jornal *El País Brasil*, por Rebeca Gimeno, no dia 13 de fevereiro de 2019, não há um consenso sobre os malefícios e su-

postos benefícios dos impactos do uso das redes sociais virtuais. Entretanto, pesquisas recentes mostram que diminuir ou deixar de usar totalmente as redes sociais, como o *Facebook*, reduz sentimentos relacionados à depressão e à ansiedade, melhorando o bem-estar dos indivíduos. A pesquisa realizada pela New York University e pela Stanford University utilizou o mesmo método usado por laboratórios farmacêuticos para testar a eficácia de remédios. Os participantes da pesquisa, usuários do *Facebook*, foram divididos em dois grupos: um grupo permaneceu conectado ao *Facebook* e o outro ficou desconectado durante a realização da pesquisa. O grupo que ficou desconectado teve melhoras significativas no seu bem-estar, na medida em que se sentiam mais felizes, mais satisfeitos com as próprias vidas e, consequentemente, menos depressivos e ansiosos. Ainda, o grupo que permaneceu desconectado do *Facebook*, o dos usuários abstêmios, apresentou queda na polarização e divisão de opiniões geradas por questões relacionadas à política. Alinhado a essa queda, houve o aumento da capacidade de entender opiniões diferentes. Esse impacto de queda na polarização é observado na comparação entre os dados relativos aos anos de 2006 a 2016, nos quais o nível de polarização na sociedade norte-americana aumentou 100%. O grupo que ficou ausente do *Facebook* para a realização da pesquisa diminuiu em 42% esse indicador de polarização.

A decisão de deixar de usar redes sociais, como *Facebook*, pode proporcionar um encontro com nós mesmos e a reproximação presencial com outras pessoas por um período de tempo maior. Esse encontro com nós mesmos é a condição de *solitude* que, segundo Bauman (2011), é necessária para que possamos exercitar nossa reflexão sobre assuntos e acontecimentos diversos, soltar nossa imaginação, apreciar detalhes do mundo que ficam escondidos quando somos sugados pelas telas dos nossos *smartphones*. A fuga da solidão, via redes sociais virtuais, amplia ainda mais a solidão, impedindo a prática de nossa *solitude*. Entendemos que a inibição da *solitude* restringe e impede o despertar do pensamento crítico, proporcionando um caminho amplo para a colonialidade de mentes através da disseminação de *fake news*.

Em seu livro *Cartas do mundo líquido moderno*, no capítulo intitulado *Sozinhos no meio da multidão*, Bauman (2011) menciona uma matéria

que foi publicada no jornal *Chronicle of Higher Education*, em que relata a história de uma adolescente que havia enviado três mil mensagens de texto em um único mês. Mais precisamente isso indica que a adolescente enviou aproximadamente uma mensagem a cada dez minutos. Nesse período em que esta adolescente esteve conectada às redes sociais virtuais, através das tecnologias digitais, ela nunca esteve só por mais de dez minutos. Assim como milhares de outras pessoas que fazem uso desmedido das tecnologias digitais, ela não teve a oportunidade de estar consigo mesma, imersa em seus pensamentos, vislumbrando o possível futuro, sonhando acordada, refletindo. Como destaca Bauman (2011, p.9):

Assim, a adolescente nunca ficou sozinha por mais de dez minutos; nunca ficou só *consigo mesma*, com seus pensamentos, seus sonhos, seus medos e esperanças. A essa altura, ela deve ter se esquecido de como uma pessoa vive, pensa, faz coisas, ri ou chora na companhia de si mesma, sem a presença de outros. Melhor dizendo, ela nunca teve a oportunidade de aprender essa arte. O fato é que somente em sua incapacidade de praticar essa arte é que ela não está sozinha.

O medo e a aversão à solidão faz com que as pessoas busquem alternativas para preencher o vácuo deixado pela ausência de companhia. A tecnologia trouxe consigo a *internet* e surgiu como um alívio para o despreparo em lidar com a solidão e para o medo de estar só. Segundo Bauman (2011, p. 9-10), as tecnologias vieram apenas suprir necessidades das quais elas não criaram, mas apenas tornaram explícitas através de um único apertar de uma tecla ou de alguns toques nas telas. Nesse contexto, quanto mais as pessoas fazem uso das tecnologias, mais adentram ao vazio devido à ausência de companhia e deixam de usar seu corpo, seus músculos, seus pensamentos e sua imaginação. As redes sociais virtuais surgidas a partir do advento da *internet* substituíram a porta de madeira, que possibilitava sair pelo mundo à procura de companhia quando a solidão era impossível de suportar, pelas telas dos aparelhos digitais, através dos quais num simples toque as portas das redes sociais como o *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp* se abrem com centenas, milhares de contatos *online*. Assim, nunca mais estivemos sós; os contatos podem ser feitos e desfeitos com apenas um ou dois toques na tela do celular. Situações indesejadas podem ser evitadas, o medo da solidão é ilusoriamente dissipado, os compromissos e comprometimentos se tornam

superficiais. Como ressalta Bauman (2010, p.19): “O contato face a face é substituído pelo contato tela a tela dos monitores; as *superfícies* é que entram em contato. [...] O que se perde é a intimidade, a profundidade e durabilidade da relação e dos laços humanos.”

Para Bauman (2011, p. 11), estar sempre conectado indica que nunca estamos sós. Para fugir da solidão o ser humano deixa escapar a chance de estar consigo mesmo, de estar em *solitude*. As consequências desastrosas da ausência de *solitude* é que não conseguimos sentir o prazer de apreciar uma noite estrelada ou ler calmamente um livro; não conseguimos refletir, ponderar sobre nossos próprios pensamentos e, assim, não conseguimos prover de conteúdo e dar sentido à comunicação.

Os termos *solidão* e *solitude* tem significados diferentes e expressam condições psicológicas e situações distintas. Solidão, segundo o Dicionário *Michaelis online*, é o estado ou condição da pessoa que está em isolamento ou se sente só. Solidão também é considerada uma condição de sofrimento de quem foi privado involuntariamente da companhia de outros. De acordo com o *Dicio - Dicionário Online de Português*, *solitude* é uma condição de interiorização, de introspecção de quem prefere se isolar propositadamente para o exercício da reflexão. Podemos considerar que é um modo prazeroso de estar consigo mesmo por algum tempo. Como afirma Paul Tillich (1963, p. 9, capítulo 1): “Nossa linguagem detectou sabiamente esses dois lados do ser humano estar só. Ela criou a palavra "solidão" para expressar a dor de estar só. E criou a palavra "solitude" para expressar a glória de estar só.”⁴

Consideramos que a ausência da condição de *solitude*, ampliada pelo uso das tecnologias digitais, a qual Bauman se refere, propicia a absorção de informação de modo acrítico. Essa informação também pode ser disseminada na forma de *fake news* (*mis-information*, *dis-information* e *mal-information*), colonializando mentes, manipulando a opinião pública e direcionando ações.

⁴ Our language has wisely sensed these two sides of man's being alone. It has created the word "loneliness" to express the pain of being alone. And it has created the word "solitude" to express the glory of being alone. (TILLICH, 1963, p. 9, capítulo 1).

3. Colonialidade e decolonialidade de mentes: os impactos de *fake news*

A colonialidade de mentes é um dos aspectos mais danosos da subjugação de povos pelos colonizadores. A posse e o controle dos corpos e das mentes das vítimas dessas formas de subjugação permanece até hoje em suas versões contemporâneas, trazendo consigo os rastros de ações e intenções do passado, isto é, dominar para escravizar a fim de manter sob controle e extorquir tudo o que for pertinente aos interesses do colonizador. Em uma de suas versões contemporâneas, a colonialidade de mentes usa como ferramentas as novas tecnologias da informação (TICs), através do colonialismo digital, principalmente via redes sociais virtuais, as quais são aparatos de disseminação de *fake news*.

A colonialidade de mentes, segundo Dascal (2009, p. 2), é um tipo de violência epistêmica caracterizada como transmissão e modificação de sistemas sociais e de hábitos de pensamentos, tais como família, linguagem, religião, ciência, educação, ideologia, mídia e agrupamentos políticos, os quais disseminam formas de imposição do pensamento e ação do colonizador. A metáfora colonialidade de mentes, usada para indicar o domínio de povos e de seu sistema de pensamento por outros povos, expressa as seguintes características, as quais não estão restritas à situações sócio-políticas classificadas como “coloniais”, mas abrangem uma variedade de processos mentais indicativos de colonialidade:

- Intervenção do colonializador, caracterizado como uma fonte externa, no âmbito mental de um indivíduo ou grupos de indivíduos, os quais são definidos como colonializados.
- A intervenção do colonializador afeta aspectos centrais do conteúdo, modo de funcionamento e estrutura da mente dos colonializados.
- Os efeitos da colonialidade de mentes são duradouros e não são facilmente removíveis.
- Há um grande desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas - colonializador e colonializados.
- Colonializador e colonializados podem estar conscientes ou serem inconscientes dos seus papéis.

- Ambos, colonializador e colonializados, podem participar do processo de colonialidade de mentes voluntariamente ou involuntariamente.

Como exemplo de colonializadores e colonializados inconscientes de seus papéis, Dascal (2009, p.2-4, para. 5-10) cita o exemplo dado pelo educador brasileiro Paulo Freire, o qual caracteriza o sistema educacional como colonializador de mentes pautado no “modelo bancário”. Isso porque o conhecimento é considerado uma *commodity* que é depositado, por aqueles que o detêm, no caso os professores, na mente de quem não possui o conhecimento, no caso os alunos que recebem passivamente o conhecimento. Aos professores é dada a condição de autoridade epistêmica, assim como em outros domínios da sociedade é designada outras autoridades epistêmicas como religiosos, cientistas, família etc. Na maioria dos casos, os colonializadores não percebem que também tiveram suas mentes colonializadas e que estão colonializando mentes, tampouco os colonializados percebem que estão sendo subjugados por colonializadores via autoridade epistêmica. Ambos não percebem os danos da imposição de crenças e padrões de ações porque acreditam que estão colaborando para o bem comum da sociedade.

Outro exemplo seria o de desequilíbrio de poder entre colonializador e colonializado e seus efeitos duradouros, nos quais os colonializados não estão cientes de sua colonialização, expresso na contemporaneidade, por exemplo, pela relação entre redes sociais (empresas como *Facebook*) e seus usuários. As plataformas digitais, como diria Bauman (2011, p. 15, capítulo *On-line, off-line*), roubam o contato com o olhar e a proximidade física, transformando o contato presencial em não convidativo, em perda de tempo. A tela, janela para a virtualidade, estabelece relações virtuais nas quais não há o desejo de mergulhar na profundidade do sentido das coisas. Mergulhos profundos não fazem parte da superficialidade das relações tecidas na virtualidade. Como afirma Bauman (2011, p. 15, capítulo *On-line, off-line*):

Numa vida de contínuas emergências, as relações *virtuais* derrotam facilmente a “vida *real*”. Embora os principais estímulos para que os jovens estejam sempre em movimento provenham do mundo off-line, esses estímulos seriam inúteis sem a capacidade dos equipamentos eletrônicos de multiplicar encontros entre indivíduos, tornando-os breves, superficiais e sobretudo descartáveis. As rela-

ções virtuais contam com teclas de “excluir” e “remover spams” que protegem contra as consequências inconvenientes (e principalmente consumidoras de tempo) da interação mais profunda.

No mundo *off-line*, os contatos são menores, em comparação com quantidade exorbitante de amizades virtuais, isso porque os laços são aprofundados e os vínculos fortalecidos, prezando pela qualidade e não pela quantidade. Diferentemente dos laços e compromissos tecidos na virtualidade, que são instantâneos, as relações presenciais são estabelecidas na intenção de serem permanentes. (BAUMAN, 2011). A imediatividade e o enfraquecimento dos laços entre os usuários das redes sociais virtuais aumenta a sua condição de solidão e isolamento, em detrimento da *solitude*, propiciando campo fértil para a colonialidade de mentes, via *fake news*, dado que o pensamento crítico também se esvai junto com a desistência em mergulhar no sentido profundo das coisas. A mídia é designada a ser a autoridade epistêmica, neste caso, a rede social virtual como ferramenta propiciadora de veiculação de *fake news*.

A autoridade epistêmica como ferramenta de colonialidade recebe o apoio de estruturas que a transforma em autoridade social para ser melhor aplicada. Essa transformação pode ser feita por meio de demonstração simbólica de autoridade a fim de desvalorizar outros, ou por meio de diversos tipos de discriminações, através do uso da violência coercitiva ou por meio de recompensas e punições socioeconômicas. A autoridade social é ineficaz sem o suporte da autoridade epistêmica para garantir o sucesso da implementação da colonialidade de mentes. A colonialidade de mentes efetivamente ocorre quando o colonializado adota os princípios epistêmicos do colonializador em seu modo assimétrico de diferenciação entre dominador e dominado, superior e inferior. (DASCAL, 2009, p. 4).

Para Dascal (2009, p. 5-6; 26), as reações à colonialidade de mentes vem com o movimento de decolonialização que engloba, entre outras, dois tipos de ações: rejeição e resistência. Neste texto, optamos por utilizar o termo decolonializar visto que a concepção de decolonialização de mentes se aproxima da concepção de decolonizar usada por Walsh (2009). Não há um consenso entre pesquisadores sobre o uso dos termos decolonizar e descolonizar. Alguns os usam para expressarem significados diferentes e outros os

usam como sinônimos. Entre os que defendem a diferença dos conceitos, como Walsh (2009), decolonizar não é simplesmente um desarmar, desfazer ou reverter o colonial, pois isso significaria apenas mudar do colonial para o não colonial, excluindo os padrões e traços da colonialidade, o que não ocorre, de fato. Decolonizar, portanto, é um conceito que marca posicionamentos e atitudes que se expressam em ações contínuas que marcam a luta contra a dominação e controle epistêmico, de subjetividades e de existências que se refletem na opressão de gênero, sexualidade, étnico-raciais, classe social, geracional etc. Desse modo, a decolonização é uma contraposição a colonialidade e a descolonização é uma contraposição ao colonialismo. Colonialismo é entendido como domínio político, geográfico, econômico e cultural dos conquistadores sobre os conquistados e colonialidade é a continuidade da dominação e opressão do poder dos colonizadores em relação aos colonizados, mesmo após a independência política e emergência de Estados-Nação. (SANTOS, 2018).

Não entraremos em discussão mais aprofundada sobre as diferenças entre os termos decolonizar e descolonizar, o que poderá ser assunto de trabalhos posteriores. Escolhemos utilizar o termo decolonializar devido a que, concordamos que há diferenças entre descolonizar um espaço geográfico e decolonizar subjetividades, o primeiro não está necessariamente atrelado ao segundo. Entretanto, por questões de terminologia, usamos, neste texto, os termos colonialidade, decolonialidade e decolonialização porque ambos estão de acordo com o que Dascal e Walsh propõem. Como veremos, com a emergência das TICs, há um novo tipo de colonização, a colonização digital que, de acordo com Kwet (2021), envolve o domínio de espaços virtuais para subjugar política, econômica e socialmente um espaço geográfico, seja ele algum tipo de território ou um Estado-nação. Consideramos que para haver o processo decolonialização de mentes, é imprescindível que os espaços virtuais sejam descolonizados.

Apesar da perspectiva marxista e libertarianista afirmar que somente a revolução livra os colonizados, Dascal afirma que, de acordo com a concepção de Memmi (2006), estes ainda carregam marcas e “lições” assimilados dos colonizadores, o que induz os colonizados a lutarem, carregando, muitas vezes, técnicas de pensamento e métodos de combates similares aos

dos colonizadores. Nesse sentido, os rastros maléficos do sistema colonialista não desaparecem com a descolonização, mas persistem através do uso da força, da corrupção, da restrição intelectual, perseguição de minorias, violência contra a mulher etc. Para Dascal, tanto o combate intelectual quanto o prático, baseado na luta efetiva, como o proposto por Frantz Fanon, por exemplo, na sua luta contra a colonialidade de mentes na África, carregam padrões de pensamento endossados pela autoridade epistêmica que servem de modelo para colonialidade de mentes. A transmissão de crenças, padrões de pensamento e comportamento, ideologias etc são peças que constituem a identidade e cultura de uma comunidade ou sociedade.

Nesse contexto, Dascal (2009, p. 16, para. 39-40) questiona se pode haver a total decolonialização de mentes, o que seria a estratégia da rejeição radical, desqualificando totalmente a visão de mundo do colonizador. Três pontos principais direcionam a estratégia de rejeição radical:

- Se qualquer valor mínimo referente ao sistema de pensamento do colonizador for aceito pelo colonizado no processo de decolonialização, isso levará a colonialidade parcial da mente que se estenderia a outros, possibilitando a colaboração com o colonizador, provocando a corrupção na luta contra a colonialidade de mentes.
- A eliminação de qualquer marca de colonialidade de mentes é necessária para recuperar as tradições originais que foram substituídas pelos colonizadores. Para recuperar as suas tradições e sua visão de mundo, o colonizado precisa se livrar de crenças, desejos, medos e hábitos mentais incorporados ao seu sistema de pensamentos através do contato contínuo com o colonizador.
- O sistema conceitual do colonizador precisa ser demolido para suprimir a sua autoridade epistêmica.

Dascal (2009) questiona se depois que for realizada a decolonialidade de mentes de modelos externos vindos dos colonizadores, a estratégia daqueles que defendem modos específicos de decolonialização, como o defendido por Fanon, iria impor a sociedade decolonializada outros conteúdos passíveis de recolonialidade de mentes, de outros modos. É óbvio que a decolonialização de mentes visa negar a autoridade epistêmica imposta aos povos oprimidos, devolvendo a estes sua autonomia epistêmica através do

combate ao colonializador. Não se trata de criticar a luta pela decolonialização de mentes, mas apenas questionar até onde a decolonialização também poderia abrir espaço para novas formas de colonialidade de mentes, sendo ela mesma a protagonista neste processo de colonialidade.

Dascal (2009, p. 22-23, para. 53;56) propõe um modo de viver com um tipo de colonialidade de mentes, já que para ele a erradicação total não é possível, no qual significaria não ser dominado e nem perder a total autonomia. Ele parte da proposta de decolonialização mista ao invés de modelos radicais puristas, para as quais decolonializar significa recolocar o esquema de colonialidade mental anti-colonial, autêntico e nativo da comunidade, re-colonializando-a, apesar de ter um esquema de autoridade diferente do colonializador externo. Esse tipo de re-colonialidade de mentes é um processo passivo como o caso da relação professor-estudante, criticada por Paulo Freire. Dascal afirma que, contrariamente a este processo passivo, o processo de reestruturação (*re-framing*) é ativo, no qual os participantes atuam para construir um novo modelo de esquema mental ao invés de receber passivamente esquemas mentais prontos. Nesse modelo, elementos de diferentes sistemas que são conflitantes se misturam parcialmente para gerar novas alternativas para resolver conflitos. Isso não implica a total aceitação e, tampouco, a total rejeição dos sistemas em conflito. O estabelecimento dessa linha de comunicação entre os sistemas de pensamento possibilita a condição do próprio pensamento.

Seguindo a posição de Dascal sobre a mistura de sistemas conflitantes, não implicando a rejeição e nem a aceitação total do colonializador, analisamos se seria possível aceitar parcialmente a influência das tecnologias digitais enquanto ferramentas de colonialidade de mentes através de mídias sociais virtuais como *Facebook*, *Twitter*, *WhatsApp*, *You Tube* etc, as quais veiculam sistemas de pensamentos dos colonializadores, podendo estes serem expressos através de *fake news*.

Consideramos que *fake news* carregam crenças ancoradas na relação colonializador/colonializado como forma de subjugação de indivíduos ou grupos sociais a interesses de determinado grupo dominante. *Fake news*, principalmente as de cunho político, veiculadas nas redes sociais virtuais, as quais transmitem informações relacionadas aos interesses do pensamento do

colonizador, expressam a tentativa de perpetuação de poder do colonizador e a subjugação de colonizados através de uma representação propositalmente irreal do mundo. Um exemplo dessa subjugação é o *Facebook* que, como apontamos, anunciou que não fará mudanças significativas nas regras de publicidade política, deixando o espaço aberto para veiculação de *fake news*, principalmente em épocas de eleições. Se por um lado, o *Facebook* pode abrir espaço para maior representatividade de grupos de minorias políticas, por outro lado, serve como ferramenta para divulgação de *fake news* que são usadas na perpetuação de aspectos nocivos à sociedade como a alienação, o ódio ao diferente, aos economicamente mais pobres e o ódio à política, consolidando o poder de grupos dominantes em relação a grupos dominados.

Se levarmos em conta as características da colonialidade de mentes proposta por Dascal (2009), podemos considerar que, no que concerne às *fake news*: elas podem ser criadas por colonializadores que atuam como fontes externas aos colonizados, impactados pelas *fake news* políticas. Enquanto fontes externas, os colonializadores e criadores de *fake news* atuam disseminando informações espúrias a fim de alterar a estrutura e o funcionamento do pensamento dos colonizados. Isso se configura no desequilíbrio de poder entre disseminadores de *fake news*, com propósitos indignos, e os impactados pela informação, cuja verdade fica ausente ou em segundo plano. Os criadores de *fake news* políticas são colonializadores conscientes de seus papéis, porém, os colonizados podem ser conscientes ou inconscientes de seus papéis. Nesse sentido, ambos, colonializador e colonizados participam voluntariamente ou involuntariamente do processo de colonialidade de mentes. Consideramos que, assim como em outros âmbitos da colonialidade de mentes, os efeitos desta, via *fake news*, são duradouros e devastadores para a emergência e manutenção de democracias.

O discurso constituído por *fake news* cria e alimenta crenças alienantes que minam a percepção das relações sociais e da realidade, alcançando uma imensa quantidade de pessoas já que, segundo pesquisas, a grande maioria dos usuários do *Facebook* e *WhatsApp* (comprado pelo *Facebook*, em 2014) leem notícias através da *timeline* do *facebook* e pelo *WhatsApp*. Segundo Valente (2018), apesar do relatório sobre notícias digitais do Instituto

Reuters ter divulgado pesquisa sobre os hábitos de consumo do jornalismo, em 2018, apontando o decréscimo do número de pessoas que leem notícias através de redes sociais, em alguns países como Estados Unidos, Reino Unido e França, o *Facebook* ainda lidera o *ranking* das redes sociais mais usadas para acessar notícias. O número de acesso de pessoas que leem notícias pelo *WhatsApp* teve aumento considerável. No Brasil, o *Facebook* é a rede social mais popular e acessada enquanto fonte de notícias. De acordo com Matos (2018), pesquisa realizada pelo Datafolha, em 2018, mostra que 35% dos brasileiros entrevistados se informam sobre notícias via *WhatsApp* e 40% dos entrevistados utilizam o *Facebook* para lerem notícias. 62% dos brasileiros entrevistados usam o *WhatsApp* e 55% o *Facebook*. Em nova pesquisa realizada pela FGV-Dapp em parceria com o G1 sobre debates políticos e circulação de informações em plataformas digitais, realizou-se um levantamento de informações sobre o que foi postado sobre política entre agosto e outubro de 2019 em grupos no *WhatsApp*. O *You Tube*, via *WhatsApp*, foi o *site* mais compartilhado contendo *fake news*. 20% dos 100 *links* mais compartilhados do *You Tube*, no *WhatsApp*, remetiam a *fake news*. (PAIVA; LAVADO, 2020).

Nesse sentido, além de tentar entender as crenças infundadas, indicativas de *fake news*, compartilhadas na redes sociais, também precisamos entender as crenças de quem compartilha, bem como as crenças de quem possibilita as ferramentas para este compartilhamento de informação espúria, filtrada por algoritmos programados para fisgar nossas pegadas digitais. Como ressalta Pariser (2011, p. 18, Introdução):

Precisamos entender aquilo em que acreditam os programadores do Google e do Facebook. Precisamos entender as forças econômicas e sociais que movem a personalização, algumas delas inevitáveis, outras não. E precisamos entender o que tudo isso representa para nossa política, nossa cultura e nosso futuro.

Segundo Ethel Rudnitzki (2019), era previsível que a *internet* não tornaria o ser humano mais informatizado e politizado, mas nos tornamos mais radicalizados e consumidores assíduos de conteúdos apelativos e sensacionalistas, veiculados nas mídias sociais virtuais. A argumentação coerente se transformou em xingamentos vociferados nas redes sociais, num ambiente de radicalização e restrição de opiniões divergentes. Em uma en-

trevista concedida a Rudnitzki, da Pública, em 2019, Jamie Bartlett afirma que fomos ingênuos ao acreditarmos que tornar a informação mais disponível, permitindo criá-la e compartilhá-la, transformaria o ambiente em um lugar mais politizado, informado e racional. Para ele, essa visão advém do pensamento extremamente liberal e alienado das questões reais do mundo. Para os defensores dessas ideias extremamente liberais, a *internet* e as redes sociais seriam totalmente livres sem a interferência e controle da informação. A quantidade de informação exorbitante veiculada nas redes sociais, as quais os usuários estão diariamente expostos, como as *fake news*, são prejudiciais pois a enorme quantidade de informação faz com que usuários comecem a duvidar da veracidade de tudo o que leem. Como forma de amenizar os impactos da *internet* e redes sociais na sociedade, Bartlett propõe a criação de departamentos que fiscalizem a atuação dos algoritmos, o impedimento da compra de empresas de comunicação menores por empresas maiores (oligopólios) e a inserção de temas como *fake news* na educação.

Para Mariconda (2019), o despotismo tecnológico advindo da evolução tecnológica, como o surgimento das TICs, deu origem ao *estado de exceção tecnológica* que é caracterizado pela ausência e supressão de normas, leis e regulações para o uso de tecnologias, bem como pela instauração e imposição de um Estado onde prevalece o direito do mais forte (corporações transnacionais, grandes companhias, etc). Nesse *estado de exceção tecnológica*, há a prática contínua da violência contra cidadãos e consumidores dessas novas tecnologias, retirando-lhes a proteção legal de seus direitos em detrimento dos interesses dos detentores do poder econômico.

Entendemos que esse *estado de exceção tecnológica* é oriundo de uma nova forma de colonialismo, surgida com as TICs, o colonialismo digital realizado pelas *Big Techs* (corporações transnacionais de tecnologias). Segundo Kwet (2021), o colonialismo digital é o uso, pelos poderes dominantes (colonizadores), das propriedades de infraestruturas digitais, do conhecimento, do controle dos meios de computação (*software*, *hardware* e conectividade da rede) para manter o Sul do planeta em uma situação de permanente dependência. Esse uso de infraestruturas digitais e dos meios de computação pode ser observado em plataformas como *Google* e *Facebook*, as quais extraem dados dos usuários que podem ser usados para fins diver-

sos que atendem desde interesses econômicos imperialistas de empresas a interesses políticos, impactando, por exemplo, em eleições, através da disseminação de *fake news*, prejudicando sistemas de governo democráticos. Como Kwet (2021) aponta: “Nas últimas décadas, as corporações transnacionais de “Big Tech” sediadas nos Estados Unidos acumularam trilhões de dólares e ganharam poderes excessivos para controlar tudo, desde negócios e trabalho até mídia social e entretenimento no Sul Global. O colonialismo digital está agora engolfando o mundo.”⁵

Consideramos que é nesse *estado de exceção tecnológica*, oriundo do colonialismo digital, que a disseminação de *fake news* encontra respaldo. A colonialidade de mentes, possibilitada pela interação contínua e desregulada com as plataformas virtuais, é uma ferramenta de manipulação sócio-econômica-cultural. A não regulamentação das TICs faz com que plataformas digitais, como o *Facebook*, permitam a circulação de *fake news*, principalmente de cunho político, influenciando e alterando resultados de eleições e minando Estados democráticos. A proposta de Dascal sobre a mistura de modelos conflitantes de colonialidade de mentes, a fim de possibilitar o próprio pensamento, é minada, nestas plataformas, através das bolhas virtuais onde há interações entre semelhantes e por onde circulam informações homogêneas. O paradigma da complexidade, através de uma ética pensada via princípios hologramático e dialógico, pode jogar luz no problema das bolhas virtuais e oferecer um caminho para amenizar os impactos negativos do uso da *internet* e das mídias sociais na sociedade, proporcionando subsídios para o processo de decolonialização de mentes.

4. Ética da Complexidade: repensando o problema da colonialidade de mentes

A ética da complexidade é oriunda do paradigma da complexidade, o qual adota a perspectiva sistêmica, a partir da relação de reciprocidade e emergência das partes com o todo, enquanto formação não linear de padrões, baseado no princípio hologramático. O paradigma da complexidade

⁵ Over the past decades, transnational “Big Tech” corporations based in the United States have amassed trillions of dollars and gained excessive powers to control everything, from business and labor to social media and entertainment in the Global South. Digital colonialism is now engulfing the world. (KWET, 2021).

vai, portanto, de encontro ao pensamento mecanicista que tem como bases conceituais o determinismo, o reducionismo, a analiticidade e o dualismo que fragmentam o agente do seu ambiente. O pensamento baseado na perspectiva mecanicista de mundo tem como um de seus principais fundamentos o método cartesiano, resumidamente, expresso por Morin (2003, p. 87-88): dividir cada um dos problemas em tantas partes quanto seja possível para melhor maneira de resolvê-los e ordenar os pensamentos a partir dos mais simples e fáceis de obter conhecimento para, paulatinamente, alcançar o conhecimento complexo. Esses dois fundamentos do método cartesiano englobam os princípios reducionista e o de separação que regem e orientam o pensamento científico.

Para Morin (2005, p.183), diferentemente da concepção mecanicista cartesiana, entender a complexidade que envolve as formas de vida não está relacionado à separação, ao isolamento e às demarcações precisas das partes em relação ao todo. Isso porque de acordo com o princípio hologramático, as partes estão no todo, assim como o todo está nas partes. Em outras palavras, um sistema pode ser considerado mais e menos do que a soma de suas partes na medida em que: enquanto todo, ele pode ser caracterizado como mais do que a soma de suas partes, dado que existem propriedades emergentes que se formam a partir da interação entre as partes. O todo é considerado também menos do que a soma de suas partes, visto que algumas propriedades são inibidas pela relação das partes com o todo. O todo é mais do que o todo devido a que ele retroage sobre as partes, que por sua vez, retroagem sobre o todo. Segundo Morin (2003, p. 88), o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes e o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo. Assim, ao invés de isolar, mutilando cada uma das dimensões dos fenômenos, é necessário investigá-los a partir de suas multidimensionalidades. A complexidade, nas palavras de Morin (1977, p. 344), é caracterizada como:

A complexidade impõe-se, em primeiro lugar, como impossibilidade de simplificar; surge onde a unidade complexa produz as suas emergências, onde se perdem as distinções e clarezas nas identidades e causalidades, onde as desordens e as incertezas perturbam os

fenómenos, onde o sujeito-observador surpreende o seu próprio rosto no objecto da sua observação, onde as antinomias fazem divagar o curso do raciocínio.

De acordo com Morin (2003, p. 89), é preciso substituir o pensamento isolacionista que fragmenta as partes do todo por um pensamento que diferencia e une. Há a necessidade de substituir um pensamento que separa e reduz por um pensamento do complexo, respeitando diferenças ao mesmo tempo que reconhece a unicidade, tratando as diversas realidades como solidárias e conflituosas, assim como sistemas democráticos que alimentam e regulam antagonismos. Nas palavras de Morin (2003, p. 89): “É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto.” Morin (2003, p. 93-97) concebe sete diretrizes complementares e interdependentes para o pensamento complexo, dentre as quais, para os propósitos deste artigo, destacamos três:

- Princípio hologramático - a parte está no todo assim como o todo está em cada parte do sistema.
- Princípio do circuito retroativo - introduzido por Norbert Wiener, permite o conhecimento de processos auto-reguladores, pautados no *feedback* negativo que reduz o desvio e estabiliza o sistema, bem como no *feedback* positivo, o qual funciona como um mecanismo amplificador. Essa amplificação pode ser pensada nos casos de violência cometida por um indivíduo que pode gerar uma reação violenta que, por sua vez, poderá ocasionar uma relação bem mais violenta que as anteriores. *Feedbacks* inflacionários ou estabilizadores são observados em contextos sociais, econômicos, políticos, psicológicos etc.
- Princípio dialógico - une dois princípios antagônicos que são considerados excludentes para constituir o fenômeno complexo.

Para Morin (2003), contrariamente a perspectiva fragmentada na qual os âmbitos psicológicos, sociais, culturais, econômicos e políticos são investigados separadamente, os princípios do pensamento complexo os colocam numa realidade multidimensional e interligada. Nessa realidade, os fenômenos são considerados sistêmicos, isto é, um conjunto organizado e

auto-organizado de partes diferentes que possibilitam a emergência de qualidades que não existiriam nas partes isoladas umas das outras. Por exemplo, indivíduos formam uma sociedade que possibilitará emergências sociais como a língua e a cultura. A concepção dialógica de união dos antagônicos, mas que ao mesmo tempo são complementares, também pode ser rastreada desde a antiguidade nos princípios opostos do *yin* e *yang* no pensamento chinês, passando pelo pensamento grego com Heráclito em sua associação de termos contraditórios, na idade clássica com Pascal e sua noção do todo e as partes, no período da modernidade com Kant através da evidência dos limites da razão, na incerteza de Nietzsche, na dialética marxista e no metamarxismo de Adorno e Horkheimer. Todos criticaram a racionalidade predominante em suas épocas, fornecendo elementos para a elaboração da concepção de pensamento complexo, o qual é expresso através das obras de Ilya Prigogine, Norbert Wiener, Henri Atlan, Thomas Khun, von Foerster, Humberto Maturana, Francisco Varela, David Bohm etc.

O pensamento complexo é útil para tratar de problemas organizacionais, sociais e políticos, possibilitando estratégias para lidar com as incertezas, oferecendo clarificações para dificuldades existenciais através da compreensão, bem como para a elaboração de uma ética da solidariedade. (MORIN, 2003). Essa ética, segundo Morin (2005), é denominada antropológica na medida em que, apesar dos problemas relacionados à moral e à ética serem diferentes nas mais variadas culturas e sociedades, há um aspecto social, individual e genérico da espécie humana que estão ligados. Esse aspecto expressa que o ser humano precisa desenvolver a sua autonomia pessoal e as suas responsabilidades pessoais, desenvolver participação social e responsabilidades sociais, dado que compartilhamos destinos comuns. O lado social da antropológica está intrinsecamente ligado à democracia porque é em sistemas democráticos que supostamente deve existir a relação de solidariedade e responsabilidade entre indivíduos e sociedade. A democracia exerce o controle em princípio e o controlado passa a controlar quem controlava, exercendo suas responsabilidades através das eleições. Como ressalta Morin (Os sete saberes necessários à educação do futuro, p.11):

Evidentemente, não existe democracia absoluta, ela é sempre incompleta, mas sabemos que vivemos em uma época de regressão democrática porque existe, cada vez mais, o poder tecnológico que agrava os problemas econômicos, mas na verdade, é importante orientar e guiar essa tomada de consciência social que leva à cidadania para que o indivíduo exerça sua responsabilidade.

É através do pensamento complexo que percebemos a realidade como todo, isto é, o todo é a realidade. A fragmentação do pensamento faz com que percebamos erroneamente que a realidade é dividida em partes isoladas que se unem para formar um todo não sistêmico. A visão que exprime a inseparabilidade entre as partes que formam o todo também pode ser observada nos trabalhos elaborados por David Bohm; para ele (1996) a maneira como nós vemos e percebemos o mundo é direcionada pelo nosso pensamento que é incompleto e fragmentado. Essa fragmentação, como ressaltamos, é moldada pela visão mecanicista que reduz o mundo a elementos básicos, os quais são externos e independentes uns dos outros. As partes estão dissociadas do contexto e, por isso, desenvolvem-se separadamente e não como constituintes de um todo organizado. Para ele, as partes são dependentes do contexto, estando internamente conectadas com o todo; qualquer alteração em uma das partes implica em mudança no todo.

De acordo com Bhom (2005, p. 20), a fragmentação é uma tentativa de estender a análise do mundo em partes separadas, dividindo o que não é divisível. A tentativa de dividir em partes gera outra tentativa, a de unir o que não tem relação de união. Isso pode ser percebido em grupos políticos, econômicos, religiosos etc nos quais há um senso de divisão e separação dos membros desses grupos em relação ao resto do mundo. O problema deste tipo de divisão é que os membros não estão de fato separados do resto do mundo, dado que eles estão conectados com o todo. Assim, essa divisão causa problemas e não funciona realmente. Cedo ou tarde os membros desses grupos começarão a enxergar diferenças entre si, provocando disrupções, desentendimentos e desunião. Isso porque a verdadeira unidade dos indivíduos, entre si, e com a natureza só emerge na forma de ação que não fragmenta o todo da realidade. Como afirma Bhom (2005, p. 20-21): “Como

enfateizei, nós tentamos dividir o que é um e indivisível, e isto implica que o próximo passo será tentar identificar o que é diferente.”⁶

A abordagem do paradigma da complexidade é muito ampla e não caberia nas páginas deste texto, até mesmo porque não é nosso propósito realizar um estudo mais abrangente sobre o tema, mas apenas oferecer a concepção de pensamento complexo como uma alternativa para o pensamento fragmentado que direciona as nossas ações. Esse pensamento fragmentado e isolacionista é também representado pelas *fake news*, cujas informações disseminadas causam antagonismos, bem como pelos filtros-bolha, os quais canalizam essas informações e aglomeram separadamente esses antagonismos em espaços de interações virtuais homogêneas. A Ética da complexidade emerge do pensamento complexo, a qual tem entre suas principais características, o princípio dialógico que, contrariamente ao isolacionismo, expressa unicidade, respeitando as diferenças e antagonismos.

Para Vasconcellos (2003, 113-114), o princípio dialógico, proposto por Morin, busca articulação entre as partes sem reduzir ou eliminar diferenças. Isso significa que não é possível alcançar a unificação primeira ou última, um princípio único, de acordo com uma perspectiva monista. O princípio dialógico expressa a articulação que mantém a dualidade na unidade, sem a busca por uma síntese, como acontece na dialética, a qual a tese e a antítese não preservam suas partes integralmente, mas se diluem na síntese. A dialógica, peça fundamental do pensamento complexo, une conceitos que são opostos e antagônicos, os quais estavam separados em contextos fechados. Um exemplo seria a afirmação de que um indivíduo é autônomo e dependente. Pensar nas duas características em negação uma à outra seria a abordagem da dialética. Na dialógica do pensamento complexo, não teríamos que escolher entre as duas características – autônomo e independente –, tampouco buscar uma caracterização que sintetize os dois aspectos do indivíduo.

Para Morin (2005, p. 209), o paradigma complexo dialógico se expressa através da implicação/distinção/conjunção. Nesse sentido, a proposta de sistema misto de Dascal vai ao encontro do paradigma da complexidade

⁶ As pointed out, we try to divide what is one and indivisible, and this implies that in the next step we will try to identify what is different. (BOHM, 2005, p. 20-21).

na medida em que, diferentemente da perspectiva mecanicista relacionada a outros vieses que separa, limita e exclui, a concepção de complexidade não está vinculada ao isolamento, à demarcação e à fragmentação do todo em partes. A proposta da complexidade, para Morin, como ressaltamos, é tratar as diferentes realidades como solidárias e conflituosas, condizentes com sistemas democráticos que alimentam e regulam antagonismos. Em relação ao sistema misto de Dascal, não se trata aqui de apoiar a colonialidade de mentes e fechar os olhos para os malefícios que o colonializador pratica com os colonializados, negando a luta e afirmando a aceitação da dominação, mas apenas entender como os movimentos do sistema, enquanto conflitos entre colonializador/colonializados, podem ser abordados pela teoria da complexidade, através da relação hologramática e dialógica de complementaridade e oposição entre partes do sistema.

No caso da colonialidade de mentes, entendemos que *fake news* produzem *feedbacks* inflacionários que amplificam as reações dos usuários das redes sociais. Isso pode ser observado nos casos citados sobre *dis-information* em relação às vacinas e nos casos de *dis-information* no processo eleitoral brasileiro, influenciando nos resultados das eleições e comprometendo o sistema democrático. A disseminação de *fake news* (*dis-informação* e *mal-information*) tem como um de seus principais propósitos favorecer grupos dominantes e manter o desequilíbrio de poder do sistema colonializador/colonializado.

Se consideramos que esses *feedbacks* inflacionários, no contexto das redes sociais virtuais, ocorrem no espaço direcionado pelos filtros-bolha, baseados na concepção de complexidade de Bhom, temos que: a divisão gerada pelos filtros-bolha, via algoritmos, induz a uma percepção ilusória de que, escondidos nas redes sociais, estamos de fato separados do resto do mundo. O problema dessa percepção ilusória é a de que ela causa problemas conjuntamente com as crenças fundamentadas em *fake news* que são disseminadas pela bolha. Esse problema duplo, isto é, de percepção fantasiosa de que estamos fragmentados do resto do mundo e das crenças espúrias advindas de *fake news*, gerará danos causados pelos membros da bolha entre si e às outras pessoas, na medida em que a fragmentação da bolha em relação ao resto do mundo não funciona realmente. Isso porque em uma bolha homo-

gênea, mais cedo ou mais tarde, os membros perceberão diferenças entre si e isso causará desentendimento e a ruptura da bolha. A ruptura da bolha é algo positivo, principalmente em tempos de disseminação de *fake news*, pois a ruptura proporciona abertura para o diálogo entre posições antagônicas, favorecendo o princípio dialógico. Para Bohm, é através da ação que não fragmenta que ocorre a unidade entre indivíduos.

Não se trata aqui de demonizar o uso de algoritmos que são resultados dos avanços tecnológicos, mas apenas ressaltar que os seus aspectos negativos se concentram principalmente no que concerne ao direcionamento de informação para fins que visam prejudicar indivíduos, grupos, organizações e sistemas democráticos. Entretanto, entendemos que também há aspectos positivos quando seu uso é direcionado para fins que atendam o bem comum. O uso de algoritmos envolve fatores positivos que expressam sua utilidade benéfica para a sociedade, no uso para fins científicos na área médica, na previsão de doenças como câncer etc. No caso específico das redes sociais, eles podem, por exemplo, ser usados como ferramentas no empoderamento e na representatividade de grupos considerados minorias políticas, como LGBTQ+. Neste texto, o que nos concerne são os problemas gerados pela disseminação de *fake news*, através de redes sociais como *Facebook*, bem como os seus impactos negativos no espectro individual e no âmbito social relacionado, por exemplo, ao direcionamento da opinião pública e seus efeitos na política. O que criticamos é o uso de algoritmos para fins de controle e manipulação da ação individual e social, através de filtros-bolha.

O uso de algoritmos para inflar filtros-bolha cria um ambiente virtual homogêneo que restringe e exclui tudo o que se apresente como diferente, tudo o que signifique mistura. De acordo com Bauman (2011, p. 124, cap.39, Estrangeiros são perigosos. Será?), a mixofobia, medo e aversão à mistura, é manifestada nessas ilhas de similaridades e identidades em meio a um mar de diversidades e diferenças. Essas ilhas são bem representadas pelos filtros-bolha nas redes sociais virtuais. A similaridade entre os elementos da bolha não exige um olhar profundo e reflexivo sobre nós mesmos e nossas relações com o outro. A mixofobia expressa a fuga da autorreflexão e da necessidade de compreender, negociar e conciliar com o outro, com o que se

apresenta como diferente. A superficialidade das relações estabelecidas nas redes sociais virtuais e a homogeneidade dos filtros-bolha abre um espaço amplo para a disseminação de crenças infundadas, baseadas em informações espúrias indicativas de *fake news*. Isso porque sem a prática do pensamento crítico advindo da autorreflexão e da reflexão em relação ao diferente, ao outro, é mais fácil disseminar *fake news* porque não há parâmetros de comparação para tecer críticas sólidas onde impera a homogeneidade.

Entre tantas formas de combates à disseminação de *fake news*, principalmente de cunho político, como afirma Bartlett, estão a educação que envolve aprendizado sobre *fake news*, fiscalização de algoritmos e leis que englobem a regulamentação democrática da mídia.

Entretanto, consideramos que nenhuma das decisões de combate a *fake news* serão eficazes se não houver a reestruturação do pensamento através do paradigma da complexidade. Essa reestruturação do pensamento envolve a percepção de que fazemos parte, segundo Morin, de uma realidade multidimensional e interligada, onde há possibilidade de organização mesmo através de elementos que geram incertezas, onde o global e o individual convivem, estabelecendo comunicação. Essa comunicação tem como uma de suas bases o princípio dialógico que une princípios antagônicos para formar o pensamento complexo. Na dialógica, segundo Morin (2005, p. 206), há a unidade complexa entre lógicas, entidades ou instâncias que se completam, mas também que se opõem. Diferentemente da dialética hegeliana, a qual as contradições buscam superar os antagonismos para chegar a uma unidade superior; na dialógica, os antagonismos permanecem, gerando fenômenos ou entidades complexas.

De acordo com Morin (2005, p. 159-161; 195-198), como apontamos, através do princípio dialógico é possível a concepção de uma antropoética, caracterizada pelo padrão que liga os seres humanos nos âmbitos social, individual e genérico. A antropoética está baseada na dialógica ego-centrismo/altruísmo e fortalece a parte mais subdesenvolvida, o altruísmo, abrindo espaço para ampliar a compreensão humana. Ao compartilharmos padrões e destinos comuns se torna necessário o desenvolvimento da autonomia pessoal e participação social, ampliando as responsabilidades sociais e visando o bem comum. A antropoética conjuntamente com a autoética e

sócioética fazem parte da ética da complexidade que não impõe uma visão maniqueísta de mundo, abdicando da vingança punitivista. Para a ética da complexidade ser instaurada, é necessária a reforma do pensamento dualista, maniqueísta e mecanicista. Essa reforma acontecerá através da emergência do pensamento complexo, criando novas visões de mundo. A ética da complexidade não está fundamentada numa moralidade de garantias de regras e dogmas ditados por religiões ou partidos políticos. Não propõe a soberania da racionalidade, mas a dialógica, estabelecendo relação entre completudes e opostos, resistente ao ódio e à mentira, buscando a compreensão. Supera a dicotomia humano/natureza na medida em que concebe o ser humano não como organismo da natureza, mas como organismo na natureza, não como organismo do cosmos, mas organismo no cosmos.

De acordo com Carvalho (2002, p. 167), Morin propõe um movimento dialógico, hologramático e recursivo para explicar a complexidade das relações entre partes e todo. Nessa relação, ele procura entender o ser humano como “um vivente cosmo-psico-bio-antropossocial”; um ser biológico e cultural, pertencente à natureza e ao cosmos.

É a partir desse movimento que emerge a ética da complexidade que, como ressalta Morin, é uma ética da resistência (2005, p. 199-200):

O sentido que eu dou, enfim, à ética, caso seja necessário um termo que englobe todos os seus aspectos, é o de resistência à crueldade do mundo e à barbárie humana. A resistência à crueldade do mundo compreende a resistência ao que há de destrutor e de impiedoso na natureza; a resistência à barbárie humana é a resistência à crueldade do *sapiens* e ao lado negro do *demens*. Esse *sapiens* que exterminou o Neandertal da Europa. O mesmo *sapiens* que exterminou os índios da América, os aborígenes da Austrália e criou a escravidão, as galés, Auschwitz e o Gulag. A barbárie humana não cessou de provocar devastação e não diminuiu; encontrou nas técnicas modernas os meios de aumentar desmesuradamente o seu estrago tanto em guerras étnicas quanto em guerras de religião e de nações, que se combinam e superpõem. Os civilizados continuam a praticar genocídios e etnocídios contra povos arcaicos (índios da Amazônia, tarahumaras da Sierra Madre, México, e tantos outros denunciados por Survival International).

Para Morin (2005, p. 159), a ética da complexidade, na sua forma antropológica, expressa a indissolubilidade entre *sapiens/demens*, atribuindo à dialógica o papel de ponderar a racionalidade e a sabedoria em detrimento da paixão e da loucura, domando as ideias autoritárias e violentas, dissemi-

nadas, por exemplo, através *fake news*, bem como reconhecendo no outro a diferença e a identidade.

5. Considerações finais

Neste texto, analisamos como a disseminação de *fake news*, via tecnologias digitais, é uma das ferramentas usadas no processo de colonialidade de mentes. Com base no que foi apresentado, nossa linha de raciocínio seguiu três direcionamentos que se interconectaram:

- 1 - O uso desenfreado de tecnologias digitais bloqueia e mina o pensamento crítico através da ausência de *solitude*.
- 2 - *Fake news* servem como ferramentas para colonialidade de mentes, a qual é facilitada pela ausência do pensamento crítico e pela homogeneidade nas relações que acontecem nos filtros-bolha.
- 3 - A perspectiva da complexidade é uma hipótese para pensarmos uma alternativa aos estragos da colonialidade de mentes, aqui via disseminação de *fake news*, através do princípio dialógico e do princípio hologramático que fundamentam o desenvolvimento da ética da complexidade.

Fake news, como apontamos na seção 2, geram desconfiança e instigam conflitos entre grupos socioculturais diferentes, provocando atos violentos em nome de nacionalismos, preconceitos étnicos, religiosos, raciais, de orientação sexual, de gênero etc. Através do uso de algoritmos, as plataformas digitais, como *Facebook*, filtram informações e direcionam a usuários formando filtros-bolha, os quais aproximam pessoas com ideias iguais e semelhantes e afastam aquelas com ideias divergentes, aglomerando indivíduos com o mesmo viés ideológico. Como indicado por Pariser (2012), os filtros-bolha usam os fatores afinidade, tempo e conteúdo para aproximar pensamentos semelhantes e distanciar pensamentos diferentes. É através desses filtros-bolha que há o direcionamento de informações de cunho político, no caso de *fake news*, influenciando negativamente a opinião pública e prejudicando sistemas democráticos. Por conseguinte, faz-se necessário entender, não somente crenças que indicam *fake news*, mas também as crenças de quem compartilha, bem como de quem possibilita o compartilhamento.

Vimos também que os usuários das redes sociais acabam reféns dos filtros-bolha na sua tentativa de fugir do seu medo da solidão; usando tecnologias digitais, o ser humano mergulha no mundo virtual, estando à mercê de uma quantidade imensa e imediatista de informação, parte dessas informações indicativas de *fake news*. Como afirma Bauman (2011), através das tecnologias digitais, o ser humano foge ilusoriamente da sua solidão que sempre o acompanhará, deixando escapar a chance de estar em *solitude*. Através de sua mixofobia, o ser humano busca o similar e evita as diferenças, criando ilhas (bolhas virtuais) de interações entre semelhantes.

As ilhas virtuais e a ausência de *solitude* é um dos motivos do atrofiamento do pensamento crítico, aprisionado pelas mídias digitais, redes sociais como *Facebook*. Como ressaltamos na seção 3, *fake news* expressam a relação colonializador/colonializado, funcionando como alimento para o processo de colonialidade de mentes. Segundo Dascal (2009), há um grande desequilíbrio entre colonializador e colonializados, às vezes percebido conscientemente, outras vezes inconscientemente. Exemplo desse desequilíbrio seria a plataforma digital *Facebook*, a qual segundo Bauman (2011), rouba o contato face a face, transformando o desejo de se aprofundar no conhecimento em algo sem sentido. Esse desequilíbrio é a condição do *estado de exceção tecnológica*, que se instaura com a colonização digital realizada pelas *Big Techs*, onde nossos direitos são inexistentes ou usurpados em prol de grupos específicos, impondo a autoridade epistêmica do opressor, instrumentalizada pelas mídias dominantes. Para Dascal (2009), uma das formas de reagir à colonialidade de mentes é pensar a mistura de sistemas conflitantes, não implicando a rejeição e nem a aceitação total do colonializador.

Nossa hipótese é a de que a abordagem de Dascal sobre um sistema misto, enquanto relação entre partes conflitantes, aproxima-se da concepção do paradigma da complexidade, via princípio dialógico, o qual estabelece a relação entre opostos, superando dicotomias reducionistas e fragmentárias. Ao estabelecer a ponte entre partes conflitantes, o princípio dialógico estoura as bolhas sociais virtuais, antro de disseminação de *fake news* que influenciam a opinião pública e afetam sistemas políticos democráticos.

A possibilidade do estouro dessas bolhas virtuais de interação passa, como afirma Bartlett, por procedimentos que vão desde a criação de setores

que fiscalizem a atuação de algoritmos, o oligopólio das *Big Techs* e a inserção na educação de temas relacionados às *fake news*, até o afastamento dos usuários das redes sociais virtuais como forma de diminuir a polarização e melhorar a capacidade de aceitar e lidar com opiniões divergentes.

Assim sendo, tais procedimentos abrem espaço para que o princípio dialógico se instaure como fator direcionador de relações. Ele é um dos pilares da ética da complexidade, principalmente na sua forma antropológica, desvinculando-se do pensamento dualista e mecanicista, estabelecendo caminhos para a compreensão hologramática do ser humano acerca de sua relação com o mundo.

A emergência da ética da complexidade está atrelada às reformas necessárias visando a mudança na ação e no pensamento. É necessário a reforma da sociedade (civilização), a reforma do espírito (educação) e a reforma da vida, as quais englobam a tríplice identidade humana indivíduo/sociedade/espécie. A atuação conjunta e recíproca dessas reformas abriria espaço para a instauração de democracias planetárias pautadas na substituição dos modos de organizações, baseados na centralização e hierarquia, por outros que misturariam e combinariam policentrismo e centrismo, hierarquia e anarquia, visando a consciência de um destino terrestre comum. Essas reformas também instaurariam a política da responsabilidade e solidariedade, reduzindo a hegemonia do lucro, incentivando economias plurais e solidárias. Através dessas reformas, haveria a tomada de consciência dos problemas políticos, sociais e éticos. (MORIN, 2005, p.168-173).

É no contexto desse movimento do pensamento complexo, a partir do qual emerge a concepção de ética da complexidade, que os malefícios da colonialidade de mentes perdem força, sendo substituídos por crenças que, contrariamente às *fake news*, geram a concepção sistêmica da natureza, de respeito as diversidades (referentes à nossa espécie e às outras espécies de animais), de responsabilidades sociais e planetárias.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Vazajato: Grampos nunca divulgados põem em xeque tese de Moro de que Lula pretendia travar as investigações contra ele*. Agência Brasil, 8 de set. 2019. Disponível em: <https://www.viomundo.com.->

br/denuncias/grampos-nunca-divulgados-poem-em-xeque-tese-de-moro-de-que-lula-como-ministro-pretendia-travar-as-investigacoes-contr-a-ele.html
Acesso em: 19 de jan. 2020.

AVELAR, D. WhatsApp fake news during Brazil election ‘favoured Bolsonaro’. *The Guardian*, 30 de out. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/30/whatsapp-fake-news-brazil-election-favoured-jair-bolsonaro-analysis-suggests> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BALTHAZAR, R.; BÄCHTOLD, F.; LARA, B.; BIANCHI, P.; DEMORI, L. Leia diálogos da Lava Jato sobre escutas telefônicas do ex-presidente Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 de set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/leia-dialogos-da-lava-jato-sobre-escutas-telefonicas-do-ex-presidente-lula.shtml> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BARROS, G. Veja o que é #FATO e o que é #FAKE sobre imunização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/31/veja-o-que-e-fato-e-o-que-e-fake-sobre-imunizacao.ghtml> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BAUMAN, Z. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

BBC. *A mãe que perdeu 2 filhos para o sarampo por acreditar em 'fake news' sobre vacinas*. BBC, São Paulo, 21 de jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/06/21/a-mae-que-perdeu-2-filhos-para-o-sarampo-por-acreditar-em-fake-news-sobre-vacinas.g%E2%80%A6> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BOGHOSIAN, B. Entenda como as mensagens da Lava Jato podem afetar os processos da operação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 de ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/entenda-como-as-mensagens-da-lava-jato-podem-afetar-os-processos-da-operacao.o.shtml> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BOHM, D. *Unfolding Meaning: a weekend of dialogue*. New York: Routledge, 1996.

BOHM, D. *Wholeness and the implicate order*. New York: Routledge, 2005.

BRANCO, S. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. In: *Interesse Nacional*, São Paulo, ano 10, n. 38, 2017, p. 51-61. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/08/sergio-fakenews.pdf> Acesso em: 18 de jan. 2020.

BRASIL 247. *Para defender vazamento ilegal de áudio entre Dilma e Lula, Deltan articulou nota da ANPR*. Brasil 247, São Paulo, 21 de set. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/para-defender-vazamento-de-audio-entre-dilma-e-lula-deltan-ajudou-o-presidente-da-anpr-a-redigir-nota> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BRASIL 247. *Facebook anuncia que vai continuar permitindo divulgação de fake news em anúncios políticos*. Brasil 247, São Paulo, 9 de jan. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/facebook-anuncia-que-vai-continuar-permitindo-divulgacao-de-fake-news-em-anuncios-politicos> Acesso em: 19 de jan. 2020.

BRUM, E. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. *El País*, 21 de jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html> Acesso em: 15 de março de 2021.

CARVALHO, E. A. Edgar Morin, a dialogia de um Sapiens-demens. In: *Margem*, São Paulo, n. 16, p. 167-170, 2002. Disponível em: <https://www.pucsp.br/margem/pdf/m16ec.pdf> Acesso em: 29 de jan. 2020.

CASTRO, F.; NUNES, S.; NETTO, V. Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça. *G1*, Rio de Janeiro, 16 de mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html> Acesso em: 19 de jan. 2020.

CONVERSA AFIADA. Guardian mostra como as fake news elegeram Bolsonaro. *Conversa Afiada*, São Paulo, 30 de out. 2019. Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/guardian-mostra-como-as-fake-news-elegeram-bolsonaro> Acesso em: 19 de jan. 2020.

DASCAL, M. *Colonizing and decolonizing minds*. 2009. Disponível em: <https://philpa-pers.org/rec/DASCAD> Acesso em: 30 de out. 2019.

EDUCAÇÃO EM AÇÃO. *Análise do Discurso - Discurso e Ideologia* (Michel Pêcheux). You Tube, 28 de nov. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=No2yqmNTCp4> Acesso em 26 de jan. 2020.

FALSO. In: *Dicio*, dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/falso/> . Acesso em 26 de jan. 2020.

FANON, F. O. *Os condenados da terra*. Lisboa: Ulisseia, 1965.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf Acesso em 27 de jan. 2020.

G1. *Facebook tem sido menos usado para ler notícias, enquanto WhatsApp cresce*. G1, Rio de Janeiro, 15 de jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/facebook-tem-sido-menos-usado-para-ler-noticias-enquanto-whatsapp-cresce.ghtml> Acesso em: 19 de jan. 2020.

G1. Facebook compra o aplicativo WhatsApp por US\$ 16 bilhões. *G1*, São Paulo, 19 de fev 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/facebook-compra-o-aplicativo-whatsapp-por-us-16-bilhoes.html> Acesso em: 19 de jan. 2020.

GALILEU. Responsável pela imagem de buraco negro é alvo de ataques machistas. *Galileu*, 13 de abr. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/04/responsavel-pela-imagem-de-buraco-negro-e-alvo-de-ataques-machistas.html> Acesso em: 19 de jan. 2020.

GALLO, S. L.; FLORES, G. B.; PINOTTI, A.; SOUZA, C. R. *Ler o arquivo hoje*. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Paineis/AngelaPinotti.pdf> Acesso em: 19 de jan. 2020.

GIMENO, R. O que acontece com seu cérebro se você largar o Facebook? *El País*, 13 de fev. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/12/tecnologia/1549990082_118422.html Acesso em: 20 de jan. 2020.

GUIMARÃES, K. Vacinação em queda no Brasil preocupa autoridades por risco de surtos e epidemias de doenças fatais. *BBC*, São Paulo, 29 de ago. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41045273> Acesso em: 20 de jan. 2020.

JUCÁ, B. Chip na vacina, “virar jacaré” e outros mitos criam pandemia de desinformação na luta contra a covid-19. *El País*, 21 de dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-20/chip-na-vacina-virar-jacare-e-outros-mitos-criam-pandemia-de-desinformacao-na-luta-contra-a-covid-19.html> Acesso em: 15 de março de 2021.

KWET, M. Digital colonialism: The evolution of US empire. In: *TNI Longreads*, 4 de mar. 2021. Disponível em: <https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire> Acesso em: 17 de março de 2021.

LAMPOGLIA, F.; DA SILVA, J. R. B.; BASTOS, G. G.; ABRAHÃO E SOUSA, L. M. Gol-pe ou revolução? um jogo discursivo na mídia. In: *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.12, 2016 Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br> Acesso em: 21 de Nov. 2019.

MARICONDA, P. R. Tecnologia, Ignorância e Violência. In: *Outras Palavras*, 17 de jul. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologia-emdisputa/tecnologia-ignorancia-e-violencia/> Acesso em: 20 de jan. 2020.

MATOS, T. Pesquisa Datafolha: 1 em cada 5 brasileiros compartilha notícias de política em Facebook e WhatsApp. *G1*, Rio de Janeiro, 23 de ago. 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/08/23/pesquisa-datafolha-1-em-cada-5-brasileiros-compartilha-noticias-de-politica-em-fac%E2%80%A6> Acesso em: 20 de jan. 2020.

MEMMI, A. *The Colonizer and the Colonized*. Boston, MA: Beacon Press [original French edition, with a prologue by Jean-Paul Sartre, 1957], 1967.

MEMMI, A. *Decolonization and the Decolonized*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press [original French edition, 2004], 2006.

MONIZ, G.; BENITES, A. Áudio com diálogo de Lula e Dilma leva milhares de manifestantes às ruas. *El País Brasil*, 18 de març. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458179601_208300.html Acesso em: 20 de jan. 2020.

MOREIRA, V. L.; SOUSA ROMÃO, L. M. O discurso no Twitter, efeitos de extermínio em rede. In: *Revista Rua*, Campinas, N. 17, V. 2, p. 77-97, 2011. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/pdf/17-2/5-17-2.pdf> Acesso em: 21 de Nov 2019.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EdgarMorin.pdf> Acesso em: 21 de Nov 2019.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

MORIN, E. *O método 1. a natureza da natureza*. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

MORIN, E. *O método 6. Ética*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2003.

MORIN, E. *Da necessidade de um pensamento complexo*. Disponível em: <http://www.rogerioa.com/resources/Cult1/necessidade.pdf> Acesso em: 20 de jan. 2020.

MORONI, J. Possíveis Impactos de Fake News na Percepção-Ação Coletiva. *Complexitas - Rev. Fil. Tem.* Belém, v. 3, n. 1, p. 130-160, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/6625/pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

PAIVA, D.; LAVADO, T. Vídeos de YouTube com informações falsas somam milhões de visualizações e alimentam debate político no WhatsApp. *GI*, Rio de Janeiro, 19 de jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/19/videos-de-youtube-com-informacoes-falsas-somam-milhoes-de-visualizacoes-e-alimentam-debata%E2%80%A6> Acesso em: 20 de jan. 2020.

PARISER, E. *O filtro invisível*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

PINHEIRO, C. Aranto mata células do câncer e pode servir de tratamento? Não é bem assim. *Veja Saúde*, 4 de mar. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/e-verdade-ou-fake-news/aranto-mata-celulas-do-cancer-e-pode-servir-de-tratamento-nao-e-bem-assim/> Acesso em: 15 de março de 2021.

PÚBLICA. *Vaza Jato*. Disponível em: <https://apublica.org/especial/vaza-jato/> Acesso em: 15 de março de 2021.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. In: *Galaxia* (São Paulo, online), n. 41, 2019, p. 31-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n41/1519-311X-gal-41-0031.pdf> Acesso em: 20 de jan. 2020.

RIBEIRO, F. Facebook não vai alterar regras para anúncios políticos em 2020. *Yahoo*, 13 de jan. 2020. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/facebook-nao-vai-alterar-regras-172000701.html> Acesso em: 20 de jan. 2020.

RIBEIRO, A. Como Greta Thunberg se tornou alvo de uma campanha de desinformação nas redes. *Aos Fatos*, 27 de set. 2019. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/como-greta-thunberg-se-tornou-alvo-de-uma-campanha-de-desinformacao-nas-redes/> Acesso em: 19 de jan. 2020.

RUDNITZKI, E. Como a internet está matando a democracia. *Pública*, 19 de março 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/03/como-a-internet-esta-matando-a-democracia/> Acesso em: 19 de jan. 2020.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 30, e200112, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100242 Acesso em: 15 de março de 2021.

SOLIDÃO. In: *Michaelis*. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ZNayj> Acesso em: 19 de jan. 2020.

SOLITUDE. In: *Dicio* - dicionário online e português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/solitude/> Acesso em: 19 de jan. 2020.

TEODORO, P. Vazamento seletivo de grampo com Dilma comprova prepotência, ódio e perseguição da Lava Jato a Lula. *Forum*, 8 de set. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/vaza-jato/vazamento-seletivo-de-grampo-com-dilma-comprova-prepotencia-odio-e-perseguiacao-da-lava-jato-a%E2%80%A6> Acesso em: 19 de jan. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. *As mensagens secretas da Lava Jato*. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/> Acesso em: 15 de março de 2021.

TILLICH, P. *The eternal flow*. New York: Charles Scribner's Sons, 1963. Disponível em: <https://mercaba.org/SANLUIS/Filosofia/autores/Contempor%C3%A1nea/Tillich/The%20eternal%20now.pdf> Acesso em: 24 de jan. 2020.

UOL. *Katie Bouman sofre onda de ataques machistas na internet e colega a defende*. Uol, 12 de abr. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/04/12/colega-de-katie-bouman-a-defende-apos-onda-de-ataques-machistas-na-internet.htm> Acesso em: 24 de jan. 2020.

VALENTE, J. Redes sociais perdem espaço como fonte de notícia, diz relatório global. *Agência Brasil*, 15 de jun. 2018. Disponível em: <http://agencia-brasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/redes-sociais-perdem-espaco-como-fonte-de-noticiadiz-relatorio-global> Acesso em: 18 de jan. 2020.

VASCONCELLOS, M. J. E. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus Editora, 2003.

VIOMUNDO. *Vazajato: Grampos nunca divulgados põem em xeque tese de Moro de que Lula pretendia travar as investigações contra ele*. Viomundo, 8 de set. 2019. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/grampos-nunca-divulgados-poem-em-xeque-tese-de-moro-de-que-lula-como-ministro-pretendia-travar-as-investigacoes-contra-ele.html> Acesso em: 26 de jan. 2020.

WALSH, C. *Interculturalidade, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Strasbourg: the Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c> . Acesso em: 24 de jan. 2020.